



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

MINISTÉRIO DAS CIDADES
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTRO DAS CIDADES

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

Conselheiros

ELCIONE DINIZ MACEDO

ELIONALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES

ILTON ILHOMAR DE CARVALHO

JOSÉ INNOCÊNCIO DE ANDRADE ARAÚJO

LUIZ CARLOS BUENO DE LIMA

CONSELHO FISCAL

Presidente

MAGDA OLIVEIRA DE MYRON CARDOSO

Conselheiros Efetivos

HELOISA TEIXEIRA SAITO

ALESSANDRA GALICIANI MARTINELLO

Conselheiros Suplentes

LIGIA HELENA DA CRUZ OURIVES

OCTAVIO LUIZ LEITE BITENCOURT

JOSÉ JORGE DOS SANTOS PEREIRA

DIRETORIA

Diretor Presidente

ELIONALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES

Diretor de Administração e Finanças

DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA

Diretor Técnico

MARCUS VINÍCIUS QUINTELLA CURY

Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing

RAUL DE BONIS ALMEIDA SIMÕES

Sumário

MENSAGEM AOS ACIONISTAS	
APRESENTAÇÃO	1
1. IDENTIFICAÇÃO.....	5
1.1 - LEGISLAÇÃO.....	6
1.2 - DADOS CADASTRAIS	7
1.3 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	8
1.4 - ESTRUTURA ORGÂNICA.....	9
2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	10
3. ÁREA DE ATUAÇÃO.....	12
4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES	14
4.1 - DADOS GERAIS DO PROGRAMA	15
4.2 - INDICADORES DO PROGRAMA.....	15
4.3 - EVOLUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES DO PROGRAMA.....	24
4.4 - CONVÊNIOS.....	85
4.5 - PESQUISAS	87
5. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	89
5.1 - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE	90
5.2 - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE	93
5.3 - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL	96
5.4 - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA.....	99
5.5 - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ	102
GLOSSÁRIO.....	104
6. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	106
6.1 - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA	107
6.2 - LIMITES ORÇAMENTÁRIOS	107
6.3 - CRÉDITOS ADICIONAIS.....	107
6.4 - REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	109
6.5 - SÍNTESE ORÇAMENTÁRIA.....	109
6.6 – QUADROS ORÇAMENTÁRIOS	112
6.7 - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	115
6.8 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	119
6.9 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO.....	121
6.10 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO.....	123
6.11 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES.....	124
7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	150
7.1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	151
7.2 - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	151

7.3 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA	151
7.4 - CONTRIBUIÇÕES PARA A REFER.....	155
8. GESTÃO FINANCEIRA	156
8.1 - LIBERAÇÃO DOS LIMITES E RECURSOS FINANCEIROS DO TESOURO	157
8.2 - GESTÃO DOS PAGAMENTOS	157
8.3 - RECURSOS AMPARADOS PELA LOA/2009.....	157
8.4 - RECURSOS AMPARADOS PELO PAC/CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	157
8.5 - OUTROS RECURSOS.....	158
8.6 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS – BILHETERIA E RENDIMENTOS.....	158
8.7 - CONTROLE DE INGRESSOS E DESEMBOLSOS	159
8.8 - DEMONSTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO	160
8.9 - EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS	161
8.10 - RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	162
8.11 - GESTÃO DA DÍVIDA	163
8.12 - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	173
8.13 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE INFORMAÇÕES – SIASG E SICONV	180
8.14 - INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	180
8.15 – INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	180
8.16 - RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS.....	180
9. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	181
9.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	182
9.2 - BALANÇO FINANCEIRO	183
9.3 – BALANÇO PATRIMONIAL	185
9.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	187
9.5 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	189
9.6 – DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES.....	191
9.7 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA.....	193
9.8 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO.....	195
9.9 - BALANÇO PATRIMONIAL LEI 6404/76	197
10. RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	199
10.1 - PROVIDÊNCIAS IMPLEMENTADAS PELA CBTU RELATIVAS ÀS RECOMENDAÇÕES ORIUNDAS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO E DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	200
10.2 - ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS IMPLEMENTADAS PELA CBTU RELATIVAS ÀS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	207
11. DISPENSAS DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS	239
12. COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	241
12.1 - ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO	242
12.2 - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	243

12.3 - SITUAÇÃO DOS ANISTIADOS.....	247
13. GESTÃO JURÍDICA.....	248
14. GESTÃO PATRIMONIAL.....	250
15. DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS	254
15.1 - PRINCIPAIS FATOS NA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL:.....	255
15.2 - ASSISTÊNCIA AOS RECURSOS HUMANOS.....	255
15.3 - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO	255
15.4 - CULTURA E LAZER	256
15.5 - RESPONSABILIDADE SOCIAL – EDUCAÇÃO NA AC	256
15.6 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	256
15.7 - DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA.....	257
15.8 - COMUNICAÇÃO INTERNA.....	257
15.9 - PENSÕES POR ACIDENTES FERROVIÁRIOS	257
16. GESTÃO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	259
16.1 - ÁREA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	260
16.2 - ÁREA DE INFORMÁTICA	261
16.3 - APOIO ADMINISTRATIVO	262
17. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	263
18. DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	270
19. CONTEÚDO ESPECÍFICO	275
19.1 – BALANÇO PATRIMONIAL – LEI 6.404/76 (COMPLEMENTO AO ITEM 9.9).....	276
19.2 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	292
19.3 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO PAGA AOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	295
19.4 - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS ATAS DAS ASSEMBLÉIAS DO CONSELHO FISCAL E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	296

VOLUME II - ANEXOS – DOCUMENTOS REFER

7 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

7.5 - Balanço Patrimonial

7.6 – Parecer dos Auditores Independentes

7.7 – Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

7.8 – Relatório Anual – 2009

7.9 – Política de Investimentos

7.10 - Conclusões do último estudo atuarial

7.11 - Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Visão Institucional

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU é uma sociedade de economia mista vinculada ao Ministério das Cidades, criada em 22/02/1984 para operar os trens urbanos e suburbanos em nove das principais capitais brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal). Teve, também, a missão de modernizar, de expandir e de implantar os sistemas de transporte sobre trilhos.

A partir da promulgação da Constituição de 1988 iniciou-se uma nova redemocratização do país, marcada por ampla abertura da economia brasileira. Entre outros efeitos, no setor de transportes, esta redemocratização conduziu à descentralização e desestatização de significativas partes das funções de serviços de infra-estrutura e serviços de transportes, o que levou a uma progressiva redução da participação do Governo Federal nessa atividade.

Em decorrência dessa nova ordem constitucional, a CBTU já transferiu os sistemas de trens urbanos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Fortaleza e de Salvador. Atualmente a estrutura da CBTU é descentralizada em cinco Superintendências de Trens Urbanos, três Escritórios Regionais e uma Administração Central, sediada na Cidade do Rio de Janeiro.

As Superintendências de Trens Urbanos estão localizadas nas cidades de Belo Horizonte, de Recife, de Maceió, de João Pessoa e de Natal.

Os Escritórios Regionais estão localizados nas cidades de São Paulo, de Fortaleza e de Salvador.

A CBTU é gestora da execução de ações de investimentos do Governo Federal em sistemas de trens urbanos, com o objetivo de modernizá-los e viabilizar sua plena inserção nas malhas de transportes das localidades onde opera. É responsável direta pela implantação dos metrô de Recife, de Belo Horizonte, e co-gestora, mediante acompanhamento da aplicação dos recursos do Governo Federal alocados para as implantações dos metrô de Fortaleza e de Salvador, de responsabilidade da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR e da Companhia de Transporte de Salvador – CTS, todos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

A CBTU, além de operadora de transporte de passageiros sobre trilhos, está desenvolvendo atividades que possibilitam o desenvolvimento das cidades em articulação com os três níveis de governo, com a iniciativa privada, com organismos internacionais de financiamento e fomento e com a sociedade de maneira geral. Nesse sentido a CBTU, no exercício de 2009, continuou desempenhando importante papel para que o setor de transporte de passageiros sobre trilhos alcance a consistência e a sustentabilidade indispensáveis à consolidação do setor como modo de transporte seguro, confiável, regular, eficaz, eficiente e não poluente, que proporcione melhor qualidade de vida para população e racionalidade econômica na produção de bens e serviços.

Assim, a CBTU, sem prejuízo da obrigação estatutária da prestação de serviços de transporte de pessoas nas regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos das localidades onde opera, vem executando ações de acompanhamento e fiscalização das aplicações de recursos federais, em obras e projetos de interesse de Estados e Municípios. Atua, também, no atendimento às demandas crescentes que vem

recebendo do Governo Federal e de outras instâncias do Estado brasileiro relativamente à elaboração de análises referentes a projetos e ao desenvolvimento do setor metro ferroviário no país.

O reconhecimento da competência da CBTU na implementação e acompanhamento de projetos metroferroviários fica evidenciado com a assinatura de dois convênios em 2009. O primeiro, visando à elaboração de estudos e projetos de engenharia para implantação de Metrô Leve, integrado ao sistema de transporte público de passageiros, ligando a cidade de São Bernardo do Campo à Cidade de São Paulo, teve como conveniente o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos e da Companhia do Metropolitano de São Paulo e como interveniente a Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, no valor de R\$27,6 milhões, integralmente provenientes do orçamento da União e o segundo, visando à implantação de sistema ferroviário de passageiros na cidade de Sobral/CE, teve como conveniente o Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria de Infra-estrutura e da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, no valor de R\$32,7 milhões, sendo R\$21,7 milhões com recursos provenientes do orçamento da União e R\$ 11,0 provenientes do orçamento do Estado do Ceará. Estas duas novas ações, somadas àquelas iniciadas no exercício de 2008, como a implantação da Linha Verde do Metrô de São Paulo, a Implantação do trecho Taguatinga – Ceilandia, do Metrô de Brasília vêm ampliar a área de atuação da Companhia como uma agência federal de promoção do transporte urbano sobre trilhos.

Gestão Empresarial

A CBTU ao longo do exercício de 2009 adotou ações na direção do aperfeiçoamento gerencial, mediante revisão das rotinas e dos processos administrativos de tomada de decisão e da distribuição da mão-de-obra na Companhia, objetivando a redução da burocracia e a adoção de procedimentos gerenciais capazes de garantir eficiência e efetividade às decisões gerenciais da Companhia.

A gestão empresarial foi implementada de forma que cada unidade administrativa da CBTU seja dotada dos recursos humanos e materiais necessários ao desempenho das atividades que lhes são inerentes. Os estudos para o dimensionamento das unidades administrativas e para o estabelecimento dos objetivos e metas a serem alcançados pela Companhia no exercício de 2009 iniciou-se a partir das Superintendências de Trens Urbanos de Recife e de Belo Horizonte, que alcançaram resultados expressivos, como pode ser constatado nos indicadores de desempenho divulgados pela Companhia.

A consecução dos objetivos e das metas é acompanhada periodicamente, por meio de reuniões da Diretoria da Companhia com os Superintendentes de Trens Urbanos e equipes técnicas, que são realizadas alternadamente em cada Superintendência.

A partir da nova ordem gerencial, a Diretoria transferiu para as Superintendências a responsabilidade dos controles, das fiscalizações e dos acompanhamentos de todos os contratos de obras e serviços. Em seguida, aumentou o limite de delegação de competência para licitação e contratação de obras e serviços, que passou de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), nas Superintendências de Recife e de Belo Horizonte, e para R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), nas Superintendências de Trens Urbanos de Maceió, de João Pessoa e de Natal.

Apesar do esforço gerencial e do papel preponderante desempenhado, a CBTU não está adequadamente instrumentalizada em relação a seus recursos humanos

disponíveis, o que tem se constituído em obstáculo para a permanente evolução da gestão empresarial, que culmine com a redução do subsídio. Tal fato é consequência do envelhecimento da empresa, dos baixos salários e da consequente evasão da mão-de-obra especializada.

A ação gerencial permitiu identificar a necessidade de se implantar novo plano de salários, como forma de corrigir as distorções existentes e de dar atratividade aos concursos públicos que vierem a ser lançados pela CBTU. Nesse sentido está em discussão a implantação do Plano de Emprego e Salários – PES e do Plano de Emprego Comissionado – PEC, já autorizado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, aguardando apenas a manifestação dos sindicatos representantes da categoria quanto à condição imposta pelo DEST.

Avaliação de Desempenho

O ano de 2009 confirma o acerto das medidas gerenciais implementadas ao apresentar resultados positivos nos cinco sistemas metros ferroviários que transportaram 110,5 milhões de passageiros no ano. Esses números representam o melhor resultado dos últimos 16 anos, com uma média diária de 370,3 mil passageiros transportados, um avanço de aproximadamente 4,2% em relação à média diária do ano anterior. Destaque-se que em Recife e Belo Horizonte, os dois principais sistemas da CBTU, os avanços na média diária de passageiros transportados verificadas em 2009 situaram-se, respectivamente, em 6,7% e 2,5% acima dos números atingidos no ano anterior. A receita total apurada no ano de 2009, englobando todos os sistemas, foi de R\$105,3 milhões, superando em 5,8% a obtida no ano de 2008.

Tal desempenho foi resultado dos esforços para melhorar a gestão empresarial e da busca incessante do aperfeiçoamento dos padrões de operação e manutenção dos sistemas de trens urbanos. O resultado obtido pela Companhia no exercício de 2009 é ainda mais expressivo quando verificado que nos dois últimos exercícios a taxa de cobertura plena tem aumentado, e o subsídio, consequentemente, tem sido reduzido, diminuindo dessa forma o aporte de recursos da União para a operação e manutenção dos sistemas de trens urbanos operados pela CBTU.

A taxa de cobertura plena no exercício de 2009 aumentou em 7,25%, apesar da greve patrocinada pelos sindicatos metro ferroviários no período de 23 de junho a 7 de julho, e das baixas tarifas praticadas nos cinco sistemas operados pela CBTU, em relação ao modal concorrente.

Cabe destacar que a Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte, alcançou a taxa de cobertura plena de 64,4%, apesar de praticar tarifa de R\$ 1,80, 27,8% inferior a do modal concorrente. Esse resultado indica que, se os investimentos para a extensão do sistema e para a aquisição de novos TUEs forem realizados, bem como seja permitido o alinhamento da tarifa a do modal concorrente, esse sistema obterá facilmente auto-suficiência, ou seja, não necessitará de subsídio da União.

Cabe destacar, também, o desempenho da Superintendência de Trens Urbanos de Recife, que está consistentemente melhorando o seu desempenho operacional, e, no exercício de 2009, obteve um acréscimo de 7,5% em relação à taxa de cobertura do ano anterior, destacando-se que a tarifa praticada é de R\$ 1,40, 32,1% inferior a do modal concorrente.

Os sistemas de trens urbanos de Maceió, João Pessoa e Natal, são sistemas movidos à tração diesel e praticam a tarifa de R\$ 0,50 desde dezembro/2002, atendem a

segmentos populacionais muito pobres e contam com quantidade mínima de material rodante (locomotivas) para atendimento ao usuário.

Em consonância com a gestão empresarial empreendida pela Companhia e objetivando melhorar as condições de operação e manutenção desses sistemas, foram elaborados projetos de modernização, cujo objetivo é torná-los modernos, eficientes, seguros e efetivamente integrados às suas respectivas regiões metropolitanas.

Nesse sentido, no exercício de 2009 foi contratada a aquisição de 8 veículos leve sobre trilhos – VLTs, no valor de R\$ 64,1 milhões para o sistema de trens urbanos de Maceió.

A Companhia envidou todos os esforços no sentido de disponibilizar os recursos necessários à contratação dos fornecimentos de VLTs para os sistemas de João Pessoa e Natal. Por restrições orçamentárias não foi possível obter os recursos necessários durante o exercício de 2009. No decorrer de exercício de 2010 serão implementadas todas as ações para que essas aquisições sejam incluídas no PAC da mobilidade.

Os recursos orçamentários destinados aos sistemas de trens urbanos de Belo Horizonte e de Recife estão incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC desde o exercício de 2007. Em face da prioridade atribuída a esses investimentos pelo governo federal, não incidiram sobre esses quaisquer restrições de ordem financeira e orçamentária.

As implantações do metrô de Fortaleza e do metrô de Salvador, a cargo da METROFOR e da CTS, respectivamente, também, estão incluídos no PAC, cabendo a CBTU a transferência dos recursos e o acompanhamento quanto à adequada aplicação desses aos fins a que se destinam.

A seguir descrevemos as principais ações de modernização e recuperação dos sistemas de trens urbanos operados pela CBTU, bem como das principais ações de implantação relativas aos metrôs de Fortaleza e Salvador.

No sistema de Recife, foram investidos recursos na complementação da implantação da Linha Sul e na reabilitação da Linha Centro, destacando-se a aquisição de 7 VLTs, que passarão a operar, após a modernização do trecho final da Linha Sul, entre as localidades de Cajueiro Seco e Cabo. O início da operação comercial da Linha Sul, trecho Recife/Cajueiro Seco foi importante marco atingido no exercício de 2009.

No sistema de Belo Horizonte, os recursos foram alocados em obras complementares da Linha 1 (trecho Eldorado/Vilarinho). A aprovação de crédito suplementar ao orçamento permitiu a retomada do projeto executivo das Linhas 2 (Barreiro/Hospitais) e 3 (Pampulha/Savassi), no valor total de R\$14 milhões, que estava paralisado desde 2007. Também foram contratados os serviços de engenharia para construção do desvio para estacionamento no Terminal de Vilarinho, o que permitirá a execução de viagens adicionais nos horários de pico, o que aumentará a demanda diária em cerca de mais 12.000 passageiros

Nos sistemas de Natal e João Pessoa, os recursos aprovados possibilitaram a continuidade e ampliação dos serviços de recuperação dos pontos críticos da via permanente e de recuperação do material rodante, que se constituem nos maiores problemas a serem superados. No entanto, os esforços envidados ainda não surtiram o efeito desejado, o que é esperado em 2010.

No sistema de Maceió foi verificada uma melhoria substancial na demanda atendida, que atingiu em dezembro/2009, 163,0 mil passageiros transportados, valor superior em 5,1% ao realizado em 2008. Os recursos aprovados e disponibilizados em 2009 permitiram a contratação do projeto executivo de engenharia, da fabricação e

fornecimento de 8 VLTs e da execução das obras civis, visando à remodelação de todo o sistema, com a expectativa de um grande avanço físico durante 2010.

A implantação do metrô de Salvador é de responsabilidade da CTS, cabendo a CBTU, na qualidade de representante do Governo Federal zelar para que os recursos sejam aplicados adequadamente e realizar os processos de prestação de contas dos recursos transferidos. É importante destacar que há duas ações distintas com relação à Salvador. A primeira diz respeito à implantação do metrô de Salvador, que corresponde ao trecho Lapa/Pirajá, cujos recursos aplicados possibilitaram avanços nas obras de cinco estações, em serviços complementares nos túneis, a construção do elevador na Avenida Bonocô, a implantação de 6 km de via e a continuidade do contrato para fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares. A segunda diz respeito ao trem urbano de Salvador, que circula no trecho Calçada/Paripe, e é proveniente da cisão parcial CBTU/CTS. O projeto de modernização desse sistema teve como principal avanço a recuperação do material rodante adquirido da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, já em operação, a contratação da recuperação de mais 3 TUEs e 2 locomotivas e a contratação do projeto de recuperação da Ponte São João, que mereceu especial atenção, em face do elevado estado de degradação que se encontra.

A implantação do metrô de Fortaleza é de responsabilidade da METROFOR, cabendo à CBTU, na qualidade de representante do Governo Federal zelar para que os recursos sejam aplicados adequadamente e realizar os processos de prestação de contas dos recursos transferidos. Os investimentos no sistema de Fortaleza, após a adequação dos recursos liberados à capacidade de execução prevista na programação incluída no PAC, foram aplicados na implantação do metrô e na modernização da Linha Oeste.

As obras da via permanente, no trecho em superfície da Linha Sul de 10 km, entre Vila das Flores e Conjunto Esperança, encontram-se praticamente concluídas. As obras de construção do elevador no Pólo de Parangaba, com 3,3 km de extensão e o trecho subterrâneo de 2,8 km, entre as ruas Padre Cícero e Castro e Silva, no centro de Fortaleza, encontram-se em fase de final, bem como as obras nas estações Benfica e São Benedito, já com suas estruturas praticamente concluídas. Na Linha Oeste, destaca-se a realização das licitações para início da modernização do trecho, com a execução das obras civis e sistemas fixos. A conclusão do viaduto de Caucaia foi um importante marco no exercício de 2009.

Informamos que as implantações dos metrô de Fortaleza e de Salvador são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União, e que a CBTU acompanha regularmente o cumprimento dos acordos emanados do TCU mediante reuniões periódicas com as diretorias do METROFOR e da CTS. Após a realização de cada reunião são emitidas Atas, que são encaminhadas formalmente ao TCU, inclusive com a análise da Companhia em relação a cada empreendimento.

Contribuição para o meio ambiente

Os sistemas de trens urbanos operados pela CBTU contribuem diretamente com benefícios sócio-econômicos e ambientais ao oferecer facilidades de deslocamento com redução do tempo de viagem, com rapidez, conforto e segurança, tendo como consequência a melhoria da qualidade de vida da população.

Os sistemas metroferroviários operados pela CBTU facilitaram a migração de aproximadamente 110 milhões de passageiros/ano dos outros modos de transporte para o modo metro ferroviário, o que gerou uma economia na utilização de aproximadamente 23 milhões de litros de óleo diesel/ano, deixando de ser lançados na

atmosfera aproximadamente 7 toneladas de dióxido de carbono, 456 toneladas de hidrogênio e 13,5 toneladas de óxido de enxofre, poluentes responsáveis pelo aquecimento global e causadores de graves prejuízos à saúde da população.

Além da diminuição do consumo de combustíveis, temos a redução dos congestionamentos, que nas grandes cidades brasileiras tornaram-se crônicos, com repercussões econômicas pela redução da produtividade dos trabalhadores e sensíveis repercussões sociais pela redução do tempo de descanso e lazer, além de diminuir os índices de acidente de trânsito.

Responsabilidade social

Além dos programas direcionados a adolescentes, objetivando a realização de aprendizagem profissional, desenvolvimento social e educação funcional, a CBTU desenvolve ações voltadas à saúde e bem estar (vacinação, qualidade de vida), à educação (cursos e exposições), à cultura (shows musicais, teatro, cinema), à cidadania (meio ambiente, direito e deveres dos cidadãos e esportes em todas as suas superintendências de trens urbanos. A Companhia, também, está empenhada na realização de campanhas educativas voltadas à conscientização do usuário quanto à importância dos sistemas metro ferroviários nos seus deslocamentos para o trabalho e lazer e bem da necessidade de sua preservação.

Programa Brasileiro de Acessibilidade Universal

O plano de adaptação dos sistemas de trens urbanos operados pela CBTU à Lei Federal que estabeleceu o Programa Brasileiro de Acessibilidade abrange intervenções nas cidades de Belo Horizonte, de Recife, de Maceió, de João Pessoa e de Natal, bem como no Rio de Janeiro onde se localiza a administração central da Companhia. O Programa visa atender, prioritariamente, aos portadores de deficiência física com mobilidade reduzida, de forma a garantir a essas pessoas acessibilidade adequada aos sistemas de transportes operados pela CBTU.

A CBTU, numa primeira etapa promoveu a capacitação do seu pessoal sobre essa prioridade, e na elaboração de diagnóstico sobre as condições de acessibilidade, tanto das suas instalações físicas como no interior dos trens, procurou eliminar barreiras e subsidiar de forma apropriada os projetos a serem elaborados.

As ações subseqüentes, necessárias à realização do conjunto de adaptações em suas instalações estão sendo implementadas de modo a atender plenamente as exigências do Programa de Acessibilidade Universal e serão executadas de forma progressiva, ano a ano, conforme Plano Plurianual, que levará em conta as necessidades e a disponibilidade orçamentária direcionada a cada sistema de trens urbanos da CBTU.

Perspectivas 2010

As ações implementadas no exercício de 2009 carecem de continuidade e/ou conclusão no exercício de 2010, a fim de que seja possível prosseguir na busca da melhoria da gestão empresarial e do cumprimento das prioridades do governo federal, como nos casos das implantações dos metrô de Fortaleza e de Salvador incluídas no PAC.

A seguir listamos as perspectivas para o exercício de 2010:

- 1) Sistema de Trens Urbanos de Recife - serão concluídas as intervenções previstas no PAC e entregues os primeiros VLTs que operarão no trecho entre Cajueiro Seco e Cabo. Também terá curso a licitação para compra de 15 novos trens que operarão nas linhas Centro e Sul, o que aumentará significativamente a oferta de transporte do sistema;
- 2) Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - na linha 1 (trecho Eldorado/Vilarinho), espera-se a conclusão das obras previstas no PAC, (incluindo as obras civis do pátio de estacionamento de Vilarinho, iniciada em 2009), o projeto para modernização da sinalização e o avanço nas negociações para aquisição de 10 novos TUEs;
- 3) Sistema de Trens Urbanos de Maceió - será beneficiado com a continuidade das intervenções que viabilizarão a operação de 8 modernos VLTs, já contratados. Estão previstas a continuidade da recuperação da via permanente, incluindo infra e superestrutura, a recuperação das estações, incluindo o sistema viário no seu entorno, e a implantação de novos sistemas de sinalização e de telecomunicação, objetivando a operação dos modernos VLTs;
- 4) Sistema de Trens Urbanos de Natal e de João Pessoa - no escopo do Programa de Recuperação dos Sistemas, está prevista a continuidade das ações que vêm sendo desenvolvidas para restabelecer boas condições de qualidade e segurança à operação. Objetiva-se realizar a conservação da via permanente, com a substituição de trilhos, dormentes e lastro em pontos críticos e a construção de desvios, visando melhorar a grade horária, com a entrada em operação de mais uma composição. Pretende-se, também, a recuperação de obras de arte especiais e de dispositivos de drenagem, melhorias da sinalização da via, obras de recuperação de estações, oficina e recuperação da frota de material rodante;
- 5) implantação do metrô de Salvador - será iniciada a operação experimental do metrô (trecho Lapa/Acesso Norte) e a conclusão da ação de modernização do sistema do trem de subúrbio existente, no trecho Calçada/Paripe e a recuperação total da Ponte São João;
- 6) implantação do metrô de Fortaleza - está prevista a conclusão de todas as obras civis no trecho João Felipe/Caucaia, que marcará o término de todo o escopo previsto no PAC para a Linha Oeste. Na Linha Sul, trecho Vila das Flores/João Felipe, serão concluídas todas as estações, obras no trecho subterrâneo, elevado, viadutos ferroviários e passarelas, bem como a instalação dos sistemas fixos. Também serão concluídas todas as obras civis nos prédios administrativos e centro de manutenção. Prevê-se o início dos testes com os TUEs;
- 7) realizar as obras de reforma dos prédios históricos tombados pelo Patrimônio Nacional (estações centrais) dos sistemas de trens urbanos de Natal e de Maceió, com recursos descentralizados pelo Ministério das Cidades e apoio técnico do IPHAN – Instituto do Patrimônio histórico Nacional.

A contínua busca da melhoria na gestão dos sistemas de trens urbanos, bem como as respostas consistentes e tempestivas às demandas crescentes que têm chegado amplia o universo de atribuições e responsabilidades da Companhia para o exercício de 2010.

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo atender ao processo de prestação de contas relativo ao exercício de 2009, de acordo com a Decisão Normativa nº 100, de 30 de outubro de 2009, Portaria – CGU nº 2.270, de 04 de novembro de 2009, Portaria – TCU nº 389, de 21 de Dezembro de 2009 e a Instrução Normativa nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

A estrutura do Relatório de Gestão 2009 busca a apresentação do desempenho desta administração, demonstrando de forma objetiva, não apenas os resultados sociais, econômicos e operacionais atingidos, mas também as dificuldades gerenciais enfrentadas no decorrer do exercício, as soluções implementadas e atos de gestão adotados pela CBTU para a execução das ações sob sua responsabilidade.

Abaixo é associada a estrutura do Relatório de Gestão à aquela constante da DN TCU nº 100. São partes integrantes deste relatório:

Capítulo 1 – Identificação (Item 1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100)

Apresentação das informações de identificação da CBTU, com a legislação, dados cadastrais, composição acionária, estrutura orgânica da empresa

Capítulo 2 – Responsabilidades Institucionais (Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100)

Informações sobre o espaço político-institucional no qual a CBTU atua, relacionando sua missão, objetivos, características gerais, área de atuação, suas macro-ações, de acordo com a orientação estratégica do Presidente da República e do Ministério das Cidades e suas vinculações com o Plano Plurianual 2008/2011.

Capítulo 3 – Área de Atuação (Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100)

Descrição da área de atuação da empresa, abrangendo as unidades operadoras e a Administração Central.

Capítulo 4 - Gestão de Programas e Ações (Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100)

Programas finalísticos operacionalizados pela CBTU, com os indicadores demonstrando a evolução da programação e os resultados obtidos frente às metas de execução das ações para o exercício. Estão caracterizados os programas, os principais indicadores (do programa, operacionais, físicos, orçamentários e financeiros), as ações e sua forma de gestão, prioridades definidas para o exercício, conjunto de decisões operacionais e de gastos que foram adotados, com intervenções realizadas e resultados obtidos. As atividades desenvolvidas pelos Escritórios Regionais e os novos projetos em desenvolvimento pela Companhia também estão aqui relacionados.

Capítulo 5 – Desempenho Operacional (Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100)

Indicadores de desempenho não necessariamente vinculados aos programas governamentais, mas informativos do esforço e da eficiência governamental, identificados pelo conceito de eficácia, eficiência, economicidade e qualidade, e outros que, ainda que não associados a estes atributos, sejam considerados de relevância para demonstração dos resultados.

Capítulo 6 – Gestão Orçamentária (Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100)

Abordagem corporativa dos principais aspectos da gestão dos recursos aprovados, com uma análise sobre a evolução do orçamento, as realizações, ocorrências na programação (liberação de limites orçamentários para movimentação e empenho, créditos orçamentários aprovados).

Capítulo 7 – Previdência Complementar Patrocinada - REFER (Item 7 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100)

Identificação da entidade; parecer da Auditoria independente; Demonstrativo da dívida; Contribuições para a REFER

(Demonstrativo anual de pagamento contendo: contribuições e repasses, discriminação de repasses de recursos que não sejam contribuições, totais por tipo de aplicação, manifestação da Secretaria de Previdência Complementar, parecer da auditoria independente, providências adotadas para adequação de eventuais descumprimentos dos limites fixados em lei para

repassa de recursos pela patrocinadora, recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada e forma de cessão, discriminação de dívidas existentes entre a patrocinada e patrocinadora e situação das operações quanto à regularidade formal e adimplência)

Capítulo 8 – Gestão Financeira (Itens 4, 5, 6, 8 e 13 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100)

Abordagem corporativa dos principais aspectos da gestão, tais como liberação dos limites e recursos financeiros do tesouro, gestão dos pagamentos, recursos recebidos do Tesouro, recursos diretamente arrecadados – bilheteria e rendimentos, aplicação dos recursos liberados, controle de ingressos e desembolsos e gestão da dívida. São apresentados também, o demonstrativo das transferências efetuadas (recebidas e realizadas no exercício), a evolução de gastos gerais (passagens, diárias e ressarcimentos de despesas em viagens, serviços terceirizados e cartão de crédito corporativo), evolução dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores, gestão das dívidas interna e externa, despesas com cartão de crédito corporativo, além da declaração de conformidade dos dados cadastrados no SIASG e no SICONV.

Capítulo 9 – Informações Contábeis (Parte B do Anexo II da DN TCU nº 100)

Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, apresentados em seguida), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão

Capítulo 10 – Recomendações de Órgãos de Controle (Item 11 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100)

Aqui são listadas todas as recomendações do órgão ou Unidade de Controle Interno e as determinações e recomendações expedidas pelo TCU, no exercício, juntamente com as providências adotadas ou justificativas para o caso de não cumprimento.

Capítulo 11 – Dispensa de Tomadas de Contas Especiais

Demonstrativo com a relação de processos dispensados de instauração de TCE e processos de TCE não encaminhados ao TCU em decorrência de arquivamento no órgão de origem

Capítulo 12 – Composição de Recursos Humanos (Itens 3 e 12 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100)

Informações sobre os recursos humanos, contemplando sua composição; informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra; indicadores gerenciais existentes e análise crítica sobre a situação. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como a concessão de aposentadoria, reforma e pensão.

Informações sobre condições de remuneração e manutenção do pessoal, ações de desenvolvimento e valorização do empregado e fatos relacionados à readmissão de empregados anistiados.

Capítulo 13 – Gestão Jurídica

Principais realizações na área jurídica, com informações sobre as sentenças julgadas, processos em trâmite, interposição de ações, recuperação de alvarás e penhoras judiciais.

Capítulo 14 – Gestão Patrimonial

Principais realizações na área patrimonial, com informações sobre a regularização do patrimônio da empresa, IPTU, regularização do prédio da Administração Central e inventário patrimonial, entre outras.

Capítulo 15 – Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Fatos relacionados às ações de proteção ao trabalhador e seguro de vida, campanhas de assistência aos empregados, medicina e segurança do trabalho, responsabilidade sócio-ambiental, capacitação, documentação e biblioteca, cultura e lazer, comunicação interna e pensões por acidentes ferroviários.

Capítulo 16 – Gestão de Processos Organizacionais

Principais realizações voltadas às realizações na área de marketing e comunicação institucional, responsabilidade social, à atualização tecnológica dos recursos de infra-estrutura e nos processos internos nas áreas de suporte administrativo e finalísticas.

Capítulo 17 – Indicadores Sociais Internos

Relação das diversas ações de cunho social, realizadas pela CBTU em seus sistemas, visando proporcionar melhorias à qualidade de vida da população, nas cidades onde atua

Capítulo 18 – Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda

Capítulo 19 – Conteúdo específico

Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho fiscal e do conselho de administração. Declaração de que as atas das reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 - LEGISLAÇÃO

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU foi criada a 22 de fevereiro de 1984, pelo Decreto nº 89.396, vinculada à Secretaria Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes e das Comunicações, na forma de uma Sociedade de Economia Mista, subsidiária da Rede Ferroviária Federal – RFFSA, com a missão de modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos, operando aqueles sob administração do Governo Federal, visando ampliar a mobilidade da população e contribuir para o desenvolvimento dos setores produtivos da sociedade e para melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos.

Com a edição da Lei nº 8.693, de 3 de Agosto de 1993, que dispõe sobre a descentralização dos serviços de transporte ferroviário urbano de passageiros da União para os Estados e Municípios, o controle acionário da CBTU foi transferido, em 10 de março de 1994, da RFFSA para a União. Desde então, a CBTU passou a ser vinculada diretamente ao Ministério dos Transportes, com sua missão, a partir de então, focada na modernização e expansão dos sistemas que operava visando à transferência da administração e gestão daqueles sistemas para os governos das localidades onde operam.

A partir de 01 de janeiro de 2003, com a publicação do Decreto nº 4.566, a CBTU passou a ser vinculada ao Ministério das Cidades e o foco de sua missão voltou-se para atender às necessidades de deslocamento da população, integrando o transporte no contexto do desenvolvimento urbano, social e econômico, melhorando a qualidade de vida da população e reduzindo as desigualdades sociais, permanecendo as atribuições anteriores.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2009, aprovou o Capital Social de R\$4.855.301.687,57, representados por 10.209.636.646.804 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, tendo como principal acionista a União, com 99,9% do capital.

1.2 - DADOS CADASTRAIS

Nome completo da Unidade e Sigla	Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU	
Natureza Jurídica	Sociedade de Economia Mista	
Vinculação Ministerial	Ministério das Cidades	
Código SIORG	372	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no DOU	Decreto nº 89.396 de 22 fev1984, publicado em 23fev1984 Lei nº 8.693, de 03 Ago1993, publicada em 04ago1993 Decreto nº 4.566 de 01 jan2003, publicado em 01 jan2003	
CNPJ	42.357.483/0001-26	
Nome e código no SIAFI	CBTU - 29214	
Código LOA	56202	
Código da UJ titular do relatório	Administração Central (275068)	
Códigos da UJ abrangidas	Administração Central (275068) Superintendências Regionais: RECIFE (275057), BELO HORIZONTE (275058), NATAL (275066), JOÃO PESSOA (275079), MACEIÓ (275078) Escritórios Regionais: SÃO PAULO (275069), SALVADOR (275077) E FORTALEZA (275076)	
Endereço completo da sede	Estrada Velha da Tijuca, nº 77, Usina, Rio de Janeiro, CEP: 20531-080	
Telefones de contato	021 2575-3399	
Endereço da página institucional na INTERNET e email	www.cbtu.gov.br / dir.p@cbtu.gov.br	
Situação da Unidade quanto ao funcionamento	Ativa	
Função de Governo predominante	15 - Urbanismo	
Subfunção	453 - Transportes Coletivos Urbanos	
Código CNAE	4912-4	
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Companhia Brasileira de Trens Urbanos (Setorial - Orçamentária)	275059
	Administração Central (Setorial Financeira Contábil)	275068
	Superintendência Regional de Recife	275057
	Superintendência Regional de Belo Horizonte	275058
	Superintendência Regional de Natal	275066
	Superintendência Regional de João Pessoa	275079
	Superintendência Regional de Maceió	275078
	Escritório Regional de São Paulo	275069
	Escritório Regional de Salvador	275077
	Escritório Regional de Fortaleza	275076
Gestão no SIAFI	27209	
Manuais e Publicações relacionadas às atividades da unidade	Atos Normativos de Recursos Humanos (Acordo Coletivo, Ingresso e Movimentação do Empregado, Benefícios, Direitos e Vantagens, Saúde e Segurança no Trabalho, Capacitação); Normas regulamentadoras (EPI, PCMSO, Riscos Ambientais, Ativ. Insalubres e Perigosas), Códigos de Ética e de Conduta; Resoluções dos Conselho de Administração, Presidência, Diretorias e Superintendências	

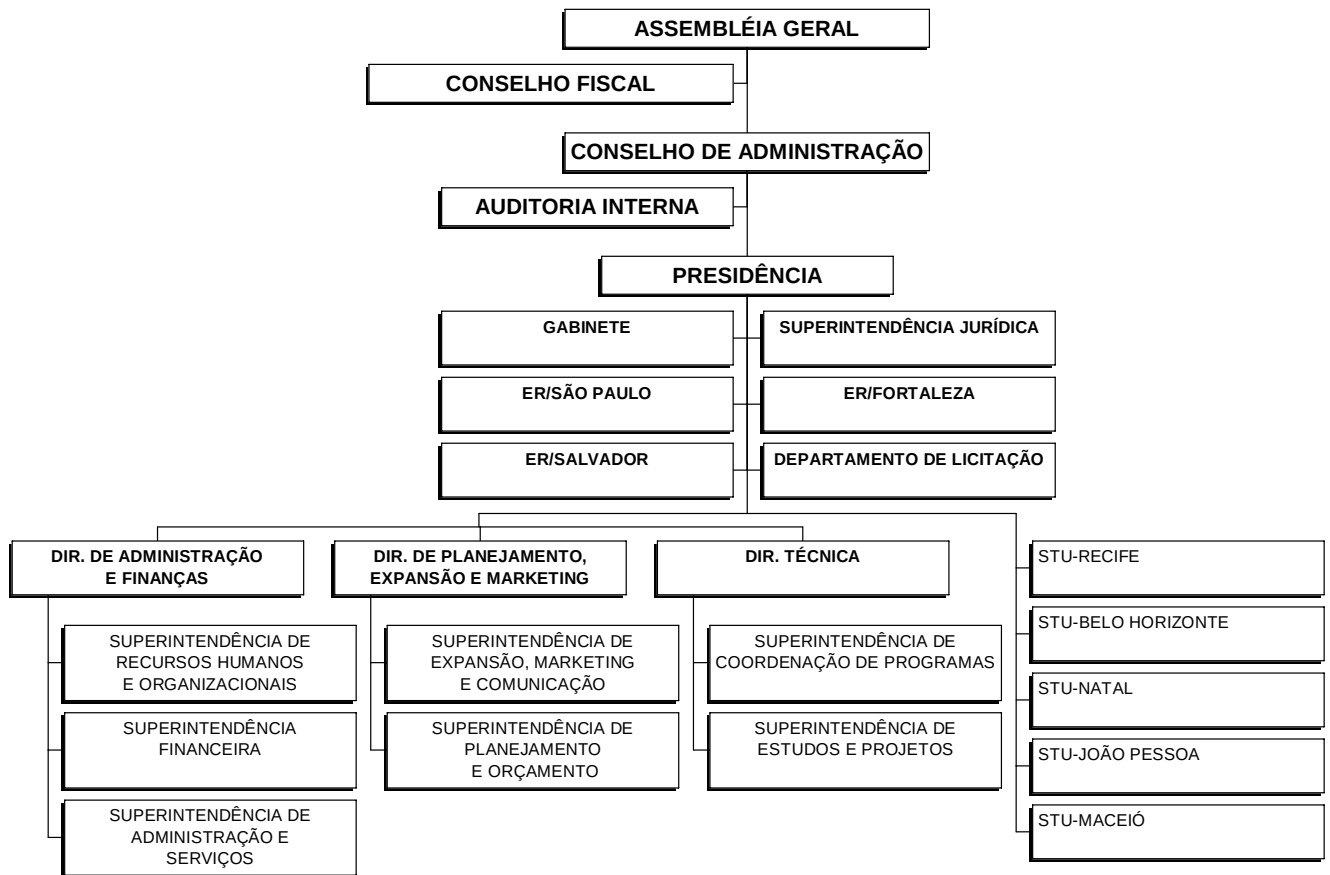
1.3 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2009				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos				
Ações Ordinárias - %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Governamental	Tesouro Nacional	99,99999	99,99999	99,99999
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
Não Governamental	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas	0,00001	0,00001	0,00001
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
Total		100,00000	100,00000	100,00000
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Governamental	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
Não Governamental	Free-Float			
	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
Total				

A CBTU não possui investimento permanente em outras sociedades

1.4 - ESTRUTURA ORGÂNICA

Com sua vinculação ao Ministério das Cidades em 2003, a CBTU, após a realização dos estudos para definição das suas novas atribuições e evoluções posteriores, passou a ter o seguinte organograma, definido pela Resolução do Diretor – Presidente nº 0174-2008, de 19 de maio de 2008:



2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

O Estatuto Social da CBTU teve sua primeira publicação em 14 de agosto de 1984. Sua última alteração, decorrente de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de outubro de 2009, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 04 de dezembro de 2009 e no Jornal do Commercio nos dias 04, 05 e 06 de dezembro de 2009.

A CBTU, de acordo com seu Estatuto Social, Cap. II – art. 4º, tem por objeto:

- a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- o gerenciamento das participações societárias da União e da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano de pessoas;
- a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

Em 2009, no contexto dos objetivos setoriais e orientações estratégicas do Ministério das Cidades e de acordo com a legislação vigente, a CBTU teve como objetivos estratégicos, externalizados através de suas macro ações ou atividades finalísticas:

- Implantar e modernizar sistemas de trens urbanos;
- Manter e operar os sistemas de trens urbanos sob sua administração;
- Fomentar os sistemas de transporte sobre trilhos no contexto da implantação das políticas da mobilidade e desenvolvimento urbano.

Sua estratégia de atuação, face às responsabilidades institucionais consiste no desenvolvimento de suas ações em conformidade com o PLANO PLURIANUAL vigente. A Proposta Orçamentária, elaborada para cada exercício, explicita, para cada uma das ações sob sua gestão, as metas pretendidas, o avanço físico possível de ser atingido, os benefícios advindos de seu alcance e a dotação orçamentária necessária para sua execução, dentro do exercício. A implementação desta proposta é condicionada ao Orçamento aprovado na LOA e à disponibilização de limites orçamentários para movimentação e empenho. Todo o planejamento de execução das ações é registrado no SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento, atualizado e monitorado mensalmente. Desde 2007, a CBTU tem algumas de suas ações incluídas no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, sendo objeto de acompanhamento pela Casa Civil. A aplicação de recursos federais em obras e projetos de interesse de Estados e Municípios, através de transferência, é acompanhada e fiscalizada, observando-se o disposto na IN-01/97 e suas alterações posteriores e em estrito cumprimento às determinações constantes dos Acórdãos emanados pelo Tribunal de Contas da União.

Suas principais ações específicas, no contexto da função de governo 15 - URBANISMO, subfunção 453 - TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS, incluídas no Plano Plurianual 2008 – 2011, no Programa 1295 – Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, detalham aquelas atividades finalísticas, tendo como público alvo a população, em especial a de baixa renda, dos aglomerados urbanos e regiões metropolitanas onde atua.

3. ÁREA DE ATUAÇÃO

A CBTU desenvolve suas atividades em nove dos principais centros urbanos do País. Mantém e opera os sistemas de trens urbanos de: Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió, sendo também responsável pelas ações de investimentos do Governo Federal na expansão/modernização/recuperação destes sistemas que administra e na implantação dos sistemas de trens urbanos de Fortaleza e de Salvador, cidades onde os sistemas já foram transferidos aos governos locais. Cabe citar os sistemas de São Paulo e Rio de Janeiro, também já transferidos para o poder local.

A empresa é estruturada em uma Administração Central (Rio de Janeiro), cinco Superintendências Regionais (Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió) e três escritórios regionais (São Paulo, Salvador e Fortaleza). Os sistemas por ela operados apresentam as seguintes características principais:

DISCRIMINAÇÃO	RECIFE	BELO HORIZONTE	NATAL	JOÃO PESSOA	MACEIÓ	TOTAL
Total	68,8	28,2	56,2	30	32,1	215,3
EXTENSÃO km						
Eletrificada	37,8	28,2	-	-	-	66,0
Não Eletrificada	31,0 ⁽²⁾⁽³⁾	-	56,2	30	32,1	149,3
PASSAGEIROS - MDU (mil)	194,0	151,6	8,0	10,2	6,6	370,3
NÚMERO DE ESTAÇÕES	35 ⁽³⁾	19	22	12	15	103
TUE ⁽⁴⁾	25	25	-	-	-	50
LOCOS	4	-	4	4	3	15
CARROS	34	-	20	24	21	99
INTERVALO MÍNIMO (min)	5,5	5,5	95	62	68	-
EFETIVO DE PESSOAL - PCS ⁽¹⁾	1.371	717	108	88	119	2.403
MUNICÍPIOS ATENDIDOS	4	2	4	4	3	17
POPUL. DOS MUNICÍPIOS (mil)	2.200	2.800	900	800	900	7.600

(1) Não consta o efetivo de pessoal da Adm. Central, de 342 empregados

(2) Compreende o trecho entre as estações Cabo e Ângelo de Souza e o desvio entre Ângelo de Souza e Curado

(3) Inclui 2 estações no trecho entre as estações Ângelo de Souza e Curado (desvio)

(4) Composto de 4 carros, sendo 2 motores e 2 reboques.

4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1 - DADOS GERAIS DO PROGRAMA

PROGRAMA 1295 – DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo geral	Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir as suas gestões para os governos locais
Gerente do Programa	Elionaldo Maurício Magalhães Moraes
Gerente Executivo	Marcos de Freitas Coelho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos das cidades onde a CBTU e a TRENSURB atuam
Público alvo (beneficiários)	População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, Natal, João Pessoa e Maceió

4.2 - INDICADORES DO PROGRAMA

O Programa 1295 - Descentralização dos Sistemas de Trens Urbanos tem como indicadores para sua avaliação, o *Número de Passageiros Transportados em cada Sistema operado pela CBTU* (número total de passageiros, pagantes ou não, que efetivamente foram transportados pelo sistema) e a *Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos* (relação percentual entre o somatório acumulado dos pesos atribuídos aos sistemas já transferidos pelo governo federal e a somatória dos pesos de todos os sistemas que estavam sob gestão do governo federal em 1994).

A fórmula de cálculo do indicador Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos leva em conta um fator de ponderação dos sistemas, significando o peso de cada sistema no processo de transferência, através da relação $[(\text{passageiro} \times \text{km}) / (\text{km de linha})] \times [\text{fator político-sócio-econômico}]$. O fator político-sócio-econômico adotado foi a população dos municípios atendidos por cada sistema. Ao início do PPA 2004-2007, este índice foi de 73,40% e a meta prevista para o final do PPA (2007) foi de 88,90%. No exercício de 2005, foi atingido o índice de 75,40%, com a transferência da administração do sistema de Salvador à Prefeitura local, mantendo-se inalterado até então. Com relação ao número de passageiros transportados, este valor vem sendo incrementado com as realizações físicas e melhorias implantadas, atingindo, em 2009, 110.519.000 passageiros transportados.

INDICADORES OPERACIONAIS

Com relação à atividade finalística de manutenção e operação dos sistemas de trens urbanos sob sua gestão, o desempenho operacional da CBTU no ano de 2009 pode ser demonstrado por meio dos seguintes indicadores relativos à produção do transporte:

Passageiros Transportados

Os sistemas operados pela CBTU continuam registrando melhora no desempenho, chegando a transportar neste ano 110.519,0 mil passageiros, superior em 0,6% na comparação com 2008. Importante destacar que, em 2009, houve um movimento grevista, fazendo com que, por cerca de 15 dias dos meses de junho e julho, a demanda não fosse inteiramente atendida. Ainda assim, o resultado desse ano foi recorde histórico desde a transferência dos sistemas do Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e Salvador. Cabe ressaltar que o valor da tarifa dos trens, bem inferior à dos ônibus, contribui significativamente no aumento de demanda.

Receita

A receita própria arrecadada pelo conjunto dos sistemas da CBTU atingiu em 2009 a cifra de R\$105.353 mil, resultando num aumento de 5,8% em relação ao montante auferido em 2008, fruto do incremento de demanda e do reajuste da tarifa do sistema de Recife (de R\$1,30 para R\$1,40) em janeiro de 2009. Desse total, R\$98.816 mil referem-se à receita operacional e R\$6.537 à não operacional.

Custo

O custo total das unidades operacionais em 2009 foi de R\$283.925 mil, valor inferior em 0,9% quando comparado com o resultado obtido em 2008. Em decorrência, o custo unitário verificado foi de R\$2,57 contra R\$2,61, apurado no ano anterior.

Taxa de Cobertura

Reflexo dos resultados de receita e custo, em 2009, a taxa de cobertura apresentou um índice de 35,5%, resultado superior em 2,4 pontos percentuais à realização de 2008.

A seguir são apresentados os principais indicadores, com os valores alcançados em 2008 e as realizações em 2009.

CONCEITO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	REALIZADO	
			2008	2009
EFICÁCIA	Passageiros transportados	mil	109.894	110.519
	Média pass. transp./dia útil	mil	355	370
	TUE em tráfego	Unid	33	35
	Locomotivas em tráfego	Unid	9	8
	Receita Própria (exclusive AC)	R\$mil	99.607	105.353
EFICIÊNCIA	Custo Total	R\$mil	286.374	283.925
	Custo unitário	R\$	2,61	2,57
ECONOMICIDADE	Taxa de cobertura plena	%	33,1	35,5
	Taxa de cobertura operacional	%	68,3	71,5
QUALIDADE	Pontualidade	%	93,5	91,8
	Regularidade	%	97,7	95,4
	Segurança do usuário	Acidentes por milhão de pass.	2,5	3,0

Na tabela abaixo, é apresentada a evolução dos indicadores operacionais, através de contínuo monitoramento das ações, valores mensais, total anual e médias.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		MÉDIA 2008	2 0 0 9														(%) 09/08
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	9.158	8.779	8.221	9.649	9.057	9.671	7.502	7.762	9.608	9.843	10.223	9.998	10.206	110.519	9.210	0,6
	Passageiros por dia útil (mil)	355,3	336,2	361,7	364,7	367,5	377,1	373,0	331,6	365,4	383,7	390,4	398,0	394,3	-	370,3	4,2
	Receita operacional (R\$ mil)	7.769	7.550	7.432	8.576	8.912	8.520	6.564	7.683	8.018	9.058	8.591	8.495	9.417	98.816	8.235	6,0
	Receita não operacional (R\$ mil)	532	573	560	908	511	161	517	498	409	823	380	892	306	6.537	545	2,4
	Receita Total (R\$ mil)	8.301	8.123	7.992	9.485	9.423	8.681	7.081	8.180	8.427	9.881	8.970	9.387	9.723	105.353	8.779	5,8
Custo total (R\$ mil)		23.864	23.489	19.365	22.254	23.037	23.489	24.105	22.894	23.461	23.590	24.327	23.838	30.076	283.925	23.660	-0,9
EFICIÊNCIA	Custo Unitário (R\$)	2,61	2,68	2,36	2,31	2,54	2,43	3,21	2,95	2,44	2,40	2,38	2,38	2,95	-	2,57	-1,4
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,85	0,86	0,90	0,89	0,98	0,88	0,87	0,99	0,83	0,92	0,84	0,85	0,92	-	0,89	4,7
ECONOMIA CIDADE	Taxa de Cobertura Plena (%)	33,1	32,8	39,1	39,4	39,4	37,0	27,9	34,5	34,8	39,6	35,9	36,3	31,8	-	35,5	7,3
QUALIDADE	Regularidade (%)	97,7	97,1	96,8	95,1	95,3	95,9	87,9	89,1	95,2	96,1	97,7	98,5	98,2	-	95,4	-2,3
	Pontualidade (%)	93,5	92,4	93,2	90,8	90,5	90,6	89,9	90,1	92,5	91,4	92,6	93,3	93,3	-	91,8	-1,8

INDICADORES FÍSICOS

Com relação à atividade finalística de implantação, modernização e recuperação dos sistemas de trens urbanos, o desempenho da CBTU no ano de 2009 pode ser demonstrado por meio dos seguintes indicadores de avanço físico de seus principais projetos, registrados no SIGPLAN:

AÇÕES	% AVANÇO FÍSICO/2009	
	META (SIGPLAN)	REALIZADO
Implantação do sistema de trens urbanos de Recife – TIP/Timbi e Recife/Cajueiro Seco	11,2	5,5
Implantação do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte – Eldorado/Vilarinho	1,06	0,53
Elaboração de Projetos da Linha 2 do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte	70,00	2,81
Correção e Vedação da Faixa de Domínio do Trecho Barreiro - Calafate do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte	9,0	0
Recuperação do sistema de Trens Urbanos de Natal	18,3	6,3
Recuperação do sistema de Trens Urbanos de João Pessoa	12,4	3,2
Recuperação do sistema de Trens Urbanos de Maceió	17,2	1,03
Implantação do sistema de trens urbanos de Fortaleza – Linha Sul	19,32	3,75
Implantação do sistema de trens urbanos de Fortaleza – Linha Oeste	58,85	31,20
Implantação do sistema de trens urbanos de Salvador – Lapa/Pirajá	24,7	11,4
Modernização do sistema de trens urbanos de Salvador - trecho Calçada - Paripe	5,4	4,8

INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS

O Orçamento Geral da União para 2009 foi aprovado por intermédio da Lei nº 11.897 de 30 de dezembro de 2008, destinando à CBTU recursos no valor de R\$949,6 milhões. Com as alterações orçamentárias ocorridas no decorrer do exercício, o Orçamento Aprovado totalizou R\$836,2 milhões. A evolução orçamentária está apresentada no quadro a seguir:

ORÇAMENTO 2009 - EVOLUÇÃO/DESEMPENHO

R\$ x mil

	LOA Nº 11.897 (a)	LOA + Alterações (b)	Limite Orçamentário (c)	% (c/b)	Realizado (d)	% (d/c)	% (b/a)
Investimentos / PAC	510.159	282.327	264.855	94	264.756	100	52
Atividades (s/limite) (1)	246.805	352.864	352.788	100	321.195	91	130
Atividades (c/limite) (2)	150.523	152.523	152.846	100	151.682	99	101
Dívida (3)	42.102	48.466	48.466	100	34.938	72	83
Total	949.588	836.180	818.954	98	772.572	94	81

Obs: (1) Inclui: Rem. de Pessoal/Encargos, Benefícios Assistenciais, Refer e Sentenças Judiciais e

Cumprimento de Débitos Judiciais Vincendos Devidos

(2) Demais atividades, incluindo reaparelhamento administrativo.

(3) Inclui dívidas interna e externa - amortizações e juros do principal.

Como informação no quadro acima, a realização orçamentária das Ações de Atividades, de Investimentos e de Operações Especiais atingiu 94% em relação a LOA + Alterações, não atingindo a sua integralidade devido a disponibilização de créditos adicionais para as Ações de Remuneração de Pessoal e de Contribuição à Previdência Privada serem superiores às necessidades previstas da Companhia.

EXTRATO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE INVESTIMENTOS

- ações incluídas no PAC – referentes aos projetos de Implantação dos Sistemas de Belo Horizonte, de Recife, de Fortaleza e de Salvador e a Elaboração dos Projetos de Engenharia das Linhas 2 e 3 do Sistema de Belo Horizonte - a disponibilidade de limite orçamentários para empenho não sofre contingenciamento orçamentário;
- ações não incluídas no PAC – as ações de Recuperação dos Sistemas de Natal, de João Pessoa e de Maceió e a Implantação do Sistema Leve sobre Trilhos na Região Norte do Estado do Ceará - sofreram ao longo do exercício restrições na disponibilidade de limite orçamentário para empenho.

Neste exercício, destacamos o início da Implantação do Sistema de Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, no Sistema de Trens Urbanos de Maceió.

- ações para a Adequação à Acessibilidade Universal dos Sistemas de Trens Urbanos, incluídas no Programa Nacional de Acessibilidade, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – atende as Superintendências de Recife, de Belo Horizonte, de Natal, de João Pessoa e de Maceió, como também a Administração Central - não foram disponibilizados limites orçamentários suficientes para amparar o empenho desta despesa no exercício.
- ação de Estudos para Racionalização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros sob Gestão da CBTU – não foram disponibilizados limites orçamentários suficientes para amparar o empenho desta despesa em 2009.

EXTRATO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS

O contingenciamento do orçamento aprovado para as Atividades, a irregularidade nas liberações de limites orçamentários para empenho sem correspondência com os períodos estabelecidos no Decreto de Programação Orçamentária (Decreto nº 6.752, de Programação Orçamentária e Financeira), assim como a liberação dos limites para as ações de investimento não incluídas no PAC, exigiram uma intensa e rigorosa gestão orçamentária no decorrer do exercício.

As ações que obtiveram os limites orçamentários para empenho disponibilizados foram integralmente executadas, sendo:

- A ação de Funcionamento dos Sistemas - Manutenção e Operação dos Sistemas de Trens Urbanos de Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió, atendendo às despesas de custeio e reaparelhamento administrativo – LOA + Alterações R\$134.789mil, inferior a necessidade apresentado na Proposta, como também ao PL-LOA 2009. Foi necessária a gestão para a recomposição parcial deste valor, o que só ocorreu em outubro, tendo sido aprovado o acréscimo de R\$4.900 mil.
- Com relação à Remuneração de Pessoal, a LOA foi de R\$168.599 mil, sendo que em novembro foi aprovado R\$35.000 mil, totalizando para o exercício R\$203.599mil. Esta ação não sofreu contingenciamento, mas a execução orçamentária não foi integral devido ao crédito obtido ser superior ao proposto pela CBTU à época.
- Todo o planejamento, controle e distribuição dos recursos orçamentários para gerenciamento e administração dos programas da CBTU, dos escritórios de São Paulo, Fortaleza, Salvador, e as ações remanescentes da estadualização dos sistemas de Fortaleza (CE) e Salvador (BA) estão centralizadas na Administração Central da CBTU, e são amparados com o orçamento da ação de Gestão e Administração do Programa – GAP, que obteve na LOA R\$14.064 mil, insuficiente para o atendimento das despesas pertinentes à ação, conforme demonstrado na Proposta Orçamentária e também tramitado no PL-LOA. Com a inclusão de despesas necessárias à mudança da sede da CBTU para o antigo Edifício Sede da AG da RFFSA, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, e com ações e gestões intensivas da CBTU, foram aprovados créditos de R\$7.100mil, não sendo os limites orçamentários para empenho disponibilizados integralmente.

INDICADORES FINANCEIROS

Recursos do Tesouro

Com referência ao exercício de 2009, foram recebidos R\$374.215,2 mil em recursos do Tesouro, relativos ao orçamento da LOA (ordinário, extraordinário e PAC) para as rubricas Atividades, Projetos, Pessoal/Encargos/REFER, Sentenças Judiciais, Dívidas Interna/Externa, conforme demonstrado no quadro.

Os recursos recebidos representaram apenas 53,0% da dotação disponível para essas rubricas, no total de R\$705.725,8 mil.

Neste contexto, os recursos aplicados (valores pagos) totalizaram R\$367.059,0 mil e representaram 98,1% dos recursos recebidos.

Pelos percentuais encontrados, conclui-se, quanto aos recursos recebidos do Tesouro, que:

- Executou-se praticamente todo o recurso ingressado para os pagamentos das despesas, com ótimo aproveitamento.
- Em relação às dotações disponíveis, o baixo percentual dos valores recebidos é reflexo da liberação dos créditos orçamentários ao término do exercício, onde podemos destacar a Recuperação dos Sistemas de João Pessoa, Maceió e Natal e, os projetos referentes à Implantação do Veículo Leve s/Trilhos na Região Norte do Estado do Ceará e Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Receita Própria

A Receita Própria arrecadada em 2009 atingiu R\$107.494,5 mil, entre Receita Operacional (Arrecadação Direta) e Receita Financeira (Aplicações Financeiras) destinadas a amparar as despesas com Funcionamento dos Sistemas, Gestão Administrativa, e Reaparelhamento Administrativo. Este valor é 3,4% maior do que o atingido no mesmo período no exercício anterior.

O montante aplicado (valores pagos) relativo às despesas do orçamento 2009 foi de R\$80.399,7 mil, e representam 78,0% da dotação disponível e 74,8% do total ingressado.

Dentre os indicadores de valores recebidos (receitas arrecadadas) e aplicados (pagos), em relação aos disponíveis, destacamos:

- a Unidade de Belo Horizonte e a Administração Central arrecadaram acima dos limites orçamentários e financeiros disponibilizados;
- no total, a receita efetivamente arrecadada pela CBTU ficou acima do limite anual autorizado.

Algumas despesas específicas foram pagas com fontes de Receita de Convênios (Acordo SESI/SENAI), decorrentes do Termo de Cooperação Técnica e Financeira. O montante disponibilizado no ano foi de R\$108,1 mil, para um total pago de R\$119,6 mil relativo a 2009, e de R\$49,9 mil para RAP. O total pago a maior decorre de utilização de saldo do exercício anterior.

Estes valores não são contemplados nos quadros, pois não compõem a Receita Própria da Companhia, apesar de estarem inseridas no Orçamento.

Oportuno registrar que no exercício de 2009, tivemos o valor de R\$32.248,2 mil da nossa receita, apreendidos pela justiça, sendo R\$22.868,4 mil na STU REC, R\$8.597,6 mil na STU BH e R\$782,2 mil na STU MAC. Em decorrência a STU BH disponibilizou R\$35.750,0 mil e a AC R\$2.118,5 mil para atender as UGs deficitárias, como também foram resgatados R\$34.812,0 mil para suprir as nossas necessidades.

RECURSOS DO TESOURO

(R\$ 1,00)

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO APROVADA	DOTAÇÃO DISPONÍVEL	VALOR RECEBIDO	APLICAÇÃO DE RECURSOS	RECEBIDO/ DISPONÍVEL (%)	RECEBIDO/ APROVADO (%)	APLICADO/ DISPONÍVEL (%)	APLICADO/ RECEBIDO (%)
ATIVIDADES	-	79.208.985	73.553.578	68.539.222	92,86	-	86,53	93,18
LOA/2009	-							
OUTROS CUSTEIOS/REAP.ADMINIST. (Gestão/Administ. Programa; Função. Sistemas; Capacitação; Publicidade; Obrigações Decorrentes; Destaques)	-	52.112.568	45.946.858	42.446.058	88,17	-	81,45	92,38
PROT. TRABALHADOR (Aux-Transp.; Aux-Creche; Aux-Alimentação; Assist. Méd.Odontol.)	-	27.096.417	27.606.720	26.093.165	101,88	-	96,30	94,52
PROJETOS	-	292.954.296	15.055.036	14.416.858	5,14	-	4,92	95,76
LOA/2009	-	108.690.478	1.047.014	1.070.705	0,96	-	0,99	102,26
RECUPERAÇÃO SISTEMA - João Pessoa	-	5.328.305	454.163	466.098	8,52	-	8,75	102,63
RECUPERAÇÃO SISTEMA - Maceió	-	50.994.295	397.583	332.177	0,78	-	0,65	83,55
RECUPERAÇÃO SISTEMA - Natal	-	2.500.027	195.268	272.430	7,81	-	10,90	139,52
IMPLANTAÇÃO VLT - Região Norte do Estado do Ceará	-	21.670.000	-	-	-	-	-	0,00
APOIO À POLÍTICA NAC.DE DESENVOLVIMENTO.	-	28.197.851	-	-	-	-	0,00	0,00
PAC	-	184.263.818	14.008.022	13.346.153	7,60	-	7,24	95,28
FORTALEZA Trecho Sul-V.Flores-João Felipe	-	42.880.645	-	-	-	-	-	-
FORTALEZA Cump.Obrig.Decorrentes	-	11.000.000	11.000.000	11.000.000	100,00	-	100,00	100,00
SALVADOR Lapa-Pirajá	-	21.153.000	-	-	-	-	-	-
BELO HORIZONTE Elaboração dos Proj. Eng. das linhas 2 e 3	-	14.000.000	393.538	-	2,81	-	-	-
BELO HORIZONTE Eldorado - Vilarinho	-	6.553.873	100.186	-	1,53	-	-	-
PERNAMBUCO Tip - Timbi	-	88.676.300	2.514.298	2.346.153	2,84	-	2,65	93,31
PESSOAL/ENCARGOS/REFER	-	181.283.395	173.474.488	172.316.463	95,69	-	95,05	99,33
SENT.TRABALHISTAS	-	64.371.062	26.029.462	25.720.327	40,44	-	39,96	98,81
SENT.CÍVEIS	-	38.069.761	36.200.960	36.679.626	95,09	-	96,35	101,32
PENSÕES	-	14.900.000	14.963.442	14.448.322	100,43	-	96,97	96,56
DÍVIDA INTERNA	-	26.691.966	26.691.966	26.691.966	100,00	-	100,00	100,00
JUROS E COMISSÕES	-	10.196.420	10.196.420	10.196.420	100,00	-	100,00	100,00
AMORTIZAÇÃO	-	16.495.546	16.495.546	16.495.546	100,00	-	100,00	100,00
DÍVIDA EXTERNA	-	8.246.290	8.246.290	8.246.290	100,00	-	100,00	100,00
JUROS E COMISSÕES	-	750.565	750.565	750.565	100,00	-	100,00	100,00
AMORTIZAÇÃO	-	7.495.725	7.495.725	7.495.725	100,00	-	100,00	100,00
TOTAL	-	705.725.755	374.215.222	367.059.074	53,03	-	52,01	98,09

RECEITA PRÓPRIA

(R\$ 1,00)

UNIDADE ADMINISTRATIVA	DOTAÇÃO APROVA DA	DOTAÇÃO DISPONÍVEL	ARRECADADA/ SUBREPASSADA ENTRE UAs	ARRECAD. APREENDIDA PELA JUSTIÇA	ARRECADADA SUBREPASSADA CONCEDIDA (-) RECEBIDA (+)	ARRECAD. DISPONÍVEL	APLICADA	ARRECAD. DISPONÍVEL / DOTAÇÃO DISPONÍVEL (%)	ARRECAD. DISPONÍVEL / APROVADO (%)	APLICADO/ DOTAÇÃO DISPONÍVEL (%)	APLICADO/ ARRECAD. DISPONÍVEL (%)
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	-	22.799	2.141.288	-	(2.118.489)	22.799	22.799	100,00	-	100,00	100,00
BELO HORIZONTE	-	41.138.106	66.548.051	8.597.594	(35.750.000)	22.200.457	32.434.488	53,97	-	78,84	146,10
RECIFE	-	47.420.275	35.490.327	22.868.388	30.175.574	42.797.513	38.009.645	90,25	-	80,15	88,81
NATAL	-	4.293.802	1.054.792	-	2.056.111	3.110.903	2.943.849	72,45	-	68,56	94,63
JOÃO PESSOA	-	4.556.298	1.386.358	128	1.951.469	3.337.699	3.464.674	73,25	-	76,04	103,80
MACEIÓ	-	5.541.054	873.728	782.172	3.685.335	3.776.891	3.524.265	68,16	-	63,60	93,31
TOTAL	-	102.972.334	107.494.545	32.248.282	-	75.246.262	80.399.719	73,07	-	78,08	106,85

* INCLUI RECEITAS FINANCEIRAS

* INCLUI RECEITAS REAP. ADMINISTRATIVO

4.3 - EVOLUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES DO PROGRAMA

A CBTU em 2009, responsável pela implantação do Programa 1295 - Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, prossegue como gestora da execução de ações de investimentos do Governo Federal em sistemas de trens urbanos, com o objetivo de modernizá-los, viabilizar sua plena inserção na malha de transportes da região, a melhoria de seu equilíbrio econômico. Neste sentido, desenvolve os projetos de implantação/expansão de sistemas em Recife e Belo Horizonte, operados pela CBTU, além de Salvador, Fortaleza. Nestes investimentos administrou recursos oriundos de acordos de empréstimos contratados com o BIRD, cujos financiamentos já foram concluídos, com o JBIC, (financiamento ainda em utilização em Fortaleza) e também dotações ordinárias do Tesouro Nacional. Complementam o programa de investimentos sob gestão da CBTU, aplicações nas ações de recuperação nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió. Os recursos investidos e o detalhamento da aplicação estão descritos a seguir, na abordagem por cada sistema.

Os investimentos geridos pela CBTU incluídos no PAC mantiveram o andamento, com pleno empenho dos recursos aprovados e liberados para o exercício de 2009. O ritmo desejado, porém, não foi alcançado devido a dificuldades pontuais que impediram o alcance do desempenho programado.

5754 - IMPLANTAÇÃO DO TRECHO TIP-TIMBI E MODERNIZAÇÃO DO TRECHO RODOVIÁRIA-RECIFE-CABO, DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE – PE

TIPO	PROJETO	UNIDADES EXECUTORAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU Recife
FINALIDADE	Proporcionar maior acessibilidade e mobilidade à população da Região Metropolitana de Recife por meio de uma modalidade de transporte segura, rápida, confiável e pontual, capacitando o sistema a transportar 335.000 passageiros/dia, sendo 165.000 no trecho Recife - Cajueiro Seco - Cabo (Linha Sul) e 170.000 na Linha Centro que inclui o trecho TIP-Timbi.	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU Recife
DESCRIÇÃO	O Projeto de Recife programa intervenções nas duas linhas do sistema. Na Linha Sul, consiste na implantação da tecnologia metroviária em 14,3km de via, ligando Recife a Cajueiro Seco, no Município de Jaboatão dos Guararapes, e na modernização do sistema existente de 11 km entre Cajueiro Seco e Cabo, com duplicação da via e recuperação da infraestrutura e do material rodante. Na Linha Centro, além de melhorias no trecho entre Recife e Rodoviária, consiste em sua expansão compreendendo a implantação de 4,7km de via, ligando a Estação Rodoviária (TIP) a Camaragibe (TIMBI), e a construção de duas novas estações (Cosme e Damião e a Estação Terminal de Camaragibe)	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcus Vinícius Quintella Cury
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU Recife	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	-

Execução física

- **Realizado até 2008: 71,2%**
Meta 2009: 11,2%

- **Realizado em 2009 até dezembro: 5,5%**

Encontra-se em negociação junto ao Governo Federal um Estudo da CBTU, em consonância com o Governo do Estado de Pernambuco, para complementação do PAC, incluindo a expansão do sistema até Suape, com a implantação de 14 km de via singela a partir da Estação Ponte dos Carvalhos, entre Cajueiro Seco e Cabo; duas estações com terminais de integração; sistemas de sinalização, telecomunicações e bilhetagem; aquisição de 5 VLT; e recuperação de 11 km de via permanente exclusiva para carga. Este Estudo introduz também melhorias no Projeto atual, para atingir a expectativa de aumento de demanda para 374 mil passageiros/dia útil. Para tal, serão necessários mais R\$480,0 milhões, suplementação esta que inclui também a aquisição de mais 15 TUE, e modernização da Linha Centro. Este Estudo considera a conclusão do novo escopo citado até 2012.

A CBTU sinalizou a necessidade de aquisição desses TUE para operarem exclusivamente na Linha Sul, permitindo que o sistema, a partir de então, possa atender a demanda esperada. Caso não sejam implementadas as melhorias citadas, o sistema de trens urbanos de Recife não atingirá toda sua capacidade, principalmente por não estar dotado de número adequado de Trens. Visando dar início ao processo licitatório para aquisição destes trens, em consonância com a exigência da Lei nº 8.666, art. 39, foi realizada na CBTU, em 30/11/2009, uma Audiência

Pública. Foram apresentadas as primeiras informações do edital e especificações técnicas, a reunião objetivou colher subsídios e sugestões do mercado, que serão avaliadas quanto à viabilidade de sua aplicação.

PRINCIPAIS AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO:

Linha Sul:

MATERIAL RODANTE:

Os serviços de revisão e climatização da frota de TUE encontram-se com 76% de avanço físico. Já foram concluídos e entregues à operação 18 TUE.

Em 11/12/2008, foi assinado o contrato com o Consórcio TRENDS/BOM SINAL, para a aquisição de 07 VLT (Veículos Leves sobre Trilhos) para o trecho Cajueiro Seco-Cabo (linha diesel), com previsão de entrega em 18 meses.

Foi publicado no DOU em 14/08/2009 o Acórdão no 1772/2009 – TCU – Plenário, dando parecer favorável à continuidade do processo de aquisição/fabricação dos VLT pela CBTU.

Foi realizada na CBTU em 30/11/2009 uma Audiência Pública visando dar início ao processo licitatório, em consonância com a exigência da Lei nº 8.666, art. 39, para aquisição dos 15 novos trens que operarão nas linhas Centro e Sul. Estão em andamento as negociações para sua inclusão no PAC.

OBRAS CIVIS:

- Com relação aos Termos de Compromisso firmados entre a CBTU e o Governo do Estado de Pernambuco, continua em andamento o projeto executivo do Complexo do Viaduto da 9ª Travessa. Em 03/09/2009 foi lançada a Tomada de Preços para a contratação dos estudos e projetos executivos para a construção dos terminais integrados de Prazeres e Aeroporto e adequação/atualização dos projetos executivos para os sistemas viários de acesso aos referidos terminais. Em 23/09/2009 foram abertos os envelopes e em 10/11/2009 foi assinado o contrato. Em 17/09/2009 foi lançada a licitação para construção dos Terminais Tancredo Neves, Largo da Paz e Cajueiro Seco e seus sistemas viários de acesso, mas em 29/10/2009 foram inabilitadas todas as licitantes por não terem atendido completamente as exigências de qualificações técnicas, tendo sido concedido 8 dias úteis de prazo para apresentação de novas documentações. Em 17/11/2009 foram habilitadas 5 concorrentes, em 16/12/2009 foi publicado o resultado das empresas vencedoras e em 29/12/2009, assinados os contratos correspondentes.
- Em 23/11/2009 foi lançada a Tomada de Preços para a contratação de serviços técnicos de Engenharia Consultiva para apoio necessário para a efetivação dos processos de desapropriação para a execução dos 6 terminais integrados, objeto do TC 001-2008/DT.
- Assinado em 04/06/2009 o contrato para execução do projeto básico de engenharia para recuperação do trecho ferroviário de Cajueiro Seco/Cabo, com a Empresa Maia Melo Engenharia Ltda, vencedora da licitação. A Ordem de Serviço foi emitida em 01/07/2009.
- Foi realizado em fevereiro/2009 o transporte dos equipamentos de bilhetagem automática, entre Porto Alegre e Recife. Estes equipamentos foram doados pela TRENSURB, para utilização no Metrô de Recife.
- Foi publicado em 18/09/2009 o edital da licitação para contratação da construção da estação Cosme e Damião. A entrega das propostas foi programada para 20/10/2009 e posteriormente adiada para 20/11/2009, por necessidade de alterações no edital. Três empresas apresentaram proposta e o resultado da licitação foi homologado em 28/12/2009, consagrando a Construtora SAM Ltda como vencedora.
- A operação comercial do trecho Tancredo Neves/Cajueiro Seco foi inaugurada em 23/03/2009 com o sistema de sinalização em pleno funcionamento e continua operando com 3 TUE.

SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA:

Foi publicado em 09/10/2009 o edital da licitação por Concorrência Pública, para contratação da Implantação do Sistema de Bilhetagem Automática para o Sistema de Trens urbanos de Recife, com data de entrega das propostas para 12/11/2009 e adiada para 10/12/2009, quando foram recebidas 6 propostas, que estão em fase de análise da habilitação técnica das concorrentes.

SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÃO:

Foram eliminadas falhas e realizados ajustes em todos os sistemas de Telecom (CFTV, Cronometria, Sonorização, Alimentação de Emergência).

Foram retiradas pendências de comissionamento nas Estações Tancredo Neves, Recife, Antônio Falcão e Cajueiro Seco;

Foram realizadas visitas de inspeção nos diversos sistemas (CFTV, Sonorização, Cronometria, etc) nas Estações: Recife, Joana Bezerra, Largo da Paz, Cajueiro Seco, Monte Guararapes, Aeroporto, Porta Larga, Shopping, Antônio Falcão e Imbiribeira;

Foram realizados vistoria e testes nos painéis de mensagens/ relógio da estação Joana Bezerra;

Foi realizado levantamento em campo para verificação da infra-estrutura necessária, nas estações e subestações da linha Centro e Sul, visando o lançamento do cabo de fibra óptica.

SISTEMA DE ELETRIFICAÇÃO:

Linha Sul:

Devido à inesperada complexidade dos serviços e negociações com a contratada para cumprimento de recomendações do TCU as atividades estão em atraso:

Subestação Cajueiro Seco:

Finalizados os trabalhos de recuperação dos amplificadores MIU-6 e a fixação das anilhas dos cabos dos painéis de comando.

Subestação Shopping

Continuação do comissionamento da SSR Shopping.

Foi iniciado o comissionamento do reator dos filtros de harmônicas e dos capacitores de 3KVcc;

Foi feita a montagem do painel de 3KVcc, do painel dos retificadores e seccionadoras;

Foi iniciado o comissionamento dos barramentos de 3KVcc;

Foi feita a montagem do painel dos grupos retificadores;

Concluído o comissionamento dos pára-raios de 3KVcc;

Iniciado o comissionamento dos grupos retificadores;

Foi feita análise e revisão de desenhos eletromecânicos da estação Cajueiro Seco.

Continuação da execução das ligações elétricas dos painéis dos disjuntores e dos retificadores de 3KVcc

Continuação da execução das ligações do painel 69 KVca.

Foram transportados em julho/2009, da CPTM em São Paulo para Recife, os equipamentos e componentes elétricos, para utilização na subestação Shopping. Estes materiais de propriedade da CBTU, já se encontram estocados nas instalações da STU/REC.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2009

ATIVIDADE	Meta 2009 (%)	Realizado 2009 (%)	Acumulado até Dez/2009 (%)
Total	11,20	5,50	76,7
Desapropriações	5,00	0,28	92,28
Obras Cíveis	4,67	4,59	83,46
Material Rodante	29,39	17,36	45,11
Sistemas Fixos	13,13	12,30	85,00
Recuperação e melhoria de equipamentos e instalações	17,00	20,08	62,00

5176 - IMPLANTAÇÃO DO TRECHO ELDORADO-VILARINHO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE – MG

TIPO	PROJETO	UNIDADES EXECUTORAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-BH
FINALIDADE	Proporcionar maior acessibilidade e mobilidade à população da Região Metropolitana de Belo Horizonte por meio de uma modalidade de transporte segura, rápida, confiável e pontual, capacitando o sistema a transportar 350.000.	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-BH
DESCRIÇÃO	Implantar a Linha 1 do Trem Metropolitano de Belo Horizonte entre Eldorado e Vilarinho num trecho de 29,1 Km de extensão. As intervenções são vinculadas ao programa de descentralização - 1ª fase (Conclusão da Linha 1, incluindo o Programa CBTU/BIRD): desapropriações e reassentamentos; conclusão da implantação de 4,3 km de via dupla entre Santa Inês e São Gabriel e construção de mais 6,6 km de via dupla entre São Gabriel e Vilarinho, complementando os 29,1 km da Linha 1; construção de mais 8 estações e 3 terminais de integração, complementando as 19 estações e 4 terminais do sistema; conclusão da construção do Complexo de Manutenção e construção do edifício sede da administração; implantação e montagem de sistemas de eletrificação, sinalização, telecomunicação, bilhetagem automática e sistema de controle de tráfego rodoviário por área na Região Metropolitana de Belo Horizonte; aquisição de material rodante (mais 20 Trens Unidade Elétrica – TUE, complementando 25 TUE previstos) e equipamentos de oficinas e de manutenção de via permanente; supervisão, estudos, projetos, treinamento e gerenciamento, além das despesas de importação e transporte de equipamentos, além de intervenções complementares ao programa de descentralização	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcus Vinícius Quintella Cury
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-BH	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	-

Evolução Física

Realizado até 2008: 98,64%

Meta para 2009: 1,06%

- **Realizado em 2009 até dezembro: 0,53%**

O escopo do Projeto encontra-se praticamente concluído e a linha operando comercialmente. O objetivo principal desta etapa do PAC foi de encerrar a implantação da Linha 1, focada na construção da Estação de Integração do Vilarinho, sem o shopping, e na construção do pátio de estacionamento. As ações continuaram em andamento em 2009, praticamente com aplicação de recursos inscritos em Restos a Pagar (RAP), incluindo parcela remanescente do RAP/2005 (PPI).

Por solicitação do governo de Minas Gerais, encontra-se em análise proposta para priorização de mais recursos do PAC para atender necessidades crescentes de demandas de passageiros na Linha 1. Neste contexto, torna-se necessária a aprovação de proposta da CBTU, introduzindo melhorias no sistema, visando atender esta expectativa de aumento de demanda para Linha 1, contemplando: aquisição de mais 10 Trens Unidade Elétricos (TUE); execução de melhorias operacionais, principalmente equacionando a sinalização do estacionamento de trens e melhorando o equipamento do Sistema de Controle Automático de Trens (ATC de bordo); aquisição de equipamentos para otimizar a conservação das vias, além da construção da estação de entroncamento Nova Rodoviária e ampliação/melhoria de oficinas. Para tal, foram previstos recursos adicionais, já atualizados, de R\$259,61 milhões, com previsão de conclusão do novo escopo proposto em 2012 e das intervenções remanescentes do PAC em 2010. A CBTU programou para 15/01/2010, uma Audiência Pública, visando dar início ao processo licitatório para aquisição dos 10 trens, em consonância com a exigência da Lei nº 8.666, art. 39. A reunião objetivou colher subsídios e sugestões do mercado, que serão avaliadas quanto à viabilidade de sua aplicação.

Os recursos inscritos em RAP no exercício de 2009 foram programados para atender a: conclusão do vídeo wall; conclusão das obras de complementação da estação de integração de Eldorado; conclusão do reforço na infraestrutura na região da estação de Calafate; fornecimento de todos os sobressalentes recomendados para o sistema de sinalização; eliminação das pendências e recebimento provisório de todo o sistema da sinalização no CCO (SI-CTE).

PRINCIPAIS AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO:

Sistema de Sinalização

- A CBTU está aguardando a troca dos medidores de energia da CEMIG, instalados nas Subestações, a fim de possibilitar a retomada da implantação do sistema de monitoração da demanda, já que os medidores hoje instalados, que são de tecnologia mais antiga, não permitem a monitoração da demanda da forma prevista no edital e desejada pela CBTU. Já foi definido o modelo do novo medidor a ser instalado pela CEMIG;
- A CBTU ainda aguarda uma programação definitiva para o fechamento dos trabalhos de retirada de pendências da Sinalização do Pátio de São Gabriel e do trecho São Gabriel - Vilarinho;
- Continuam os testes dos módulos de rastreamento/programa horário da sinalização e controle de tráfego no Centro de Controle Operacional - CCO;
- A CBTU aguarda o retorno de projetor (sobressalente) que apresentou falha e foi enviado para reparo em garantia, desde setembro/2009;
- A CBTU/STU-BH ainda permanece aguardando o posicionamento do consórcio, referente à proposta de realização de uma pesquisa em conjunto das instalações do sistema de alimentação em Vilarinho, para determinar a causa da queima das UPS (nobrek);

- Continua a correção de pendência de Comissionamento do Sistema Integrado de Controle de Tráfego e Energia (SI-CTE);
- O Sistema de manutenção das Unidades Remotas de Telecomando e Telecontrole (URs), (ao longo da via e central no CCO) via terminal de controle do controlador do CCO esta dependendo da disponibilidade do novo cartão ETHERNET para a conclusão de sua instalação;
- O Sistema de Controle de Tráfego continua em observação, após a instalação da nova versão do software da unidade remota de Vilarinho que tem o objetivo de diminuir o tempo de varredura do Sistema de Transmissão de Dados (STD) no trecho São Gabriel – Vilarinho.
- O Consórcio Metrô-BH está programando a instalação de uma fonte auxiliar para interface de rede da UR de Vilarinho para solucionar as falhas de comunicação na rede UR-ART.
- O Consórcio Metrô-BH concluiu que o hardware atual não é adequado para ativação do módulo de Alarmes do ACS e fará esta ativação juntamente com o novo sistema de processamento de Vilarinho, incluído no contrato através do Termo de Alteração nº 05.

Sistema de Telecomunicações

- Os cartões OTN (Rede de Transmissão Óptica) e outros materiais importados da Nokia Siemens (Bélgica) foram conferidos e instalados. Após emissão de nova procuração e regularização do cadastro dos despachantes como representantes da CBTU junto a Receita Federal, será possível o desembaraço alfandegário e será possível a conclusão da implantação Vídeo Wall. Os equipamentos não foram desembaraçados em dezembro/2009, estando programado o desembaraço alfandegário e a entrega no pátio de São Gabriel em janeiro/2010;

Obras Civas

- Concluídos os serviços de reforço da infra-estrutura da via na região da estação Calafate, em jul/2009;
- Concluídas as obras de recuperação e melhorias no Terminal Rodoviário de Eldorado, em set/2009;
- A Prefeitura de Belo Horizonte (BHTRANS) assinou em 2008 com fabricante francês o contrato para aquisição dos equipamentos importados necessários para as montagens das estações de monitoramento da qualidade do ar, com os recursos recebidos do Convênio 002-2005/DT. O material importado encontra-se aguardando liberação, no porto seco de Betim. Após a liberação ficará sob guarda da Secretaria de Meio Ambiente até sua utilização. Em 07/04/2009 houve a abertura da licitação nacional, para complementação dos materiais e montagem, ainda não homologada devido à proposta do vencedor (único concorrente) estar em desacordo com o edital. Pendência com parecer positivo do Jurídico da BHTRANS, aguardando a homologação pelo Secretário. Prazo de fabricação nacional com previsão de 120 dias. Foi definida a localização das estações de monitoramento. Foi assinado o aditivo 005 prorrogando a vigência do convênio para 17/08/2010;
- Em 19/10/2009 foi assinado o contrato para execução de obras civis de infraestrutura da via permanente e obras de eletrificação do estacionamento de trens e pátio de manobras de Vilarinho. Em 23/10/2009 foi emitida Ordem de Serviço, estando a empresa Topus Construções Civas em fase de mobilização para início dos serviços. Em 30/11/2009 foi apresentado pela Contratada o cronograma físico operacional para todo o serviço. A empresa está construindo o canteiro de obras em área próxima ao pátio de manobra;
- Foram retomados os contatos com a Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG) para a execução do remanejamento de linha de gás para a implantação do estacionamento de trens e pátio de manobras de Vilarinho através de recursos do convênio assinado em 2008, cujo prazo foi prorrogado pelo Aditivo 02 até 13/12/2010. A GASMIG já contratou a empreiteira que realizará o serviço do remanejamento previsto. Foram mantidos contatos com a Topus para

adequação dos prazos de execução e agendada na primeira quinzena de janeiro/2010 reunião da empreiteira contratada pela GASMIG e a Topus para definição do cronograma de obras;

Equipamentos

- A fabricação da prensa para eixamento de rodeiros encontra-se paralisada. A contratada não cumpriu o objeto e o gestor do contrato encaminhou ao SUJUR toda documentação necessária solicitando providências para ação judicial, visando o ressarcimento devido;
- Terminado o período de garantia dos 9 grupos moto-geradores (GMG) a diesel, para o sistema de alimentação elétrica das estações, entregues e instalados em 2008. O Certificado de Aceitação Definitiva foi emitido, aguardando a assinatura da contratada;
- Foram colocados em operação os 25 sistemas de lubrificação de friso e os 4 de lubrificação de topo, cujas intervenções e ajustes foram concluídos. Permanece o acompanhamento do sistema para verificação dos ajustes realizados. A contratada esta sendo convocada para reunião a ser realizada em janeiro/2010, para discussão de solução para os problemas ainda existentes.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

ATIVIDADE	UNIDADE	2009		
		META	REALIZADO	ACUMULADO ATÉ DEZ/2009
TRECHO ELDORADO - VILARINHO LINHA 1	%	1,06	0,53	99,17
OBRAS CIVIS	%	0,63	0,13	99,21
SISTEMAS FIXOS	%	0,32	0,29	99,97
CONSULTORIA/ASSISTÊNCIA TÉCNICA	%	0	0	99,98
BENS	%	0,11	0,11	100

Notas:

Os percentuais de participação das atividades no saldo a executar foram redimensionados em razão de:

- 1- Redução da participação dos sistemas fixos em razão dos cancelamentos de empenhos para sinalização, já que com o encerramento dos pagamentos em euros, houve sobra financeira pela valorização do real;
- 2- Redução da participação de bens, pois alguns contratos foram encerrados com saldos financeiros que foram cancelados e empenhados na atividade Consultoria / Assistência Técnica;
- 3- Acréscimo da participação de obras civis com a inclusão no PAC do reforço da infra estrutura na região da estação Calafate e aumento no valor das obras civis e rede aérea do rabicho (estacionamento) Vilarinho, através de remanejamento financeiro de outras atividades;
- 4- Acréscimo da Consultoria e Assistência Técnica, para execução em 2010, através de remanejamentos financeiros.

10G5 - CORREÇÃO E VEDAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO DO TRECHO BARREIRO-CALAFATE, DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE (Linha 2)

TIPO	PROJETO	UNIDADES EXECUTORAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-BH
FINALIDADE	Garantir a faixa de domínio ferroviária do Trecho Barreiro - Calafate do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte e criar condições para que o trecho venha a ser operado por um concessionário público ou privado, que complemente os investimentos necessários para tornar o sistema operacional.	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-BH
DESCRIÇÃO	Desapropriações; remoção de interferências; complemento do remanejamento da superestrutura da linha de carga existente; implantação da infra-estrutura da via permanente de passageiros numa extensão de 10 km, sistema de drenagem, obras de contenção, vedação total da faixa de domínio; obras civis da Estação Amazonas; construção de diversas obras de arte: viadutos ferroviários, viadutos rodoviários, passarelas, transposição da linha de carga, assistência técnica e monitoramento ambiental. De maneira a reduzir os custos de implantação está sendo aproveitada ao máximo a geometria da linha de carga e desapropriando-se o mínimo necessário para implantação das duas linhas do trem de passageiro e da linha singela de carga, que vem sendo remanejada para permitir sua operação segregada do transporte de passageiros. O gerenciamento do Projeto e dos recursos, nesta fase de implantação da Infra-estrutura, continuará sendo feito pela Administração Central e pela Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte, da CBTU. Prevê-se que as intervenções desta fase sejam desenvolvidas integralmente com os recursos diretos do Tesouro Nacional. Prevê-se a elaboração do projeto, do cronograma de execução de obras e serviços, a realização de processos licitatórios e a contratação de empresas para a execução do Projeto. As licitações são feitas pela CBTU e as empresas contratadas realizam as medições dos serviços que permitem a emissão das faturas. São designados gestores e fiscais dos respectivos contratos, visando o acompanhamento e controle da execução do Projeto, controlando e atestando as medições que servirão de base para a emissão dos pagamentos. Periodicamente são elaborados relatórios de acompanhamento da evolução do Projeto.	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcus Vinícius Quintella Cury
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-BH	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	-

Execução Física

- **Realizado até 2008: 26,0%**
- **Meta para 2009: Não foi definida**

Realizado em 2009 até dezembro: Ação paralisada (Não foi liberado orçamento)

As obras e os serviços estão paralisados desde 2004 por falta de recursos.

Quando da paralisação das intervenções na Linha 2, em 2004, as obras se encontravam com parte das desapropriações, terraplenagem, drenagem, contenções, vedações da faixa e algumas transposições de faixa executadas (6 viadutos ferroviários, 1 viaduto rodoviário e 2 passarelas). Foi realizada também até 2003, parte dos serviços de remanejamento da superestrutura da linha de carga da FCA. Apenas em torno de 16% das desapropriações e 36% das obras civis foram realizadas até o momento.

A partir de julho/2007, a Ação foi dividida em duas, sendo uma para elaboração de projetos da Linha 2 (excluindo a execução do projeto da Linha 3), identificada como Elaboração de Projetos da Linha 2 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte – BH, e a outra para implantação da infra-estrutura, identificada como Correção e Vedação da Faixa de domínio do Trecho Barreiro – Calafate, com a exclusão da elaboração dos projetos e da estação Entroncamento.

Em janeiro/2008 em decisão nas reuniões da Sala de Situações, sobre as Programações do PAC, ficou decidido que a Ação do Trecho Barreiro/Calafate ficaria excluída do Programa para o período de 2008/2011, tendo sido ratificada esta determinação em dezembro através de Portaria SOF n.º 83 de 24/12/2008, transferindo o identificador de resultado primário de RP-3 (PAC) para RP-2.

Atendendo ao Acórdão nº 1343/2009-TCU-Plenário de 17/06/2009, publicado no DOU no dia 19/06/2009, a CBTU promoveu a anulação do ato de rescisão do Contrato nº 009/85-DO, cujo objeto são obras civis no trecho Barreiro – Calafate, conforme Aviso de Anulação publicado no DOU de 21/07/2009.

Por recomendação do MCid, a CBTU encaminhou em janeiro 2009 um pedido de Crédito Especial para contemplar a Elaboração dos Projetos de Engenharia das Linhas 2 e 3, numa única Ação, com valor de R\$14,0 milhões, visando a continuidade do contrato que já vinha desenvolvendo estes trabalhos e o cumprimento de compromissos financeiros de produção já realizada até 2007. Em 13/08/2009 foi publicada no DOU a Lei nº 12.018 de 12/08/2009, que abriu Crédito Especial, no valor de R\$15 milhões, em favor da CBTU destinado a elaboração dos projetos. Desta forma, foi criada a nova Ação 123N (Elaboração dos Projetos de Engenharia para as Linhas 2 e 3 do Sistema de Trens Urbanos de BH), para tratar exclusivamente do objeto citado.

123N.0031 - ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE ENGENHARIA PARA AS LINHAS 2 E 3 DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BH.

TIPO	PROJETO	UNIDADES EXECUTORAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-BH
FINALIDADE	Desenvolvimento dos projetos executivos do ramal Calafate/Barreiro das linhas do metrô subterrâneo (linhas 2 e 3), que possibilitam definir traçado, material rodante e tipo de obras físicas	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-BH
DESCRIÇÃO	O desenvolvimento destes projetos é parte integrante do Programa CBTU/BIRD delineando a rede de linhas de metrô da região metropolitana, por sua vez beneficiando o programa de Descentralização para o sistema de Belo Horizonte. Propõe-se a elaboração do projeto da Linha 2, no trecho Calafate a Hospitais, com 11 km de extensão e 10 estações, e do projeto da Linha 3, no trecho Pampulha a Savassi, com 13,6 km de extensão e 12 estações	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcus Vinícius Quintella Cury
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-BH	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	-

Execução Física

- **Realizado até 2008: 0,00%**
 - **Meta para 2009: 70,00% (conforme Cadastro de Ações do PAC)**
- Realizado em 2009 até dezembro: 2,81%**

O objeto de que trata esta nova Ação, compreende a elaboração de projetos da via, de estações, subestações, processos construtivos, material rodante e sistemas de energia de tração, controle e segurança de movimentação e dos sistemas de ventilação, proteção de incêndio e pânico. Em 16/09/2009 foi liberada a Ordem de Serviço nº 001/DEBEL/09 e a partir desta data foi retomada a contagem do restante do prazo contratual de 23 meses. A CBTU solicitou ao Consórcio agilização nos serviços para redução deste prazo. Ainda estão sendo analisados pelo Consórcio todos os documentos emitidos e recebidos da CBTU/STU-BH no período de jun/2004 a fev/2005. O Consórcio informou que alguns relatórios se tornaram obsoletos, devido ao desenvolvimento tecnológico e o surgimento de novas alternativas construtivas e funcionais e que eventuais desequilíbrios financeiros no contrato também estão sendo analisados neste processo. Para o reinício efetivo do desenvolvimento e detalhamento dos projetos será necessário uma licença prévia da PBH, para possibilitar a execução das sondagens nos traçados das linhas 2 e 3. Foi autorizado pela Diretoria da CBTU o novo Termo Aditivo ao contrato, incorporando o traçado da linha 2 no eixo da Avenida Amazonas, com acréscimo de valor, o que viabilizou o empenho do saldo do orçamento de 2009, no valor de R\$3,98 milhões. Desta forma foi empenhado o complemento do limite autorizado totalizando R\$14,0 milhões. Só foi liquidado R\$0,39 milhão até dezembro/2009, sendo repassado o saldo para RAP/2009, exercendo avanço físico considerável somente em 2010. Devido aos atrasos

na liberação dos recursos e dificuldades citadas acima para retomada do contrato, a meta física 2009 não pode ser atingida.

A preparação dos processos de licenciamento relativos aos trabalhos de geotecnia (sondagens) foi concluída nos primeiros dias de dezembro. Aguardam-se as ART e assinaturas do contratado do Consórcio para protocolo na PMBH. Não foi concluída nenhuma das atividades previstas no plano de trabalho apresentado pelo Consórcio ENERCONSULT/INFRA/HAMBURG CONSULT na retomada do contrato.

10SX - APOIO À IMPLANTAÇÃO DO TRECHO LAPA-PIRAJÁ DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR

TIPO	OPERAÇÕES ESPECIAIS	UNIDADES EXECUTORAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC - Companhia de Transporte de Salvador (CTS)
FINALIDADE	Dar continuidade à implantação do METRÔ, segundo os convênios assinados entre a União, o Estado da Bahia e Prefeitura de Salvador, em 24/09/2005 e em 30/11/2007, que deram origem aos convênios operacionais n.º 009/2005/DT, de 30/12/2005 e 06/2007/DT, de 05/12/2007, assinados entre a CBTU e a CTS.	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Gestão dos Convênios: Diretoria Técnica/CBTU e Companhia de Transporte de Salvador (CTS), com base na Instrução Normativa nº 01 da STN. Gestão dos contratos e implantação do projeto: Companhia de Transporte de Salvador (CTS).
DESCRIÇÃO	Implantação do Metrô no trecho Lapa – Pirajá em uma extensão de 12 km de via permanente, compreendendo: 6 km em elevado, 1,5km em túnel e o restante em superfície, com 8 estações, sendo 3 de integração. O trecho será eletrificado e contará com sistema de sinalização e telecomunicações eletrônicas, com 12 trens em operação.	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcus Vinícius Quintella Cury.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	A decisão referente à gestão dos Convênios cabe conjuntamente a Diretoria Técnica/CBTU e Companhia de Transporte de Salvador (CTS), com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 01 da STN. As decisões referentes à gestão dos contratos e implantação do projeto cabem a Companhia de Transporte de Salvador (CTS).	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	CTS - Companhia de Transporte de Salvador

Execução Física

- **Realizado até 2008: 46,2%**

Meta para 2009: 24,7%

Realizado em 2009 até dezembro: 11,40%

Esta Ação foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de janeiro/2007, sendo contemplada com um total de recursos de R\$488,8 milhões (União) e R\$84,7 milhões (Estado), específicos deste Programa, restando um saldo dos recursos da União de R\$324,4 milhões para serem aplicados até 2011. Estes recursos perfazem, juntamente com o orçamento aplicado até 2006, um total previsto para todo o empreendimento no valor de R\$1.067,6 milhões dos quais R\$149,8 milhões são de contrapartida do Estado da Bahia dos quais R\$65,1 milhões já foram totalmente aportados até 2006. Na concepção do Projeto com o PAC, o Estado é responsável pelo fornecimento de 6 Trens Unidade Elétrico (TUE), cuja entrega ocorreu em janeiro/2009.

A CBTU informou na Sala de Situação do PAC, que a CTS indica a existência de um déficit em torno de R\$190,0 milhões, valor estimado pela mesma em 2007, para viabilizar a conclusão do escopo do Projeto do Metrô de Salvador entre Lapa e Pirajá, não tendo ocorrido até o momento o fechamento desse número bem como a identificação das fontes para sustentar este custo adicional, nem apresentadas as justificativas detalhadas à CBTU. A indefinição da CTS quanto à retomada da execução do Tramo II, Acesso Norte/Pirajá, causam um impacto negativo ao

Projeto, devendo postergar sua conclusão dentro dos prazos previstos no Plano de Trabalho dos convênios. As obras do Tramo II estão paralisadas.

O Projeto do metrô de Salvador vem sendo auditado permanentemente pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria Geral da União, nas ações desenvolvidas pela CTS e pela CBTU, no processo de co-gestão sob as regras da Instrução Normativa nº. 01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Apesar do andamento verificado em algumas ações do Projeto, as contratadas dos dois principais contratos, SA-01 e SA-12, estão retardando a apresentação das faturas à CTS, procurando fugir das retenções determinadas pelo TCU. Como o acompanhamento físico das obras é feito pela CTS, tomando por base o faturamento mensal dos contratos, as informações de avanço vêm sendo distorcidas, devendo ser ajustadas mais adiante. O TCU deliberou, através do Acórdão 2.366/2009, emitido em 07/10/2009 que as contratadas poderão substituir as retenções de seus faturamentos por garantias, conforme pleiteado pelas mesmas, podendo dessa forma vir a ser superada a questão relativa à apresentação das faturas. No entanto, até o momento as contratadas não apresentaram as garantias, permanecendo as retenções.

Diante desse fato, verifica-se que o avanço físico real poderá ser superior ao que é apontado neste relatório. Não há, neste momento, outro meio de avaliação que implique em uma maior veracidade dos dados, em compatibilidade com a Estrutura Analítica do Projeto. Estas informações de avanço foram transmitidas pela CTS e ajustadas aos dados informados periodicamente pela CBTU na Sala de Situação do PAC.

A CTS cumpriu a determinação do Acórdão 2873/2008, quanto a exigência de elaboração de um cronograma para a implantação do Metrô de Salvador, referente aos contratos do Tramo I, SA-01 (TURNKEY) e SA-12 (Sistemas Auxiliares e de Sinalização). Verifica-se, com base nesse cronograma, que as datas assumidas não foram cumpridas. Torna-se necessária uma atuação da CTS junto às contratadas, garantindo novos prazos a serem estabelecidos e informados ao TCU, conforme é determinado no Acórdão 2.366/2009. O Acórdão 2366/2009 do TCU determinou uma avaliação da situação, apresentando um novo cronograma de implantação do Tramo I, até o início de dezembro de 2009, o que também não foi cumprido pela CTS. A CBTU já considerava impossível o alcance das metas estabelecidas pela CTS, com base no Acórdão 2873/2008 e vinha orientando à CTS para que usasse dos meios legais e contratuais visando o cumprimento do cronograma. As ações nesse sentido, por parte da CTS são desconhecidas pela CBTU. Ao fim de dezembro de 2009 a CTS e o Consórcio METROSAL prorrogaram o prazo do contrato SA-01 para dezembro de 2010, atualizando o cronograma de complementação das obras civis, para abril de 2010 e da implantação do sistema de energia e alimentação para final de julho de 2010. A CTS e as demais contratadas, com base nesse novo cronograma, deverão elaborar um novo cronograma para o projeto como um todo, que se espera estar concluído até o fim de janeiro de 2010.

A CTS encaminhou à CBTU, em abril/2009, a Prestação de Contas Parcial referente à 4ª parcela dos recursos transferidos do Convênio 009/2005/DT. A CBTU formou um processo com esta prestação para análise, parecer e aprovação final. A área técnica analisou e decidiu postergar a análise referente aos Serviços Adicionais executados no período desta Prestação de Contas, por terem sido feitos sem a submissão e aprovação prévia da CBTU, conforme exigência do processo de co-gestão. Estes serviços serão analisados e, se possível, regularizados posteriormente. O TCU através do Acórdão 2.366/2009 determinou à CTS que formalizasse as Ordens de Alterações como Termos Aditivos aos contratos. A CBTU aguarda as providências a serem tomadas pela CTS, para que seja possível considerar as faturas como elegíveis para a prestação de contas. Até que isso ocorra, prevalecerá a posição informada à CTS de não conhecimento pela CBTU das Ordens de Alterações para prestação de contas.

A CBTU encaminhou carta à CTS formalizando esta decisão quanto as Ordens de Alterações, e a CTS irá refazer a 4ª Prestação de Contas, acrescentando outros pagamentos para alcançar o valor da 4ª remessa, que deverá ser comprovada. Restará, portanto a prestação de contas da última remessa (5ª parcela), para concluir o convênio 09-2005/DT.

Destacam-se a seguir os principais fatos que influenciaram o baixo desempenho do Projeto no período, contribuindo com a frustração da meta de 2009:

- Necessidade da CTS se adequar às determinações de Acórdãos do TCU, impondo correções em Editais que estavam em elaboração para contratação de serviços e fornecimentos, impossibilitando a publicação dos mesmos e retardando os processos licitatórios, como por exemplo, de elevadores, escadas rolantes (já licitados) e sistema de ventilação do trecho subterrâneo;
- Necessidade de se entender corretamente as decisões proferidas pelo TCU para ajustes e correções de procedimentos utilizados pela CTS no gerenciamento dos contratos em andamento. Há de se ressaltar que através do Acórdão 2873/2008-TCU-Plenário o TCU reforçou seu posicionamento quanto a possibilidade de existência de sobre-preço e super-faturamento nos contratos SA-01 e SA-12, determinando o prosseguimento das retenções aos faturamentos em novas bases. Determinou ainda que a CTS não desse prosseguimento às irregularidades, correspondentes a sobre-preço e super-faturamento, identificados pelo TCU. Também determina à CTS que não dê motivo à redução do ritmo das obras, o que significa manter as Ordens de Serviço que estão em andamento e emitir novas Ordens de Serviço, todas tendo como base os preços contratuais, os quais continuam sendo considerados pelo TCU como irregulares. Uma solução para cumprir as Determinações do TCU, preservando a CTS, deve ser encontrada. Não foram dadas Ordens de Serviço para o Tramo II, encontrando-se o projeto paralisado.
- Períodos de baixa execução do contrato SA-01 do Consórcio METROSAL (TURNKEY), sendo a contratada a única responsável, verificados entre os meses de janeiro a março e novembro a dezembro de 2008, em função das necessárias adequações do contrato às determinações do TCU. Atualmente o ritmo dos serviços vem sendo reduzidos novamente, conforme consta dos relatórios de supervisão da CTS e constatado pela CBTU, refletindo significativamente nos compromissos assumidos para a operação do Tramo I até julho de 2010.
- Inexistência, por todo o exercício de 2008, persistindo até maio de 2009, de um cronograma confiável de implantação do Projeto, causando deficiência no gerenciamento do mesmo por parte da CTS. Atualmente a CTS seguia um cronograma que foi apresentado ao TCU, em cumprimento de decisão do Acórdão 2873/2008, o qual se encontra desatualizado, não tendo sido cumpridas as metas compromissadas. Para atender às determinações do Acórdão 2366/2009 a CTS está avaliando o andamento das obras e proporá ao TCU um novo cronograma factível.
- Não houve problema de recursos financeiros para o Projeto nos últimos três exercícios, tendo sido, no presente exercício, transferida a 2ª parcela dos recursos do Convênio 006/DT/2007, disponibilizados pela LOA/2008. Para o exercício de 2009 também não houve problema de disponibilidade de recursos. Aguarda-se, no entanto as prestações de contas da CTS para que possam ser liberadas novas transferências. A demora na apresentação das prestações de contas poderá vir a provocar período de falta de recursos por exclusiva falta de gerenciamento da CTS, que já foi alertada em diversas oportunidades pela CBTU nesse sentido.

Conforme Acórdão nº 1.167/2008 - TCU - Plenário, de 26/06/2008, foi determinado que permanecesse a decisão de retenção nos pagamentos do Contrato SA-01. No entanto a retenção seria realizada ao final das medições do contrato, caso até lá o TCU ainda não tivesse tomado a decisão final de manter ou cancelar, em definitivo a retenção que havia sido determinada no Acórdão nº 2.369/2006-TCU-Plenário.

Em 03/12/2008 o TCU emitiu o Acórdão nº 2873/2008, Plenário, apoiado no processo TC-007.162/2006, determinando algumas ações sobre o Projeto do Metrô de Salvador e em particular quanto às retenções a serem realizadas nos pagamentos referentes aos contratos SA-01 e SA-12, apresentados a seguir resumidamente:

- Reter cautelarmente do contrato SA-01 a quantia de R\$50,5 milhões nos próximos pagamentos a serem efetuados, até deliberação final do TCU, sendo:
 - R\$40 milhões (Po=1999), nos próximos pagamentos, incluindo nesse total os valores já retidos de pagamentos anteriores;

- R\$10,5 milhões, a valores igualmente a Po, nos pagamentos posteriores ao acumulado de R\$40 milhões, proporcionalmente ao saldo do contrato ainda a ser executado;
- Esta determinação foi cumprida pela CTS e o Consórcio METROSAL, através da assinatura do Termo Aditivo nº 13 ao contrato 01/99 (SA-01);
- Manter a retenção já determinada para o contrato SA-12;
- Como alternativa à retenção dos valores, o TCU propôs que o Consórcio METROSAL refaça as garantias contratuais, com valores compatíveis com a expectativa do TCU relativa a possibilidade de ocorrência de sobre preço e/ou sobre faturamento no contrato, resguardando possíveis danos ao erário público;
- Apresentou ainda o TCU outras determinações de caráter administrativo e investigativo, visando apurar possíveis situações de não conformidade na condução do empreendimento e as consequências quanto a uma possível anulação do contrato SA-01, para o Projeto e para a cidade de Salvador;

Recentemente, através do Acórdão 2366/2009, o TCU decidiu reabrir a possibilidade de substituição da sistemática atual de retenções dos pagamentos dos contratos, por alguma das outras garantias fixadas pelo Acórdão 2873/2008, observadas todas as condições estabelecidas no referido Acórdão.

O consórcio Bonfim, contrato SA-12, ainda não apresentou as planilhas de preços unitários e composições, correspondentes aos serviços e fornecimentos do seu objeto, conforme já determinado pelo TCU.

A determinação do TCU, para a abertura de preços, é para os dois contratos e para todo o fornecimento, não se restringindo apenas ao seguimento de obras civis do contrato SA-01. O não atendimento, pelas contratadas e pela CTS, da determinação do TCU, para apresentação das planilhas de preços completas (orçamentação), dos contratos, pode vir a causar novos problemas à continuidade de implantação do Projeto do metrô de Salvador.

A postergação da decisão final do TCU, relativa à possibilidade de ter ocorrido sobre-preço e/ou super-faturamento nos contratos, que resultou na determinação das retenções dos faturamentos, pode vir novamente a ser causa de paralisação das obras, como ocorreu de dezembro de 2007 a março de 2008, por conta unilateralmente, naquela ocasião, do consórcio METROSAL, contrato SA-01. A prorrogação dessa decisão poderá impor custos adicionais ao Projeto.

Uma rápida decisão do TCU daria mais segurança à continuidade da implantação do Projeto. O Acórdão nº 1.167/2008 determinou à SECOB que concluísse a análise do relatório sobre preços unitários encaminhados pela CTS, indicando um prazo para tal, que expirou em 18/09/2008, não tendo a CBTU conhecimento da conclusão do mesmo.

No Acórdão nº 2873/2008-TCU-PLENÁRIO, foi determinado à SECEX/BA, que instaurasse uma "Tomada de Contas Especial", com o objetivo de identificar exatamente e recuperar os possíveis pagamentos indevidos no contrato SA-01 (sobre preço e/ou super faturamento), determinando com exatidão o momento e o valor em que os pagamentos foram executados e os respectivos responsáveis. Não temos notícia da instauração da referida Tomada de Contas Especial.

Cabe à CTS complementar ao TCU as respostas às diversas determinações feitas à mesma no Acórdão 2873/2008. O cumprimento dessas ações está sendo acompanhado pela CBTU e relatado ao TCU, através de encaminhamento das atas de reunião de coordenação/gerenciamento dos convênios e de relatórios específicos, que abordam o andamento do Projeto. A CTS vem solicitando ao TCU a postergação das datas exigidas para apresentação de alguns documentos.

Pontos Relevantes do Projeto:

- O contrato SA-01 tinha seu prazo de vigência a expirar em 31/12/2009, tendo sido postergado, através do Termo Aditivo nº 14, para 31/12/2010. Este Termo Aditivo explicita as determinações do TCU que fazem parte do Acórdão nº 2873/2008, relativo às retenções e demais obrigações impostas ao contrato.
- Através do Acórdão 2342/2009 o TCU alterou a redação dada no subitem 9.3.2.2 do Acórdão 1.409/2008, permitindo a realocação da verba provisional, prevista no contrato SA-01, nos itens existentes de fornecimento de materiais e serviços.
- A apresentação de um cronograma confiável de obras e fornecimentos para o Tramo I era necessidade urgente para que se restabelecesse o planejamento de implantação de todas as demais ações do empreendimento, envolvendo inclusive as atividades de serviços e fornecimentos dos outros contratos. A apresentação dos novos cronogramas dos contratos SA-01 e SA-12 que estavam previstos para janeiro só se confirmaram em março/abril. Com a sua emissão, foi possível à CTS elaborar o cronograma do Projeto para o Tramo I, entregue ao TCU. Atualmente esse cronograma encontra-se desatualizado e o andamento das ações compromete as datas chaves compromissadas para 2010 e serão reprogramadas com base na prorrogação do prazo estabelecido no Termo Aditivo nº 14 ao contrato SA-01;
- Execução do Tramo II: praticamente todas as estruturas em elevado do trecho Acesso Norte/Pirajá, estão levantadas. As demais obras só poderão ser executadas após análise e aprovação dos serviços adicionais necessários para compatibilizar o projeto original licitado, com o projeto executivo. Como não há mais espaço no Contrato 01/99-CTS para Termos Aditivos, a CTS deve tomar uma decisão urgente com relação ao contrato e identificar as obras e serviços a serem retirados do contrato, para que sejam licitadas novamente. Uma solução jurídica deve ser encontrada para reduzir a um mínimo possível o tempo de recomposição dos contratos. Essa situação certamente impõe a prorrogação do cronograma de implantação para depois de 2010, conforme hoje é previsto no Convênio 06/2007/DT, envolvendo igualmente custos adicionais à execução do Projeto;
- Verifica-se, que o Projeto ainda apresenta um relativo número de problemas de gerenciamento, planejamento e técnico, que estão sendo mais bem caracterizados e identificadas as soluções pela CTS, responsável por sua implantação. Apesar da significativa importância do Contrato 01/99-CTS (Turnkey) na evolução do Projeto, existe necessidade de se encontrar soluções para as interfaces com os demais contratos e fornecimentos previstos, identificando uma estratégia que seja possível para concluir o Projeto com o menor aporte de recursos adicionais necessários, garantindo, no entanto a operação do Metrô de Salvador em um novo prazo exequível tecnicamente. É necessário urgente posicionamento da CTS, uma vez que a postergação da tomada de decisões impõe custos não previstos, que não devem ser futuramente arcados pela União, por falta de ação gerencial da CTS;
- Projeto do PAM – Pátio Auxiliar de Manutenção: a emissão de um Termo Aditivo para os serviços estava previsto inicialmente para até 29/05/2008. O consórcio METROSAL entregou à CTS uma proposta para execução desses serviços, que se mostrou omissa, confusa e com erros de cálculo nas planilhas de totalização. Apesar de a CTS ter apresentado preliminarmente alguns comentários ao consórcio, as correções implementadas não tornavam o documento confiável para análise e aprovação. A CTS e CBTU passaram a elaborar um documento independente, que servisse de proposta a ser apresentada posteriormente pelo consórcio, com base nos valores dos bancos de dados da CTS e da CBTU. Este documento foi concluído em 30/05/2008 e foi apresentado pela CTS ao consórcio no início de junho, como resultado da análise. Assim, a data estipulada inicialmente pelo consórcio, não pôde ser cumprida pela inconsistência da documentação apresentada pelo próprio contratado. A situação persiste sem solução, uma vez que a contratada não aceita os preços das planilhas SINAP, estabelecidas como parâmetro pelo TCU.

A CBTU permanece aguardando o encaminhamento pela CTS, do documento final para proceder à análise necessária à aprovação. A construção do Pátio Auxiliar é justificada no projeto para permitir a operação do trecho Lapa/Acesso Norte e para estacionar e dar apoio aos

trens, durante o período de testes dos mesmos e, posteriormente, a execução dos serviços de manutenção;

Sem que haja corte de serviços identificados no contrato SA-01 não há espaço para abrigar um Termo Aditivo para a construção do PAM no contrato. Uma nova possibilidade que poderá ser usada pela CTS é o equacionamento do problema através da utilização do recurso da Verba Provisional, tornada válida novamente pelo TCU para utilização no contrato SA-01. Os 6 trens que chegaram estão abrigados em um “porto seco” próximo a Cidade Industrial, sem a montagem das caixas sobre o truque. A falta de uma linha apropriada para estacionamento e movimentação dos trens, implicará em possíveis problemas na execução dos testes de comissionamento dos trens e com as garantias contratuais dos mesmos;

- Vias 1, 2 e 3 (solo mole): as primeiras planilhas encaminhadas pela CTS para análise da CBTU foram devolvidas por apresentarem inconsistências. São aguardadas novas planilhas que possibilitem uma análise. A situação persiste sem solução, uma vez que a contratada não aceita os preços das planilhas SINAP, estabelecidas como parâmetro pelo TCU;
- Remanejamento da Linha da CHESF: O assunto foi equacionado entre a CTS e a CHESF.
- Estação Acesso Norte: a CBTU aguarda a remessa pela CTS da documentação referente aos orçamentos dos serviços adicionais necessários à conclusão da estação;
- Construção da Estação Bonocô: a CTS encaminhou à aprovação da CBTU em 08/07/2008 a proposta de preço da contratada, para construção da estação, considerando as alterações necessárias ao projeto licitado. Informou ainda a CTS que devido à impossibilidade de aditar ao contrato SA-01 todo o custo adicional da obra, iria apenas incluir o custo relativo ao trecho da via e elevado, permitindo a passagem do trem, ficando a construção da estação para uma fase posterior. A CBTU analisou as planilhas de preços apresentadas, apenas para a fase do elevado, e comunicou sua aprovação à emissão do Termo Aditivo em 24/07/2008;
- Simulação elétrica: após a não aprovação da CBTU do orçamento encaminhado pela CTS para refazer a simulação elétrica do projeto, a CTS vem trabalhando na elaboração de uma nova planilha de preços adequada às exigências feitas pelo TCU. A CBTU considera que a simulação é necessária para verificar posicionamento das subestações elétricas, em função de alterações ao projeto;
- Projetos de energia (PAM, Catenária e SE): não houve retorno dos comentários apresentados pela CBTU às propostas recebidas da CTS. A CTS vem trabalhando na elaboração de uma nova planilha de preços adequada às exigências feitas pelo TCU. O assunto permanece pendente. A situação persiste sem solução, uma vez que o contratado não aceita os preços das planilhas SINAP, estabelecidas como parâmetro pelo TCU.

As ações que necessitam um acompanhamento mais seguro por parte da CTS são:

- Contratação do sistema de ventilação: A CTS concluiu as alterações demandadas pelo TCU no edital de licitação. A CBTU analisa a documentação para a aprovação final do Edital, devendo esta análise ser encaminhada à CTS em meados de janeiro de 2010.
- Contratação de escadas rolantes e elevadores: Foi realizado Pregão Eletrônico em 24/08/2009, e assinado contrato em 18/09/2009 com a ThyssenKrupp. A fabricação dos equipamentos encontra-se em andamento
- Construção do PAM (Pátio Auxiliar de Manutenção): o pátio não estava previsto no Projeto original e se tornou necessário quando da redução do escopo do mesmo, determinado pela assinatura do Convênio 09/2005/DT, de forma a viabilizar a operação do trecho Lapa/Acesso Norte, uma vez que o Pátio e Centro de Manutenção do sistema estavam projetados para o extremo da linha, em Pirajá. Ver comentários em “Pontos Relevantes do Projeto” a cima.
- Modelagem da Concessão e estruturação para a fase operacional do sistema: O contrato 11/07-CTS, que tem como objeto a consultoria financeira e mercadológica para a instalação e operação do trecho Lapa/Acesso Norte do Metrô de Salvador, vem sendo conduzido sem que resultados objetivos estejam sendo apresentados à CBTU. Uma vez que já estão entregues os 6 trens de responsabilidade do Estado da Bahia, certamente a CTS virá a ter problemas na

disponibilidade de pessoal treinado, para operar e manter os sistemas, na fase de testes e pré-operacional do trecho Lapa/Acesso Norte. A garantia desses trens corre o risco de ser expirada, sem que os mesmos sejam testados e entrado em operação. A CTS está negociando com a CPTM um acordo de parceria operacional para que possa operar o sistema até que conclua o processo de licitação da concessão.

- Licitação para o fornecimento de seis TUE para complementação da frota de 12 TUE do Metrô de Salvador: Esses 6 TUE estão amparados com recursos do Convênio 06/2007/DT e a licitação não foi iniciada, conforme era previsto em 2008. A CBTU continua aguardando o processo para análise e aprovação. Certamente ocorrerá atraso na entrega dos trens. Estes trens serão necessários para a operação do Tramo II;

- A CBTU e CTS realizaram uma reunião de coordenação do Projeto em 05/11/2009, com a pauta abrangendo todas as determinações do TCU, constantes nos Acórdãos 2873/2008, 2342/2009 e 2366/2009, e demais assuntos de vulto para o prosseguimento do Projeto, tendo a CBTU encaminhado cópia da ata da referida reunião à SECEX/BA, acompanhada de relatório que reflete o momento das obras e fornecimentos.

Principais intervenções em desenvolvimento:

- Sistema de sinalização (SA-12)

Continuidade do contrato para fornecimento e montagem da Sinalização e dos Sistemas Auxiliares do metrô, executando os projetos dos sistemas, incluindo o de radiocomunicação do trem e desenvolvimento do sistema de sinalização e controle de bordo do trem (ATP/ATO), continuando em andamento a elaboração e edição de projetos executivos dos sistemas de transmissão ótica, telefonia, sonorização, cronometria, CFTV, alimentação de energia, consoles e ATC. Alguns equipamentos já começaram a ser entregues à CTS e estão sendo instalados. Outros equipamentos aguardarão a liberação de trecho concluído de via para sua montagem. A contratada construiu um galpão climatizado, adequado à guarda dos equipamentos.

- Material Rodante (SA-11)

O Estado recebeu os 3 primeiros trens da frota inicial do metrô de Salvador (para o trecho Lapa-Acesso Norte) em novembro/2008 e as outras três últimas unidades no mês de janeiro/2009. Estes trens ainda estão estocados e aguardam a implantação de uma via de testes e do PAM (pátio de manutenção), para iniciar o processo dos testes de aceitação dos mesmos e início da garantia contratual.

- Supervisão Material Rodante/Sinalização (SA-05)

Em andamento a fiscalização e supervisão do fornecimento e implantação do material rodante. Análise dos Relatórios de resultados dos Testes Tipo emitidos pela Rotem, análise dos procedimentos de testes de carro pronto e acompanhamento dos testes para o primeiro trem, desenvolvidos na fábrica da Rotem na Coreia. A realização dos testes na via da CTS dependerá da construção e disponibilização de um trecho de via adequado às exigências dos testes de aceitação.

- Gerenciamento das Obras Civis (SA-18)

Em andamento o assessoramento técnico prestado à CTS, através de acompanhamento físico e financeiro dos diversos contratos do empreendimento, atualização do SIG-Sistema de Informação Gerencial e controle dos documentos do Projeto. Prosseguimento das análises de projetos executivos de Obras de Arte e Edificações e Sistemas Fixos e Operacionais, compreendendo desenhos e memórias de cálculo, relativos aos fornecimentos do Consórcio Construtor e Consórcio Bonfim. Este contrato foi aditado através do Termo Aditivo 06 até 31/12/2010.

- Supervisão de Obras Civis (SA-17)

Em andamento o assessoramento técnico à CTS através de acompanhamento físico e financeiro das obras civis, executando as atividades de acompanhamento em campo de todos os serviços que fazem parte do escopo contratual do Consórcio Construtor (Turn-Key), Tramo I,

bem como a atividade de análise destes dados colhidos diariamente e que servirão de base para a elaboração e aprovação das medições mensais do Consórcio. Foi aditado através do Termo Aditivo 03 o prazo do contrato até 28/03/2010. Uma nova licitação será realizada pela CTS até o fim de março/2010.

Obras civis (SA-01)

Os serviços de obras civis estão com um ritmo abaixo do necessário para o cumprimento do cronograma atual de implantação. Persistem problemas no contrato, conforme já descrito em itens anteriores, que necessitam ser equacionados com urgência pela CTS, para garantir a continuidade das obras civis. As datas de compromissos acordadas estão todas superadas. A CTS e a contratada elaboraram novo cronograma de implantação, conforme o Termo Aditivo nº14 ao contrato e deverão informar ao TCU, conforme determinado no Acórdão 2366/2009.

As principais atividades desenvolvidas no período, conforme relatório recebido da CTS são as seguintes:

Estação Acesso Norte

Mezanino; Plataforma; rejuntamento das placas de granito aplicadas na borda do piso da plataforma.

Estação Campo da Pólvora

Serviços de Estrutura; Serviços de Acabamento; Serviços de Instalações Elétricas.

Estação Lapa

Serviços de Estrutura; Serviços de Acabamento; Mezanino/Plataforma/Salas Técnicas e Operacionais; Serviços de Instalações Elétricas:

Elevado Acesso Norte e Elevado Bonocô 3

Continuam os serviços de instalação de eletrocalhas nas vias 1 e 2 para servirem de infraestrutura para cabos e fibras ópticas entre as Estações Bonocô e Acesso Norte.

Via Subterrânea

Túnel (Lapa/Pólvora); Túnel (Pólvora/Emboque Fonte Nova)

Subestação Retificadora – SER 1

Serviços de Instalações Elétricas

Rede Aérea de Tração

Pórticos da Catenária

Prosseguem também as seguintes atividades em ritmo lento:

Consórcio Construtor (SA-01) apresentou à CTS a proposta de procedimento para elaboração do projeto "as built"; Em negociação o valor das obras civis para a execução da Subestação Retificadora do Bonocô (SER-1); Poços de Ventilação Intermediários (PVI); Pátio Auxiliar de Manutenção – PAM; Prosseguimento das análises e aprovações dos projetos executivos.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

LAPA - PIRAJÁ	Medido até Dez/08	Medido até 2009	Meta em 2009	Realizado em 2009
	%	%	%	%
VIA PERMANENTE	88,0%	97,0%	12,0%	9,0%
Via Subterrânea (Túnel e Poços)	99,1%	99,8%	0,9%	0,7%
Elevados	99,2%	99,9%	0,8%	0,7%
Elev. Fonte Nova	99,9%	100,0%	0,1%	0,1%
Elev. Bonocô 1	99,5%	100,0%	0,5%	0,5%
Elev. Bonocô 2 e 3	97,5%	99,8%	2,5%	2,3%
Elev. Acesso Norte 1 e 2	99,9%	100,0%	0,1%	0,1%
Superestrutura	39,5%	94,5%	60,5%	55,0%
SINALIZAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO (consórcio Bonfim)	27,0%	29,0%	50,0%	2,0%
ESTAÇÕES	77,4%	79,0%	22,6%	1,6%
Estação Lapa	94,7%	99,0%	5,3%	3,7%
Estação Pólvora	98,3%	99,6%	1,7%	1,3%
Estação Brotas	95,2%	100,0%	4,8%	4,8%
Estação Bonocô	35,0%	35,0%	65,0%	0,0%
Estação Acesso Norte	93,9%	98,1%	6,1%	4,2%
SISTEMA DE ENERGIA	3,1%	9,5%	96,9%	6,4%
OUTRAS ESTRUTURAS	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
PAM (Pátio Auxiliar de Manutenção)	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Solo Mole	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Passagem do Cabula	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%

FONTE: CTS - COMPANHIA DE TRANSPORTE DE SALVADOR

OBS: Os percentuais são correspondentes ao trecho prioritário Lapa/Acesso Norte, Tramo I.

As obras do Tramo II (Acesso Norte/Pirajá) encontram-se paralisadas e só serão retomadas após negociações a serem feitas pela CTS nos contratos.

Não possuímos percentuais de avanços físicos confiáveis, uma vez que todo o trecho do projeto será modificado.

O percentual relativo à estação Bonocô foi reduzido devido a necessidade de desagregar serviços do elevado dos serviços de construção da estação.

10SZ: APOIO À MODERNIZAÇÃO DO TRECHO CALÇADA/PARIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR

TIPO	OPERAÇÕES ESPECIAIS	UNIDADES EXECUTORAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC - Companhia de Transporte de Salvador (CTS)
FINALIDADE	Proporcionar maior acessibilidade e mobilidade à população da Região Metropolitana de Salvador por meio de uma modalidade de transporte rápido, regular, seguro, confiável e pontual, e que, juntamente com a implantação do metrô no trecho Lapa – Pirajá, faz parte do acordo para a transferência da administração do sistema para o governo local, para o que foi constituída a Companhia de Transportes de Salvador CTS. Ao final da modernização o trecho do subúrbio entre Calçada e Paripe estará capacitado para transportar 40.000 passageiros/dia. Os recursos garantindo a execução desse projeto estão garantidos através dos convênios assinados entre a União, o Estado do Bahia e Prefeitura de Salvador, em 24/09/2005 e em 30/11/2007, que deram origem aos convênios operacionais n.º 010/2005/DT, de 30/12/2005 e 05/2007/DT, de 05/12/2007, assinados entre a CBTU e a CTS.	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Gestão dos Convênios: Diretoria Técnica/CBTU e Companhia de Transporte de Salvador (CTS), com base na Instrução Normativa nº 01 da STN. Gestão dos contratos e implantação do projeto: Companhia de Transporte de Salvador (CTS).
DESCRIÇÃO	Consiste na reabilitação física do sistema já existente, com a recuperação de 13,5 km de sua via permanente, 10 estações, 4 passarelas e 6 Trens Unidade Elétricos TUE; na execução de projetos e construção de 2 terminais de integração nas estações Calçada e Paripe; na substituição da estrutura metálica da ponte São João; na modernização da subestação Lobato e na recuperação do sistema de eletrificação (rede aérea e subestações).	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcus Vinícius Quintella Cury.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	As decisões referentes a gestão dos Convênios cabe conjuntamente a Diretoria Técnica/CBTU e Companhia de Transporte de Salvador (CTS), com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 01 da STN. As decisões referentes à gestão dos contratos e implantação do projeto cabem a Companhia de Transporte de Salvador (CTS).	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	-CTS - Companhia de Transporte de Salvador

Execução Física

- **Realizado até 2008: 79,0%**

Meta para 2009: 5,40%

Realizado em 2009 até dezembro: 4,80%

Principais Intervenções em Desenvolvimento:

- **Material Rodante**

- A licitação referente à Reforma e Modernização de 3 TUE's da frota própria da STU/SAL foi por empreitada por preço global, do tipo menor preço, publicada em 12/05/2009 e as propostas de preços apresentadas em 13/08/2009, contratando em 10/09/2009 a empresa GK, vencedora da licitação.

- **Obras Civis (SA-07-A)**

- Com a aprovação do 4º Termo Aditivo ao Convênio 010/2005/DT, que ajusta o prazo e metas físicas, a IESA no final de Fevereiro/2009, iniciou nova mobilização para dar continuidade às obras.

- No mês de novembro foram retomadas as obras em alguns itens, devido ao acréscimo de serviços, proporcionado pela emissão do 5º Termo Aditivo ao contrato nº 022-2004/DT (IESA). Desta forma os percentuais anteriores, que alcançavam 100% foram redimensionados, sendo apontado novo avanço nas atividades. Foram executados até dezembro/2009 os seguintes serviços:

- **Via Permanente**

Substituição de trilho TR-45; limpeza manual de lastro; substituição de lastro poluído; lastramento de via com brita; nivelamento, alinhamento e socaria manual de via; soldagem aluminotérmica em trilho TR-45; implantação de pára-lastro; limpeza do sistema de drenagem na faixa de domínio, inclusive bota-fora; roçagem e capina da faixa de domínio, inclusive transporte do material para bota-fora.

- **Estações**

- Lobato: Mobilização e instalação provisória do canteiro de obras; demolição de edificações de alvenaria, inclusive retirada do entulho; demolição de pavimento em concreto simples; demolição de concreto armado; retirada de esquadrias; fornecimento de material, espalhamento, aeração; execução de formas, ferragens e concreto nos pilares e vigas da fundação; execução de formas, ferragens e concreto nos pilares e vigas estrutural; instalações elétricas, telefônicas e hidro-sanitárias; alvenaria de blocos; revestimentos internos: chapisco, emboço e reboco; revestimentos externos: chapisco, emboço e reboco; lastro de concreto não estrutural; regularização de base e louças e metais.

- Santa Luzia: Ajustes no projeto aprovado, conforme liberação do aditivo.

- Mocotó e Baixa do Fiscal: Está sendo desenvolvido o projeto básico para aprovação da CTS.

- Foram concluídas as obras de acordo com o previsto em Contrato, das seguintes estações: Periperi, Coutos e Praia Grande.

- Foram concluídas e inauguradas as seguintes obras: Paripe, Itacaranha, Escada e Almeida Brandão.

- **Modernização da Subestação e Rede Aérea**

Obras Concluídas:

Ponte São João

Com relação à necessidade de recuperação das estacas da ponte ou de toda a infra estrutura, não prevista inicialmente, os estudos deveriam estar concluídos pela CTS até 25/06/2009, o

que não ocorreu. Já são identificadas necessidades de intervenções de relativo vulto na sua meso-estrutura. A CTS contratou a elaboração de um projeto executivo da solução a ser dada, quantificando os custos de recuperação. A CBTU permanece aguardando o desenvolvimento e conclusão da ação pela CTS.

A operação da ponte vem sendo monitorada pela CTS, com a aplicação de restrições operacionais na travessia dos trens, visando garantir a segurança dos usuários do sistema. Esse monitoramento é realizado com base em simulações feitas em computador por empresa de engenharia especializada em cálculo estrutural, que recomendou algumas precauções que foram implementadas pela CTS. Esta situação não poderá se prolongar por muito tempo, necessitando de ações urgentes da CTS para conclusão da recuperação da ponte. Devido à demora do início do serviço de recuperação da ponte, a CBTU recomendou à CTS, por motivos de segurança operacional, que paralise completamente a operação dos trens sobre a ponte.

No mês de dezembro não houve atividades.

- **Supervisão das Obras Civas (SA-07-E)**

O contrato de supervisão foi concluído. É necessária uma nova contratação para dar suporte técnico à CTS, principalmente no período de atividades da recuperação da ponte São João. A CTS não possui corpo técnico suficiente e adequado para a execução desse serviço.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

CALÇADA - PARIPE	Medido até Dez/08	Medido até Dez/09	Meta em 2009	Realizado em 2009
	%	%	%	%
Obras Civas e Recuperação de Instalações Fixa	50,8%	83,8%	37,5%	33,0%
Via Permanente e Drenagem	84,0%	99,5%	10,0%	15,5%
Ponte São João	6,5%	9,0%	10,5%	2,5%
Sistema Elétrico	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Estações (Recuperação)	76,5%	98,0%	23,5%	21,5%
Estações (Construção)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Rede Aérea	52,7%	100,0%	47,3%	47,3%
Recuperação de 3 TUE - Serie 4800	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Construção de Terminais de Integração (Calçada)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Recuperação TUE STU-SAL	0,0%	0,0%	28,5%	0,0%

FONTE: CTS - COMPANHIA DE TRANSPORTE DE SALVADOR

0A40 - APOIO À IMPLANTAÇÃO DO TRECHO SUL VILA DAS FLORES-JOÃO FELIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA – CE

TIPO	OPERAÇÕES ESPECIAIS	UNIDADES EXECUTORAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR)
FINALIDADE	Dar continuidade à implantação do METRÔ, segundo os convênios assinados com o Governo do Ceará e o METROFOR, em 25/11/2005 (n.º 011-2005/P e em 28/12/2005 (n.º 007-2005/DT).	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Gestão dos Convênios; Diretoria Técnica/CBTU e Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR), com base na Instrução Normativa nº01 da STN. Gestão dos Contratos e implantação do projeto: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR)
DESCRIÇÃO	Implantação do trecho Vila das Flores - Couto Fernandes numa extensão de 18,0 km de via permanente em superfície e 2,2 km em elevado, com 13 estações, sendo 1 em elevado. O trecho será eletrificado e contará com sistema de sinalização e telecomunicações eletrônicas. Continuidade das obras em 3,9 km do trecho em túnel entre as estações Benfica e Lagoinha e de 3 estações subterrâneas: Benfica, São Benedito e Lagoinha.	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcus Vinícius Quintella Cury
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR)	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	METROFOR - Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos

Execução Física

- **Realizado até 2008: 53,53%**
- **Meta para 2009: 19,32 %**
- **Realizado em 2009 até dezembro: 3,75%**

As obras civis, que representam aproximadamente 67% do valor do Contrato com o Consórcio, vêm desacelerando seu ritmo de execução. Esta redução de ritmo, que afeta o cumprimento das metas físicas, deve-se essencialmente, aos seguintes fatores:

- o Termo Aditivo nº 10 ao Contrato 014/METROFOR/98 não contemplou todos os serviços necessários para a conclusão das obras, sendo necessária a elaboração de um novo Termo Aditivo (nº 11);
- o Termo Aditivo nº 11 ao Contrato 014/METROFOR/98 visa corrigir as distorções provocadas pela falta de alguns quantitativos e serviços, pela exclusão de serviços necessários, mas que foram temporariamente retirados para dar lugar a outros prioritários, ou pela inclusão de serviços que não foram contemplados no Termo Aditivo nº 6, devido à

ausência de recursos, mas que já haviam sido considerados no Projeto Executivo. Todos esses serviços são imprescindíveis para a conclusão do 1º Estágio do Projeto METROFOR na forma como foi concebido no projeto executivo;

- problemas provenientes de interfaces com a Prefeitura Municipal de Fortaleza e com o Governo do Estado do Ceará, tais como:

- atraso no processo de desapropriação do mercado popular – Centro Comercial de Pequenos Negócios dos Vendedores Ambulantes – CCPNVA, denominado “Beco da Poeira” (com cerca de 1.300 permissionários), impactando na implantação da estação de Lagoinha;

- atraso na execução do reforço estrutural do “Lord Hotel”. Este imóvel foi provisoriamente tombado por meio do Decreto Municipal nº 11.968, de 11/01/2006 e apresenta risco de desabamento;

- atraso no processo de rebaixamento da antiga estação de Parangaba, uma vez que esta secciona o viaduto ferroviário de mesmo nome. Foi necessária a concepção dessa solução de engenharia em razão do tombamento da referida estação pelo Patrimônio Municipal. O rebaixamento da estação de Parangaba foi concluído em jul/2009;

- construção do Viaduto Ferroviário da Rua Padre Cícero pelo Governo do Estado do Ceará;

- indefinição nas negociações do fornecimento de Material Rodante (10 TUE) pela consorciada Alstom, contemplados no convênio 007-2005/DT, com recursos da União. Para o fornecimento do material rodante, foram analisadas algumas alternativas, tendo sido aprovada pelo Governo do Estado do Ceará a inclusão no orçamento para a licitação de mais 10 TUE. Em 03/07/2009, foi contratada a empresa italiana ANSALDOBREDA (Contrato 016/SEINFRA/CCC/2009, no valor de € 86.021.505,38) para o fornecimento de 20 composições elétricas composta por 3 carros cada, sendo 10 TUE para atender à Linha Sul, com recursos do Governo do Estado do Ceará.

- Em 19/06/2009, o METROFOR recebeu a Carta 001/2009 do Consórcio Queiroz Galvão/Camargo Corrêa/Bombardier/Balfour Beatty/Alstom/Siemens, referente ao Contrato 014/METROFOR/2008, informando da suspensão da execução das obras civis, a partir de 01/07/2009, até que o TCU decida pela regularidade do referido Contrato. A decisão do Consórcio construtor do metrô é relativa ao processo em trâmite no TCU que, pelo Acórdão 3070/2008-TCU-Plenário, considerou improcedentes os Embargos Declaratórios interpostos contra decisão do TCU, determinando a retenção cautelar nos pagamentos devidos àquele Consórcio pelos serviços executados, no Contrato em foco.

- O Consórcio Construtor paralisou as obras civis durante todo o mês de julho/2009, retomando as atividades em 13/08/2009.

- O Acórdão 3070/2008 - TCU – Plenário do Tribunal de Contas da União determinou, no item 9.1.1.2, que deveria ser realizada uma retenção sobre os itens de serviços referentes às obras civis do Contrato 014/METROFOR/98, em razão de alegação de superfaturamento de 42 itens, no montante de R\$65,44 milhões (valor a Po), até abril/2006. O percentual a ser retido nas medições de obras civis foi calculado considerando os valores medidos a Po, até fevereiro/2009, e o saldo a medir até 31/12/2010, após a celebração do TA-11 ao Contrato 014/METROFOR/98, chegando ao valor de 71,25%.

Considerando o percentual citado anteriormente, o Consórcio Construtor apresentou fiança bancária para as medições referentes aos meses de novembro e dezembro/2008 e janeiro/2009, no valor de R\$7,74 milhões. Para as medições dos meses de fevereiro a junho/2009, o METROFOR efetuou retenções financeiras, no valor de R\$21,55 milhões. Este valor foi pago ao Consórcio Construtor, que apresentou fiança bancária garantindo ao METROFOR o sobre-preço dos valores retidos. Até o período foi resguardado o sobrepreço apontado pelo TCU, no valor total de R\$38,77 milhões.

A decisão final do plenário do TCU ocorreu no dia 21/10/2009, proferida por meio do Acórdão Nº 2450/2009-TCU-Plenário, tendo sido recebida oficialmente pelo METROFOR, em 19/11/2009, o qual estabelece, dentre outras, as seguintes determinações:

- firmar, no prazo de 15 dias (após a ciência da decisão final), novo Termo Aditivo ao Contrato 014/METROFOR/1998;
- até que seja assinado o novo Termo Aditivo, utilizar para as medições os preços de referência do TCU nos itens citados, podendo, substituir a retenção por seguro garantia ou fiança bancária;
- execução de uma Tomada de Contas Especial – TCE;
- exigir do Consórcio, no prazo de 30 dias (após a ciência da decisão final) documentação da compatibilidade do BDI adotado com a realidade da obra;
- encaminhar documentação ao TCU, em 5 dias após o prazo dado ao Consórcio, para cumprimento dos itens anteriores;

O referido acórdão estabeleceu que a retenção incidirá somente sobre o valor de obras civis.

O Metrô de Fortaleza já tomou todas as providências necessárias para cumprimento das determinações do TCU. Dentre elas destacam-se: realização de reunião com o Consórcio Construtor e a CBTU para esclarecimentos sobre o Acórdão; envio de ofício nº 798/DPR ao Consórcio para providência, nos prazos estabelecidos no Acórdão, das determinações do TCU e envio ao Consórcio do Termo Aditivo nº 12 ao Contrato 014/METROFOR/98, por meio do Ofício no. 820-DPR, com a redução de R\$7,3 milhões no valor contratual.

- As obras civis já executadas até o momento apresentam a seguinte situação:

Atualmente, se encontram praticamente concluídas as obras da via permanente no trecho em superfície, de aproximadamente 10 km, entre Carlito Benevides (antiga Vila das Flores) e Esperança (antiga Conjunto Esperança). Este trecho apresenta as seguintes obras concluídas: ponte ferroviária sobre o Rio Timbó, viaduto ferroviário Waldemar de Lima, viadutos rodoviários da Rua Antônio Justa, Rua Oriente, Av. do Contorno e Av. Maria Gomes de Sá, viaduto ferroviário da Av. do Contorno e passagem inferior da linha de carga sob a Linha Sul e as estruturas das estações Carlito Benevides, Jereissati, Maracanaú, Virgílio Távora (antiga Novo Maracanaú), Raquel de Queiroz (antiga Pajuçara), Aracapé, Esperança e Manoel Sátiro.

O viaduto Rodoviário da Maria Gomes de Sá encontra-se sinalizado e liberado para o tráfego, restando apenas a recuperação de algumas vias no entorno do viaduto. O Consórcio Construtor finalizará totalmente os serviços de obras civis, até julho de 2010.

O trecho em superfície entre a estação Conjunto Esperança e o início do elevado, de aproximadamente 5 km, apresenta em execução obras de drenagem, relocação da via existente, muro de arrimo, terraplenagem e capa selante. Em execução serviços nas estações definitivas de Esperança (antiga Conj. Esperança), Mondubim, Manoel Sátiro, Vila Pery, Couto Fernandes, passagem inferior da Av. Wenefrido Melo, Viadutos da Rua Nereu Ramos.

Na região do elevado de Parangaba, estão em andamento os serviços de execução da superestrutura do elevado do Pólo de Parangaba entre Vila Pery e Couto Fernandes (~3,0 km).

Está concluída a segregação da linha de carga numa extensão de 17 km, ligando Caucaia ao pátio de estacionamento de trens de carga de Alto Alegre. As obras nos edifícios do Centro de Manutenção estão praticamente concluídas.

O trecho em subterrâneo, no centro de Fortaleza, apresenta obras no túnel no trecho de 2,8 km entre a Rua Padre Cícero e a Rua Castro e Silva, além das obras estruturais e acabamentos das estações Benfica e São Benedito, que estão praticamente concluídas.

- Baixo desempenho das metas físicas:

O baixo desempenho no andamento dos serviços, que levou a frustração das metas de 2009, deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- Retenção Cautelar determinada pelo TCU e conseqüente paralisação das obras, durante todo o mês de julho/09;
- Indefinição nas negociações com a ALSTOM;

- Atraso na desocupação da área do Beco da Poeira;
- Não conclusão da licitação para a execução do trecho subterrâneo em trincheira e das Estações José de Alencar (antiga Lagoinha) e Central Xico da Silva (antiga João Felipe);
- Atraso no início dos serviços de rebaixamento da antiga estação de Parangaba;

Principais Intervenções Em Desenvolvimento:

OBRAS CIVIS:

• Trecho em Superfície

O Consórcio construtor paralisou os serviços durante o mês de julho/2009, em todo o trecho da Linha Sul, retomando as atividades, no dia 13/08/2009.

Segue abaixo situação em que se encontram as obras até o momento;

- Centro de Manutenção: limpeza da área, recuperação e acabamentos das edificações, execução de alvenaria de vedação no almoxarifado central (bloco F), na oficina e manutenção de trens (bloco B) e no edifício dos operadores e limpeza (bloco E). Usina de concreto em funcionamento para atender as diversas fases da obra;
- Estação Carlito Benevides: execução de alvenaria de fechamento das salas técnicas. Execução da infra-estrutura das instalações;
- Estação Jereissati: serviços de limpeza no local;
- Estação Maracanaú: serviços de limpeza no local; início da execução das alvenarias e contrapiso;
- Estação Virgílio Távora (antiga Novo Maracanaú): serviços de limpeza no local;
- Estação Raquel de Queiroz (antiga Pajuçara): Serviços de limpeza e de acabamento nas estruturas de concreto aparente;
- Estação Alto Alegre: serviços de limpeza e recuperação de acabamentos em azulejos nos banheiros;
- Estação Aracapé: execução da alvenaria de fechamento das salas técnicas, revestimentos em argamassa e impermeabilização das lajes das salas técnicas;
- Trecho entre as estações Aracapé e Esperança (antiga Conjunto Esperança): execução da drenagem no trecho e capa selante;
- Estação Esperança (antiga Conj. Esperança): teste de estanqueidade das lajes das salas técnicas, escavações para execução do muro de arrimo;
- Trecho entre as estações Esperança e Mondubim: execução de sublastro e dreno profundo. Concretagem de canaletas de drenagem. Execução de galeria em concreto celular. Execução da mesoestrutura da passarela 6;
- Passagem inferior de veículos e pedestres da Av. Wenefrido Melo: acabamentos nas paredes do módulo 5, execução do muro de arrimo 05 da passagem de pedestres, execução das estacas hélice para confinamento da adutora de 1200mm;
- Estação Mondubim: continuidade da execução das estruturas da estação (vigas e lajes), execução de alvenaria de fechamento das salas técnicas;
- Trecho entre as estações Mondubim e Manoel Sátiro: execução da galeria de concreto celular, execução de terraplenagem e desmontagem do desvio ferroviário da estação provisória de Manoel Sátiro;
- Estação Manoel Sátiro: serviços de impermeabilização das lajes das salas técnicas em manta asfáltica, reaterro interno nas salas técnicas. Continuação da execução da drenagem pluvial no entorno da estação;

- Trecho entre as estações Manoel Sátiro e Vila Pery: execução do muro de arrimo 10. Execução de sublastro, terraplenagem e drenagem. Continuação da execução das fundações das passarelas nº 03 da Rua Albânia e nº 04 da Rua Suíça;
- Viaduto Rodoviário da Rua Nereu Ramos: execução de guarda-corpos e vigas de coroamento das escamas do encontro 01 (leste);
- Estação Vila Pery: execução das fundações, arrasamentos de estacas e concreto de regularização dos blocos de fundação das salas técnicas;
- Trecho entre estação Vila Pery e início do Elevado: execução de capa selante. Fabricação e montagem das escadas da passarela 02, da Rua Conselheiro Galvão;
- Estação Couto Fernandes: execução de fundações (estacas, blocos e vigas baldrame).
- Trecho entre as estações Couto Fernandes e Porangabussu: execução de terraplenagem, montagem de tapumes e execução dos muros de arrimo nº 15, 17 e 18;
- Trecho entre as estações Porangabussu e Padre Cícero: montagem de tapumes, execução do muro de arrimo nº 19, execução da passarela 01 da Rua Delmiro de Farias, execução da base para pavimentação da Rua João Sorongo para atender o desvio de tráfego da Av. José Bastos.

- **Elevado de Parangaba**

- Estação Parangaba: cimbramento, forma e armadura das escadas rolantes e escadas convencionais. Cimbramento da laje do mezanino;
- Trecho entre as estações Parangaba (antiga estação Montese) e Couto Fernandes: execução de estacas brocas junto a antiga estação de Parangaba com a finalidade de contenção do solo durante a execução do complemento do elevado no local. Execução de terra armada no encontro 82;

- **Trecho Subterrâneo**

- Trecho entre as estações Padre Cícero e Benfica: execução de formas do muro 02 no trecho em transição para o túnel, execução de paredes guias para execução das paredes diafragmas;
- Estação São Benedito: serviços de reaterro no entorno do muro de arrimo 01;
- Trecho entre as estações São Benedito e José de Alencar (antiga estação Lagoinha): concretagem da última etapa da parede 01 da área de ventilação no módulo 37-09. Execução das muretas da laje de fundo no módulo 37-15, escavação invertida para laje de fundo no módulo 37-16;
- Trecho entre as estações José de Alencar e Central Xico da Silva (antiga estação João Felipe): escavação, montagem de forma e armadura para execução de parede guia na área de ventilação no módulo 39-15;
- Esgotamento e bombeamento convencional em todo o trecho;

- **Centro de Controle Operacional (CCO) e Prédio Administrativo**

- Execução de fundações e execução de estacas broca para cortina de contenção e proteção do arruamento adjacente às fundações.

- **Material Rodante**

- O Governo do Estado assinou, em 06/07/2009, a Ordem de Serviço para a empresa Ansaldo Breda SPA fornecer 20 trens unidade elétricos (TUE). O contrato está amparado apenas em recursos do Estado, com prazo de 15 meses para início do fornecimento dos trens. As duas primeiras unidades estão programadas para serem entregues, até outubro/2010;

- **Projetos e Administração:**

Em andamento os serviços de Gerenciamento, Supervisão e Controle de Qualidade, Internalização de Tecnologia e Reestruturação Organizacional da METROFOR.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

LINHA SUL

Discriminação da Atividade	Meta 2009 (%)		Realizado 2009 (%)	
	No período	Acumulado	No período	Acumulado
Global	19,32	72,85	3,75	57,28
Obras Cíveis	12,36	83,10	3,08	73,82
Material Rodante	20,51	40,34	0,00	19,83
Sistemas Fixos	28,00	55,17	10,28	37,45
Integração de Sistemas	28,71	80,19	0,00	51,48
Estudos, Projetos e Administração	4,83	95,71	4,19	95,07
Desapropriação	7,41	100,00	0,09	92,68

10T0 - APOIO À MODERNIZAÇÃO DO TRECHO OESTE - JOÃO FELIPE/CAUCAIA DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA

TIPO	OPERAÇÕES ESPECIAIS	UNIDADES EXECUTORAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR)
FINALIDADE	Dar continuidade ao Projeto do METRÔ, recuperando o sistema existente no trecho da Linha Oeste, segundo os convênios assinados com o Governo do Ceará e o METROFOR, em 25/11/2005 (n.º 011-2005/P) e em 28/12/2005 (n.º 008-2005/DT).	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Gestão dos Convênios; Diretoria Técnica/CBTU e Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR), com base na Instrução Normativa nº01 da STN. Gestão dos Contratos e implantação do projeto: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR)
DESCRIÇÃO	Remodelação e Recuperação da Via Permanente no trecho de Caucaia - João Felipe numa extensão de 19,5 km de via permanente, compreendendo a duplicação de 3,5 km de via permanente, reforma de 10 estações e construção de 1 viaduto. Aquisição de 6 VLT, remodelação de 13 carros PIDNER de passageiros e recuperação de 2 locomotivas diesel.	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcus Vinícius Quintella Cury
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR)	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	METROFOR - Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos

Esta Ação foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de janeiro/2007, sendo contemplada, conforme pactuado até então, com um total de recursos de R\$30,0 milhões (União) e R\$10,0 milhões (Estado), específicos deste Programa. A parcela da União já foi totalmente disponibilizada, até 2008 e para o Estado estão programados R\$6,3 milhões, para 2009 e R\$3,4 milhões, para 2010. Estes recursos do PAC perfazem, juntamente com o orçamento aplicado até 2006, um total do empreendimento no valor de R\$80,0 milhões.

Em reunião realizada, em 19/10/2009, na sede do Ministério Público em Fortaleza, com a presença de representantes da CBTU e do METROFOR, foi acordado que os recursos adicionais, necessários à conclusão das obras de Recuperação e Melhorias da Linha Oeste seriam aportados pelo Tesouro do Governo do Estado do Ceará.

Dessa forma, conforme documentação, em anexo, o METROFOR encaminhou proposta de TA-05 ao Convênio 008-2005/DT, contendo novo Plano de Trabalho e Programação de Usos e Fontes. Este Termo Aditivo 05 estabelece um acréscimo de R\$26,76 milhões de recursos da contrapartida do Estado do Ceará, necessários à conclusão dos serviços e fornecimentos objetos do Convênio. A participação do Estado do Ceará passará, então, de R\$10,00 milhões para R\$36,76 milhões.

Na concepção do Projeto com o PAC, foi alterado o escopo para operacionalizar o sistema com VLT. Será mantida, por solicitação do METROFOR, a recuperação de carros de passageiros e locomotivas para operação, enquanto não se efetiva a entrega dos VLT, porém com redução

para 13 carros PIDNER de passageiros e 2 locomotivas diesel a serem recuperados, viabilizando-se, assim, intervenções mais leves.

Execução Física

Realizado até 2008: 24,68%;

Meta 2009: 58,85%;

Realizado em 2009 até dezembro: 31,20%

Está em análise na CBTU o 5º Aditivo ao Convênio nº 008-2005/DT, com a atualização do Plano de Trabalho e Programação de Usos e Fontes, além do acréscimo de R\$26,76 milhões de Recursos do Governo do Estado, viabilizando assim a continuidade das Obras e das atividades de Gerenciamento e Supervisão.

A meta para 2009 foi revista em razão da elaboração do TA-04 ao Convênio 008-2005/DT, assinado em 27/03/2009, que estabeleceu novo Plano de Trabalho e, consequentemente, nova meta para este ano.

O avanço físico obtido em 2009 não atingiu as metas estabelecidas no plano de trabalho do TA-04 em decorrência da necessidade de suplementação orçamentária para a continuidade das obras civis da Linha Oeste, a ser aportada pelo Governo do Estado do Ceará, bem como atrasos nas aprovações dos aditivos aos Contratos da Linha Oeste e atraso no processo licitatório para a recuperação e modernização de carros PIDNER, que somente foram iniciados em junho/2009, por meio do Contrato 005/METROFOR/2009.

As principais razões para o baixo desempenho desta Ação são:

- Em 2007, quando se iniciou efetivamente os processos das licitações, registrou-se defasagem de tempo entre as contratações dos serviços relativos às obras civis, ocorridas em maio/2007 (execução dos serviços de via permanente, estações, passagem em nível e execução do viaduto rodoviário da Rua Visconde de Cauípe), e da consultoria para elaboração dos projetos executivos, efetivada em outubro/2007. Foi concluída pela contratada (MWH) a elaboração dos projetos executivos referentes às obras civis e a análise e aprovação final pelo METROFOR, em setembro/2008;
- Atraso no repasse dos recursos do Governo do Estado do Ceará para as desapropriações e remoções das interferências das concessionárias de serviços públicos (Coelce, Cagece e Oi Fixo), na área de implantação do Viaduto Rodoviário da Rua Visconde de Cauípe, em Caucaia, tendo sido iniciado o repasse dos recursos da contrapartida, em novembro/2008;
- Retomada das obras do Viaduto Rodoviário em Caucaia, em novembro/2008, após início dos repasses de recursos do Governo do Estado para a efetivação das desapropriações; a Ordem de Serviço das obras ficou suspensa por 15 meses.
- Atraso no processo licitatório para aquisição dos 6 VLT, sendo concluído em outubro/2008. Iniciada as atividades em novembro/2008;
- Atraso no processo licitatório para Reparo e Modernização de 2 Locomotivas, sendo concluído, em outubro/2008. Iniciada as atividades em novembro/2008;
- Atraso no processo licitatório para Reparo e Modernização de 13 Carros Pidner, que foi concluído em março/2009. Assinatura do contrato para realização dos serviços em abril/2009. Iniciada as atividades em junho/2009.

Comentários e Recomendações:

Para a continuidade das Obras Civis para a remodelação da Linha Oeste, será necessária a suplementação orçamentária a ser liberada pelo Governo do Estado do Ceará.

Situação dos processos licitatórios para fornecimentos e serviços para desenvolvimento das intervenções do 2º Estágio – Linha Oeste:

Já contratados, até dezembro/2009, os serviços de Via Permanente, Estações e Passagem em Nível **(FZ-01)**; Construção do Viaduto Rodoviário Rua Visconde de Cauípe **(FZ-02)**; Recuperação/Modernização de Locomotivas **(FZ-04)**; Consultoria para Gerenciamento, Supervisão e Projeto Executivo **(FZ-06)**; Aquisição de 6 VLT **(FZ-07)**; Recuperação/Modernização de 13 Carros de Passageiros tipo Pidner **(FZ-05)**.

• FZ-03 - Consultoria em Bilhetagem Eletrônica – Contratação Direta

O Contrato 02/METROFOR/2007 foi assinado, em 30/09/2007, e a contratada não cumpriu o objeto. A Ordem de Serviço teve seu prazo de execução extinto em 31/05/2008, não ocorrendo prejuízos financeiros e técnicos ao METROFOR.

Os serviços de consultoria para bilhetagem eletrônica serão novamente licitados.

Principais intervenções em desenvolvimento:

• Obras Civis e Sistemas Fixos – Contrato nº 003/METROFOR/2007

As Obras Civis e Sistemas Fixos da Linha Oeste, objeto do Contrato com a empresa ENGEXATA Engenharia Ltda. estão suspensas temporariamente, desde 14/09/2009, em decorrência da não aprovação pela CBTU do TA-03 e de restrições financeiras, tendo em vista que até o momento não foi aprovada a suplementação orçamentária no valor de R\$8,4 milhões. Este é o valor que o Metrô de Fortaleza vem apresentando como suplementação orçamentária para cobrir os custos necessários para conclusão das obras na Linha Oeste.

Atualmente, a ENGEXATA não desenvolve atividades. Quando solucionados os problemas acima citados, poderão ser retomados os serviços que estavam em andamento, como a seguir:

Estação Álvaro Weyne:

- Instalações dos Quadros de Comando e Indicação, sistemas de rádio comunicação, rede de lógica / telefonia das novas agências e instalação do motor elétrico para abertura do portão de acesso à esplanada;

Estação Antônio Bezerra:

- Instalações dos Quadros de Comando e Indicação, sistemas de rádio comunicação, rede de lógica / telefonia das novas agências, bem como distribuição da fiação do quadro de comando e indicação para portão de acesso à esplanada e detector de ponta de agulha;

Estação São Miguel:

- Instalações dos Quadros de Comando e Indicação, sistemas de rádio comunicação e rede de lógica / telefonia das novas agências;
- Execução do estacionamento dos funcionários do METROFOR;

Estação Parque Albano:

- Instalações dos Quadros de Comando e Indicação, sistemas de rádio comunicação, rede de lógica / telefonia das novas agências e instalação do motor elétrico para abertura do portão de acesso à esplanada;
- Distribuição da fiação do quadro de comando e indicação para portão de acesso à esplanada e detector de ponta de agulha;
- Execução do estacionamento dos funcionários do METROFOR;

Estação Conjunto Ceará:

- Instalações dos Quadros de Comando e Indicação, sistemas de rádio comunicação e rede de lógica / telefonia das novas agências;
- Execução da rampa de acesso à estação;

Estação Jurema:

- Complementação das instalações;

Estação Araturí:

- Instalações dos Quadros de Comando e Indicação, sistemas de rádio comunicação, rede de lógica / telefonia das novas agências, bem como distribuição da fiação do quadro de comando e indicação para portão de acesso à esplanada e detector de ponta de agulha;
- Execução do estacionamento dos funcionários do METROFOR;

Estação Caucaia:

- Execução das fundações dos pilares da coberta da plataforma de embarque e desembarque de passageiros;
- Execução da coberta em toda extensão da plataforma existente, bicicletário, bilheteria e rampa para acessibilidade de deficiente físico;

Via Permanente

Entre as estações João Felipe e Caucaia:

- Atividades de substituição de trilhos para TR-45, substituição de dormentes de madeira, complementação de lastro de brita, solda e alinhamento de trilhos nos trechos João Felipe/Álvaro Weyne, Conjunto Ceará/Jurema, Jurema/Araturí e Araturí/Caucaia;

Em 18/02/2009, foi assinado o TA-03 ao Contrato nº 003/METROFOR/2007, tendo sido efetuado replanilhamento sem alteração do valor contratual, bem como prorrogação de prazo por mais 210 dias, o qual já se esgotou, em setembro/2009. Encontra-se em análise pela CBTU e Ministério Público.

A solicitação de suplementação orçamentária não foi liberada até o período e por falta de tempo hábil para aprovação do termo aditivo nº 04, que propõe a inclusão de novos itens e preços unitários de modo a adequá-los às recomendações dos projetos executivos, bem como ajustes de quantitativos à concepção delineada pelo projeto executivo para melhor adequação técnica, a CBTU só liberou este TA com prorrogação do prazo, até dezembro/2009.

Em 09/09/2009, foi assinado o TA-04 ao Contrato nº 003/METROFOR/2007, prorrogando o prazo de término em mais 102 dias, até 31/12/2009, para a continuidade dos serviços de execução das obras civis e sistemas fixos da Linha Oeste, sem qualquer alteração da planilha contratual, permanecendo o valor do contrato.

Em 30/12/2009, foi assinado o TA-05 ao Contrato nº 003/METROFOR/2007 que prorroga o prazo em mais 150 dias, até 30/05/2010, para a continuidade das Obras Civis e de Sistemas Fixos, sem qualquer alteração da planilha contratual, permanecendo o valor do contrato.

Encontra-se em elaboração o TA-06 ao Contrato nº 003/METROFOR/2007, que propõe a inclusão de novos itens e preços unitários de modo a adequá-los às recomendações dos projetos executivos, bem como ajustes de quantitativos à concepção delineada pelo projeto executivo para melhor adequação técnica.

• Viaduto Visconde de Cauípe e Remoção das Interferências no entorno deste viaduto – Contrato nº 001/METROFOR/2007

Atualmente, o Consórcio TRANA-BETA responsável pela construção do viaduto, desenvolve as atividades apresentadas a seguir:

- Execução das ferragens, formas e concretagem de guarda-corpo no tabuleiro do viaduto.

Obs.: Concluídas, em março/2009, as desapropriações dos imóveis que interferem nas obras civis de execução do viaduto rodoviário da Rua Visconde de Cauípe, em Caucaia.

Em 24/11/2009, foi assinado o TA-01 ao Contrato nº 001/METROFOR/2007, prorrogando o prazo de término em mais 67 dias, até 31/01/2010, para a continuidade dos serviços de execução do viaduto rodoviário na Rua Visconde de Cauípe em Caucaia, sem qualquer alteração da planilha contratual, permanecendo o valor do contrato.

Encontra-se em tramitação na CBTU processo referente ao TA-02, que propõe ajustes de quantitativos de serviços existentes na planilha orçamentária contratual, inclusão de novos itens e preços unitários, de modo a adequá-los às recomendações dos projetos executivos, e mudança de solução da fundação do Viaduto, bem como a prorrogação do prazo para 30/04/2010.

- **Gerenciamento, Supervisão e Elaboração dos Projetos Executivos – Contrato nº 010/METROFOR/2007**

O Consórcio MWH, é responsável pela execução dos serviços técnicos especializados de Gerenciamento e Supervisão das Obras Cíveis e dos serviços de Sistemas Fixos e de Material Rodante e para elaboração do Projeto Executivo das Obras Cíveis e dos Sistemas Fixos. Os projetos já foram concluídos e aprovados em 2008.

Atualmente, o Consórcio MWH desenvolve as atividades apresentadas a seguir:

- Continuidade das atividades de gerenciamento e supervisão para a Recuperação e Melhorias da Linha Oeste.

Obs.:

- Com a suspensão temporária das atividades da construtora Engexata, em 14/09/2009, para a realização das obras cíveis e sistemas fixos, a Supervisora fez uma redução em seu quadro técnico, permanecendo as atividades de elaboração do “As Built” e o acompanhamento das atividades do viaduto rodoviário da Rua Visconde de Caupe, em Caucaia.
- A Supervisora mantém inalterado o quadro técnico de Material Rodante para o acompanhamento das atividades de reparo e modernização de Locomotivas, recuperação e modernização de carros PIDNER e fornecimento de VLT.

Em 27/01/2009, foi assinado o TA-03 ao Contrato nº 010/METROFOR/2007, prorrogando o prazo do término do contrato em 201 dias, até 31/08/2009, sem alteração do valor global do Contrato.

A solicitação de suplementação orçamentária não foi liberada, até o momento, e por falta de tempo hábil para aprovação do TA-04, que altera a planilha contratual com ajustes de quantidades, a CBTU liberou apenas a prorrogação do prazo. Em 31/08/2009, foi assinado o TA-04 ao Contrato nº 010/METROFOR/2007, prorrogando o prazo de término em mais 122 dias, indo até 31/12/2009, sem qualquer reflexo financeiro à planilha contratual vigente, permanecendo assim o mesmo valor global do Contrato.

Em 30/12/2009, foi assinado o TA-05 ao Contrato nº 010/METROFOR/2007 que altera a planilha contratual com ajustes de quantidades e prorrogação do prazo por mais 8 meses, contados de 31/12/2009 até 31/08/2010.

- **Material Rodante**

Recuperação de 02 Locomotivas – Contrato nº 046/METROFOR/2008

O Consórcio JATO CLEAN é responsável pela execução dos serviços de engenharia para modernização e reparo geral de duas locomotivas GE U 10B e serviços de assistência técnica, garantia e fornecimento de peças e ferramentas.

Atualmente, o Consórcio JATO CLEAN desenvolve as atividades a seguir:

- Locomotiva nº 2211: elaboração do “Data Book”, “As Built” e manuais de operação;
- Locomotiva nº 2217: início da pintura de base, realização do teste estático e modernização da cabine.

Em 03/08/2009, foi assinado o TA-01 ao Contrato nº 046/METROFOR/2008, que consiste na obtenção do reequilíbrio financeiro para aquisição dos motores CAT 3512.

Aquisição de 6 VLT – Contrato nº 047/METROFOR/2008

A BOM SINAL Indústria e Comércio Ltda. é responsável pelo fornecimento de seis VLT com quatro carros cada um.

Atualmente, a BOM SINAL desenvolve as atividades apresentadas a seguir:

- Atualização mensal do cronograma para fabricação de 6 VLT (diagrama PERT_CPM – rev. J);
- Em processo de montagem do sub-sistema de freio no sub-fornecedor KNORR-BRESEM;
- Execução do alinhamento dos chassis com equipamentos a laser;
- Em processo de certificação dos soldadores envolvidos na montagem e soldagem da estrutura da caixa ao chassi;
- Execução do alinhamento das laterais e teto das estruturas de caixa dos VLT;
- Execução da fabricação do sub-sistema de refrigeração no sub-fornecedor FOCA Equipamentos para aplicação nos VLT;
- Em fabricação o sistema de Power Train composto pelo motor a diesel de tração e transmissão hidráulica;
- Em fabricação os materiais em PRFV (plástico reforçado em fibra de vidro) das cabeceiras, pisos, bancos e “pegas de mão”;
- Em fabricação as estruturas das portas e seu sistema de acionamento eletro-pneumático.

Encontra-se em tramitação na CBTU o processo referente ao TA-01 relativo ao Contrato nº 047/METROFOR/2008, que trata da mudança dos índices do Contrato, não implicando em alteração de valor.

Recuperação/Modernização de 13 Carros de Passageiros tipo Pidner – Contrato nº 005/METROFOR/2009

O Consórcio JATO CLEAN é responsável pela execução dos serviços de engenharia para recuperação e modernização de treze carros de passageiros tipo PIDNER, implantação do sistema de climatização com base em refrigeração por ar condicionado, fornecimento de grupos geradores, peças e materiais sobressalentes.

Atualmente, o Consórcio JATO CLEAN desenvolve as seguintes atividades:

- Continuidade da desmontagem de carros PIDNER, tendo sido concluída a desmontagem de doze carros;
- continuidade do jateamento de carros PIDNER, tendo sido concluído o jateamento de oito carros;
- continuidade dos serviços de caldeiraria, tendo sido concluída a caldeiraria de seis carros PIDNER;
- Montagem e instalação, em um carro PIDNER, de um grupo gerador;

Montagem de revestimento interno (piso) de um carro PIDNER;

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

LINHA OESTE

Discriminação da Atividade	Meta 2009 (%)		Realizado 2009 (%)	
	No período	Acumulado	No período	Acumulado
Global	58,85	83,53	31,20	55,88
Obras Cíveis e Sistemas Fixos	36,31	100,00	20,29	83,98
Viaduto da Visconde de Caupe	100,00	100,00	82,98	82,98
Material Rodante	68,57	74,81	33,34	39,58
Bilhetagem Eletrônica	100,00	100,00	0,00	0,00
Estudos, Projetos e Administração	40,21	82,57	30,08	72,44
Desapropriação	10,00	100,00	10,00	100,00

11IO - RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL

TIPO	OPERAÇÕES ESPECIAIS	UNIDADES EXECUTORAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-NAT
FINALIDADE	Recuperar o Sistema de Trens Urbanos de Natal com o objetivo de restabelecer as condições de segurança e confiabilidade necessárias à produção de um transporte de passageiros. Ao fim desta ação é estimada uma demanda diária de 11 mil passageiros no sistema. Garantir a melhoria dos níveis de eficiência e promover a inserção do sistema de trens urbanos na política de transporte local, facilitando o processo de descentralização. O Sistema de Natal é originário de uma linha de carga da RFFSA e, ao ser transferido para a CBTU em 1984, já apresentava problemas na sua infra-estrutura e necessitava de investimentos para restabelecer as suas características básicas e as condições necessárias para uma operação segura e confiável. Ao longo dos anos a CBTU não obteve sucesso em viabilizar projetos de modernização do Sistema, e os recursos destinados ao funcionamento do mesmo não permitiram o pleno atendimento das ações de manutenção preventiva, muito menos a corretiva, o que provocou a degradação do sistema. Além disso, a partir da concessão do serviço ferroviário de carga da malha nordeste à CFN - Companhia Ferroviária do Nordeste, houve a intensificação do transporte regular de carga, compartilhado nas linhas do sistema de passageiros, provocando o aumento do nível de desgaste do sistema existente, sendo que a manutenção do trecho permaneceu sob a responsabilidade da CBTU, por força do contrato celebrado com a RFFSA.	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-NAT
DESCRIÇÃO	A recuperação do sistema visa o restabelecimento das precárias condições de funcionamento e da degradação da operação e manutenção do sistema e consiste nas seguintes intervenções: recuperação da frota de material rodante e das estações, composta por 3 locomotivas, 20 carros de passageiros e 20 estações; aquisição de materiais e realização de obras e serviços de recuperação da via permanente, com uma extensão de 56 km, e da oficina de manutenção; e melhorias no sistema de sinalização e de passagens de nível. Também está prevista a execução de estudos para elaboração de projeto básico visando a descentralização do sistema.	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcus Vinícius Quintella Cury
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-NAT	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	-

Evolução Física

- **Realizado até 2008: 23,8%**

Meta para 2009: 18,3%

- **Realizado em 2009 até dezembro: 6,3%**

Deu-se continuidade às ações que possibilitem manter o sistema em operação com mais segurança, não atendendo em sua plenitude às ações necessárias para recuperação do sistema. Os pontos de maior criticidade são as péssimas condições operacionais da frota de material rodante e na via permanente.

Principais ações em desenvolvimento:

- Foi entregue em 30/10/2009 o primeiro dos 4 carros de passageiros que estão sendo recuperados nas instalações de Recife-PE, encontrando-se com 67,88% dos serviços já realizados. Os três carros remanescentes do contrato poderão ser entregues até o final do primeiro trimestre de 2010.
- Continuam em andamento, serviços e aquisições contratados no final de 2008 utilizando o saldo dos recursos desta LOA: concluído em abril a recuperação da pintura externa e esquadrias do prédio do centro de Treinamento e Desenvolvimento Ferroviário; a adequação e cobertura do posto de abastecimento da STU-NAT foram concluídas no mês de agosto/2009; em dezembro/2009 foi feita a concretagem da última das 07 Passagens de Nível (PN).
- Foram adquiridos com recursos do RAP/2008, 2.775 dormentes de madeira de diversos tamanhos; 2.000 conjuntos de fixação para dormentes bi-bloco TR-37; 1.750 conjuntos de fixação fist, TR-45, estando à disposição da Via Permanente para sua utilização.
- Em março/2009 foi iniciada a implantação da sinalização em 6 PN, já estando em operação.
- Foram recuperados 9 motores de tração para locomotiva, e entregues até abril/2009.
- Foram entregues em fevereiro/2009, 7 cabeçotes para locomotiva, totalmente recuperados.
- Foi contratado em outubro/2009 o fornecimento das sapatas de freio, licitadas através de Pregão Eletrônico, realizado em 09/09/2009. O material foi entregue no mês de novembro.
- Foi publicado em 21/10/2009 o resultado da licitação por Tomada de Preços para construção de 100 m de muro de arrimo, a partir do Km 419+740, no trecho Natal/Ceará Mirim. O contrato foi assinado em 30/10/2009, com a empresa HL Projetos e Construções LTDA e o recurso foi empenhado em novembro. Os serviços já estão sendo executados.
- Foi contratada em novembro/2009 a recuperação de duas turbinas de locomotiva, licitada através de Tomada de Preço, realizada em 03/11/2009. O contrato foi assinado em 01/12/2009, com previsão de entrega das peças em fevereiro/2010.
- No final do mês de novembro foi realizada licitação, na modalidade Pregão, para aquisição de 2 manipuladores de freio automáticos e 2 independentes para locomotivas e 1 compressor de ar, juntamente com os kits de reparo. A Ordem de Compra foi empenhada em dezembro e a entrega está prevista até março.
- Foi empenhado em dezembro valor referente a reajuste de materiais e serviços do CTR 002/STU-NAT/08 - TP 006/GELIC/07, TECFER Ltda, cujo objeto é a recuperação e revisão de 04 carros de passageiros da STU-NAT.
- Em dezembro, também na modalidade Pregão, licitou-se, com êxito, a aquisição de manifolds de exaustão para locomotivas. Foi empenhado valor referente a 8 unidades e a entrega dos materiais está prevista para março/2010.
- Foi contratado em dezembro/2009 o reparo em mais 2 motores de tração, licitado através de Tomada de Preço. O contrato foi assinado em 01/12/2009, com previsão de entrega dos equipamentos em março/2010.

- Em novembro, foi licitada a construção de muro de contenção e mureta de lastro ferroviário no Km 415, trecho Natal/Ceará-Mirim. O recurso foi empenhado e o serviço já foi iniciado.
- No final do mês de dezembro realizaram-se licitações, na modalidade Convite, para fabricação e instalação de elevadores no prédio administrativo da STU-NAT e instalação de cobertura em policarbonato em área de acesso aos usuários da Estação Natal. Os recursos foram empenhados em 31/12/2009 e o início dos serviços está previsto para fevereiro/2010.
- Contratou-se, também em dezembro, o serviço de complementação de sinalização em Passagens de Nível. A licitação foi realizada através de Tomada de Preços e as obras estão previstas para iniciar em fevereiro/2010.

No PPA/2008-2011 (Lei 11.653) aprovado em 7/04/2008 (não houve revisão até o momento), o sistema de Natal só foi contemplado com a continuidade da Ação de Recuperação, não tendo sido acatada a proposta de inclusão da Ação de Modernização do Sistema, que viria substituir a anterior. É intenção da CBTU implantar o Projeto de Modernização, mais abrangente, visando tornar o trem de passageiros em um sistema estruturador de um novo plano de transportes para a região urbana, mais eficiente e aproveitando sua potencialidade de transporte de massa. O estudo, feito em parceria com os órgãos locais de planejamento de transportes, prevê também ampliar o sistema, de Nova Alecrim até Bernardo Vieira. É prevista a operação com Veículos Leves Sobre Trilhos (VLT), de menor custo operacional, podendo ser fabricado pela indústria brasileira.

Embora no PPA tenha aprovado na Ação de Recuperação um montante que pode garantir a Modernização, os recursos que foram efetivamente liberados em 2008 e 2009 não atendem a esta possibilidade. Da mesma forma, os escopos das Ações são diferentes, necessitando equacionar no PPA os recursos aprovados na Ação correta objetivando sua inclusão (Modernização do Sistema) no PAC.

No caso de Natal, eleita uma das 10 cidades brasileiras que irão sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014, a CBTU incluiu na sua Proposta Orçamentária de 2010, a Ação de Modernização deste Sistema, buscando atender as necessidades de implantação ou ampliação da infra-estrutura de transportes e de outras infra-estruturas complementares ligadas a acessibilidade. Devido a insuficiência dos recursos disponibilizados através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades, para compor o PLOA/2010, a proposta da Modernização foi excluída.

11J9 - RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

TIPO	OPERAÇÕES ESPECIAIS	UNIDADES EXECUTORAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-JOP
FINALIDADE	Recuperar o Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa com o objetivo de restabelecer as condições de segurança e confiabilidade necessárias à produção de um transporte de passageiros. Ao fim da ação é esperada uma demanda de 11mil passageiros por dia no sistema. Garantir a melhoria dos níveis de eficiência e promover a inserção do Sistema de Trens Urbanos na política de transporte local, facilitando o processo de descentralização. O Sistema de João Pessoa é originário de uma linha de carga da RFFSA e, ao ser transferido para a CBTU em 1984, já apresentava problemas na sua infra-estrutura e necessitava de investimentos para restabelecer as suas características básicas e as condições necessárias para uma operação segura e confiável. Ao longo dos anos a CBTU não obteve sucesso em viabilizar projetos de modernização do sistema, e os recursos destinados ao funcionamento do mesmo não permitiram o pleno atendimento das ações de manutenção preventiva, muito menos a corretiva, o que provocou a degradação do sistema. Além disso, a partir da concessão do serviço ferroviário de carga da malha nordeste à CFN - Companhia Ferroviária do Nordeste, houve a intensificação do transporte regular de carga, compartilhado nas linhas do sistema de passageiros, provocando o aumento do nível de desgaste do sistema existente, sendo que a manutenção do trecho permaneceu sob a responsabilidade da CBTU, por força do contrato celebrado com a RFFSA.	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-JOP
DESCRIÇÃO	A recuperação do sistema visa o restabelecimento das precárias condições de funcionamento e da degradação da operação e manutenção do sistema e consiste nas seguintes intervenções: recuperação da frota de material rodante e das estações, composta por 3 locomotivas, 24 carros de passageiros e 9 estações; aquisição de 3 carros de passageiros; aquisição de materiais e realização de obras e serviços de recuperação da via permanente, com uma extensão de 30 km e da oficina de manutenção; construção de passarelas para pedestres e desvios operacionais; e melhorias no sistema de sinalização e de passagens de nível. Também está prevista a realização de levantamento aerofotogramétrico, de estudos de viabilidade econômica e de projeto básico visando a descentralização do sistema.	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcus Vinícius Quintella Cury
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-JOP	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	-

Evolução Física

• **Realizado até 2008: 25,3%**

Meta para 2009: 12,4%

Realizado em 2009 até dezembro: 3,2%

Continuam sendo executadas principalmente ações que possibilitem manter o sistema em operação com mais segurança, não atendendo em sua plenitude às ações necessárias para recuperação do sistema. Os pontos de maior criticidade são as péssimas condições operacionais da frota de material rodante e na via permanente.

Principais Ações em Desenvolvimento:

- Concluída em janeiro/2009 a terraplenagem, iniciada em 2008, para a futura construção do desvio ferroviário de Jacaré, objetivando permitir o cruzamento de composições nesta estação.
- Concluída em abril/2009 a construção da estação Jardim Manguinhos.
- Concluída em agosto/2009 a entrega do restante dos dormentes, contratados com recursos do RAP/2008, perfazendo um total 1.393 un.
- Concluído em setembro/2009 o fornecimento de brita para o lastro da via, tendo sido fornecido o total contratado de 1.315 m³.
- Das 84 rodas para Carros de Passageiros, recebidas o ano passado, para aplicação em truques de 10 Carros recuperados, 27,5% já estão em uso.
- Concluída a reconstrução do bueiro do Km 194 e em fase final a reconstrução do muro da Estação de Bayeux.
- Concluído o fornecimento de dormentes concreto, no total de 304, sendo que o ultimo lote recebido foi de 76 dormentes em Outubro/2009.
- Concluída a reforma do galpão em João Pessoa para alojar GEREH/STU-JOP.
- Contratado através de Pregão Eletrônico, o fornecimento de mais 7096 dormentes de concreto, que teve como vencedora a EMPAC Empresa de Artefatos de Concreto LTDA. Os materiais serão entregues a partir de janeiro/2010.
- Contratado através de Pregão Eletrônico, o fornecimento de 2739 m³ de pedra britada para lastro da via permanente. Os materiais serão entregues a partir de janeiro/2010.
- Contratado o fornecimento de fixações tipo RN, para aplicação nos trechos em que será remodelada a via permanente. Os materiais serão entregues a partir de janeiro/2010.
- Contratado o fornecimento de 24 catracas eletrônicas para as estações do sistema da STU-JOP. Os materiais serão entregues a partir de janeiro/2010.
- Contratado através de Pregão Eletrônico, o fornecimento de 434 dormentes especiais para AMV (7 dimensões diferentes).
- Contratado em dezembro/2009 os serviços de remodelação de via permanente para aplicação dos dormentes, fixações e brita que foram contratados no final do ano. Aguardando assinatura da Ordem de Serviço, início previsto a partir de janeiro/2010.
- Contratado através de Tomada de Preço, o serviço de recuperação de locomotivas. Aguardando assinatura da Ordem de Serviço, início previsto a partir de janeiro/2010.

Da mesma forma, como ocorreu com Natal, no PPA/2008-2011 (Lei 11.653) aprovado em 7/04/2008, o sistema de João Pessoa só foi contemplado com a continuidade da Ação de Recuperação, não tendo sido acatada a proposta de inclusão da Ação de Modernização do Sistema.

Embora o PPA tenha aprovado na Ação de Recuperação um montante de recursos superior ao proposto, ainda não seria o suficiente para atender à Modernização, sendo que os recursos efetivamente liberados em 2008 e 2009, não atendem adequadamente nem a própria recuperação do sistema.

É necessária a reavaliação do escopo e dos recursos para uma Recuperação adequada (esta carência de novos recursos vem se elevando a cada ano com a agregação de novas ações corretivas, devido ao continuado processo de degradação, que é maior que as recuperações que têm sido executadas), para a reprogramação das intervenções, compatibilizando com os recursos já fixados no PPA aprovado. O valor total previsto para a ação, indicado no PPA permite a inclusão do Projeto de Modernização no PAC, mais abrangente e indicado, visando tornar o sistema de trens de passageiros estruturador de um novo plano de transportes para a região urbana. A CBTU vem empreendendo ações com o objetivo de incluir o Projeto de Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió, no PAC da Mobilidade.

11JD: RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

TIPO	OPERAÇÕES ESPECIAIS	UNIDADES EXECUTORAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-MAC
FINALIDADE	Recuperar o Sistema de Trens Urbanos de Maceió, com o objetivo de restabelecer as condições de segurança e confiabilidade necessárias à produção de um transporte de passageiros. Garantir a melhoria dos níveis de eficiência e promover a inserção do Sistema de Trens Urbanos na política de transporte local, facilitando o processo de descentralização. Ao fim desta ação é esperada uma demanda da ordem de 11 mil passageiros/dia. O Sistema de Maceió é originário de uma linha de carga da RFFSA e, ao ser transferido para a CBTU em 1984, já apresentava problemas na sua infra-estrutura e necessitava de investimentos para restabelecer as suas características básicas e as condições necessárias para uma operação segura e confiável. Ao longo dos anos a CBTU não obteve sucesso em viabilizar projetos de modernização do sistema, e os recursos destinados ao funcionamento do mesmo não permitiram o pleno atendimento das ações de manutenção preventiva, muito menos a corretiva, o que provocou a degradação do sistema. Além disso, a partir da concessão do serviço ferroviário de carga da malha nordeste à CFN - Companhia Ferroviária do Nordeste, houve a intensificação do transporte regular de carga, compartilhado nas linhas do sistema de passageiros, provocando o aumento do nível de desgaste do sistema existente, sendo que a manutenção do trecho permaneceu sob a responsabilidade da CBTU, por força do contrato celebrado com a RFFSA.	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-MAC
DESCRIÇÃO	A recuperação do sistema visa o restabelecimento das precárias condições de funcionamento e da degradação da operação e manutenção do sistema e consiste nas seguintes intervenções: recuperação da frota de material rodante e das estações, composta por 2 locomotivas, 18 carros de passageiros e 15 estações; aquisição de materiais e realização de obras e serviços de recuperação da via permanente, com uma extensão de 32 km e da oficina de manutenção; construção de uma estação; e melhorias no sistema de sinalização e de passagens de nível. Também está prevista a execução de projeto básico visando a descentralização do sistema.	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcus Vinícius Quintella Cury
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e STU-MAC	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	-

Evolução Física

- **Realizado até 2008: 8,5%**
- **Meta para 2009: 17,2%**
- **Realizado em 2009 até dezembro: 1,03%**

Principais Ações em Desenvolvimento:

- Concluída a entrega dos materiais de via, com recursos do RAP/2008, restando pequena parcela referente a peças de locomotivas.
- Foi assinado em 20/07/2009 o contrato para a retirada e transporte dos materiais de via permanente do extinto VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) de Campinas - São Paulo para Maceió. O material foi cedido pelo DNIT, para ser reutilizado pela STU/MAC, no auxílio à recuperação da via. O objeto contratual foi concluído em dezembro/2009 e está sendo providenciado o Termo de Encerramento do contrato. Foram retirados 15.000 m de grade de trilhos, dormentes e fixações, sendo entregues em Maceió 1072 t de trilhos TR-45, 19.200 dormentes de madeira, 12 AMVs com fixações e 157,4 t de conjuntos de fixações. A Secretaria Estadual de Fazenda de Alagoas (SEFAZ/AL) cobrou diferencial de ICMS de parte do material transportado, no valor de R\$13,1 mil. Está sendo providenciada a isenção de pagamento junto a SEFAZ/AL, que solicitou apresentação de contrato de comodato entre a CBTU e o DNIT. Esta documentação está sendo providenciada, conforme informado pela STU/MAC através de memorando 085 e 086-09/STU-MAC, de 18/11/2009.
- Foi assinado em 20/07/2009 o contrato para elaboração de Projeto Básico, para expansão e recuperação do sistema de trens de Maceió, modernizando-o com a implantação de VLT. O contrato tem prazo de 120 dias para conclusão do seu objeto. Foi assinado, em 19/11/2009 o TA1, prorrogando o prazo contratual por 2 meses, estendendo-se até 19/01/2010. Foram concluídos os serviços de levantamento topográfico, elaboração dos estudos geológicos e geotécnicos. Foram concluídos os estudos hidrológicos, estando em estágio avançado os projetos relativos a terraplenagem, drenagem, geometria e sinalização ferroviária.

Estão sendo realizadas reuniões com a Prefeitura Municipal de Maceió, uma vez que os Projetos das Estações, nos seus aspectos conceituais, terão diretrizes muito bem definidas em função da necessidade de integração com Terminais de Transporte Rodoviário. Com isso a CBTU tem que se adequar da melhor forma possível aos projetos da Prefeitura no que concerne à ocupação futura e urbanização da região, além da implantação do corredor cultural.

- Foi publicada em 05/10/2009 a licitação, por concorrência internacional para contratação de Aquisição de 8 Veículos Leves sobre Trilhos (VLT). Foram habilitadas 2 empresas, Consórcio TRENDS-CMC e a BOM SINAL, sendo por fim consagrada vencedora a empresa Bom Sinal. O contrato foi assinado em 22/12/2009. Os serviços foram programados para o início de 2010.
- Foram concluídas as obras do contrato de construção de pontilhões, valetas de proteção e muros de contenção nos km 333 e 334.
- Foi concluído o PREGÃO ELETRÔNICO 012/09 – Serviço de recuperação das edificações da CBT/STU-MAC, tendo como vencedora a empresa CROSMETAL CONSTRUÇÕES LTDA, já tendo sido emitida a Nota de Empenho.
- Foi concluída a TOMADA DE PREÇO 004 – Serviço de construção de pontilhões, lajes, valetas e drenos na via permanente da STU/MAC, tendo como vencedora a empresa CONSERG, já tendo sido emitida a Nota de Empenho.
- Foi concluída a TOMADA DE PREÇO 03/GELIC/09 – Remodelação da via permanente entre os trechos da Estação Central a Estação Mercado, tendo como vencedora a empresa DOMO ENGENHARIA LTDA, já tendo sido emitida a Nota de Empenho.
- Foi concluído o PREGÃO ELETRÔNICO 030/2009 – Aquisição de 5.000 m³ de brita para lastro da via permanente da STU-MAC, tendo como vencedora a empresa DRF-DOIS RIOS FERRAGENS LTDA, já tendo sido emitida a Nota de Empenho.

- Foi concluído o PREGÃO PRESENCIAL 032/09 - LOTE 1 – Aquisição de dormentes, tendo como vencedora a empresa EMPAC- EMPRESA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, LOTE 2 – Aquisição de fixação, tendo como vencedora a empresa DRF IAT FIXAÇÕES ELÁSTICAS LTDA, já tendo sido emitidas as Notas de Empenhos.
- Foi concluído o PREGÃO ELETRÔNICO 025/2009 – Aquisição de tala de junção não isolada YJ45 e parafusos, porcas e arruelas, tendo como vencedora a empresa FERTRILHOS COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA, já tendo sido emitida a Nota de Empenho.

0E28.0103 - LINHA 2 (VERDE) – VILA MADALENA-ORATÓRIO/TATUAPÉ COM A IMPLANTAÇÃO DO TRECHO AUTO DO IPIRANGA – VILA PRUDENTE

TIPO	OPERAÇÕES ESPECIAIS	UNIDADES EXECUTORAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e a Companhia do Metropolitano de São Paulo S/A – METRÔ, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM.
FINALIDADE	Implantação da Linha 2 do Metrô de São Paulo, na cidade de São Paulo/SP	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Diretoria Técnica/CBTU/AC e a Companhia do Metropolitano de São Paulo S/A – METRÔ, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM.
DESCRIÇÃO	A CBTU ficará com o atributo de gerenciar/controlar e fiscalizar a aplicação adequada do recurso, tendo sido, para tal, assinado o convênio 008-2007/DT, em 28/12/2007, entre a CBTU e a Companhia do Metropolitano de São Paulo S/A – METRÔ, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcus Vinícius Quintella Cury
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	Diretoria Técnica/CBTU/AC e a Companhia do Metropolitano de São Paulo S/A – METRÔ, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM.	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	-

Evolução Física

O início da operação comercial da Linha 2-Verde ocorreu em 1991, com o trecho Paraíso-Consolação. Desde 2007 a Linha 2 passou a operar com 10,7 km de extensão e 11 estações (Vila Madalena, Sumaré, Clínicas, Consolação, Trianon-Masp, Brigadeiro, Paraíso, Ana Rosa, Chácara Klabin, Santos-Imigrantes e Alto do Ipiranga), contemplando o trecho Vila Madalena-Alto do Ipiranga (Fases 1 e 2).

Atualmente a Linha 2-Verde opera com uma frota de 15 trens, com bitola de 1.600 mm e captação de energia de tração (750 Vcc) por meio de terceiro trilho, atendendo a uma demanda de 410 mil passageiros/dia. Com a expansão até Vila Prudente, a linha passará a ter 15 Km de extensão, ampliando para 835 mil o número de pessoas transportadas por dia.

Com uma extensão de 3,9 km e três estações – Sacomã, Tamanduateí e Vila Prudente, essa nova etapa da Linha 2-Verde deverá ser concluída até o primeiro semestre de 2010. As três estações já se encontram em construção, sendo que a Tamanduateí será integrada com a de mesmo nome da CPTM.

As estações, vias e trens do trecho Vila Madalena-Vila Prudente contarão com as seguintes inovações tecnológicas:

O Sistema de Sinalização e Controle ferroviário será baseado em comunicações via rádio digital - (CBTC), permitindo a redução nos intervalos entre os trens e aumentando o conforto dos usuários.

As plataformas das estações contarão com fechamento, impedindo o acesso à via de passagem dos trens, e portas de plataforma que se abrirão somente no momento do embarque e desembarque, aumentando a segurança dos usuários.

As estações terão bilheterias blindadas e bloqueios de entrada e saída com portas de vidro no lugar dos tripés utilizados atualmente, reduzindo as possibilidades de burla ao sistema de arrecadação do Metrô.

Para atenuar as vibrações e ruídos oriundos da circulação dos trens e minimizar o incômodo aos usuários e habitantes dos imóveis das regiões, serão utilizados amortecedores ou apoios elastoméricos na construção da via.

Os 16 novos trens e os da frota atual serão equipados com câmeras no interior dos carros, gravação de imagens, passagem livre entre os carros e ar refrigerado.

Evolução global das obras civis, parcialmente custeadas pelos recursos alocados pelo Convênio CBTU, com base no último Relatório de Acompanhamento de Obra - Implantação da Linha 2 – Verde - Fase 3, encaminhado pelo METRÔ/SP:

- **Lote 4 – Camargo Corrêa – Avanço físico até 25/11/2009 = 94,81%**

- Poço de Ventilação e Saída de Emergência: Execução das estruturas do canal de ventilação e saída de emergência.

- Estação Sacomã: Prosseguem os serviços de acabamentos nos acessos sul e norte, plataformas e mezanino, instalações elétricas, serviços de caixilharia da SSO e montagem de Bloqueios eletrônicos. Em execução os serviços de obras civis da passarela de ligação Metrô x Expresso Tiradentes e urbanização. Nas salas técnicas está em andamento o lançamento de cabos e montagem e testes de instalação de equipamentos.

- **Lote 5 – Camargo Corrêa – Avanço Físico até 25/11/2009 = 84,76%**

- VCA Duplo (155 m): Prossegue a execução da armação para concretagem da laje flutuante na região de AMV's.

- Seção "U" (226 m): Execução da superestrutura da via permanente.

- Túnel Singelo de Acesso ao Pátio Vias 5 e 8 (393 m): Prossegue a execução da superestrutura da via permanente.

- VCA Duplo Av. Pres. Wilson (197 m): Prossegue a execução da superestrutura da via permanente.

- Pátio Tamanduateí: Prosseguem os serviços de muro de arrimo, drenagem, aterro compactado e galerias de cabos. Estão em andamento os serviços de lançamento e compactação de lastro, montagem da via permanente sobre dormentes de concreto, as estruturas do Bloco F1 (Máq. Lavar trens), Bloco H (Posto de abastecimento), Bloco K (almoxarifado) e o sistema viário do Pátio. As edificações dos blocos A, B, C, D1 e D2, E, F, G, G1, H1, I estão em fase de acabamentos.

- **Lote 6 – Mendes Júnior – Avanço físico até 25/11/2009 = 89,61%**

- Poço de Ventilação e Saída de Emergência Cipriano Siqueira: Em andamento as estruturas do canal de ventilação e saída de emergência.

- Túnel NATM Duplo: Prosseguem os serviços de concretagem da viga suporte e montagem da via permanente.

- Túnel NATM Singelo: em execução a viga suporte.

- VCA Duplo: Prossegue a armação para execução da laje flutuante na região de AMV's e viga suporte na via corrida.

- Elevado: Em andamento a armação para execução da viga suporte.

- **Lote 7 – Odebrecht – Avanço físico até 25/11/2009 = 49,10%**

- Estação Tamanduateí: Serviços de lançamentos de vigas e das lajes pré-moldadas; execuções de alvenaria das salas técnicas e operacionais e das estruturas dos acessos da estação.
- Elevado: Iniciada a colocação de muro de fechamento lateral do elevado.
- VCA Duplo: Em andamento os serviços de armação e concretagem das estruturas do VCA.
- VSE Pedro de Godói: Iniciada a armação da laje de fundo do poço.
- Túnel NATM Duplo: Execução da concretagem do *invert* definitivo e enchimento.

- **Lote 8 – Andrade Gutierrez – Avanço físico até 25/11/2009 = 78,37%**

- Estação Vila Prudente: Prosseguem os serviços de acabamento (aplicação de verniz) nas estruturas internas da estação, alvenaria das salas operacionais e as estruturas da cobertura da estação.
- Salas Técnicas: Em execução as alvenaria das salas.
- Poço de Ventilação e Saída de Emergência: Serviços de impermeabilização no entorno do poço.
- Galeria de cabos: Em execução os serviços de armação para concretagem da laje inferior da galeria.
- Túnel singelo de via Sul (93m): Na via 2 prossegue a armação para revestimento secundário.
- Túnel Plataforma da Estação (68,80m): Na via 1 está em execução a estrutura da plataforma e na via 2 prossegue a armação para revestimento secundário.
- Túneis NATM singelos (Poço Cavour): Em andamento a passarela de emergência na via 1 e armação e concretagem do revestimento secundário na via 2.

2843 – FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

TIPO	ATIVIDADE	UNIDADES EXECUTORAS	Superintendências Regionais
FINALIDADE	Garantir o funcionamento com qualidade dos sistemas de trens urbanos de Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió e otimizar o atual padrão de serviço, obedecendo aos padrões técnicos estabelecidos de segurança e confiabilidade.	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing e Superintendências Regionais
DESCRIÇÃO	Operacionalização dos trens e das oficinas; manutenção preventiva e corretiva da via permanente, do material rodante, dos sistemas e dos prédios operacionais; conservação de estoque mínimo de peças de reposição e sobressalentes; contratação de mão-de-obra de terceiros para serviços de limpeza e segurança; aquisição de bilhetes de bloqueio automáticos; despesas de energia elétrica de tração, combustível e outros.	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Raul De Bonis Almeida Simões
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing e Superintendências Regionais	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	Superintendentes Regionais

Evolução Física

- **Realizado em 2008: 355,3 mil passageiros transportados média/dia útil**
- **Meta para 2009: 412,7 mil passageiros transportados média/dia útil**
- **Realizado em 2009 até dezembro: 370,3 mil passageiros transportados média/dia útil**

Esta ação atende às despesas de custeio (inclui remuneração de pessoal) e reaparelhamento administrativo para manutenção e operação dos sistemas de Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió.

Sua implementação se dá através da prestação de serviço de transporte ferroviário urbano de passageiros conforme tabelas previamente elaboradas para dias úteis, finais de semana e eventos especiais, realizado pelas Superintendências de Trens Urbanos da CBTU nas localidades de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió; venda de bilhetes unitários e integrados nas estações e terminais; controle da demanda de passageiros e conseqüente arrecadação de recursos próprios; arrecadação proveniente de atividades não operacionais (receita financeira, de aluguéis, publicidade e outras); execução de atividades de manutenção preventiva segundo programações previamente elaboradas e corretiva, quando necessário; execução de atividades de operação segundo normas vigentes; avaliação do desempenho dos sistemas por indicadores operacionais, buscando garantir a qualidade, segurança, modicidade e o melhor equilíbrio econômico na prestação do serviço.

O alcance das metas programadas é função direta do fluxo de liberação de recursos ao longo do ano e do cumprimento das metas físicas das ações de investimento.

1295.2272 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

TIPO	Atividade	UNIDADES EXECUTORAS	Administração Central e Escritórios Regionais
FINALIDADE	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.	ÁREAS RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO	Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing
DESCRIÇÃO	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.	COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Raul De Bonis Almeida Simões
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO NO NÍVEL LOCAL (QUANDO FOR O CASO)	Gestores Orçamentários da Administração Central e Chefes dos Escritórios Regionais

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

A Administração Central – CBTU/AC atua na coordenação e gerenciamento das atividades desenvolvidas pelas suas Superintendências de Trens Urbanos – STU, do desenvolvimento das ações de investimentos vinculadas aos Programas de Descentralização do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador, Natal, João Pessoa e Maceió, do estudo, avaliação e desenvolvimento de novos projetos, bem como do planejamento e gestão empresarial da Companhia. Dentre as suas principais ações de coordenação, destacam-se:

- Gerenciamento da força de trabalho;
- Coordenação das ações de investimento com recursos da União e financiados pelo BIRD/JBIC nas cidades de Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador;
- Coordenação da execução e gestão das ações sob responsabilidade da CBTU programadas no Plano Plurianual 2008 – 2011 do Governo Federal, incluindo a atualização mensal das informações sobre o seu desempenho no SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento e bimensal no Sistema de Acompanhamentos das Metas Presidenciais, da Casa Civil.

- Contínua atuação junto ao Governo Federal para adequação dos recursos da Companhia, visando à otimização de sua aplicação para melhoria dos sistemas.
- Coordenação do desenvolvimento de novos projetos, convênios e negócios da empresa, coordenando também a captação de recursos externos, acompanhando e realizando a interface de projetos em andamento, visando a implantação, como Representante do Governo Federal, de soluções de transporte urbano de passageiros, propiciando acesso aos direitos constitucionais dos cidadãos, de forma igualitária, e reduzir custos econômicos dos deslocamentos.
- Elaboração da proposta qualitativa e quantitativa das ações propostas pela CBTU para serem incluídas pelo Ministério das Cidades no Plano Plurianual 2008-2011 do Governo Federal, cujos dados para 2008 se constituíram na Proposta Orçamentária da CBTU para 2008.

ESCRITÓRIO REGIONAL DE SALVADOR

A seguir está relacionada uma síntese das ações desempenhadas, tanto as previstas no programa de trabalho, quanto as executadas por se mostrarem necessárias no transcorrer do exercício de 2009 no Escritório Regional de Salvador.

- Acompanhamento, apoio e participação nas reuniões ocorridas entre as CBTU e CTS – Companhia de Transporte de Salvador relativas ao Convênio de Continuidade, Obras de Recuperação do Trecho Calçada Paripe e Metrô de Salvador.
- Acompanhamento das obras do Metrô e do Subúrbio Ferroviário conforme regulamentadas no Convênio entre a União, o Estado e o Município de Salvador com interveniência da CBTU e da CTS, e ainda mediante determinações do TCU referente às obras do Metrô SSA.
- Representação da CBTU em audiências judiciais.
- Participação em seminários com foco no panorama da mobilidade urbana, promovidos pelo Sindicato dos Engenheiros da Bahia (SENGE-BA), pela Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa (ANEAC) e Associação dos Engenheiros Ferroviários do Estado da Bahia (AELB), entre outros.
- Reuniões com representantes das Prefeituras de Simões Filho, Alagoinhas, Camaçari interessados na possibilidade do modo sobre trilhos como possibilidade de integrar os sistemas de transportes urbanos de passageiros dos seus municípios.
- Acompanhamento de ações cíveis, trabalhistas e administrativas.
- Recebimento de notificações em 08 processos cíveis, provenientes do Rio de Janeiro, para ouvida de testemunha por carta precatória.
- Recebimento de notificação do Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, cujo objeto é o Procedimento preparatório nº 000619.2009.05.000/9-6, e acompanhamento da Intimação 2005/2009.
- Acompanhamento das atividades processuais do Escritório Associado ao Rocha Calderon, que apresentou relatórios mensais das ações em curso.
- Acompanhamento do processo junto ao SECEX/BA, considerando a RPR nº 0132-2007, cabendo o controle e acompanhamento da tramitação do processo junto ao Tribunal de Contas da União, especificamente junto ao SECEX/BA.
- Participação em treinamento em Recife para utilização do Sistema Process.
- Atendimento, cadastramento e Cadastros de pensionistas por acidentes ferroviários.

- Intervenções junto ao CEPAF-AC para regularizações de pendências envolvendo os referidos pensionistas.
- Atuação como prepostos da CBTU em ações judiciais.
- Elaboração do Relatório do Inventário Físico de Bens Patrimoniais do Escritório Regional de Salvador.
- Elaboração mensal do Relatório referente a análise da Prestação de Contas do Convênio nº 006/2005/DA -CBTU/CTS -conta subsidio, no exercício de 2009.
- Acompanhamento dos processos de seguro de vida e acidentes pessoais dos empregados da extinta STU/SAL/CBTU.
- Providências necessárias para o retorno ao serviço para a CTS - Companhia de Transportes de Salvador, dos empregados anistiados do quadro de pessoal da extinta STU-SAL/CBTU.
- Emissão de PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário em atendimento às solicitações de ex-empregados da extinta CBTU-STU/Sal.
- Atendimento ao Termo de Diligência motivado pela "notícia criminis" de 17 de setembro de 1999 -da extinta CBTU/STU/SAL, para o Inquérito Policial nº 191/03 de 21/08/2003, para atendimento ao Departamento de Polícia Técnica do Estado -SSP-BA.
- Busca de documentos do período de 2004 à 2005 nos arquivos da extinta CBTU/STU/SAL, referente ao processo de Ação de cobrança movido pela Santos Seguradora S/A, contra a CBTU, para a composição da defesa.
- Ações junto a Procuradoria Geral do Município e Secretaria Municipal da Fazenda, visando levantamento dos débitos da extinta CBTU/STU/SAL.
- Ações junto a Secretaria Municipal da Fazenda visando a regularização das Taxas de Fiscalização e Funcionamento -TFF da CBTU - Salvador dos exercícios anteriores à 2009.

ESCRITÓRIO REGIONAL DE SÃO PAULO

O ERSP vem acompanhando e gerindo o passivo da ex-Superintendência de Trens Urbanos de São Paulo desde sua criação, quando da cisão ocorrida em 26/05/1994, exercendo as seguintes atividades:

1 - SEPARAÇÃO PATRIMONIAL CBTU/RFFSA/CPTM

- A RFFSA transferirá à CPTM por intermédio da CBTU, bens no montante de 13.224.165,2496 UFIR;
- A CBTU transferirá à CPTM bens originados dos investimentos do programa BIRD que totalizam R\$507.662.140,41 (quinhentos e sete milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, cento e quarenta reais e quarenta e um centavos).
- A CBTU transferirá à CPTM bens que estão registrados no Ativo Permanente do Escritório Regional de São Paulo, que totalizam R\$108.655.001,16 (cento e oito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, um real e dezesseis centavos).
- A CPTM transferirá à Inventariança da extinta RFFSA, por intermédio da CBTU, ou diretamente, bens que totalizam 9.544.532,1922 UFIR.
- Os valores aqui mencionados serão atualizados pelo DEPAT/SUASE/DA, com o acompanhamento do Gestor CBTU/CPTM, tendo a incumbência deste ERSP o controle

dos bens que estão no Ativo Permanente, listados pelo DEPAT/AC, mediante a apresentação do Inventário Físico de Bens Patrimoniais.

2 - EQUIPAMENTOS DO CONTRATO 015/82-B

- Realizada a 42ª Reunião de Gestores CBTU/CPTM, em 19/03/2008, ambas as Diretorias aprovaram, respectivamente, a aquisição/alienação de equipamentos remanescentes do contrato 015-B/82, pelo valor de US\$ 9.862.520,00 (nove milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e vinte dólares).
- A CBTU solicitou à CPTM, em julho/2008, através da Carta CRT/011-08-DT, de 20/10/2008, a cessão de alguns equipamentos constantes do contrato 015-B/82, objetivando a transferência dos mesmos à STU/REC, sendo que a CPTM, através da carta CT-DO.066/2008, de 17/12/2008, indicou os equipamentos que poderiam ser cedidos, cabendo à Diretoria Técnica da CBTU a análise e decisão para continuidade do processo, inclusive com a definição do novo valor da operação.
- Em dezembro de 2009, o Gestor CPTM encaminhou ao engenheiro Jorge Ribeiro, da CBTU, relação dos materiais para assinatura.

3 - DÍVIDAS DE IPTU

- Os Memorandos 046-2006/ERSP e 047-2007/ERSP encaminharam a atualização da dívida de IPTU de responsabilidade da CBTU, no período de 01/89 a 05/94.
- Face ao insucesso na tentativa de alocação orçamentária específica para a quitação da dívida de IPTU com a PMSP no orçamento de 2008, o GESTOR/CBTU sugeriu à SUJUR que tal quitação fosse realizada utilizando recursos orçamentários de sentenças cíveis, sob responsabilidades daquela SUJUR.
- Dando continuidade ao processo, a SUJUR encaminhará pedido de parecer sobre tal possibilidade à CONJUR do Ministério das Cidades, sendo que este ERSP está aguardando tal parecer para dar prosseguimento aos trabalhos para quitação das execuções.

4 - LEILÃO SUCATAS (TRANSFORMADORES REMANESCENTES DO CONTRATO 015-B/82)

- Tendo em vista os atos de vandalismo nos 26 núcleos dos transformadores e o furto de 01 transformador completo, adquiridos por intermédio do Contrato 015/82-B, o Coordenador do Escritório Regional de São Paulo promoveu, em 01/09/05, o registro junto a 17ª Delegacia de Polícia, do Boletim de Ocorrência nº 5951/2005.
- Mediante a ocorrência registrada, e ainda o contido no relatório elaborado pelo DESIS/DT, foi proposto e autorizado o início das providências objetivando o leilão dos referidos equipamentos. Após o recebimento da indicação da Junta Comercial do Estado de São Paulo, a SUJUR e o DELIC estão promovendo ações para formalizar a contratação do leiloeiro.
- Existem 02 (dois) Inquéritos Policiais em andamento que tramitam perante a 17ª Delegacia de Polícia e 18ª Delegacia de Polícia Civil do Estado de São Paulo. Sendo assim, enquanto não ocorrer os seus encerramentos, não será possível a contratação de leiloeiro para alienação dos bens.
- Periodicamente vêm sendo realizadas visitas ao local onde se encontram os transformadores.

5 - TERCEIRA LINHA SÃO PAULO

- Trata-se de áreas que compreendem o trecho entre Manoel Feio e Sebastião Gualberto, cujos processos de desapropriações se iniciaram com a RFFSA. Porém, com a cisão da CBTU, foi requerida a substituição processual para figurar a CBTU no pólo ativo, excluindo-se a RFFSA.
- As desapropriações que foram conduzidas pela RFFSA permanecem no patrimônio daquela empresa.
- Como consequência, existem imóveis no ativo da RFFSA, da CPTM e da CBTU. A maior parte dos imóveis está no ativo da RFFSA e pequena parcela nos ativos da CBTU e da CPTM.
- O ERSP tem envidado esforços objetivando buscar o equacionamento para essas desapropriações.

6 - PÁTIO/ABRIGO DE TUE EM PIRITUBA

- Dos 75 processos judiciais referentes às desapropriações para a implantação dos abrigos de TUE de Pirituba, encontram-se pendentes ainda 02 bens, aguardando transferência à CPTM:
- O levantamento da documentação existente permitiu a conclusão que somente o imóvel situado na Av. Felipe Pinel, s/nº - Lote 42 – Quadra 69 não foi ainda transferido à CPTM.
- O Gestor CBTU/CPTM efetuou consulta à área jurídica, acerca dos procedimentos a serem adotados para a transferência dos imóveis remanescentes à CPTM.

7 - ENCONTRO DE CONTAS

- Atualmente o saldo do Encontro de Contas é favorável à CBTU em R\$374.080,42 (trezentos e setenta e quatro mil, oitenta reais com quarenta e dois centavos).
- No exercício de 2008, realizou-se o primeiro acerto de contas entre CBTU e CPTM, possibilitando a redução das contas do Ativo e Passivo no montante de R\$8.164.192,45 (oito milhões, cento e sessenta e quatro mil, cento e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos), constante nos Balanços Patrimoniais das empresas.
- Existem ainda avisos de lançamentos emitidos pela CPTM que ainda não tiveram a respectiva atestação pelo ERSP, somando a importância de R\$13.379.066,92 (treze milhões, trezentos e setenta e nove mil, sessenta e seis reais e noventa e dois centavos).
- Existem ainda avisos de lançamentos emitidos pela CPTM que tiveram a respectiva atestação pelo ERSP, somando a importância de R\$644.055,30 (seiscentos e quarenta e quatro mil, cinquenta e cinco reais e trinta centavos).
- Existe, também, aviso de lançamento emitido pela CBTU que ainda não foi atestado pela CPTM, no importe de R\$31.796,40 (trinta e um mil, setecentos e noventa e seis reais e quarenta centavos).
- Existem ainda avisos de lançamentos emitidos pelo ERSP que tiveram a respectiva atestação pela CPTM, somando a importância de R\$43.334,82 (quarenta e três mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

8 - PRECATÓRIOS PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- Através dos Processos nº 0248/88 e 0020/90, que tramitam na 05ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, a CBTU obteve o direito de receber da Prefeitura Municipal de São Paulo indenização por danos materiais causados ao seu patrimônio.
- O referido direito foi convertido pela PMSP em precatórios, a serem pagos a CBTU em 10 parcelas atualizadas à data do efetivo pagamento.

- Durante os exercícios de 2007, 2008 e 2009 não se logrou êxito no recebimento de qualquer parcela da Prefeitura Municipal de São Paulo.
- O valor dos precatórios a crédito da CBTU remontam, em valores atualizados até junho/2009, a importância de R\$2.556.143,85 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, cento e quarenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

9 - PRECATÓRIOS PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

- Durante o exercício de 2007, foi recebido da Prefeitura Municipal de Santo André o montante de R\$23.559,40 (vinte e três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos), correspondente a 03 (três) parcelas do Precatário existente a favor da CBTU.
- Durante os exercícios de 2008 e 2009 não se logrou êxito no recebimento de qualquer parcela da Prefeitura Municipal de Santo André.

10 - PRECATÓRIOS PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ

- Por intermédio da carta CRT ERSP/2008, foi solicitada informação quanto ao andamento processual dos autos do processo em epígrafe, haja vista os cálculos a favor da CBTU remontarem a importância de R\$567.158,90 (quinhentos e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e oito reais com noventa centavos), cálculos apresentados em 10/12/08, fls. 121 dos autos.
- Às fls. 370, o MM. Presidente do Tribunal de Justiça determinou a transmissão de expediente ordenando à entidade devedora para que providenciasse o depósito da importância devida, com despacho datado de 18/07/00.
- Em 27/12/01, a PM de Mauá protocolizou petição informando que por força da Emenda Constitucional nº. 30, de 13/09/00, o credor tem o direito ao depósito de 1/10 de seus créditos.
- No entanto, tramitava perante o Egrégio Tribunal de Justiça de SP, procedimento que determinou o sequestro de rendas do Município de Mauá. Por determinação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de SP, estão depositados no Juízo da Primeira Vara da Comarca de Mauá, autos 202/91, os valores correspondentes a R\$5.208.000,00 (cinco milhões, duzentos e oito mil reais), dentre os quais, o valor que objetivava o pagamento à CBTU.
- Face ao exposto, foi solicitado ao escritório jurídico contratado informações acerca do desbloqueio dos valores informados, quanto aos pagamentos já efetivados à CBTU, se houverem e/ou a programação de pagamentos pela PM de Mauá à CBTU e referente ao andamento processual. Os valores citados estão bloqueados por força de medida judicial, aguardando decisão para que sejam liberados os valores para quitação do processo promovido pela CBTU.

11 - LEVANTAMENTO DE ALVARÁS JUDICIAIS

- Os valores recebidos em 2009, referentes a Depósitos Judiciais totalizaram R\$1.499.108,79 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, cento e oito reais e setenta e nove centavos).

12 - PAGAMENTO DE DESPESAS JUDICIAIS PELO ERSP

- Conforme alterações no CPC - Código de Processo Civil, as despesas provenientes dos processos judiciais que tramitam nas Varas Cíveis e Trabalhistas de São Paulo, bem

como pensões oriundas de acidentes ferroviários, foram pagas pelo ERSP, os valores demonstrados abaixo:

PAGAMENTOS EFETUADOS PELO ERSP		
Execuções / Pensão	2008	2009
Ações Cíveis	29.518.069,74	16.531.733,94
Ações Trabalhistas	314.699,55	399.970,40
Pensão de Acidente	57.884,59	59.870,17

13 - DEPURAÇÃO DAS CONTAS DE RECURSOS VINCULADOS

Durante o exercício de 2009, foi dada continuidade aos trabalhos de depuração das contas de recursos vinculados, onde foi obtido o seguinte resultado:

DEPURAÇÃO DAS CONTAS DE RECURSOS VINCULADOS			
CONTA Nº	DESCRIÇÃO	2008	2009
12.122.0000	Depósitos Judiciais	2.899.735,79	2.944.165,96
12.123.0000	Depósitos p/ Recursos	1.114.614,95	1.030.444,39
12.126.0000	Penhoras Judiciais	-	-

14 – RECADASTRAMENTO NORMAL DE PENSIONISTAS

O ERSP tem sob sua responsabilidade 758 pensionistas, os quais são recadastrados anualmente.

15 - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO ESCRITÓRIO CONTRATADO PELA CBTU/AC

Foram acompanhadas pelo ERSP, em 2009, 633 ações cíveis, 220 ações trabalhistas e 76 ações fiscais, totalizando 929 ações judiciais.

ESCRITÓRIO REGIONAL DE FORTALEZA

A seguir é apresentada uma síntese das ações executadas no transcorrer do exercício de 2009:

- Representação e defesa dos interesses da CBTU junto aos órgãos federais, estaduais e municipais;
- Acompanhamento dos processos trabalhistas, cíveis, penais e tributários que tramitam contra a CBTU no estado do Ceará;
- Fiscalização e acompanhamento dos trabalhos jurídicos realizados pelo escritório advocatício contratado;
- Participação, como preposto da CBTU, em audiências nos fóruns estaduais, federais e do trabalho;
- Acompanhamento dos processos administrativos oriundos de Solicitação de Auditorias junto ao TCU/SECEX/CE, envolvendo o METROFOR;
- Organização, controle e manutenção do arquivo remanescente da extinta Superintendência de Trens Urbanos de Fortaleza – STU-FOR;
- Elaboração do Relatório de Inventário Físico de Bens patrimoniais do ER-FOR;
- Atendimento a pensionistas, ex-funcionários, pensionistas e aposentados da extinta STU-FOR;

- Acompanhamento da execução das obras do METROFOR;
- Acompanhamento em conjunto com a RFFSA, em inventariança do processo de identificação e alienação dos bens patrimoniais em poder do METROFOR;
- Defesa da CBTU e acompanhamento de inquéritos policiais, na Polícia Federal oriundos da implantação das obras do METROFOR;
- Consultoria e Assessoria à Presidência do METROFOR nas interfaces com a CBTU, no processo de execução e administração das obras operacionalizadas pelo METROFOR.

PROGRAMA 1078 – NACIONAL DE ACESSIBILIDADE

10T7 - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE RECIFE À ACESSIBILIDADE

Evolução Física

Realizado até 2008: 0,0%

Meta para 2009: 15,9%

Realizado em 2009 até dezembro: 9,46%

Principais Ações em Desenvolvimento:

- Implantação da comunicação visual das estações da linha Sul, encontrando-se concluídas nas unidades de Aeroporto e Cajueiro Seco a aplicação dos suportes e placas. Concluiu-se a implantação da estrutura de suporte para as placas nas estações de Prazeres, Porta Larga, Aeroporto e Monte dos Guararapes. Retomadas as ações de implantação das placas da comunicação visual, mas se faz necessário um novo aditivo de prazo por falta de liberação de orçamento. Aguarda-se uma solução para a liberação de recursos para este aditivo.
- Como não houve liberação de recursos, encontra-se em espera o Termo de Referência, já concluído, para contratação de Projetos de Adequação as Normas de Acessibilidade das Estações da Linha Sul, as homologações das licitações de Acessibilidade Tomada de Preços Nº 9/2009, bem como a da Estação Cabo da Linha Diesel.

10T3 - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE BELO HORIZONTE À ACESSIBILIDADE

Evolução Física

• **Realizado até 2008: 0,0%**

Meta para 2009: 16,3%

Realizado em 2009 até dezembro: 0,85%

Principais Ações em Desenvolvimento:

Na estação Santa Efigênia estão concluídos os banheiros para deficientes, as instalações hidráulicas e elétricas e a remoção de divisória para execução de nova bilheteria e permanece em andamento a instalação da nova bilheteria. Na estação Eldorado permanece em andamento a execução do piso podotátil da plataforma de embarque. Na estação Santa Teresa permanecem em andamento os serviços na bilheteria, banheiros e obras de rearranjo físico na copa e cozinha para adequação da bilheteria. Na estação Horto foram iniciados os serviços na bilheteria, banheiros e execução do piso podotátil. No terminal Eldorado foi iniciada a execução do piso podotátil na plataforma A.

10T6 - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE NATAL À ACESSIBILIDADE

Evolução Física

- **Realizado até 2008: 0,0%**

Meta para 2009: 19,2%

Realizado em 2009 até dezembro: 11,95%

Principais Ações em Desenvolvimento:

As obras estão acabadas, recebendo apenas as últimas correções, a pedido da fiscalização, nas estações de Parnamirim, Cidade Satélite, Pitimbu, Pró-Morar, Jardim Aeroporto, Bom Pastor, Pe. João Maria, Alecrim I e Alecrim II, Quintas, Igapó, Santa Catarina, Soledade, Natal, Estrela do Mar, Extremoz e Lagoa Grande. Nas estações Promorar e Satélite, além das correções finais, será necessário reparar danos causados por vândalos e tomar precauções para evitar maiores estragos.

Massangana: Obras em fase final, recebendo as últimas correções para conclusão. Faltam relocação e pintura das grades, limpeza da obra e retirada de entulhos.

Ceará-Mirim: Obras em fase final, recebendo as últimas correções para conclusão. Faltam relocação e pintura das grades, limpeza da obra e retirada de entulhos.

10T4 - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE JOÃO PESSOA À ACESSIBILIDADE

Evolução Física

- **Realizado até 2008: 0,0%**

Meta para 2009: 14,5%

Realizado em 2009 até dezembro: 8,18%

Principais Ações em Desenvolvimento:

- Todas as ações programadas com recursos de RAP/ 2008 foram concluídas.

10T5 - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE MACEIÓ À ACESSIBILIDADE

Evolução Física

- **Realizado até 2008: 0,0%**

Meta para 2009: 9,5%

Realizado em 2009 até dezembro: 2,57%

Principais Ações em Desenvolvimento:

- Foram concluídas as obras de adequação à acessibilidade dos banheiros das Estações de Fernão Velho, Maceió e Satuba.

1049 - ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL À ACESSIBILIDADE

Evolução Física

- **Realizado até 2008: 0,0%**
Meta para 2009: Aguardando definição

Realizado em 2009 até dezembro: Aguardando definição

Em virtude da futura transferência da Administração Central da empresa para as instalações do Edifício da Rede Ferroviária Federal, na Avenida Presidente Vargas (em fase de execução de obras de reforma geral), os recursos não serão aplicados na sede da Tijuca. Está sendo reavaliado o escopo objeto da reforma e apurando as reais necessidades de adequação à acessibilidade das novas instalações, para melhor aplicação do recurso aprovado na LOA, já na nova sede.

Para implantação de todas as intervenções complementares específicas para acessibilidade no Prédio da Rede, prevê-se um orçamento total de R\$1,07 milhão, já incluso o recurso da LOA/2009 aprovada no valor de R\$0,17 milhão contemplando as seguintes intervenções:

Adequação geral do acesso ao prédio, com instalação de rampas, eliminando desníveis; instalação de corrimões nas escadas; adequação de toda sinalização existente, visual, sonora, inclusive em braile; eliminação/remanejamento de barreiras físicas (desníveis acentuados, passagens estreitas, telefones públicos, gelo baiano, lixeiras, extintores de incêndio, placas de comunicação, etc); implantação de piso tátil direcional e de alerta em geral; adequação/implantação dos balcões de recepção; de telefones públicos, bebedouros e todos os outros equipamentos disponíveis ao acesso facilitado; e adaptação de 3 elevadores.

Continua em fase de levantamento de quantitativos, orçamento e a elaboração de termos de referência dos complementos necessários à adequação do acesso ao prédio, para abertura dos processos de licitatórios.

Não houve liberação de recursos no exercício de 2009.

A CBTU apresentou em julho/2009 a Proposta Orçamentária para 2010, com o valor de R\$0,6 milhão, visando a continuidade do Programa de Acessibilidade neste ano. Devido a insuficiência de recursos, sinalizados pelos pré limites disponibilizados através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades para compor o PLOA/2010, não foi possível contemplar esta Ação com nenhum recurso para o próximo exercício.

4.4 - CONVÊNIOS

A CBTU tem participado de parcerias com instituições de transporte por meio de assinatura de convênios de cooperação técnica e parceria na execução de projetos. Atualmente, é gestora de seis convênios: com Prefeitura de Curitiba; Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô DF; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Prefeitura de Piranhas; METROFOR; e Régie Autonome de Transports Parisiens – RATP e a Fundação de Cooperação de Projetos e Pesquisas e Estudos Tecnológicos – COPPE.

Convênio para Execução Descentralizada do Programa de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros entre a CBTU e a Prefeitura de Curitiba

O objeto deste convênio é a elaboração de estudos e projetos de engenharia do Sistema de Transporte de Alta Capacidade de Curitiba. As principais ações no ano de 2009 foram no âmbito do acompanhamento da elaboração do Projeto Básico de Engenharia para o Metrô de Curitiba no Eixo Norte/ Sul, bem como verificação da prestação de contas dos gastos realizados pelo convênio.

Convênio de Cooperação Técnica entre CBTU e o Metrô DF

Este convênio tem por finalidade a realização de estudos, planos e projetos com vistas à modernização e expansão dos sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos operados ou em estudos pela CBTU, bem como do METRÔ-DF, à reestruturação dos transportes públicos das respectivas regiões e ao desenvolvimento urbano das áreas lindeiras às linhas metroferrviárias. Em 2009, foi desenvolvida uma metodologia do metrô como indutor de desenvolvimento urbano e alteração no plano de trabalho incluindo o acompanhamento do veículo leve sobre trilhos - VLT.

Convênio de Cooperação Técnica entre CBTU e o IPEA

Este Acordo de Cooperação Técnica objetiva conjugar os esforços dos partícipes para o estabelecimento de condições que possibilitem a realização de estudos, pesquisas, eventos conjuntos e intercâmbio de informações que forneçam diagnósticos precisos sobre os entraves ao desenvolvimento e melhoria dos serviços de transporte público sobre trilhos no país e apontem subsídios à definição de diretrizes de políticas públicas e mecanismos de indução ao desenvolvimento urbano e regional relacionados à mobilidade cotidiana, ao uso e ocupação do solo urbano e à sustentabilidade ambiental. Em 2009, a CBTU participou na elaboração de minuta do convênio.

Convênio de Cooperação Técnica entre CBTU e a Prefeitura de Piranhas

O Convênio tem por objeto a elaboração de projeto básico compreendendo a coleta e análise de dados, o cadastro esquemático da ferrovia, os estudos geológicos, os estudos hidrológicos, os estudos topográficos e os estudos geotécnicos com vistas à implantação do trem turístico e cultural do Município de Piranhas. Em 2009, a CBTU participou na elaboração de minuta do convênio.

Convênio entre a CBTU e a METROFOR

O principal objetivo deste Convênio é a implantação de um Sistema Ferroviário de Transporte de Passageiros na cidade de Sobral/CE, mediante a construção de Estações, de um moderno Complexo Administrativo, de Manutenção e de Controle Operacional visando a oferta de um

novo modal de média capacidade, eficiente, pontual e seguro. Em 2009, a CBTU participou na elaboração de minuta do convênio.

Convênio de Cooperação e Parceria entre a CBTU, RATP e COPPETEC

Este convênio de cooperação e parceria visa contribuir para o melhoramento dos transportes públicos no Brasil e na França, além de promover o intercâmbio em matéria de desenvolvimento, operação, gestão, técnica e cultural no âmbito dos projetos de transportes públicos urbanos. No exercício de 2009, como resultado da firmação do convênio, foi realizada reunião com o adido cultural da França, com a intenção de estabelecer metas de intercâmbio e treinamento de pessoal da CBTU na RATP.

4.5 - PESQUISAS

Evoluindo o estudo sobre o setor metro-ferroviário em diversas perspectivas, no ano de 2009, a CBTU deu continuidade às pesquisas – *“Estações CBTU”*, *“Financiamento da implantação e da operação de sistemas metro-ferroviários no mundo”* e *“Tendências do Transporte urbano sobre trilhos no mundo”*.

ESTAÇÕES CBTU

Este estudo consiste em um levantamento do estado atual das 98 estações em operação nos Sistemas da CBTU, contendo um conjunto de informações físicas, operacionais, comerciais, inclusive das regiões do entorno das estações. Estas informações compõem uma base de dados empresarial que subsidia estudos e propostas de melhorias nos Sistemas CBTU nas áreas de operação, manutenção, projeto, marketing, comunicação, planejamento e gestão, visando a melhoria dos serviços prestados à população pela CBTU, bem como o aumento da eficiência empresarial. Foram ainda estudadas e analisadas as potencialidades para exploração de receitas extra-operacionais de forma mais eficaz, além da previsão de parcerias para o desenvolvimento de modelo de análise de impacto dos sistemas de transporte sobre trilhos no meio urbano.

A pesquisa foi dividida em duas etapas:

Etapa I – Levantamento das informações através de formulários.

Etapa II – Mapeamento dos equipamentos urbanos existentes no entorno das estações num raio de 500 m.

Ao longo de 2009, a pesquisa foi concluída com sucesso, sendo ainda estimada a elaboração de um documento único de referência para todas as unidades, facilitando assim a consulta e total compreensão e abrangência da referida pesquisa.

Este estudo está inserido no Projeto Terminais e Estações, que objetiva a avaliação dos impactos destas instalações no sistema de mobilidade e de transportes, assim como nas funções e serviços das estações e terminais, tais como degradação ou revitalização urbana, ordenamento territorial, uso e ocupação do solo no entorno, atração de novos investimentos e mercado imobiliário e integração das diversas ações e projetos governamentais.

TENDÊNCIAS DO TRANSPORTE URBANO SOBRE TRILHOS

A pesquisa propõe um estudo das tendências do transporte sobre trilhos no mundo baseado em um banco de dados sobre o setor que, além de contemplar informações desses sistemas, possibilitará atender às demandas de conhecimento, principalmente no que diz respeito a informações que auxiliem no acompanhamento do desempenho dos sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos urbanos e no planejamento sustentável de políticas públicas de transporte a serem implantadas nesta esfera, em consonância com o desenvolvimento urbano e o meio ambiente.

A pesquisa identificou 920 sistemas, distribuídos em cerca de 450 cidades, nos quatro continentes. São 504 VLT, 133 metrô e 283 trens. A distribuição desses sistemas pela destinação do serviço é a seguinte: 867 urbanos e 53 turísticos.

Após a conclusão da pesquisa, foi elaborado um artigo tendo como base as informações colhidas na pesquisa, além de matérias relevantes ao assunto do desenvolvimento dos sistemas sobre trilhos em todo o mundo. O artigo procurou identificar o cenário do VLT no Brasil e no mundo, e constituir uma análise do desenvolvimento do setor.

FINANCIAMENTO DA IMPLANTAÇÃO E DA OPERAÇÃO DE SISTEMAS METROFERROVIÁRIOS NO MUNDO

Esta pesquisa, iniciada em 2008, objetiva identificar as fontes de financiamento que vêm sendo utilizadas no mundo para suportar os investimentos de implantação e a operação dos sistemas metro-ferroviários. Este trabalho torna-se relevante por referir-se a uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos sistemas metro-ferroviários no Brasil e no mundo que é a obtenção de financiamento para expansão e implantação de sistemas. Além disso, como a quase totalidade dos sistemas apresenta déficits operacionais, é de extremo interesse o conhecimento das fontes para a alocação das subvenções.

O levantamento das fontes de financiamento foi realizado através de uma pesquisa elaborada pela CBTU, entre setembro/2008 e março/2009, através do envio de questionários para as principais operadoras mundiais de sistemas de transporte de passageiros urbanos sobre trilhos. A lista de empresas foi formulada com base no cadastro existente na publicação Jane's

Enviou-se um total de 106 questionários, sendo distribuídos 37 para a América do Norte, 13 para a América Latina, 37 para a Europa Ocidental, 13 para a Ásia e 4 para outras regiões. Do total enviado, foram respondidos 18 questionários ou 17% do universo considerado.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

CARACTERÍSTICAS GERAIS

	LINHA CENTRO/SUL	LINHA DIESEL	TOTAL
EXTENSÃO DA VIA (km)	37,8	31	68,8
Eletrificada	37,8	-	37,8
Não eletrificada	-	31	31
Bitola métrica - 1,00 m	-	31	31
Bitola larga - 1,60 m	37,8	-	37,8
Nº DE ESTAÇÕES	28	7	35
Nº DE OFICINAS	1	2	3
TUE EXISTENTES	25	-	25
LOCOMOTIVAS EXISTENTES	-	4	4
CARROS EXISTENTES	-	34	34
INTERVALO MÍNIMO PROG. (min.)	5,5	60	-
INTERVALO MÁXIMO PROG. (min.)	10	65	-
TEMPO DE PERCURSO PROG. (min.)	26	54	-
EFETIVO DE PESSOAL - PCS	-	-	1.371
MUNICÍPIOS ATENDIDOS	4	3	4(2)*

(*) 3 municípios são comuns às duas linhas. Não estão computados os municípios atendidos pela integração.

DESEMPENHO

A Superintendência de Trens Urbanos de Recife (STU-REC), no ano de 2009, transportou 59,9 milhões de passageiros, apresentando uma elevação de 2,0% em relação ao ano de 2008. Cabe ressaltar que esse resultado foi considerado um recorde histórico de demanda, refletindo a conclusão da expansão da linha Sul, ocorrida no final de março desse ano.

A receita operacional arrecadada foi superior em 10,2% à de 2008, em função do aumento da demanda de passageiros e também do reajuste da tarifa no início do ano.

Em 2009, ainda que com o aumento dos custos operacionais, o incremento da receita contribuiu para a elevação da taxa de cobertura, que ficou 2,1 pontos percentuais acima da apurada em 2008.

Foram programadas 122.625 viagens na Linha elétrica, sendo 115.870 realizadas integralmente e 103.958 viagens no horário, resultando em um índice de regularidade de 94,5% e em uma pontualidade de 89,7%.

TREM METROPOLITANO – LINHA CENTRO / SUL e LINHA DIESEL

CONCEITO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	2008	2009
EFICÁCIA	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS	mil	58.712	59.870
	MÉDIA DE PASSAG. TRANSP./DIA ÚTIL	mil	181,8	194,0
	LOCOMOTIVA EM TRÁFEGO - diesel	Unidade	3	2
	TUE EM TRÁFEGO	Unidade	13	14
	RECEITA OPERACIONAL	R\$mil	31.452	34.649
	CUSTO TOTAL	R\$mil	146.433	149.592
EFICIÊNCIA	CUSTO UNITÁRIO	R\$	2,49	2,51
ECONOMI-CIDADE	TAXA DE COBERTURA PLENA	%	21,9	23,5
	TAXA DE COBERTURA OPERACIONAL	%	48,3	50,4
QUALIDADE	PONTUALIDADE - Linha Elétrica	%	94,2	89,7
	REGULARIDADE - Linha Elétrica	%	97,3	94,5
	SEGURANÇA DO USUÁRIO - Linha Elétrica	acid./milhão pass.	1,8	2,8
	TARIFA EM DEZEMBRO	R\$	1,30	1,40

A seguir é apresentada a evolução dos indicadores operacionais, através de contínuo monitoramento das ações, com as metas previstas, valores mensais, total anual e médias.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE
INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		MÉDIA 2008	2 0 0 9													MÉDIA	(%) 09/08
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL		
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	4.893	4.794	4.427	5.021	4.750	5.253	4.015	4.251	5.289	5.353	5.549	5.473	5.695	59.870	4.989	2,0
	Passageiros por dia útil (mil)	181,8	175,3	184,8	184,9	184,8	197,1	197,4	179,4	194,5	202,1	205,2	210,6	211,8	-	194,0	6,7
	Receita operacional (R\$ mil)	2.621	2.307	2.683	2.929	3.151	3.082	2.356	2.451	3.117	3.102	2.866	2.827	3.778	34.649	2.887	10,2
	Receita não operacional (R\$ mil)	90	95	35	50	75	65	57	60	97	48	78	132	51	842	70	-22,5
	Receita Total (R\$ mil)	2.711	2.402	2.718	2.979	3.226	3.147	2.412	2.511	3.214	3.150	2.943	2.959	3.829	35.490	2.958	9,1
Custo total (R\$ mil)		12.203	11.906	9.843	11.557	12.119	12.617	12.929	12.170	12.786	11.599	12.365	12.450	17.250	149.592	12.466	2,2
EFICIÊNCIA	Custo Unitário (R\$)	2,49	2,48	2,22	2,30	2,55	2,40	3,22	2,86	2,42	2,17	2,23	2,27	3,03	-	2,51	0,8
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,54	0,48	0,61	0,58	0,66	0,59	0,59	0,58	0,59	0,58	0,52	0,52	0,66	-	0,58	8,1
ECONOMIA CIDADE	Taxa de Cobertura Plena (%)	21,9	19,8	27,7	25,7	26,4	24,9	18,5	20,5	24,7	27,1	23,6	23,0	22,1	-	23,5	7,5
QUALIDADE	Regularidade - Linha Elétrica (%)	97,3	94,8	95,2	90,8	92,1	94,8	91,7	90,9	93,2	94,0	97,2	98,2	98,1	-	94,5	-2,9
	Pontualidade - Linha Elétrica (%)	94,2	90,4	90,2	86,8	85,0	88,2	85,8	85,6	91,8	91,0	92,3	92,8	92,3	-	89,7	-4,8

5.2 - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

CARACTERÍSTICAS GERAIS

EXTENSÃO DA VIA (km)	28,2
Eletrificada	28,2
Bitola larga - 1,60 m	28,2
Nº DE ESTAÇÕES	19
Nº DE OFICINAS	1
TUE EXISTENTES	25
INTERVALO MÍNIMO PROG. (min.)	5,5
INTERVALO MÁXIMO PROG. (min.)	12
TEMPO DE PERCURSO PROG. (min.)	31,1
EFETIVO DE PESSOAL - PCS	717
MUNICÍPIOS ATENDIDOS	2

DESEMPENHO OPERACIONAL

O Sistema de Belo Horizonte transportou, em 2009, 43,8 milhões de passageiros, total inferior em 0,4% ao realizado em 2008. Entretanto, a média de passageiros transportados por dia útil registrou a marca de 151,6 mil, superior em 2,5% quando comparada com o ano de 2008, mantendo a tendência de crescimento verificada nos anos anteriores. A redução dos intervalos entre as composições (com a implantação de uma nova grade horária no segundo semestre de 2008) e o funcionamento dos terminais de integração, com várias linhas de ônibus conectadas ao sistema, vêm repercutindo nesse resultado.

A receita operacional atingiu o montante de 61,0 milhões, 4,5% acima da realizada no ano de 2008, função da elevação da demanda naquele período.

CONCEITO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	2008	2009
EFICÁCIA	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS	mil	43.988	43.830
	MÉDIA DE PASSAG. TRANSP./DIA ÚTIL	mil	148	152
	RECEITA OPERACIONAL	R\$mil	58.355	60.968
	TUE EM TRAFEGO	Unidade	20	21
	CUSTO TOTAL	R\$mil	100.338	96.930
EFICIÊNCIA	CUSTO UNITÁRIO	R\$	2,28	2,21
ECONOMICIDADE	TAXA DE COBERTURA PLENA	%	59,2	64,4
	TAXA DE COBERTURA OPERACIONAL	%	125,0	125,8
QUALIDADE	PONTUALIDADE	%	98,7	99,1
	REGULARIDADE	%	99,0	97,1
	SEGURANÇA DO USUÁRIO	acid./milhão pass.	3,6	3,5
	TARIFA EM DEZEMBRO	R\$	1,80	1,80

A seguir é apresentada a evolução dos indicadores operacionais, através de contínuo monitoramento das ações, com as metas previstas, valores mensais, total anual e médias

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		MÉDIA 2008	2 0 0 9													MÉDIA	(%) 09/08
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL		
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	3.666	3.313	3.229	3.990	3.727	3.917	3.044	3.027	3.738	3.908	4.053	3.966	3.918	43.830	3.653	-0,4
	Passageiros por dia útil (mil)	147,9	132,4	149,4	153,9	157,6	157,7	157,4	129,5	146,3	156,8	159,1	162,3	156,9	-	151,6	2,5
	Receita operacional (R\$ mil)	4.863	4.925	4.480	5.347	5.490	5.203	3.999	5.005	4.633	5.684	5.434	5.405	5.365	60.968	5.081	4,5
	Receita não operacional (R\$ mil)	434	471	523	851	437	80	416	428	299	772	297	753	253	5.580	465	7,1
	Receita Total (R\$ mil)	5.297	5.396	5.003	6.198	5.926	5.284	4.414	5.432	4.932	6.456	5.731	6.157	5.618	66.548	5.546	4,7
Custo total (R\$ mil)		8.361	8.508	6.856	7.419	7.771	7.841	8.070	7.669	7.755	8.879	8.735	7.883	9.545	96.930	8.078	-3,4
EFICIÊNCIA	Custo Unitário (R\$)	2,28	2,57	2,12	1,86	2,08	2,00	2,65	2,53	2,07	2,27	2,16	1,99	2,44	-	2,21	-3,0
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	1,33	1,49	1,39	1,34	1,47	1,33	1,31	1,65	1,24	1,45	1,34	1,36	1,37	-	1,39	4,9
ECONOMIA CIDADE	Taxa de Cobertura Plena (%)	59,2	58,9	66,6	74,0	72,1	67,9	50,7	67,3	60,9	66,9	63,2	70,0	57,3	-	64,4	8,8
QUALIDADE	Regularidade (%)	98,9	99,8	98,5	99,6	99,7	99,3	83,8	87,6	99,0	99,5	99,6	99,7	99,3	-	97,1	-1,8
	Pontualidade (%)	98,7	99,2	99,5	98,9	99,7	99,6	99,3	99,4	98,6	98,6	98,4	99,4	99,0	-	99,1	0,4

5.3 - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

CARACTERÍSTICAS GERAIS

	LINHA NORTE	LINHA SUL	TOTAL
EXTENSÃO DA VIA (km)	38,5	17,7	56,2
Não eletrificada	38,5	17,7	56,2
Bitola métrica - 1,00 m	38,5	17,7	56,2
Nº DE ESTAÇÕES	13	9	22
Nº DE OFICINAS	-	-	1
LOCOMOTIVAS EXISTENTES	-	-	4
CARROS EXISTENTES	-	-	20
INTERVALO MÍNIMO PROG. (min.)	150	95	-
INTERVALO MÁXIMO PROG. (min.)	230	230	-
TEMPO DE PERCURSO PROG. (min.)	65	37	-
EFETIVO DE PESSOAL (PCS)	-	-	108
MUNICÍPIOS ATENDIDOS (* o município de Natal é comum às duas linhas)	3	2	4*

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Superintendência de Trens Urbanos de Natal transportou em 2009, 2,1 milhões de passageiros, 8,0% abaixo do registrado em 2008. Por sua vez, a média de passageiros transportados por dia útil foi de aproximadamente 8,0 mil passageiros, diminuindo 2,9% em relação à apurada em 2008.

Esse resultado foi decorrente de atrasos e cancelamentos de viagens, provocados por falhas no material rodante e no sistema operacional.

A receita operacional em 2009 foi de R\$1.017 mil, inferior em 8,2% à auferida em 2008, variando de forma compatível com a demanda de passageiros. Com a queda na receita e a ligeira diminuição nos custos, a taxa de cobertura aumentou apenas 0,1 ponto percentual em relação a 2008.

CONCEITO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	2008	2009
EFICÁCIA	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS	mil	2.318	2.134
	MÉDIA DE PASSAG. TRANSP./DIA ÚTIL	mil	8,2	8,0
	LOCOMOTIVAS EM TRÁFEGO	Unidade	2,0	2,0
	RECEITA OPERACIONAL	R\$mil	1.108	1.017
	CUSTO TOTAL	R\$mil	12.564	11.515
EFICIÊNCIA	CUSTO UNITÁRIO	R\$	5,42	5,40
ECONOMICIDADE	TAXA DE COBERTURA PLENA	%	8,9	9,0
	TAXA DE COBERTURA OPERACIONAL	%	13,6	15,5
QUALIDADE	PONTUALIDADE	%	76,6	78,5
	REGULARIDADE	%	92,0	93,6
	SEGURANÇA DO USUÁRIO	acid./milhão pass.	0,4	0,5
	TARIFA EM DEZEMBRO	R\$	0,50	0,50

A seguir é apresentada a evolução dos indicadores operacionais, através de contínuo monitoramento das ações, com as metas previstas, valores mensais, total anual e médias.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		MÉDIA 2008	2 0 0 9														(%) 09/08
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	193	193	170	194	168	167	162	147	182	188	194	179	189	2.134	178	-8,0
	Passageiros por dia útil (mil)	8,2	8,3	8,4	8,0	7,8	7,8	7,9	7,7	7,5	7,8	8,1	8,1	8,1	-	8,0	-2,9
	Receita operacional (R\$ mil)	92,3	92,7	81,2	92,0	79,2	78,9	77,2	70,4	87,1	89,4	93,2	85,9	89,9	1.017,1	84,8	-8,2
	Receita não operacional (R\$ mil)	3,4	2,8	0,2	5,3	-0,9	1,9	10,4	1,5	5,4	1,2	2,6	6,3	0,9	37,7	3,1	-7,3
	Receita Total (R\$ mil)	95,7	95,5	81,4	97,3	78,3	80,8	87,7	71,9	92,5	90,7	95,8	92,3	90,8	1.054,8	87,9	-8,1
Custo total (R\$ mil)		1.047	1.094	861	1.008	850	879	949	966	956	899	947	1.026	1.081	11.515	960	-8,4
EFICIÊNCIA	Custo Unitário (R\$)	5,42	5,65	5,06	5,20	5,06	5,26	5,85	6,56	5,25	4,79	4,87	5,73	5,73	-	5,40	-0,4
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,48	0,48	0,48	0,47	0,47	0,47	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	-	0,48	-0,2
ECONOMIA CIDADE	Taxa de Cobertura Plena (%)	8,9	8,5	9,4	9,2	9,3	9,0	8,9	7,3	9,5	10,0	10,0	8,9	8,4	-	9,0	1,1
QUALIDADE	Regularidade (%)	92,0	95,1	95,9	93,0	92,0	95,6	82,5	78,9	97,1	99,0	98,8	98,7	98,5	-	93,6	1,8
	Pontualidade (%)	76,6	78,7	75,4	65,7	67,1	61,9	66,5	77,8	83,2	87,5	92,2	95,9	86,1	-	78,5	2,5

5.4 - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

CARACTERÍSTICAS GERAIS

EXTENSÃO DA VIA (km)	30
Não eletrificada	30
Bitola métrica - 1,00 m	30
Nº DE ESTAÇÕES	12
Nº DE OFICINAS	1
LOCOMOTIVAS EXISTENTES	4
CARROS EXISTENTES	24
INTERVALO MÍNIMO PROG. (min.)	62
INTERVALO MÁXIMO PROG. (min.)	93
TEMPO DE PERCURSO PROG. (min.)	50
EFETIVO DE PESSOAL - PCS	88
MINICÍPIOS ATENDIDOS	4

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa transportou, em 2009, 2.890 mil passageiros, diminuindo 7,9% em comparação ao realizado em 2008, gerando uma receita operacional de R\$1.348 mil. Essa redução é atribuída aos atrasos e cancelamentos de viagens, decorrentes de falhas no material rodante e no sistema operacional, além da persistência de várias precauções na via permanente.

CONCEITO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	2008	2009
EFICÁCIA	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS	mil	3.138	2.890
	MÉDIA DE PASSAG. TRANSP./DIA ÚTIL	mil	11,2	10,2
	LOCOMOTIVAS EM TRÁFEGO	Unidade	2	2
	RECEITA OPERACIONAL	R\$mil	1.498	1.348
	CUSTO TOTAL	R\$mil	12.637	11.134
EFICIÊNCIA	CUSTO UNITÁRIO	R\$	4,03	3,85
ECONOMICIDADE	TAXA DE COBERTURA PLENA	%	12,1	12,4
	TAXA DE COBERTURA OPERACIONAL	%	17,8	19,9
QUALIDADE	PONTUALIDADE	%	51,3	61,8
	REGULARIDADE	%	95,2	93,0
	SEGURANÇA DO USUÁRIO	acid./milhão pass.	0,6	0,7
	TARIFA EM DEZEMBRO	R\$	0,50	0,50

A seguir é apresentada a evolução dos indicadores operacionais, através de contínuo monitoramento das ações, com as metas previstas, valores mensais, total anual e médias

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		MÉDIA 2008	2 0 0 9														(%) 09/08
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	261	319	255	280	257	194	154	199	248	245	267	231	241	2.890	241	-7,9
	Passageiros por dia útil (mil)	11,2	13,6	11,8	11,6	10,3	8,3	4,5	9,5	10,4	10,2	11,2	10,2	10,4	-	10,2	-9,6
	Receita operacional (R\$ mil)	124,8	150,4	120,0	131,6	119,4	90,7	71,4	92,4	116,3	112,9	123,0	107,7	112,2	1.348,1	112,3	-10,0
	Receita não operacional (R\$ mil)	2,7	0,2	0,4	0,2	0,0	0,2	33,8	2,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	38,3	3,2	18,2
	Receita Total (R\$ mil)	127,5	150,6	120,4	131,8	119,4	90,9	105,3	94,7	116,5	113,2	123,2	108,0	112,4	1.386,4	115,5	-9,4
Custo total (R\$ mil)		1.053	883	815	1.041	838	1.009	933	859	880	998	920	970	987	11.134	928	-11,9
EFICIÊNCIA	Custo Unitário (R\$)	4,03	2,77	3,20	3,72	3,26	5,21	6,05	4,31	3,54	4,08	3,45	4,20	4,09	-	3,85	-4,3
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,48	0,47	0,47	0,47	0,46	0,47	0,46	0,46	0,47	0,46	0,46	0,47	0,47	-	0,47	-2,3
ECONOMIA CIDADE	Taxa de Cobertura Plena (%)	12,1	17,0	14,8	12,7	14,2	9,0	11,3	11,0	13,2	11,3	13,4	11,1	11,4	-	12,4	3,0
QUALIDADE	Regularidade (%)	95,2	99,3	99,7	98,4	96,7	88,0	85,0	80,6	93,1	92,0	96,6	91,2	95,8	-	93,0	-2,3
	Pontualidade (%)	51,3	85,0	85,6	67,2	74,5	56,0	64,4	62,6	48,2	32,3	46,1	49,2	69,4	-	61,8	20,4

5.5 - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

CARACTERÍSTICAS GERAIS

EXTENSÃO DA VIA (km)	32,1
Não eletrificada	32,1
Bitola métrica – 1,00 m	32,1
Nº DE ESTAÇÕES	15
Nº DE OFICINAS	1
LOCOMOTIVAS EXISTENTES	3
CARROS EXISTENTES	21
INTERVALO MÍNIMO PROG. (min.)	60
INTERVALO MÁXIMO PROG. (min.)	195
TEMPO DE PERCURSO PROG. (min.)	90
EFETIVO DE PESSOAL - PCS	119
MUNICÍPIOS ATENDIDOS	3

A STU-MAC, em 2009, transportou 1.795 mil passageiros, registrando um incremento de 3,3% em relação ao resultado de 2008, com uma média de 6,6 mil passageiros por dia útil, 7,3% maior quando comparada com o ano anterior. A receita operacional foi de R\$834,60 mil, aumentando 3,1% na comparação com a auferida no ano anterior, acompanhando a expansão da demanda.

DESEMPENHO OPERACIONAL

CONCEITO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	2008	2009
EFICÁCIA	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS	mil	1.738	1.795
	MÉDIA DE PASSAG. TRANSP./DIA ÚTIL	mil	6,1	6,6
	LOCOMOTIVAS EM TRÁFEGO	Unidade	2	2
	RECEITA OPERACIONAL	R\$mil	809	834,6
EFICIÊNCIA	CUSTO TOTAL	R\$mil	14.402	14.754
	CUSTO UNITÁRIO	R\$	8,29	8,22
ECONOMICIDADE	TAXA DE COBERTURA PLENA	%	5,7	5,8
	TAXA DE COBERTURA OPERACIONAL	%	9,9	10,5
QUALIDADE	PONTUALIDADE	%	82,2	78,7
	REGULARIDADE	%	96,4	93,7
	SEGURANÇA DO USUÁRIO	acid./milhão pass.	0,6	1,7
	TARIFA EM DEZEMBRO	R\$	0,50	0,50

A seguir é apresentada a evolução dos indicadores operacionais, através de contínuo monitoramento das ações, com as metas previstas, valores mensais, total anual e médias.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		MÉDIA 2008	2 0 0 9													MÉDIA	(%) 09/08
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL		
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	145	160	141	164	155	140	126	137	151	149	160	149	163	1.795	150	3,3
	Passageiros por dia útil (mil)	6,1	6,7	7,3	6,3	7,0	6,2	5,8	5,5	6,7	6,8	6,8	6,8	7,1	-	6,6	7,3
	Receita operacional (R\$ mil)	67,4	74,7	68,1	76,8	72,7	65,3	61,1	64,1	65,4	69,8	75,1	69,5	72,0	834,6	69,5	3,1
	Receita não operacional (R\$ mil)	1,3	3,8	0,8	1,4	1,1	13,6	1,0	6,2	6,5	0,9	1,7	0,8	1,4	39,2	3,3	153,8
	Receita Total (R\$ mil)	68,7	78,5	68,9	78,1	73,7	78,9	62,1	70,3	71,9	70,7	76,8	70,3	73,4	873,7	72,8	5,9
Custo total (R\$ mil)		1.200	1.099	990	1.229	1.458	1.143	1.224	1.231	1.085	1.214	1.360	1.508	1.213	14.754	1.230	2,4
EFICIÊNCIA	Custo Unitário (R\$)	8,29	6,87	7,02	7,48	9,38	8,18	9,71	8,97	7,21	8,13	8,51	10,13	7,44	-	8,22	-0,8
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,47	0,47	0,48	0,47	0,47	0,47	0,48	0,47	0,43	0,47	0,47	0,47	0,44	-	0,46	-0,2
ECONOMIA CIDADE	Taxa de Cobertura Plena (%)	5,7	6,9	6,9	6,4	5,1	5,8	5,1	5,7	6,6	5,8	5,6	4,7	6,0	-	5,8	1,8
QUALIDADE	Regularidade (%)	96,4	96,5	97,4	94,7	95,3	92,7	89,5	97,7	93,8	98,1	77,9	95,7	95,9	-	93,7	-2,8
	Pontualidade (%)	82,2	90,3	86,5	80,6	81,5	74,9	75,6	78,4	80,8	77,9	75,5	78,1	63,1	-	78,7	-4,3

CUSTO DA PRODUÇÃO (R\$)

Corresponde à soma dos custos com administração, manutenção e operação do sistema (materiais, serviços, diárias, passagens e despesas com locomoção, sentenças judiciais cíveis, pensões, indenizações e restituições e as obrigações tributárias e contributivas – COFINS, PASEP, CPMF, impostos, taxas etc.). Não inclui os custos com pessoal e encargos e benefícios (assistência ao trabalhador e REFER).

CUSTO DE PESSOAL (R\$)

Corresponde à soma dos custos com pessoal e encargos, benefícios (assistência ao trabalhador e REFER) e sentenças trabalhistas.

CUSTO OPERACIONAL (R\$)

Corresponde à soma dos custos de pessoal com os custos da produção.

EMPREGADOS EFETIVOS

Quantitativo de empregados enquadrados no Plano de Cargos e Salários da Companhia.

EMPREGADOS CONTRATADOS PARA CARGO DE CONFIANÇA

Profissionais contratados para o exercício de cargo de confiança. Os dirigentes da Companhia eleitos e não pertencentes ao quadro de empregados deverão ser enquadrados neste item.

MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA

Profissionais contratados, em caráter provisório, por intermédio de empresa terceirizadora de mão de obra, para desenvolver atividades inerentes às categorias funcionais constantes do PCS da Companhia.

FORÇA DE TRABALHO

É a soma dos empregados efetivos com os empregados contratados para cargo de confiança, os requisitados de outras empresas/órgãos e os de mão de obra terceirizada, menos os cedidos a outros órgãos, os afastados e os licenciados.

MÉDIA DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR DIA ÚTIL (TÍPICO)

Passageiros transportados nos dias úteis típicos do mês (2ª a 6ª feira, excluindo-se os feriados e os dias com demandas atípicas), dividido pelo número de dias considerados.

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

Passageiros pagantes ou não que efetivamente ingressaram no sistema. Não considerar valores estimados de evasão.

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NOS DIAS ÚTEIS (TÍPICOS)

Passageiros transportados somente nos dias úteis típicos do mês. Não considerar sábados, domingos, feriados e dias úteis atípicos que sofreram a interferência de fenômenos aleatórios, como problemas técnicos ou operacionais no sistema, fatores climáticos, movimentos grevistas, etc.

QUILOMETRAGEM PERCORRIDA (km)

Quilometragem percorrida pela frota, nas viagens realizadas em operação comercial. Nos casos em que a composição seja formada por TUE acoplados, considerar a quilometragem percorrida pela composição. Não considerar trechos de manobras, deslocamentos para a manutenção e viagens de inspeção.

RECEITA OPERACIONAL OU RECEITA DE TRANSPORTES (R\$)

Corresponde à receita proveniente da venda de bilhetes exclusivos e de integração, bem como do vale-transporte, estudante e econômico, contabilizados no mês. (Fonte- Relatório Financeiro).

RECEITA NÃO-OPERACIONAL (R\$)

Corresponde à soma das receitas financeira, patrimonial, venda de sucata e diversas. (Fonte- Relatório Financeiro).

RECEITA PATRIMONIAL (R\$)

Considerar as receitas decorrentes das aplicações do patrimônio da Cia., tais como aluguéis de bens, arrendamentos, etc. (Fonte- Relatório Financeiro).

RECEITA PRÓPRIA (R\$)

Corresponde a soma das receitas operacional e não-operacional. (Fonte- Relatório Financeiro).

VIAGENS COM ATRASO (viagem)

Viagens realizadas com atraso superior a 5 minutos nos sistemas de, Natal, João Pessoa, Maceió, Salvador e Recife Linha Sul e superior a 2 minutos para os sistemas de Recife Linha Centro e Belo Horizonte, medidos na partida das estações terminais.

VIAGENS EXTRAS (viagem)

Viagens realizadas além da programação normal estipulada para o mês.

VIAGENS PROGRAMADAS (viagem)

Viagens programadas para a operação comercial durante o mês.

VIAGENS REALIZADAS (viagem)

Viagens efetivamente realizadas, com partida e chegada do trem com passageiros, na sua origem e destino, respectivamente.

CUSTO UNITÁRIO (R\$)

(custo total/passageiros transportados)

REGULARIDADE (%)

(viagens realizadas/viagens programadas) x 100

PONTUALIDADE (%)

(viagens no horário/viagens realizadas) x 100

TARIFA EFETIVA MÉDIA (R\$)

(receita de transporte/passageiros transportados)

TAXA DE COBERTURA ou TAXA DE COBERTURA PLENA (%)

$$\frac{[(\text{receita operacional} + \text{receita patrimonial})/\text{custo operacional}]}{1} \times 100$$

Obs.: apurada pela área de custos.

TAXA DE COBERTURA OPERACIONAL (%)

$$\frac{[(\text{receita operacional} + \text{receita patrimonial})/\text{custo da produção}]}{1} \times 100$$

Obs.: apurada pela área de custos.

6. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

R\$mil

DESCRIÇÃO	Orçamento Aprovado (a)	Limite Orçamentário (b)	Variação % (b/a)
<u>Despesas Correntes</u> (1)	<u>192.238</u>	<u>185.698</u>	<u>97</u>
<u>Investimentos</u> (2)	<u>279.786</u>	<u>258.999</u>	<u>93</u>
- Projetos	106.905	94.473	84
- PPI-PAC	159.281	159.281	100
- Adequação dos Sist. à Acessibilidade. Universal	6.743	0	0
- Reparelhamento Administrativo	8.460	5.245	62
SUBTOTAL (3) = (1 + 2)	472.024	444.698	94
<u>Outras Despesas</u> (4)	<u>374.157</u>	<u>374.157</u>	<u>100</u>
TOTAL (3 + 4)	846.181	818.854	97

(4) – Inclui despesas com a Remuneração de Pessoal, REFER, Sentenças Judiciais Trabalhistas e Cíveis, Pensões, Amortização e Juros/ Encargos da Dívida Interna e Externa.

6.2 - LIMITES ORÇAMENTÁRIOS

A disponibilização de limites orçamentários para o Orçamento de 2009, para as Atividades e os Investimentos não incluídos no PAC, foi irregular e exigiu gestão intensiva da CBTU para sua obtenção. Estão sendo adotados tipos diferentes de tratamento para a liberação dos limites orçamentários, que podem ser resumidos da seguinte forma:

- Nas ações de Investimentos não incluídas no PAC - foi necessária atuação intensiva para a liberação dos limites orçamentários para empenho, de forma que estas disponibilizações atendessem às necessidades da CBTU.
- Nas ações de Investimentos incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - a liberação dos recursos foi atendida de acordo com as solicitações encaminhadas ao Ministério das Cidades.
- Nas ações de Atividades também ocorreu contingenciamento orçamentário ao longo do exercício, o que gerou solicitações de liberação de limites orçamentários objetivando a sua preservação de sua execução regular.

No final do exercício, a disponibilização dos limites orçamentários para empenho nas ações de atividades e nas ações de investimentos aprovados na LOA 2009 e para os créditos suplementares aprovados (em conformidade com o Decreto nº 6.752/2009) ocorreu quase integralmente.

6.3 - CRÉDITOS ADICIONAIS

De acordo com o disposto na Portaria SOF/MP n.º 02, foram encaminhados pedidos de créditos adicionais, durante o exercício de 2009, nos prazos estabelecidos, para as ações que necessitavam destas suplementações para que os objetivos propostos fossem atingidos.

Algumas ações de Atividades exigiram atenção especial, a saber:

- As diferenças entre os valores estabelecidos no PL-LOA 2009 e os valores aprovados na LOA 2009 para as ações de Funcionamento dos Sistemas e para a ação de Gestão e Administração do Programa – GAP foram significativos e não permitiam a execução eficiente das atividades programadas para o exercício.

Após gestões intensivas da CBTU e do Ministério das Cidades, se viabilizou a aprovação, de créditos adicionais no valor de R\$4.900mil para a Ação de Funcionamento dos Sistemas, e de R\$7.100mil e para de Gestão e Administração do Programa, que foi destinado à mudança da Sede da CBTU.

Também foi necessária a obtenção de créditos adicionais para os Benefícios Assistenciais representados pelas ações: Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Assistência Médica Odontológica e Assistência Pré-Escolar, cujos valores aprovados na LOA ficaram abaixo das necessidades estimadas para o exercício, principalmente porque, ocorreu um Dissídio Coletivo em que foi aprovado um reajuste salarial de 10,5%, tendo este reajuste gerado impacto também nestes benefícios.

Neste exercício foram aprovados créditos para as seguintes ações:

Ações de Investimento:

Recuperação do Sistema de Natal: R\$2.000.000,00;

Recuperação do Sistema de João Pessoa: R\$2.000.000,00; e

Recuperação do Sistema de Maceió: R\$19.000.000,00.

Ações de Custeio/Pessoal/Encargos/Benefícios Assistenciais:

Funcionamento dos Sistemas: R\$4.900.000,00;

Gestão e Administração do Programa – GAP : R\$7.100.000,00;

Auxílio-Transporte: R\$563.986,00;

Auxílio Alimentação: R\$1.921.000,00;

Assistência Médica Odontológica: R\$889.294,00;

Assistência Pré-Escolar: R\$35.677,00; e

Remuneração de Pessoal: R\$35.000.000,00.

Ações de Operações Especiais:

Contribuição à Previdência Privada – REFER: R\$1.500.000,00;

Cumprimento de Sentenças Judiciais Trabalhistas: R\$48.171.062,00;

Cumprimento de Sentenças Judiciais Cíveis: R\$14.069.755,00;

Cumprimento de débitos judiciais periódicos vincendos devidos: R\$4.900.000,00 e

Amortização de Encargos de Financiamento da Dívida Interna: R\$4.900.000,00.

Também foi incluída no orçamento da CBTU, por meio da Lei n.º 12.118 de 14 de dezembro de 2009, a Ação 15.301.1295.20CW.0001 - ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIODICOS - NACIONAL . O orçamento destinado a esta ação foi de R\$10.000,00

Neste exercício a CBTU foi responsável pela aplicação dos seguintes destaques do Orçamento do Ministério das Cidades:

Ação: 15.122.0310.8785.0001 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Nacional – Fonte 0300.

Descentralização, por meio de destaque, no valor de R\$2.320.000,00, de parte da dotação de seu orçamento para o Programa 15.122.0310.8785.0001 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Nacional – Fonte 0300, com o objetivo de

atender às despesas com as atividades relativas a gestão e coordenação das ações incluídas no PAC

Ação 15.451.0310.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento - Nacional

O Ministério das Cidades descentralizou, por meio de um destaque orçamentário, dotação do orçamento da Unidade Gestora 560003 - Ministério das Cidades, no valor total de R\$27.600.000,00 (vinte e sete milhões e seiscentos mil reais), em favor da Unidade Gestora 275068, Gestão 27209 – Companhia Brasileira de Trens Urbanos do Ministério das Cidades – CBTU/MCID, com o objetivo de atender a Convênio a ser celebrado entre a CBTU e o Metrô de São Paulo para a execução das obras do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT do ABC de São Paulo.

A descentralização ocorreu por meio da ação 15.451.0310.1D73.0001 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento – Nacional – PTRES 022953.

Esta ação teve alterada a sua modalidade de aplicação desta ação de 40 - Transferências a Municípios para 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal, por meio da Portaria n.º 528 editada pelo Ministério das Cidades, em 17 de dezembro de 2009.

Posteriormente, foram descentralizados nesta ação, mais R\$597.850,72 para atender as despesas com as reformas das estações do Sistema de Trens Urbanos de Maceió.

6.4 - REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para as despesas de caráter continuado, que não estavam sujeitas a contingenciamento orçamentário, a execução orçamentária apresentou um ritmo normal.

A exceção a esta execução regular ocorreu na ação de Cumprimento de Sentenças Judiciais Trabalhistas e Cíveis uma vez que o sistema de disponibilização destes recursos, implantado pelo Ministério do Planejamento, só autoriza disponibilização para o pagamento de sentenças transitadas em julgado em sua última instância de recurso. Observamos que a não liberação de recursos para o cumprimento em tempo hábil permite a ação do Poder Judiciário na aplicação de medidas punitivas adicionais como possibilidade de penhora de bens patrimoniais da Companhia.

Em relação às Atividades, a disponibilização não regular dos limites orçamentários contribuiu para o comprometimento da eficiência da gestão orçamentária da Companhia, devido às incertezas na contratação de serviços e/ou fornecimentos sem a garantia explícita da disponibilização de recursos.

Esta falta de regularidade na liberação de limites para empenho para as Atividades de Custeio restringiu a execução orçamentária da Companhia, penalizando a realização da programação prevista.

Os projetos incluídos no PAC receberam recursos de acordo com as solicitações de desembolso encaminhadas, tendo sido liberada a integralidade dos recursos solicitados pela CBTU.

6.5 - SÍNTESE ORÇAMENTÁRIA

A gestão orçamentária exigiu ação intensiva da CBTU objetivando recompor o Orçamento de 2009, uma vez que as dotações inicialmente aprovadas na LOA se apresentaram num nível inferior aos valores propostos para a execução das ações.

Para as Atividades ocorreu contingenciamento de limite orçamentário ao longo do exercício, o que gerou várias solicitações de liberação de limites orçamentários objetivando a sua execução regular. As liberações foram autorizadas em parcelas, de acordo com as solicitações encaminhadas ao Ministério das Cidades, o que apenas permitiam atender as necessidades imediatas da CBTU.

Em relação às ações incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, as liberações de limite orçamentário foram atendidas de acordo com as solicitações encaminhadas ao Ministério das Cidades.

Do mesmo modo que as ações de Atividades, as ações de Investimento não incluídas no PAC também exigiram pedidos especiais de liberação de recursos da CBTU ao Ministério das Cidades para a sua disponibilização. Os créditos suplementares solicitados para as ações de Recuperação dos Sistemas de Natal, de João Pessoa e de Maceió, foram atendidos parcialmente com a aprovação o PLN-085/2009 convertido na Lei n.º 12.181 de 29 dezembro.

No ambiente de parcerias com o Ministério das Cidades, destacamos a descentralização do orçamento do Ministério das Cidades para a CBTU da gestão das seguintes ações incluídas no Orçamento de 2009 deste Ministério:

Ação: 15.122.0310.8785.0001 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Nacional – Fonte 0300.

O Ministério das Cidades aprovou a descentralização de parte desta dotação e concedeu, por meio de um destaque orçamentário, o valor de R\$2.320.000,00, com o objetivo de atender às despesas da CBTU relativas à gestão e coordenação das ações incluídas no PAC.

Ação 15.451.0310.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento - Nacional

O Ministério das Cidades descentralizou, por meio de um destaque orçamentário, dotação no valor de R\$27.600.000,00 para a CBTU, com o objetivo de atender a Convênio a ser celebrado entre a CBTU e o Metrô de São Paulo para a execução das obras do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT do ABC de São Paulo.

Posteriormente, foram descentralizados nesta ação, mais R\$597.850,72 para atender as despesas com as reformas das estações do Sistema de Trens Urbanos de Maceió.

ATIVIDADE / PROJETO	PROPOSTA CBTU 2009	ORÇAMENTO APROVADO 2009	LIMITE ORÇAMENTÁRIO (a)	VALORES REALIZADOS (b)	% Liquidado (b) / (a)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	440.096	404.296	394.542	362.268	92
Funcionamento dos Sistemas	362.654	343.289	338.125	304.491	90
Manutenção e Operação (1)	183.051	139.689	134.526	133.680	99
Remuneração de Pessoal	179.603	203.599	203.599	170.811	84
Gestão e Administração do Programa (1)	22.303	21.164	16.892	16.575	98
Auxílio Alimentação	22.177	17.696	17.696	17.693	100
Auxílio Transporte	3.209	2.085	2.085	2.865	137
Assistência Pré-Escolar	729	533	533	559	105
Assistência Médica e Odontológica	7.640	6.850	6.783	7.658	113
Assistência Médica e Odont - Exame periódico	-	10	-	-	-
Obrig. de Transf. do Sistemas - Fortaleza	11.000	11.000	11.000	11.000	100
Publicidade Utilidade Pública	405	123	115	115	100
Capacitação de Recursos Humanos	3.712	1.546	1.314	1.312	100
GAC DO PAC	6.267	-	-	-	-
PROJETOS	815.593	264.585	253.855	253.756	100
REC (TIP-Timbi) (Rodoviária/Recife/Cabo)	288.876	88.676	88.676	88.676	100
BH (Eldorado - Vilarinho)	82.184	6.571	6.571	6.554	100
BH (Plataforma Ferroviária Calafate-Barreiro)	50.392	-	-	-	-
BH (Elaboração Projeto Linha 2)	6.260	-	-	-	-
BH (Elaboração Projeto Linha 3)	4.400	-	-	-	-
Projetos de Engenharia Linhas 2 e 3 de BH	-	15.000	14.000	14.000	100
FOR (Trecho Sul) V.Flores / J.Felipe	202.323	42.881	42.881	42.881	100
Implant VLT R. NORTE do Estado do Ceará	-	21.670	21.670	21.670	100
SAL (Lapa - Pirajá)	101.453	21.153	21.153	21.153	100
NATAL	13.816	6.500	2.571	2.500	97
JOÃO PESSOA	15.729	6.000	5.338	5.328	100
MACEIÓ	23.560	50.994	50.994	50.994	100
B. HORIZONTE (Correção e Vedação Faixa de Domínio - Barreiro / Calafate)	-	-	-	-	-
Transp. Urb sobre trilhos para a COPA de 2014	20.000	-	-	-	-
RACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DA CBTU	6.600	5.140	-	-	-
ADEQUAÇÃO À ACESSIBILIDADE UNIVERSAL	10.264	6.742	-	-	-
RECIFE	3.220	1.900	-	-	-
BELO HORIZONTE	5.300	3.944	-	-	-
NATAL	810	250	-	-	-
JOÃO PESSOA	255	70	-	-	-
MACEIÓ	505	405	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	174	174	-	-	-
OPERAÇÕES ESPECIAIS	798.829	170.557	170.557	156.547	92
REFER	456.763	4.751	4.751	4.573	96
SENTENÇAS TRABALHISTAS	183.532	64.371	64.371	64.367	100
SENTENÇAS CÍVEIS	98.763	38.070	38.070	38.068	100
PENSÕES	16.687	14.900	14.900	14.601	98
DÍVIDA INTERNA	24.943	31.307	31.307	26.692	85
DÍVIDA EXTERNA	18.140	17.158	17.158	8.246	48
TOTAL	2.064.781	846.181	818.954	772.572	94

(1) Inclui Reaparelhamento Administrativo

DESTAQUES DO MINISTÉRIO DAS CIDADES

	R\$Mil				
GESTÃO E COORDENAÇÃO DO PROGRAMA - PAC	6.267	2.320	2.320	2.270	98
APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL	-	28.198	28.198	28.198	100

6.6 – QUADROS ORÇAMENTÁRIOS

ATIVIDADES

ATIVIDADE / PROJETO	R\$Mil				
	PROPOSTA CBTU 2009	ORÇAMENTO APROVADO 2009	LIMITE ORÇAMENTÁRIO (a)	VALORES REALIZADOS (b)	% Liquidado (b) / (a)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	440.096	404.296	394.542	362.268	92
Funcionamento dos Sistemas	362.654	343.289	338.125	304.491	90
Manutenção e Operação (1)	183.051	139.689	134.526	133.680	99
Remuneração de Pessoal	179.603	203.599	203.599	170.811	84
Gestão e Administração do Programa (1)	22.303	21.164	16.892	16.575	98
Auxílio Alimentação	22.177	17.696	17.696	17.693	100
Auxílio Transporte	3.209	2.085	2.085	2.865	137
Assistência Pré-Escolar	729	533	533	559	105
Assistência Médica e Odontológica	7.640	6.850	6.783	7.658	113
Assistência Médica e Odont - Exame periódico	-	10	-	-	-
Obrig. de Transf. do Sistemas - Fortaleza	11.000	11.000	11.000	11.000	100
Publicidade Utilidade Pública	405	123	115	115	100
Capacitação de Recursos Humanos	3.712	1.546	1.314	1.312	100
GAC DO PAC	6.267	-	-	-	-
PROJETOS	815.593	264.585	253.855	253.756	100
REC (TIP-Timbi) (Rodoviária/Recife/Cabo)	288.876	88.676	88.676	88.676	100
BH (Eldorado - Vilarinho)	82.184	6.571	6.571	6.554	100
BH (Plataforma Ferroviária Calafate-Barreiro)	50.392	-	-	-	-
BH (Elaboração Projeto Linha 2)	6.260	-	-	-	-
BH (Elaboração Projeto Linha 3)	4.400	-	-	-	-
Projetos de Engenharia Linhas 2 e 3 de BH	-	15.000	14.000	14.000	100
FOR (Trecho Sul) V.Flores / J.Felipe	202.323	42.881	42.881	42.881	100
Implant VLT R. NORTE do Estado do Ceará	-	21.670	21.670	21.670	100
SAL (Lapa - Pirajá)	101.453	21.153	21.153	21.153	100
NATAL	13.816	6.500	2.571	2.500	97
JOÃO PESSOA	15.729	6.000	5.338	5.328	100
MACEIÓ	23.560	50.994	50.994	50.994	100
B. HORIZONTE (Correção e Vedação Faixa de Domínio - Barreiro / Calafate)	-	-	-	-	-
Transp. Urb sobre trilhos para a COPA de 2014	20.000	-	-	-	-
RACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DA CBTU	6.600	5.140	-	-	-
ADEQUAÇÃO À ACESSIBILIDADE UNIVERSAL	10.264	6.742	-	-	-
RECIFE	3.220	1.900	-	-	-
BELO HORIZONTE	5.300	3.944	-	-	-
NATAL	810	250	-	-	-
JOÃO PESSOA	255	70	-	-	-
MACEIÓ	505	405	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	174	174	-	-	-
OPERAÇÕES ESPECIAIS	798.829	170.557	170.557	156.547	92
REFER	456.763	4.751	4.751	4.573	96
SENTENÇAS TRABALHISTAS	183.532	64.371	64.371	64.367	100
SENTENÇAS CÍVEIS	98.763	38.070	38.070	38.068	100
PENSÕES	16.687	14.900	14.900	14.601	98
DÍVIDA INTERNA	24.943	31.307	31.307	26.692	85
DÍVIDA EXTERNA	18.140	17.158	17.158	8.246	48
TOTAL	2.064.781	846.181	818.954	772.572	94

(1) Inclui Reaparelhamento Administrativo

DESTAQUES DO MINISTÉRIO DAS CIDADES

DESTAQUES DO MINISTÉRIO DAS CIDADES					R\$Mil
GESTÃO E COORDENAÇÃO DO PROGRAMA - PAC	6.267	2.320	2.320	2.270	98
APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL	-	28.198	28.198	28.198	100

OPERAÇÕES ESPECIAIS

		Valores em R\$		
DESCRIÇÃO		RECURSOS PRÓPRIOS	TESOURO	TOTAL
REFER	APROVADO	-	4.750.996	4.750.996
	LIMITE	-	4.750.996	4.750.996
	REALIZADO	-	3.634.236	3.634.236
CUMPRIMENTO SENTENÇAS TRABALHISTAS	APROVADO	-	64.371.062	64.371.062
	LIMITE	-	64.371.062	64.371.062
	REALIZADO	-	64.366.728	64.366.728
CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS CÍVEIS	APROVADO	-	38.069.761	38.069.761
	LIMITE	-	38.068.761	38.068.761
	REALIZADO	-	38.068.401	38.068.401
CUMPRIMENTO DE DÉBITOS PERIÓDICOS	APROVADO	-	14.900.000	14.900.000
	LIMITE	-	14.900.000	14.900.000
	REALIZADO	-	14.600.563	14.600.563
SERVIÇO DA DÍVIDA	APROVADO	-	48.465.664	48.465.664
	LIMITE	-	48.465.664	48.465.664
	REALIZADO	-	34.938.256	34.938.256
TOTAL	APROVADO	-	170.557.483	170.557.483
	LIMITE	-	170.556.483	170.556.483
	REALIZADO	-	155.608.185	155.608.185

INVESTIMENTO

DESCRIÇÃO		RECURSOS PRÓPRIOS	VALORES EM R\$	
			TESOURO	TOTAL
RECIFE (Cajueiro Seco - TIP/Timbi)	APROVADO	-	88.676.300	88.676.300
PAC	LIMITE	-	88.676.300	88.676.300
	REALIZADO	-	88.676.300	88.676.300
B. HORIZONTE (Eldorado - Vilarinho)	APROVADO	-	6.571.386	6.571.386
PAC	LIMITE	-	6.571.386	6.571.386
	REALIZADO	-	6.553.873	6.553.873
Elaboração Projeto Linha 2 E 3 de BH	APROVADO	-	15.000.000	15.000.000
	LIMITE	-	14.000.000	14.000.000
	REALIZADO	-	14.000.000	14.000.000
Apoio à Implantação FORTALEZA	APROVADO	-	42.880.645	42.880.645
(Trecho Sul Vila das Flores / João Felipe	LIMITE	-	42.880.645	42.880.645
PAC	REALIZADO	-	42.880.645	42.880.645
SALVADOR (Lapa - Pirajá)	APROVADO	-	21.153.000	21.153.000
PAC	LIMITE	-	21.153.000	21.153.000
	REALIZADO	-	21.153.000	21.153.000
Implantação do Veículo leve sobre Trilhos	APROVADO	-	21.670.000	21.670.000
na Região norte do Estado do Ceará.	LIMITE	-	21.670.000	21.670.000
	REALIZADO	-	21.670.000	21.670.000
Recuepração do Sistema de Natal	APROVADO	-	6.500.000	6.500.000
	LIMITE	-	2.570.969	2.570.969
	REALIZADO	-	2.500.006	2.500.006
Recuepração do Sistema de João Pessoa	APROVADO	-	6.000.000	6.000.000
	LIMITE	-	5.338.097	5.338.097
	REALIZADO	-	5.328.305	5.328.305
Recuepração do Sistema de Maceió	APROVADO	-	50.994.295	50.994.295
	LIMITE	-	50.994.295	50.994.295
	REALIZADO	-	50.994.293	50.994.293
Estudos para Racionalização dos Sist.	APROVADO	-	5.139.703	5.139.703
de Transporte Ferroviário Urbano de Pas-	LIMITE	-	-	-
sageiros.	REALIZADO	-	-	-
Adequação à acessibilidade universal	APROVADO	-	1.899.500	1.899.500
RECIFE	LIMITE	-	-	-
	REALIZADO	-	-	-
Adequação à acessibilidade universal	APROVADO	-	3.944.000	3.944.000
BELO HORIZONTE	LIMITE	-	-	-
	REALIZADO	-	-	-
Adequação à acessibilidade universal	APROVADO	-	250.000	250.000
NATAL	LIMITE	-	-	-
	REALIZADO	-	-	-
Adequação à acessibilidade universal	APROVADO	-	69.500	69.500
JOÃO PESSOA	LIMITE	-	-	-
	REALIZADO	-	-	-
Adequação à acessibilidade universal	APROVADO	-	404.500	404.500
MACEIÓ	LIMITE	-	-	-
	REALIZADO	-	-	-
Adequação à acessibilidade universal	APROVADO	-	174.000	174.000
PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRA	LIMITE	-	-	-
	REALIZADO	-	-	-
TOTAL	APROVADO	-	266.187.126	266.187.126
	LIMITE	-	253.854.692	253.854.692
	REALIZADO	-	253.756.421	253.756.421

6.7 - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.7.1 - Programação de Despesas Correntes

R\$ x mil

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	166.194	188.050	26.716	12.412	224.566	246.169
	PLOA	166.194	188.050	26.716	12.412	195.738	212.898
	LOA	166.194	188.050	26.716	12.412	195.738	212.898
CRÉDITOS	Suplementares		11.796	84.671	--	2.256	89.309
	Especiais	Abertos	--	--	--	--	--
		Reabertos	--	--	--	--	--
	Extraordinários	Abertos	--	--	--	23.890	--
		Reabertos	--	--	--	--	--
	Créditos Cancelados		--	--	(5.033)	--	--
Outras Operações		--	--	--	--	--	--
Total		177.990	272.721	21.683	14.668	308.437	246.288

6.7.2 - Programação de Despesas de Capital

R\$ x mil

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	456.390	481.843	--	--	131.998	29.690
	PLOA	456.140	506.536	--	--	131.998	29.690
	LOA	456.140	506.536	--	--	131.998	29.690
CRÉDITOS	Suplementares		3.604	19.000	--	--	4.108
	Especiais	Abertos	--	--	--	--	--
		Reabertos	--	--	--	--	--
	Extraordinários	Abertos	--	--	--	--	--
		Reabertos	--	--	--	--	--
	Créditos Cancelados		(53.604)	(246.832)	--	(47.384)	--
Outras Operações		--	--	--	--	--	--
Total		406.140	278.706	--	--	84.613	33.798

6.7.3 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

R\$ x mil

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	417.466	446.631	588.388	511.533	--	--
	PLOA	388.648	413.360	588.138	536.228	--	--
	LOA	388.648	413.360	588.138	536.228	--	--
CRÉDITOS	Suplementares		101.105	120.317	3.604	23.108	--
	Especiais	Abertos	--	--	--	--	--
		Reabertos	--	--	--	--	--
	Extraordinários	Abertos	23.390	--	--	--	--
		Reabertos	--	--	--	--	--
	Créditos Cancelados		(5.033)	--	(100.988)	(246.832)	--
	Outras Operações		--	--	--	--	--
Total		508.110	533.677	490.754	312.504	--	--

6.7.4 - Análise crítica da programação orçamentária

Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA

A UO apresentou ao Ministério das Cidades sua Proposta Orçamentária, considerando sua efetiva capacidade de execução das ações incluídas para o exercício.

O Ministério das Cidades apresentou as disponibilidades da UO, solicitando que fosse feita readequação da Programação proposta conforme valores dispostos no PL-LOA 2009.

Posteriormente, com a aprovação da LOA, foram observadas reduções em ações de Despesas Correntes que teve grande impacto na Manutenção e Operação dos sistemas de Trens Urbanos.

A UO apresentou solicitações de crédito para a recomposição das ações e suplementação de outras ao Ministério das Cidades. Os pleitos apresentados foram viabilizados na medida das necessidades da UO.

Entende-se deste modo que a execução obteve um grau de sucesso razoável, em função das dificuldades observadas na arrecadação do Governo Federal, que é a base do orçamento da CBTU – Orçamentos Fiscal e da Seguridade – em 2009.

6.7.5 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

R\$ x mil

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	56003	15.122.0310.8785	--	--	2.270
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	56003	15.451.0310.1D73	28.168	--	--
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

ANALISE ORÇAMENTÁRIA DOS RECURSOS DESCENTRALIZADOS À CBTU PELO MINISTÉRIO DAS CIDADES.

O Ministério das Cidades descentralizou do seu orçamento para a CBTU a gestão de parcela das seguintes ações incluídas no seu Orçamento:

Ação: 15.122.0310.8785.0001 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Nacional – Fonte 0300.

O Ministério das Cidades aprovou a descentralização de parte desta dotação e concedeu, por meio de um destaque orçamentário, o valor de R\$2.320.000,00, com o objetivo de atender às despesas da CBTU relativas à gestão e coordenação das ações incluídas no PAC.

Conclusão:

O objetivo da descentralização foi plenamente atingido, com a aplicação dos recursos em despesas relativas à gestão e coordenação das ações incluídas no PAC.

Ação 15.451.0310.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento - Nacional

O Ministério das Cidades descentralizou, por meio de um destaque orçamentário, dotação no valor de R\$27.600.000,00 para a CBTU, com o objeto de elaboração de estudos e projetos de engenharia para implantação do metro leve entre São Bernardo do Campo e São Paulo

Posteriormente, foram descentralizados nesta ação, mais R\$597.850,72 para atender as despesas com as reformas das estações do Sistema de Trens Urbanos de Maceió.

Conclusão:

O objetivo da descentralização foi plenamente realizado. Foi assinado o Convênio nº 007-2009/DT. PROT. N° 21509/09, cujo OBJETO é a elaboração de estudos e projetos de engenharia para a implantação de VLT (Metrô Leve), integrado ao sistema de transporte

público de passageiros, ligando a cidade de São Bernardo do Campo à cidade de São Paulo. No valor de R\$27.600.000,00 (vinte e sete milhões e seiscentos mil reais). Prazo de execução: 01 de abril de 2010 à 31 de dezembro de 2011. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU. CONTRATADA: Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ/SP. INTERVENIENTES: o Secretário de Estado dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo: José Luiz Portella Pereira e Prefeito do Município de São Bernardo do Campo: Luiz Marinho.

Em relação aos recursos para atender as despesas com as reformas da estação de Maceió, os mesmos foram empenhados nesta atividade.

6.8 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

6.8.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

R\$ x mil

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	1.392	467	1.392	467
Tomada de Preços	10.285	11.742	10.285	11.742
Concorrência	92.378	126.459	92.378	126.459
Pregão	61.532	82.520	61.552	82.520
Concurso	--	9	--	9
Consulta	--	79	--	79
Contratações Diretas				
Dispensa	7.998	12.943	7.998	12.943
Inexigibilidade	39.042	38.487	39.042	38.487
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	340	220	278	212
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	143.332	179.169	143.169	177.133
Diárias	595	515	595	515
Outros	663.025	494.067	663.025	494.067

6.8.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

R\$ x mil

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados (*)		Valores Pagos (*)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	176.495	239.005	176.495	239.005	--	--	--	--
VENC VANTGENS FIXAS	96.509	113.353	96.509	113.353	--	--	--	--
SENTENÇAS JUDICIAIS	40.006	64.367	40.006	64.367	--	--	--	--
OBRIG. PATRONAIS	29.394	48.664	29.394	48.664	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	10.586	12.621	10.586	12.621	--	--	--	--
2 – Juros e Encargos da Dívida	17.496	10.947	17.496	10.947	--	--	--	--
JUROS SOBREA DIVIDA	16.954	10.450	16.954	10.450	--	--	--	--
OUTROS ENCARGOS	542	497	542	497	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	--	--	--	--	--	--	--	--
3- Outras Despesas Correntes	249.569	233.267	249.569	233.267	--	--	--	--
OUTROS SERV. TERC. -PJ	121.607	140.359	121.607	140.359	--	--	--	--
SENTENÇAS JUDICIAIS	56.913	37.961	56.913	37.961	--	--	--	--
INDENIZAÇÕES & RESTITUIÇÕES	23.469	--	23.469	--	--	--	--	--
MATERIAL DE CONSUMO	--	16.727	--	16.727	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	47.580	38.220	47.580	38.220	--	--	--	--

(*) Vide item 8.10 deste Relatório

6.8.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

R\$ x mil

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados (*)		Valores Pagos (*)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	352.380	286.491	352.380	286.491	--	--	--	--
OBRAS E INSTALAÇÕES	287.474	159508	287.474	159508	--	--	--	--
EQUIP & MAT. PERMAN.	64.906	77.712	64.906	77.712	--	--	--	--
AUXÍLIOS	--	49.270	--	49.270	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	--	--	--	--	--	--	--	--
5 - Inversões Financeiras	--	--	--	--	--	--	--	--
1º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	--	--	--	--	--	--	--	--
6 - Amortização da Dívida	63.336	23.991	63.336	23.991	--	--	--	--
PRINCIPAL DA DÍVIDA	63.336	23.991	63.336	23.991	--	--	--	--
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	--	--	--	--	--	--	--	--

(*) Vide item 8.10 deste Relatório

6.8.4 - Análise Orçamentária dos Créditos Originários Da UJ

A gestão orçamentária exigiu ação intensiva da CBTU objetivando recompor o Orçamento de 2009, uma vez que as dotações inicialmente aprovadas na LOA se apresentaram num nível abaixo dos valores ideais para a execução das ações.

Para as Atividades ocorreu contingenciamento orçamentário ao longo do exercício, o que gerou várias solicitações de liberação de limites orçamentários objetivando a sua execução regular. Tais liberações apenas permitiram atender às necessidades mínimas da CBTU.

Em relação às ações incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, as liberações de limite orçamentário foram atendidas de acordo com as solicitações encaminhadas ao Ministério das Cidades.

Do mesmo modo que as ações de Atividades, as ações de Investimento não incluídas no PAC também exigiram pedidos especiais de liberação de recursos da CBTU ao Ministério das Cidades para a sua disponibilização.

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Não ocorreram alterações significativas no exercício.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

A liberação irregular de recursos comprometeu a execução orçamentária.

6.9 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

6.9.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

R\$ x mil

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	489	2.813	489	2.798
Convite		598		598
Tomada de Preços	489	2.200	489	2.200
Concorrência		15		
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	15		15	
Dispensa	15		15	
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros	3.102	27.655	3.102	27.655

6.9.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

R\$ x mil

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados (*)		Valores Pagos (*)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	--	--	--	--	--	--	--	--
1º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	--	--	--	--	--	--	--	--
2 – Juros e Encargos da Dívida	--	--	--	--	--	--	--	--
1º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	--	--	--	--	--	--	--	--
3- Outras Despesas Correntes	3.404	2.260	3.404	2.260	--	--	--	--
OUTROS SERV. TERC. -PJ	2.440	2.200	2.440	2.200	--	--	--	--
SERV. DE CONSULTORIA	495	--	495	--	--	--	--	--
DIÁRIAS PES. CIVIL	--	36	--	36	--	--	--	--
PASS. DESP LOCOMOÇÃO	373	34	373	34	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	96	--	96	--	--	--	--	--

(*) Vide item 8.10 deste Relatório

6.9.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

R\$ x mil

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados (*)		Valores Pagos (*)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	205	28.198	205	28.198	--	--	--	--
AUXÍLIOS	--	27.600	--	27.600	--	--	--	--
OBRAS E INSTALAÇÕES	190	598	190	598	--	--	--	--
EQUIP & MAT. PERMANENTE	15	--	15	--	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	--	--	--	--	--	--	--	--
5 - Inversões Financeiras	--	--	--	--	--	--	--	--
1º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	--	--	--	--	--	--	--	--
6 - Amortização da Dívida	--	--	--	--	--	--	--	--
1º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	--	--	--	--	--	--	--	--

(*) Vide item 8.10 deste Relatório

6.9.4 - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Não ocorreram alterações significativas no exercício.

Contingenciamento no exercício:

Por se tratarem de recursos destinados ao PAC, e para convênios sob orientação do Ministério das Cidades, estes recursos não sofreram contingenciamento orçamentário.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Não ocorreram eventos deste tipo em relação aos recursos recebidos por DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO do Ministério das Cidades.

6.10 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1295		Denominação: Descentralização do Sistema de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros			
Dotação (R\$ mil)		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
847.683	670.807	620.335	618.832	220.444	615.832

Para as informações abaixo, ver o item 4 deste Relatório

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

6.11 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES

6.11.1 - RECIFE

Execução Orçamentária - Total

R\$mil

DESCRIÇÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	TESOURO	CONV.	TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS (1)	-	114.712		114.712
OUTROS CUSTEIOS (2)	43.524	29.111	44	72.679
INVESTIMENTOS (3)	-	49.776	38.900	88.676
TOTAL	43.524	193.599	38.944	276.067

OBS:

(1) Inclui Cumprimento Sentenças Trabalhistas e REFER

(2) Inclui Benefícios Assistenciais, Cumprimento Sentenças Cíveis, Capacitação de RH, Publicidade Utilidade Pública e Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos

(3) Inclui Adequação à Acessibilidade Universal e Reaparelhamento Administrativo

Execução Orçamentária – Projeto

Com o implemento do PAC, os projetos de eletrificação e modernização da Linha Sul, ampliação da Linha Centro (TIP/TIMBI) e recuperação da via permanente do trecho Cajueiro Seco/Cabo, que antes eram contemplados pelo Projeto BIRD, passaram a fazer parte do referido programa.

Além dos projetos acima citados, foram incluídas também a recuperação da Linha Centro e a otimização do trecho Cajueiro Seco/Cabo através da aquisição de 7 VLT, com a revitalização das estações existentes e construção de uma nova estação.

O valor desta ação no PAC foi revisado em 2008, com a aprovação de suplementação de R\$83,0 milhões, destinada a atender plenamente a modernização do trecho Cajueiro Seco/Cabo. Desta forma os recursos aprovados até então para o Programa perfazem um total de R\$392,3 milhões, elevando o valor atual do Projeto para R\$944,9 milhões, prevendo sua conclusão em 2010 e reprogramando a distribuição dos recursos, com R\$88,67 milhões para 2009 e R\$109,75 milhões para 2010 (compensando cancelamento de R\$4,55 milhões do RAP/2007).

A LOA/2009 fixou o orçamento em R\$88,7 milhões. Estes recursos forma aplicados na continuidade das desapropriações e equipamento de subestação da linha Sul e recuperação da Linha Centro (recuperação e melhorias de trens, continuação da recuperação de via permanente e de sistemas elétricos e eletrônicos), além da contratação dos serviços de projeto básico para o trecho Cajueiro Seco/Cabo.

Foi empenhado a totalidade da dotação orçamentária até o final do período, sendo que a liberação final de limite no valor de R\$12,8 milhões ocorreu em dezembro. Os recursos estão sendo aplicados em desapropriações; Terminais de Cajueiro Seco, Prazeres, Tancredo Neves, Joana Bezerra e Viaduto da 9ª Travessa; Conclusão de eletrificação; sinalização; Revisão e climatização de TUE; Aquisição de 7 VLT; Projeto básico para o trecho Cajueiro Seco Cabo e Supervisão técnica, além de recuperação da Linha Centro (recuperação e melhorias de trens, continuação da recuperação de via permanente, sistemas elétricos e eletrônicos, edificações operacionais, oficinas e equipamentos e estações com destaque para construção da Cosme e Damião).

Foram liquidados, até 31/12/2009, apenas R\$2,65 milhões e pagos R\$2,35 milhões, ficando o saldo R\$86,03 milhões inscrito em Restos a Pagar. Desta forma, a meta física para 2009 não pode ser atingida, principalmente devido a paralisação de alguns contratos e processos licitatórios, por determinação do Tribunal de Contas da União, para enquadramento aos preços SINAPI. Também se destacou o atraso na construção do Viaduto da 9ª Travessa, devido à não liberação de recursos do Estado.

A CBTU apresentou em julho/2009 sua Proposta Orçamentária para 2010, com o valor de R\$183,7 milhões, visando concluir as ações do PAC e contemplar os recursos para atender as necessidades em negociação. Devido a insuficiência de recursos, sinalizados pelos pré limites disponibilizados através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades para compor o PLOA/2010, só foi possível contemplar esta Ação, para o próximo exercício, com os R\$109,75 milhões que já estavam acordados no PAC.

As ações estão sendo desenvolvidas também com os recursos dos RAP 2006/2007 e 2008.

Do total do RAP/2008, R\$85,85 milhões, foi cancelado R\$0,13 milhão, liquidados e pagos R\$27,77 milhões até dezembro/2009, ficando ainda postergado o saldo de aproximadamente R\$57,95 milhões. O total do RAP destina-se a dar continuidade às desapropriações, sinalização da Linha Sul, Aquisição de VLT e recuperação da Linha Centro (melhorias nas edificações operacionais, via permanente e sistemas elétricos), serviços de supervisão técnica e os serviços que foram repassados para o Governo do Estado, para sua execução direta (construção de viaduto e terminais). Do RAP/2007 que ainda foi postergado para 2009, no total de R\$54,24 milhões, foi cancelado R\$0,03 milhão, liquidado R\$36,24 milhões, pago R\$36,15 milhões, ficando ainda inscritos em RAP para 2010, R\$18,05 milhões e do RAP/2006 que ainda foi postergado para 2009, no total de R\$2,5 milhões, foi cancelado R\$0,009 milhão, liquidado R\$1,02 milhão, pago R\$0,71 milhão, e postergado ainda como RAP para 2010 seu saldo de R\$1,81 milhão.

\$mil

Trecho	Aprovado Final	Disponível Final	Realizado Final
TIP-Timbi e Rodoviária – Recife-Cabo	88.686	88.686	88.686

6.11.2 - BELO HORIZONTE

Execução Orçamentária - Total

R\$mil

DESCRIÇÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	TESOURO	CONV.	TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS (1)		56.287		56.287
OUTROS CUSTEIOS (2)	39.251	20.652	37	59.940
INVESTIMENTOS (3)		21.030		21.030
TOTAL	39.251	97.969	37	137.257

OBS:

(1) Inclui Cumprimento Sentenças Trabalhistas e REFER

(2) Inclui Benefícios Assistenciais, Cumprimento Sentenças Cíveis, Capacitação de RH, Publicidade Utilidade Pública e Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos

(3) Inclui Adequação à Acessibilidade Universal e Reaparelhamento Administrativo

Execução Orçamentária – Projeto

ELDORADO-VILARINHO

Esta Ação foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo contemplada com um total de recursos de R\$21,8 milhões, específicos deste Programa. Em função de novos cancelamentos em 2009 dos RAP de 2005/2007 e 2008, num total de R\$1,23 milhão, foi negociada e aprovada na Sala de Situação dos Metrô, na Casa Civil, em novembro/2009, a recuperação destes recursos para o PAC, objetivando a conclusão do Pátio de Manobra de Vilarinho (Rabicho), para atender à parte nacional da sinalização e dar continuidade ao contrato de supervisão técnica. Este recurso já está incorporado no total acima, tendo gerado apenas um acréscimo de R\$0,48 milhão ao valor do PAC aprovado anteriormente.

A Proposta Orçamentária para 2009 previu a aplicação de R\$82,2 milhões em consonância com a negociação para ampliação do PAC. A LOA/2009 ratificou o montante de R\$66,6 milhões para aplicação na Linha 1 neste ano.

Estes recursos não fazem parte dos programados originalmente no acordo do PAC, amparando a proposta de priorização de ações na Linha 1, para atender necessidades crescentes de demandas. A aplicação destes recursos, juntamente com os fixados no PPA2008/2011, está em análise e discussão, na Sala de Situações dos Metrô, na Casa Civil. Neste contexto, foi cancelado, através de Decreto de 13/10/2009, o total de R\$60,00 milhões do valor da LOA, sinalizando, desta forma, que a proposta ainda não foi aceita. O saldo da LOA 2009, de R\$6,57 milhões, atende apenas às obras de implantação do Rabicho e o complemento de sinalização e supervisão técnica.

Foi liberado em 22/10/2009 o limite orçamentário de R\$5,33 milhões para atender a implantação do Rabicho de Vilarinho. Em 25/11/2009 foi liberado o saldo do PAC de R\$1,23 milhões, sendo R\$0,15 milhões para complemento do Pátio de Manobra, R\$0,55 milhões para complemento da sinalização e R\$0,53 milhões para supervisão técnica. Foram empenhados, até 31/12/2009, os recursos da LOA, mas não houve liquidação, ficando inscritos em RAP para 2010.

As ações estão sendo desenvolvidas até então, principalmente com os recursos dos RAP 2005/2007 e 2008. A meta para 2009 não pode ser cumprida principalmente devido a demora na contratação das obras civis e rede aérea do pátio de manobra de Vilarinho, atrasos na sinalização devido a necessidade de aditivo para fornecimentos e serviços adicionais necessários e ainda por problemas com importação de materiais sobressalentes de sinalização (Itália) e do vídeo-wall (Bélgica), que estavam previstos para 2009 e viraram o ano em processo de desembaraço alfandegário (RAP/2009).

O orçamento aprovado em 2008, com as alterações ocorridas até dezembro, totalizou R\$42,85 milhões, sendo possível somente o empenho de R\$1,8 milhão em serviços de consultoria (assistência técnica e projetos do estacionamento de Vilarinho); telecomunicações (Cartões de interface OTN – transmissão ótica) e na sua maior parcela para recuperação do recalque do solo na região da estação Calafate. O saldo do orçamento ficou impossibilitado de aplicação nesta Ação do PAC (dependia da aprovação da proposta, já em negociação na época). Do total do RAP/2008 inscrito em 2009, R\$1,6 milhão, foi cancelado R\$0,07 milhão, liquidado e pago R\$1,36 milhão até dezembro, ficando o saldo de R\$0,18 milhão inscrito em RAP para 2010. Somados aos recursos de 2008, estão sendo executados ainda os valores de RAP/2005 e RAP/2007, para complementação das programações não efetivadas nestes anos. Do RAP/2005 postergado para 2009 (R\$1,7 milhão), foi cancelado R\$0,48 milhão, liquidado e pago R\$1,09 milhão até dezembro e postergado ainda para 2010 o saldo de R\$0,14 milhão. Do RAP/2007 postergado para aplicação em 2009 (R\$2,47 milhões) foi cancelado R\$0,68 milhão, liquidado e pago R\$1,44 milhão até dezembro e postergado ainda para 2010 o saldo de R\$0,35 milhão.

A CBTU apresentou em julho/2009 ao MCid, a Proposta Orçamentária de 2010, com o valor de R\$46,8 milhões, persistindo na meta de ampliar o PAC para atender as necessidades que estão sendo negociadas. Tendo em vista a insuficiência de recursos, sinalizada pelos pré limites fixados pelo MCid, através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCid, para compor o PLOA/2010, não foi possível contemplar esta Ação com recursos para o próximo exercício. Contudo em reunião na Casa Civil, no dia 07/08/2009, ficou acertado uma revisão na distribuição dos limites, passando a contemplar esta Ação com apenas R\$1,0 milhão, mantendo-a aberta em 2010.

BARREIRO-CALAFATE

A Ação do trecho Barreiro/Calafate foi incluída na proposta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), prevendo a necessidade de aplicação de R\$167,4 milhões de 2007 até 2009, considerando um aporte inicial para 2007 no valor de R\$23,0 milhões. Não houve evolução desta Ação até então e a mesma foi excluída do PAC.

O Orçamento aprovado para o ano 2007, com as alterações ocorridas até dezembro montou em apenas R\$4,0 milhões, contemplando apenas a Ação de projetos da Linha 2. Este valor foi cancelado em dezembro e transferido para a Ação do PAC de Recife. Não foi liberado nenhum recurso para Ação de Correção e Vedação da Faixa.

A LOA/2008 contemplou a Ação de Correção e Vedação da Faixa de Domínio do Trecho Barreiro-Calafate com R\$11,6 milhões. A Ação criada em 2007 para Elaboração do Projeto da Linha 2 do STU de BH, foi contemplada apenas com R\$1,8 milhão para 2008.

Não houve nenhuma liberação de limite para empenho com os recursos do orçamento da LOA/2008.

A CBTU apresentou uma proposta orçamentária para 2009 de R\$6,3 milhões para a Ação dos projetos da Linha 2, R\$4,4 milhões para a Ação dos projetos da Linha 3 e R\$50,4 milhões para continuidade da Ação de Correção e Vedação da Faixa de domínio do Trecho Barreiro – Calafate. Observa-se que o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2009 (PL-038/2008), aprovado em 18/12/2008, não contemplou as Ações da Linha 2 e 3 e a LOA/2009, conforme aprovada pela Lei 11.897 de 31/12/2008, só aprovou recurso para Ação de Correção e Vedação da Faixa de domínio do Trecho Barreiro – Calafate, no valor de R\$50,0 milhões em RP2 (independente de PAC). Contudo, em dezembro/2009, todo o recurso desta LOA/2009 foi cancelado pelo MCid.

ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE ENGENHARIA DAS LINHAS 2 E 3 DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

A partir de julho/2007, a Ação da Linha 2 de BH - Trecho Barreiro/Calafate foi separada em duas distintas, sendo uma apenas para elaboração de projetos da Linha 2 (excluindo a execução do projeto da Linha 3), identificada como Elaboração de Projetos da Linha 2 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte – BH, e a outra para implantação da infraestrutura, identificada como Correção e Vedação da Faixa de domínio do Trecho Barreiro – Calafate, com a exclusão da elaboração dos projetos e da estação Entroncamento.

Para os anos de 2007 e 2008 foi aprovado um total de R\$5,8 milhões para a Ação de Projetos da Linha 2, sendo que não houve nenhuma liberação de limite para empenho destes recursos.

A CBTU apresentou uma proposta orçamentária para 2009 prevendo aplicação de R\$6,3 milhões para a Ação dos Projetos da Linha 2, R\$4,4 milhões para uma nova Ação específica de projetos da Linha 3 e R\$50,4 milhões para continuidade da Ação de Correção e Vedação da Faixa de domínio do Trecho Barreiro – Calafate. O Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2009 (PL-038/2008), aprovado em 18/12/2008, não contemplou as Ações da Linha 2 e 3 e na LOA/2009 só foram aprovados recursos para Ação de Correção e Vedação da Faixa de domínio do Trecho Barreiro – Calafate, no total de R\$50,0 milhões.

A CBTU encaminhou em janeiro/2009 um pedido de Crédito Especial para contemplar a Elaboração dos Projetos de Engenharia das Linhas 2 e 3, numa única Ação, com valor de R\$14,0 milhões, visando a continuidade do contrato 012/2004-DT, que já vinha desenvolvendo estes trabalhos.

Atingiu-se um avanço físico de aproximadamente 23% nos trabalhos referentes à Linha 2 e de 11% para a linha 3, até 2008. O progresso alcançado foi referente a: desenvolvimento de pesquisas de demandas, conceituação funcional e operacional do sistema, levantamentos topográficos e aerofotogramétricos, estudos hidrológicos, especificações técnicas dos sistemas fixos e estudos de lançamento de traçado básico. Contudo, o avanço físico será controlado monitorando especificamente a nova Ação (123N), baseado nas intervenções que serão desenvolvidas com os R\$14,0 milhões previstos.

Em 13/08/2009 foi publicada a Lei nº 12.018 de 12/08/2009, que abriu Crédito Especial, no valor de R\$15 milhões (RP2), destinado a elaboração dos projetos. A Portaria nº 67 de 10/11/2009, converteu este recurso para condição de RP3.

Com a sanção da lei nº 12.018, foi possível interromper a suspensão do Contrato 012-04/DT, firmado entre a CBTU e o Consórcio Enerconsult – Infra-Hamburg-Consult, e assinar o Termo de Alteração nº 02 em 24/08/2009, com o objeto de retomar a execução e vigência do contrato.

Em 19/08/2009 foi liberado o Limite para Empenho, no valor total do crédito disponível. Em 14/09/2009 foi formalizado o cancelamento de R\$1,0 milhão, para regularizar o pedido do Crédito e foram empenhados R\$14,0 milhões até 31/12/2009.

Não foram contemplados recursos para a Ação de Projetos das Linhas 2 e 3 na Proposta Orçamentária da CBTU para 2010.

R\$mil

Trecho	Aprovado Final	Disponível Final	Realizado Final
ELDORADO – VILARINHO	6.571	6.571	6.554
Calafate – Barreiro	-	-	-
Projeto Linhas 2 e 3	14.000	14.000	14.000
TOTAL	20.571	20.571	20.571

A ação de Calafate – Barreiro contou com orçamento aprovado de R\$50,0 milhões, tendo sido totalmente cancelados durante o exercício.

6.11.3 - SALVADOR

Execução Orçamentária - Total

R\$mil

DESCRIÇÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	TESOURO	TOTAL
OBRIGAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA (1)	-	-	-
OUTROS CUSTEIOS (2)	-	654	654
INVESTIMENTOS	-	21.153	21.153
TOTAL	-	21.807	21.807

OBS:

(1) Inclui Pessoal/Encargos, Benefícios Assistenciais, Cumprimento Sentenças Trabalhistas

(2) Cumprimento Sentenças Cíveis e Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos

Execução Orçamentária – Projeto

Lapa – Pirajá

A Proposta Orçamentária para 2009, apresentada pela CBTU, indicou as necessidades para aplicação de R\$101,4 milhões, em consonância com a programação do PAC. A LOA/2009 ratificou o montante de R\$91,2 milhões para aplicação na obra do Metrô em 2009, impondo um corte de aproximadamente R\$10 milhões. Foram cancelados R\$50,00 milhões do valor da LOA/2009, em 13/10/2009, e mais R\$20,00 milhões do valor da LOA/2009, em 30/12/2009, ficando seu valor ajustado para R\$21,2 milhões. Estes recursos foram totalmente empenhados e inscritos em RAP. Os recursos perdidos da programação do PAC deverão ser recuperados a partir de 2010 e em consonância com o andamento das obras.

Até 31/12/2009, não houve necessidade de transferência de recursos do orçamento de 2009, o que é justificado pelo saldo existente de Restos a Pagar e pelo ritmo das obras abaixo da expectativa. As ações estão sendo desenvolvidas com os recursos dos RAP de 2006/2007, estes já transferidos, e de 2008. O acompanhamento e controle do andamento do Projeto estão sendo realizados com base no cronograma de obras e imposições do processo de aprovação de prestação de contas e possibilidades de liberação de parcelas de novos recursos do convênio, bem como nos impedimentos às transferências, impostos pela Instrução Normativa nº 01/97 da STN.

A CBTU apresentou em julho/2009 a Proposta Orçamentária de 2010, com o valor de R\$233,09 milhões, visando dar continuidade à ação. Devido a insuficiência de recursos, sinalizados pelos pré limites disponibilizados, através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades, para compor o PLOA/2010, só foi possível contemplar esta Ação com R\$44,4 milhões para o próximo exercício. A LOA/2010 foi aprovada no Congresso Nacional em 22/12/2009, com substitutivo que reduz o valor do PLOA/2010 para R\$37,7 milhões.

Com essa previsão, mais a redução dos valores do orçamento de 2009, caso a obra retome o ritmo de implantação, certamente haverá falta de recursos para o prosseguimento das obras no exercício, frustrando as expectativas de operação de parte do sistema em 2010.

A LOA/2008 aprovou R\$108,2 milhões para desenvolvimento no exercício de 2008. O total dos recursos aprovado foi empenhado, sem liquidação no ano, devido ao emprego dos RAP anteriores e a reduzida velocidade de implantação da obra pela CTS, ficando o recurso totalmente inscrito em Restos a Pagar em 2009 (RAP/2008). Foi transferida uma única parcela deste RAP, em 2009, referente à 2ª parcela do convênio 06-2007/DT para a CTS, no valor de R\$46,18 milhões em maio/2009 e seu saldo (R\$62,02 milhões) será postergado para RAP ainda em 2010. Devido a apresentação das faturas pelos contratados com baixos valores de medições, a prestação de contas dos recursos transferidos está sendo postergada, implicando

na não liberação de novos recursos. Esta situação vem sendo consequência das retenções determinadas pelo TCU, principalmente no contrato SA-01, que tem seu faturamento retido em 100% do valor apresentado.

Estes recursos destinam-se principalmente à conclusão do trecho Lapa/Acesso Norte, para permitir a operação comercial do sistema, nesse trecho, em julho/2010 e na continuidade da implantação dos 6 km finais do trecho Acesso Norte/Pirajá, com desapropriações, sem data definida para ser retomada, continuidade das obras das estações e serviços de gerenciamento e supervisão técnica. São objeto ainda do Projeto do trecho prioritário, a construção do pátio auxiliar de manutenção de trens, PAM, realização dos testes de recebimento dos TUE fornecidos pelo Estado, início do fornecimento e montagem dos sistemas de energia, rede aérea, telecomunicação e sinalização, bem como a conclusão dos estudos para licitação da concessão da operação do sistema do metrô.

Calçada – Paripe

Esta Ação foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de janeiro/2007, sendo contemplada com R\$30,3 milhões (União), específicos deste Programa, já totalmente disponibilizados pelo governo até 2008. Estes recursos do PAC perfazem, juntamente com o orçamento aplicado até 2006, um total para concluir o empreendimento no valor de R\$68,7 milhões.

O Orçamento aprovado para o ano 2008, com as alterações ocorridas até dezembro totalizou R\$16,9 milhões. Os recursos foram empenhados até o final do exercício, e não houve liquidação no ano, uma vez que não teve demanda dos mesmos pelo Projeto, devido ao emprego dos RAP anteriores e a reduzida velocidade de implantação da obra pela CTS, ficando totalmente inscritos em Restos a Pagar em 2009 (RAP/2008). Não foi transferida nenhuma parcela desta LOA para a CTS. Desta forma este RAP/2008 continuará postergado para 2010, só influenciando no avanço físico desta Ação, nesta ocasião. Estes recursos, referentes às duas últimas parcelas do PAC, destinam-se principalmente à conclusão da modernização do trecho Calçada/Paripe, com a finalização dos serviços e fornecimentos, com intervenções na via permanente (substituição de dormentes, trilhos, fixações e melhoramento de drenagem), recuperação e adequação das estações restantes, material rodante com a recuperação de mais 3 TUE, recuperação dos sistemas de energia e rede aérea (com intervenções em pontos críticos e melhoria do sistema de licenciamento de trens) e substituição da ponte São João.

Foi assinado em 13/04/2009 o TA 01 ao Convênio 05-2007, alterando o Plano de Trabalho e prorrogando o prazo para aplicação do RAP/2008 até 31/12/2010. Em 05/09/2009 foi assinado o TA nº 2 ao mesmo convênio, mantendo a mesma data de vigência e alterando o Plano de Trabalho, visando a execução da recuperação da infra estrutura da ponte São João.

As ações estão sendo desenvolvidas com os recursos remanescentes dos RAP 2005 e 2007, já totalmente transferidos para CTS até dezembro/2008, influenciando no avanço físico desta Ação ainda em 2009.

Foi aprovada em dezembro/2009 a Prestação de Contas Parcial referente à 2ª parcela dos recursos transferidos do Convênio 010/2005/DT.

O baixo desempenho do Projeto foi devido aos fatos citados abaixo e que contribuíram para a frustração da meta de 2009:

- Necessidade de aprofundamento dos estudos de estabilidade da meso e infra estrutura da ponte São João, com o objetivo de se determinar uma solução técnica adequada e segura, comprometida com os custos estimados para recuperação da ponte, o que paralisou os serviços;
- Redução significativa dos serviços que deveriam ser realizados pela contratada pela recuperação do sistema, nos meses de novembro e dezembro de 2008 e de janeiro a junho de 2009, por decisão unilateral da mesma, sob alegação da necessidade de realinhamento de

preços do contrato e falta de definição quanto ao projeto de recuperação da infra e meso estruturas da ponte São João. No entanto, a CTS e a contratada ainda não formalizaram um entendimento, para que seja possível submeter uma proposição para aprovação pela CBTU;

- Não houve problema de recursos financeiros para o Projeto nos exercícios de 2008 e 2009 (aplicação dos RAP). Há, no entanto uma previsão da CTS de que serão necessários aproximadamente mais R\$25,0 milhões para complementar as obras. Estes recursos não estão previstos nos convênios assinados, devendo ser identificadas, pela CTS, as fontes para ampará-los.

- Devido a insuficiência de recursos, sinalizados pelos pré limites disponibilizados através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades para compor o PLOA/2010, não foi possível atender esta Ação com nenhum recurso para o próximo exercício. Na etapa de tramitação do PLOA foi efetuada uma revisão na distribuição dos limites, contemplando-se esta Ação com apenas R\$1,0 milhão, mantendo-a aberta em 2010.

- A LOA/2010 foi aprovada no Congresso Nacional em 22/12/2009, sem substitutivo, preservando este valor apresentado no PLOA/2010, porém deverá ser aguardado o prazo para ser sancionada pelo Presidente da República. Estes recursos previstos não serão suficientes nem para a conclusão da recuperação da ponte São João.

R\$mil

Trecho	Aprovado Final	Disponível Final	Realizado Final
LAPA – PIRAJÁ	21.153	21.153	21.153
Calçada - Paripe			
TOTAL	21.153	21.153	21.153

6.11.4 - FORTALEZA

Execução Orçamentária - Total

R\$mil

DESCRIÇÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	TESOURO	TOTAL
OBRIGAÇÕES TRANSFERÊNCIA (1)	-	11.006	11.006
OUTROS CUSTEIOS (2)	-	576	576
INVESTIMENTOS	-	42.881	42.881
TOTAL	-	54.463	54.463

OBS.:

(1) Inclui Pessoal/Encargos, Benefícios Assistenciais, Cumprimento Sentenças Trabalhistas

(2) Cumprimento Sentenças Cíveis e Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos

Execução Orçamentária – Projeto

APOIO À IMPLANTAÇÃO DO TRECHO SUL - VILA DAS FLORES - JOÃO FELIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA

Esta Ação foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de janeiro/2007, sendo contemplada com R\$572,8 milhões (União) e R\$180,8 milhões (Estado), específicos deste Programa, restando um saldo de R\$401,7 milhões (União) e R\$131,8 milhões (Estado) para serem aplicados até 2010.

Estes recursos do PAC perfazem, juntamente com o orçamento liberado até 2006, um total previsto para todo o empreendimento no valor de R\$1.447,0 milhões, dos quais R\$265,5 milhões são de contrapartida do Estado do Ceará, sendo que R\$133,6 milhões já foram aportados até 2008.

O Projeto de Fortaleza Linha Sul foi contemplado no PPA/2008-2011 (Lei 11.653), com R\$50 milhões superior ao programado para o ano de 2008 e, com relação ao valor total do empreendimento, não considerou a suplementação de R\$79,2 milhões, aprovada para a Ação em 2007. Desta forma, com a aprovação do valor na LOA/2009 inferior ao previsto e a necessidade de inclusão dos recursos suplementares aprovados, viabilizando sua conclusão em 2010, o PPA 2008/2011 precisa ser revisado, com base no cronograma atual firmado no PAC.

Dentro deste contexto de valores, será necessária a recuperação de mais R\$1,2 milhão cancelados do RAP/2005 em 2007 devido a variação cambial e de R\$4,67 milhões devolvidos pelo METROFOR por ocasião do fechamento das contas do Acordo de Empréstimo com o JBIC.

O orçamento aprovado na LOA 2009 foi de R\$100,5 milhões, inferior em R\$101,8 milhões ao programado originalmente para este ano. Conforme Decreto de 10/06/2009, foram cancelados R\$7,20 milhões e em 15/07/2009, houve outro cancelamento no valor de R\$20,35, passando a totalizar R\$72,9 milhões para aplicação em 2009. Em dezembro/09, ocorreram mais dois cancelamentos de R\$10,05 milhões, em 15/12, e de R\$20,00 milhões, em 20/12. O orçamento de 2009 passou a contar, então, com apenas R\$42,88 milhões.

Estes recursos foram liberados pelo MCid em dezembro/2010, e totalmente empenhados, mas não liquidados ou transferidos para o METROFOR, ficando inscritos em Restos a Pagar em 2010.

A CBTU apresentou, em julho/2009, a Proposta Orçamentária para 2010, com o valor de R\$301,28 milhões, visando dar continuidade às ações do PAC, sendo que devido a insuficiência de recursos, sinalizados pelos pré limites disponibilizados por meio do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades, para compor o PLOA/2010, só foi possível contemplar esta Ação com R\$57,3 milhões para o próximo exercício. A LOA/2010 foi aprovada

no Congresso Nacional em 22/12/2009, com substitutivo que reduz o valor do PLOA/2010 para R\$48,84 milhões..

Os recursos transferidos no exercício, no valor de R\$102,49 milhões, referem-se à recursos dos RAP de 2007 e de 2008.

A LOA/2008, com as alterações ocorridas até o final do exercício, aprovou R\$104,2 milhões para desenvolvimento no exercício de 2008. O total dos recursos aprovados foi empenhado até o final do exercício, não tendo havido liquidação no ano, devido ao grande volume de execução dos RAP e a procedimentos que restringem o repasse de recursos por depender de prestação de contas pelo METROFOR e do aporte da contrapartida do Estado. Foram inscrito em Restos a Pagar. Estes recursos destinam-se, principalmente, à continuidade dos serviços e fornecimentos de obras civis, material rodante, sistemas fixos, integração de sistemas, projetos, remanejamento de interferências, desapropriações e administração. Em 15/06/2009, foi encaminhada ao METROFOR a 5ª Remessa de recursos, no valor de R\$44,39 milhões, que utilizou o saldo do RAP 2007 (R\$28,58 milhões) e R\$15,81 milhões do RAP 2008. Em 18/09/2009 foi encaminhada a 6ª Remessa, no valor de R\$58,10 milhões, utilizando parte dos recursos do RAP 2008, restando ainda um saldo de R\$30,25 milhões destes recursos, que será postergado também para aplicação em 2010.

No decorrer de 2008, a CBTU negou pleito do METROFOR para prorrogação de prazo e ampliação de 38% no valor do contrato 014/METROFOR/98, sendo que tinham sido assinados, anteriormente (entre 1999 e 2006), aditivos de 52% do valor original do Contrato. Foi aprovada somente a prorrogação do prazo de vigência, através do Termo Aditivo 10, para as Obras Civis (com replanilhamento dos serviços), Sistemas Fixos e Material Rodante. A CBTU não reconheceu os três últimos Termos Aditivos, o que dificultou o repasse de recursos. Foram realizadas audiências com o TCU e o MPF/CE. Este último se manifestou favorável às soluções adotadas quanto aos Termos Aditivos 09 e 10, evitando paralisação da obra e considerando o resguardo de danos ao Erário. A CBTU liberou, então, o pagamento da 5ª Remessa de recursos ao METROFOR.

Em 23/12/2008, foi assinado o TA-11, que complementa todos os serviços previstos no TA-06 e não consolidados, em junho/2007, por questões orçamentárias.

O total repassado até dezembro/2009, referente ao PPI/PAC, foi de R\$304,81 milhões correspondendo a 06 remessas, conforme Cronograma estabelecido no TA-03 ao Convênio 007-2005/DT. Cabe ressaltar que o METROFOR devolveu à CBTU o montante de R\$4,67 milhões do RAP/2005, por ocasião do fechamento das contas do Acordo de Empréstimo com o JBIC. Assim sendo, o METROFOR recebeu efetivamente, R\$300,14 milhões referentes às remessas.

De recursos do Estado do Ceará, até dezembro/2009, foram repassados e aplicados R\$59,59 milhões.

APOIO À MODERNIZAÇÃO DO TRECHO OESTE - JOÃO FELIPE/CAUCAIA DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTELEZA

O PAC não previu recursos da União, para esta Ação na LOA/2009 e nem no PPA 2008/2011, a partir de 2009. A obra vem sendo realizada com os recursos do Orçamento de 2006, em parte inscrito em 2009 como RAP. Estava previsto também o desenvolvimento de ações com os RAP de 2007 e 2008, não tendo sido transferida, até dezembro/2009, nenhuma parcela destes recursos.

A LOA/2008 aprovou R\$20,0 milhões para desenvolvimento do Projeto, no exercício de 2008. O total dos recursos aprovados foi empenhado até o final do exercício, e não houve liquidação no ano, uma vez que não teve demanda dos mesmos pelo Projeto, devido ao grande volume de execução dos RAP e de procedimentos que restringem o repasse de recursos por depender de prestação de contas pelo METROFOR e do aporte da contrapartida do Estado, ficando totalmente inscrito em Restos a Pagar em 2009 (RAP/2008), quando poderia implementar algum avanço físico a partir desta data, o que não ocorreu. Não houve liquidação destes

recursos, até dezembro/2009, não tendo sido transferida nenhuma parcela desta LOA para o METROFOR. Estes recursos destinavam-se, principalmente, para concluir os serviços e fornecimentos de obras civis, viaduto rodoviário, material rodante, sistemas fixos, bilhetagem eletrônica, projetos, desapropriações e administração.

Em janeiro/2009, o METROFOR tinha disponível o saldo do RAP de 2006 – R\$11,1 milhões. Em junho/2009, foi transferida a 5ª remessa no valor de R\$8,88 milhões, restando ainda um saldo de R\$2,25 milhões de recursos referente a este RAP. Do RAP/2007 no valor de R\$10,0 milhões, também não houve liquidação/transferência para Fortaleza, até dezembro/2009. Desta forma, ainda serão postergados para 2010, R\$2,25 milhões do RAP/2006 e o total dos orçamentos 2007e 2008 no valor de R\$30,0 milhões, contribuindo com a frustração da meta de 2009 e podendo incrementar avanço físico apenas em 2010.

O total repassado da parcela da União (com financiamento do BIRD), até dezembro/2009, referente ao PPI/PAC, totaliza R\$37,75 milhões, correspondente a 53,92% dos R\$70,0 milhões previstos, restando um saldo a ser repassado de R\$32,25 milhões.

O total repassado e aplicado da contrapartida do Estado, até dezembro/2009, totaliza R\$12,81 milhões.

O METROFOR informa que haverá necessidade de recursos suplementares, aos já estabelecidos no PAC, na ordem de R\$8,4 milhões para viabilizar a conclusão da integralidade do Projeto. Estes recursos não estão previstos nos Convênios assinados, devendo ser identificadas as fontes para ampará-los. A solicitação destes recursos foi encaminhada ao Ministério das Cidades, após análise e aprovação técnica da gestão e fiscalização do Convênio 008-2005/DT. Em reunião realizada na sede do Ministério Público Federal, no dia 19/10/2009, para acompanhamento da execução das obras de Remodelação da Linha Oeste do Metrô de Fortaleza, o Presidente do METROFOR concordou com a solução apresentada e informou que iria solicitar recursos do Governo do Estado do Ceará no valor de R\$8,4 milhões como suplementação orçamentária para cobrir os custos da conclusão das obras de recuperação e Melhorias da Linha Oeste, desde que a CBTU consiga o valor correspondente a R\$11,0 milhões para pagamento de despesas de custeio operacional com o efetivo transferido para o METROFOR, para o exercício de 2011.

Devido a insuficiência de recursos, sinalizados pelos pré limites fixados pelo MCid, por meio do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades, para compor o PLOA/2010, não foi possível atender esta Ação com nenhum recurso para o próximo exercício. Contudo em reunião na Casa Civil, no dia 07/08/2009, ficou acertado uma revisão na distribuição dos limites, passando a contemplar esta Ação com apenas R\$1,0 milhão, mantendo-a aberta em 2010.

A LOA/2010 foi aprovada no Congresso Nacional em 22/12/2009, sem substitutivo, preservando este valor apresentado no PLOA/2010.

R\$mil

Trecho	Aprovado Final	Disponível Final	Realizado Final
VILA DAS FLORES – JOÃO FELIPE - TRECHO SUL	42.881	42.881	42.881
João Felipe – Caucaia - Trecho Oeste	-	-	-
TOTAL	42.881	42.881	42.881

6.11.5 - RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL

R\$mil

DESCRIÇÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	TESOURO	CONVÊNIO	TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS (1)	-	5.567	-	5.567
OUTROS CUSTEIOS (2)	4.182	2.324	2	6.508
INVESTIMENTOS (3)	20	2.559	-	2.579
TOTAL	4.202	10.450	2	14.634

OBS.:

(1) Inclui Sentenças Trabalhistas e REFER

(2) Inclui Benefícios Assistenciais, Sentenças Cíveis, Pensões, Capacitação e Publicidade Pública.

(3) Inclui Adequação à Acessibilidade Universal e Reaparelhamento Administrativo

Execução Orçamentária

A LOA/2009 fixou o orçamento deste ano em R\$4,5 milhões. Destinaram-se originalmente, principalmente a continuidade da recuperação de mais pontos críticos da Via Permanente, com aquisição de materiais e a recuperação do material rodante com aquisição de materiais/equipamentos para locomotivas e reforma de motores de tração, além de dar continuidade às intervenções de recuperação e sinalização de passagens de nível (PN) e de recuperação das estações e prédios operacionais.

Em 29/12/2009 foi liberado através da Lei n.º 12.181, um Crédito Suplementar ao orçamento no valor de R\$2,0 milhões, elevando o valor final da LOA para R\$6,5 milhões.

Só foi possível a utilização de R\$2,5 milhões até o final do período, aplicados em recuperação de estações e posto de abastecimento (este já concluído), aquisição de peças para locomotivas, incluindo motores de tração, recuperação de carros de passageiros (aditivo contratual), recuperação de muro de contenção e recuperação e modernização de passagens de nível (PN). Este limite foi totalmente empenhado até 31/12/2009, dos quais foi liquidado e pago R\$0,27 milhão, ficando o saldo R\$2,23 milhões inscritos em Restos a Pagar em 2010. Desta forma, devido à falta de regularidade na liberação do orçamento e o baixo rendimento da execução do mesmo, a meta física para 2009 não pode ser atingida.

As ações foram desenvolvidas também com os recursos dos RAP 2007/2008, com mais influência no avanço físico pelos recursos do RAP/2008.

O total do RAP/2008, inscrito em 2009, de R\$1,8 milhão, foi liquidado e pago até dezembro/2009. Destinou-se principalmente à continuidade no fornecimento de materiais para recuperação de parte dos pontos críticos da via permanente e na recuperação de PN; aquisição de veículo para apoio da recuperação da VP; recuperação de locomotivas/motores de tração; recuperação de estações e recuperação de oficina. Do RAP/2007 que ainda foi postergado para 2009, no total de R\$0,87 milhão, foi cancelado R\$0,13 milhão, liquidado e pago R\$0,4 milhão até 31/12/2009, ficando o saldo de R\$0,33 milhão inscrito como RAP em 2010.

A CBTU apresentou em julho/2009, a Proposta Orçamentária para 2010, com o valor de R\$20,7 milhões para atender a continuidade da recuperação adequada do sistema. Devido a inclusão de Natal como cidade sede para Copa 2014, apresentou também, como alternativa, uma proposta no valor de R\$22,98 milhões para iniciar a implantação do Projeto de Modernização do Sistema com a implantação do VLT, visando melhorar o transporte na região metropolitana até 2014. Devido a insuficiência dos recursos disponibilizados através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades, para compor o PLOA/2010, só foi possível

contemplar a Ação existente, de Recuperação do Sistema com valor reduzido de R\$2,0 milhões.

A LOA/2010 foi aprovada no Congresso Nacional em 22/12/2009, sem substitutivo, preservando o valor o valor do PLOA/2010.

6.11.6 - RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

R\$mil

DESCRIÇÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	TESOURO	CONVÊNIO	TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS (1)	-	4.527	-	4.527
OUTROS CUSTEIOS (2)	4.046	2.572	3	6.621
INVESTIMENTOS (3)	282	5.332	-	5.614
TOTAL	4.328	12.430	3	16.762

OBS:

(1) Inclui Sentenças Trabalhistas e REFER

(2) Inclui Benefícios Assistenciais, Sentenças Cíveis, Pensões, Capacitação e Publicidade Pública

(3) Inclui Adequação à Acessibilidade Universal e Reaparelhamento Administrativo

Execução Orçamentária

A LOA/2009 fixou o orçamento em R\$4,0 milhões. Destinaram-se originalmente a continuidade da recuperação do material rodante, principalmente dos carros de passageiros (recuperação de 8 truques) e de locomotivas (recuperação de 2 truques e aquisição de sobressalentes), além de dar continuidade às intervenções de recuperação da Via Permanente, pontes e bueiros, com aquisição de dormentes, fixações e britas para lastro.

Em 29/12/2009 foi liberado através da Lei n.º 12.181, um Crédito Suplementar ao orçamento no valor de R\$2,0 milhões, elevando o valor final da LOA para R\$6,0 milhões.

Foram empenhados R\$5,33 milhões até o final do período, aplicados em recuperação de muro de vedação/contenção para proteção da via, com recomposição de aterro e bueiros; aquisição de dormentes de concreto e brita para lastro e equipamentos de oficina para recuperação de material rodante; em edificações para amparar a conclusão de pendências da estação ferroviária Jardim Manguinhos e ampliação de galpão de oficina; recuperação da via permanente e sinalização de PN; recuperação de locomotivas e de pontes. Parte deste valor, R\$0,32 milhão, foi liberado em 25/05/2009 exclusivamente para atender obras emergenciais que não estavam previstas no Plano de Ação. Foi liquidado até 31/12/2009, do total da LOA, apenas R\$0,49 milhão e pago R\$0,47 milhão, ficando o saldo R\$4,86 milhões postergado para utilização em 2010 como RAP/2009, podendo contribuir com o avanço físico apenas neste ano. Desta forma, a meta física para 2009 não pode ser atingida, devido basicamente à falta de regularidade na liberação do orçamento, e o baixo rendimento da execução do mesmo, visto que a maioria do limite orçamentário foi liberada no final do ano.

As ações foram desenvolvidas também com recursos de RAP, basicamente com o de 2008.

O total do RAP/2008, R\$0,74 milhão, foi liquidado e pago. Destinou-se principalmente a dar continuidade no fornecimento de materiais para recuperação da via permanente (dormentes de concreto e brita para lastro) e na recuperação de estações. O RAP/2007 inscrito em 2009, no total de R\$3,0 mil, também foi liquidado e pago na sua totalidade.

A CBTU apresentou em julho/2009, a Proposta Orçamentária de 2010, com o valor de R\$14,6 milhões para atender as necessidades de uma recuperação adequada do sistema. Devido a insuficiência de recursos disponibilizados através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades, para compor o PLOA/2010, só foi possível contemplar esta Ação com R\$2,0 milhões para o próximo exercício.

A LOA/2010 foi aprovada no Congresso Nacional em 22/12/2009, com substitutivo que reduz o valor do PLOA/2010 para R\$1,0 milhão.

6.11.7 - RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

R\$mil

DESCRIÇÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	TESOURO	CONVÊNIO	TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS (1)	-	6.362	-	6.362
OUTROS CUSTEIOS (2)	5.118	4.289	5	9.412
INVESTIMENTOS (3)	135	51.366	-	51.502
TOTAL	5.253	62.017	5	67.276

OBS.:

(1) Inclui Sentenças Trabalhistas e REFER

(2) Inclui Benefícios Assistenciais, Sentenças Cíveis, Pensões, Capacitação e Publicidade Pública

(3) Inclui Adequação à Acessibilidade Universal e Reaparelhamento Administrativo

Execução Orçamentária

Da mesma forma, como ocorreu com Natal e João Pessoa, no PPA/2008-2011 (Lei 11.653) aprovado em 7/04/2008 (até o momento não houve revisão do PPA), o sistema de Maceió só foi contemplado com a continuidade da Ação de Recuperação, tendo sido negada, na ocasião, a proposta de inclusão da Ação de Modernização do Sistema, que viria substituir a anterior, em andamento. Neste contexto, a CBTU apresentou em julho/2008, a Proposta Orçamentária para 2009, indicando as justificativas para aplicação de R\$23,6 milhões para continuidade da recuperação do sistema, baseado no escopo do Programa de Recuperação.

A CBTU, os poderes locais e o MCid empreenderam ações com o objetivo de implantar o Projeto de Modernização, mais abrangente e indicado, visando tornar o sistema de trens de passageiros estruturador de um novo plano de transportes para a região urbana, tornando-o mais eficiente e aproveitando sua potencialidade de transporte de massa. A proposta da modernização, feita em parceria com os órgãos locais de planejamento de transportes prevê a operação com Veículos Leves Sobre Trilhos (VLT), de menor custo operacional, podendo ser fabricado pela indústria brasileira.

A Lei Orçamentária Anual – LOA/2009 contemplou R\$60,2 milhões para o sistema de Maceió, objetivando iniciar em 2009 a modernização do sistema. Estes recursos, conforme Plano de Ação da unidade gestora, destinaram-se originalmente, à aquisição dos VLT e equipamentos de oficina para manutenção de material rodante; recuperação dos 32 Km de via permanente (com aquisição de brita, dormentes de concreto e fixações, AMV, soldas aluminotérmicas, transporte de trilhos e execução de muretas de contenção de lastro); obras civis (com construção de PN, recuperação de 10 estações e construção de 2 novas, construção de 7 desvios ferroviários, contenção de encostas/drenagem e recuperação de ponte) e serviços de consultoria (gerenciamento, projetos e fiscalização).

Foram cancelados, através do Decreto de 11/08/2009, R\$28,2 milhões do Orçamento de 2009, e em 29/12/2009 foi liberado através da Lei n.º 12.181, um Crédito Suplementar a este orçamento no valor de R\$19,0 milhões, passando a LOA/2009 a totalizar R\$51,0 milhões.

Os recursos foram empenhados praticamente na sua totalidade até o final do período, para serem aplicados no contrato de aquisição de VLT (R\$44,7 milhões) e o saldo em serviços de reconstrução de três pontilhões, valetas de proteção e muros de contenção da via permanente entre os km 333 e 334 (já concluído); construção de bueiros; elaboração de projetos básicos; retirada e transporte do material de via do antigo VLT de Campinas até Maceió (já concluído); aquisição de dormentes de concreto, talas de junção e brita para lastro; recuperação de estações, além de remodelação da via permanente na região da Feira dos Passarinhos, possibilitando seu remanejamento. Parte deste valor, R\$0,48 milhão, foi liberado em 29/05/2009 e R\$0,16 milhão em 15/07/2009, exclusivamente para atender obras emergenciais,

que não estavam previstas no Plano de Ação. Foi liquidado e pago até 31/12/2009, do total desta LOA, apenas R\$1,6 milhão, ficando o saldo de R\$49,4 milhões inscrito em restos a pagar para 2010, podendo contribuir com o avanço físico apenas neste ano. Desta forma, a meta física para 2009 não pode ser atingida, devido basicamente à falta de regularidade na liberação do orçamento, e o baixo rendimento da execução do mesmo, visto que a maioria do limite orçamentário foi liberada no final do ano.

Os avanços físicos foram revisados, tanto no acumulado até 2008, como na meta para 2009, devido à redução da capacidade de execução orçamentária para este exercício (não se considerando o crédito aprovado no final de dezembro e a atualização do valor do projeto para implantação do VLT, que necessita de suplementação de R\$30,46 milhões, elevando o custo da Ação como um todo para R\$189,95 milhões, considerando os valores já disponibilizados até 2008, quando ainda das ações de recuperação). O custo para implantação do sistema VLT está estimado em R\$171,82 milhões.

As ações foram desenvolvidas também com recursos dos RAP 2007 e 2008.

Do total do RAP/2008, inscrito em 2009, R\$0,46 milhão, foi cancelado R\$0,06 milhão, liquidado e pago R\$0,34 milhão até 31/12/2009 e o saldo R\$0,06 milhão foi inscrito em restos a pagar para 2010. O total do RAP destinou-se principalmente a dar continuidade na aquisição de materiais e dos serviços de recuperação de via permanente, revisão de locomotivas e melhorias nas edificações operacionais. O RAP/2006 no valor de R\$0,03 milhão foi totalmente cancelado, e do RAP/2007 que ainda foi postergado para 2009, no total de R\$0,02 milhão, não houve liquidação até dezembro/2009 e também será cancelado pela STU/MAC.

A CBTU apresentou em julho/2009 a Proposta Orçamentária de 2010, com o valor de R\$111,55 milhões para dar continuidade à modernização do sistema com a implantação do VLT. Devido a insuficiência de recursos, sinalizada pelos pré limites disponibilizados através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades, para compor o PLOA/2010, só foi possível contemplar esta Ação com R\$17,35 milhões para o próximo exercício.

A LOA/2010 foi aprovada no Congresso Nacional em 22/12/2009, com substitutivo contemplando a Ação, ainda como “Recuperação”, porém com o valor acrescido para R\$45,12 milhões.

6.11.8 - LINHA 2 (VERDE) – VILA MADALENA-ORATÓRIO/TATUAPÉ COM A IMPLANTAÇÃO DO TRECHO ALTO DO IPIRANGA – VILA PRUDENTE

Execução Orçamentária

Esta Ação iniciou-se em 27 de dezembro de 2007, quando foram descentralizados R\$270,00 milhões do orçamento do Ministério das Cidades, através de Destaque em favor da Unidade Gestora da CBTU, com o objetivo de apoiar o Projeto de implantação da Linha 2 do Metrô de São Paulo, na cidade de São Paulo/SP.

A CBTU ficou com a atribuição de gerenciar, controlar e fiscalizar a aplicação adequada do recurso. Para tal, foi assinado, em 28/12/2007, o convênio 008-2007/DT, entre a CBTU e a Companhia do Metropolitano de São Paulo S/A – METRÔ, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM.

O recurso aprovado foi liberado em 27/12/2007, empenhado na sua totalidade até o final do exercício e foi repassado para 2008, como recursos inscritos em Restos a Pagar.

No decorrer de 2008, foram transferidas para o Metrô de São Paulo, duas parcelas do RAP/2007, no total de R\$229,5 milhões, ficando a terceira parcela para ser transferida em 2009.

Foi assinado em 23/12/2008 o Termo Aditivo – TA-01 ao convênio 008-2007/DT, viabilizando as adequações do cronograma de execução do plano de trabalho. A CBTU recebeu a Prestação de Contas Parcial 01, que foi aprovada, após análise pelas áreas técnica e administrativa, pelo Presidente da CBTU (ordenador de despesas). A assinatura do TA-02, que altera o plano de trabalho e prorroga o prazo por mais 3 meses, ocorreu em 21/08/2009. A última remessa de recursos, no valor de R\$40,5 milhões, só foi realizada em 02/09/2009.

Foi emitido em 30/11/2009 o TA-03, que formaliza a prorrogação do prazo de execução das atividades do Convênio, motivada pelo atraso na remessa da terceira e última parcela em relação ao cronograma de desembolso.

Em 30/10/2009, foi encaminhada a Prestação de Contas Parcial 02, que foi aprovada pela CBTU.

Em 31/12/2009 venceu o prazo de vigência do Convênio com todos os serviços previstos realizados e a totalidade dos recursos da União e do Estado utilizados. Também foram utilizados, com a autorização da CBTU, os recursos dos rendimentos obtidos com as aplicações financeiras realizadas no decorrer do Convênio.

Encontra-se em fase de preparação pelo Conveniente a Prestação de Contas Final do Convênio em questão.

PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE

6.11.9 - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE RECIFE À ACESSIBILIDADE

Execução Orçamentária

A Ação foi implantada para atender o Decreto 5.296, de 2004, para adequação das instalações dos sistemas de trens urbanos da CBTU à acessibilidade universal.

A Proposta do Programa de Acessibilidade da CBTU, elaborada em março/2007, previu para esta unidade um total de R\$29,5 milhões, a serem aplicados a partir de 2007 e terminando após 2011. Não houve liberação de recursos específicos para atender o Programa em 2007. A Ação foi incluída no PPA/2008/2011 e teve a primeira liberação de recursos aprovada na LOA/2008. A proposta previu, na ocasião, a aplicação de R\$6,8 milhões para o período de 2007 a 2009 tendo sido aprovado um total de R\$4,7 milhões para desenvolvimento das intervenções nos anos de 2008 e 2009.

O Programa está sendo revisado, visando atender novas demandas e quanto a necessidade de fluxo de recursos, em função da defasagem de tempo, desde a elaboração da proposta.

A LOA/2009 fixou o orçamento deste ano em R\$1,9 milhões. Estes recursos são insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema, neste ano. Havendo possibilidade de reforço nos valores definidos na LOA/2009, o programa de acessibilidade poderia ser ampliado e acelerado, trazendo os benefícios dessas ações mais rapidamente aos usuários. Previu-se uma capacidade para absorver um orçamento ideal de R\$6,0 milhões para desenvolvimento das intervenções em 2009. As principais ações a serem desenvolvidas com estes recursos seriam: Comunicação visual complementar que atenda as exigências do programa de acessibilidade utilizando o Braille; adaptação do layout interno dos trens, permitindo aos usuários de cadeira de rodas poderem viajar com segurança; Leds no interior dos trens para comunicação visual com os passageiros; piso tátil de orientação nas estações; rampas e corrimões com altura adequada nas estações para cadeiras de rodas; adaptações nos guichês das bilheterias; banheiros especiais para portadores de deficiências; adaptação em elevadores; vagas de estacionamento preferenciais e bebedouros.

Até 31/12/2009, não houve nenhuma liberação de recursos orçamentários. As ações estão sendo desenvolvidas com os recursos do RAP/2008, sendo que não houve avanço físico.

A CBTU apresentou em julho/2009 sua Proposta Orçamentária para 2010, com o valor de R\$17,07 milhões, visando a continuidade do Programa de Acessibilidade. Devido a insuficiência de recursos, sinalizados pelos pré limites disponibilizados através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades, para compor o PLOA/2010, só foi possível contemplar esta Ação, para o próximo exercício, com R\$0,15 milhão.

A LOA/2008 aprovou R\$2,79 milhões. Os recursos foram liberados a partir de outubro e foram totalmente empenhados para atender à contratação de implantação de equipamentos de comunicação visual, na Linha Sul. Não foi possível a liquidação de empenho até o final do exercício, devido ao curto prazo para realização das licitações, ficando todo recurso da LOA 2008 inscrito em restos a pagar em 2009. Deste RAP/2008 foram liquidados e pagos R\$2,79 milhões até dezembro.

6.11.10 - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE BELO HORIZONTE À ACESSIBILIDADE

Execução Orçamentária

A Ação foi implantada para atender o Decreto 5.296, de 2004, para adequação das instalações dos sistemas de trens urbanos da CBTU à acessibilidade universal.

A Proposta do Programa de Acessibilidade da CBTU, elaborada em março/2007, previu para esta unidade um total de R\$61,2 milhões, a serem aplicados a partir de 2007 e terminando

após 2011. Não houve liberação de recursos específicos para atender o Programa em 2007. A Ação foi incluída no PPA/2008/2011e teve a primeira liberação de recursos, aprovada na LOA/2008. A proposta previu, na ocasião, a aplicação de R\$6,7 milhões para o período de 2007 a 2009 tendo sido aprovado um total de R\$4,9 milhões para desenvolvimento das intervenções nos anos de 2008 e 2009.

O Programa de Adequação à Acessibilidade da STU/BH está sendo revisado, buscando racionalizar as intervenções de forma a atender essencialmente as mais necessárias, em consonância com o Decreto 5.296, otimizando o prazo e os custos, previstos agora num total de R\$26,4 milhões, para realização total da Ação. O controle do avanço físico, tanto a meta para o ano como o a realizar mensalmente, já está referenciado a esta nova situação.

A LOA/2009 fixou o orçamento em R\$3,9 milhões. Estes recursos são insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema, neste ano. Prevê-se uma capacidade para absorver um orçamento ideal de R\$6,0 milhões para desenvolvimento das intervenções em 2009. As principais ações a serem desenvolvidas com estes recursos são: Comunicação visual complementar que atenda as exigências do programa de acessibilidade utilizando o Braille; adaptação do layout interno dos trens, permitindo aos usuários de cadeira de rodas poderem viajar com segurança; Leds no interior dos trens para comunicação visual com os passageiros; piso tátil de orientação nas estações; rampas e corrimões com altura adequada nas estações para cadeiras de rodas; adaptações nos guichês das bilheterias; banheiros especiais para portadores de deficiências; adaptação em elevadores; vagas de estacionamento preferenciais e bebedouros.

Até 31/12/2009, não houve nenhuma liberação de recursos do orçamento deste exercício. As ações estão sendo desenvolvidas com os recursos do RAP/2008, sendo que o avanço físico foi de 0,17% em dezembro.

A CBTU apresentou em julho/2009 a Proposta Orçamentária para 2010, com o valor de R\$15,8 milhões, visando a continuidade do Programa de Acessibilidade. Devido a insuficiência de recursos, sinalizada pelos pré limites disponibilizados através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades, para compor o PLOA/2010, só foi possível contemplar esta Ação com R\$0,15 milhão.

A LOA/2008 aprovou R\$1,0 milhão, mas só houve liberação de R\$0,78 milhão de limite para empenho. Os recursos foram liberados a partir de outubro e devido a adequações que se fizeram necessárias nas programações e ao curto prazo para realização das licitações, não houve capacidade para empenhar todo limite liberado. Desta forma foram empenhados apenas R\$0,4 milhão até 31/12/2008, para atender à contratação de obras para adequações à acessibilidade nas Estações Eldorado, Carlos Prates, Santa Efigênia, Santa Tereza, Horto Florestal, Central, Vilarinho e no Terminal de Ônibus Eldorado. Não foi possível a liquidação de empenho até o final do exercício, devido ao curto prazo para realização das licitações, ficando todo recurso da LOA postergado para restos a pagar em 2009. Deste RAP/2008 foram liquidados e pagos R\$0,224 milhão até dezembro.

6.11.11 - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE NATAL À ACESSIBILIDADE

Execução Orçamentária

A Ação foi implantada para atender o Decreto 5.296, de 2004, para adequação das instalações dos sistemas de trens urbanos da CBTU à acessibilidade universal.

A Proposta do Programa de Acessibilidade da CBTU, elaborada em março/2007, previu para esta unidade um total de R\$3,9 milhões, a serem aplicados a partir de 2007 e terminando após 2011. Não houve liberação de recursos específicos para atender o Programa em 2007. A Ação foi incluída no PPA/2008/2011e teve a primeira liberação de recursos, aprovada na LOA/2008. A proposta previu, na ocasião, a aplicação de R\$1,6 milhão para o período de 2007 a 2009 tendo sido aprovado um total de R\$0,9 milhões para desenvolvimento das intervenções nos anos de 2008 e 2009.

O Programa está sendo revisado, visando atender novas demandas e quanto a necessidade de fluxo de recursos, em função da defasagem de tempo, desde a elaboração da proposta.

A LOA/2009 (Lei- 11.897) fixou o orçamento deste ano em R\$0,25 milhão. Estes recursos são insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema, neste ano. Prevê-se uma capacidade para absorver um orçamento ideal de R\$0,5 milhão para desenvolvimento das intervenções em 2009. As principais ações a serem desenvolvidas com estes recursos são: Instalação de elevador; rampas de acesso as plataformas de embarque/desembarque; piso tátil; adaptação no layout interno dos trens para receber cadeiras de rodas; comunicação visual universal e em Braille; banheiros próprios para cadeiras de rodas; adaptação das bilheterias e correção do afastamento entre a plataforma e o trem; altura dos telefones e bebedouros.

Até 31/12/2009 não houve nenhuma liberação de recursos do orçamento deste exercício. As ações estão sendo desenvolvidas com os recursos do RAP/2008, sendo que o avanço físico foi de 0,05% em dezembro.

A CBTU apresentou em julho/2009 a Proposta Orçamentária para 2010, com o valor de R\$1,6 milhão, visando a continuidade do Programa de Acessibilidade neste ano. Devido a insuficiência de recursos, sinalizados pelos pré limites fixados pelo MCid, através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades, para compor o PLOA/2010, só foi possível contemplar esta Ação, para o próximo exercício, com R\$0,12 milhão.

A LOA/2008 aprovou R\$0,6 milhão, mas só houve liberação de R\$0,53 milhão de limite para empenho. Os recursos foram liberados a partir de outubro e foram totalmente empenhados até 31/12/2008, para atender os serviços contratados para reforma e construções das adequação das estações. Não foi possível a liquidação de empenho até o final do exercício, devido ao curto prazo para realização das licitações, ficando todo recurso da LOA inscrito em restos a pagar em 2009. Deste RAP/2008, foram liquidados e pagos R\$0,46 milhão até dez/2009.

6.11.12 - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE JOÃO PESSOA À ACESSIBILIDADE

Execução Orçamentária

A Ação foi implantada para atender o Decreto 5.296, de 2004, para adequação das instalações dos sistemas de trens urbanos da CBTU à acessibilidade universal.

A Proposta do Programa de Acessibilidade da CBTU, elaborada em março/2007, previu para esta unidade um total de R\$1,0 milhão, a ser aplicado a partir de 2007 e terminando após 2011. Não houve liberação de recursos específicos para atender o Programa em 2007. A Ação foi incluída no PPA/2008/2011e teve a primeira liberação de recursos, aprovada na LOA/2008. A proposta previu, na ocasião, a aplicação de R\$0,37 milhão para o período de 2007 a 2009 tendo sido aprovado um total de R\$0,16 milhão para desenvolvimento das intervenções nos anos de 2008 e 2009.

O Programa está sendo revisado, visando atender novas demandas e quanto a necessidade de fluxo de recursos, em função da defasagem de tempo, desde a elaboração da proposta.

A LOA/2009 (Lei- 11.897) fixou o orçamento deste ano em R\$0,07 milhão. Estes recursos são insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema, neste ano. Havendo possibilidade de reforço nos valores definidos na LOA/2009, o programa de acessibilidade poderia ser ampliado e acelerado, trazendo os benefícios dessas ações mais rapidamente aos nossos usuários. Prevê-se uma capacidade para absorver um orçamento ideal de R\$0,3 milhão para desenvolvimento das intervenções em 2009. As principais ações a serem desenvolvidas com estes recursos são: Rampas de acesso às plataformas de embarque/desembarque; piso tátil; adaptação no layout interno dos trens para receber cadeiras de rodas; comunicação visual universal e em Braille; banheiros próprios para cadeiras de rodas; adaptação das bilheterias e correção do afastamento entre a plataforma e o trem; instalação de corrimãos; altura dos telefones e bebedouros.

Até 31/12/2009, não houve nenhuma liberação de recursos do orçamento deste exercício. As ações estavam sendo desenvolvidas com os recursos do RAP/2008 e todas as ações programadas com estes recursos foram concluídas.

A CBTU apresentou em julho/2009 a Proposta Orçamentária para 2010, com o valor de R\$0,48 milhão visando a continuidade do Programa de Acessibilidade neste ano. Devido a insuficiência de recursos, sinalizados pelos pré limites disponibilizados através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades para compor o PLOA/2010, só foi possível contemplar esta Ação com R\$0,12 milhão.

A LOA/2008 aprovou R\$0,09 milhão. Os recursos foram liberados a partir de outubro e foram empenhados praticamente na sua totalidade até 31/12/2008, para atender as obras de Adequações à Acessibilidade nas Estações de Santa Rita, Ilha do Bispo, Renascer e Varzea Nova. Não foi possível a liquidação de empenho até o final do exercício, devido ao curto prazo para realização das licitações, ficando todo recurso da LOA inscrito em restos a pagar em 2009. Este RAP/2008 foi totalmente liquidado e pago até dezembro.

6.11.13 - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS DE MACEIÓ À ACESSIBILIDADE

Execução Orçamentária

A Ação foi implantada para atender o Decreto 5.296, de 2004, para adequação das instalações dos sistemas de trens urbanos da CBTU à acessibilidade universal.

A Proposta do Programa de Acessibilidade da CBTU, elaborada em março/2007, previu para esta unidade um total de R\$6,3 milhões, começando em 2007 e concluindo após 2011. Não houve liberação de recursos específicos para atender o Programa em 2007. A Ação foi incluída no PPA/2008/2011 e teve a primeira liberação de recursos, aprovada na LOA/2008. A proposta previu, na ocasião, a aplicação de R\$0,98 milhão para o período de 2007 a 2009 tendo sido aprovado um total de R\$0,77 milhões para desenvolvimento das intervenções nos anos de 2008 e 2009.

A CBTU está efetuando uma atualização nas ações do Programa, para atender novas demandas e revendo a necessidade de fluxo de recursos para uma melhor adequação dos sistemas, em função da defasagem de tempo, desde a elaboração da proposta.

A LOA/2009 (Lei- 11.897) fixou o orçamento deste ano em R\$0,4 milhão. Estes recursos são insuficientes para atender a adequação à acessibilidade do sistema, neste ano. Prevê-se uma capacidade para absorver um orçamento ideal de R\$1,5 milhão para desenvolvimento das intervenções em 2009.

O sistema de Maceió iniciou um processo de modernização em 2009, com continuidade em 2010, e sofrerá uma adequação geral em todas as suas instalações, ou seja, estações, trens, oficinas e áreas operacionais e administrativas. O programa de acessibilidade irá complementar essa modernização instalando e complementando todos os quesitos necessários ao pleno atendimento a esse público, desde pisos, banheiros, rampas, passando por sonorização de avisos e alertas, até as bilheterias adaptadas.

Até 31/12/2009, não houve nenhuma liberação de recursos do orçamento deste exercício. As ações foram desenvolvidas com os recursos do RAP/2008, sendo que o avanço físico foi de 0,03% em dezembro.

A CBTU apresentou em julho/2009 a Proposta Orçamentária para 2010, com o valor de R\$1,4 milhão, visando a continuidade do Programa de Acessibilidade neste ano. Devido a insuficiência de recursos, sinalizados pelos pré limites disponibilizados através do Ofício 000123/2009/CGOF/SPOA/SE/MCidades para compor o PLOA/2010, só foi possível contemplar esta Ação, para o próximo exercício, com R\$0,12 milhão.

A LOA/2008 aprovou R\$0,37 milhão, mas só houve liberação de R\$0,3 milhão de limite para empenho. Os recursos foram liberados a partir de outubro e devido a adequações que se

fizeram necessárias nas programações e ao curto prazo para realização das licitações, não houve capacidade para empenhar todo o limite liberado. Desta forma foram empenhados apenas R\$0,2 milhão até 31/12/2008, para atender a elaboração de projetos de adequação de acessibilidade para as estações e os serviços de Adequações dos banheiros das Estações, Fernão Velho, Rio Largo, Bebedouro, Satuba e Gustavo Paiva, para portadores de necessidades especiais. Não foi possível efetivar liquidação de empenho até o final do exercício, ficando todo recurso da LOA inscrito em restos a pagar em 2009. Deste RAP/2008, foi liquidado e pago R\$0,16 milhão até dezembro.

6.11.14 - ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL À ACESSIBILIDADE

Execução Orçamentária

A Ação foi implantada para atender o Decreto 5.296, de 2004, para adequação das instalações da CBTU à acessibilidade universal.

A Proposta do Programa de Acessibilidade da CBTU, elaborada em março/2007, previu um total de R\$0,98 milhão, objetivando as intervenções para adequações à acessibilidade, nas instalações atuais da CBTU/AC, situada na Estrada Velha da Tijuca nº 77, começando em 2007 e concluindo após 2011. Não houve liberação de recursos específicos para atender o Programa em 2007. A Ação foi incluída no PPA/2008/2011e teve a primeira liberação de recursos, aprovada na LOA/2008. Não houve necessidade de liberação de recursos em 2008 e a LOA/2009 fixou o orçamento deste ano em R\$0,17 milhão.

6.11.15 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Execução Orçamentária

R\$mil

DESCRIÇÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	TESOURO	CONVÊNIO	TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS (1)	-	51.351	-	51.351
OUTROS CUSTEIOS (2)	23	70.853	37	70.913
REAP. ADMINISTRATIVO	-	1.655	-	1.655
SERVIÇO DA DÍVIDA	-	34.938	-	34.938
TOTAL	23	158.797	37	158.857

OBS.:

(1) Inclui Sentenças Trabalhistas (RJ, SP, Fortaleza e Salvador) e REFER

(2) Inclui Benefícios Assistenciais, Capacitação, Publicidade Pública, Sentenças Cíveis e Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos (RJ, SP, Fortaleza e Salvador)

DESTAQUES AO ORÇAMENTO DE ATIVIDADES DA CBTU

A CBTU, de acordo com a classificação orçamentária determinada pelo Governo Federal, apresenta em seu orçamento um conjunto de ações, que apesar de estarem classificadas como Outros Custeios, para a CBTU e o Governo Federal elas representam algumas das atividades de maior atenção a serem observadas em sua Gestão, a saber:

ATIVIDADES – OUTROS CUSTEIOS

Funcionamento dos Sistemas - Manutenção e Operação

Os valores propostos para esta ação buscam atender às despesas com a manutenção e operação dos Sistemas, visando à oferta de um serviço de transporte com qualidade e os requisitos inerentes de confiabilidade e segurança, dos Sistemas de Trens Urbanos de Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió, composto de: 225,2 km de extensão, sendo 75,9 km de linhas eletrificadas e 149,3 km a diesel; 105 estações; 50 TUEs, 15 locomotivas e 96 carros de passageiros, 06 oficinas, 07 prédios administrativos, 02 centros de controle operacional; atendendo à população de 18 Municípios dos principais centros urbanos do País.

Estes recursos se destinam a operar os sistemas de trens urbanos e manter as oficinas, os regulares programas de manutenção preventiva e corretiva da via permanente, do material rodante, dos sistemas fixos e dos prédios operacionais; a necessária conservação de um estoque mínimo de peças de reposição e sobressalentes; a contratação de serviços de limpeza e segurança; a aquisição de bilhetes; as despesas com energia elétrica de tração e óleo diesel para locomotivas, que se destacam entre outras, que incluem aquelas decorrentes da gestão administrativa dos sistemas e dos impactos resultantes da correção monetária dos contratos vigente.

Faz-se muito importante considerar o natural crescimento da previsão do volume de passageiros transportados, da receita arrecadada mas, também, dos recursos totais necessários para a regular execução desta ação, e preservar os resultados decorrentes dos investimentos do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) na melhoria da qualidade e expansão da oferta deste serviço de transporte à população.

Cabe reiterar com destaque a necessidade de recursos, não disponibilizada desde 2002, que possibilite a regularização dos programas de manutenção preventiva da via permanente, material rodante e dos sistemas fixos, em especial pela necessidade de recomposição de estoques de materiais (trilhos, dormentes, fixações, brita etc.) e peças de reposição (baterias, sapatas de freio, cabos, relés etc.) cujo volume das aquisições dos últimos anos tem se restringido às necessidades das manutenções corretivas, sendo essencial a reversão deste quadro, para se manter a qualidade do serviço prestado e não se entrar num processo de degradação do sistema e do serviço.

Nas despesas de Reaparelhamento Administrativo estão previstas aquisições de mobiliários tanto para prédios administrativos quanto para adequação de estações, inclusive as novas oriundas dos investimentos de expansão dos sistemas, adequação/atualização de parque de informática tanto em equipamentos quanto em software, renovação da frota de veículos rodoviários.

Pode-se destacar como incrementos e impactos os decorrentes das melhorias e nos sistemas e em suas expansões resultantes dos investimentos do Programa de Aceleração e Crescimento (AC), que com sua natureza de alavancagem do nível de qualidade de serviço prestado aos usuários dos Sistemas de Transporte sobre Trilhos, implicam em despesas adicionais no Custeio da CBTU, como por exemplo, destacamos os impactos previstos para a expansão da operação nos Sistemas de Recife e Belo Horizonte:

Sistema de Trens Urbanos de Recife

Impacto na energia de tração com a climatização de 10 TUE, como também resultante da operação plena de 13 km inaugurados em 2008;

Impacto nos contratos de serviços de bilheterias, vigilância e limpeza, bem como no consumo de energia elétrica predial, telefonia, fornecimento de água etc., decorrentes do aumento do número de estações em operação:

Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte

Oferta de viagens com intervalos mínimos de 04 minutos nos períodos de pico os dias úteis, com a entrada em operação de mais 02 trens em circulação.

O orçamento aprovado para a ação de Funcionamento dos Sistemas em 2009 alcançou o valor de R\$139.689,4 mil, tendo sido empenhado um total de R\$133.680,4 mil.

Capacitação de Recursos Humanos

Esta ação agrega as propostas das áreas de desenvolvimento de cada Unidade da CBTU. Sua execução plena propiciaria amparar a necessidade permanente de aperfeiçoamento e atualização do conhecimento e o desenvolvimento dos recursos humanos, de forma que a Companhia possa melhor desempenhar suas atribuições, bem como o processo de preparação da empresa para assumir novas atribuições; como órgão do Governo Federal de apoio ao desenvolvimento do setor de transportes de passageiros no modo sobre trilhos no país.

O orçamento aprovado para esta ação em 2009 alcançou o valor de R\$1.546,2 mil, tendo sido empenhados um total de R\$1.312,3 mil.

Publicidade Utilidade Pública

A execução desta ação tem como objetivo informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida; principalmente adotar projeto para alertar à população lindeira quanto à degradação dos Sistemas por fatores não-naturais - depredação, lixo na via, acidentes com veículos e furto de equipamentos eletrônicos, dormentes e trilhos - acarretando danos à CBTU como também à população, onde a CBTU está procurando focar ações em campanhas de cunho social.

O orçamento aprovado para esta ação em 2009 alcançou o valor de R\$122,9 mil, tendo sido empenhados um total de R\$114,6 mil.

BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS (Despesas obrigatórias)

ASSISTÊNCIA MÉDICA ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

Este benefício, que tem como objetivo oferecer qualidade de vida aos empregados da companhia, dentro da política de responsabilidade social das instituições, possibilitou o atendimento a 4.210 pessoas beneficiadas incluindo os empregados e seus dependentes, utilizando R\$6.719,2 mil dos recursos aprovados na LOA-2009 e nos créditos adicionais.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

A companhia está inscrita neste programa desde a sua criação, em 1996, concedendo tíquetes alimentação/refeição aos seus empregados. Todos os empregados da CBTU foram beneficiados, resultando na aplicação de R\$17.693,0 mil dos recursos da LOA-2009 e créditos aprovados destinados a esta finalidade.

AUXÍLIO TRANSPORTE

No sentido de promover emprego e dar condições de acesso ao trabalhador às suas atividades, a companhia atendeu a 1.100 empregados/mês concedendo o vale-transporte aos empregados alcançados pela legislação, utilizando a importância de R\$2.007,6 mil.

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES

Para este programa a companhia investiu R\$516,2 mil, propiciando o atendimento a 580 crianças dependentes de empregados (média mensal).

REFER

A CBTU, na qualidade de patrocinadora do plano de previdência complementar, contribuiu, no exercício de 2009, com R\$3.634,2 mil.

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

7.1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

NOME: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER

CNPJ: 30.277.685/0001-89

7.2 - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Conforme apresentado na Carta CRT/011-10/DIPRE, da REFER, aquela entidade informa que o fechamento das demonstrações contábeis de 2009 do Plano de Benefícios da CBTU encontra-se em andamento.

Informa, também, que as demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2009 serão encaminhadas à Secretaria de Previdência Complementar até o dia 31/03/2010, sendo também disponibilizadas à patrocinadora CBTU.

7.3 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA

Instrumento nº 30/REFER/2000

Em 01/12/2000 a CBTU e a REFER assinaram o Instrumento nº 30/REFER/2000 decorrente do não recolhimento à REFER da diferença percentual de 2,13% das contribuições previdenciárias de responsabilidade da CBTU *no período de Janeiro de 1985 a Dezembro de 1996*, bem como dos reflexos da não aplicação da Lei nº 8020/90. O valor acordado montava a R\$261.462.539,98 (dados de 31/10/2000), a ser amortizado em 96 parcelas mensais, vencendo a primeira em 31/01/2003.

Os orçamentos destinados à CBTU nos exercícios de 2003 e 2004 não contemplaram dotações para o pagamento das parcelas do referido acordo, não havendo, tampouco, disponibilidade financeira para honrar os compromissos assumidos.

Em razão do exposto, em 31/03/2004, foi celebrado Acordo Judicial na 28ª Vara Cível da Comarca desta Capital, conforme Processo nº 2004.001.012106-3, repactuando o pagamento das parcelas do *Instrumento nº 30/REFER/2000*. O montante atualizado correspondia, em 2003, a R\$450.248.315,25; com a incidência de juros e correção monetária, em 2004, totalizava R\$504.927.710,33, permanecendo no Acordo a amortização da dívida em 96 parcelas mensais, *vencendo a primeira em 31/01/2005*.

As propostas orçamentárias da CBTU para os exercícios de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, encaminhadas ao Ministério das Cidades solicitaram os recursos para fazer frente aos compromissos pactuados nos respectivos exercícios e, até o momento, a situação se apresenta inalterada inclusive para 2010.

A agenda prevista para 2005 não pode ser cumprida em decorrência do não atendimento do pleito pela Lei Orçamentária Anual daquele exercício. Neste cenário a CBTU peticionou, em 28/01/2005, comunicando em Juízo que não honraria o acordo homologado, tendo também relatado o fato à REFER através da correspondência CRT/0008-2005/P de 28/01/2005, fato que se repetiu nos anos subseqüentes precitados. Importa esclarecer que, nos termos do Instrumento nº 30/REFER/2000, o não pagamento de três parcelas importaria no rompimento do acordo e tornaria exequível o ajuste.

Desta feita, em resposta à CBTU, a REFER peticionou, solicitando que o ajuste se fizesse a partir da execução na totalidade da dívida, no montante de R\$501.067.985,09 (valores de 30/04/2005).

Em dezembro do mesmo ano, a existência de saldo orçamentário no título "*Sentenças Judiciais Cíveis*", no programa J3ARJRSJC permitiu o empenho 2005NE007757 de R\$79.700.000,00, objetivando o pagamento de parte da dívida do Processo nº 2004.001.012106-3, tendo sido o mesmo liquidado no SIAFI na data de 30/12/2005 e depositado em juízo em 24/03/2006.

Por determinação judicial decorrente do Mandado de Penhora expedido em 11/12/2006, a CBTU vem promovendo mensalmente o depósito em juízo de **5% da receita de bilheteria**, totalizando, em 2009, o montante de **R\$3.219.217,25**. Em 2008 este recolhimento judicial correspondeu a **R\$3.407.784, 69 da arrecadação**, não cabendo, por insuficiência, outras deduções em dotação orçamentária no item “Sentenças Judiciais Cíveis”.

O Processo 2004.001.012106-3, referente ao Instrumento nº 30/2000, continua em andamento sem previsão de julgamento em Primeira Instância.

Instrumento Particular de Direitos e Obrigações (IPDO)

Em 08/02/2001 a CBTU e a REFER assinaram o Instrumento Particular de Direitos e Obrigações (IPDO), relativo à adesão ao Plano de Contribuição Definida. O valor acordado montava a R\$9.823.471,00 (posição de 30/06/2000), a ser amortizado em 96 parcelas mensais, vencendo a primeira em 31/01/2003.

Como já foi dito, os orçamentos destinados à CBTU nos exercícios de 2003 e 2004 não contemplaram dotação para o pagamento das parcelas do referido acordo, não havendo, tampouco, disponibilidade financeira para honrar tais compromissos.

Por esta razão, em 31/03/2004, foi assinado o Termo Aditivo TA-01/04 ao Instrumento (IPDO) o qual registrava ser de R\$19.876.924,68 o valor da dívida em 31/12/2003, e que, com a incidência de juros e correção monetária, equivaliam a R\$22.290.833,14 em 31/12/2004, permanecendo a amortização em 96 parcelas mensais, vencendo a primeira em 31/01/2005.

Em decorrência do não pagamento das parcelas do Instrumento (IPDO) nos exercícios pactuados, foi constituída uma nova dívida, totalizando R\$3.956.694,22 na data de 31/12/2003, e que, com a incidência de juros e correção monetária, montava em R\$4.437.206,06 em 31/12/2004.

Como reiterado, a ausência de dotação orçamentária para quitação da dívida junto a REFER nos instrumentos pactuados, fez com que aquela entidade, com base no dispositivo contratual que impunha o vencimento antecipado da dívida com atraso de três parcelas, ingressou com execução judicial ainda em 2005, constituindo o Processo nº 2005.001.051793-3.

Este processo foi julgado extinto, tendo em vista que, em 2006, a existência de saldo orçamentário no título “Sentenças Judiciais Cíveis” no programa J3ARJRSJC, possibilitou empenho (2006NE 005300) no valor de R\$2.845.072,39, amortizando a dívida referente ao Processo nº 2005.001.051793-3, com depósito judicial a favor da REFER em 31/10/2006 através da 2006OB905778.

Agrega-se ao histórico que, em 2007, a REFER ajuizou nova ação para cobrança de parcelas em atraso do Processo 2007.001.120653-9, também liquidado por saldo orçamentário no mesmo título e programa pelo empenho (2007NE009837) no valor de R\$16.360.583,54, quando foi amortizado parte da dívida referente ao processo, com a liquidação e depósito através da 2007OB90794.

Assim como o Processo 2004.001.012106-3, referente ao Instrumento nº 30/2000, o em tela permanece em andamento sem previsão de julgamento em Primeira Instância.

Considerações finais

Registre-se que a proposta orçamentária da CBTU para o exercício de 2009, encaminhada ao Ministério das Cidades - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, previu o montante de R\$469 milhões para dar conta dos compromissos junto a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, considerando os dois instrumentos. O Projeto de Lei Orçamentária para 2009 (LOA 2009) mais uma vez não contemplou a solicitação apresentada pela CBTU em sua totalidade. Foi pago o valor de R\$3.219.217,25 referente às parcelas mensais de números 21 a 24 vencidas de 30 de setembro a 31 de dezembro de 2008, mais as parcelas mensais 25 a 28 com vencimentos de 31 de janeiro a 30 de abril de 2009 do

As planilhas apresentadas a seguir espelham até 31/12/2009, a posição das Dívidas da CBTU para com a REFER, sumariadas na explanação.

De acordo com informação prestada pela Gerencia de Controle Financeiro da Fundação REFER, não é enviada nenhuma Manifestação pela Secretaria de Previdência Complementar. Abaixo estão cópias do Aviso de Recebimento das Demonstrações Contábeis pela Secretaria de Previdência Complementar.

Revisado em 27/01/2010- INSTRUMENTO 030 / REFER / 2000			VALOR DA PARCELA PAGA POR INSTRUMENTO CONTRATUAL			VALOR ACUMULADO DAS PARCELAS PAGAS POR INSTRUMENTO CONTRATUAL		
INSTRUMENTO PARTICULAR DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES			I30	IPDO	IPDO	I30	IPDO	IPDO
MÊS COMPETÊNCIA	DATA PAGTO	PARCELA Nº	2004.001.012106-3	2005.001.051793-3	2007.001.120653-9	2004.001.012106-3	2005.001.051793-3	2007.001.120653-9
	24/03/06	Parcela 1	79.700.000,00			79.700.000,00	-	-
	31/10/06	Parcela 2		2.845.072,39		79.700.000,00	2.845.072,39	-
abr-07	29/05/07	Parcela 3	305.426,29			80.005.426,29	2.845.072,39	-
mai-07	22/06/07	Parcela 4	355.781,58			80.361.207,87	2.845.072,39	-
jun-07	24/07/07	Parcela 5	306.625,34			80.667.833,21	2.845.072,39	-
jul-07	21/08/07	Parcela 6	325.789,09			80.993.622,30	2.845.072,39	-
ago-07	20/09/07	Parcela 7	370.494,27			81.364.116,57	2.845.072,39	-
set-07	19/10/07	Parcela 8	339.474,97			81.703.591,54	2.845.072,39	-
out-07	28/11/07	Parcela 9	359.512,23			82.063.103,77	2.845.072,39	-
nov-07	14/12/07	Parcela 10	335.644,15			82.398.747,92	2.845.072,39	-
	18/12/07	Parcela 11			16.360.583,54	82.398.747,92	2.845.072,39	16.360.583,54
dez-07	23/01/08	Parcela 12	351.386,59			82.750.134,51	2.845.072,39	16.360.583,54
jan-08	22/02/08	Parcela 13	353.277,81			83.103.412,32	2.845.072,39	16.360.583,54
fev-08	25/03/08	Parcela 14	337.833,80			83.441.246,12	2.845.072,39	16.360.583,54
mar-08	24/04/08	Parcela 15	356.942,64			83.798.188,76	2.845.072,39	16.360.583,54
abr-08	26/05/08	Parcela 16	402.157,50			84.200.346,26	2.845.072,39	16.360.583,54
mai-08	13/06/08	Parcela 17	396.469,67			84.596.815,93	2.845.072,39	16.360.583,54
jun-08	17/07/08	Parcela 18	392.021,48			84.988.837,41	2.845.072,39	16.360.583,54
jul-08	18/08/08	Parcela 19	415.537,53			85.404.374,94	2.845.072,39	16.360.583,54
ago-08	17/09/08	Parcela 20	402.157,67			85.806.532,61	2.845.072,39	16.360.583,54
set-08	21/01/09	Parcela 21	403.768,06			86.210.300,67	2.845.072,39	16.360.583,54
out-08	21/01/09	Parcela 22	441.502,70			86.651.803,37	2.845.072,39	16.360.583,54
nov-08	21/01/09	Parcela 23	396.668,15			87.048.471,52	2.845.072,39	16.360.583,54
dez-08	21/01/09	Parcela 24	362.757,99			87.411.229,51	2.845.072,39	16.360.583,54
jan-09	20/02/09	Parcela 25	377.614,20			87.788.843,71	2.845.072,39	16.360.583,54
fev-09	17/03/09	Parcela 26	362.483,42			88.151.327,13	2.845.072,39	16.360.583,54
mar-09	29/04/09	Parcela 27	428.818,89			88.580.146,02	2.845.072,39	16.360.583,54
abr-09	22/05/09	Parcela 28	445.603,84			89.025.749,86	2.845.072,39	16.360.583,54
mai-09		Parcela 29	-			89.025.749,86	2.845.072,39	16.360.583,54
jun-09		Parcela 30	-			89.025.749,86	2.845.072,39	16.360.583,54
jul-09		Parcela 31	-			89.025.749,86	2.845.072,39	16.360.583,54
ago-09		Parcela 32	-			89.025.749,86	2.845.072,39	16.360.583,54
set-09		Parcela 33	-			89.025.749,86	2.845.072,39	16.360.583,54
out-09		Parcela 34	-			89.025.749,86	2.845.072,39	16.360.583,54
nov-09		Parcela 35	-			89.025.749,86	2.845.072,39	16.360.583,54
dez-09		Parcela 36	-			89.025.749,86	2.845.072,39	16.360.583,54
VALOR TOTAL PAGO POR PROCESSO			89.025.749,86	2.845.072,39	16.360.583,54	87.411.229,51	2.845.072,39	16.360.583,54
VALOR TOTAL PAGO POR INSTRUMENTO CONTRATUAL			89.025.749,86		19.205.655,93	87.411.229,51		19.205.655,93
VALOR TOTAL PAGO ATÉ 31/01/2009				108.231.405,79			106.616.885,44	
VALOR TOTAL PAGO EM 2006			79.700.000,00	2.845.072,39	-	79.700.000,00	2.845.072,39	-
VALOR TOTAL PAGO EM 2007			2.698.747,92	-	16.360.583,54	3.050.134,51	-	16.360.583,54
VALOR TOTAL PAGO EM 2008			3.407.784,69	-	-	3.407.784,69	-	-
VALOR TOTAL PAGO DE 2006 A 2008			85.806.532,61	2.845.072,39	16.360.583,54	86.157.919,20	2.845.072,39	16.360.583,54
VALOR TOTAL PAGO EM 2009			3.219.217,25	-	-	3.219.217,25	-	-
VALOR TOTAL PAGO DE 2006 A 31/12/2009			89.025.749,86	2.845.072,39	16.360.583,54	89.377.136,45	2.845.072,39	16.360.583,54

7.4 - CONTRIBUIÇÕES PARA A REFER

CONTRIBUIÇÕES DA REFER REFERENTE A 2009

MÊS	(A) TOTAL VALOR BASE	VALORES REPASSADOS PELA PATROCINADORA (B)	RELAÇÃO % C=(B/A)*100	OUTROS VALORES REPASS. PATROC. (D)	TOTAL REPASS. P/ PATROC. (E=B+D)	VALOR CONTR. EMPREGADOS (F)	RELAÇÃO % G=(F/A)*100	TOTAL REPASSES H=E+F
JANEIRO	5.994.326,79	266.080,20	4,44%	0,00	266.080,20	558.726,58	9,32%	558.726,67
FEVEREIRO	5.320.121,56	225.979,96	4,25%	0,00	225.979,96	510.381,85	9,59%	510.381,95
MARÇO	5.365.583,69	228.510,41	4,26%	0,00	228.510,41	505.657,00	9,42%	505.657,09
ABRIL	5.398.065,84	263.456,87	4,88%	0,00	263.456,87	304.147,26	5,63%	304.147,32
MAIO	5.425.041,40	264.094,03	4,87%	0,00	264.094,03	298.668,02	5,51%	298.668,08
JUNHO	6.112.939,09	309.739,49	5,07%	0,00	309.739,49	390.789,25	6,39%	390.789,31
JULHO	5.639.035,77	274.470,47	4,87%	0,00	274.470,47	409.688,25	7,27%	409.688,32
AGOSTO	5.151.403,08	244.086,08	4,74%	0,00	244.086,08	341.942,48	6,64%	341.942,55
SETEMBRO	5.162.955,56	242.354,47	4,69%	0,00	242.354,47	353.622,77	6,85%	353.622,84
OUTUBRO	10.515.194,79	613.810,19	5,84%	0,00	613.810,19	735.682,91	7,00%	735.682,98
NOVEMBRO	5.774.530,84	515.136,45	8,92%	0,00	515.136,45	656.670,96	11,37%	656.671,07
DEZEMBRO	6.394.283,33	334.450,14	5,23%	0,00	334.450,14	456.228,83	7,13%	456.228,90
TOTAL	72.253.481,74	3.782.168,76		0,00	3.782.168,76	5.522.206,16		5.522.207,08

CONTRIBUIÇÕES DA REFER REFERENTE A 2008

MÊS	TOTAL VALOR BASE	CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOS					CONTRIBUIÇÃO EMPREGADOR			TOTAL GERAL
		CONTRIBUIÇÕES	REFER SEGURO DE VIDA	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	DÉBITOS REFER RESTITUIÇÕES	TOTAL EMPREGADOS	CONTRIBUIÇÕES	OUTROS VALORES REPASS. PATROC.	TOTAL EMPREGADOR	
JANEIRO	5.994.326,79	291.264,35	7.333,25	260.128,98	(8.908,95)	549.817,63	266.080,20	0,00	266.080,20	815.897,83
FEVEREIRO	5.320.121,56	245.523,23	7.247,44	257.611,18	(8.987,67)	501.394,18	225.979,96	0,00	225.979,96	727.374,14
MARÇO	5.365.583,69	249.880,60	7.275,68	248.500,72	(8.945,31)	496.711,69	228.510,41	0,00	228.510,41	725.222,10
ABRIL	5.398.065,84	230.404,57	0,00	73.742,69	(8.769,76)	295.377,50	263.456,87	0,00	263.456,87	558.834,37
MAIO	5.425.041,40	240.352,84	0,00	58.315,18	(8.945,31)	289.722,71	264.094,03	0,00	264.094,03	553.816,74
JUNHO	6.112.939,09	362.248,97	0,00	28.540,28	(9.136,66)	381.652,59	309.739,49	0,00	309.739,49	691.392,08
JULHO	5.639.035,77	335.367,97	0,00	74.320,28	(8.679,63)	401.008,62	274.470,47	0,00	274.470,47	675.479,09
AGOSTO	5.151.403,08	265.181,17	0,00	88.391,37	(11.630,06)	341.942,48	244.086,08	0,00	244.086,08	586.028,56
SETEMBRO	5.162.955,56	260.995,14	0,00	94.059,04	(1.431,41)	353.622,77	242.354,47	0,00	242.354,47	595.977,24
OUTUBRO	10.515.194,79	704.489,78	0,00	33.740,25	(2.547,12)	735.682,91	613.810,19	0,00	613.810,19	1.349.493,10
NOVEMBRO	5.774.530,84	566.505,50	0,00	92.542,70	(2.377,24)	656.670,96	515.136,45	0,00	515.136,45	1.171.807,41
DEZEMBRO	6.394.283,33	372.365,33	0,00	81.693,97	(2.169,53)	451.889,77	334.450,14	0,00	334.450,14	786.339,91
TOTAL	72.253.481,74	4.124.579,45	21.856,37	1.391.586,64	(82.528,65)	5.455.493,81	3.782.168,76	0,00	3.782.168,76	9.237.662,57

8. GESTÃO FINANCEIRA

8.1 - LIBERAÇÃO DOS LIMITES E RECURSOS FINANCEIROS DO TESOIRO

Seguindo o mesmo modelo do ano anterior no exercício financeiro de 2009 não houve a liberação prévia dos limites financeiros mensais para as fontes constantes da LOA/2009, no Anexo II do Decreto nº 6.752 de 28/01/2009 (Tesouro, Operações de Crédito Externas, Receita Financeira), sendo estes atrelados à liberação dos recursos do Tesouro, o que ocorreu com total normalidade. A CBTU, através da Diretoria de Administração e Finanças, encaminhava sua programação financeira mensal no início de cada mês - acatando Ofício do CGORF/MCID com essa solicitação - com base nos limites orçamentários liberados para o exercício, e com a estimativa dos desembolsos dos Restos a Pagar de 2006, 2007 e 2008.

As Programações Financeiras eram implantadas no SIAFI conforme os valores totais solicitados e os repasses executados de forma integral ou parcial de acordo com a disponibilidade de recursos no Ministério das Cidades. Durante o ano de 2009 não houve qualquer embaraço relacionado ao repasse dos recursos do Tesouro.

8.2 - GESTÃO DOS PAGAMENTOS

No início de 2009, as despesas de Custeio e Capital, principalmente aquelas inscritas em Restos a Pagar Processados, gerenciadas pela Administração Central e pelas Unidades Gestoras (STU), foram sendo pagas com os saldos de 2008 existentes nas Contas Limite de Saque. O montante dos saldos nas fontes do Tesouro em todas as unidades era de R\$74.350,1 mil, incluindo ações do PAC.

Nessa fase, quando o Ministério das Cidades ainda não dispunha de todos os recursos financeiros necessários aos repasses pleiteados pelos órgãos setoriais, nossa gestão visou à otimização dos saldos existentes na conta limite de saque da Administração Central, de forma a compatibilizar os pagamentos sob responsabilidade da AC com os sub-repasses às Unidades Gestoras, promovendo o atendimento semanal aos diversos Contas a Pagar recebidos, procurando evitar atrasos e mantendo interação freqüente com os Órgãos Superiores – Ministério das Cidades e STN, de modo a minimizar eventuais morosidades no repasse de recursos do Tesouro, ou na liberação de limites financeiros para Receita Própria.

8.3 - RECURSOS AMPARADOS PELA LOA/2009

Considerando os Projetos e Atividades amparados pela LOA/2009, a CBTU iniciou o exercício com um valor de R\$41.911,3 mil inscritos em Restos a Pagar Processados e Não-Processados provenientes de 2006, 2007 e 2008. Esse montante seria amparado pelo Limite Financeiro de 2009, por força da legislação vigente.

Desta forma, o Limite Financeiro que seria liberado para o exercício de 2009 já se apresentava comprometido em R\$41.911,3 mil.

8.4 - RECURSOS AMPARADOS PELO PAC/CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

Os recursos amparados pelo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, e aqueles concedidos por Crédito Extraordinário não foram sujeitos às limitações financeiras impostas aos recursos da LOA, sendo portanto liberados com mais rapidez e em maior quantidade.

O exercício registrou um montante de R\$487.913,8 mil inscrito em RAP 2005/2006/2007/2008, a maioria atrelada a transferências definidas em Convênios com Estados e Municípios.

Em relação à LOA/2009, a dotação disponível para o PAC e Créditos Extraordinários atingiu R\$173.263,8 mil, dos quais foram pagos R\$2.346,2 mil.

Até o final do exercício foram repassados R\$218.428,4 mil, sendo R\$215.420,4 mil de RAP e R\$3.008,0 mil de LOA/2009. Não houve prejuízo aos Projetos e Convênios, pois os repasses corresponderam às solicitações efetuadas.

8.5 - OUTROS RECURSOS

Os recursos financeiros para Pessoal/Encargos, Sentenças Cíveis e Trabalhistas, Pensões Vitalícias e Dívidas Externa/Interna tiveram fluxo contínuo em tempo hábil às suas aplicações.

Os saldos existentes de 2008 atingiram R\$13.130,3 mil. As dotações aprovadas para 2009 somavam R\$305.165,6 mil. Os repasses dos recursos alcançaram R\$178.728,1 mil.

8.6 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS – BILHETERIA E RENDIMENTOS

Quanto aos limites relativos ao Anexo II para as Fontes 250 e 650 – Receita Própria, o Ministério das Cidades autorizou, a partir de março, limites mensais para pagamento das despesas (RP e ORÇ.2009) amparadas por essas fontes, que alcançaram, até dezembro, o total de R\$93.560,0 mil.

O limite orçamentário total, liberado ao longo do exercício, atingiu R\$98.135,7 mil, sendo que o total incluído nos Restos a Pagar era de R\$14.305,6 mil, o que totaliza R\$112.441,3 mil. Apesar do limite financeiro ser menor em R\$18.881,3 mil, não houve prejuízo aos pagamentos agendados, pois o total pago de 2009 mais RP montou a R\$92.006,5 mil, portanto inferior ao limite financeiro liberado.

Por outro lado, a CBTU arrecadou Receita Própria na Administração Central e nas Unidades Administrativas - proveniente de bilheteria (somente nas UA), aluguéis, permissões de uso, receitas administrativas – num montante de R\$102.602,5 mil, que somado aos valores de Receita Financeira, R\$4.892,0 mil, resultante de aplicação de recursos próprios na AC, STU/BH e STU/NAT, atingiu o total de R\$107.494,5 mil.

Para manter o equilíbrio entre o orçamento autorizado às Unidades e a realidade financeira dos recursos diretamente arrecadados e, para suprir a falta dos recursos apreendidos pela justiça nas UGs de Recife, Belo Horizonte e Maceió, houve necessidade de se promover a transferência das unidades superavitárias para cobrir as deficitárias, de forma a permitir os pagamentos amparados pelas fontes 250 e 280. Essa movimentação atingiu R\$35.750,0 mil em recursos recebidos pela AC, provenientes das Unidades e R\$37.868,5 mil em recursos repassados pela AC, para as Unidades.

8.7 - CONTROLE DE INGRESSOS E DESEMBOLSOS

CONTROLE DE INGRESSOS E DESEMBOLSOS CBTU/AC – EXERCÍCIO 2009

PROJETO	VALOR DO EMPRÉSTIMO (USD)	INGRESSOS (USD)			DESEMBOLSOS (USD)		
		ACUMULADO ATÉ 2008	VALORES EM 2009	ACUMULADO ATÉ 2009	ACUMULADO ATÉ 2008	VALORES EM 2009	ACUMULADO ATÉ 2009
FOR 7083-BR	85.000.000,00	8.912.167,79	4.942.257,24	13.854.425,03	16.358.666,14	7.277.098,86	23.635.765,00

PROJETO	VALOR DO EMPRÉSTIMO (R\$)	INGRESSOS (R\$)			DESEMBOLSOS (R\$)		
		ACUMULADO ATÉ 2008	VALORES EM 2009	ACUMULADO ATÉ 2009	ACUMULADO ATÉ 2008	VALORES EM 2009	ACUMULADO ATÉ 2009
FOR 7083-BR	323.758.030,00	19.643.378,27	14.543.177,55	34.186.555,82	28.869.774,00	12.842.624,07	41.712.398,07

OBS: OS VALORES DA COLUNA DE INGRESSOS 2009 SE REFEREM AOS VALORES DESEMBOLSADOS DA CONTA DO EMPRÉSTIMO, E OS VALORES DA COLUNA DESEMBOLSOS REFEREM-SE AOS VALORES ADIANTADOS PELA STN/MF.

NA COLUNA DE DESEMBOLSO, O VALOR DE R\$ 8.876.114,69 FOI ADIANTADO PELA STN, EM 2008, E REMETIDO À METROFOR EM 2009 E, R\$ 3.966.509,38 FOI ADIANTADO EM 2009, PORÉM AINDA NÃO FOI REMETIDO À METROFOR.

A TAXA UTILIZADA PARA O CÁLCULO DO VALOR DESEMBOLSADO EM DÓLAR FOI R\$ 1,7648, DIA 14/01/10 (VENDA).

O VALOR DO EMPRÉSTIMO FOI REDUZIDO PARA EUR 25.986.000,00.

8.8 - DEMONSTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO

DEMONSTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO

Tipo	Código SIAFI	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Vigência	Situação	Data da Publicação no DOU	Valor Pactuado	Valor total recebido/transferido no exercício	Valor total recebido/transferido até o exercício	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicâncias TCE s/n)
											CNPJ	Razão Social	
1	455570	CV 004-2001/DP	Estudos/Projetos	30/06/2010	utilizando os rendimentos	19/07/2004	7.286.375,00	-	5.829.100,00	1.457.275,00	76.417.005/00001-86	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA	Ver Capítulos : 4.3 - Evolução Física das ações do Programa 4.4 - Convênios 6 - Gestão Orçamentária
1	297519	CV 002-2005/DT	Qualidade do ar	17/08/2010	ativo	22/09/2005	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-	41.657.081/0001-84	EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE - BHTRANS	
1	535011	CV 006-2005/DA	Subsídio	31/12/2010	ativo	22/12/2005	34.164.000,00	1.000.000,00	34.164.000,00	-	03.231.999/0001-78	COMPANHIA DE TRANSPORTES DE SALVADOR - CTS	
1	552308	CV 009-2005/DT	Lapa-Pirajá	30/06/2010	ativo	16/01/2006	173.903.898,00	-	173.903.898,00	-	03.231.999/0001-78	COMPANHIA DE TRANSPORTES DE SALVADOR - CTS	
1	552319	CV 010-2005/DT	Calçada-Paripe	31/06/2010	ativo	16/01/2006	29.696.205,54	-	29.695.914,78	-	03.231.999/0001-78	COMPANHIA DE TRANSPORTES DE SALVADOR - CTS	
1	552652	CV 007-2005/DT	Linha Sul	31/12/2012	ativo	09/01/2006	945.738.518,88	102.493.534,95	300.139.349,11	207.734.017,00	02.003.575/0001-93	COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR	
1	571803	CV 008-2005/DT	Linha Oeste	31/12/2010	ativo	09/01/2006	80.000.000,00	8.876.114,69	37.745.888,94	10.000.000,00	02.003.575/0001-93	COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR	
1	562758	CV 012-2005/DA	Subsídio	31/12/2010	ativo	27/06/2009	53.000.000,00	11.000.000,00	42.000.000,00	-	02.003.575/0001-93	COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR	
1	602129	CV 005-2007/DT	Calçada-Paripe	31/12/2010	ativo	06/12/2007	30.314.504,74	-	13.356.000,00	-	03.231.999/0001-78	COMPANHIA DE TRANSPORTES DE SALVADOR - CTS	
1	602144	CV 006-2007/DT	Lapa-Pirajá	31/12/2012	ativo	06/12/2007	488.818.080,00	46.180.000,00	102.276.060,14	-	03.231.999/0001-78	COMPANHIA DE TRANSPORTES DE SALVADOR - CTS	
1	610977	CV 008-2007/DT	Metrô-SP	31/12/2009	encerrado	25/09/2007	351.000.000,00	40.500.000,00	270.000.000,00	81.000.000,00	62.070.362/0001-06	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ-SP	
5	643623	TC 001-2008/DT	Cidades-RE	31/12/2010	enviada a primeira remessa de repasse	30/12/2008	47.900.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	-	04.474.819/0001-41	SECRETARIA DAS CIDADES - PE	
5	643625	TC 002-2008/DT	Transportes-RE	31/12/2010	enviada a primeira remessa de repasse	30/12/2008	21.400.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.400.000,00	01.171.481/0001-60	SECRETARIA DE TRANSPORTES - PE	
1 *	729037	CV 006-2009/DT	Sobral-CE	31/12/2011	iniciado sem repasse	08/01/2010	32.742.052,00	-	-	11.072.052,00	02.003.575/0001-93	COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR	
1 *	724486	CV 007-2009/DT	São Bernardo-SP	31/12/2011	enviada a primeira remessa de repasse	11/01/2010	27.600.000,00	-	-	-	62.070.362/0001-06	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ-SP	

Observações:

Tipo:

1 - Convênios
5 - Termo de Compromisso

CV 008-2005/DT

Adiantado pela STN em 2008 e remetido à METROFOR em 2009
Adiantado pela STN em 2009 e **não** remetido à METROFOR

R\$ 8.876.114,94
R\$ 3.966.509,38

* Convênios Registrados no SICONV

8.9 - EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

Na tabela abaixo são evidenciados os principais gastos ocorridos nos 3 últimos exercícios

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1 – PASSAGENS	833.492	1.054.874	1.152.556
2 – DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	557.084	577.398	729.322
3 – SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	130.400.065	109.718.704	140.634.218
3.1 – Publicidade	7.687	50.318	114.565
3.2 – Vigilância, Limpeza e Conservação	25.546.172	31.189.601	34.105.793
3.3 – Tecnologia da Informação	18.954.022	914.831	4.680.837
3.4 – Outras Terceirizações	85.889.477	77.608.434	101.711.553
3.5 – Suprimento de Fundos	10.393	5.838	21.470
4 – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (fonte: Portal da Transparência) Em 2008, todas as unidades da CBTU adotaram o CPGF	19.869	113.783	190.333
TOTAIS	131.810.511	111.464.759	142.706.428

Estão considerados, nos itens 1, 2 e 3, os valores gastos (liquidados) no exercício, constantes do Balancete de Dezembro.

As despesas com Cartão de Crédito Corporativo são as já informadas nos Relatórios de Gestão dos exercícios de 2006 e 2007. Para 2008 e 2009, os dados são os informados no Portal da Transparência.

8.10 - RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Execução de Restos a Pagar no Exercício 2009 por Ano de Inscrição no SIAFI (R\$ 1,00)								
ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005								
PAC								
BELO HORIZONTE - Eldorado - Vilarinho	-	-	-	-	1.711.701	482.369	1.090.126	139.205
SUBTOTAL (1)	-	-	-	-	1.711.701	482.369	1.090.126	139.205
2006								
OUTROS CUSTEIOS/REAP. ADMINIST. (Gestão/Administ. Programa; Capacitação; Func. Sistema).	127.011	2.759	-	124.253	38.534	38.534	-	-
PROT. TRABALHADOR (Aux. - Transp.; Aux. Alimentação)	9.928	9.928	-	-	6.733	6.733	-	-
PROJETOS								
RECUPERAÇÃO SISTEMA-Maceió	-	-	-	-	30.422	30.422	-	-
PAC								
FORTALEZA Trecho Oeste João Felipe- Caucaia	-	-	-	-	11.130.226	-	8.876.115	2.254.111
RECIFE Cajueiro Seco-Tip Timb	308.018	-	-	308.018	2.220.367	9.027	709.087	1.502.252
PESSOAL ENCARGOS	14.732	-	-	14.732	-	-	-	-
SENTENÇA TRABALHISTA	-	-	-	-	12.595	12.595	-	-
SUBTOTAL (2)	459.689	12.687	-	447.003	13.438.877	97.311	9.585.202	3.756.363
2007								
OUTROS CUSTEIOS/REAP. ADMINIST. (Gestão/Administ. Programa; Capacitação; Func. Sistema).	101.894	58.313	29.345	14.236	1.380.719	508.351	225.494	646.874
PROT. TRABALHADOR (Assist. Méd. Odont.; Aux. Alimen.; Aux. Transp.)	20.156	20.156	-	-	229.928	227.893	-	2.034
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO Gestão e Coordenação do PAC	-	-	-	-	145	145	-	-
PROJETOS								
RECUPERAÇÃO SISTEMA-Natal	-	-	-	-	866.373	133.036	406.416	326.920
RECUPERAÇÃO SISTEMA-João Pessoa	2.999	-	2.999	-	-	-	-	-
RECUPERAÇÃO SISTEMA-Maceió	-	-	-	-	19.207	3.690	-	15.516
PAC								
FORTALEZA Trecho Sul-V. Flores-João Felipe	-	-	-	-	28.577.840	-	28.577.840	-
FORTALEZA Trecho Oeste João Felipe- Caucaia	-	-	-	-	10.000.000	-	-	10.000.000
SALVADOR Lapa-Pirajá	1	-	-	1	-	-	-	-
BELO HORIZONTE Eldorado - Vilarinho	6.012	-	6.012	-	2.459.940	679.096	1.429.159	351.685
PERNAMBUCO Tip - Timbi	888.021	-	797.400	90.621	53.349.875	31.941	35.352.565	17.965.369
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO								
SÃO PAULO Trecho Linha 02	-	-	-	-	40.500.000	-	40.500.000	-
PESSOAL ENCARGOS	66	-	-	66	-	-	-	-
SENTENÇA CÍVEL	368.779	-	-	368.779	20.943.754	-	-	20.943.754
SENTENÇA TRABALHISTA	47.774	-	-	47.774	409.686	6.327	-	403.359
PENSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL (3)	1.435.701	78.469	835.756	521.477	158.737.465	1.590.479	106.491.473	50.655.512
2008								
OUTROS CUSTEIOS/REAP. ADMINIST. (Gestão/Administ. Programa; Capacitação; Func. Sistema).	6.631.983	55.038	6.521.428	55.517	23.988.986	3.434.917	18.972.762	1.581.306
PROT. TRABALHADOR (Assist. Méd. Odont.; Aux. Alimen.; Aux. Transp.)	808.461	677.485	130.976	-	255.104	65.684	173.813	15.606
PROJETOS								
ADEQUACAO DO SISTEMA - B. HORIZONTE	-	-	-	-	407.332	-	224.433	182.899
ADEQUACAO DO SISTEMA - J. PESSOA	-	-	-	-	88.835	375	88.461	-
ADEQUACAO DO SISTEMA - MACEIÓ	-	-	-	-	199.917	-	162.227	37.690
ADEQUACAO DO SISTEMA - NATAL	-	-	-	-	534.591	-	466.288	68.302
ADEQUACAO DO SISTEMA - RECIFE	-	-	-	-	2.790.000	-	2.785.625	4.375
RECUPERAÇÃO SISTEMA-Natal	-	-	-	-	1.811.976	5.900	1.805.286	790
RECUPERAÇÃO SISTEMA-João Pessoa	-	-	-	-	739.858	32	739.827	-
RECUPERAÇÃO SISTEMA-Maceió	262.891	33.564	229.327	-	198.456	27.093	112.801	58.563
PAC								
FORTALEZA Trecho Sul-V. Flores-João Felipe	-	-	-	-	104.163.500	-	73.915.695	30.247.805
FORTALEZA Trecho Oeste João Felipe- Caucaia	-	-	-	-	20.000.000	-	-	20.000.000
SALVADOR Lapa-Pirajá	-	-	-	-	108.180.000	-	46.180.000	62.000.000
SALVADOR Calçada - Paripe	-	-	-	-	16.958.505	-	-	16.958.505
BELO HORIZONTE Eldorado - Vilarinho	14.317	-	14.317	-	1.594.932	67.181	1.343.385	184.366
PERNAMBUCO Tip - Timbi	952.567	-	952.567	-	84.897.967	130.903	26.819.651	57.947.412
PESSOAL ENCARGOS	-	-	-	-	136.071	56.961	79.110	-
REFER	418	-	418	-	1.324	1.324	-	-
SENTENÇA CÍVEL	23.367	-	8.474	14.893	435.711	136.042	270.029	29.640
SENTENÇA TRABALHISTA	1.404.735	-	947.563	457.172	3.041.587	34.217	2.793.426	213.945
PENSÕES	-	-	-	-	1.926.578	1.926.578	-	-
SUBTOTAL (4)	10.098.739	766.087	8.805.070	527.582	372.351.230	5.887.207	176.932.819	189.531.204
TOTAL GERAL	11.994.129,42	857.242,39	9.640.825,20	1.496.062,35	546.239.271,55	8.057.365,97	294.099.620,67	244.082.285,32

8.11 - GESTÃO DA DÍVIDA

8.11.1 - DÍVIDA INTERNA

A Dívida Interna da CBTU se compõe com contratos celebrados com o Banco do Brasil S/A representando a UNIÃO e originados na renegociação da Dívida Externa do Setor Público junto aos governos dos países credores, agentes de créditos e credores privados.

Durante o exercício de 2009 a movimentação da Dívida Interna se restringiu aos pagamentos das obrigações de principal e encargos, conforme apresentado a seguir:

CREDOR	MOEDA	AMORTIZAÇÃO		JUROS		COMISSÃO	
		Moeda de Origem	R\$	Moeda de Origem	R\$	Moeda de Origem	R\$
B.BRASIL-DMLP	USD	6.773.384	13.525.688	4.476.259	8.947.131	163.492	322.811
B.BRASIL-BIB	USD	1.425.418	2.969.858	411.708	862.157	13.724	28.739

O saldo devedor da Dívida Interna, em 31/12/09 se apresenta da seguinte forma:

CREDOR	MOEDA	Valor na Moeda	Valor em R\$	Término do Contrato
B.BRASIL-DMLP	USD	76.411.099	133.047.005	15/10/2024
B.BRASIL-BIB	USD	5.701.671	9.927.750	15/09/2013

Em relação ao contrato Banco do Brasil - DMLP, a CBTU, por força contratual, apresentou a garantia de principal, em forma de caução em dinheiro sobre os Bônus de Descontos e Bônus ao Par, o qual deverá ser abatido na última amortização de principal.

Esta garantia vem sendo atualizada semestralmente, por percentuais fornecidos pelo Banco do Brasil, estando registrado em 31/12/09 o valor de USD 29.069.844,86 equivalente a R\$50.785.018,97.

Quanto à execução orçamentária da Dívida Interna relativa ao exercício de 2009, se apresentou da seguinte forma:

R\$	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO
Principal	18.682.942	16.495.546
Juros / Comissão	12.624.231	10.988.384

CREDOR: BANCO DO BRASIL S.A.

Brazilian Investment Bond/BIB: US\$ 21.381.268,05

PRINCIPAL: 30 prestações semestrais (1a. 15/03/99 - 30a. 15/09/2013)

JUROS: 6% aa

CONTRATO: 600720

INSCRIÇÃO: 501642

TRANCHE: 001

OC: 2444

DATAS		VALORES EM MOEDA ORIGINAL (US\$)					Taxa de	EQUIVALÊNCIA EM MOEDA NACIONAL				OBSERVAÇÕES
VENCT.	PAGT.	SD DEVEDOR	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	Câmbio	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	
15/03/1995	13/03/95	21.381.268,05	-	645.001,59	-	645.001,59	0,8820	-	568.891,40	-	568.891,40	DOTAÇÃO/94
15/09/1995	13/09/95	21.381.268,05	-	655.692,22	-	655.692,22	0,9520	-	624.218,99	-	624.218,99	DOTAÇÃO/95
TOTAIS 1995			-	1.300.693,81	-	1.300.693,81		-	1.193.110,40	-	1.193.110,40	
15/03/1996	12/03/1996	21.381.268,05	-	648.565,13	-	648.565,13	0,9845	-	638.512,37	-	638.512,37	DOTAÇÃO/96
15/09/1996	11/09/1996	21.381.268,05	-	655.692,22	-	655.692,22	1,0190	-	690.422,05	-	690.422,05	DOTAÇÃO/96
TOTAIS 1996			-	1.304.257,35	-	1.304.257,35		-	1.328.934,42	-	1.328.934,42	
15/03/1997	12/03/1997	21.381.268,05	-	645.001,59	21.500,05	666.501,64	1,0540	-	679.831,68	22.661,05	702.492,73	DOTAÇÃO/97
15/09/1997	10/09/1997	21.381.268,05	-	655.692,22	21.856,41	677.548,63	1,0915	-	715.688,06	23.856,27	739.544,33	DOTAÇÃO/97
TOTAIS 1997			-	1.300.693,81	43.356,46	1.344.050,27		-	1.395.519,73	46.517,32	1.442.037,06	
15/03/1998	11/03/1998	21.381.268,05	-	645.001,59	21.500,05	666.501,64	1,1325	-	730.464,30	24.348,81	754.813,11	DOTAÇÃO/98
15/09/1998	10/09/1998	21.381.268,05	-	655.692,22	21.856,41	677.548,63	1,1795	-	773.388,97	25.779,64	799.168,61	DOTAÇÃO/98
TOTAIS 1998			-	1.300.693,81	43.356,46	1.344.050,27		-	1.503.853,27	50.128,44	1.553.981,72	
15/03/1999	10/03/1999	21.381.268,05	712.708,94	645.001,59	21.500,05	1.379.210,58	1,9000	1.354.146,99	1.225.503,02	40.850,10	2.620.500,10	1ª Parc. Principal -DOT/99
15/09/1999	10/09/1999	20.668.559,11	712.708,94	633.835,81	21.127,86	1.367.672,61	1,8800	1.339.892,81	1.191.611,32	39.720,38	2.571.224,51	2ª Parc. Principal -DOT/99
TOTAIS 1999			1.425.417,88	1.278.837,40	42.627,91	2.746.883,19		2.694.039,79	2.417.114,34	80.570,47	5.191.724,61	
15/03/2000	10/03/2000	19.955.850,17	712.708,94	605.327,46	21.177,58	1.339.213,98	1,7400	1.240.113,56	1.053.269,78	36.848,99	2.330.232,33	3ª Parc. Principal -DOT/99
15/09/2000	12/09/2000	19.243.141,23	712.708,94	590.123,00	19.670,77	1.322.502,71	1,8290	1.303.544,65	1.079.334,97	35.977,84	2.418.857,46	4ª Parc. Principal -DOT/00
TOTAIS 2000			1.425.417,88	1.195.450,46	40.848,35	2.661.716,69		2.543.658,21	2.132.604,75	72.826,83	4.749.089,78	
15/03/2001	12/03/2001	18.530.432,29	712.708,94	559.001,37	18.633,38	1.290.343,69	2,0550	1.464.616,87	1.148.747,82	38.291,60	2.651.656,28	5ª Parc. Principal -DOT/01
15/09/2001	12/09/2001	17.817.723,35	712.708,94	546.410,18	18.213,67	1.277.332,79	2,6650	1.899.369,33	1.456.183,13	48.539,43	3.404.091,89	6ª Parc. Principal -DOT/01
TOTAIS 2001			1.425.417,88	1.105.411,55	36.847,05	2.567.676,48		3.363.986,20	2.604.930,95	86.831,03	6.055.748,17	

CREADOR: BANCO DO BRASIL S.A.

Brazilian Investment Bond/BIB: US\$ 21.381.268,05

PRINCIPAL: 30 prestações semestrais (1a. 15/03/99 - 30a. 15/09/2013)

JUROS: 6% aa

CONTRATO: 600720

INSCRIÇÃO: 501642

TRANCHE: 001

OC: 2444

DATAS		VALORES EM MOEDA ORIGINAL (US\$)					Taxa de	EQUIVALÊNCIA EM MOEDA NACIONAL				OBSERVAÇÕES
VENCT.	PAGT.	SD DEVEDOR	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	Câmbio	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	
15/03/2002	12/03/2002	17.105.014,41	712.708,94	516.001,27	17.200,04	1.245.910,25	2,3630	1.684.131,23	1.219.311,00	40.643,69	2.944.085,92	7ª Parc. Principal -DOT/02
15/09/2002	11/09/2002	16.392.305,47	712.708,94	502.697,37	16.756,58	1.232.162,89	3,1350	2.234.342,53	1.575.956,25	52.531,88	3.862.830,66	8ª Parc. Principal -DOT/02
TOTAIS 2002			1.425.417,88	1.018.698,64	33.956,62	2.478.073,14		3.918.473,75	2.795.267,26	93.175,57	6.806.916,58	
15/03/2003	12/03/2003	15.679.596,53	712.708,94	473.001,16	15.766,71	1.201.476,81	3,5030	2.496.619,42	1.656.923,06	55.230,79	4.208.773,27	9ª Parc. Principal -DOT/03
15/09/2003	10/09/2003	14.966.887,59	712.708,94	458.984,55	15.299,49	1.186.992,98	2,9350	2.091.800,74	1.347.119,65	44.904,00	3.483.824,40	10ª Parc. Principal -DOT/03
TOTAIS 2003			1.425.417,88	931.985,71	31.066,20	2.388.469,79		4.588.420,16	3.004.042,72	100.134,79	7.692.597,66	
15/03/2004	10/03/2004	14.254.178,65	712.708,94	432.376,75	14.412,56	1.159.498,25	2,8950	2.063.292,38	1.251.730,69	41.724,36	3.356.747,43	11ª Parc. Principal -DOT/04
15/09/2004	10/09/2004	13.541.469,71	712.708,94	415.271,74	13.842,39	1.141.823,07	2,9050	2.070.419,47	1.206.364,40	40.212,14	3.316.996,02	12ª Parc. Principal -DOT/04
TOTAIS 2004			1.425.417,88	847.648,49	28.254,95	2.301.321,32		4.133.711,85	2.458.095,10	81.936,50	6.673.743,45	
15/03/2005	10/03/2005	12.828.760,77	712.708,94	387.000,95	12.900,03	1.112.609,92	2,7290	1.944.982,70	1.056.125,59	35.204,18	3.036.312,47	13ª Parc. Principal -DOT/05
15/09/2005	12/09/2005	12.116.051,83	712.708,94	371.558,92	12.385,30	1.096.653,16	2,3270	1.658.473,70	864.617,61	28.820,59	2.551.911,90	14ª Parc. Principal -DOT/05
TOTAIS 2005			1.425.417,88	758.559,87	25.285,33	2.209.263,08		3.603.456,40	1.920.743,20	64.024,77	5.588.224,38	
15/03/2006	10/03/2006	11.403.342,89	712.708,94	344.000,84	11.466,69	1.068.176,47	2,1610	1.540.164,02	743.385,82	24.779,52	2.308.329,35	15ª Parc. Principal -DOT/06
15/09/2006	12/09/2006	10.690.633,95	712.708,94	327.846,11	10.928,20	1.051.483,25	2,1910	1.561.545,29	718.310,83	23.943,69	2.303.799,80	16ª Parc. Principal -DOT/06
TOTAIS 2006			1.425.417,88	671.846,95	22.394,89	2.119.659,72		3.101.709,31	1.461.696,64	48.723,20	4.612.129,15	
15/03/2007	12/03/2007	9.977.925,01	712.708,94	301.000,74	10.033,36	1.023.743,04	2,0980	1.495.263,36	631.499,55	21.049,99	2.147.812,90	17ª Parc. Principal -DOT/07
15/09/2007	12/09/2007	9.265.216,07	712.708,94	284.133,29	9.471,11	1.006.313,34	1,9320	1.376.953,67	548.945,52	18.298,18	1.944.197,37	18ª Parc. Principal -DOT/07
TOTAIS 2007			1.425.417,88	585.134,03	19.504,47	2.030.056,38		2.872.217,03	1.180.445,07	39.348,17	4.092.010,27	
15/03/2008	12/03/2008	8.552.507,13	712.708,94	259.426,05	8.647,53	980.782,52	1,7030	1.213.743,32	441.802,56	14.726,74	1.670.272,63	19ª Parc. Principal-DOT/08
15/09/2008	10/09/2008	7.839.798,19	712.708,94	240.420,48	8.014,02	961.143,44	1,7850	1.272.185,46	429.150,56	14.305,03	1.715.641,05	20ª Parc. Principal-DOT/08
TOTAIS 2008			1.425.417,88	499.846,53	16.661,55	1.941.925,96		2.485.928,78	870.953,12	29.031,77	3.385.913,68	

CREDOR: BANCO DO BRASIL S.A.

Brazilian Investment Bond/BIB: US\$ 21.381.268,05

PRINCIPAL: 30 prestações semestrais (1a. 15/03/99 - 30a. 15/09/2013)

JUROS: 6% aa

CONTRATO: 600720

INSCRIÇÃO: 501642

TRANCHE: 001

OC: 2444

DATAS		VALORES EM MOEDA ORIGINAL (US\$)					Taxa de	EQUIVALÊNCIA EM MOEDA NACIONAL				OBSERVAÇÕES
VENCT.	PAGT.	SD DEVEDOR	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	Câmbio	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	
15/03/2009	11/03/2009	7.127.089,25	712.708,94	215.000,53	7.166,68	934.876,15	2,3220	1.654.910,16	499.231,23	16.641,03	2.170.782,42	21ª Parc. Principal-DOT/08
15/09/2009	10/09/2009	6.414.380,31	712.708,94	196.707,66	6.556,92	915.973,52	1,8450	1.314.947,99	362.925,63	12.097,52	1.689.971,14	22ª Parc. Principal-DOT/09
TOTAIS 2009			1.425.417,88	411.708,19	13.723,60	1.850.849,67		2.969.858,15	862.156,86	28.738,55	3.860.753,56	
		5.701.671,37				-		-	-	-	-	

CREDOR: BANCO DO BRASIL S.A.

Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP - US\$ 133.250.851,61

PRINCIPAL: DE 15/04/1997 A 15/04/2024

JUROS: FIXA E LIBOR+SPREAD

CONTRATO: 694380

INSCRIÇÃO: 501640

TRANCHE: 001

OC: 2445

DATAS		VALORES EM MOEDA ORIGINAL (US\$)					Taxa de	EQUIVALÊNCIA EM MOEDA NACIONAL				OBSERVAÇÕES
VENCT.	PAGT.	SD DEVEDOR	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	Câmbio	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	
15/04/95	19/04/95	133.250.851,61	-	3.629.899,53	-	3.629.899,53	0,9142	-	3.318.517,07	-	3.318.517,07	FAX 174/95(DOT/95)
31/05/95	31/05/95	133.250.851,61	-	97.472,90	-	97.472,90	0,9050	-	88.212,97	-	88.212,97	OFICIO 1372 (297)
15/10/1995	11/10/1995	133.250.851,61	-	3.894.093,28	-	3.894.093,28	0,9590	-	3.734.435,46	-	3.734.435,46	JUROS MLP
30/11/1995	30/11/1995	133.250.851,61	-	9.341.618,22	-	9.341.618,22	0,9670	-	9.033.344,82	-	9.033.344,82	Garantia/Mora 91/94
TOTAIS 1995			-	16.963.083,93	-	16.963.083,93		-	16.174.510,32	-	16.174.510,32	
15/04/1996	10/04/1996	133.250.851,61	-	3.750.270,91	-	3.750.270,91	0,9900	-	3.712.768,20	-	3.712.768,20	JUROS DMLP
15/10/1996	10/10/1996	133.250.851,61	-	3.845.620,59	-	3.845.620,59	1,0241	-	3.938.300,05	-	3.938.300,05	JUROS DMLP
TOTAIS 1996			-	7.595.891,50	-	7.595.891,50		-	7.651.068,25	-	7.651.068,25	
15/04/1997	10/04/1997	133.250.851,61	148.543,86	3.832.641,42	-	3.981.185,28	1,0585	157.233,68	4.056.850,94	-	4.214.084,62	1ª Parc.Principal
15/10/1997	10/10/1997	133.102.307,75	148.543,86	4.018.041,71	134.292,51	4.300.878,08	1,0985	163.175,43	4.413.818,82	147.520,32	4.724.514,57	2ª Parc.Principal
TOTAIS 1997			297.087,72	7.850.683,13	134.292,51	8.282.063,36		320.409,11	8.470.669,76	147.520,32	8.938.599,19	
15/04/1998	08/04/1998	132.953.763,89	148.543,86	3.931.630,80	133.745,59	4.213.920,25	1,1395	169.265,73	4.480.093,30	152.403,10	4.801.762,12	3ª Parc.Principal
15/10/1998	09/10/1998	132.805.220,03	148.543,86	3.424.121,48	108.845,01	3.681.510,35	1,1865	176.247,29	4.062.720,14	129.144,59	4.368.112,02	4ª Parc.Principal
15/10/1998	30/12/1998	132.656.676,17	-	606.188,18	25.145,46	631.333,64	1,1865	-	719.242,28	29.835,09	749.077,36	4ª Parc.Principal-Complem.
TOTAIS 1998			297.087,72	7.961.940,46	267.736,06	8.526.764,24		345.513,02	9.262.055,71	311.382,78	9.918.951,51	
15/10/1998	01/03/1999	132.656.676,17	-	-	-	-		-	-	42.878,67	42.878,67	4ª Parc-Complem.em R\$
15/04/1999	13/04/1999	132.656.676,17	148.418,56	3.832.800,77	133.444,20	4.114.663,53	1,7500	259.732,48	6.707.401,35	239.513,84	7.206.647,67	5ª Parc. Principal
15/10/1999	11/10/1999	132.508.257,61	148.543,86	1.833.388,83	15.480,71	1.997.413,40	1,9700	292.631,40	3.611.776,00	30.497,00	3.934.904,40	6ª Parc. Principal
15/10/1999	23/12/1999	132.359.713,75	-	1.958.127,02	118.207,85	2.076.334,87	1,9700	-	3.857.510,23	232.869,46	4.090.379,69	6ª Parc. Principal-Compl.
TOTAIS 1999			296.962,42	7.624.316,62	267.132,76	8.188.411,80		552.363,88	14.176.687,57	545.758,97	15.274.810,43	

CREADOR: BANCO DO BRASIL S.A.

Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP - US\$ 133.250.851,61

PRINCIPAL: DE 15/04/1997 A 15/04/2024

JUROS: FIXA E LIBOR+SPREAD

CONTRATO: 694380

INSCRIÇÃO: 501640

TRANCHE: 001

OC: 2445

DATAS		VALORES EM MOEDA ORIGINAL (US\$)					Taxa de	EQUIVALENÇA EM MOEDA NACIONAL				OBSERVAÇÕES
VENCT.	PAGT.	SD DEVEDOR	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	Câmbio	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	
16/02/2000	16/02/2000	132.359.713,75	-	-	-	-		-	-	187.930,02	187.930,02	Correção de Encargos
	ajuste	138.505.936,25	-	-	-	-		-	-	-	-	Juros capitalizados
15/04/2000	12/04/2000	138.505.936,25	148.543,86	4.168.763,33	133.537,41	4.450.844,60	1,7490	259.803,21	7.291.167,06	233.556,93	7.784.527,21	7ª Parc. Principal
15/10/2000	10/10/2000	138.357.392,39	742.719,32	5.024.661,34	139.623,73	5.907.004,39	1,8560	1.378.487,06	9.325.771,45	259.141,64	10.963.400,15	8ª Parc. Principal
TOTAIS 2000			891.263,18	9.193.424,67	273.161,14	10.357.848,99		1.638.290,27	16.616.938,51	680.628,59	18.935.857,37	
15/04/2001	10/04/2001	137.614.673,07	1.602.145,04	5.076.437,03	138.450,65	6.817.032,72	2,1530	3.449.418,27	10.929.568,93	298.084,25	14.677.071,45	9ª Parc. Principal
15/10/2001	09/10/2001	136.012.528,03	1.602.145,04	4.211.391,74	137.239,79	5.950.776,57	2,7700	4.437.941,76	11.665.555,12	380.154,22	16.483.651,10	10ª Parc. Principal
TOTAIS 2001			3.204.290,08	9.287.828,77	275.690,44	12.767.809,29		7.887.360,03	22.595.124,05	678.238,47	31.160.722,55	
15/04/2002	10/04/2002	134.410.382,99	1.602.145,04	3.336.662,75	135.210,76	5.074.018,55	2,2920	3.672.116,43	7.647.631,02	309.903,06	11.629.650,52	11ª Parc. Principal
15/10/2002	10/10/2002	132.808.237,95	1.602.145,04	3.272.253,56	133.982,09	5.008.380,69	3,9050	6.256.376,38	12.778.150,15	523.200,06	19.557.726,59	12ª Parc. Principal
TOTAIS 2002			3.204.290,08	6.608.916,31	269.192,85	10.082.399,24		9.928.492,81	20.425.781,17	833.103,12	31.187.377,11	
15/04/2003	10/04/2003	131.206.092,91	2.022.098,75	3.067.285,64	131.970,86	5.221.355,25	3,2200	6.511.157,98	9.876.659,76	424.946,17	16.812.763,91	13ª Parc. Principal
15/10/2003	10/10/2003	129.183.994,16	2.022.098,75	2.897.193,87	130.297,45	5.049.590,07	2,8430	5.748.826,75	8.236.722,17	370.435,65	14.355.984,57	14ª Parc. Principal
TOTAIS 2003			4.044.197,50	5.964.479,51	262.268,31	10.270.945,32		12.259.984,72	18.113.381,93	795.381,82	31.168.748,47	
15/04/2004	12/04/2004	127.161.895,41	4.991.916,76	2.834.054,32	128.241,64	7.954.212,72	2,8970	14.461.582,86	8.210.255,34	371.516,04	23.043.354,24	15ª Parc. Principal
15/10/2004	11/10/2004	122.169.978,65	4.991.916,76	2.760.323,91	123.189,88	7.875.430,55	2,8360	14.157.075,92	7.828.278,60	349.366,51	22.334.721,03	16ª Parc. Principal
TOTAIS 2004			9.983.833,52	5.594.378,23	251.431,52	15.829.643,27		28.618.658,79	16.038.533,93	720.882,55	45.378.075,27	
15/04/2005	12/04/2005	117.178.061,89	4.991.916,76	2.953.875,42	117.818,10	8.063.610,28	2,5900	12.929.064,41	7.650.537,34	305.148,88	20.884.750,63	17ª Parc. Principal
15/10/2005	12/10/2005	112.186.145,13	4.991.916,76	3.172.291,99	113.086,33	8.277.295,08	2,2430	11.196.869,29	7.115.450,93	253.652,64	18.565.972,86	18ª Parc. Principal
TOTAIS 2005			9.983.833,52	6.126.167,41	230.904,43	16.340.905,36		24.125.933,70	14.765.988,27	558.801,52	39.450.723,49	
15/04/2006	11/04/2006	107.194.228,37	4.991.916,74	3.271.024,48	107.754,45	8.370.695,67	2,1500	10.732.620,99	7.032.702,63	231.672,07	17.996.995,69	19ª Parc. Principal

CREDOR: BANCO DO BRASIL S.A.

Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP - US\$ 133.250.851,61

PRINCIPAL: DE 15/04/1997 A 15/04/2024

JUROS: FIXA E LIBOR+SPREAD

CONTRATO: 694380

INSCRIÇÃO: 501640

TRANCHE: 001

OC: 2445

DATAS		VALORES EM MOEDA ORIGINAL (US\$)					Taxa de	EQUIVALÊNCIA EM MOEDA NACIONAL				OBSERVAÇÕES
VENCT.	PAGT.	SD DEVEDOR	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	Câmbio	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	
15/04/2006	11/04/2006	107.194.228,37	4.991.916,74	3.271.024,48	107.754,45	8.370.695,67	2,1500	10.732.620,99	7.032.702,63	231.672,07	17.996.995,69	19ª Parc. Principal
15/10/2006	10/10/2006	102.202.311,63	3.803.565,84	3.335.262,99	102.982,80	7.241.811,63	2,1570	8.204.291,52	7.194.162,27	222.133,90	15.620.587,69	20ª Parc. Principal
TOTAIS 2006			8.795.482,58	6.606.287,47	210.737,25	15.612.507,30		18.936.912,51	14.226.864,90	453.805,97	33.617.583,38	
15/04/2007	11/04/2007	98.398.745,79	3.803.565,84	3.239.150,54	98.892,37	7.141.608,75	2,0350	7.740.256,48	6.591.671,35	201.245,97	14.533.173,81	21ª Parc. Principal
15/10/2007	09/10/2007	94.595.179,95	3.803.565,84	3.100.545,82	95.295,57	6.999.407,23	1,8200	6.922.489,83	5.642.993,39	173.437,94	12.738.921,16	22ª Parc. Principal
TOTAIS 2007			7.607.131,68	6.339.696,36	194.187,94	14.141.015,98		14.662.746,31	12.234.664,74	374.683,91	27.272.094,96	
15/04/2008	10/04/2008	90.791.614,11	3.803.565,84	2.943.133,50	91.451,96	6.838.151,30	1,6960	6.450.847,67	4.991.554,42	155.102,52	11.597.504,61	23ª Parc. Principal
15/10/2008	10/10/2008	86.988.048,27	3.803.565,84	2.339.443,97	87.608,36	6.230.618,17	2,3050	8.767.219,27	5.392.418,35	201.937,27	14.361.574,89	24ª Parc. Principal
TOTAIS 2008			7.607.131,68	5.282.577,47	179.060,32	13.068.769,47		15.218.066,95	10.383.972,77	357.039,79	25.959.079,51	
09/04/2009	09/04/2009	83.184.482,43	3.803.565,80	2.532.822,27	83.571,32	6.419.959,39	2,1920	8.337.416,24	5.551.946,42	183.188,34	14.072.551,00	25ª Parc. Principal
09/10/2009	09/10/2009	79.380.916,63	2.969.818,01	1.943.437,06	79.921,13	4.993.176,20	1,7470	5.188.272,06	3.395.184,54	139.622,21	8.723.078,82	26ª Parc. Principal
TOTAIS 2009			6.773.383,81	4.476.259,33	163.492,45	11.413.135,59		13.525.688,31	8.947.130,96	322.810,56	22.795.629,82	
		76.411.098,62				-		-	-	-	-	

8.11.2 - DÍVIDA EXTERNA

A Dívida Externa da CBTU é composta pelo contrato celebrado com BIRD em nome da UNIÃO, para atender ao Projeto de Descentralização dos Trens Urbanos de Fortaleza.

Durante o exercício de 2009, a movimentação da Dívida Externa apresentou desembolsos e pagamentos das obrigações de principal e encargos, conforme tabelas a seguir:

- Pagamento do Serviço da Dívida

CREDOR/ PROJETO	MOEDA	AMORTIZAÇÃO		JUROS		COMISSÃO	
		Moeda de Origem	R\$	Moeda de Origem	R\$	Moeda de Origem	R\$
BIRD/FOR	EUR	2.677.429	7.467.349	277.868	602.654	67.076	145.070

O saldo devedor e a desembolsar da Dívida Externa em 31/12/09 se apresenta da seguinte forma:

- Demonstrativo de Saldos

CREDOR/ PROJETO	MOEDA	SALDO DEVEDOR		SALDO A DESEMBOLSAR		TÉRMINO DO CONTRATO
		Moeda de Origem	R\$	Moeda de Origem	R\$	
BIRD/FOR	EUR	8.294.452	20.796.927	14.128.506	35.424.826	15/07/2011

Obs: Os saldos devedores em Euro foram obtidos através do Client Connection (BIRD) e em Reais no Relatório Mensal de dez/2009.

Quanto à execução orçamentária da Dívida Externa relativa ao exercício de 2009, se apresentou da seguinte forma:

R\$	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO
Principal	15.115.191	7.495.725
Juros / Comissão	2.043.300	750.565

CREDOR: **BANCO MUNDIAL - BIRD/FOR**

VALOR: EUR 98.600.000,00 (ORIGINAL) REDUÇÃO: EUR 72.614.000,00

VALOR: EUR 25.986.000,00 (COM REDUÇÃO)

MOEDA ORIGINAL: EURO/COM. EUROPEIA

AMORTIZAÇÃO: 5 parcelas anuais (1a. 15/07/2007 - 5a. 15/07/2011)

JUROS: ÍNDICE VARIÁVEL (semestrais em 15/01 e 15/07 de cada ano)

COMISSÃO: 0,85% aa, sobre saldo não desembolsado até o terceiro ano e, 0,75% aa, do quarto ano em diante

FEE: 1% (SEÇÃO 2.04)

INSCRIÇÃO: 501700

ROF: TA107895

TRANCHE: 001

CONTRATO: 7083-BR

OC: 2551

A DESEMBOLSAR: EUR 14.128.505,81

DATAS			VALORES EM MOEDA ORIGINAL (EURO)						OBSERVAÇÕES	Taxa Câmbio	EQUIVALÊNCIA EM MOEDA NACIONAL (R\$)					Paridade Dólar Venda	VALORES EM USD				
VENCT.	PAGT.	DESEMB.	DESEMBOLSO	S. DEVEDOR	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	DES./TN/APPLIC		Desembolso	Principal	Juros	Comissão	Total		Desembolso	Principal	Juros	Comissão	Total
		09/09/2002	986.000,00	986.000,00	-	-	-	-	FRONT END FEE		3.446.070,00	-	-	-	-		983.189,90				-
TOTAIS 2002			986.000,00		-	-	-	-			3.446.070,00	-	-	-	-		983.189,90				
15/01/2003	14/01/2003			986.000,00	-	12.843,15	100.154,63	112.997,78	1ª Parc. Encargos	3,4705		-	44.572,15	347.586,64	392.158,80	1,05873		-	12.130,71	94.598,84	106.729,55
15/07/2003	04/07/2003			986.000,00	-	15.186,57	169.420,47	184.607,04	2ª Parc. Encargos	3,2430		-	49.250,05	549.430,58	598.680,63	1,15068		-	13.197,91	147.235,09	160.433,00
TOTAIS 2003			-		-	28.029,72	269.575,10	297.604,82			-	-	93.822,20	897.017,23	990.839,43		-	-	25.328,62	241.833,93	267.162,55
15/01/2004	13/01/2004			986.000,00	-	12.011,66	172.192,72	184.204,38	3ª Parc. Encargos	3,5490		-	42.629,38	611.111,96	653.741,34	1,27564		-	9.416,18	134.985,36	144.401,54
15/07/2004	13/07/2004			986.000,00	-	12.033,76	169.891,03	181.924,79	4ª Parc. Encargos	3,7500		-	45.126,60	637.091,36	682.217,96	1,23462		-	9.746,93	137.605,93	147.352,86
TOTAIS 2004			-		-	24.045,42	342.083,75	366.129,17			-	-	87.755,98	1.248.203,33	1.335.959,31		-	-	19.163,12	272.591,28	291.754,40
17/01/2005	13/01/2005			986.000,00	-	12.518,50	171.793,77	184.312,27	5ª Parc. Encargos	3,5880		-	44.916,38	616.396,05	661.312,42	1,32236		-	9.466,79	129.914,52	139.381,31
15/07/2005	13/07/2005			986.000,00	-	12.655,81	169.420,47	182.076,28	6ª Parc. Encargos	2,8378		-	35.914,66	480.781,41	516.696,07	1,20870		-	10.470,60	140.167,51	150.638,11
TOTAIS 2005			-		-	25.174,31	341.214,24	366.388,55			-	-	80.831,04	1.097.177,46	1.178.008,49		-	-	19.937,38	270.082,03	290.019,42
16/01/2006	12/01/2006			986.000,00	-	12.313,77	172.228,53	184.542,30	7ª Parc. Encargos	2,7646		-	34.042,65	476.142,99	510.185,64	1,20370		-	10.229,93	143.082,60	153.312,54
17/07/2006	13/07/2006			986.000,00	-	14.690,84	169.420,47	184.111,31	8ª Parc. Encargos	2,8070		-	41.237,19	475.563,26	516.800,45	1,26930		-	11.573,97	133.475,51	145.049,48
TOTAIS 2006			-		-	27.004,61	341.649,00	368.653,61			-	-	75.279,84	951.706,25	1.026.986,09		-	-	21.803,90	276.558,12	298.362,02
15/01/2007	15/01/2007			986.000,00	-	-	-	-	Des. Por cobrança anterior indevida			-	-	-	-	1,29380		-	-	-	-
16/07/2007	12/07/2007			986.000,00	197.200,00	18.240,90	-	215.440,90	1ª Princ./9ª Enc.	2,5882		510.393,04	47.211,10	-	557.604,14	1,37810		143.095,57	13.236,27	-	156.331,83
		12/10/2007	76.364,05	865.164,05	-	-	-	-	Application 01		194.639,52	-	-	-	-		110.151,32				-
		29/10/2007	1.752,93	866.916,98	-	-	-	-	ção cambial (Appl. 01)			-	-	-	-						-
		15/11/2007	54.287,34	921.204,32	-	-	-	-	Application 02		137.083,32	-	-	-	-		77.251,50				-
		03/12/2007	430.632,24	1.351.836,56	-	-	-	-	Application 03		1.145.502,17	-	-	-	-		634.558,14				-
TOTAIS 2007			563.036,56		197.200,00	18.240,90	-	215.440,90			1.477.225,01	510.393,04	47.211,10	-	557.604,14		821.960,96	143.095,57	13.236,27	-	156.331,83
15/01/2008	11/01/2008			1.351.836,56	-	19.591,74	31.458,54	51.050,28	0ª Parc. Encargos	2,6065		-	51.065,87	81.996,68	133.062,55	1,47970		-	13.240,35	21.260,08	34.500,43
		29/01/2008	518.474,61	1.870.311,17	-	-	-	-	Application 04		1.370.739,46	-	-	-	-		762.287,30				-
		01/02/2008	525.172,83	2.395.484,00	-	-	-	-	Application 05		1.385.210,82	-	-	-	-		778.069,81				-
		14/03/2008	120.247,04	2.515.731,04	-	-	-	-	Application 06		311.321,74	-	-	-	-		185.619,34				-
		04/04/2008	37.829,72	2.553.560,76	-	-	-	-	Application 07		104.074,15	-	-	-	-		59.175,14				-
		04/04/2008	200.093,79	2.753.654,55	-	-	-	-	Application 08		550.482,28	-	-	-	-		312.996,71				-
		11/06/2008	67.788,97	2.821.443,52	-	-	-	-	Application 09		171.292,43	-	-	-	-		107.025,23				-
15/07/2008	11/07/2008			2.821.443,52	688.413,64	65.689,50	28.776,26	782.879,40	2ª Princ./11ª Enc.	2,5520		1.756.831,61	167.639,60	73.437,02	1.997.908,23	1,59303		432.141,04	41.235,57	18.063,85	491.440,46
		18/09/2008	320.623,99	2.453.653,87	-	-	-	-	Application 10		805.098,23	-	-	-	-		454.436,41				-
		18/09/2008	203.153,49	2.656.807,36	-	-	-	-	Application 11		510.125,63	-	-	-	-		287.939,60				-
		18/09/2008	384.915,08	3.041.722,44	-	-	-	-	Application 12		971.670,52	-	-	-	-		545.559,39				-
		10/10/2008	146.921,65	3.188.644,09	-	-	-	-	Application 13		412.146,07	-	-	-	-		200.423,17				-
		30/10/2008	321.571,84	3.510.215,93	-	-	-	-	Application 14		980.133,93	-	-	-	-		401.980,88				-
		08/12/2008	2.383.839,11	5.894.055,04	-	-	-	-	Application 15		7.147.788,00	-	-	-	-		3.011.503,95				-
TOTAIS 2008			5.230.632,12		688.413,64	85.281,24	60.234,80	833.929,68			14.720.083,26	1.756.831,61	218.705,47	155.433,70	2.130.970,78		7.107.016,93	432.141,04	54.475,92	39.323,93	525.940,89

CREDOR: **BANCO MUNDIAL - BIRD/FOR**
 VALOR: EUR 98.600.000,00 (ORIGINAL) REDUÇÃO: EUR 72.614.000,00
 VALOR: EUR 25.986.000,00 (COM REDUÇÃO)
 MOEDA ORIGINAL: EURO/COM. EUROPEIA
 AMORTIZAÇÃO: 5 parcelas anuais (1a. 15/07/2007 - 5a. 15/07/2011)
 JUROS: ÍNDICE VARIÁVEL (semestrais em 15/01 e 15/07 de cada ano)
 COMISSÃO: 0,85% aa, sobre saldo não desembolsado até o terceiro ano e, 0,75% aa, do quarto ano em diante
 FEE: 1% (SEÇÃO 2.04)
 INSCRIÇÃO: 501700 ROF: TA107895
 TRANCHE: 001 CONTRATO: 7083-BR OC: 2551
A DESEMBOLSAR: EUR 14.128.505,81

DATAS			VALORES EM MOEDA ORIGINAL (EURO)						OBSERVAÇÕES	Taxa Câmbio	EQUIVALÊNCIA EM MOEDA NACIONAL (R\$)					Paridade	VALORES EM USD				
VENCT.	PAGT.	DESEMB.	DESEMBOLSO	S. DEVEDOR	PRINCIPAL	JUROS	COMISSÃO	TOTAL	DES./TN/APPLIC		Desembolso	Principal	Juros	Comissão	Total	Dólar Venda	Desembolso	Principal	Juros	Comissão	Total
15/01/2009	13/01/2009			5.894.055,04		81.858,21	27.850,89	109.709,10	3ª Princ./12ª Enc.	3,0750			251.714,00	85.641,49	337.355,48	1,31890		-	62.065,52	21.116,76	83.182,27
		26/02/2009	1.987.866,14	7.881.921,18	-				Application 17		5.964.665,75						2.541.785,04				
		30/03/2009	150.962,50	8.032.883,68					Application 16		457.657,99						204.924,05				
		22/05/2009	951.499,20	8.984.382,88					Application 18		2.692.526,09						1.330.195,88				
		23/06/2009	619.835,45	9.604.218,33					Application 20		1.697.685,25						865.352,27				
		24/06/2009	612.693,90	10.216.912,23					Application 19		1.686.838,20						862.274,76				
15/07/2009	13/07/2009			10.216.912,23	2.677.428,98	125.829,98	21.308,02	2.824.566,98	4ª Princ./13ª Enc.			7.467.349,43	350.939,81	59.428,07	7.877.717,31	2,78900					
		23/07/2009	518.270,58	8.057.753,83					Application 21		1.407.937,76						736.436,58				
		04/09/2009	236.697,74	8.294.451,57					Application 22		635.866,51						337.542,81				
TOTAIS 2009			5.077.825,51		2.677.428,98	207.688,19	49.158,91	2.934.276,08			14.543.177,55	7.467.349,43	602.653,81	145.069,56	8.215.072,79		4.942.257,24	-	62.065,52	21.116,76	83.182,27

8.12 - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Durante o exercício de 2009, a Administração Central da CBTU e as Superintendências de Trens Urbanos de Maceió, João Pessoa, Natal, Belo Horizonte e Recife realizaram despesas na modalidade Suprimento de Fundos, utilizando para pagamento o Cartão de Crédito Corporativo (Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF).

Os quadros em anexo demonstram os gastos com o CPGF desde sua implantação na CBTU, em 2005, na Administração Central. Em 2006 a STU/Maceió aderiu a essa modalidade e em 2007, a STU/João Pessoa também passou a utilizá-lo.

Nas demais Superintendências a implantação do CPGF se deu ao longo do exercício de 2008, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 6.370 de 11/02/08, em seu Art. 45-A, que determina o encerramento das contas correntes tipo B (Suprimento de Fundos) em todos os órgãos da Administração Pública.

Vale ressaltar que a partir do exercício de 2008 não houve utilização do CPGF na modalidade de Saque, uma vez que não foi emitida Portaria Ministerial neste sentido, de que trata o Art. 2º, § 6º, Inc. II, do Decreto nº 6.370/08.

Notar que os valores informados (extraídos do Portal da Transparência do Ministério das Cidades) em alguns casos podem não coincidir com os somatórios dos detalhamentos levantados. As diferenças referem-se aos critérios de consolidação dos dados. Por exemplo, nas despesas da Administração Central, o Portal inclui os valores pagos mediante fatura em 2009, ou seja, os gastos de dezembro/2008 (que foram pagos em janeiro/09) e exclui os de dezembro/2009, relatando até novembro/2009 (cuja fatura foi paga em dezembro/09). Já o detalhamento apresentado pelas Unidades considerou as prestações de contas realizadas no exercício, ou seja, notas de despesas efetuadas de janeiro/2009 a dezembro/2009.

Total das despesas pagas com Cartão de Crédito na CBTU (fonte: Portal da Transparência).

ANOS	VALORES PAGOS
2006	13.261,15
2007	19.869,31
2008	113.783,11
2009	190.332,57

No exercício de 2008, o cartão não foi utilizado na modalidade de saque. Os saques lançados são referentes ao mês de dezembro de 2007, tendo sido pagos na fatura de janeiro de 2008.

Quanto aos exercícios de 2006 a 2008, cabe ressaltar que os valores pagos correspondem a (Fatura + Saques).

No exercício de 2009, não foi utilizado na modalidade de saque.

CARTÃO DE CRÉDITO 2009 – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

(EM R\$)

Limite de utilização total da UG: R\$75.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30/33.90.39	
Limites concedidos a cada portador: R\$8.000,00	
Portador: Messias Avelino da Silva	Limite: R\$800,00 por nota fiscal
Gastos no ano	10.798,75

Limite de utilização total da UG: R\$75.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30/33.90.33/33.90.39	
Limites concedidos a cada portador: R\$8.000,00	
Portador: Carlos Alberto Félix da Silva	Limite: R\$800,00 por nota fiscal
Gasto no ano	2.656,52

Limite de utilização total da UG: R\$75.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30 / 33.90.33/33.90.39 / 33.90.33	
Limites concedidos a cada portador: R\$2.000,00	
Portador: Francisco William Braga Rocha	Limite: R\$800,00 por nota fiscal
Gastos no ano	993,96

Limite de utilização total da UG: R\$75.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30 / 33.90.33/33.90.39 / 33.90.33	
Limites concedidos a cada portador: R\$2.000,00	
Portador: Venina Niceia Santos Santana	Limite: R\$800,00 por nota fiscal
Gastos no ano	1.251,53
Total Geral Gasto no ano	15.700,76

Obs.: **Suprido: Messias Avelino da Silva**

Diferença apurada a maior do SIAFI em relação ao Portal de R\$ 0,41 refere-se a multa constante na fatura do cartão corporativo correspondente ao período de 29-12-08 a 28-01-09.

Suprido: Carlos Alberto Félix da Silva

Diferença apurada a maior do SIAFI em relação ao Portal de R\$ 9,82 refere-se a multa e encargo constante na fatura do cartão corporativo correspondente ao período de 28-10-09 a 27-11-09.

CARTÃO DE CRÉDITO 2009 – SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

(EM R\$)

Limite de utilização total da UG 275057 R\$ 35.632,80	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30/33.90.33	
Limites concedidos a cada portador R\$ 4.000,00	
Portador: Roberto de Farias Sabino	Limite: R\$800,00 por nota fiscal
Gastos no ano	9.694,83

Limite de utilização total da UG 275057 R\$ 35.632,80	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30/33.90.33	
Limites concedidos a cada portador R\$ 4.000,00	
Portador: Neuza B.S. Santos	Limite: R\$800,00 por nota fiscal
Gastos no ano	600,00

Limite de utilização total da UG 275057 R\$ 35.632,80	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30/33.90.33	
Limites concedidos a cada portador R\$ 4.000,00	
Portador: Breno R. Albuquerque	Limite: R\$800,00 por nota fiscal
Gastos no ano	12.669,82

Limite de utilização total da UG 275057 R\$ 35.632,80	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30/33.90.33	
Limites concedidos a cada portador R\$ 4.000,00	
Portador: Silvio B de Melo	Limite: R\$800,00 por nota fiscal
Gastos no ano (suprido)	6.867,82
Gastos no ano (em nome do BB)	1.445,48
Total Geral Gasto no ano	31.277,95

Obs.: **Suprido : SILVIO BARBOSA**

Portal: R\$ 8.036,15

Excluir do Portal os valores de dez/08 – R\$ 774,65 referente ao cartão de pagamento.

Não constam no Portal os valores de dez/09 – R\$ 1.061,80 referente ao cartão de pagamento.

Portal até nov/09 = R\$ 7.261,50

SIAFI = R\$ 6.867,82 = Em nome do suprido.

SIAFI = R\$ 1.455,48 = Em nome do BB

Gasto efetivo em 2009 = R\$ 8.323,30

O valor de R\$ 1.455,48 em nome do Banco do Brasil já foi regularizado através da NL 6311/2009, hoje o valor encontra-se zerado.

O valor da compra foi de R\$ 197,30, porém, o caixa da Loja Ferreira Costa ao passar o Cartão registrou o valor de R\$ 204,30, onde a Loja devolveu os R\$ 7,00 e o Sr. Silvio ressarcia a CBTU. Na nova Planilha foi considerado o valor de R\$ 204,30, já que foi o valor pago na fatura do Cartão.

O valor da compra foi de R\$ 30,12, porém, o caixa da Loja Tecnopeças ao passar o Cartão registrou o valor de R\$ 30,16, o Sr. Silvio ressarcia o valor de R\$ 0,04 a CBTU. Na nova Planilha foi considerado o valor de R\$ 30,16, já que foi o valor pago na fatura do Cartão.

Suprido: NEUZA BARROS

Portal: R\$ 1.040,00

Excluir do Portal os valores de dez/08 – R\$ 440,00 referente ao cartão de pagamento.

Gasto efetivo = R\$ 600,00

SIAFI – Não há lançamentos em nome da suprida. Os lançamentos foram efetuados no CNPJ do BB.

SIAFI BB – Constam dois lançamentos referentes a Neuza R\$600,00 e Silvio R\$ 1.455,48.

O valor de R\$ 600,00 em nome do Banco do Brasil já foi regularizado através da NL 6310/2009.

Suprido: BRENO ROBERTO PESSOA DE ALBUQUERQUE

Portal : R\$ 13.792,42

Excluir do Portal os valores de dez/08 – R\$ 1.122,60 referente ao cartão de pagamento.

SIAFI = Até nov/09 e não houve gastos em dez/09 = R\$ 12.669,82

Suprido: ROBERTO DE FARIAS SABINO

Portal: 9.647,28

Excluir do Portal os valores de nov/08 – R\$ 95,00 referente ao cartão de pagamento.

Gasto efetivo: R\$ 9.552,28

SIAFI = R\$ 9.694,83

Diferença apurada a maior do SIAFI em relação ao Portal de R\$ 142,55 , conforme a justificativa abaixo:

Foi emitida a NL 6309/2009 no valor de R\$ 142,55 com a observação: "Baixa de saldo SCSF-001/GESER/09 SF-09 NS-2015 de Roberto Farias Sabino, pela não utilização do saldo." Esta operação não efetuou baixa na Conta 199962402, desta forma o valor constante no SIAFI de R\$ 9.694,83 - R\$ 142,55 = R\$ 9.552,28 (era pra ser este valor se a baixa fosse efetuada na referida Conta).

CARTÃO DE CRÉDITO 2009 – SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

(EM R\$)

Limite de utilização total da UG: R\$ 208.000,00	
Natureza dos gastos: 33.90.30	
Limite máximo concedido a cada portador: R\$ 8.000,00	
Portador: Vitor Cerqueira Dias de Souza	Limite por NF: R\$ 800,00
Gastos no ano	19.882,64
Portador: Felipe Marconi Faria Pedrosa	
Gastos no ano	11.234,51

Natureza dos gastos: 33.90.30	
Limite máximo concedido a cada portador: R\$ 8.000,00	
Portador: Antonio Bernardino Braga	Limite por NF: R\$ 800,00
Gastos no ano	66.815,02

Natureza dos gastos: 33.90.39	
Limite máximo concedido a cada portador: R\$ 8.000,00	
Portador: Lucas Antônio Pimenta Fantuzzi	Limite por NF: R\$ 800,00
Gastos no ano	8.303,93

Natureza dos gastos: 33.90.39	
Limite máximo concedido a cada portador: R\$ 8.000,00	
Portador: Elton Barbosa da Cunha	Limite por NF: R\$ 800,00
Gastos no ano	15.076,95
Total Geral Gasto no ano	121.313,05

Quanto a diferença encontrada no cartão de pagamento do **Sr. Antonio Bernardino Braga**. Segue em anexo planilha explicando a diferença, cujo saldo do SIAFI contempla os meses de jan a dez/09 e o saldo do Portal contempla dez/08 a nov/09. Aparece uma diferença de R\$138,32, que refere-se a uma compra cancelada conforme a planilha abaixo:

FECHAMENTO DO SUPRIMENTO DE FUNDOS DO ANTONIO BERNARDINO BRAGA

VALOR DO SIAFI	66.815,02
VALOR DO PORTAL	64.473,53
DIFERENÇA	2.341,49

VALOR DEZ/08	5.429,95
VALOR DEZ/09	7.909,76
DEVOLUÇÃO DE VALOR EM FEV/10	138,32
	2.341,49

SIAFI DEZ/09	66.815,02
PORTAL JAN/10	-64.473,53
VLR DEZ 09 (NÃO ENTROU NO PORTAL)	-7.909,76
VLR DEZ 08 (ENTROU SALDO PORTAL)	5.429,95
DEVOLUÇÃO DE MERCADORIA C/ DOCTOS	138,32
SALDO FINAL	0,00

Suprido: Elton Barbosa

Portal: R\$ 11.284,21.

Não constam no Portal os valores de dez/09 – R\$ 3.792,74, referente ao cartão de Pagamento.

SIAFI = R\$ 15.076,95.

Suprido: Felipe Marconi

Portal: R\$ 8.515,57.

Não constam no Portal os valores de dez/09 – R\$ 2.718,94, referente ao cartão de Pagamento.

SIAFI = R\$ 11.234,51.

Suprido: Lucas Antonio.

Portal: R\$ 7.158,74.

Não constam no Portal os valores de dez/09 – R\$ 1.145,19, referente ao cartão de pagamento.

SIAFI = R\$ 8.303,93.

Suprido: Vitor Cerqueira

Portal: R\$ 22.076,66.

Excluir do Portal os valores de dez/08 – R\$ 2.194,02, referente ao cartão de pagamento.

SIAFI = R\$ 19.882,64.

CARTÃO DE CRÉDITO – SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

CPGF : OSF 001/GEAFI/09, 002/GEAFI/09, 004/GEAFI/09, 006/GEAFI/09 E 008/GEAFI/09.

(EM R\$)

Limite de utilização total da UG: R\$ 80.000,00	
Natureza dos gastos permitidos:	
Limites concedidos a cada portador por suprimento: R\$ 4.000,00	
nota fiscal: R\$800,00	
Portador: José Renato Coelho	Limite por NF: R\$ 800,00
Gastos no ano	6.619,70

CPGF: OSF 003/GEAFI/09, 005/GEAFI/09 e 007/GEAFI/09.

Limite de utilização total da UG: : R\$ 80.000,00	
Natureza dos gastos permitidos:	
Limites concedidos a cada portador por suprimento R\$ 4.000,00	
Limite por nota fiscal: R\$800,00	
Portador: Genisson Costa de Azevedo	Limite por NF: R\$ 800,00
Gastos no ano	1.220,85
Total Geral Gasto no ano	7.840,55

CARTÃO DE CRÉDITO – SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA
(EM R\$)

Limite de utilização total da UG: R\$ 42.000,00	
Natureza dos gastos permitidos:	
Limites concedidos a cada portador: R\$ 0,00	
Portador: Ana Raquel Pereira de Araújo	Limite: R\$ 800,00 por nota fiscal
Gastos no ano	0,00

Limite de utilização total da UG: R\$ 42.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30 / 33.90.39	
Limites concedidos a cada portador: R\$ 1.000,00	
Portador: Ciro de Araújo Ferraz	Limite: R\$ 800,00 por nota fiscal
Gastos no ano	753,00

Limite de utilização total da UG: R\$ 42.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30	
Limites concedidos a cada portador: R\$ 1.000,00	
Portador: Cláudia Patrícia Alves Cavalcanti	Limite: R\$ 800,00 por nota fiscal
Gastos no ano	999,97

Limite de utilização total da UG: R\$ 42.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30 / 33.90.39	
Limites concedidos a cada portador: R\$ 5.000,00	
Portador: Francisco Hércules de Oliveira	Limite: R\$ 800,00 por nota fiscal
Gastos no ano	4.882,19

Limite de utilização total da UG: R\$ 42.000,00	
Natureza dos gastos permitidos:	
Limites concedidos a cada portador: R\$ 0,00	
Portador: João Oliveira Lima Neto	Limite: R\$ 800,00 por nota fiscal
Gastos no ano	0,00

Limite de utilização total da UG: R\$ 42.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30 / 33.90.39	
Limites concedidos a cada portador: R\$ 7.300,00	
Portador: Marcos Antonio de Moura	Limite: R\$ 800,00 por nota fiscal
Gastos no ano	5.755,62
Total Geral Gasto no ano	12.390,78

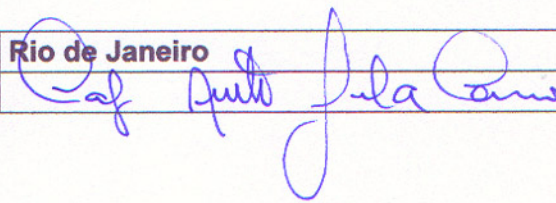
CARTÃO DE CRÉDITO – SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Limite de utilização total da UG R\$ 8.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30/33.90.39	
Limite concedidos a cada portador: R\$ 4.000,00	
Portador: Neyrde de Souza Mendonça	Limite: R\$ 500,00 por nota fiscal
Observação: O referido suprido foi substituído em junho/2009 pelo empregado Aderson Jackson	
Gastos no ano	3.403,56

Limite de utilização total da UG R\$ 8.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30/33.90.39	
Limite concedidos a cada portador: R\$ 4.000,00	
Portador: Fred Willams Ferreira da Silva	Limite: R\$ 500,00 por nota fiscal
Gastos no ano	3.668,96

Limite de utilização total da UG R\$ 8.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30/33.90.39	
Limite concedidos a cada portador: R\$ 4.000,00	
Portador: Aderson Jackson da Silva	Limite: R\$ 500,00 por nota fiscal
Observação: Suprido a partir de junho/2009	
Gastos no ano	1.263,63
Total Geral Gasto no ano	8.336,15

8.13 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE INFORMAÇÕES – SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU			56202
Eu, Carlos Alberto Silva Carmo, Chefe do Departamento de Controle Financeiro de Contratos, declaro, para os devidos fins, que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Rio de Janeiro	Data	22/02/2010
Responsável		CPF nº	610.509.387-04

8.14 - INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

A CBTU não possui passivos de fornecedores por insuficiência de créditos ou recursos

8.15 – INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

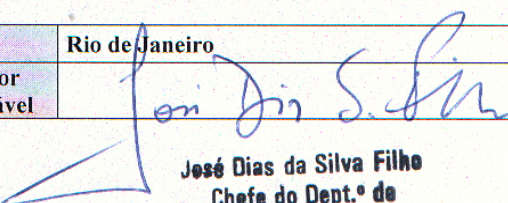
Não se aplica

8.16 - RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica

9. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

9.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos		275068	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Rio de Janeiro	Data	19 de Janeiro de 2010
Contador Responsável	 José Dias da Silva Filho Chefe do Dept.º de Contabilidade e Custos	CRC n.º	RJ - 053399-3

9.2 - BALANÇO FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA
ÓRGÃO SUPERIOR	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
19/01/2010	1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	109.896.175,20	113.770.435,16	DESPESAS CORRENTES	489.784.620,68	463.614.224,79
RECEITA PATRIMONIAL	7.017.651,69	8.136.132,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	210.990.486,83	163.586.863,70
RECEITA DE SERVIÇOS	98.933.674,60	93.493.276,99	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.946.984,46	17.495.604,40
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	109.262,15	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	235.654.341,50	252.917.121,51
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.835.586,76	12.141.025,87	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	14.600.563,49	14.492.208,29
RECEITAS DE CAPITAL	148.023,32	146.561,58	OUTRAS DESPESAS	221.053.778,01	238.424.913,22
ALIENAÇÃO DE BENS	148.023,32	146.561,58	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	32.192.807,89	29.614.635,18
DEDUÇÕES DA RECEITA	-55.146,05	-6.105,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.821.467,72	23.116.467,29
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	543.876.572,80	568.241.626,39	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.371.340,17	6.498.167,89
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	543.672.544,01	568.220.778,73	DESPESAS DE CAPITAL	310.481.821,09	415.920.959,82
REPASSE RECEBIDO	371.759.389,46	439.952.640,17	INVESTIMENTOS	286.480.549,28	352.575.457,75
SUB-REPASSE RECEBIDO	171.668.929,31	128.246.908,40	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	23.991.271,81	63.335.502,07
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	171.668.929,31	128.246.908,40	DESPESAS ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	10.000,00	10.000,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	185.250,64	0,86	INVESTIMENTOS	10.000,00	10.000,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	58.974,60	21.229,30	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	174.603.659,29	138.601.061,82
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	204.028,79	20.847,66	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	171.749.133,21	128.562.159,90
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	204.028,79	20.847,66	REPASSE CONCEDIDO	0,00	130.000,00
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	2.848.230.570,95	2.492.090.553,95	SUB-REPASSE CONCEDIDO	171.668.929,31	128.246.908,40
VALORES EM CIRCULAÇÃO	788.237.634,20	842.530.872,25	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	171.668.929,31	128.246.908,40
REDE BANCÁRIA-ARRECADACAO	1.748.036,95	1.187.240,27	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	21.229,30	0,86
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	774.066.252,80	833.504.340,54	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	58.974,60	185.250,64
CREDITOS TRIBUTÁRIOS	390.395,69	3.799.389,20	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.854.526,08	10.038.901,92
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	258.315,43	17.830,47	ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	164.256,14	0,00
OUTROS CREDITOS	258.315,43	17.830,47	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	164.256,14	0,00
RECURSOS VINCULADOS	6.358.437,97	2.614.519,99	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	2.690.269,94	10.038.901,92
OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	5.416.195,36	1.407.551,78	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	2.549.283.405,35	2.149.466.428,98
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	80.203,90	185.251,50	VALORES EM CIRCULAÇÃO	900.595.573,52	788.237.634,20
VALORES DIFERIDOS	80.203,90	185.251,50	REDE BANCÁRIA-ARRECADACAO	1.740.211,03	1.748.036,95
DEPOSITOS	2.539.079,73	4.017.036,22	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	851.276.576,02	774.066.252,80
CONSIGNAÇÕES	260.661,79	336.694,69	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	2.254,12	390.395,69
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.922.966,29	2.373.300,02	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.719.983,65	258.315,43
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	355.451,65	1.307.041,51	OUTROS CREDITOS	2.719.983,65	258.315,43
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	969.743.781,49	862.516.865,97	RECURSOS VINCULADOS	30.009.125,98	6.358.437,97
FORNECEDORES	6.120.611,13	9.016.796,05	OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	14.847.422,72	5.416.195,36
DO EXERCÍCIO	3.967.754,48	6.705.199,35	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	244.225,24	21.230,16
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.152.855,79	1.311.595,59	VALORES DIFERIDOS	244.225,24	21.230,16
CONVENIOS A PAGAR	0,86	1.000.001,11	DEPOSITOS	4.017.036,22	9.377.419,23
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	182.642,65	188,72	CONSIGNAÇÕES	336.694,69	799.470,00
RESTOS A PAGAR	595.368.410,53	558.658.312,08	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.373.300,02	7.593.561,67
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	587.120.086,26	546.430.229,72	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.307.041,51	984.387,56
CANCELADO	8.248.324,27	12.428.082,36	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	872.815.187,70	896.157.414,54
VALORES EM TRANSITO	1.826,78	41.114,06	FORNECEDORES	9.016.796,05	151.239.060,89



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA
ÓRGÃO SUPERIOR	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 19/01/2010	PÁGINA 2

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	110.631,37	0,00	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.016.794,94	25.232.508,99
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	276.994.814,12	225.555.097,29	CONVÊNIOS A PAGAR	1.000.001,11	126.006.551,90
OUTROS DÉBITOS	1.880,76	0,00	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	188,72	431.081,89
AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	90.460.961,64	67.734.557,55	RP'S NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	546.430.229,72	517.187.507,84
OUTRAS OBRIGAÇÕES	502.002,51	1.310.800,22	VALORES EM TRANSITO	41.114,06	1.059,78
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	1.087.629.871,27	782.840.526,01	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	225.555.097,29	155.396.503,25
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	844.499.189,52	701.569.857,64	OUTROS DÉBITOS	0,00	972.853,30
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	834.922.803,25	698.806.355,01	AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	90.460.961,64	67.734.557,55
OUTRAS INCORPORAÇÕES DE DIREITOS	9.576.386,27	2.763.502,63	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.310.800,22	3.194.790,04
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	243.116.421,04	81.246.593,11	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	771.611.382,67	455.672.730,85
EXERCÍCIOS ANTERIORES	875.333,18	103.965,76	BAIXA DE DIREITOS	414.072.934,53	228.038.186,01
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	242.241.087,86	81.141.180,67	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	403.517.557,23	225.274.296,88
OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	0,00	1.446,68	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	10.555.377,30	2.763.889,13
AJUSTES DE CREDITOS	14.260,71	24.077,26	INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	357.137.120,23	227.634.544,84
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA FINANCEIRA	11.385,22	24.077,26	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	357.137.120,23	227.634.544,84
VARIACÃO CAMBIAL	2.875,49	0,00	AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	401.327,91	0,00
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT	56.530.319,58	49.889.922,91	AJUSTES FINANCEIROS A DÉBITO	401.327,91	0,00
CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	0,00	104,47	DISPONIBILIDADE P/O PERÍODO SE	34.473.009,03	56.530.319,58
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	56.484.406,02	49.846.690,99	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	34.421.070,05	56.484.406,02
OUTRAS DISPONIBILIDADES	45.913,56	43.127,45	OUTRAS DISPONIBILIDADES	51.938,98	45.913,56
INGRESSOS	3.558.626.515,44	3.224.132.994,99	DISPÊNDIOS	3.558.626.515,44	3.224.132.994,99

9.3 – BALANÇO PATRIMONIAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
19/01/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	935.127.557,15	844.789.183,08	PASSIVO FINANCEIRO	873.632.549,91	786.556.512,92
DISPONIVEL	34.473.009,03	56.530.319,58	DEPOSITOS	2.539.079,73	4.017.036,22
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	34.473.009,03	56.530.319,58	CONSIGNACOES	260.661,79	336.694,69
CREDITOS EM CIRCULACAO	885.748.150,80	782.821.438,84	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	355.451,65	1.307.041,51
CREDITOS A RECEBER	4.462.448,80	2.396.748,07	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.922.966,29	2.373.300,02
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	16.353.772,77	74.350.135,71	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	871.034.495,58	782.354.226,06
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	834.922.803,25	699.716.117,09	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	6.415.765,91	9.016.984,77
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	30.009.125,98	6.358.437,97	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	3.967.754,48	6.705.199,35
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	58.974,60	21.229,30	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	2.152.855,79	1.311.595,59
VALORES DIFERIDOS	58.974,60	21.229,30	CONVENIOS A PAGAR	0,86	1.000.001,11
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	14.847.422,72	5.416.195,36	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	0,00	152,72
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	2.298.303,94	1.464.670,82	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	182.642,65	36,00
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	12.549.118,78	3.951.524,54	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	110.631,37	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	2.868.560.313,22	2.986.560.313,22	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.880,76	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-790.380.723,44	-661.943.876,66	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	587.120.086,26	546.430.229,72
CREDITOS EM CIRCULACAO	-823.915.996,49	-688.222.070,70	A LIQUIDAR	587.120.086,26	546.430.229,72
FORNECIMENTOS A RECEBER	16.907.042,91	16.896.611,87	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.826,78	41.114,06
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-8.266.012,43	-8.266.012,43	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	276.994.814,12	225.555.097,29
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-834.922.803,25	-698.806.251,01	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	502.002,51	1.310.800,22
DIVERSOS RESPONSAVEIS	47.099,44	47.099,44	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	58.974,60	185.250,64
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.381.242,04	1.371.306,79	VALORES DIFERIDOS	58.974,60	185.250,64
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	937.434,80	535.174,64	PASSIVO NAO FINANCEIRO	860.371.320,80	735.625.287,66
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	33.535.273,05	26.278.194,04	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	69.055.869,01	244.065.734,47
ESTOQUES	33.010.372,44	25.758.153,06	DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITOS/RECU	0,00	60.095.484,12
TITULOS E VALORES	524.900,61	520.040,98	PROVISOES	296.868.943,99	206.003.055,05
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.229,05	10.086,53	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-276.994.814,12	-224.645.231,21
DESPESAS ANTECIPADAS	6.229,05	10.086,53	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-276.994.814,12	-224.645.231,21
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	158.343.115,37	162.002.347,34	OPERACOES DE CREDITO	27.025.567,79	17.361.776,41
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	103.260.169,04	113.453.581,72	INTERNAS	16.038.195,03	17.181.503,41
RECURSOS VINCULADOS	103.260.169,04	113.453.581,72	EXTERNAS	10.987.372,76	180.273,00
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	55.082.946,33	48.548.765,62	OUTROS DEBITOS A PAGAR	609.276.257,61	731.680.879,82
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	25.930.987,62	43.427.745,52	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-587.120.086,26	-546.430.229,72
CREDITOS A RECEBER	29.151.958,71	5.121.020,10	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	787.531.285,79	487.585.387,19
PERMANENTE	3.500.954.166,11	3.486.491.756,01	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	787.531.285,79	487.585.387,19
IMOBILIZADO	3.471.205.029,89	3.453.414.383,49	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	130.426.494,25	194.804.606,61
BENS MOVEIS E IMOVEIS	4.069.243.256,11	4.002.619.059,89	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	10.398.463,63	19.744.923,16
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-598.038.226,22	-549.204.676,40	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	412.000.000,00	265.000.000,00
INTANGIVEL	976.439,54	746.750,96	OBRIGACOES A PAGAR	223.734.415,41	0,00
DIFERIDO	28.772.696,68	32.330.621,56	OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS	10.971.912,50	8.035.857,42
ATIVO REAL	3.804.050.344,24	3.831.349.496,30	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	3.784.166,00	3.974.166,00
			RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	3.784.166,00	3.974.166,00
			PASSIVO REAL	1.734.003.870,71	1.522.181.800,58



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSÃO 19/01/2010	PÁGINA 2

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
			PATRIMONIO LIQUIDO	2.070.046.473,53	2.309.167.695,72
			PATRIMONIO/CAPITAL	4.855.301.687,57	4.353.879.470,55
			CAPITAL REALIZADO	4.855.301.687,57	4.353.879.470,55
			CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	4.855.301.687,57	4.353.879.470,55
			RESERVAS	94.219.600,64	511.798.590,08
			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-2.556.510.364,91	-2.617.215.252,95
			RESULTADO DO PERÍODO	-322.964.449,77	60.704.888,04
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	3.804.050.344,24	3.831.349.496,30
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-4.127.014.794,01	-3.770.644.608,26
ATIVO COMPENSADO	5.477.253.647,17	5.336.362.107,69	PASSIVO COMPENSADO	5.477.253.647,17	5.336.362.107,69
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	5.477.253.647,17	5.336.362.107,69	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	5.477.253.647,17	5.336.362.107,69
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	101.456,34	456.418,94	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	101.456,34	456.418,94
GARANTIAS DE VALORES	43.647.594,01	42.930.992,96	VALORES EM GARANTIA	43.647.594,01	42.930.992,96
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	1.954.936.325,17	1.930.536.356,78	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	1.954.936.325,17	1.930.536.356,78
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	2.802.902.674,98	2.831.215.632,32	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	2.802.902.674,98	2.831.215.632,32
OUTRAS COMPENSAÇÕES	675.665.596,67	531.222.706,69	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	675.665.596,67	531.222.706,69
ATIVO	9.281.303.991,41	9.167.711.603,99	PASSIVO	9.281.303.991,41	9.167.711.603,99

9.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA	EMIÇÃO 19/01/2010	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES		

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ORÇAMENTARIAS	1.106.086.050,32	1.156.080.875,27	ORÇAMENTARIAS	1.051.776.549,60	1.111.288.786,70
RECEITAS CORRENTES	109.896.175,20	113.770.435,16	DESPESAS CORRENTES	489.784.620,68	463.614.224,79
RECEITA PATRIMONIAL	7.017.651,69	8.136.132,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	210.990.486,83	163.586.863,70
RECEITA DE SERVIÇOS	98.933.674,60	93.493.276,99	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.946.984,46	17.495.604,40
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	109.262,15	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	235.654.341,50	252.917.121,51
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.835.586,76	12.141.025,87	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	32.192.807,89	29.614.635,18
RECEITAS DE CAPITAL	148.023,32	146.561,58	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.821.467,72	23.115.467,29
ALIENAÇÃO DE BENS	148.023,32	146.561,58	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.371.340,17	6.498.167,89
DEDUÇÕES DA RECEITA	-55.146,05	-6.105,00	DESPESAS DE CAPITAL	310.481.821,09	415.920.959,82
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	543.672.544,01	568.220.778,73	INVESTIMENTOS	286.480.549,28	352.575.457,75
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	543.672.544,01	568.220.778,73	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	23.991.271,81	63.335.502,07
REPASSE RECEBIDO	371.759.389,46	439.952.640,17	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	10.000,00	10.000,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	171.668.929,31	128.246.908,40	INVESTIMENTOS	10.000,00	10.000,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	185.250,64	0,86	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	171.749.133,21	128.562.159,90
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	58.974,60	21.229,30	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	171.749.133,21	128.562.159,90
MUTACÕES ATIVAS	452.424.453,84	473.949.204,80	REPASSE CONCEDIDO	0,00	130.000,00
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	25.003.537,81	25.571.917,67	SUB-REPASSE CONCEDIDO	171.668.929,31	128.246.908,40
AQUISICÕES DE BENS	17.014.242,23	19.174.565,71	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	21.229,30	0,86
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	5.852.181,70	6.118.548,58	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	58.974,60	185.250,64
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORAÇÃO	2.122.910,03	249.066,39	MUTACÕES PASSIVAS	79.760.974,62	103.191.442,19
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	14.203,85	29.736,99	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	2.078.519,99	1.817.577,89
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	427.420.916,03	448.377.287,13	ALIENAÇÃO DE BENS	13.666,54	173.715,99
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.499.486.847,77	2.772.359.184,80	LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	301.041,96	271.378,15
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	1.738.857,29	1.601.268,34	BAIXA DE FORNEC. A RECEBER - ENT.COMERCIA	1.763.811,49	1.372.483,75
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.738.857,29	1.601.268,34	INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	77.682.454,63	101.373.864,30
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	347.020.009,23	299.207.605,17	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.876.760.798,26	2.758.446.385,33
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	10.330,88	210.586,54	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	1.895,37	2.664,50
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	347.009.678,55	298.997.018,63	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	1.895,37	2.664,50
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.150.727.981,25	2.471.550.311,29	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	349.670.506,52	83.036.369,78
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	2.093.459.878,29	1.029.974.331,63	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	10.330,68	210.586,54
INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	24.217.844,82	50.274.653,49	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	164.256,14	0,00
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	48.668.594,09	33.206.407,40	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	349.495.919,70	82.825.783,24
INCORPORAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	5.343,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.527.088.396,37	2.673.407.351,05
INCORPORAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	15.649.463,62	15.004.546,00	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	1.379.917.018,80	1.037.915.856,78
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	2.004.923.875,76	931.483.381,74	BAIXA DE BENS IMÓVEIS	1.080.253,13	13.577.288,82
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	4.270.506,35	40.376.244,13	BAIXA DE BENS MÓVEIS	17.801.829,99	13.805.444,74
REAVALIACÕES DE BENS	978.162,67	0,00	BAIXA DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	675.134,41
REAVALIACÕES DE TÍTULOS E VALORES	93.320,43	0,00	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	15.644.603,99	15.293.202,71
AJUSTES DE CRÉDITOS	2.511.818,52	39.220.249,14	OUTRAS BAIXAS DE VALORES	199,00	386,50
OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	687.204,73	1.155.994,99	BAIXA DE DIREITOS	1.345.390.132,69	994.564.399,60
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	977.389.549,41	1.334.493.600,92	AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	81.175.245,97	67.909.592,86
AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	58.922.929,32	26.250.333,99	AJUSTES DE CRÉDITOS	28.591.327,26	9.831.667,31



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA
ÓRGÃO SUPERIOR	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 19/01/2010	PÁGINA 2

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.685.117,88	40.455.800,62	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	52.583.918,71	58.077.925,55
AJUSTES NAO FINANCEIROS	16.685.117,88	40.455.800,62	INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.701.896.550,67	1.102.164.806,73
RESULTADO PATRIMONIAL	322.964.449,77	0,00	AJUSTES DE OBRIGACOES	128.698.253,02	239.227.805,03
DEFICIT	322.964.449,77	0,00	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	235.401.327,91	226.189.289,65
			AJUSTES FINANCEIROS	401.327,91	0,00
			AJUSTES NAO FINANCEIROS	235.000.000,00	226.189.289,65
			RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	60.704.888,04
			SUPERAVIT	0,00	60.704.888,04
VARIAÇÕES ATIVAS	4.928.537.347,86	3.928.440.060,07	VARIAÇÕES PASSIVAS	4.928.537.347,86	3.928.440.060,07

9.5 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS				EXERCICIO 2009		MES DEZ(FECHADO)		
SUBTITULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA				EMISSAO 19/01/2010		PAGINA 1		
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES								
RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	107.213.278,00	107.213.278,00	109.841.029,15	-2.627.751,15	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	949.587.838,00	831.170.563,00	755.798.638,97	75.371.924,03
RECEITAS PATRIMONIAIS	8.361.407,00	8.361.407,00	7.015.110,56	1.346.296,44	DESPESAS CORRENTES	413.360.024,00	533.666.804,00	487.514.668,61	46.152.135,39
RECEITAS DE SERVICOS	98.438.510,00	98.438.510,00	98.933.381,40	-494.871,40	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	188.050.100,00	272.721.162,00	238.811.954,55	33.909.207,45
TRANSFERENCIAS	174.779,00	174.779,00	108.109,77	66.669,23	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	12.411.531,00	14.667.531,00	10.946.984,46	3.720.546,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	238.582,00	238.582,00	3.784.427,42	-3.545.845,42	OUTRAS DESPESAS CORREN	212.898.393,00	246.278.111,00	237.755.729,60	8.522.381,40
RECEITAS DE CAPITAL	93.350,00	93.350,00	148.023,32	-54.673,32	DESPESAS DE CAPITAL	536.227.814,00	297.503.759,00	268.283.970,36	29.219.788,64
ALIENACAO DE BENS	93.350,00	93.350,00	148.023,32	-54.673,32	INVESTIMENTOS	506.537.681,00	263.705.626,00	244.282.698,55	19.412.927,45
					AMORTIZACAO DA DIVIDA	29.690.133,00	33.798.133,00	23.991.271,81	9.806.861,19
					CREDITOS ESPECIAIS	0,00	15.010.000,00	14.000.000,00	1.010.000,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.000.000,00	14.000.000,00	1.000.000,00
					INVESTIMENTOS	0,00	15.000.000,00	14.000.000,00	1.000.000,00
SUBTOTAL I	107.306.628,00	107.306.628,00	109.989.052,47	-2.682.424,47	SUBTOTAL I	949.587.838,00	846.180.563,00	769.798.638,97	76.381.924,03



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS				EXERCICIO 2009		MES DEZ(FECHADO)	
SUBTITULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA				EMISSAO 19/01/2010		PAGINA 2	
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES							

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARREGADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA REPASSE	738.873.935,00	769.391.785,73	371.923.410,80	397.468.374,93	MOVIMENTACAO DE CREDITO				
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	30.517.850,73	30.467.802,80	50.047,93
					DESPESAS CORRENTES	0,00	2.320.000,00	2.269.952,07	50.047,93
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	2.320.000,00	2.269.952,07	50.047,93
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	28.197.850,73	28.197.850,73	0,00
					INVESTIMENTOS	0,00	28.197.850,73	28.197.850,73	0,00
SUBTOTAL II	738.873.935,00	769.391.785,73	371.923.410,80	397.468.374,93	SUBTOTAL II	0,00	30.517.850,73	30.467.802,80	50.047,93
RECEITA TES. DESCENTRALIZ.	0,00	0,00	-2.486.241,15	2.486.241,15					
TOTAL	846.180.563,00	876.698.413,73	479.426.222,12	397.272.191,61	TOTAL	949.587.838,00	876.698.413,73	800.266.441,77	76.431.971,96
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	320.840.219,65	-320.840.219,65	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	846.180.563,00	876.698.413,73	800.266.441,77	76.431.971,96	TOTAL GERAL	949.587.838,00	876.698.413,73	800.266.441,77	76.431.971,96

9.6 – DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA
ÓRGÃO SUPERIOR	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 19/01/2010	PÁGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	34.473.009,03	56.530.319,58	CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	-885.748.150,80	-782.821.438,84
CAIXA	51.938,98	45.913,56	CREDITOS A RECEBER	-885.748.150,80	-782.821.438,84
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	34.421.070,05	56.484.406,02	REDE BANCÁRIA - ARRECADACAO	-1.740.211,03	-1.748.036,95
			CREDITOS TRIBUTARIOS	-2.254,12	-390.395,69
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-851.276.576,02	-774.066.252,80
			LIMITE DE SAQUE Q/VINCULACAO DE PAGAMENT	-16.353.772,77	-74.350.135,71
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-834.922.803,25	-699.716.117,09
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	-2.719.983,65	-258.315,43
			SALARIO-MATERNIDADE	0,00	-6.030,17
			CREDITOS A RECEBER - FOLHA DE PAGAMENTO	-2.875,49	0,00
			CREDITOS EM LIQUIDACAO	-2.717.108,16	-252.285,26
			RECURSOS VINCULADOS	-30.009.125,98	-6.358.437,97
			RECURSOS APREENDIDOS POR DECISAO JUDICIA	-30.009.125,98	-6.358.437,97
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	-14.906.397,32	-5.437.424,66
			RECURSO DIFERIDO CONCEDIDO	-58.974,60	-21.229,30
			DEPOSITOS DE LONGO PRAZO	-12.549.118,78	-3.951.524,54
			RESERVA DE RESULTADOS A COMPENSAR	-2.298.303,94	-1.464.670,82
			DEPOSITOS	2.539.079,73	4.017.036,22
			CONSIGNACOES	260.661,79	336.694,69
			RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	355.451,65	1.307.041,51
			DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.822.966,29	2.373.300,02
			OBRIGACOES EM CIRCULAÇÃO	871.034.495,58	782.354.226,06
			OBRIGACOES A PAGAR	870.528.785,53	781.002.311,78
			FORNECEDORES	6.120.611,13	9.016.796,05
			DO EXERCÍCIO	3.967.754,48	6.705.199,35
			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.152.855,79	1.311.595,59
			CONVENIOS A PAGAR	0,86	1.000.001,11
			PESSOAL A PAGAR	0,00	152,72
			DO EXERCÍCIO	0,00	152,72
			ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	182.642,65	36,00
			TRIBUTOS A PAGAR	110.631,37	0,00
			RESTOS A PAGAR	587.120.086,26	546.430.229,72
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	587.120.086,26	546.430.229,72
			RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	276.994.814,12	225.555.097,29
			CREDORES DIVERSOS	1.880,76	0,00
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.880,76	0,00
			VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	1.826,78	41.114,06
			VALORES A DEBITAR	0,00	37.164,78
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	1.826,78	3.949,28
			OUTRAS OBRIGACOES	502.002,51	1.310.800,22
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	58.974,60	185.250,64
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	58.974,60	185.250,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA
ÓRGÃO SUPERIOR	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 19/01/2010	PÁGINA 2

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
			SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	61.495.007,24	58.232.670,16
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-496.432.981,89	-415.764.328,30
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	557.927.989,13	474.161.019,80
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - CONCEDIDO	-276.994.814,12	-225.555.097,29
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	834.922.803,25	699.716.117,09
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	0,00	-164.021,34
			DISPONIBILIDADE DE REPASSE DIFERIDO RECEBI	0,00	-164.021,34
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-58.974,60	-21.229,30
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO CONCED	58.974,60	21.229,30
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	34.473.009,03	56.530.319,58	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	34.473.009,03	56.530.319,58

9.7 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA	EMIÇÃO 19/01/2010	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES		
TÍTULOS	2009	2008	
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	109.896.175,20	113.770.435,16	
RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS	109.896.175,20	113.770.435,16	
RECEITAS DE CAPITAL	148.023,32	146.561,58	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	148.023,32	146.561,58	
DEDUÇÕES DA RECEITA	-55.146,05	-6.105,00	
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	109.989.052,47	113.910.891,74	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESPESAS CORRENTES	489.784.620,68	463.614.224,79	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	238.811.954,55	186.703.330,99	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.946.984,46	17.495.604,40	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	240.025.681,67	259.415.289,40	
DESPESAS DE CAPITAL	310.481.821,09	415.920.959,82	
INVESTIMENTOS	286.490.549,28	352.585.457,75	
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	23.991.271,81	63.335.502,07	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	800.266.441,77	879.535.184,61	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-690.277.389,30	-765.618.187,87	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	543.672.544,01	568.220.778,73	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	543.672.544,01	568.220.778,73	
MUTACÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	452.424.453,84	473.949.204,80	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	25.003.537,81	25.571.917,67	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	427.420.916,03	448.377.287,13	
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	171.749.133,21	128.562.159,90	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	171.749.133,21	128.562.159,90	
(-) MUTACÕES PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	79.760.974,62	103.191.442,19	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2.078.519,99	1.817.577,89	
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	77.682.454,63	101.373.864,30	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APÓS INTERF/MUTACÕES	54.309.500,72	44.792.088,57	
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.	1.738.857,29	1.601.268,34	
TOTAL DAS RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.738.857,29	1.601.268,34	
DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS			
DESPESAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.	1.895,37	2.664,50	
(-) TOTAL DAS DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.895,37	2.664,50	
RESULTADO APÓS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	56.046.462,64	46.396.797,41	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	347.020.009,23	299.207.605,17	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	10.330,68	210.586,54	
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	347.009.678,55	298.997.018,63	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	3.150.727.981,25	2.471.550.311,29	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2.093.459.878,29	1.029.974.331,63	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	977.389.549,41	1.334.493.600,92	
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	79.878.553,55	107.082.378,74	
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	349.670.506,52	83.036.369,78	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	10.330,68	210.586,54	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTÍTULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 19/01/2010	PAGINA 2

TÍTULOS	2009	2008
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	164.256,14	0,00
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	349.495.919,70	82.825.783,24
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	3.527.088.396,37	2.673.407.351,05
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	1.379.917.018,80	1.037.915.856,78
INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.701.896.550,57	1.102.164.806,73
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	445.274.826,90	533.326.687,54
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	-322.964.449,77	60.704.888,04

9.8 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA		EMISSÃO 19/01/2010	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES			
TÍTULOS	2009	2008		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
RECEITAS CORRENTES	109.896.175,20	113.770.435,16		
RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS	109.896.175,20	113.770.435,16		
RECEITAS DE CAPITAL	148.023,32	146.561,58		
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	148.023,32	146.561,58		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-55.146,05	-6.105,00		
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	109.989.052,47	113.910.891,74		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
URBANISMO	343.483.411,29	686.707.561,74		
ENCARGOS ESPECIAIS	111.963.040,96	182.827.622,87		
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	800.266.441,77	879.535.184,61		
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-690.277.389,30	-765.618.187,87		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	543.672.544,01	568.220.778,73		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	543.672.544,01	568.220.778,73		
MUTACÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	452.424.453,84	473.949.204,80		
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	25.003.537,81	25.571.917,67		
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	427.420.916,03	448.377.287,13		
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	171.749.133,21	128.562.159,90		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	171.749.133,21	128.562.159,90		
(-) MUTACÕES PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	79.760.974,62	103.191.442,19		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2.078.519,99	1.817.577,89		
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	77.682.454,63	101.373.864,30		
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APOS INTERF/MUTACÕES	54.309.500,72	44.792.088,57		
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS				
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.	1.738.857,29	1.601.268,34		
TOTAL DAS RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.738.857,29	1.601.268,34		
DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS				
DESPESAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.	1.895,37	2.664,50		
(-) TOTAL DAS DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.895,37	2.664,50		
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	56.046.462,64	46.390.692,41		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	347.020.009,23	298.207.605,17		
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	10.330,68	210.586,54		
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	347.009.678,55	298.987.018,63		
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	3.150.727.981,25	2.471.550.311,29		
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2.093.459.878,29	1.029.974.331,63		
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	977.389.549,41	1.334.493.600,92		
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	79.878.553,55	107.082.378,74		
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	349.670.506,52	83.036.369,78		
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	10.330,68	210.586,54		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	164.256,14	0,00		
OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	349.495.919,70	82.825.783,24		
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	3.527.088.396,37	2.673.407.351,05		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.379.917.018,80	1.037.915.856,78		
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.701.896.550,67	1.102.164.806,73		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA
ÓRGÃO SUPERIOR	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 19/01/2010	PÁGINA 2

TÍTULOS	2009	2008
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	445.274.826,90	533.326.687,54
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	-322.964.449,77	60.704.888,04

9.9 - BALANÇO PATRIMONIAL LEI 6404/76



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL LEI 6404/76 - TODOS OS ORÇAMENTOS				EXERCÍCIO	MES
					2009	DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	29214 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - SOC ECONOMIA MISTA				EMISSION	PAGINA
					19/01/2010	1
ORGAO SUPERIOR	58000 - MINISTERIO DAS CIDADES					
ATIVO			PASSIVO			
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008	
ATIVO CIRCULANTE	129.905.640,04	177.439.197,59	PASSIVO CIRCULANTE	942.688.418,92	1.030.622.247,39	
DISPONIVEL	34.473.009,03	56.530.319,58	DEPOSITOS	2.539.079,73	4.017.036,22	
CAIXA	51.938,98	45.913,56	CONSIGNACOES	260.661,79	336.694,69	
APLICACOES FINANCEIRAS	34.421.070,05	56.484.406,02	PENSAO ALIMENTICIA	5.921,66	2.097,72	
CREDITOS EM CIRCULACAO	61.832.154,31	94.599.368,14	OUTROS TRIBUTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	11.945,10	11.334,73	
CREDITOS A RECEBER	29.787.011,89	86.427.925,65	OUTROS CONSIGNATARIOS	206.073,84	97.353,87	
DEVEDORES POR FORNECIMENTO - FATURADOS	986.118,65	1.019.022,43	CONSIGNACOES DIVERSAS	36.721,19	225.908,37	
DEVEDORES POR FORNECIMENTO - VENCIDOS	15.920.924,26	15.877.589,44	RECURSOS DA UNIAO	355.451,65	1.307.041,51	
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	1.740.211,03	1.748.036,95	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.922.966,29	2.373.300,02	
CREDITOS TRIBUTARIOS	2.254,12	390.395,69	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	940.090.364,59	1.026.419.960,53	
RECURSOS A RECEBER	16.353.772,77	75.260.001,79	OBRIGACOES A PAGAR	912.560.967,51	1.007.706.269,84	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.049.743,49	398.891,78	FORNECEDORES	6.120.611,13	69.112.280,17	
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-8.266.012,43	-8.266.012,43	PESSOAL A PAGAR	0,00	152,72	
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	654.774,40	441.697,73	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	182.642,65	36,00	
DEVEDORES DIVERSOS	654.774,40	441.697,73	PROVISOES	296.688.943,99	206.003.055,05	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.381.242,04	1.371.306,79	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	110.631,37	0,00	
ADIANTAMENTOS A PESSOAL	1.381.242,04	1.371.306,79	RESIDUOS PASSIVOS	0,00	909.866,08	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	30.009.125,98	6.358.437,97	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	609.278.138,37	731.680.879,82	
RECURSOS VINCULADOS	30.009.125,98	6.358.437,97	OPERACOES DE CREDITO	27.025.567,79	17.361.776,41	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	33.535.273,05	26.278.194,04	INTERNAS	16.038.195,03	17.181.503,41	
ESTOQUES	33.010.372,44	25.758.153,06	EXTERNAS	10.987.372,76	180.273,00	
TITULOS E VALORES EM CIRCULACAO	524.900,61	520.040,98	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.826,78	41.114,06	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	65.203,65	31.315,83	OUTRAS OBRIGACOES	502.002,51	1.310.800,22	
VALORES PENDENTES	6.229,05	10.086,53	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	58.974,60	185.250,64	
VALORES DIFERIDOS	58.974,60	21.229,30	VALORES DIFERIDOS	58.974,60	185.250,64	
ATIVO NAO-CIRCULANTE	3.674.144.704,20	3.653.910.298,71	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	791.315.451,79	491.559.553,19	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	173.190.538,09	167.418.542,70	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO A PRAZO	787.531.285,79	487.585.387,19	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	115.809.287,82	117.405.106,26	OPERACOES DE CREDITO - INTERNAS	130.426.494,25	194.804.606,61	
RECURSOS VINCULADOS	115.809.287,82	117.405.106,26	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNAS	10.398.463,63	19.744.923,16	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	57.381.250,27	50.013.436,44	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	412.000.000,00	265.000.000,00	
DEVEDORES- ENTIDADES E AGENTES	25.930.987,62	43.427.745,52	OBRIGACOES A PAGAR	223.734.415,41	0,00	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	31.450.262,65	6.585.690,92	OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS	10.971.912,50	8.035.857,42	
IMOBILIZADO	3.471.205.029,89	3.453.414.383,49	RECEITA DIFERIDA	3.784.166,00	3.974.166,00	
BENS IMOVEIS	3.462.398.516,43	3.408.370.991,74	RECEITA DIFERIDA	3.784.166,00	3.974.166,00	
BENS MOVEIS	606.844.739,68	594.248.068,15	PATRIMONIO LIQUIDO	2.070.046.473,53	2.309.167.695,72	
DEPRECIACOES	-598.038.226,22	-549.204.676,40	PATRIMONIO/CAPITAL	4.855.301.687,57	4.353.879.470,55	
INTANGIVEL	976.439,54	746.750,96	CAPITAL REALIZADO	4.855.301.687,57	4.353.879.470,55	
DIFERIDO	28.772.696,68	32.330.621,56	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	4.855.301.687,57	4.353.879.470,55	
DESPESAS PRE-OPERACIONAIS	205.425.278,53	205.425.278,53	RESERVAS	94.219.600,64	511.798.590,08	
OUTROS DIFERIMENTOS	49.603.254,68	49.603.254,68	RESERVAS DE CAPITAL	86.604.911,44	503.689.140,16	
AMORTIZACOES	-226.255.836,53	-222.697.911,65	RESERVAS DE REAVALIACAO	7.614.689,20	8.109.449,92	
			RESULTADO ACUMULADO	-2.556.510.364,91	-2.617.215.252,95	



EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 19/01/2010	PAGINA 2

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
			RESULTADO DO PERÍODO	-322.964.449,77	60.704.888,04
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	13.491.437.815,59	13.829.701.032,10
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-13.814.402.265,36	-13.768.996.144,06
ATIVO	3.804.050.344,24	3.831.349.496,30	PASSIVO	3.804.050.344,24	3.831.349.496,30

10. RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

10.1 - PROVIDÊNCIAS IMPLEMENTADAS PELA CBTU RELATIVAS ÀS RECOMENDAÇÕES ORIUNDAS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO E DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL.

a.1) Ofício nº 39415/2009/SE/CGU-PR, DE 03/12/2009

Referido Ofício trata do encaminhamento do Relatório de Auditoria referente aos trabalhos realizados na Superintendência de Trens Urbanos de Natal, relativo ao Relatório de Ação de Controle nº 00190.017686/2007-62.

Fora constatadas pela CGU-RN, fatos e situações que não caracterizaram danos ao erário, conforme descrevemos a seguir:

Item 2.1.1.1.2 – Contratação de locação mão-de-obra utilizando-se de planilha orçamentária que define serviços de manutenção corretiva e preventiva na via permanente.

Item 2.1.1.1.3 – Uso indevido de Dispensa de Licitação.

Item 2.1.1.2.1 – Utilização inadequada de modalidade de licitação.

Item 2.1.1.2.2 – Permuta de parte do objeto da contratação sem a devida formalização legal.

Item 2.1.1.2.3 – Instalações da contratada com o volume e natureza dos diversos tipos de serviços prestados à CBTU-NAT.

Item 2.1.1.2.4 – Verificação de possíveis problemas na reforma da Estação João Padre Maria.

Item 2.1.1.2.5 – Contratação de pessoal para o exercício de Cargo de Confiança.

Item 2.1.1.2.6 – Insuficiência de documentação necessária para se avaliar a existência de indicação as empresas prestadoras de serviços de mão-de-obra à CBTU, dos profissionais a serem contratados.

Item 2.1.1.2.7 – Vínculos mantidos entre empresas as tornam impróprias para disputarem os mesmos certames licitatórios.

Item 2.1.1.2.8 - Parentesco entre proprietário da empresa Turbotec e membro da administração da STU-MAC/AL favorece empresas da família.

Item 2.1.1.2.9 – Apuração de Sindicância, Tomada de Contas Especial e Inquérito Disciplinar.

Providências adotadas:

Através do Memo/0003-2010/GAB, de 08/01/2010, foi determinada à STU-NATAL que os responsáveis pelas falhas apontadas, examinasse, criteriosamente, o Relatório de Ação de Controle nº 00190.017686/2007-62, a fim de que as referidas falhas não se repitam.

Pela Folha de Despachos Prot. nº 21976/09, de 14/01/2010, o Diretor-Técnico da CBTU esclareceu ao Diretor-Presidente da Companhia que, os termos do Relatório de Auditoria realizada pela CGU na STU/NAT objetivando verificar a existência de

irregularidades na aplicação de recursos federais, concluíram apontando 10 irregularidades sem, no entanto, danos ao erário.

Todas as irregularidades apontadas ocorreram no período entre 2002 e 2008, sendo certo que a lançada no item 2.1.1.2.9 (Apuração de Sindicância, Tomadas de Contas Especial e Inquérito Disciplinar), proveniente da licitação Tomada de Preços nº 002/GELIC/2007, consumada com pactuação do contrato 001/07/05 com a empresa Hidramec – Serviços de Manutenção Ltda., teve a apuração e decisão adequada pela Diretoria da CBTU.

Todas as demais, são de natureza administrativa/gerencial e, como da apuração, não ficou consubstanciado danos ao erário e nem a existência de má-fé, dolo ou de que produziu proveito indevido para quem fosse, sugiro que seja

dado conhecimento do relatório da CGU à STU/NAT com a advertência de que os erros apontados não podem se repetir sob pena de responsabilização, independente de gerar dano ao erário ou ser considerado anti-econômico.

a.2) RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 222088 – CGU/PR, de 03/06/2009

Referido Relatório, trata de auditoria nas contas do Projeto do Trem Metropolitano de Fortaleza – 2º Estágio, no âmbito do acordo de empréstimo BIRD nº 7083-BR, referente ao exercício de 2008.

Embora no referido relatório não tenha gerado recomendações direcionadas à CBTU, através da CRT/0112/2009/P, de 05/06/2009, citado relatório foi encaminhado à METROFOR para conhecimento e providências cabíveis e pela CRT/0213/2009/P, de 24/09/2009, foi encaminhado à CGU-RJ, manifestação da METROFOR a respeito do relatório em questão.

Item 3.1.1.2 - Recomenda-se que a METROFOR aprimore seus procedimentos internos com objetivo de agilizar os seus trâmites processuais, tendo em vista os constantes atrasos na execução de suas metas.

Providências adotadas:

Através do Ofício nº 483/2009 – DPR, a METROFOR esclareceu que, o Metrô de Fortaleza está revendo seus processos internos visando agilizar e eliminar todos os entraves que estão impactando no cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho.

Esta revisão tem como objetivo principal a regulamentação e padronização dos procedimentos.

Item 3.1.12.2 - Recomenda-se que a METROFOR solicite à contratada a apresentação, com maior brevidade possível, dos documentos em tela, de modo a obter uma base para julgamento e liberação das medições. Recomenda-se, ainda, cautela quando da aprovação dos referidos documentos, no sentido de que não sejam aprovados relatórios com qualidade inferior à necessária.

Providências adotadas:

Através do Ofício nº 483/2009 – DPR, a METROFOR esclareceu que, reiteramos os nossos comentários quando do relatório preliminar de Auditoria realizada nessa CBTU, encaminhados através do ofício 390/2009-DPR de 18/06/2009, o contrato 010/METROFOR/2007 contempla a prestação dos serviços de Gerenciamento e Supervisão, e a empresa MWH ao emitir o relatório de Progresso, contemplava as atividades exigidas pelo edital para o "Relatório de Progresso" e o "Relatório de

Atividades" específico para a equipe de Supervisão, com o conteúdo dos relatórios apresentados até o momento, tendo sido acordados com o Banco Mundial.

Com a finalidade de atender exatamente o requerido, a contratada apresentou a partir do mês de maio de 2009, os seguintes produtos: Relatório de Progresso - Conterá as informações abaixo listadas segregando-as em Gerenciamento e Supervisão das Obras e Material Rodante:

I. APRESENTAÇÃO

II. CONTRATO DE GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO E PROJETO EXECUTIVO

III. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS -Gerenciamento

1. Atividades Previstas: Planejamento e Controle; Acompanhamento Administrativo-Financeiro; Apoio Institucional e Ambiental; Assessoria Técnica à Obra;
2. Atividades Realizadas: Planejamento e Controle; Administrativo-Financeiro; Apoio Institucional e Ambiental; Assessoria Técnica à Obra;
3. Recursos Mobilizados;
4. Projeto Executivo.

IV. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS-Supervisão

1. Diagrama de desenvolvimento de obras e serviços;
2. Interfaceamento de Sistemas Fixos;
3. Condições Pluviométricas;
4. Quantificação dos Serviços e Obras Realizadas;
5. Programação dos Serviços e Obras Realizadas;
6. Controle Tecnológico de Materiais e Serviços.

V. AVANÇO ECONÔMICO DA ORDEM DE SERVIÇO Nº 01 – GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO

1. Cronograma Físico-Econômico;
2. Gráfico Curvas S (previsto x realizado)
3. Boletim de medição.

Relatório de Atividades - as atividades dos funcionários envolvidos na supervisão, número de horas trabalhadas, viagens e equipamentos mobilizados, contendo:

I. APRESENTAÇÃO

II. CONTRATO DE GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO E PROJETO EXECUTIVO

III. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS (previsto e realizado)

IV. RECURSOS MOBILIZADOS

1. Pessoal mobilizado (horas trabalhadas);
2. Viagens e equipamentos (viagens realizadas e equipamentos mobilizados).

Item 3.1.11.2 - Recomendamos que a entidade exija da contratada, quando dos próximos pagamentos, a apresentação de seus relatórios em conformidade com os termos fixados no Edital da Concorrência, sob pena aplicação das penalidades previstas em contrato. Recomenda-se, ainda, cautela quando da aprovação dos

referidos documentos, no sentido de que não sejam aprovados relatórios de qualidade inferior à necessária.

Providências adotadas:

Através do Ofício nº 483/2009 – DPR, a METROFOR esclareceu que, com a alteração dos relatórios, como mencionado nos comentários do item 3.1.12.2 acima, entende o Metrô de Fortaleza que a irregularidade está elidida.

Item 3.1.12.1 - Recomendamos que a METROFOR apresente planilhas orçamentárias detalhadas dos serviços contratados, bem como relatório conclusivo, baseado em planilha de custos, informando acerca da adequabilidade ou não dos preços contratados, anexando os respectivos documentos ao processo licitatório relativo à Concorrência Nº52/2008.

Providências adotadas:

Através do Ofício nº 483/2009 – DPR, a METROFOR esclareceu que, reiteramos os nossos comentários quando do relatório preliminar de Auditoria realizada nessa CBTU, encaminhados através do ofício 390/2009-DPR de 18/06/2009.

É certo que não constou do edital de licitação a planilha de preços estimados com os valores orçados, por entendermos que a concorrência seguia as regras estipuladas pelo BIRD que não estabelece sua obrigatoriedade.

Entretanto, sobre a planilha de preço elaborada pelos Técnicos do Metrô de Fortaleza, encaminhada junto ao ofício retro mencionado, foi confeccionada entre os anos de 2005 e 2006, sendo alvo de constantes alterações de seu escopo, quantitativos, valores, recomendações, críticas e observações, tudo em estrita observância e aprovação da Diretoria de Desenvolvimento e Tecnologia (DET - METROFOR) e CBTU de forma a satisfazer todas as partes e os recursos disponíveis. Desta forma, em sua versão final, no valor de R\$6.787.736,00 são apresentados preços obtidos de licitações e ordens de compra entre os anos de 2005 e 2006.

A planilha apresentada pela empresa vencedora da licitação no valor total de R\$6.099.697,34, tem como referência o mês de julho de 2008, que representa um desconto de 10% se comparada com a planilha elaborada pelo Metrô de Fortaleza, mesmo não considerando atualização dos valores no período entre 2006 e 2008.

A METROFOR apresentou a planilha com os preços orçados pelo Metrô de Fortaleza e o apresentado pela empresa contratada, com as devidas análises comparativas relativas aos valores orçados.

Item 3.1.12.2 - Diante da materialidade dos valores envolvidos, recomendamos que a METROFOR condicione os novos pagamentos à empresa contratada pelo instrumento nº047/METROFOR/2008, à elaboração de relatório conclusivo acerca da adequabilidade ou não dos preços contratados, baseado em planilha que expressem a composição de todos os custos envolvidos para execução dos serviços contratados.

Providências adotadas:

Através do Ofício nº 483/2009 – DPR, a METROFOR esclareceu que, reiteramos os nossos comentários quando do relatório de Auditoria realizado nesta companhia encaminhados à CGU-CE através do ofício nº 161/2009-DPR datado de 25/03/2009 e do relatório preliminar de Auditoria realizada nessa CBTU, encaminhados através do ofício 390/2009-DPR de 18/06/2009.

A aquisição de VLTs para o Projeto de Trem Metropolitano de Fortaleza - PTMF foi a primeira aquisição de veículo desse tipo no Brasil. Assim sendo não existia um

mercado nacional a ser consultado, sendo certo apenas que a disponibilidade de recursos era de R\$41.000.000,00 decorrentes do saldo do contrato de financiamento para a Linha Oeste.

Assim sendo, a equipe técnica do Metrô de Fortaleza, se viu obrigada a assumir que esse valor fosse o suficiente para adquirir os seis VLTs, nos padrões definidos no termo de referência.

Alguns valores foram checados tomando por base os preços de ônibus, trens e Metros recentemente fornecidos no mercado nacional que são ofertados por preço unitário.

É sabido, também, que em outros editais de licitação de aquisição de veículos de passageiros (trens, metros, ônibus, automóveis, etc.) não existem orçamentos detalhados em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários para a fabricação dos veículos.

Essa condição seria possível se o Metrô de Fortaleza ou outro adquirente detivesse a autoria do projeto detalhado do veículo, proporcionando condições para elaboração de orçamento detalhado do bem a ser fabricado, considerando ainda, que os fornecedores de componentes, equipamentos e matéria prima fornecesse previamente os orçamentos respectivos, fato que não ocorre.

Neste mesmo diapasão, apenas a título de comparação, o mesmo acontece nas compras de veículos rodoviários, por preços unitários, uma vez que o projeto é feito pelo próprio fabricante de maneira a atender a um cliente específico ou um cliente mais amplo como um público alvo consumidor, neste caso os automóveis em geral.

Tratando-se a licitação de uma Concorrência Pública com Divulgação Internacional, na qual, por determinação das regras do órgão financiador, o preço estimado não pôde ser divulgado, a Comissão considerou antes de tudo, o processo como sendo uma consulta ao mercado mundial, na qual apenas um fabricante nacional mostrou interesse e cujo preço não era aquele adotado pelo comprador.

Esse entendimento da Comissão foi passado para os Gestores do Metrô de Fortaleza que, estando de acordo, encaminharam o relatório da Comissão à CBTU para junto com o órgão financiador aprovarem a "não objeção", fato que se concretizou quando o restante dos recursos foi buscado junto ao Governo do Estado.

Mesmo assim o Metrô de Fortaleza, tendo como objetivo o atendimento da legislação vigente, elaborou levantamentos baseados nos custos de veículos que na época existiam com alguma similaridade com o VLT - LO (Veículo leve sobre trilhos - Linha Oeste), tal como o TRAM de Juazeiro do Norte - Crato (embora com menos tecnologia e desempenho), o VLT de Recife (18 licitações). Buscou ainda outros fornecedores de componentes de veículos com tecnologia diesel/transmissão hidromecânica, peças e construções similares, tais como ônibus biarticulados.

Diante do exposto, verifica-se que apesar da não divulgação dos preços, o Metrô de Fortaleza avaliou a cotação apresentada como sendo exequível, haja vista, que a oferta recebida resultou no total de R\$56.566.944,06, cujo valor unitário de cada carro é de R\$2.356.956,00, valor semelhante à cotação obtida para o levantamento efetuado baseado em componentes avulsos para ônibus e veículos ferroviários.

Como termo de comparação, realizamos pesquisa no mercado internacional de diversos fornecimentos de VLTs na Polônia, Ucrânia e Alemanha, cujo resultado apresentou valores superiores aos apurados em Euros no fornecimento do VLT contratado, que foi de aproximadamente € 900.000/carro.

a.3) RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 225012-CGU/PR, de 03/08/2009

Trata o respectivo Relatório da análise do Plano de Providências Permanente ao Relatório CGU-Regional/RJ nº 225012.

Item 1.2.2 - Nas próximas licitações, atentar para a adequada realização de estimativa de preços, fazendo constar do processo todas as fontes e critérios que forem utilizados na sua definição.

Providências adotadas:

O DELIC, em conjunto com a Diretoria Técnica, está juntando aos processos, estimativa de preços e anexando todas as fontes e critérios que foram utilizados na sua definição.

Item 1.4.2 - RECOMENDAÇÃO: 001

Anexar as faturas e os demonstrativos mensais referentes ao período de utilização do CPGF às PCS.

RECOMENDAÇÃO: 002

Atestar notas fiscais apenas após conferência do recebimento de todos os itens discriminados.

RECOMENDAÇÃO: 003

Aprimorar os controles internos na ocasião da aquisição a fim de respeitar o limite por item de despesa.

Providências adotadas:

RECOMENDAÇÃO: 001

Foi recomendado ao responsável pela utilização e controle do CPGF, maior atenção quando da Prestação de Contas, anexando toda a documentação necessária pertinente à comprovação dos gastos realizados.

RECOMENDAÇÃO: 002

O responsável pelo controle do CPGF foi alertado para que fato semelhante não volte a ocorrer.

RECOMENDAÇÃO: 003

Foi criado formulário para uso do responsável pelo acompanhamento das aquisições de matérias/serviços, com a finalidade de controlar os valores gastos por item de despesa, visando impedir que o limite estabelecido seja ultrapassado.

Item 1.4.3 - Que a CBTU defina rotinas administrativas de controle e conferência que inibam a ocorrência de erros no registro da modalidade licitatória no empenho.

Providências adotadas:

Através da Resolução nº 009-2009, de 3/11/2009, o Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing, determinou às Unidades Orçamentárias da CBTU que sejam observadas as instruções contidas no Manual do Sistema de Administração Financeira – SIAFI, disponível no Portal do SIAFI na internet, especialmente a Macro função que regula a execução orçamentária, objetivando a padronização e a correta execução dos procedimentos orçamentários.

Determinou ainda que, seja observado, em especial, na edição das Notas de Empenho, o correto preenchimento da modalidade licitatória realizada.

Item 1.5.1 - Não utilizar o "custo total" como indicador de eficácia e/ou eficiência, tendo em vista a definição deste tipo de indicador.

Padronizar a definição de indicadores de desempenho entre as diferentes áreas da CBTU.

Reforçar a atuação junto às Superintendências Regionais no sentido de atender os prazos estabelecidos de entrega mensal dos dados ao DECOC, evitando a utilização de médias para o cálculo de indicadores.

Providências adotadas:

Em atenção ao exposto no RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS - Nº 225012 - 2ª PARTE, o indicador de "custo total" não será mais associado ao atributo de eficácia ou de eficiência. Tal alteração será implantada a partir do relatório mensal de atividades de junho de 2009. No entanto, dada a importância do monitoramento do custo para a CBTU, a informação continuará a ser parte integrante dos relatórios da empresa.

Tendo sido identificado que a interpretação equivocada de indicadores de desempenho (especificamente a taxa de cobertura plena) foi decorrente de impropriedade na sua descrição no RAIN/T/2008 – Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, foi encaminhado àquela área, pelo Departamento de Planejamento Empresarial – DEPLE, o MEMO/023-2009/DEPLE, de 05 de junho de 2009, com a descrição correta, sendo solicitado que esta fosse acatada em documentos futuros, de forma a unificar os conceitos e definições adotados na CBTU.

A SUPLA, através do MEMO/041-2009/SUPLA/DP, de 08 de junho de 2009, solicitou à Superintendência Financeira – SUFIN que fossem tomadas as providências cabíveis junto as Unidades Administrativas da CBTU, visando à apuração e disponibilização, em tempo hábil, das informações referentes aos seus respectivos custos, notadamente os relativos às Superintendências de Natal e João Pessoa.

Em 19 de junho, através do MEMO/042-2009/SUPLA/DP, foi reiterada a solicitação, visando evitar nova constatação de irregularidades e recomendações por parte dos órgãos de controle, bem como permitir a elaboração do Relatório de Atividades com os valores corretos.

Em 29 de junho, a SUFIN emitiu o MEMO CIRCULAR/390-2009/SUFIN/DA às cinco Superintendências regionais, solicitando seu envolvimento e colaboração no acatamento da recomendação da CGU, iniciando pela imediata regularização das informações de custos referentes aos sistemas de Natal e João Pessoa. Em complemento, foi encaminhado à SUPLA o MEMO/391-2009/SUFIN/DA, dando ciência à SUPLA das providências tomadas, no sentido de equacionamento das pendências verificadas, buscando, também, estabelecer uma nova sistemática de trabalho conjunto com as unidades, visando uma coordenação mais ágil e eficiente junto às mesmas.

Item 1.5.2 - Que a STU/Maceió, ao realizar licitações para contratação de serviços de manutenção, defina no edital o regime de execução e os critérios de aceitabilidade para os preços unitários.

Que a STU/Maceió, ao realizar pregão, faça constar em edital previsão de apresentação de planilha com os preços dos licitantes.

Providências adotadas:

A recomendação foi implementada no modelo de carta-convite padrão. Todos os modelos de carta-convite passaram a incorporar os modelos dos editais que já

atendiam a todos os elementos pontuados, conforme se demonstra no Convite nº 03/08 lançado em 18/12/2008.

A carta-convite passou a incorporar o modelo dos editais desde então. Esta é a data do Convite 3/08 para aquisição de grupo de geradores de eletricidade e demonstra que as recomendações já foram incorporadas de ofício pela Administração.

A recomendação foi implementada nos editais padrões notadamente desde o Pregão Eletrônico 16/08 (item 6.3) lançado em 14 de novembro de 2008, cujo objeto era peças para a locomotiva.

Desde 2008 passamos a exigir a proposta readequada já nos próprios editais.

Item 2.1.1 - Aprimorar os controles internos, de forma a compatibilizar esses controles e os registros no SIAPE.

Providências adotadas:

Foi recomendada às áreas responsáveis pelos controles internos relativos ao quantitativo e a movimentação de pessoal maior atenção e aprimoramento nos controles existentes.

10.2 - ANÁLISE DAS PROVIDÊNCIAS IMPLEMENTADAS PELA CBTU RELATIVAS ÀS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

b.1) ACÓRDÃO Nº 124-2009 – TCU – 2ª CÂMARA, DE 03/02/2009

Referido Acórdão, trata dos Atos de Admissão de Pessoal relativos aos Processos TC – 026.604/2008 e TC – 028.637/2008-2.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que os Atos de Admissão relativos aos processos TC-026.604/2008-2 e TC-028.637/2008-2 foram considerados legais.

b.2) ACÓRDÃO Nº 328/2009 – TCU – 1ª CÂMARA

Trata o presente Acórdão da Tomada de Contas Especial relativa ao processo nº TC - 021.771/2003-7.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 27, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso I, II e III e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação ao responsável, Alcir Molina, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, conforme os pareceres emitidos nos autos.

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação da CBTU, tendo em vista o responsável citado no referido processo, ter quitado integralmente o débito que lhe foi imputado.

b.3) ACÓRDÃO Nº 386/2009 – TCU – PLENÁRIO, DE 13/07/2009

Referido Acórdão trata da Fiscobras-2006, implantação do sistema de Trens Urbanos de Fortaleza/CE-METROFOR, referente ao Processo TC-008.122/2006-9.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de auditoria, em fase de embargos de declaração opostos pela Metrofor e pelo Consórcio QGCC contra o acórdão 3.070/2008-Plenário, por meio do qual esta corte de contas, entre outras medidas, objetivando proteger o Erário, determinou àquela companhia que, dos pagamentos a serem efetuados no âmbito do contrato 014/Metrofor/98, retenha parte dos valores, retenção essa que poderá ser substituída por seguro-garantia ou fiança-bancária no mesmo valor, revestido de abrangência que assegure o resultado da apuração em curso neste tribunal acerca de eventual dano decorrente de sobrepreço no mencionado contrato; ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em: 9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela Metrofor e pelo Consórcio QGCC, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo em seus exatos termos o acórdão 3.070/2008-Plenário; 9.2. por conter erro material, alterar o subitem 9.1.2 do acórdão 3.070/2008-Plenário, para que passe a vigorar com a seguinte redação: "9.1.2. ainda no que concerne à medida cautelar determinada acima, uma vez a par do montante a ser retido, sopesando inclusive, mesmo que por estimativa, os valores a serem retidos com base no que ainda será executado (subitem precedente), efetue as retenções em parcelas proporcionais ao saldo contratual, ou seja, de cada parcela a ser paga, deverá ser descontado o percentual que o superfaturamento total estimado ainda não retido representa frente ao saldo contratual, deixando-se claro que, para efeito desse cálculo, o valor já retido não integra o referido saldo;" 9.3. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, aos embargantes.

Providências adotadas:

Referido Acórdão tratou do exame dos embargos de declaração, opostos pela Metrofor e pelo Consórcio Queiroz Galvão e Camargo Correa, contra o Acórdão 3.070/2008, o que foi rejeitado pelos Ministros do Tribunal de Contas da União, mantendo os exatos termos daquele Acórdão, com exceção do subitem 9.1.2 que passou a vigorar com a seguinte redação: "ainda no que concerne à medida cautelar determinada acima, uma vez a par do montante a ser retido, sopesando inclusive, mesmo que por estimativa, os valores a serem retidos com base no que ainda será executado (subitem precedente), efetue as retenções em parcelas proporcionais ao saldo contratual, ou seja, de cada parcela a ser paga, deverá ser descontado o percentual que o superfaturamento total estimado ainda não retido representa frente ao saldo contratual, deixando-se claro que, para efeito desse cálculo, o valor já retido não integra o referido saldo.

b.4) ACÓRDÃO Nº 433-2009 – TCU – 2ª CÂMARA, DE 03/03/2009

Referido Acórdão trata dos atos de admissão de pessoal relativos aos Processos TC – 030.599/2008-7 E TC – 031.210/2008-9.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que os Atos de Admissão relativos aos processos TC-030.599/2008-7 e TC-031.210/2008-9, foram considerados legais.

b.5) ACÓRDÃO Nº 435/2009 – TCU – PLENÁRIO, de 18/03/2009

Acórdão refere-se à Fiscobras 2006 – Obras do Metrô de Salvador, relativo ao Processo TC-007.162/2006-0

Os Ministros do Tribunal do Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em deferir a prorrogação de prazo solicitada pela Companhia de Transportes de Salvador e pelo Consórcio Metrosal (Camargo Correa/Andrade Gutierrez/Siemns), por mais quinze dias, para cumprimento da oitiva determinada no Acórdão 2873/2008-TCU - Plenário (itens 9.2.1. e 9.2.2.), a partir da data do encerramento do prazo anterior, bem como deferir a prorrogação de prazo solicitada pelo Srs. Paulo Antonio Santos Macedo, Ivan Carlos Alves Barbosa, Carlos Von B. Gordilho, José Geraldo Araújo Teixeira, Janary Teixeira de Castro, Carlos Daniel Garcia Martinez, Samir Mikhael J. Abud, Luiz Novaes de Queiróz, Denival Damasceno Chaves, Sérgio Luiz da Silva Telles, Nestor Duarte Guimarães Neto, Jackson B. A. de Cerqueira, Luiz Fernando Tavares Vilar, Pedro Antônio Dantas Costa Cruz e Alberto de Figueiredo Nunes Filho, por mais trinta dias, para cumprimento da audiência determinada também por meio do mesmo Acórdão 2873/2008-TCU - Plenário (item 9.2.5.), a partir da data do encerramento do prazo anterior, restituindo-se os autos à Secex/BA para as comunicações devidas, bem como concessão de vista e cópias requeridas por interessados, observados os normativos internos deste Tribunal.

Providências adotadas:

Situação não requer providências por parte da CBTU, em razão da decisão dos Ministros do TCU ter sido a de deferir a prorrogação de prazo solicitada pela Companhia de Transportes de Salvador e pelo Consórcio Metrosal (Camargo Correa/Andrade Gutierrez/Siemens), por mais quinze dias, para cumprimento da oitiva determinada no Acórdão 2873/2008-TCU - Plenário (itens 9.2.1. e 9.2.2.), a partir da data do encerramento do prazo anterior, bem como deferir a prorrogação de prazo solicitada por diversos responsáveis relacionados no respectivo processo.

b.6) ACÓRDÃO Nº 495/2009 – TCU – PLENÁRIO, DE 25/03/2009

Acórdão refere-se à Fiscobras 2006 – Obras do Metrô de Salvador, relativo ao Processo TC-007.162/2006-0.

Os Ministros do Tribunal do Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 15, inciso I, 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em atendimento à solicitação da Companhia de Transportes de Salvador - CTS (Ofício CT-DIPRE nº 93/09, em prorrogar, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, o prazo estabelecido no item

9.3.2. do Acórdão 2873/2008-TCU - Plenário, contados do término do prazo anteriormente estabelecido). 1. Processo TC-007.162/2006-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA) 1.1. Apensos: 015.409/2007-1 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS); 005.425/2005-5 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS) 1.2. Responsáveis: Carlos Von Beckerath Gordilho (002.366.915-20); Denival Damasceno Chaves (004.477.735-34); Fernando Durão Schleder (440.709.507-53); Flávio Mota Monteiro (635.036.208-00); Frederico Pires da Silva (663.602.507-72); Industria da Construção Civil Ltda. (03.800.517/0001-53); Ivan Carlos Alves Barbosa (033.422.635-04); Janary Teixeira de Castro (163.535.875-20); João Luiz da Silva Dias (011.089.806-00); José Hamilton da Silva Bastos (056.283.855-49); Luiz Fernando Tavares Vilar (020.645.705-78); Luiz Otávio Ziza Mota Valadares (110.627.386-91); Nestor Duarte Guimarães Neto (110.289.805-82); Pedro Antonio Dantas Costa Cruz (113.611.405-00); Transportation Brasil Ltda. (00.811.185/0001-14) 1.3. Interessado: Companhia de Transportes de Salvador 1.4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia; Companhia de Transportes de Salvador 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (SECEX-BA) 1.6. Advogados constituídos nos autos: José Maurício Balbi Sollero (OAB/MG 30.851); Luiz Otávio Mourão (OAB/MG 22.842); Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173); Patrícia Guércio Teixeira (OAB/MG 90.459); Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947); Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298); Denival Damasceno Chaves (OAB/BA 4.103); José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz (OAB/RJ 106.810); Francisco de Freitas Ferreira (OAB/MG 89.353); Fábio de Godoy Penteado (OAB/DF 27.919); Leonardo Barbosa Cavalcanti (OAB/PE 22.883); Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826).

Providências adotadas:

Situação não requer providências por parte da CBTU, em razão da decisão dos Ministros do TCU em atender à solicitação da Companhia de Transportes de Salvador - CTS (Ofício CT-DIPRE nº 93/09), em prorrogar, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, o prazo estabelecido no item 9.3.2. do Acórdão 2873/2008-TCU - Plenário, contados do término do prazo anteriormente estabelecido.

b.7) ACÓRDÃO Nº 587/2009 – TCU – 1ª CÂMARA, DE 03/03/2009

Acórdão refere-se aos atos de admissão de pessoal relativos ao Processo TC-029.484/2008-6.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal (ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos.

Providências adotadas:

ituação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que os Atos de Admissão relativos aos processos TC-029.484/2008-6, foram considerados legais.

b.8) ACÓRDÃO Nº 788/2009 – TCU – 1ª CÂMARA, DE 10/03/2009

Acórdão refere-se aos atos de admissão de pessoal relativos ao Processo TC-032.171/2008-3.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal (ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que os Atos de Admissão relativos ao processo TC-032.171/2008-3 foram considerados legais.

b.9) ACÓRDÃO Nº 1106/2009 – TCU – 2ª CÂMARA

Acórdão refere-se aos atos de admissão de pessoal relativos ao Processo TC-033.348/2008-0.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que os Atos de Admissão relativos ao processo TC-033.348/2008-0 foram considerados legais.

b.10) ACÓRDÃO Nº 1107-2009 – TCU – 2ª CÂMARA, DE 24/03/2009

Acórdão refere-se aos atos de admissão de pessoal relativos ao Processo TC-031.472/2008-7.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que os Atos de Admissão relativos ao processo TC-031.472/2008-7 foram considerados legais.

b.11) ACÓRDÃO Nº 1343/2009 – TCU – PLENÁRIO, de 17/06/2009

Acórdão refere-se à medida cautelar contra a CBTU, relativa ao Processo TC-017.975/2007-3.

Item 9.1 - Conhecer da representação, por preencher todos os requisitos de admissibilidade dispostos no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (RI/TCU), c/c com o art. 113, § 1º, da lei 8.666/93, para, no mérito, considera-la parcialmente procedente.

Providências adotadas:

Através do Ofício nº 5035/2009/AECI/GM/MCIDADES, de 25/06/2009, foi solicitado a CBTU que a reposta solicitada no item 9.2 do referido Acórdão seja encaminhada a este AECI previamente ao seu encaminhamento ao TCU.

Item 9.2 - Assinar prazo de 15 (quinze) dias para que a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal e art. 45 da lei nº 8.443/1992, adote as providências necessárias à anulação do ato de rescisão do Contrato nº 009/85-00.

Providências adotadas:

Através da CRT/0170-2009/P, de 21/07/2009, foi encaminhado ao Presidente do Tribunal de Contas da União - Ubiratan Aguiar, cópia do extrato da publicação no Diário Oficial da União, de 21/07/2009 com a anulação do ato de rescisão do Contrato nº 009/85-DO.

b.12) ACÓRDÃO Nº 1411/2009 – TCU – PLENÁRIO, DE 01/07/2009

Acórdão refere-se à Fiscobras/2006 – Obras do Metrô de Salvador/BA, relativa ao processo TC-007.162/2006-0.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, quanto ao processo TC-007.162/2006-0, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar, por mais 210 (duzentos e dez) dias, o prazo estabelecido no item 9.3.1 do Acórdão 2.873/2008-TCU - Plenário, contados do término do prazo inicial de 150 dias, perfazendo um prazo total de 360 dias para sua conclusão.

Providências adotadas:

Situação não requer providências por parte da CBTU, em razão da decisão dos Ministros do TCU ter prorrogado, por mais 210 (duzentos e dez) dias, o prazo estabelecido no item 9.3.1 do Acórdão 2.873/2008-TCU - Plenário, contados do término do prazo inicial de 150 dias, perfazendo um prazo total de 360 dias para sua conclusão.

b.13) ACÓRDÃO Nº 1566/2009 – TCU – PLENÁRIO

Acórdão refere-se à Fiscobras 2009 – Implantação do Sistema Ferroviário de Transporte de Passageiros no Norte do Ceará, relativo ao processo TC-011.001/2009-0.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Levantamento de Auditoria realizado pela Secex/CE nas obras de implantação de Sistema Ferroviário de Transporte de Passageiros na Região Metropolitana de Sobral/CE, no âmbito do Fiscobras 2009, em cumprimento ao Acórdão 345/2009-TCU - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 250, inciso I, do Regimento Interno, em arquivar o presente processo.

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação da CBTU, tendo em vista a determinação do TCU para arquivar o referido Processo.

b.14) ACÓRDÃO Nº 1772/2009 – TCU – PLENÁRIO, DE 12/08/2009

Acórdão refere-se à Fiscobras 2009 – Obras no Sistema de Trens Urbanos de Recife, relativo ao processo TC-007.799/2009-7.

Item 9.1 - Determinar à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) que:

Item 9.1.1 - Motive adequadamente os atos praticados pelas comissões de licitação que afetem interesses ou direitos dos licitantes, nos termos do art. 50, inciso I, da Lei 9.784/99.

Providências adotadas:

Através da CRT/0200/2009/P, de 9 de setembro de 2009, foi encaminhado ao Ministro do Tribunal de Contas da União – Benjamin Zymler, estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, com vistas ao procedimento licitatório para aquisição de VLTs para o sistema de trens urbanos de Maceió.

Item 9.1.2 - Fiscalize o cumprimento das condições elencadas no item 4.3 da Cláusula Quarta Obrigações dos Intervenientes dos Termos de Compromisso n.º 001/2008 e 002/2008, firmados com o Governo do Estado de Pernambuco, adotando as medidas corretivas que julgar adequadas e enviando a esta Corte, no prazo máximo de 60 dias, cópia das medidas adotadas.

Providências adotadas:

Através da CRT/0208/2009/P, de 24/09/2009, foi encaminhado ao Ministro do Tribunal de Contas da União – Benjamin Zymler, Relatórios de Gestão dos Termos de Compromisso n.ºs 001 e 002/2008 elaborados pelo Gestor e Fiscal/CBTU, devidamente aprovados pelo Diretor Técnico da CBTU, que demonstram os procedimentos adotados pela CBTU para que sejam cumpridos os objetivos estabelecidos naqueles Instrumentos Contratuais.

Item 9.1.3 - Quando dos procedimentos de implantação de novos sistemas de transporte por meio de veículos leves sobre trilhos - VLTs, realize, encaminhando cópia a esta Corte, previamente estudo da viabilidade técnica e econômico- financeira do empreendimento, abarcando hipótese que abarque veículos mais compatíveis com o mercado internacional.

Providências adotadas:

Através da CRT/0200/2009/P, de 9 de setembro de 2009, foi encaminhado ao Ministro do Tribunal de Contas da União – Benjamin Zymler, estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, com vistas ao procedimento licitatório para aquisição de VLTs para o sistema de trens urbanos de Maceió.

Item 9.1.4 - Encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Providências adotadas:

Recomendação não cabe pronunciamento da CBTU.

b.15) ACÓRDÃO Nº 2005/2009 – TCU – PLENÁRIO, DE 02/09/2009

Acórdão refere-se à Fiscobras 2009 – Obras de implantação da Linha 3 do sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro., relativo ao processo TC-005.638/2009-7.

Item – 9.1 - Determinar à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades que, no que se refere à Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro (Trecho: Rio de Janeiro - Niterói - São Gonçalo), relacionadas ao Programa de Trabalho n.º 15.451.9989.7H24.0056.

Providências adotadas:

Situação não cabe manifestação por parte da CBTU, tendo e vista que a recomendação do TCU, foi direcionada à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

Item 9.1.1 - Somente celebre novos convênios e/ou transfira recursos para a execução do Convênio n.º 01/2008, após comprovada a devida alocação de recursos relativos à contrapartida do conveniente no Plano Plurianual, bem como na Lei Orçamentária do Estado, ante a possibilidade de ocorrência de infrações à Lei Complementar n.º 101/2000, à Lei n.º 8.666/1993 e ao princípio da economicidade.

Providências adotadas:

Situação não cabe manifestação por parte da CBTU, tendo e vista que a recomendação do TCU, foi direcionada à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

Item 9.1.2 - Se abstenha de repassar recursos federais para a execução contratual até que se comprove a adequação dos respectivos preços unitários, ou a sua repactuação, aos valores de mercado, dando ciência a este Tribunal quando da conclusão do reexame dos valores em foco.

Providências adotadas:

Situação não cabe manifestação por parte da CBTU, tendo e vista que a recomendação do TCU, foi direcionada à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

Item 9.1.3 - Caso venha a celebrar novos convênios, cumpra os dispositivos legais que regem a matéria, em especial o Decreto n.º 6.170/2007, regulamentado pela Portaria Interministerial n.º 127/2008, do Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, relativamente à prévia e devida análise do Projeto Básico correspondente.

Providências adotadas:

Situação não cabe manifestação por parte da CBTU, tendo e vista que a recomendação do TCU, foi direcionada à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

b.16) ACÓRDÃO Nº 2154/2009 – TCU – PLENÁRIO, DE 16/09/2009

Acórdão refere-se ao relatório de levantamento, versando sobre a fiscalização das obras do Metrô de Salvador, relativo ao processo TC-012.624/2009-1.

Item 9.1.1 – Determinar à Secex-BA que junte cópia das fls. 240/253, Vol. 1, deste processo ao TC 002.588/2009-0 para apuração do eventual superfaturamento decorrente de preços excessivos no edital frente aos de mercado no Termo Aditivo ao Contrato nº SA-01;

Providências adotadas:

Situação não cabe manifestação por parte da CBTU, tendo e vista que a recomendação do TCU, foi direcionada à Secex-BA.

Item 9.1.2 - Determinar à Secex-BA que junte cópia da fl. 274, Vol. 1, deste processo ao TC 010.535/2008-2 para apuração do pagamento à Trends Engenharia e Tecnologias Ltda. de taxa de sucesso no valor de 1% sobre o valor dos investimentos da futura concessionária na exploração da Linha 1 do metrô de Salvador/BA;

Providências adotadas:

Situação não cabe manifestação por parte da CBTU, tendo e vista que a recomendação do TCU, foi direcionada à Secex-BA.

Item 9.2.1 – Determinar à Companhia de Transportes de Salvador (CTS) que, na licitação de serviços de ventilação e exaustão do túnel (SA-19), elabore orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários, utilizando o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), nos termos do art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/1993 e do art. 109 da Lei nº 11.768/2008.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que, encaminhou edital com as incorporações sugeridas pela fiscalização do TCU, para conhecimento da CBTU, que estará retornando o processo até o dia 12/11. A CTS informou ainda que, iniciará imediatamente o processo de licitação por Pregão Eletrônico.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

Item 9.2.2 - Somente proceda ao pagamento dos serviços executados no âmbito do Contrato nº SA-01 depois de sanadas as desconformidades identificadas pela empresa contratada para auxiliar na fiscalização do respectivo contrato, observando o disposto no art. 76 da Lei nº 8.666/1993 e aos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que, as infiltrações ainda permanecem e que as soluções técnicas foram apresentadas pelo Consórcio que, até o momento, não as executou e que, na conclusão da análise do cronograma previsto até 31/10, indicará as providências finais adotadas relativas a esse problema.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

Item 9.2.3 - Promova a oitiva do Consórcio Metrosal sobre a utilização de cabo de tensão mais barato do que aquele especificado no projeto elétrico e, se for o caso, repactue o Contrato nº SA-01 para adequá-lo aos custos incorridos.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que, está analisando se tecnicamente a substituição proposta pelo Consórcio é aceitável dentro dos padrões de segurança. Caso positivo pleiteará a compensação dos preços reduzidos e, em caso contrário, determinará a recomposição do material tal como contratado.

Informou ainda que, abriu processo administrativo para identificar as alterações realizadas pelo Consórcio no item indicado e, em seguida formalizará a oitiva e adoção de medidas necessárias.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

Item 9.2.4 - Abstenha-se de incluir no objeto do Edital nº SA-20, o fornecimento e a instalação de equipamentos para o tramo 2.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que, a determinação foi atendida.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

Item 9.3.1 - Recomendar à Companhia de Transportes de Salvador (CTS) que, Certifique-se de que os equipamentos que serão instalados pelo consórcio Bonfim não tenham sofrido comprometimento da sua vida útil em razão das condições inadequadas de armazenamento ou do intervalo entre a data de fabricação e a de instalação.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que, o galpão foi construído conforme definido pelo Consórcio fornecedor dos equipamentos e que todas as caixas estão devidamente armazenadas em condições adequadas que não permitem o comprometimento da vida útil dos equipamentos, e que, por ocasião das instalações, a CTS produzirá a análise e certificação em relação à qualidade da vida útil dos equipamentos.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

Item 9.3.2 - Promova a alteração do Termo Aditivo nº 11 ao Contrato nº SA-01 ou adote medida alternativa, com a finalidade de registrar que a parcela de R\$1.751.949,24, paga contra a Ordem de Alteração denominada 'CO-H-056a/00 Estação Bonocô', deverá ser abatida dos valores acrescidos pelo referido termo aditivo.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que, a parcela já foi abatida e que estará encaminhando todos os esclarecimentos necessários ao TCU.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

b.17) ACÓRDÃO Nº 2252/2009 – TCU – PLENÁRIO, DE 29/09/2009

Referido Acórdão trata da Fiscobras 2009 – Relatório de levantamento dos trabalhos de fiscalização de obras públicas do orçamento da união exercício 2009, relativo ao processo TC-027.609/2008-3.

Item 9.1 - Autorizar a remessa, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, das informações constantes dos Anexos 1 a 6 e a íntegra dos Relatórios Sintéticos de Levantamentos de Auditoria, em meio digital, atualizados com os Acórdãos proferidos até a Sessão Plenária de 23/9/2009, bem como deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, em cumprimento ao art. 96 da Lei 12.017/2009, de 12/8/2009 (LDO/2010).

Item 9.2 - Encaminhar cópia dos Anexos 1 a 6, acompanhados desta deliberação, bem como dos respectivos Relatório e Voto, aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República e ao Procurador-Geral da República.

Item 9.3 - Determinar à Secretaria de Fiscalização de Obras (Secob) que autue processo visando a iniciar os estudos para seleção das fiscalizações de obras a serem realizadas em 2010, encaminhando o referido processo para sorteio de relator ainda neste exercício.

Item 9.4 - Determinar à Secretaria de Tecnologia da Informação (Setec) que promova os necessários ajustes e aperfeiçoamentos no Sistema Fiscalis Execução de Obras, para contemplar o encaminhamento de novas informações ao Congresso Nacional previstas na LDO/2010, colocando o sistema em plena operação até 22/2/2010.

Item 9.5 - Regulamentar o rito processual a ser observado pelo Tribunal nas fiscalizações de obras realizadas a partir do exercício de 2010, de acordo com o estabelecido a seguir:

Item 9.5.1 - Considerar, para efeito de fiscalização de obras públicas, os seguintes conceitos para classificação dos indícios de irregularidade identificados.

Item 9.5.1.1 - Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação - IG-P: aquele que atende à conceituação contida no art. 94, § 1º, inciso IV, da Lei 12.017, de 12/8/2009 (LDO/2010).

Item 9.5.1.2 - Indício de irregularidade grave com retenção parcial de valores - IG-R: aquele que, embora atenda à conceituação contida no art. 94, § 1º, inciso IV, da Lei 12.017, de 12/8/2009 (LDO/2010), permite a determinação de retenção de valores ou a

apresentação de garantias suficientes para prevenir o possível dano ao erário como condição para a continuidade das execuções física, orçamentária e financeira.

Item 9.5.1.3 - Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade - IG-C: aquele que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no art. 94, § 1º, inciso IV, da Lei 12.017, de 12/8/2009 (LDO/2010).

Item 9.5.1.4 - Indício de outras irregularidades - OI: aquele considerado de gravidade intermediária ou formal e que enseja determinação de medidas corretivas.

Item 9.5.2 - Firmar o entendimento de que o momento da constatação dos indícios de irregularidade grave, para contagem do prazo de 15 (quinze) dias fixado no art. 98 da Lei 12.017/2009, corresponde à data do despacho do relator.

Item 9.5.3 - Fixar o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de conclusão do relatório de auditoria, consoante definido na respectiva portaria de fiscalização, para que as unidades técnico-executivas encaminhem os processos com indícios de IG-P, IG-R ou IG-C aos gabinetes de relatores, e de 20 (vinte) dias para que esses processos retornem às unidades técnico-executivas com os despachos dos Ministros-Relatores;

Item 9.5.4 - Autorizar a Presidência do Tribunal, findo o prazo de 40 (quarenta) dias estabelecido no item supra, ainda que o relator não se tenha manifestado sobre a matéria, a comunicar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, que os "Relatórios Sintéticos de Levantamento de Auditoria", que se enquadram na situação tratada no art. 98 da Lei 12.017/2009, estão disponibilizados no sistema Fiscalis, medida a ser acompanhada do envio de cópia dos mencionados relatórios aos Ministros de Estado da área correspondente ou presidentes de tribunais superiores, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República e aos presidentes das comissões interessadas do Congresso Nacional.

Item 9.5.5 - Fixar prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis para a manifestação prévia mencionada no inciso VII do § 3º do art. 96 da Lei 12.017/2009 (LDO/2010), a respeito dos indícios de IG-P, IG-R e IG-C apontados no relatório preliminar de auditoria, e de 5 (cinco) dias para a correspondente avaliação preliminar pela equipe de fiscalização.

Item 9.5.6 - Considerar prioritária, conforme determinado pelo § 2º do art. 98 da Lei 12.017/2009, a apreciação de processos de obras públicas com indícios de IG-P ou IG-R, devendo os respectivos acórdãos, assim como as instruções das unidades técnicas de exame das razões de justificativa ou alegações de defesa oferecidas pelos responsáveis, conterem manifestação expressa a respeito do saneamento dos indícios inicialmente apontados e da conveniência ou não do bloqueio preventivo ou da retenção parcial de pagamentos relativos a contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço e, ainda, especificarem as medidas necessárias ao saneamento dos indícios inicialmente apontados, assinando prazos aos responsáveis com respeito à operacionalização dessas medidas.

Item 9.5.7 - Fixar os seguintes referenciais para contagem dos prazos definidos pela Lei 12.017/2009 (LDO/2010):

Item 9.5.7.1 - Prazo de quatro meses mencionado no § 2º do art. 98: data do encaminhamento previsto no subitem 9.5.4 retro; e

Item 9.5.7.2 - Prazo de três meses mencionado no § 4º do art. 98: data de entrega da manifestação do órgão ou entidade responsável quanto ao cumprimento das medidas corretivas em atendimento à deliberação do TCU a respeito.

Item 9.5.8 - Considerar que as atividades para o atendimento do prazo de 4 (quatro) meses mencionado no § 2º do art. 98 da Lei 12.017/2009 (LDO/2010) sejam concluídas internamente no âmbito do Tribunal da seguinte forma:

Item 9.5.8.1 - 80 (oitenta) dias para a Secex responsável pelo processo, incluindo-se o prazo para oitiva dos responsáveis; e

Item 9.5.8.2 - 40 (quarenta) dias para o Gabinete do Ministro-Relator do processo.

Item 9.5.9 - Considerar que as atividades para o atendimento do prazo de 3 (três) meses, mencionado no § 4º do art. 98 da Lei 12.017/2009 (LDO/2010), sejam concluídas internamente no âmbito do Tribunal da seguinte forma:

Item 9.5.9.1 - 60 (sessenta) dias para a Secex responsável pelo processo; e

Item 9.5.9.2 - 30 (trinta) dias para o Gabinete do Ministro-Relator do processo.

Item 9.5.10 - Considerar que, em caso de recurso, valem os prazos estabelecidos nos subitens 9.5.9.1 retro para a Serur e 9.5.9.2 retro para o Gabinete do Ministro-Relator do processo.

Item 9.5.1.1 - No caso de impossibilidade de cumprimento dos prazos previstos nos §§ 2º e 4º do art. 98 da Lei 12.017/2009 (LDO/2010), a Presidência do Tribunal encaminhará aviso ao Congresso Nacional, em até 30 dias decorridos do vencimento, nos termos do § 5º do aludido artigo;

Item 9.5.12 - Determinar às Secexs responsáveis que observem com rigor os prazos dos processos sob sua coordenação relativos a empreendimento em que foram apontados indícios de IG-P ou IG-R e, caso vencidos, a fim de se viabilizar o atendimento ao disposto no § 5º do art. 98 da Lei 12.017/2009 (LDO/2010), encaminhem à Secob, com cópia ao Ministro-Relator, nas datas de seu vencimento, as justificativas do atraso.

Item 9.5.13 - Determinar à Secob que adote as seguintes medidas em relação ao acompanhamento das obras fiscalizadas por este Tribunal que estejam submetidas a bloqueio preventivo da execução ou a retenção parcial de pagamentos em razão de indícios de irregularidade grave:

Item 9.5.13.1 - Autuar um processo de monitoramento para cada obra com recomendação vigente de bloqueio preventivo ou de retenção de valores, estabelecendo como relator, nos termos do art. 14 da Resolução 175/2005, aquele responsável pela deliberação mais antiga que apontou indício de IG-P ou IG-R, inclusive nos casos em que houver mais de um processo tratando de achados desses tipos na mesma obra.

Item 9.5.13.2 - Utilizar os processos de monitoramento referidos exclusivamente para o acompanhamento das ações relativas ao bloqueio e desbloqueio da obra e à retenção e sustação da retenção de valores.

Item 9.5.13.3 - Somente encerrar ou apensar os processos de monitoramento em tela após a manifestação deste Tribunal favorável ao prosseguimento da obra ou ao cancelamento da determinação de retenção de valores.

Item 9.5.14 - Determinar à Segecex que oriente as unidades técnicas para que:

Item 9.5.14.1 - Em fiscalizações de obras públicas nas quais tenha sido apontado indício de irregularidade grave, caso a manifestação mencionada no inciso VII do § 3º do art. 96 da Lei 12.017/2009 (LDO/2010) não atenda ao prazo estipulado no 9.5.5 retro, seja a documentação devolvida ao remetente, informando-lhe que a devolução visa a evitar o descumprimento do prazo determinado pelo caput do art. 96 da mesma lei e que, se for o caso, o gestor poderá exercer seu direito de defesa nas etapas processuais posteriores, conforme previsto na Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e no Regimento Interno do TCU.

Item 9.5.14.2 - Comuniquem aos Gabinetes dos Relatores a conclusão dos relatórios de fiscalização de obras que envolvam indícios de IG-P ou IG-R, tão logo sejam concluídos, de modo a permitir a apreciação da respectiva proposta de encaminhamento pelo Relator antes do prazo estabelecido no subitem 9.5.3 retro.

Item 9.5.14.3 - Providenciem junto à Adplan ou à Secob o registro no sistema Fiscalis Execução de Obras dos procedimentos fiscalizatórios envolvendo auditorias ou inspeções em obras públicas surgidas em outras ações de fiscalização da Unidade Técnica.

Item 9.6 - Determinar à Segecex para, que, em conjunto com a Secob, estude medidas visando ao aprimoramento das questões de auditoria relacionadas à análise da viabilidade técnica e econômica dos empreendimentos a serem fiscalizados pelo TCU, especialmente aqueles auditados na fase de projeto.

Item 9.7 - Arquivar o presente processo.

Providências adotadas:

Recomendações não cabem pronunciamentos por parte da CBTU.

b.18) ACÓRDÃO Nº 2342/2009 – TCU – PLENÁRIO, DE 07/10/2009

Acórdão refere-se à Fiscobras 2007 – Implantação do trecho Lapa-Pirajá, do sistema de trens urbanos de Salvador, relativo ao processo TC-015.409/2007-1.

Item 9.1 - Com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei n. 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial.

Item 9.2 - Atribuir a seguinte redação ao subitem 9.3.2.2 do Acórdão n. 1.409/2008 - TCU - Plenário: *“avalie a exclusão das verbas provisionais constantes dos Contratos ns. SA-01, SA-03 e SA-04 ou a sua realocação para itens de material e serviço que sejam compatíveis com as características quantitativas e qualitativas dos respectivos projetos originais”*.

Providências adotadas:

Recomendações não cabem pronunciamento da CBTU.

Item 9.3.1 - Determinar à Prefeitura Municipal e à Companhia de Transportes de Salvador que, na hipótese de realocação das verbas provisionais constantes dos Contratos ns. SA-01, SA-03 e SA-04, mencionada pelo subitem 9.1 do Acórdão n. 2.065/2006 - TCU – Plenário.

Item 9.3.2 - Observem o limite de acréscimo contratual estabelecido no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/1993, calculado sobre os valores originais dos contratos, os quais incluirão os montantes das respectivas verbas provisionais realocadas de acordo com os critérios de realocação descritos no subitem 9.3.1.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que, pretende fazer a realocação de Verba Provisional para a implantação do elevado do Bonocô.

A CBTU observou que o Acórdão restringe, no item 9.3.1, a destinar a quantia da Verba Provisional a itens de material e serviços compatíveis com as características quantitativas e qualitativas do projeto original, observado o limite de 25% para cada item estabelecido na Lei 8.666/93.

A CBTU entende que a CTS deve discutir com o TCU sobre a possibilidade de realocação para a construção do PAM e solo mole até o limite do tramo I, considerando ser uma modificação qualitativa e necessária em função da divisão do projeto priorizando o tramo I, sem o qual não há condição de colocar o metrô em operação, no entanto, esclarece que a decisão é da CTS e que a mesma, se assim entender, deverá discutir diretamente com o TCU sobre a abrangência do Acórdão.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

b.19) ACÓRDÃO Nº 2366/2009 – TCU – PLENÁRIO, DE 07/10/2009

Acórdão refere-se às obras de implantação do sistema Metroviário de Salvador, relativo ao processo TC-003.896/2009-2.

Item 9.1.1 - Determinar à CTS que, Avalie o atual estágio de desenvolvimento das obras e serviços relativos ao Tramo I do Metrô de Salvador frente aos cronogramas estabelecidos com os Consórcios Metrosal e Bonfim, e frente ao caminho crítico estabelecido com a CBTU, e informe a este Tribunal, no prazo de 30 dias, eventuais atrasos, apontando as razões e medidas corretivas adotadas.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que, deverá concluir a avaliação até 10/11/2009, quando poderá ser configurado e quantificado os atrasos eventualmente ocorridos na execução do cronograma até o dia 31/10/2009 para conclusão das obras, objeto do contrato SA-01, para o tramo 1.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

Em resposta ao Memo/049-2009/ASMF, de 25/11/2009, o DESAL através do Memo/61-09/DESAL/DT, de 4/12/2009 informou que, a CTS está concluindo a análise

determinada pelo TCU, não tendo emitido qualquer documento, de conhecimento da CBTU, referente aos atrasos que ocorreram e sua quantificação.

Item 9.1.2 - Caso conclua, a partir da avaliação determinada no item 9.1.1, acima, que os cronogramas não serão cumpridos, encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo de 30 dias, novos cronograma estabelecidos em bases reais e fundamentais.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que, caso na avaliação do item anterior se configurem os atrasos, será estabelecido novo cronograma para encaminhamento ao TCU no prazo estabelecido no Acórdão, de 30 dias após o recebimento da notificação, informando, inclusive, quais as medidas adotadas.

A CBTU alertou para o fato de que, se verifique o prazo de vigência do contrato SA-01 e se há necessidade de sua prorrogação, afim de que as medidas sejam tomadas no devido tempo afim de evitar sua extinção extemporânea e recomendou que caso se confirme os atrasos na execução do cronograma estabelecido, sejam aplicadas as penalidades pertinentes.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

Em resposta ao Memo/049-2009/ASMF, de 25/11/2009, o DESAL através do Memo/61-09/DESAL/DT, de 4/12/2009 informou que, como a análise citada no item 9.1.1 não foi concluída, não houve a emissão do novo cronograma de conclusão do Tramo I do metrô de Salvador.

Com relação ao término do prazo de vigência do contrato da Concorrência SA-01, ainda não foi enviada pela CTS à CBTU a solicitação de autorização para emissão de um novo Termo Aditivo de prazo ao contrato. A definição do novo prazo depende da conclusão da análise do item 9.1.1 e da elaboração do novo cronograma da obra. A CBTU vem alertando sistematicamente a CTS no sentido de que encaminhe a solicitação com a precedência de um prazo suficiente para que sejam realizadas as análises pertinentes pelas áreas das CBTU, evitando que o contrato seja extinto automaticamente ao vencer o seu prazo de vigência. O ultimo alerta da CBTU foi feito através da CRT/077-09/DESAL, de 18/11/2009.

Item 9.1.3 - Em qualquer situação, demande junto ao Consórcio Metrosal, pelos meios contratuais e legais a seu dispor, a adequação do ritmo das obras aos cronogramas estabelecidos, objetivando garantir a conclusão dos serviços e obras a seu encargo nos prazos estabelecidos, e junto ao Consórcio Bonfim a realização da instalação de equipamentos que já se configurar possível em razão do nível de execução das obras civis.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que, o atendimento do recomendado no item referenciado dependerá do resultado da análise que está sendo feita pela CTS nos itens 9.1.1 e 9.1.2.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

Item 9.1.4 - Envide esforços no sentido de efetuar todas as contratações necessárias aos serviços, fornecimentos e obras complementares (não incluídos nos contratos originalmente celebrados), como, por exemplo, a licitação da concessão do sistema metroviário ou a contratação e treinamento de pessoal próprio para operação do sistema, a contratação de equipamentos de manutenção e de operação das estações, a contratação da aquisição e instalação de elevadores e escadas rolantes para as estações, a contratação da aquisição e instalação do sistema de ventilação do trecho subterrâneo, a contratação da construção do Pátio Auxiliar de Manobras para o Tramo I e das respectivas obras adicionais, a execução das obras civis e da energização da Subestação, entre outras, de forma a possibilitar a conclusão do Tramo I do Metrô de Salvador nos prazos estabelecidos.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que, para contratação de pessoal, irá fazer uma contratação sob regime especial, por um prazo de 2 anos renovável por mais 2, que será encaminhado pelo Prefeito à Câmara Municipal para aprovação. Para esta fase de operação assistida, a CTS contará com apoio técnico da CPTM cujo convênio de cooperação técnica deverá ser assinado até 13/11/2009. Os recursos necessários para essa operação, no prazo de 10 meses, são de R\$27,6 milhões, ainda sem fonte definida.

Quanto à contratação de equipamentos de manutenção e operação do sistema, a operação do metrô era prevista ser concessionada e que caberia à empresa vencedora da licitação bancar os investimentos relativos à aquisição desses equipamentos. Como não se efetivou o processo de concessão, os recursos necessários de valor aproximado de R\$24,6 milhões, não constam do Convênio original, por não terem sido considerados compromissos da União, nem constam de orçamento da CTS/Prefeitura de Salvador.

Foi realizado Pregão Eletrônico para aquisição e instalação de elevadores e escadas rolantes para estações do Tramo I, já tendo sido assinados os respectivos contratos, com redução de R\$4.293 mil com relação ao valor inicialmente previsto, que era de R\$16.150 mil e foi contratado por R\$11.857 mil.

A CTS encaminhou o edital relativo à contratação de fornecimento e instalação do sistema de ventilação do trecho subterrâneo, com as incorporações sugeridas pela fiscalização do TCU, para conhecimento da CBTU, que estará retornando com o processo até o dia 12/11. A CTS informou ainda que, iniciará imediatamente o processo de licitação por Pregão Eletrônico.

Relativamente quanto à contratação da construção do Pátio Auxiliar de Manutenção – PAM para o Tramo I e demais obras adicionais, a CTS, considerando as determinações do Acórdão 2343/2009-TCU, que mandou realocar os recursos da Verba Provisional, estará discutindo com o TCU a possibilidade de aplicação desses recursos na execução da obra do PAM e solo mole adjacente para a conclusão do Tramo I e operação do metrô.

Quanto à energização da subestação retificadora SER 1, a CTS já contratou a COELBA e a mesma está concluindo o projeto para início das obras, cujo prazo de conclusão está previsto para 05/12/2009.

Sobre as demais obras necessárias para conclusão do Tramo I, serão definidas após a análise da execução do cronograma previsto até 31/10, e agora com a possibilidade de utilização dos recursos da extinta Verba Provisional.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

Em resposta ao Memo/049-2009/ASMF, de 25/11/2009, o DESAL através do Memo/61-09/DESAL/DT, de 4/12/2009 informou que, apesar da existência de um protocolo de intenções assinado, a informação que temos é de que até este momento não foi assinado o convênio com a CPTM. Os recursos informados pela CTS de R\$27,6 milhões, necessários para a operação preliminar do sistema, já foram alterados pela Prefeitura de Salvador, em Ofício encaminhado ao Ministério das Cidades em 19/11/2009 e pouco detalhamento da composição do mesmo impede uma análise de consistência da necessidade apresentada. Por outro lado, a falta do cronograma atualizado para a conclusão da obra, item 9.1.2, impede qualquer cálculo de recursos necessários para o período que se pretende operar, anterior a concessão do sistema.

Item 9.1.5 - Providencie avaliação das falhas de execução constantes do relatório de supervisão das obras, em especial a infiltração observada nos túneis e a alteração na especificação do material elétrico, e informe a este Tribunal as conclusões e as medidas corretivas adotadas.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que:

Infiltração observada no trecho subterrâneo

As infiltrações ainda permanecem, as soluções técnicas foram apresentadas pelo Consórcio que, até o momento, não as executou e que, na conclusão da análise do cronograma previsto até 31/10, indicará as providências finais adotadas relativas a esse problema.

Alteração da especificação do material elétrico

Está sendo analisado se tecnicamente a substituição proposta pelo Consórcio é aceitável dentro dos padrões de segurança. Caso positivo pleiteará a compensação dos preços reduzidos e, em caso contrário, determinará a recomposição do material tal como contratado.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

Em resposta ao Memo/049-2009/ASMF, de 25/11/2009, o DESAL através do Memo/61-09/DESAL/DT, de 4/12/2009 informou que, o assunto não evoluiu. A correção das infiltrações está sendo realizada com base em um projeto sem aprovação da CTS, conforme consta da CBTU, CRT/078-09/DESAL, de 23/11/2009. Com relação à alteração da especificação do material elétrico, a decisão permanece inconclusa pela CTS e a contratada.

Item 9.1.6 - Acompanhe o desenrolar da ação promovida pelo Consórcio Metrosal perante a Justiça Federal da Bahia (Processo 2009.33.00.007802-3), certificando-se de que o Juiz da causa esteja suficientemente informado a respeito do histórico dos

contratos, do andamento das obras, dos relatórios de auditoria e decisões deste TCU, entre outras informações.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que, está elaborando contestação, que será apresentada na Justiça Federal, até o dia 11/11/2009, prazo final para apresentação do recurso e que, em seguida, encaminhará cópia ao TCU e à CBTU, e que o assunto está sendo objeto de informações oficiais com a AGU em Salvador.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

Em resposta ao Memo/049-2009/ASMF, de 25/11/2009, o DESAL através do Memo/61-09/DESAL/DT, de 4/12/2009 informou que, apesar da solicitação da CBTU para que a CTS a mantenha informada da situação relativa ao processo interposto pelo Consórcio Metrosal (SA-01), não foi encaminhado qualquer documento relativo à contestação que deveria ser apresentado à Justiça Federal. No entanto, o Gestor dos Convênios do Metrô afirmou, em 4/12/2009, que a contestação foi apresentada à Justiça Federal, dentro do prazo estipulado pela mesma.

Item 9.1.7 - Formalize, em termo aditivo, todas as Ordens de Alterações relativas aos contratos já celebrados e informe à CBTU, nos termos constantes do instrumento de convênio.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CTS informou que, irá elaborar, em atendimento as determinações do TCU, termo aditivo ao contrato SA-01 formalizando as Ordens de Alteração realizadas em conformidade com o edital padrão do Banco Mundial utilizado na licitação.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

Em resposta ao Memo/049-2009/ASMF, de 25/11/2009, o DESAL através do Memo/61-09/DESAL/DT, de 4/12/2009 informou que, a determinação do TCU ainda não foi cumprida pela CTS.

Item 9.1.8 - Informe à empresa Siemens A.G. da possibilidade de substituição da sistemática de retenções de pagamentos pelo estabelecimento de alguma das outras garantias fixadas pelo Acórdão 2.873/2006-0, observadas todas as condições estabelecidas no referido acórdão, em montante igual àquele que ela pretender receber em pagamentos pelo fornecimento e instalação de equipamentos no âmbito do Contrato SA - 01, sem que, com isso, isente-se da solidariedade estabelecida no art. 33 da Lei 8.666/93.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, a CBTU recomendou que a CTS informe de imediato a SIEMENS da publicação do Acórdão que no item 9.1.8 reconhece o direito de substituição da retenção por garantia.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

Em resposta ao Memo/049-2009/ASMF, de 25/11/2009, o DESAL através do Memo/61-09/DESAL/DT, de 4/12/2009 informou que, a CTS confirmou, em 4/12/2009, através do Gestor dos convênios do Metrô que encaminhou à SIEMENS cópia do Acórdão 2.366/2009-TCU - Plenário, que estabelece a aceitação da substituição da retenção do faturamento por garantias.

Item 9.2 - Determinar à Secex/BA que, sem prejuízo de qualquer item de monitoramento determinado pelo Acórdão 2.873/2008-Plenário, na próxima instrução dos presentes autos.

Item 9.2.1 - Esclareça a situação das garantias contratuais originais relativas aos Contratos SA-OI (Consórcio Metrosal) e SA-12 (Consórcio Bonfim), especialmente quanto à renovação, ao valor e vigência das mesmas;

Item 9.2.2 - Efetue diligências à CTS e ao Consórcio SondotécnicalGeohidro (Contrato 01/07-CTS) objetivando obter informações sobre quais os produtos efetivamente entregues pelo contratado (acompanhamento de cronogramas e cumprimento de etapas, projeções, planejamento das etapas de execução, disponibilização de sistema de gerenciamento informatizado, etc.), manifestando-se, ao final, sobre as informações recebidas em resposta;

Item 9.2.3 - Informe o andamento dos estudos relativos ao Tramo II do Metrô de Salvador, aí incluídos orçamentos, revisão de projetos e cronogramas;

Item 9.2.4 - Acompanhe o cumprimento, por parte da CTS, das determinações constantes dos itens 9.1.1. a 9.1.8, acima, e informe ao relator do presente processo caso seja observado descumprimento ou atraso injustificado em qualquer delas;

Item 9.3 - Informar ao Consórcio Metrosal que:

Item 9.3.1 - O novo orçamento por ele apresentado será apreciado, juntamente com o orçamento a ser apresentado pela CTS, no âmbito do TC nº 002.588/2009-0 (tomada de contas especial), em cumprimento ao Acórdão 2.873/2008-TCU - Plenário.

Item 9.3.2 - As alternativas oferecidas por esta Corte no referido acórdão - consistentes na substituição das retenções pelo oferecimento de garantias equivalentes, nos termos em que especificadas - podem ainda ser adotado pelo Consórcio, ou por qualquer uma das empresas dele integrantes, nos termos do item 9.1.8, acima, caso em que os pagamentos dos serviços medidos poderão ser normalmente realizados pela CTS até o limite do valor das garantias oferecidas.

Item 9.4 - Encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Justiça Federal, Seção Judiciária da Bahia, à AGU e à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para conhecimento e adoção das medidas que considerar cabíveis em seus respectivos âmbitos de atuação, em razão da ação promovida pelo Consórcio Metrosal contra a União e a CTS (Processo 2009.33.00.007802-3).

Item 9.5 - Encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Companhia Transportes de Salvador/BA, à Companhia Brasileira de

Transportes Urbanos - CBTU, ao Ministério das Cidades, e ao Gabinete da Casa Civil da Presidência da República, para conhecimento.

Providências adotadas:

Recomendações não cabem pronunciamento por parte da CBTU.

b.20) ACÓRDÃO Nº 2.450/2009 – TCU – PLENÁRIO, DE 21/10/2009

Acórdão refere-se à Fiscobras 2009 – Implantação do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza/CE, relativo ao processo TC-008.122/2006-9.

Item 9.1 - No que se refere ao sobrepreço tratado nos presentes autos, acolher parte das razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, assim como dos esclarecimentos prestados pelas empresas reunidas em consórcio para a execução do contrato 014/Metrofor/1998.

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.2 - Considerar improcedente o pedido de "revisão da medida cautelar" formulado pela Metrofor, haja vista a mudança de cenário decorrente, em especial, da alternativa de proteção ao erário ora adotada.

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.3 - Permitir que a Metrofor, a seu critério, enquanto não se formalizar a repactuação do contrato 014/Metrofor/1998 nos termos determinados no subitem 9.5.1 deste acórdão, desconsidere, para fins de cálculo das quantias a serem retidas, os valores atinentes a material rodante e sistemas fixos, sem prejuízo à adoção dos cuidados necessários à boa guarda e ao bom emprego dos recursos públicos federais destinados no âmbito do contrato 014/Metrofor/1998 àqueles itens, principalmente em decorrência das dificuldades contratuais relatadas nos autos no que tange ao material rodante, cuja responsabilidade pelo fornecimento recai sobre o Consórcio QGCC, em especial sobre a empresa Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda..

Providências adotadas:

Embora a recomendação tenha sido dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, conforme Ata de Reunião ocorrida em 12/11/2009 entre a CBTU e a METROFOR, a METROFOR informou que, no cálculo da retenção, já havia excluído os valores atinentes a material rodante e sistemas fixos.

Cabe registrar que, referida Ata de reunião, foi encaminhada à SECEX-CE, através da CRT/0257-2009/P, de 30/11/2009.

Item 9.4 - Considerar prejudicada a audiência determinada no subitem 9.2.1.9 do acórdão 3.070/2008-Plenário, visto que o exame da irregularidade a que se refere será empreendida na tomada de contas especial cuja instauração ora se determina.

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.5.1 - Determinar à Metrofor que, No prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência do presente acórdão, firme novo aditivo ao contrato 014/Metrofor/1998 de maneira a limitar, para pagamentos futuros, os preços dos 42 itens objeto de análise de sobrepreço aos valores de referência lançados às fls. 18/19 do anexo 76, encaminhando a este tribunal cópia do termo de aditamento.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 12/11/2009 entre a CBTU e a METROFOR, a METROFOR informou que, apesar de ainda não ter tomado ciência formal da determinação do Acórdão, já está preparando Termo Aditivo e fará seu encaminhamento ao Consórcio construtor até o dia 20/11/2009, e informou também que irá fazer consulta à SECEX sobre quando se inicia o prazo para cumprimento dessa determinação. Entende que os 15 dias começam a ser contados a partir do recebimento da notificação formal.

Ficou estabelecido que, em conformidade com a determinação do Acórdão, o Termo Aditivo não precisa de aprovação da CBTU que deverá receber cópia do Termo Aditivo após assinatura.

Cabe registrar que, referida Ata de reunião, foi encaminhada à SECEX-CE, através da CRT/0257-2009/P, de 30/11/2009.

Item 9.5.2 - Até que se assine o novo termo aditivo mencionado acima, tome como parâmetro de cálculo para as próximas faturas os preços de referência a que se refere o subitem precedente, retendo as diferenças porventura verificadas, sem prejuízo à possibilidade de substituição da retenção de pagamentos por seguro-garantia ou fiança-bancária que atenda aos requisitos descritos no subitem 9.1.3 do acórdão 3.070/2008-Plenário.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 12/11/2009 entre a CBTU e a METROFOR, a METROFOR informou que, até a medição de setembro, está aplicando a retenção de 71,253% atendendo a determinação do Acórdão nº 3.070/2008 – TCU – Plenário. A partir das medições de outubro/09, será cumprido o determinado no item 9.5.2 até que seja assinado o novo Termo Aditivo com o Consórcio construtor.

Cabe registrar que, referida Ata de reunião, foi encaminhada à SECEX-CE, através da CRT/0257-2009/P, de 30/11/2009.

Item 9.5.3 - Abstenha-se de incluir no cálculo da repactuação e das retenções que eventualmente a precedam os valores relacionados aos pagamentos indevidos efetuados anteriormente ao presente acórdão, os quais serão tratados em processo de tomada de contas especial, nos termos definidos no subitem 9.6 infra;

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 12/11/2009 entre a CBTU e a METROFOR, a METROFOR informou que, está dando cumprimento à determinação do Acórdão.

Cabe registrar que, referida Ata de reunião, foi encaminhada à SECEX-CE, através da CRT/0257-2009/P, de 30/11/2009.

Item 9.5.4 - Exija do consórcio executor do contrato 014/Metrofor/1998 que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, apresente documentos que comprovem a compatibilidade entre a realidade da obra e os custos de administração local computados no BDI, com caracterização precisa dos profissionais que embasaram o valor mensal dos encargos pagos, com respectivos salários, incluindo, ainda, detalhamento do restante dos custos que integram o serviço, vedando-se a composição sob unidade "verba" ou similar, haja vista a possibilidade de comprovação específica de todos seus componentes mediante carteiras de trabalho, contracheques, GFIP, RAIS, entre outros documentos hábeis.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 12/11/2009 entre a CBTU e a METROFOR, a METROFOR informou que, já realizou reunião com o Consórcio construtor, em 04/11/2009, na qual foi lavrada ata, onde foi solicitado ao Consórcio às providências para atendimento ao que determina o TCU no item 9.5.4. Informou também que irá reiterar esse pedido quando do encaminhamento ao Termo Aditivo até o dia 20/11/09.

Cabe registrar que, referida Ata de reunião, foi encaminhada à SECEX-CE, através da CRT/0257-2009/P, de 30/11/2009.

Item 9.5.5 - Com relação aos documentos a que se refere o subitem anterior, encaminhe-os a este tribunal em 5 (cinco) dias contados do término do prazo dado ao aludido consórcio, para serem juntados à tomada de contas especial cuja instauração ora se determina.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 12/11/2009 entre a CBTU e a METROFOR, a METROFOR informou que, efetuará o encaminhamento ao TCU, no prazo determinado, tão logo receba os documentos do Consórcio.

Cabe registrar que, referida Ata de reunião, foi encaminhada à SECEX-CE, através da CRT/0257-2009/P, de 30/11/2009.

Item 9.5.6 - Até o julgamento final do mérito da referida tomada de contas especial, mantenha as retenções, seguros garantias e fianças bancárias até agora implementadas, inclusive aquelas decorrentes do cumprimento ao subitem 9.5.2 supra;

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 12/11/2009 entre a CBTU e a METROFOR, a CBTU recomendou à METROFOR que até o julgamento final do mérito da referida Tomada de Contas Especial, mantenha as retenções, seguros garantia e fianças bancárias até agora implementadas, devidamente atualizadas, inclusive aquelas decorrentes do item 9.5.2

Cabe registrar que, referida Ata de reunião, foi encaminhada à SECEX-CE, através da CRT/0257-2009/P, de 30/11/2009.

Item 9.5.7 - Com a celeridade que o caso requer, tome as providências cabíveis com relação ao agravo de instrumento 99827-CE interposto pelas construtoras Queiroz

Galvão e Camargo Corrêa junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em que pleiteiam sejam eximidas da obrigação de dar continuidade à execução do contrato 014/Metrofor/1998 nas condições impostas por este tribunal de contas.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 12/11/2009 entre a CBTU e a METROFOR, a METROFOR informou que, quando solicitada a prestar informações pela Justiça Federal, o fez tempestivamente, afirmando que não havia motivos que determinassem à paralisação das obras. A Justiça Federal negou a concessão de liminar e posteriormente foi assinado um acordo extrajudicial em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado que estabeleceu o prosseguimento das obras, atualmente vigente e em crescente ritmo de execução.

Informou ainda que, o Consórcio comunicou verbalmente que independente da decisão de retenção cautelar ou apresentação de fianças nos montantes a serem estabelecidos vai continuar a obra até a sua conclusão, cumprindo o cronograma estabelecido.

Cabe registrar que, referida Ata de reunião, foi encaminhada à SECEX-CE, através da CRT/0257-2009/P, de 30/11/2009.

Item 9.5.8 - Ao dar cumprimento ao subitem anterior, atente principalmente ao fato de que não mais subsistem, com a prolação do presente acórdão, as principais circunstâncias fáticas nas quais se basearam as construtoras Queiroz Galvão e Camargo Corrêa nos autos do agravo em comento, quais sejam, a suposta grande monta dos valores retidos e a ausência de pronunciamento definitivo posterior à análise das justificativas apresentadas pelas referidas empresas.

Providências adotadas:

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 12/11/2009 entre a CBTU e a METROFOR, a METROFOR informou que, respectiva determinação está vinculada à situação anterior.

Cabe registrar que, referida Ata de reunião, foi encaminhada à SECEX-CE, através da CRT/0257-2009/P, de 30/11/2009.

Item 9.6 - Determinar a constituição de processo apartado de tomada de contas especial, mediante extração de cópia integral dos presentes autos, encaminhando-o à Secob para que:

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.6.1 - Com base nos preços de referência lançados às fls. 18/19 do anexo 76 destes autos, quantifique os prejuízos incorridos no âmbito do contrato 014/Metrofor/1998, referentes aos pagamentos efetuados até a prolação do presente decisor;

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.6.2 - Verifique a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro no contrato 014/Metrofor/1998 decorrente da eventual ocorrência de "jogo de planilhas" após a assinatura de aditivos contratuais.

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.6.3 - Após transcorrido o prazo dado à Metrofor para atendimento ao subitem 9.5.5 supra, verifique se há nos autos justificativas plausíveis quanto ao percentual de BDI adotado no contrato 014/Metrofor/1998, manifestando-se sobre eventual sobrepreço decorrente, inclusive, da adoção de BDI para remuneração de fornecimento de materiais que, a princípio, deveria ter sido diferenciado do BDI aplicado aos serviços de engenharia em geral;

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.6.4 - Uma vez quantificado o débito, promova a apuração de responsabilidades e a respectiva citação dos envolvidos;

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.7 - Determinar à Secex/CE que acompanhe o andamento das obras alusivas à implantação do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza/CE, mormente no que concerne a eventuais modificações de projetos e assinaturas de novos termos aditivos e ao cumprimento desta deliberação;

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.8 - Encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam:

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.8.1 - A Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional informando-a de que, com relação ao contrato 014/Metrofor/1998, respectivo à implantação do trecho sul do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza/CE, apesar das falhas detectadas, não se mostra recomendável, no momento, o bloqueio de recursos orçamentários para o empreendimento em tela, haja vista a adoção de medidas destinadas a resguardar o erário federal.

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.8.2 - Ao Ministério das Cidades, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos e ao Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Ceará.

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.8.3 - A Advocacia-Geral da União e à Consultoria Jurídica do TCU, juntamente com cópia dos elementos de fls. 2.676/2.697 do vol. 13, para que adotem as medidas que julgarem necessárias em complemento às determinações contidas nos subitens 9.5.7 e 9.5.8 deste decisum;

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.9 - Dar ciência dos termos do presente acórdão aos responsáveis ouvidos em audiência acerca do sobrepreço tratado nestes autos, assim como ao consórcio contratado para a execução das obras do Metrô de Fortaleza/CE, esclarecendo-lhes que, não obstante o caráter meritório da decisão ora proferida, os custos, quantitativos e composições apresentados pelos responsáveis e pelo consórcio em relação aos quais houve aceitação por parte da Secob sem maiores questionamentos poderão ser alvo de nova aferição no processo de tomada de contas especial cuja instauração ora se determina.

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.10 - Tendo em vista a possibilidade de se constatar, no âmbito da tomada de contas especial cuja instauração ora se determina, a ocorrência de "jogo de planilha" decorrente, entre outros, da assinatura do 11º termo aditivo ao contrato 014/Metrofor/1998, juntar cópia do presente acórdão, assim como do relatório e voto que o precedem, ao TC 007.790/2009-1, cujo relatório de auditoria, referente ao Fiscobras/2009, indica que o referido termo aditivo consta do escopo daquela fiscalização.

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

Item 9.11 - Restituir os presentes autos ao relator a que para que seja dado prosseguimento ao feito.

Providências adotadas:

Recomendação dirigida ao próprio Tribunal de Contas da União, não cabendo manifestação da CBTU.

b.21) ACÓRDÃO Nº 2873/2008 – PLENÁRIO, DE 03/12/2008

Referido Acórdão trata do Relatório de Auditoria – Fiscobras 2006, relativo ao processo TC-007/162-2006-0.

Item 9.1.1 - Determinar à Companhia de Transportes de Salvador - CTS e à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU que, Retenham, cautelarmente, com fundamento no art. 276 do Regimento Interno do TCU, em virtude de fundado receio de lesão ao erário e ineficácia de futura decisão de mérito, a quantia de R\$50,5 milhões dos próximos pagamentos do contrato SA-01, celebrado com o Consórcio Metrosal, até que este Tribunal delibere definitivamente sobre as questões tratadas nestes autos.

Providências adotadas:

Por meio da CRT/0283-2008/P, de 10/12/2008, a CBTU recomendou a CTS, que se efetue retenção cautelar do referido pagamento, conforme procedimento indicado nos subitens 9.1.1.1 e 9.1.1.2 do referido Acórdão.

Através da CT-DIPRE nº 262, de 22/12/2008, o Diretor-Presidente da CTS, informou ao Ministro do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, que serão efetivadas as retenções nos próximos pagamentos do Contrato SA-01, de acordo com os termos firmados no 13º Aditivo Contratual referente ao citado Contrato, com a devida apresentação das garantias de execução, renovadas, conforme previsto no referido Termo Aditivo.

Conforme registrado na Ata de Reunião ocorrida em 05/11/2009 entre a CBTU e a CTS, constou que, a CTS atualizou as medições até 31/10/2009, que está apresentada em planilhas, para os Contratos SA-01 e SA-12.

Cabe registrar que, através das CRT/0244 e 0246/2009/P, de 23/11/2009, citada Ata de reunião, foi enviada, respectivamente, ao Secretário de Controle Externo – TCU/SECEX/BA e ao Ministro de Estado das Cidades.

b.22) ACÓRDÃO Nº 3438/2009 – TCU – 1ª CÂMARA, DE 30/06/2009

Referido Acórdão trata dos atos de admissão de pessoal, relativos ao processo TC-009.040/2009-0.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que os Atos de Admissão relativos ao processo TC-009.040/2009-0, foram considerados legais.

b.23) ACÓRDÃO Nº 3546/2009 – TCU – 1ª CÂMARA, DE 07/07/2009

Referido Acórdão trata dos atos de admissão de pessoal, relativos ao processo TC-009.903/2009-6.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela

Resolução n. 155/2002, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que os Atos de Admissão relativos ao processo TC-009.040/2009-0, foram considerados legais.

b.24) ACÓRDÃO Nº 3547/2009 – TCU – 1ª CÂMARA, 07/07/2009

Referido Acórdão trata dos atos de admissão de pessoal, relativos ao processo TC – 009.904/2009-3.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que os Atos de Admissão relativos ao processo TC-009.904/2009-3, foram considerados legais.

b.25) ACÓRDÃO Nº 3707/2009 – TCU – 1ª CÂMARA, DE 14/07/2009

Referido Acórdão trata dos atos de admissão de pessoal, relativos ao processo TC - 009.040/2009-0.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, no exercício das competências conferidas pelo art. 71, 111, da Constituição Federal e pelo art. 39, parágrafo único, da lei nº 8.443/1992, na forma dos artigos 259, I, 260, parágrafo 1º e 143, II, do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, acolhendo os pareceres convergentes constantes dos autos, em considerar legais e determinar os registros dos atos de admissão de pessoal relacionados ao respectivo processo.

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que os Atos de Admissão relativos ao processo TC-009.904/2009-3, foram considerados legais.

b.26) ACÓRDÃO Nº 3833/2009 – TCU – 1ª CÂMARA, DE 21/07/2009

Referido Acórdão trata de representação relativa ao processo TC-013.535/2009-4.

Os ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, e 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada ante a perda do seu objeto, tendo em vista que o Pregão Presencial nº 002-2009/CBTU/STU-BH foi revogado, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar

cópia da instrução de fl. 470 e desta deliberação ao interessado, de acordo com o parecer da Secex/MG.

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que o Pregão Presencial nº 002-2009/CBTU/STU-BH foi revogado, sendo os autos do processo arquivado.

b.27) ACÓRDÃO Nº 4623/2009 – TCU – 1ª CÂMARA, DE 04/09/2009

Referido Acórdão trata dos atos de admissão de pessoal, relativo ao processo TC-009.905/2009-0.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que os Atos de Admissão relativos ao processo TC-009.905/2009-0 foram considerados legais.

b.28) ACÓRDÃO Nº 4624/2009 – TCU – 1ª CÂMARA, DE 04/09/2009

Referido Acórdão trata dos atos de admissão de pessoal, relativo ao processo TC-011.484/2009-4.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que os Atos de Admissão relativos ao processo TC-011.484/2009-4 foram considerados legais.

b.29) ACÓRDÃO Nº 5448/2009 – TCU – 1ª CÂMARA, DE 02/10/2009

Referido Acórdão trata dos atos de admissão de pessoal, relativo ao processo TC-31.508/2008-7.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro

de 2002, em considerarem legais para fins de registro, os atos de admissão de pessoal constante dos autos.

Providências adotadas:

Situação não requer manifestação por parte da CBTU, tendo em vista que os Atos de Admissão relativos ao processo TC-31.508/2008-7 foram considerados legais.

b.30) ACÓRDÃO Nº 6893/2009 – TCU – 1ª CÂMARA, DE 04/12/2009

Referido Acórdão trata de representação, relativa ao processo TC-015.017/2009-8.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, e 237, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, c/c os arts. 33, 34 e 36 da Resolução TCU nº 191/2006, em conhecer da presente representação e apensá-la ao TC-010.073/2004-3 (Prestação de Contas), de acordo com o parecer da Secex/AL.

Providências Adotadas:

Manifestação do TCU através do referido Acórdão, não cabe providências por parte da CBTU.

b.31) DILIGÊNCIA Nº 02185/2009 – TCU – 1ª CÂMARA, DE 16/06/2009

Referida Diligência trata de divergências corridas nos atos de admissão de Pessoal, relativos ao processo TC 011.485/2009-1.

Justificar a advertência gerada pelo SISAC “Data de efetivo exercício superior a 45 dias da data de admissão”, no ato de admissão de Marco Antônio de Paula Junior, CPF 013.222.936-60, no cargo de Maquinista.

Providências adotadas:

Através da CRT/0066-2009/GAB, de 28/07/2009, foi informado ao Ch. da Controladoria Regional da Secretaria de Fiscalização de Pessoal - União/DF, que, com relação à data de convocação e motivo da nomeação em data posterior à validade do concurso, esta CBTU enviou e-mail datado de 10 de junho de 2009 a 2ª DT/Sefip/TCU esclarecendo os fatos. Na oportunidade estamos encaminhando cópia do DOU nº 88, de 10/05/2004 o qual publica a prorrogação da validade do Cadastro de Reserva de Pessoal, através do Edital de 15/01/2003.

b.32) DILIGÊNCIA Nº 169/2009 – TCU/SECOB, DE 14/07/2009

Referida Diligência, trata de atendimento ao disposto no Acórdão nº 1.736/2007 – Plenário, relativo ao processo TC-023.031/2008-3.

A fim de atender ao disposto no Acórdão 1.736/2007-Plenário e à LDO, a CEF remeteu à CBTU, em 20/11/2007, comunicação solicitando a inclusão no SINAPI das composições de custos dessa entidade relativas a obras ferroviárias.

A despeito da solicitação realizada, há informação da CEF nos autos do TC - 023.031/2008-3 de que essa comunicação não foi respondida pela CBTU. Nesses termos, com objetivo de dar prosseguimento à instrução deste processo de monitoramento, e de acordo com a delegação de competência do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator Walton Alencar Rodrigues, constante da Portaria nº 01/2009-

GM-WAR, solicito a V.as., Excelência que encaminhe a esta Corte de Contas, no prazo de 15 dias, a contar da ciência deste ofício, informações relativas ao não-atendimento da demanda da CEF supracitada, a fim de subsidiar este Tribunal na condução do processo de monitoramento em epígrafe.

Esclareço que o não atendimento, no prazo ora fixado, sem causa justificada, à diligência ou decisão do Tribunal sujeita o responsável à multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1993.

Providências adotadas:

Através da CRTI065-2009/GAB, de 24/07/2009, foi solicitado ao Gerente Nacional de Gestão, Padronização e Técnicas de Normas - GEPAD, cópia da Comunicação solicitando a inclusão no SINAP das composições de custos da CBTU relativas a obras ferroviárias, sendo que até o momento a CBTU não havia recebido o respectivo documento.

Em 04/08/2009, através da CRT/0178/2009-P, foi informado ao Secretário de Fiscalização e Obras - Substituto do Tribunal de Contas da União que, partiu da CBTU, em 15/07/2007, a iniciativa de incorporar suas composições de custos no Sistema SINAPI e posteriormente, em 08/09/2008, foi celebrado Convênio com a CEF para que a CBTU tivesse acesso ao sistema SINAPI.

Como pode ser verificado a CBTU está se empenhando para a inclusão de composições de custo no SINAPI metroferroviário, o que culminou com o encaminhamento da CRT/005/2009-DT, de 04/08/2009, por intermédio da qual o Diretor-Técnico desta Companhia enviou a CEF as composições de custos.

Por intermédio da CRT/0067/2009/GAB, de 11/08/2009, foi informado ao Gerente de Padrões e Planejamento da Gerência Nacional de Gestão, Padronizações e Normas Técnicas da Caixa Econômica Federal que, em resposta ao Ofício nº 147/2009/GEPAD, de 29/07/2009, para que a CBTU se manifestasse da impossibilidade de contratar a aferição das composições de custos mencionada no item 3 do referido Ofício, se da por absoluta indisponibilidade de recursos orçamentários neste exercício, bem como na falta de previsão para tal na proposta orçamentária para o exercício de 2010.

b.33) OFÍCIO Nº 03/2009 – TCU – SECEX-BA, DE 20/01/2009

Trata o referido Ofício, de determinação de oitiva para que a CBTU, na pessoa de seu representante legal, para no prazo de 15 dias, manifestar-se ou apresentar contrarrazões em relação aos seguintes itens 9.1.1, 9.1.1.1, 9.1.1.2, 9.1.3, 9.1.3.1 e 9.1.3.2 do Acórdão 2873/2008 (Processo TC-007.162/2006-0) e a possível anulação do contrato SA-01.

Providências adotadas:

O Diretor-Presidente da CBTU, através da CRT/0032/2009-P, de 12/02/2009, encaminhada ao Secretário de Controle Externo do TCU na Bahia, atendeu ao solicitado no citado Ofício da SECEX-BA.

b.34) OFÍCIO Nº 96/2009 – TCU – SEFIT, DE 05/03/2009

Trata o referido Ofício, de encaminhamento de documento com as respostas consolidadas do levantamento acerca da Governança de Tecnologia da Informação na

Administração Pública Federal, bem como as respostas apresentadas por esse Órgão/Entidade, referente ao Acórdão 1.603/2008 e Processo TC-008.380/2007-1.

Providências adotadas:

Referido Ofício não cabe manifestação da CBTU, por se tratar, apenas, de encaminhamento de documento relativo ao levantamento referente à Governança de Tecnologia da Informação, contendo as respostas da CBTU sobre o questionário realizado sobre a matéria em questão.

11. DISPENSAS DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

Durante o exercício de 2009 foram instaurados, em todas as unidades da CBTU, 46 Processos de Sindicância, dos quais 40 já tiveram seus Relatórios concluídos, sendo 31 julgados, não havendo a abertura de nenhum Processo de Tomada de Contas Especial. Os demais 15 processos ainda permanecem em andamento, devendo ser concluídos durante o exercício de 2010.

Segue o detalhamento dos processos de sindicância instaurados em 2009, identificados por área da CBTU:

INFORMAÇÃO	AC	REC	BH	JOP	NAT	MAC	TOTAL
PROCESSOS DE SINDICÂNCIAS INSTAURADOS EM 2009	5	7	2	31	0	1	46
PROCESSOS DE SINDICÂNCIAS INSTAURADOS EM 2009 COM RELATÓRIO CONCLUÍDO	3	6	2	28	0	1	40
PROCESSOS DE SINDICÂNCIA INSTAURADOS EM 2009 E JULGADOS	1	2	1	26	0	1	31

12. COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

12.1 - ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

ATOS	QUANTIDADE (*)	REGISTRADOS NO SISAC (*)
Admissão (Anistia/Readmissão e outros)	124	535
Desligamento	273	221
Aposentadoria		
Pensão		

(*) Dados extraídos do Relatório Gerencial de RH-2009

(**) PESSOAL (Dados transmitidos p/ o SISAC)	CBTU
Admissão Concurso Público	27
Admissão Judicial (Concurso Público)	1
Anistia (Lei 8878/94)	286
Cancelamento de desligamento	1
Readmissão Judicial	220
TOTAL ADMISSÃO	535
Desligamento (demissão)	212
Desligamento (falecimento)	9
TOTAL DESLIGAMENTO	221

a) Conforme orientação do TCU/CGU deverão ser informadas no Sistema as movimentações referentes a readmissão judicial/reintegração/anistia.

b) Os dados do SISAC e do SIAPE divergem no tempo de registro.

Obs.: No total acima foram encaminhados 10 atos em duplicidade: 04 anistias, 04 readmissões judiciais e 02 desligamentos (demissões).

Em 2009 o efetivo de pessoal da Companhia era de 3.048 empregados, sendo 2.936 do quadro efetivo e 112 contratados/requisitados para o exercício de cargo de confiança, conforme demonstrado a seguir:

PESSOAL	AC	BH	REC	MAC	NAT	JOP	CBTU
PCS/CBTU	385	759	1.446	135	117	94	2.936
CONTRATADO CC	63	7	21	10	2	5	108
REQUISITADO CC	3	1					4
TOTAL	451	767	1.467	145	119	99	3.048
CESSÃO C/ ÔNUS	186	8	6				200
CESSÃO S/ÔNUS	3	1	11				15

Durante o exercício foram registrados e informados ao Tribunal de Contas da União atos de admissão e concessão (SISAC), a seguir descritos:

MOTIVO	AC	BH	REC	MAC	NAT	JOP	CBTU
ADMISSÃO CONCURSO PÚBLICO	1	1	24			1	27
ADMISSÃO JUDICIAL (Concurso Público)		1					1
ANISTIA (LEI 8878/94)	270	10			6		286
CANCELAMENTO DE DESLIGAMENTO	1						1
READMISSÃO JUDICIAL	113	1	94	2	8	2	220
TOTAL ADMISSÃO	385	13	118	2	14	3	535
DESLIGAMENTO (demissões)	54	57	87	4	3	8	213
DESLIGAMENTO (falecimentos)	1	2	5				8
TOTAL DESLIGAMENTO	55	59	92	4	3	8	221
TOTAL DE ATOS ENVIADOS	440	72	210	6	17	11	756

12.2 - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

- **COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

O efetivo da Companhia em 2009 foi de 3048 empregados sendo 2936 do quadro efetivo e 112 contratados/requisitados, além de 77 de mão de obra terceirizada em áreas de apoio.

- **INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA**

Os contratos de terceirização de mão-de-obra relativos às áreas fim foram concluídos e encerrados em 2008.

- **INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS INSTITUÍDOS PELA UNIDADE**

Foi implementado na Companhia um Programa de Avaliação de Competências e Habilidades no ano de 2008, com repercussão e continuidade em 2009. Foi elaborado um Plano de Emprego e Salário - PES, com vistas a valorização e acompanhamento da categoria junto ao mercado de trabalho.

- **ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

Face ao envelhecimento do quadro de pessoal e as vacâncias decorrentes da evasão provocada pelo mercado competitivo, aposentadorias e falecimentos, foi necessário o uso de ferramentas tais como novo plano de cargos e busca da ampliação do quadro de pessoal, visando atender a demanda provocada no setor pelo crescimento da utilização dos meios de transportes sobre trilhos.

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	-	-	-
Próprios	NA	-	-
Requisitados	NA	-	-
Celetistas	3048	3462	4299
Cargos de livre provimento	3048	3462	4299
Estatutários	NA	-	-
Não Estatutários	3048	3462	4299
Terceirizados	77	-	-
Total	3125	3462	4299

COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2007, 2008 E 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições		Gratificações		Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	NA							
2008	NA							
2009	NA							
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	3003	75.514.529,00					17.376.737,00	
2008	3121	82.294.846,00					17.450.161,00	
2009	3136	86.363.431,00					18.146.781,00	(*)
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	NA							
2008	NA							
2009	108	5.529.681,41						
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	4	387.777,93						
2008	3	571.875,71						
2009	4	829.804,03						
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	NA							
2008	NA							
2009	NA							
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	91	5.129.729,58	4	677.689,65	38	1.897.503,21	175	944.776,30
2008	70	4.859.240,79	6	2.167.563,35	5	1.939.889,79	183	1.028.830,00
2009	65	263.778,81	12	391.173,46	NA	-	221	1.438.029,03

(*) As Indenizações estão inclusas na rubrica Vencimentos e Vantagens Fixas.

Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
NA									
Observação:									
Todos os contratos de terceirização de área-fim foram encerrados no exercício de 2008.									

Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo: Não houve alteração significativa nos índices de absenteísmo entre 2008 e 2009, a saber: o índice de Acidentes de Trabalho ficou na faixa de 1.11% e de Doenças Ocupacionais na faixa de 2.40%;
- Perfil Etário: A idade média aproximada dos empregados da Companhia é de 45 anos;
- Rotatividade O índice de turnover em 2009 foi de 0,95%;
- Formação Acadêmica : 90,98 % dos empregados da Companhia distribuem-se entre os níveis fundamental, médio e médio-técnico e os restantes 9,02% tem formação de nível superior;
- Desempenho funcional: Através do processo de Avaliação de Competências e Habilidades tem sido avaliado o desempenho dos empregados, esta uma ferramenta está sendo utilizada para detectar necessidades e propor medidas de desenvolvimento profissional e gestão administrativa.
- Níveis Salariais: Está sendo desenvolvido o Plano de Emprego e Salário com vistas ao realinhamento de cargos e funções e equiparação com os padrões salariais praticados pelo mercado;
- Demandas Trabalhistas: As informações sobre demandas trabalhistas são enviadas pela área de Recursos Humanos à área Jurídica para acompanhamento e providências legais.

Análise Crítica

Análise crítica sobre a situação da gestão de recursos humanos no presente e seus efeitos no médio e longo prazo

• Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional

A fim de atingir esta adequação foram elaborados estudos para realização de Processo Seletivo para preenchimento das vacâncias e ampliação do quadro de pessoal, como também levantamento de necessidades de treinamento e desenvolvimento, que resultou em um programa de capacitação de pessoal com vistas a melhorar a qualidade do serviço prestado à comunidade.

• Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim

Existe adequação entre o percentual de empregados da área-fim na casa de 67,1% em relação as área-meio – 32,9% o que demonstra equilíbrio na distribuição de empregados por área de atuação.

• Desempenho funcional dos servidores e funcionários

Foi implementado na Companhia um Programa de Avaliação de Competências e Habilidades no ano de 2008, com repercussão e continuidade em 2009. Foi elaborado um Plano de

Emprego e Salário, com vistas à valorização e adequação da categoria junto ao mercado de trabalho.

- **Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado**

Através de estudos de dimensionamento de pessoal detectou-se a necessidade de realização de Processo Seletivo para ampliação do quadro próprio. O trabalho realizado revelou o envelhecimento dos recursos humanos da Companhia, uma vez que diversas aposentadorias ocorreram no exercício passado e muitas outras estão previstas para os atual e próximos exercícios. Para tanto a Companhia está envidando esforços junto aos órgãos oficiais para ampliação dos limites do quadro-próprio.

- **Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo**

Em função da necessidade já diagnosticada, e em decorrência do Processo Seletivo, prevê-se a renovação do quadro de pessoal através de contratação gradativa de alguns empregados e formação de cadastro reserva a ser acionado ao longo do período de validade do mesmo, preenchendo assim as vacâncias ocasionadas pelos fatores já mencionados.

- **Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos**

Anualmente realiza-se em todas as Unidades Administrativas da CBTU, levantamento de necessidade de treinamento, visando identificar carências e dificuldades passíveis de serem supridas através de ações de desenvolvimento. Com base nesse levantamento, define-se o “Programa Anual de T&D da CBTU”. O mesmo consiste em ações que visam o aperfeiçoamento do pessoal de operação e manutenção ferroviária, do corpo técnico, administrativo e gerencial. Grande número de empregados é contemplado anualmente com ações de treinamento e desenvolvimento, resultando em melhor desempenho de suas atividades e conseqüente incremento da qualidade dos serviços prestados.

- **Efeitos dos Planos demissionais**

Não existem planos demissionais na Companhia.

- **Impactos da terceirização na produtividade da UJ**

Na há impacto na área-fim uma vez que não existem mais empregados terceirizados desde 2008. Os terceirizados da área-meio serão substituídos gradativamente quando da realização do Processo Seletivo.

- **Política remuneratória da UJ**

Foi elaborado um Plano de Emprego e Salário - PES, visando a equiparação dos salários da Companhia aos praticados pelo mercado de trabalho, e a valorização dos empregados.

- **Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ**

A área jurídica da Companhia está envidando esforços para estabelecer o dimensionamento e possíveis soluções a médio e longo prazo para o passivo trabalhista.

- **Cumprimento do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública**

Está sendo elaborado Processo Seletivo para preenchimento de diversos cargos e em específico para o cargo de Assistente de Segurança em cumprimento a determinação do TST.

12.3 - SITUAÇÃO DOS ANISTIADOS

Até 2009 foram publicadas 09 Portarias Ministeriais deferindo o direito de retorno ao trabalho a 606 (seiscentos e seis) anistiados com base na Lei 8878, de 11/05/1994.

As novas admissões e a regularização da situação daqueles que já haviam retornado judicialmente, contemplam 396 (trezentos e noventa e seis) empregados em toda a CBTU, sendo que 159 (cento e cinquenta e nove), estão cedidos à outros órgãos da Administração Pública Federal.

Oitenta anistiados foram excluídos no período, por renúncia, desligamento, falecimento ou impedimento de retorno, restando admitir 86 (oitenta e seis), que já constam em Portaria de Exercício (cessão para outros órgãos) e 19 (dezenove) sem Portaria de Exercício.

A seguir apresentamos resumo das Portarias de Anistia e os valores dos impactos decorrentes dos retornos futuros:

PORTARIAS		Entradas						Saídas (1)	Inaptos (2)	A Admitir		ESTIMATIVA DE CUSTO	
		Ret. Judicial		Ret. Administrativo		Total							
Nº/Data	Quant.	CBTU	Cedido	CBTU	Cedido	CBTU	Cedido			C/Port. Cessão	S/Port. Cessão	MENSAL	ANUAL
73, de 03/04/2008	99	1		68	8	69	8	21	0	0	1	3.780,07	49.140,91
158, de 17/06/2008	141	114	16	4	0	118	16	7	0	0	0		
159, de 17/06/2008	209	21	4	9	109	30	113	39	9	0	18	38.252,18	497.278,34
169, de 26/06/2008	4	0	0	0	1	0	1	3	0	0	0		
236, de 30/07/2008	2	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0		
337, de 04/11/2008	21	1	0	0	19	1	19	0	1	0	0		
411, de 30/12/2008	26	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0		
524, de 30/12/2009	104	18	0	0	0	18	0	0	0	86	0	167.616,76	2.179.017,88
TOTAL	606	156	20	81	139	237	159	70	10	86	19	209.649,01	2.725.437,13

Considerando a Portaria 7, de 23/06/2006, da Comissão Especial Interministerial – CEI, que publicou a relação com 790 empregados da CBTU, constam ainda, 14 (quatorze) empregados que retornaram judicialmente para a CBTU e 40 (quarenta) para retornar, sem Portaria de Anistia, perfazendo um custo estimado mensal de R\$ 83.753,89 (oitenta e sete mil setecentos e cinquenta e três reais e oitenta e nove centavos) e anual de R\$ 1.088.800,57 (hum milhão, oitenta e oito mil, oitocentos reais e cinquenta e sete centavos).

13. GESTÃO JURÍDICA

A Superintendência Jurídica da CBTU é composta por quatro setores: Advocacia Cível, Advocacia Trabalhista, Advocacia Preventiva e Contratos.

Aos Setores de Advocacia Cível e Trabalhista competem o acompanhamento e a análise de processos judiciais da Companhia, notadamente as questões relacionadas a acidentes ferroviários e aos empregados reintegrados/ readmitidos, respectivamente.

Foram emitidos pelos setores acima citados 480 (quatrocentos e oitenta) Pareceres de Força Executória, elaborados após análise de processos cíveis e trabalhistas com determinação de pagamento das respectivas sentenças, além de 63 (sessenta e três) pareceres de assuntos diversos.

A Companhia logrou êxito em 57 (cinquenta e sete) Reclamatórias Trabalhistas em que empregados pleiteavam reequadramento no PCS e de ex-empregados que pleiteavam readmissão com base na Lei de Anistia, respectivamente.

O Setor de Contratos gerou 210 (duzentos e dez) pareceres, entre garantias contratuais e editais, minutas de contratos, de convênios e de termos de alteração.

O Setor elaborou 19 (dezenove) contratos e 15 (quinze) convênios/acordos.

A equipe do Setor de Contratos participou de todas as Comissões de Licitações e grupos de apoio dos certames levados a efeito na Administração Central da CBTU num total de 33 (trinta e três) e compôs 05 (cinco) Grupos de Trabalho.

O Setor de Advocacia Preventiva examinou a documentação das empresas que apresentaram proposta de inclusão no cadastro da Companhia, visando a participação em licitações, emitindo um total de 50 (cinquenta) pareceres. Examinou, ainda, a pedido da Coordenadoria Executiva de Pensões por Acidente Ferroviário - CEPAPF, processos visando a inclusão de pensionistas em folha de pagamento.

O setor acima citado é responsável também pelo atendimento de pedidos de elaboração de procurações, pelo apoio aos procedimentos de realização de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da CBTU e de seus registros na Junta Comercial.

A Superintendência Jurídica também é responsável pela fiscalização do Contrato de prestação de serviços firmado com o escritório Rocha, Calderon e Advogados Associados, que acompanha cerca de 6.700 (seis mil e setecentas) ações judiciais em que a CBTU figura como parte, aí incluídos os processos administrativos/ fiscais.

No exercício de 2009 a Superintendência Jurídica pagou R\$36.679.626,02 relativos aos processos cíveis e R\$25.720.326,60 relativos às ações trabalhistas.

14. GESTÃO PATRIMONIAL

SEPARAÇÃO PATRIMONIAL RFFSA x CBTU

Em **31/05/2007** foi publicada a **Lei nº 11.483** que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, tendo seus bens sido classificados em operacionais e não operacionais e destinados respectivamente ao **Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT** e à **Secretaria de Patrimônio da União – SPU**.

A CBTU, objetivando salvaguardar seus interesses na defesa da melhoria dos seus sistemas de Trens Urbanos Regionais, tem interesse justificado em vários bens da extinta RFFSA, e em vista disso, o DEPAT com a participação das STUs, passou a coordenar as ações necessárias para estabelecer seus pleitos junto a estes órgãos federais.

Foram atualizados os levantamentos dos bens da extinta RFFSA que são de interesse para a operação dos nossos Sistemas de Trens Urbanos Regionais e produzidas listagens, separadas por STU, para encaminhamento dos pleitos tanto a SPU como ao DNIT, que passam por força de Lei, a serem os seus detentores.

As listagens foram encaminhadas, ao final de 2008, a **SPU** e ao **DNIT**, através das correspondências **CRT/0233-2008/P**, de 23/09/08 e **CRT/0294-2008/P**, de 23/12/08, respectivamente.

Durante o ano de 2009 não foram desenvolvidas atividades relativas a Separação Patrimonial RFFSA x CBTU estando a CBTU no aguardo de pronunciamento do SPU e DNIT de forma a dar início aos entendimentos necessários à transferência destes bens para o ativo imobilizado da Companhia.

CISÃO DO PATRIMÔNIO REMANESCENTE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DO RIO DE JANEIRO

Em **22/12/1994** em decorrência da Lei nº 8.693/93, que dispõe sobre a descentralização dos serviços de transporte ferroviário coletivo de passageiros, urbano e suburbano, da União para os Estados e Municípios, a CBTU iniciou o processo para a regionalização dos seus sistemas de trens urbanos transferindo para o Estado do Rio de Janeiro parcela do seu patrimônio que passou a ser incorporado pela FLUMITRENS.

Por ocasião da cisão, foi firmado o Convênio de reciprocidade e apoio mútuo entre a CBTU e a FLUMITRENS, como forma de manter as relações jurídicas e de gerenciar as diversas pendências entre as empresas.

Vale ressaltar que em 2001 houve a cisão do patrimônio da FLUMITRENS para a CENTRAL, que assumiu o ativo, permanecendo o passivo com a antiga empresa, que ingressou em processo de liquidação extrajudicial.

As pendências administrativas e ou judiciais, especialmente as relativas a processos judiciais, cessão de empregados e inadimplemento das permissões de uso, que vinham sendo negociadas através de reuniões de gestores, foram definidas tendo se firmado, em **dez/2003**, Termo de Ajuste de Contas Parcial, no qual a CBTU reconheceu e quitou parcialmente dívida junto a FLUMITRENS.

A partir de então foram desenvolvidas ações por parte do DEPAT/AC para identificar e documentar os créditos a serem apresentados para a realização de Termo de Ajuste de Contas Final, para o que o Departamento vem mantendo entendimentos com representante da FLUMITRENS visando preparar a documentação necessária a conclusão desse processo.

Em 16/09/2009 o DEPAT/AC apresentou relatório ao SUASE/DA com o posicionamento para a conclusão das pendências contábeis solicitando que fosse oficializado ao SUFIN/DA à necessidade de obter os comprovantes de pagamento que validam a Conta a Receber 001/04, que representam créditos da CBTU e permitirão concluir o Ajuste de Contas Final entre a CBTU e a Flumitrens.

Foram disponibilizados em 23/10/2009, pelo DECOC/SUFIN/DA os comprovantes da Conta a Receber 001/04, ficando agendado com a FLUMITRENS reunião em 17/11/2009 para a definição e produção dos documentos necessários a realização do Ajuste de Contas Final entre a CBTU e a FLUMITRENS.

No final de 2009 foram realizadas reuniões, na sede da Flumitrens, convocadas pela Assessoria de Empresas em liquidação da Secretaria de Estado da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, onde se discutiu as pendências de créditos e débitos apurados entre as empresas, sendo solicitada a preparação e apresentação dos documentos que embasam estes valores.

No que diz respeito à cisão do restante do patrimônio relativo ao sistema de trens urbanos do Rio de Janeiro este deverá ser feito diretamente à CENTRAL, com a anuência da FLUMITRENS.

Dessa forma, objetivando a preparação dos atos iniciais para a realização da cisão patrimonial, foi encaminhada à CENTRAL a **CRT/028-2008/DA**, de 02/08/2008, manifestando a intenção da CBTU em realizar a cisão e solucionar as pendências no que tange ao patrimônio afetado ao sistema do Rio de Janeiro.

Através da CRT/083 DIRAF/08, datada de 08/09/2008, a CENTRAL concordou em solucionar as pendências existentes, oferecendo total cooperação para os trabalhos que se fizessem necessários.

Em 09/01/2009, através da CRT/002-2009/DEPAT, foi formalizado a CENTRAL que a equipe da CBTU estava à disposição para iniciar o trabalho, solicitando que a CENTRAL definisse a data para a primeira reunião, o que ainda não foi feito.

REGULARIZAÇÃO DO PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Após acordo firmado em 2006 entre a CBTU e o IPHAN, que pôs fim à ação judicial cujo objeto era a irregularidade da construção do 8º andar do prédio da AC, e a conclusão da obra da varanda da fachada principal, cuja correção foi exigida em Auto de Infração emitido, em 24/07/2008, pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, que vinha impedindo a regularização do prédio da Administração Central da CBTU, o DEPAT/AC vem atuando junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, através do Departamento de Licenciamento e Fiscalização – 2º DLF, no sentido de fornecer toda a documentação necessária a cumprir as exigências impostas pela Prefeitura Municipal.

Durante o ano de 2009 o DEPAT/AC acompanhou o tramite do processo junto a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, estando atualmente o processo no 2º DLF para elaboração do Laudo de Avaliação para cobrança de mais-valia do imóvel, devendo esta ser a última exigência para a regularização do prédio.

INVENTÁRIO FÍSICO ANUAL DA CBTU

Foi determinada a realização do Inventário Físico Anual da CBTU para o exercício 2009, através da RDA nº 186-2009, de 01/09/2009, com início previsto para 03/09/2009.

Foi realizado o Inventário Físico dos bens patrimoniais da AC, Superintendências e Escritórios Regionais, e, por dificuldades pontuais ocorridas em algumas Unidades na realização do levantamento, os resultados dos trabalhos foram remetidos ao DEPAT/AC com algum atraso.

Os relatórios de todas as Unidades estão em fase final de análise pelo DEPAT/AC para confecção do Relatório Consolidado a ser enviado à SUASE e DA.

Paralelamente à apreciação da documentação acima, está ocorrendo o acerto das irregularidades apontadas no Inventário da Administração Central.

RECEITA NÃO OPERACIONAL

A Receita Não Operacional apurada com o uso dos espaços na Administração Central, no ano de 2009 foi de R\$67.972,12 (sessenta e sete mil, novecentos e setenta e dois reais e doze centavos), assim distribuídos:

Balcões de Exposição	R\$8.175,00
Bancos	R\$58.372,12
Estande externo	R\$900,00
Máquina de Refrigerante	R\$525,00

NORMA DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PUBLICITÁRIOS

O DEPAT/AC elaborou a Minuta da **Norma de Exploração de Espaços Publicitários** que depois de submetida à apreciação das Superintendências Regionais, SUJUR e DEMAC, recebeu sua redação final que foi analisada e compatibilizada pela SUREH estando atualmente no DEPAT em preparação para submetê-la a aprovação.

MUDANÇA DA SEDE DA CBTU

Foi publicada no Diário Oficial de 01/10/2008 a Portaria nº 310 que autoriza a cessão provisória de uso gratuito, à CBTU de imóvel com 8.561,35 m² de área construída e 7.493,29 m² de área útil, correspondente aos 2º, 3º, 4º e 5º pavimentos do edifício-sede da extinta RFFSA, localizado na praça Procópio Ferreira nº 86.

Em 14/10/2008 foi realizada reunião no prédio da RFFSA com a participação de representantes das diversas empresas que ocuparão o edifício para tratar do modelo de administração e questões tais como acesso ao prédio e definição sobre agências bancárias, ficando definido que seria constituída comissão conjunta das empresas ocupantes para avaliar as condições gerais das instalações visando sua recuperação.

Em 05/11/2008, foi editada a RDP nº 0361-2008, que instituiu comissão para atuar na mudança.

Durante o ano de 2009 o DEPAT/AC teve participação ativa nas reuniões da Comissão de mudança, tendo elaborado os Layouts das Unidades Executivas da CBTU na nova sede, a partir de estudos efetuados com base no organograma e distribuição do efetivo na sede atual.

Paralelamente o DEPAT/AC vem agindo junto a Prefeitura Municipal para a obtenção do Alvará de Funcionamento da CBTU no novo endereço. No momento estamos providenciando o preenchimento do Requerimento Único de Concessão e Cadastro – RUCCA da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a documentação que o acompanha para prosseguir no pleito e obter o Alvará.

REAPARELHAMENTO IMOBILIÁRIO DA CBTU/AC

Tendo em vista a mudança da sede da CBTU para o prédio da extinta RFFSA, e considerando as condições precárias em que se encontram a maioria do nosso mobiliário, onde 60% dele têm mais de 25 anos de uso, o DEPAT/AC desenvolveu ao final de 2009, estudo contendo a avaliação e a distribuição desses bens, estabelecendo critérios para qualificar e quantificar nossas necessidades imediatas.

Para a formulação desta proposta foram desenvolvidos estudos com dados obtidos diretamente com as Unidades Executivas e com base nos Layouts aprovados, resultando no redimensionamento de nosso Patrimônio Mobiliário segundo um modelo estabelecido que considera a sua modernização e padronização segundo a concepção atual sem, contudo, deixar de aproveitar parte do acervo ainda com condições adequadas de uso para equipar Unidades específicas da Empresa.

15. DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

15.1 - PRINCIPAIS FATOS NA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL:

MANREH

Conclusão do Projeto de Atualização do Manual de Recursos Humanos (MANREH) que resultou no aprimoramento das informações sobre o gerenciamento de atos normativos e conseqüente otimização e agilidade do trabalho dos gestores de Recursos Humanos. As atualizações são feitas à medida que as normas e resoluções são editadas, demandando um constante monitoramento da área de RH.

AValiação DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Em 2009 deu-se continuidade ao programa de avaliação de competências e habilidades que abrange a auto-avaliação e avaliação de gerentes, colegas e subordinados. Foi constatado um crescente interesse dos gerentes, inclusive no que diz respeito a sugestões para o aprimoramento do processo.

Identificou-se além do comprometimento em relação às avaliações realizadas, uma maior interação dos gerentes e subordinados, envolvendo discussões sobre expectativas, metas e resultados.

Os resultados obtidos estão sendo utilizados para o aprimoramento das políticas de RH.

15.2 - ASSISTÊNCIA AOS RECURSOS HUMANOS

Seguro de Vida - Foi assinado em abril de 2009 contrato entre a CBTU e a Mapfre Seguros de Vida beneficiando todos os empregados.

No enfoque da melhoria da qualidade de vida dos empregados destaca-se:

Distribuição de gênero alimentício no Natal aos empregados da AC.

Semana da Mulher na STU/BH - Promoção da saúde da mulher, integração entre os colaboradores e melhoria do clima organizacional, através de palestras educativas proferidas por profissionais especializados, realização de oficinas de beleza, massagem, auto-maquagem em parceria gratuita com o SESC e outras entidades.

Sala de Leitura Permanente na STU/BH - Empréstimos gratuitos de livros, Dvd's e Fitas de vídeo aos empregados e familiares

Semana do Homem realizada na STU/BH – Realização de atividade reflexiva, voltada para os comportamentos e papéis sociais assumidos pelo homem na nossa sociedade e atividade cultural e de entretenimento a fim de incentivar o hábito de participação em atividades culturais e de lazer como fonte de saúde física e mental.

Comemoração ao Dia do Ferroviário realizado pela STU/MAC – Com a celebração de missa e apresentação de grupo musical.

Ações de Qualidade de vida realizadas na STU/REC – Palestra sobre o tema Direitos do Consumidor, Oficina de Alimentação Saudável, Feirinha do Empreendedor, Curso de Educação Financeira, Caminhada Ecológica, Evento de comemoração ao Dia da Qualidade de Vida e o Dia Mundial do Meio-Ambiente, Semana da qualidade de Vida e boletim informativo mensal sobre Qualidade de Vida.

15.3 - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

No âmbito da saúde e prevenção de doenças destaca-se as ações:

Em conformidade com a legislação em vigor foi realizado o PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), através da avaliação clínica dos empregados e exames complementares para aqueles que laboram em áreas insalubres e perigosas.

Vacinação contra gripe - Foram vacinados duzentos empregados da AC inscritos para o programa de vacinação.

Ações de promoção da saúde na STU/JOP - Aferição de pressão arterial, teste de glicemia, verificação de IMC (índice de Massa Corpórea), vivência corporal e palestras sobre os temas: motivacional, primeiros socorros, prevenção de doença auditiva, DST/AIDS, alcoolismo, hipertensão, diabetes, obesidade, stress no trabalho, meio ambiente e o trabalho e Ergonomia e saúde no trabalho.

Ações de prevenção de doenças na STU/REC – Campanha Carnaval Seguro – prevenção AIDS/DST, Prevenção do Câncer – Dia da Mulher, Prevenção ao Uso de Álcool, Dia da Saúde – Antitabagismo,

Combate a Dengue realizado pela STU/MAC – através de ações educativas e distribuição de materiais informativos

15.4 - CULTURA E LAZER

Segundo ano consecutivo de grande sucesso foi a comemoração do Dia das Crianças na Biblioteca da AC. Patrocinada pelos empregados, as crianças assistiram a apresentação da peça teatral Dr. Reciclagem onde puderam transformar papel reciclado, produzidos por elas durante o evento, em barquinhos de papel. Além de aprenderam mais sobre a importância do meio ambiente e da sua preservação, cantaram e dançaram ao som de músicas infantis temáticas sobre o Trem, divertiram-se com filmes infantis metro-ferroviários e levaram para casa livros doados pela editora RHJ além de degustarem um delicioso lanche oferecido pelos empregados da empresa. Assim, a empresa divulgou a importância do sistema metro-ferroviário do país para as crianças.

15.5 - RESPONSABILIDADE SOCIAL – EDUCAÇÃO NA AC

Projeto CAMPMANGUEIRA - Acordo de cooperação que propiciou auxiliar no trabalho educativo de 13 adolescentes através do acesso formal à capacitação profissional.

Programa de Estágio - Realizado em parceria com a CIEE, proporcionou a complementação do ensino e aprendizagem de 55 estagiários.

15.6 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

No ano de 2009 os Programas de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos resultaram em 2217 matrículas treinadas, num total de 88.426 homem/hora, e com um investimento de R\$1.167.861,20.

T&D	AC	BH	REC	JOP	NAT	MAC	Total
Matrículas Treinadas	309	793	836	62	165	52	2217
H/H	6854	13353	49390	1362	16193	1274	88426
Investimento (R\$)	89.799,84	386.889,62	541.098,06	32.940,00	66.926,50	50.207,25	1.167.861,20

A Administração Central investiu na capacitação de técnicos da área de planejamento no evento “Oficina de Avaliação Socioeconômica de Projetos Públicos” promovido pelo Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão, que demonstrou interesse e destaque à participação da CBTU no evento.

Outros investimentos relevantes nesse exercício foi a realização de cursos “in company” para 119 empregados distribuídos nas seguintes atividades:

Gestão de Convênios – para 33 empregados de todas as superintendências da AC.

Introdução à Informática (Windows, Word, Outlook e Internet) – para 31 empregados que retornaram pela Lei de Anistia.

Excel Básico – para 39 empregados.

Excel Avançado – para 16 empregados

15.7 - DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

O acervo da Biblioteca cresceu cerca de 153 livros através de doações de empregados.

Iniciou-se a migração da base de dados existente, para gestão do acervo e recuperação da informação metroferroviária para outra com mais funcionalidade, para atender às necessidades informacionais, tais como: acesso via web, para que em qualquer lugar do país possam acessar o sítio da empresa e ter acesso aos títulos existentes no acervo da Biblioteca servindo, assim, melhor aos pesquisadores, professores, estudantes, empregados de outras regionais quanto à Bibliografia metroferroviária produzida pelo país, tendo em vista a importância da CBTU para o sistema de transporte de passageiros.

Na AC circularam 290 revistas especializadas em Arquitetura, Contabilidade, Direito, Economia, Engenharia e Recursos Humanos e 2.600 Diários Oficiais atendendo áreas como a Auditoria, Jurídica e Contabilidade.

Coordenação, elaboração e atualização do Projeto Manreh – Manual de Recursos Humanos. As atualizações são realizadas à medida que as normas e suas resoluções são editadas através de monitoramento constante tendo em vista o dinamismo da área de Recursos Humanos.

Elaborou-se projeto para a compra de mobiliário visando melhor acondicionamento e otimização do espaço, tendo em vista a transferência da sede da empresa para o edifício da extinta RFFSA.

Realizou-se levantamento de todos os acervos documentais existentes na empresa. Com os dados, produziu-se o diagnóstico da situação atual para elaboração do Projeto de Política de Arquivos visando otimizar a mudança programada para a nova sede.

Visita técnica do SIGA – foi recebida na CBTU uma equipe técnica do Sistema de Gestão de Arquivos composta de representantes da área de documentação do Ministério das Cidades e do Arquivo Nacional. Foi elaborada apresentação sobre os acervos da companhia e, em seguida, foram visitados seus setores, assim como as futuras novas instalações no centro do Rio.

15.8 - COMUNICAÇÃO INTERNA

A Comunicação Interna permitiu o acesso de todos os empregados às informações da Companhia de forma eficaz, elaborando:

Informe RH - 64 informativos disponibilizados nos murais da AC e na intranet;

Banners na intranet – 17 banners com enfoque especial nas datas comemorativas do Aniversário de 25 anos da CBTU, Dia do Ferroviário, Dia dos Pais, Dia Mundial sem Carro e Prevenção à Dengue e Câncer de Pele, relevando datas importantes como o Dia da Consciência Negra e Dia Mundial de Combate à Aids.

15.9 - PENSÕES POR ACIDENTES FERROVIÁRIOS

Atendimentos/recadastramentos : 2970 em virtude do recadastramento ter passado à ser efetuado no mês do aniversário do pensionista;

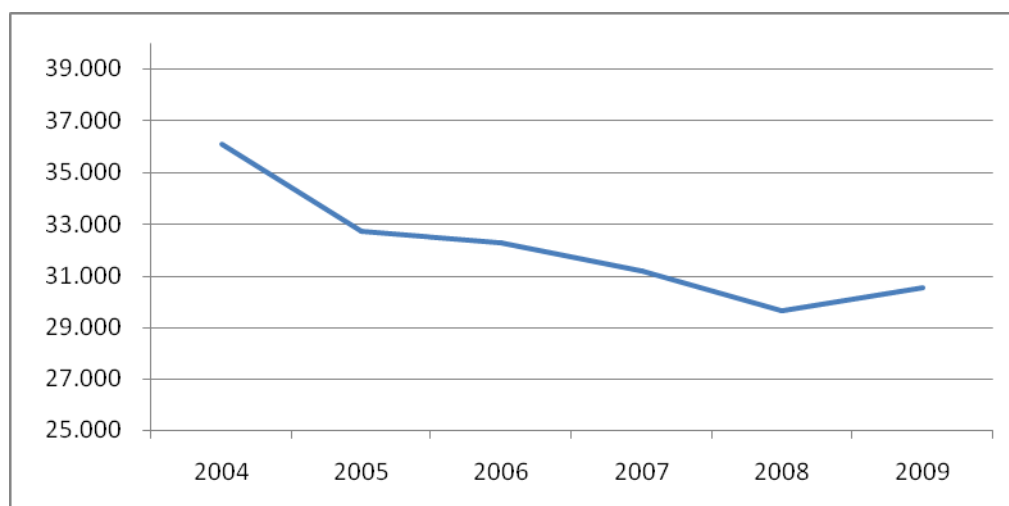
Processos analisados: 561;

Pensionamentos terminados : 24

Novos pensionamentos : 142

Pensionamentos terminados por óbito : 62

Redução da folha de pagamento em relação ao número de salários mínimos:



Valor da folha no Ano de 2009 - R\$14.212.705,42

Valor médio mensal - R\$1.184.392,11

Nº de pensionistas em folha em 31/12 - 2.802

Valor médio anual pago por pensionista - R\$5.072,34

Valor médio mensal pago por pensionista - R\$422,69

16. GESTÃO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

16.1 - ÁREA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A seguir está relacionado um resumo das atividades de marketing e comunicação das cinco Superintendências de Trens Urbanos da CBTU.

- 2176 matérias de mídia espontânea em Belo Horizonte e Recife sobre a CBTU
- 90% notícias neutras veiculadas nas mídias de Belo Horizonte e Recife
- 60% notícias positivas veiculadas nas mídias de Belo Horizonte e Recife
- 98% notícias neutras e positivas veiculadas na mídia de Maceió
- 73% notícias neutras e positivas veiculadas na mídia de Natal
- 67% notícias neutras e positivas veiculadas na mídia de João Pessoa
- 171 informativos eletrônicos divulgados
- 977 matérias produzidas e divulgadas pela CBTU (AC e STU)
- 240 matérias legais publicadas pela Administração Central

PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS CBTU – AC e STU

A produção total da CBTU (AC e STU) no período janeiro a dezembro de 2009 foi de 977 matérias, conforme quadro a seguir.

UA	Produção de Notícias
Administração Central	526(*)
Recife	116
Belo Horizonte	222
João Pessoa	68
Maceió	9
Natal	36
TOTAL	977

* estão incluídos notas/avisos transformadas em notícias sobre licitação na CBTU

OUTRAS MÍDIAS

Cabe destacar os resultados da divulgação em outras mídias: jornais, televisão e rádio. As ações de assessoria de imprensa em Recife e em Belo Horizonte resultaram em mídia espontânea para 2.176 matérias veiculadas na imprensa local e regional, totalizando, em Belo Horizonte, a ocupação de 36.437 cm/col e 64 inserções de rádio com 100 minutos de veiculação gratuita. As notícias neutras e positivas destinadas à CBTU representaram 90% e 60%, respectivamente, em Belo Horizonte em Recife.

Em João Pessoa, foi publicado em jornais locais um total de 106 matérias, com uma ocupação de 7.447,82 cm/col, sendo 67% positivas e neutras e 33% negativas. O número elevado de matérias negativas, acima da média anual normal, pode ser atribuído as interrupções no sistema de trens, ao longo de 2009, ocasionadas pelas fortes chuvas no primeiro semestre. As precipitações provocaram desmoronamento de barreira e destruição da linha em vários trechos. Os trens ficaram sem circular por vários dias. A greve dos ferroviários e as colisões com veículos também contribuíram.

Em Natal, na mídia impressa, foram publicadas em jornais locais 74 matérias totalizando a ocupação de 3.747cm/col. Das 74 matérias veiculadas, 73% eram positivas e neutras e 27% eram negativas, Na internet, foram veiculadas 71 matérias, sendo 67% positivas e neutras e 33% negativas.

Em Maceió, foi publicado em jornais locais um total de 172 matérias, sendo 98% positivas e neutras e 2% negativas.

Em Belo Horizonte, a principal notícia gerada pelo sistema da CBTU foi a liberação de recursos para execução de projetos das linhas 2 Barreiro-Santa Tereza (paralisado em 2004) e 3 (que ainda não havia sido iniciado), além de outras relacionadas a eventos, como o BH Music Station, o Festival de Arte Digital e o projeto Esse Trem Chamado Ciência incluso na programação da VI Semana de Tecnologia, promovida em parceria com a UFMG. A publicidade obrigatória da Superintendência totalizou 599 matérias veiculadas no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em jornais locais e no site METRÔ BH.

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA LEGAL

No ano de 2009 foram publicadas pela Administração Central **240** matérias legais, em jornais de grande circulação, Diário Oficial da União - DOU, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ e Empresa Brasileira de Comunicação - EBC, distribuídas da seguinte forma:

Modalidades/Meio	EBC	DOERJ	DOU
Licitações	10	-	21
Contratos	-	-	20
Matéria Legal*	27	16	96
Termo Aditivo	-	-	50
TOTAL	37	16	187

**Matéria Legal - Balanço, Assembléias, Acordos, Notificações*

16.2 - ÁREA DE INFORMÁTICA

PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2009:

- Desenvolvimento do Plano Diretor de Informática, em fase de aprovação pela Diretoria.
- Apoio a 95 vídeo-conferências realizadas no ano de 2009.
- Suporte de TI à área de RH e apoio na migração de dados do SIGESP para o HCM-Datasul com geração de arquivos e desenvolvimento de programa.
- Publicação de Resoluções, avisos, notícias e manutenção de páginas web;
- Manutenção do sistema de transparência pública do sistema para todas as STU's.
- Manutenção em diversos sistemas, tais como: Sistema de Pensão por Acidente Ferroviário para ERSP e CEPAF; Sistema de Melhoria Salarial por Merecimento para todas as unidades; SisafWeb – Sistema de Controle Financeiro;
- Estudo para implementação do software expresso (software livre);
- Aquisição por registro de preço de uma central telefônica voz sobre IP para ser instalado nas novas instalações da Administração Central, com 410 ramais;
- Aquisição por registro de preço de 14 servidores blade, 1 storage com 14 terrabyte e uma unidade de robô para backup com 48 fitas;
- Aquisição por registro de preço de uma instalação de 500 pontos de rede categoria 6 para as novas instalações da Administração Central;
- Elaboração de documentação para a criação do comitê de informática;

- Criação, edição e publicação de 17 números do INFOCBTU;
- Desenvolvimento do novo sistema SISMAT WEB, PROTOCOLO WEB e Sistema de Estatística operacional;
- Atualização de antivírus em todas as estações da Administração Central.
- Acompanhamento do SISAPLIC junto aos usuários da Administração Central;
- Acompanhamento do inventário das STU's/ Administração Central;
- Conversão de arquivos para DATAPREV;
- Implantação do novo sistema SISCAE WEB, que controla as solicitações dos usuários .
- Foi realizado o oitavo encontro de informática;
- Aquisição de 100 impressoras novas com alta tecnologia e desempenho;
- Aumento de velocidade de conexão entre as unidades administrativas;

16.3 - APOIO ADMINISTRATIVO

Destacam-se as seguintes ações, desenvolvidas no âmbito da Administração Central:

- Revisão das instalações hidráulicas do prédio da Administração Central
- Limpeza de cisternas e caixas d'água.
- Serviço de dedetização e desratização do prédio anexo e do prédio principal.
- Limpeza e manutenção preventiva da subestação da AC.
- Revisão e manutenção corretiva das instalações de ar condicionado do prédio
- Retirada do óleo combustível do tanque do gerador.
- Serviços de pintura em geral
- Elaboração de Termos de Referência para processos de compra.
- Disponibilização de ambulância, no atendimento emergencial de saúde aos empregados.
- Atendimento com viaturas aos departamentos da AC.
- Manutenção preventiva e periódica dos elevadores da AC.
- Manutenção dos sistemas de telefonia fixa em operação na AC.
- Monitoramento e controle do uso do serviço de telefonia móvel disponibilizado pela CBTU (AC) a seus diretores, assessores e chefes de departamentos, quando em serviço.
- Demarcação dos extintores, conforme norma de prevenção e segurança pertinente.

17. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

O serviço prestado pela CBTU cada vez mais resgata a utilização do transporte público nas cidades onde atua. Em 2009 a Companhia transportou cerca de 110,5 milhões de pessoas, a tarifas relativamente módicas, com 10,8 milhões de usuários se beneficiando de gratuidades. A simples existência do serviço de transporte prestado pela CBTU traz à população diversos benefícios, como a ampliação da atividade econômica e do desenvolvimento urbano, redução do tempo de viagem dos usuários e dos congestionamentos viários e redução da poluição, trazendo melhorias à qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Devido à sua localização nas cidades e ao poder de concentração de pessoas nos sistemas metro-ferroviários, em especial nas estações e terminais, é característica a oferta de diversos serviços aos usuários, às comunidades lindeiras e à sociedade em geral. Durante 2009 foram realizadas diversas ações de cunho social, das quais podem ser destacadas:

STU – RECIFE

Dia nacional de combate à hanseníase na Estação Recife;
Feira de saúde na Estação Afogados e na Estação Recife;
Dia nacional do consumidor;
Exposição de arte no metrô na Estação Recife.
Campanha de vacinação para idosos e de vacinação contra a rubéola;
Pré-campanha de vacinação na Estação Recife;
Projeto “Mire e veja no Metrô”;
Projeto “Expedição Capibaribe”;
Projeto “Direito do consumidor nas ruas”;
Projeto “Estação arte”;
Campanha nacional do combate ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil; Dia nacional contra a fibromialgia;
Semana do meio ambiente é comemorada na Estação Camaragibe;
Participação na Campanha contra a poliomielite;
CBTU Recife abre as portas para a poesia popular nordestina;
Usuários recebem informações sobre alimentação;
Semana da cidadania, com 70 mil atendimentos registrados;
Campanha “No metro bicicleta agora pode”;
Lançamento do programa “Polícia amiga nos trilhos da cidadania”;
Polícia militar realiza treinamento no Metrô do Recife;
Expedição fotográfica de Pernambuco;
Semana mundial do aleitamento materno;
Celebração do dia da árvore;
Orientação aos usuários contra gripe influenza A, combate à hanseníase e doenças falciforme;
Campanha “Em outubro o metrô também é criança”;
Exposição de ciência e tecnologia na Estação Recife;
Nutricionistas realizaram evento no dia mundial da alimentação na Estação Recife;
Campanha de combate a tuberculose na Estação Jaboatão e Recife;
Exposição para ler, ver, ouvir e agir na Estação Recife;

Orientações no dia do diabético;

Papai Noel presenteia crianças;

Usuários votam nos melhores atletas pernambucanos de 2009.

Na mídia impressa, foram publicadas em jornais locais (Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio e Folha de Pernambuco) um total de 441 matérias, das quais 70,3% positivas e neutras e 29,7% negativas. Na mídia eletrônica (TV Globo, TV Jornal, TV Clube, TV Tribuna, TV Universit, Rede TV e outras), foram veiculadas 295 matérias, sendo 61% positivas e neutras e 39% negativas. A veiculação de matérias em rádio (Rádio Jornal, Rádio Olinda, Rádio Folha, Rádio CBN, Rádio Jovem CAP, Rádio Boas Novas, Rádio 102 FM e Rádio Club) totalizou 669 matérias, sendo 51% positivas e neutras e 49% negativas.

STU – BELO HORIZONTE

As ações de assessoria de imprensa da área de comunicação da STU BH resultaram em mídia espontânea para 779 matérias veiculadas na imprensa local e regional, totalizando a ocupação de 36.437 cm/col e 64 inserções de rádio com 100 minutos de veiculação gratuita. As notícias neutras e positivas representaram cerca de 90% do espaço destinado às publicações. Ao todo foram produzidos 03 coletivas, 138 releases e 325 matérias institucionais veiculadas nos informativos interno e externo, intranet e página principal da CBTU, além de 125 inserções do programa de rádio “CBTU Notícias”, totalizando mais de seis horas de veiculação gratuita na Rádio UFMG Educativa. No site foram publicadas 222 notícias, 66 inserções do “CBTU Notícias” e 04 reportagens especiais, considerando as atualizações diárias, a partir de outubro de 2009, para as matérias em áudio.

A principal notícia gerada pelo sistema foi a liberação de recursos para execução de projetos das linhas 2 Barreiro-Santa Tereza (paralisado em 2004) e 3 (que ainda não havia sido iniciado), além de outras relacionadas a eventos, como o BH Music Station, o Festival de Arte Digital e o projeto Esse Trem Chamado Ciência incluso na programação da VI Semana de Tecnologia, promovida em parceria com a UFMG. A publicidade obrigatória da Superintendência totalizou 599 matérias veiculadas no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em jornais locais e no site METRÔ BH.

Juntas, as publicações institucionais da Superintendência somaram 44 edições, sendo seis edições do Jornal METRÔ BH, 24 do informativo interno “Resenha” e outras 14 do também interno “Expresso METRÔ BH”. As matérias institucionais totalizaram: 61 matérias dirigidas ao usuário e 192 matérias dirigidas ao público interno.

Incorporado à página principal da CBTU/AC em Janeiro de 2009, o site da Superintendência de BH foi parcialmente reformulado contabilizando quase 30 mil acessos externos/ano. O conteúdo totaliza atualmente 106 páginas com informações sobre horário dos trens, endereço das estações, projetos, utilidade pública, notícias e eventos. Cinco links foram criados para organizar as novas informações, incluindo a atualização diária das matérias em áudio.

Marketing Institucional

As ações de marketing institucional se materializaram na produção de 66 eventos internos externos e no apoio institucional a seis campanhas de saúde pública. Os eventos internos foram realizados nas principais datas comemorativas incluindo: Semana da Mulher, Semana do Homem, Dia do Ferroviário e Festa de Natal, enquanto os externos se traduziram em eventos como a 2ª edição do Festival de Arte Digital, três edições do Mutirão Literário, implantação da 1ª Biblioteca do projeto Estação Leitura e a realização do Projeto Esse Trem Chamado Ciência.

O maior evento externo do ano, a 4ª edição do BH Music Station, atraiu mais de 13 mil pessoas e contou com 12 shows de 48 artistas e bandas, além de 80 intervenções culturais móveis realizadas no interior dos trens e plataformas das quatro estações participantes. O evento gerou o maior pico de mídia espontânea positiva da STU, com destaque nos principais veículos locais, internet e em veículos nacionais. Na mídia impressa, a cobertura do evento contou com

181 matérias, incluindo as veiculadas pela internet. Ainda no meio eletrônico, foram produzidas 25 matérias de TV (42'10") e 39 de rádio (58'). A publicidade da marca calculada apenas para a mídia impressa está estimada em mais de R\$583 mil em divulgação espontânea, além de inserções pagas pela produtora em rádio, tv, backbus, cartazes internos, flyers, spots e hot site.

Criado em 2001, o projeto Quarta Cultural viabilizou, em 2009, 19 apresentações, incluindo shows musicais, de dança, teatro, poesia e atrações temáticas. Em oito anos, a Quarta Cultural já recebeu mais de 120 apresentações gratuitas e sua média de público passa de 30 mil espectadores/ano.

Na programação da VI Semana de Tecnologia com o "Projeto Esse Trem Chamado Ciência", desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais, as exposições realizadas em quatro estações do sistema atraíram mais de seis mil pessoas. As cinco edições do projeto "Estação Aberta" levaram 20 apresentações culturais itinerantes e ações de cidadania e atendimento de saúde gratuito para mais de 53 mil pessoas.

Foram realizadas 11 visitas orientadas, com a participação de 568 pessoas. Já o Projeto Cidadão do Futuro, a cargo da Gerência de Atendimento ao Usuário, realizou nas escolas lindeiras oito visitas orientadas, contabilizando público de 3.815 alunos. As programações de filmagem de documentários, filmes institucionais e fotos não-comerciais em áreas do Metrô totalizaram nove atividades acompanhadas.

Campanhas de Saúde

Em 2009, a CBTU-METRÔ BH apoiou sete grandes campanhas, seis delas de saúde pública e uma contra a exploração do trabalho infantil. As de saúde foram: Campanha de Combate à Dengue (que teve seis intervenções durante o ano e público médio de 25 mil usuários); Campanha de Combate à Gripe Suína, Dia Mundial de Luta contra a Aids; Dia Mundial de Luta Antimanicomial, Campanha contra a Dependência Química e Campanha contra o Tabagismo.

Campanhas Educativas

Desenvolvida anualmente e promovida nos meses que antecedem as férias escolares (junho/dezembro), a Campanha Educativa Contra Invasão de Vias foi realizada nas duas etapas previstas, com faixas dispostas em 22 pontos ao longo da linha, assim como a campanha para Poda da Cerva Viva, com a produção de cartilha, releases e matérias informativas para moradores das comunidades lindeiras e usuários em geral.

STU – NATAL

No ano de 2009, foram desenvolvidas ações na área de responsabilidade social e cultura, além da produção de eventos e materiais para informação e integração dos empregados da CBTU-Natal. Buscou-se, no decorrer do ano, sempre atender à imprensa para esclarecimentos sobre ações e projetos da empresa. O mesmo foi feito nos casos de crise, objetivando a manutenção de um bom relacionamento com os veículos de mídia.

Dentre as ações de identidade visual, destacam-se: Banners comemorativos dos 25 anos da CBTU; Gibi Educativo "Turma do Trem"; folders informativos aos usuários (grade horária e dicas segurança); e novas placas e pictogramas de identificação para cada estação.

Dentre as ações sociais realizadas pela STU – NATA, destacam-se:

Cultura no Trem, com a periodicidade de um sábado por mês.

Trem do Forró, que aconteceu nos sábados do período junino.

Conscientização CBTU nas Escolas, realizado em setembro, o projeto gerou mídia espontânea, e positiva, para a empresa e teve cobertura das mais importantes emissoras de TV aberta de Natal, são elas: InterTV Cabugi (afiliada da Rede Globo), TV Ponta Negra (afiliada do SBT), TV Tropical (afiliada da Rede Record), Sim TV! (afiliada da Rede TV!), e TVU (TV Universitária). A divulgação também foi feita na TV Assembléia e no jornal Correio da Tarde. Na internet, a divulgação foi feita no portal Nominuto.com. Nas apresentações são distribuídos os gibis educativos da "Turma do Trem" para as crianças.

No Dia Internacional do Idoso, em parceria com a Associação Riograndense Pró-Idosos – ARPI, foi realizado um passeio de trem em comemoração à data.

Mostra de filmes Goiamum Audiovisual, apresentações de curtas-metragens no pátio da Superintendência de Natal.

Conscientização contra a gripe H1N1, campanha de saúde realizada nas estações, em parceria com a Universidade Potiguar.

Em agosto, foi lançado o jornal semanal interno “Leia”, com o objetivo de atualizar os empregados sobre as decisões e informações importantes da empresa.

Na mídia impressa, foram publicadas em jornais locais 74 matérias totalizando a ocupação de 3.747cm/col. Das 74 matérias veiculadas, 73% eram positivas e neutras e 27% eram negativas, Na internet, foram veiculadas 71 matérias, sendo 67% positivas e neutras e 33% negativas.

STU – JOÃO PESSOA

Nossas atividades estiveram focadas para consolidar a imagem da CBTU, da sua atividade e importância para o desenvolvimento sócio-econômico dos usuários e das pessoas que, de alguma maneira, dependem do trem urbano para trabalhar, estudar e para o lazer. Voltamos nossas ações, também, para divulgação do conhecimento, da arte, da cultura e campanhas de prevenção a doenças.

AÇÕES SOCIAIS DE CULTURA, CIDADANIA E TURISMO

Vá ao Cinema de Trem - Exibição de filmes nacionais para estudantes de escolas públicas situadas ao longo dos 30 km de ferrovia na Região Metropolitana de João Pessoa. Os alunos se deslocam de trem até a Estação João Pessoa. Ao final da apresentação são realizadas discussões e interpretações da película. O projeto acontece sempre às quintas-feiras e é uma parceria com o SESC-PB.

Parede Poética-Estação Poesia - Poemas, artigos e crônicas de autores paraibanos são expostos em painéis na plataforma de embarque da Estação João Pessoa. Através deles, os passageiros podem conhecer e avaliar a poesia local. A cada mês, trabalhos de um grupo de intelectuais são apresentados aos passageiros. O projeto também é uma parceria com o SESC-PB.

Trem Criança - Completando 13 anos, o projeto visa educar e conscientizar o passageiros do amanhã a preservar a vida, o patrimônio público e, principalmente o trem. Mais de 50 mil crianças e adolescentes já participaram do evento, que consiste em educar através de brincadeiras e disputas de conhecimento, além de oferecer viagens de trens para os participantes.

Trem do Forró - No mês de junho a Paraíba se transforma no maior arraial matuto do país. Nele, o trem do forró se destaca como a melhor atração diurna do São João de Campina Grande. São milhares de turistas dançando forró no interior do trem numa viagem de 28km entre Campina Grande e Galante.

Estação Junina - Consiste em difundir a cultura paraibana e nordestina do mês de junho. Grupo de quadrilhas juninas, xaxado, côco de roda, lapinha e outras danças típicas da região se apresentam no Hall na Estação João Pessoa ao som de muita música regional. Durante três dias, a estação se transforma em um palco das manifestações da cultura popular no Estado.

Festa do Ferroviário - Em comemoração ao Dia do Ferroviário, 30 de setembro, a CBTU sempre realiza festa de confraternização com todos os colaboradores na sede social do Sesi-PB. Através de competições, jogos e um dia de lazer, os ferroviários se divertem e se confraternizam pela passagem do seu dia. Centenas de colaboradores e seus familiares participam do evento

Tardes com cultura - Apresentação de cantores e músicos locais na estação João Pessoa, Cabedelo e Santa Rita. No final de tarde, às sextas-feiras, o projeto itinerante visitou várias

estações do sistema levando música e sensibilizando os passageiros. Artistas locais interpretavam canções famosas e inéditas ao som de violões e outros instrumentos musicais.

Paixão de Cristo sobre Trilhos - Durante a Semana Santa, a CBTU em parceria com o Grupo de Teatro de Jacaré, apresentam passagens bíblicas no interior dos trens. Durante uma viagem, o sofrimento de Cristo é encenado por vários atores e atrizes amadores e chamam a atenção dos passageiros que participam dos atos. Ao final, eles apresentam uma cena especial na Estação João Pessoa.

Minha Árvore de Natal é Show - Consiste em despertar no período natalino a criatividade e a capacidade de transformar materiais inservíveis para a confecção de árvores de natal. O concurso é aberto aos passageiros e colaboradores da CBTU. A inscrição é gratuita e são analisados itens como criatividade, utilização de material reciclado, beleza e iluminação. Os melhores trabalhos são premiados.

Natal CBTU - Com a chegada do período natalino, a CBTU prepara uma programação especial para presentear os passageiros e colaboradores. Durante três dias antes da véspera do Natal, corais, orquestras e bandas se apresentam na Estação João Pessoa, que recebe uma decoração especial. O papai Noel também chega de trem.

Passeios Diversos - Idosos, portadores de deficiência mental, meninos e meninas em condições de risco, estudantes universitários e alunos de escolas públicas e privadas realizam durante todo o ano passeios nos trens. Eles utilizam os comboios, em grupo, para lazer, estudos, análises e pesquisa. É a CBTU presente na vida da coletividade e dando a sua contribuição social.

Carnaval da Melhor Idade - Passeio carnavalesco com grupos da melhor idade.

Outras Campanhas Sociais - Ações de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes, de violência contra a mulher, idosos. Campanha contra o trabalho infantil; uso de sacolas plásticas; ações de incentivos a doação de alimentos e roupas.

CAMPANHAS DE SAÚDE

Hanseníase no Trem - O combate a hanseníase tem sido uma constante nas dependências do sistema de trens urbanos. Em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, a CBTU realiza campanhas sobre a doença e oferece testes nas dependências das Estações gratuitos para os passageiros. Vários casos da doença em usuários dos trens foram detectados através dessas atividades.

Sentinela no Trem - Ação visa coibir os abusos sexuais contra crianças e adolescentes no Estado. Durante um dia, equipes de saúde dos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita desenvolvem trabalhos de conscientização com os passageiros sobre a importância em denunciar ocorrências de abusos e maus tratos contra as crianças e adolescentes.

Violência Contra a Mulher – Dê um basta! - Em parceria com Organizações Não-Governamentais ligadas às causas femininas, a CBTU também esclarece ao seu público a necessidade de se acabar com a violência contra a mulher. Diversas ações são realizadas e visam mostrar que a punição tem que ser severa e as vítimas têm que denunciar seus agressores.

Doe órgãos, salve vidas! - Com a Central de Transplantes da Paraíba, a CBTU realiza atividades de conscientização da doação de órgãos. Agentes de saúde e técnicos da Central explicam aos passageiros através de vídeos, folders e cartazes a importância da doação de órgãos para salvar vidas. Transplantados fazem palestras e mostram que só estão vivos porque alguém doou seus órgãos.

Combate à AIDS - No dia 1º de dezembro, em parceria com as Secretarias de Saúde do Estado e Município, a CBTU realiza o dia mundial de combate à aids. Várias palestras são realizadas na Estação, bem como explicações sobre a doença no interior dos trens. Os passageiros recebem preservativos masculinos e femininos e ainda podem fazer teste do HIV gratuito.

Campanha contra a Rubéola - Durante quase uma semana, agentes da Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa imunizaram os passageiros contra a Rubéola na estação João Pessoa, em mais uma ação de saúde da CBTU. Além de esclarecer pontos sobre a doença, os usuários e colaboradores dos trens se vacinavam e receberam a carteirinha de vacinação.

Vacinação contra a Poliomielite - Em todas as campanhas de vacinação infantil, principalmente contra a paralisia infantil, a CBTUS João Pessoa se transforma em um posto de vacinação. Aqui milhares de crianças são imunizadas contra a poliomielite. Os postos são instalados na Estação João Pessoa, Cabedelo e Santa Rita e permanecem abertos durante todo o funcionamento dos trens.

MÍDIA

Na mídia impressa, foram publicadas em jornais locais um total de 106 matérias, totalizando a ocupação de 7.447,82 cm/col. Das 106 matérias, 67% positivas e neutras e 33% negativas. Na internet, foram veiculadas 70 matérias positivas, 25 neutras e 24 negativas. O número elevado de matérias negativas, acima da média anual normal, é atribuído as interrupções no sistema de trens ao longo de 2009, provocadas pelas fortes chuvas no primeiro semestre. As precipitações provocaram desmoronamento de barreira e destruição da linha em vários trechos. Os trens ficaram sem circular por vários dias. A greve dos ferroviários e as colisões com veículos contribuíram para o aumento deste item.

STU – MACEIÓ

Ao longo de 2009, as ações sociais realizadas pela STU – MAC foram: coleta seletiva de lixo; campanha de prevenção contra a dengue; campanha de prevenção contra hipertensão e diabetes; Trem do Forró; Trem do Frevo; Trem das Crianças; e ação solidária de natal (arrecadação de presentes para crianças carentes).

No âmbito da assessoria de imprensa, foram produzidas, no total, 172 matérias, sendo 98% positivas e neutras e 2% negativas.

**18. DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM
AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

A CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos faz parte do SICOM – Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal, como unidade administrativa integrante do Poder Executivo Federal tendo como uma de suas atribuições gerir atividades de Comunicação.

Os programas de trabalho utilizados e as dotações aprovadas para o exercício de 2009 (LOA) foram:

15.122.1295.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa – R\$21.164.103,00

15.131.1295.4641.0001 – Publicidade de Utilidade Pública – R\$122.903,00

Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda:

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL – Não se enquadra.

PUBLICIDADE MERCADOLÓGICA – Não se enquadra.

PUBLICIDADE PATROCÍNIOS – Não se enquadra.

PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS – Não se enquadra.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

PUBLICIDADE LEGAL

EMPRESA	Nº CONTRATO	VALOR CONTRATO	TÉRMINO CONTRATO	VALOR GASTO
DOERJ	SEM CONTRATO	-	-	57.466,20
IMPrensa NACIONAL	010-2007/DA	40.000,00	18/03/2010	27.454,48
EBC	SEM CONTRATO	-	-	34.927,00
EBC	009-2007/DA	170.000,00	25/06/2010	28.598,84

STU – BELO HORIZONTE

15.453.1295.2843.0001 - Manutenção e Funcionamento do Sistema

PI/Item orçamentário: Publicação Legal (B1D31302): R\$129.936,15 (valor empenhado)

15.131.1295.4641.0001 – Manutenção e Funcionamento do Sistema

PI/Item orçamentário: Publicidade de Utilidade Pública (B4D31301): R\$34.590,00 (valor empenhado)

PUBLICIDADE LEGAL

Empresa	Nº do contrato	Valor do contrato	Termo/Vigência	Valor gasto
Radiobrás/EBC	010/CBTU/STU-BH BH 2008 E TA 03/CBTU/STU BH/2009	50.000,00	11/03/2008 A 10/03/2010	50.000,00
		12.500,00		12.500,00
		62.500,00		61.949,40

Termo de Ajuste EBC	Ref. CT010/08 e TA 003/2009	-	-	989,80
Radiobrás/EBC	039/CBTU/STU-BH/2009	200.000,00	10/12/2009 A 09/12/2010	-
Fundo de Imprensa Nacional	S/Nº	Sem contrato	-	52.324,57
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais	S/Nº	Sem contrato	-	7.102,78
Total geral				122.366,55

PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA

Empresa	Item	Valor Gasto
SEMPRE EDITORA	SERVIÇO	12.000,00
IMPRIMASET LTDA	SERVIÇO	4.550,00
EDITORA GRÁFICA SILVEIRA LTDA	SERVIÇO	2.760,00
MAG MINAS ARTES GRÁFICAS	SERVIÇO	11.680,00
FAM SIGN E PLÁSTICOS LTDA	SERVIÇO	3.600,00
Total geral		34.590,00

STU – RECIFE

PUBLICIDADE LEGAL

EMPRESA	Nº CONTRATO	VALOR CONTRATO	TÉRMINO CONTRATO	VALOR GASTO
IMPrensa NACIONAL	Nº 22/CBTU/STU-REC/08	90.000,00	10/11/2009 a 10/11/2010	R\$36.422,20**
EBC (RADIOBRAS)	Contrato Distribuição de Publicidade Legal S/nº	40.000,00	25/11/2009 a 25/12/2010	R\$62.230,15*

Fonte: GEORC – 1º Termo Aditivo ao Contrato* 2º Termo Aditivo ao Contrato**

PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA

Empresa	Item	Valor Gasto
UNIPALTA	SERVIÇO	R\$1.960,00
IMPACTO COMUNICAÇÃO	SERVIÇO	R\$9.159,10
ANTARES	SERVIÇO	R\$5.710,50
TV E RADIO JORNAL	SERVIÇO	R\$7.040,00
DP PAR PARTICIPAÇÃO	SERVIÇO	R\$6.920,00
TV E RADIO JORNAL	SERVIÇO	R\$1.760,00
IMPACTO COMUNICAÇÃO	SERVIÇO	R\$6.169,20
DP PAR PARTICIPAÇÃO	SERVIÇO	R\$6.920,00
DP PAR PARTICIPAÇÃO	SERVIÇO	R\$957,00
EDITORA BRASIL GUIAS ESPECIAIS	SERVIÇO	R\$1.822,20
IMPrensa NACIONAL	SERVIÇO	R\$941,00
TOTAL GERAL		R\$41.482,00

STU – NATAL**PUBLICIDADE LEGAL**

CONTRATADA	CONTRATO	VALOR CONTRATADO	TÉRMINO VIGÊNCIA	VALOR GASTO
EBC	006/STU-NAT/08	R\$40.000,00	25/06/2010	R\$11.881,92
IMPrensa NACIONAL	016/STU-NAT/04	R\$100.000,00	22/12/2009	R\$15.306,48

PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA

Empresa	Item	Valor Gasto
BS Gestão Empresarial Ltda.	Serviço	R\$15.700,00

STU – JOÃO PESSOA**PUBLICIDADE LEGAL**

EMPRESA	Nº CONTRATO	VALOR DE ABERTURA DE CONTRATO	TÉRMINO VIGÊNCIA CONTRATO	VALOR GASTO
RADIOBRAS (EBC)	TERMO ADITIVO Nº 1 CONTRATO Nº 14/2008	30.000,00	13/05/2010	RAP – 2008 – 2.738,50 Executado 2009 – R\$17.460,05 RAP - 2010 – R\$2.952,00
IMPrensa NACIONAL	S/C	S/C	S/C	RAP – 2008 – 1.305,91 Executado 2009 – R\$10.574,26 RAP - 2010 – R\$5.561,95

PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA

EMPRESA	Nº CONTRATO	VALOR GASTO
Sin Comunicação	Produção e criação de 2 VTS e 2 spots de rádio para campanha contra colisões e atropelamentos em cruzamentos rodovias ferroviários	5.300,00
TV CABO BRANCO, TV CORREIO, TV CLUBE, TV ARAPUÃ, TV TAMBAÚ – Agência: Sin Comunicação	Veiculação dos 2 VTS nas cinco emissoras de televisão aberta de João Pessoa	15.112,40
Total geral		20.412,40

STU - MACEIÓ**PUBLICIDADE LEGAL**

EMPRESA	Nº CONTRATO	VALOR DE ABERTURA DE CONTRATO	TÉRMINO VIGÊNCIA CONTRATO	VALOR GASTO
RADIOBRAS (EBC) MACEIÓ		R\$20,000,00		R\$4.196,79
IMPrensa NACIONAL		R\$40,000,00		R\$22,054,24
Total Geral		R\$60.000,00		R\$26.251,03

19. CONTEÚDO ESPECÍFICO

**19.1 – BALANÇO PATRIMONIAL – LEI 6.404/76 (complemento ao
item 9.9)**

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em Reais)

ATIVO

	2009	2008
CIRCULANTE		
Disponibilidades	52.566.992,83	132.628.492,24
Caixa	51.938,98	45.913,56
Conta Única do Tesouro Nacional	16.353.772,77	74.350.135,71
Valores em Trânsito	1.740.211,03	1.748.036,95
Aplicações Financeiras	34.421.070,05	56.484.406,02
Contas a Receber - Nota 03	12.345.548,37	9.471.188,95
Impostos e Contribuições a Compensar	2.254,12	390.395,69
Adiantamento de Férias	1.381.242,04	1.371.306,79
Almoxarifados	33.535.273,05	26.278.194,04
Depósitos Judiciais - Nota 04	42.560.744,76	10.312.462,51
Despesas Antecipadas	6.229,05	10.086,53
	142.398.284,22	180.462.126,75
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos Judiciais - Nota 04	52.472.650,07	50.759.853,37
Depósitos Especiais e Cauções - Nota 05	50.785.018,97	79.376.346,23
Impostos a Recuperar	24.145.947,87	20.913.562,79
Aplicação em Títulos do Tesouro	1.466.462,64	1.319.093,07
Créditos a Receber União - BIRD - Nota 06	31.768.839,76	27.780.780,58
	160.638.919,31	180.149.636,04
IMOBILIZADO - Nota 07	3.471.205.029,89	3.453.481.255,41
DIFERIDO - Nota 08	28.772.696,68	32.330.621,56
INTANGÍVEL	976.439,54	679.879,04
	3.500.954.166,11	3.486.491.756,01
	3.661.593.085,42	3.666.641.392,05
TOTAL DO ATIVO	3.803.991.369,64	3.847.103.518,80

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em Reais)

PASSIVO

	2009	2008
CIRCULANTE		
Fornecedores e Empreiteiros	9.831.477,20	18.221.285,60
Convênios a Repassar	0,86	54.265.211,88
Financiamentos - Nota 09	12.548.260,86	16.253.536,41
Projeto BIRD - Nota 06	10.398.463,63	-
Encargos de Financiamentos	4.078.843,30	1.108.240,00
Fundação REFER - Nota 10	605.565.390,68	468.904.724,19
Provisão para Férias	9.448.943,99	8.707.885,05
Provisão para Contingências - Nota 11	287.420.000,00	282.295.170,00
Obrigações a Pagar	2.434.598,00	1.352.067,00
Depósitos e Consignações	242.795,03	2.733.522,03
Recursos Fiscais e Previdenciários	660.670,77	1.307.077,51
	942.629.444,32	855.148.719,67
NÃO CIRCULANTE		
Financiamentos - Nota 09	130.426.494,25	194.804.606,61
Projetos BIRD - Nota 06	21.370.376,13	27.780.780,58
Fundação REFER - Nota 10	223.734.415,41	259.542.432,34
Provisão para Contingências - Nota 11	412.000.000,00	415.000.000,00
Receita Diferida - Nota 12	3.784.166,00	3.974.166,00
	791.315.451,79	901.101.985,53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Nota 13		
Capital Social Realizado	4.855.301.687,57	4.709.287.303,92
Reserva de Capital	2.266.923,14	2.266.923,14
Reserva de Reavaliação de Bens	7.614.689,20	8.109.449,92
Prejuízos Acumulados	(2.879.474.814,68)	(2.774.825.247,03)
	1.985.708.485,23	1.944.838.429,95
Recursos para Futuro Aumento de Capital	84.337.988,30	146.014.383,65
	2.070.046.473,53	2.090.852.813,60
TOTAL DO PASSIVO	3.803.991.369,64	3.847.103.518,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO
Técnico em Contabilidade
CRC-RJ 053399-3

DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
Diretor de Administração e Finanças

ELIONALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES
Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS -CBTU
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em Reais)

	2009	2008
RECEITA BRUTA		
Transportes ferroviários	98.821.345,53	93.222.058,80
Aluguéis e arrendamentos	2.081.543,41	1.856.119,33
	100.902.888,94	95.078.178,13
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos e Contribuições incidentes sobre Serviços	(3.818.317,56)	(3.560.507,47)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	97.084.571,38	91.517.670,66
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	265.481.735,99	231.462.260,96
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(168.397.164,61)	(139.944.590,30)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Subvenções para Custeio	339.401.586,38	344.130.265,36
Gerais e administrativas	(67.181.683,81)	(82.746.393,14)
Financeiras - líquido	(8.509.791,66)	(7.917.598,92)
Depreciações e amortizações	(52.583.918,71)	(58.077.925,55)
Encargos - REFER	(104.589.975,07)	(100.570.783,29)
Provisões diversas	(61.374.462,33)	(87.699.911,15)
Variações cambial e monetária	18.790.240,18	(65.435.384,49)
Reversão de Receitas e Reservas	684.760,72	684.760,72
Resultado da Baixa de Bens	(889.158,74)	(488.233,94)
	63.747.596,96	(58.121.204,40)
Prejuízo do exercício	(104.649.567,65)	(198.065.794,70)
Prejuízo por lote de mil ações do capital social	(0,01)	(0,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO
Técnico em Contabilidade
CRC-RJ 053399-3

DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
Diretor de Administração e Finanças

ELIONALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES
Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
MÉTODO INDIRETO
(EM REAIS)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2009	2008
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(104.649.567,65)	(198.065.794,70)
AJUSTES POR:	140.193.648,69	225.385.696,23
Variações cambial e monetária	(18.931.858,77)	65.435.384,49
Depreciações e amortizações	52.583.918,71	58.077.925,55
Encargos - REFER	104.212.360,73	103.627.181,39
Baixa de Bens	889.158,74	634.795,52
Reversão de Receitas e Reservas	(684.760,72)	(684.760,72)
Ajuste de Provisão para Contingências	2.124.830,00	(1.704.830,00)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE ATIVOS	41.997.656,88	(54.450.557,83)
Recursos Vinculados	-	(61.750.524,53)
Contas a Receber	2.874.359,42	(583.253,63)
Impostos e Contribuições a Compensar	(388.141,57)	(3.045.993,08)
Almoxarifados	7.257.079,01	4.487.903,03
Depósitos Judiciais	32.248.282,25	6.507.420,61
Outros ativos circulantes	6.077,77	(66.110,23)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS	(64.357.671,09)	(106.344.898,67)
Fornecedores e Empreiteiros	(8.389.808,40)	(20.813.083,23)
Convênios a Repassar	(54.265.211,02)	(71.741.340,02)
Encargos de Financiamentos	2.970.603,30	(3.227.467,74)
Fundação REFER	(3.359.711,17)	(3.056.398,10)
Provisão para Férias	741.058,94	937.434,96
Outras Contas a Pagar	(2.054.602,74)	(8.444.044,54)
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(70.811.246,93)	(24.574.439,31)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	70.437.160,66	70.805.192,49
Variação Realizável a Longo Prazo	2.501.673,11	(392.729,59)
Depósitos Judiciais	1.712.796,70	(1.637.869,68)
Créditos a Recuperar	788.876,41	1.245.140,09
Aplicações no Ativo Permanente	67.935.487,55	71.197.922,08
Imobilizado	67.638.927,05	71.197.922,08
Intangível	296.560,50	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	61.186.908,18	78.173.648,10
Variação do Passivo não Circulante	(16.495.546,45)	(17.703.995,71)
Amortização	(16.495.546,45)	(17.703.995,71)
Variação do Patrimônio Líquido	77.682.454,63	95.877.643,81
Recursos para Futuro Aumento de Capital	77.682.454,63	95.877.643,81
VARIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	(80.061.499,41)	(17.205.983,70)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(80.061.499,41)	(17.205.983,70)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	132.628.492,24	149.834.475,94
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	52.566.992,83	132.628.492,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO
Técnico em Contabilidade
CRC-RJ 053399-3

DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
Diretor de Administração e Finanças

ELIONALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES
Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
NOS EXERCÍCIOS DE 2009 E 2008
(Em Milhares de Reais)

	Capital social realizado	Recursos especiais	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Recursos para aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007	4.353.879	2.266	8.604	(2.576.758)	355.408	2.143.399
Aumento de capital	355.408	-	-	-	(355.408)	-
Subvenções para investimentos	-	-	-	-	146.014	146.014
Realização de reservas	-	-	(495)	-	-	(495)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(198.066)	-	(198.066)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	4.709.287	2.266	8.109	(2.774.824)	146.014	2.090.852
Aumento de capital	146.014				(146.014)	-
Subvenções para investimentos					84.338	84.338
Realização de reservas			(495)			(495)
Prejuízo do Exercício				(104.650)		(104.650)
						-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	4.855.301	2.266	7.614	(2.879.474)	84.338	2.070.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO
Técnico em Contabilidade
CRC-RJ 053399-3

DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
Diretor de Administração e Finanças

ELIONALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES
Diretor-Presidente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais)

NOTA 1 - ATIVIDADES:

- 1) De acordo com o Estatuto Social, a CBTU tem como objetivo:
 - a) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
 - b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
 - c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
 - d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e
 - e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis, com exceção da NBC T 19.10, que será aplicada no exercício de 2010

Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

a) Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.

b) Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas a indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

c) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço.

d) Almoxarifados

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado.

e) Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;
- amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano;
- foram mantidos os critérios utilizados para determinação da vida útil dos Bens, optando-se por revisar e ajustar os mesmos, se necessário, no exercício de 2010, em conformidade com a NBC T 19.1.

NOTA 3 - CONTAS A RECEBER:

Referem-se aos desembolsos realizados pela CBTU, cuja responsabilidade é de outras empresas. Destaca-se, como principal devedor, a extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do Trem Metropolitano de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando, por diversos motivos, o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente,

constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Neste exercício não houve avanços significativos nas negociações, apesar das reiteradas ações da CBTU.

Composição do saldo:

	2009	2008
RFFSA	14.651	14.651
Prestação de serviços	986	1.019
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados cedidos	330	140
Créditos em Liquidação	2.717	252
Ressarcimento aux. doença	530	317
Outros	674	635
	20.611	17.737
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.266)	(8.266)
	12.345	9.471

NOTA 4 – DEPÓSITOS JUDICIAIS:

- a) **Ativo Circulante** - referem-se a penhoras na receita de bilheteria nas STU's Recife, Belo Horizonte e Maceió.
- b) **Ativo Realizável a Longo Prazo** - referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam a reforma da sentença; depósitos judiciais cíveis, que são para garantia do juízo até a solução final da ação e penhoras judiciais, que são recursos apreendidos pela justiça das contas correntes da CBTU no período de 1996 a 1999, antes do ingresso efetivo na conta única do Tesouro.

A Superintendência Jurídica da CBTU vem realizando trabalhos permanentes, objetivando depurar e identificar todos os valores constantes nesta rubrica.

Em 31 de dezembro de 2009, a situação dos depósitos judiciais da Empresa pode ser resumida como segue:

DESCRIÇÃO:

	2009	2008
Processos identificados – em andamento	50.719	48.996
Processos a serem identificados/regularizados	1.754	1.764
	<u>52.473</u>	<u>50.760</u>

NOTA 5 – DEPÓSITOS ESPECIAIS E CAUÇÕES:

Refere-se a depósito caucionado no Banco do Brasil, cuja origem foi do processo de renegociação da dívida externa pela União em 1993.

O objetivo do depósito é servir de garantia para amortizações finais da dívida de médio e longo prazo – DMLP, que ocorrerão no exercício de 2024, consignada no passivo, na rubrica de financiamento interno.

O valor é atualizado pela variação do dólar americano e remunerado pela variação média do bônus de zero cupom do tesouro dos Estados Unidos da América.

NOTA 6 - CRÉDITOS A RECEBER DA UNIÃO - BIRD:

No exercício de 2002, a União firmou Contrato de Empréstimo de nº 7083 – BR, objetivando a recuperação do Sistema de Trens Urbanos atual e a implantação do Sistema de Metrô de Fortaleza. A Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR é a responsável pela execução do projeto.

Em razão das características dos projetos, a CBTU tem a função de administradora dos recursos disponibilizados pelo BIRD, sendo a União a mutuária e responsável pelo pagamento do financiamento.

Tendo em vista que o METROFOR é o responsável pela correta aplicação dos recursos objeto dos financiamentos e que os bens e direitos adquiridos tornar-se-ão parte integrante dos seus respectivos patrimônios, foi promovida consulta à Ciset-MT, que se manifestou favoravelmente quanto à prática do procedimento de registro como Créditos a Receber da União dos valores transferidos de forma direta ou indireta ao METROFOR, e suas variações monetárias e cambiais.

NOTA 7 - IMOBILIZADO:

Composição do saldo:

Contas	Taxa anual de depreciação (%)	2009	2008
Terrenos	-	360.228	359.898
Edificações	1,25 a 2,00	484.940	481.229
Instalações	2,00 a 3,33	526.088	519.099
Equipamentos de transporte ferroviário	2,50 a 5,00	387.590	379.403
Veículos	20,00	6.693	6.454
Equipamentos, máquinas e ferramentas	10,00	35.516	32.611
Outras imobilizações tangíveis	10,00	12.802	11.518
Imobilizações em andamento	-	1.806.217	1.763.224
Correção monetária – Lei 8.200/91	Diversas	449.169	449.250
		<u>4.069.243</u>	<u>4.002.686</u>
Depreciações acumuladas		<u>(598.038)</u>	<u>(549.205)</u>
		<u>3.471.205</u>	<u>3.453.481</u>

As imobilizações em andamento podem ser demonstradas como segue:

	2009	2008
Sistema de Belo Horizonte	258.502	253.879
Sistema de Recife	328.295	293.202
Sistema do Rio de Janeiro	651.804	651.804
Sistema de São Paulo	554.388	554.388
Outras Obras	13.228	9.951
Subtotal:	<u>1.806.217</u>	<u>1.763.224</u>
Correção monetária – Lei 8.200/91	<u>32.810</u>	<u>32.810</u>
Total:	<u>1.839.027</u>	<u>1.796.034</u>

NOTA 08 - DIFERIDO:

Está representado por despesas de consultoria, vinculadas aos projetos BIRD de Recife e Belo Horizonte.

NOTA 09 - FINANCIAMENTOS:

Os financiamentos foram obtidos para ampliação e melhoramento das instalações e equipamentos do ativo imobilizado necessários às atividades operacionais da CBTU.

As parcelas de amortização do principal, bem como as despesas de juros e outras decorrentes dos financiamentos, são totalmente cobertas pela União, mediante subvenções.

As taxas de juros anuais aplicadas aos financiamentos obtidos pela CBTU variam de 5,8% a 8%, com vencimentos programados até o ano de 2024.

NOTA 10 - FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER:

A CBTU, a partir de 17 de fevereiro de 2000, deixou de ser copatrocinadora e passou a ser patrocinadora da REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com patrimônio e autonomia administrativa e financeira, cujo objetivo principal é a suplementação de benefícios previdenciários aos participantes. Tal modificação ocorreu devido a segregação da parcela patrimonial e das obrigações relativas à CBTU, quando da quebra de solidariedade do Plano de Benefício até então existente, do qual participavam as empresas/entidade: RFFSA, CBTU, FLUMITRENS, CPTM, e REFER. Atualmente o plano é de contribuição variável.

As demonstrações contábeis da CBTU apresentam as seguintes obrigações com a REFER:

- a) **Passivo Circulante** - o saldo registrado no passivo circulante (2009 – R\$ 605.565 mil/2008 – R\$ 468.905 mil), refere-se à parcela de contribuição normal (2008 – R\$ 141 mil), vencível no mês subsequente, e as parcelas da dívida contratada (2009 R\$ 605.565 mil/2008 – R\$ 468.764 mil).
- b) **Passivo não circulante** - tendo em vista as medidas sugeridas pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Interministerial nº 1, de 14 de fevereiro de 1997, para a redução de déficit potencial da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, e as autorizações concedidas pela Secretaria

Executiva do Ministério dos Transportes e Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento e Orçamento, foi efetuado o registro do valor estimado como devido à REFER decorrente da redução da taxa de contribuição de 11,61% para 9,48% no período de janeiro de 1985 a dezembro de 1996, bem como daquela decorrente dos reflexos financeiros motivados pela redução da base de contribuição determinada pela Lei 8.020, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 606, de 20 de julho de 1992.

No exercício de 2004, a CBTU não obteve os recursos orçamentários para cumprir o acordado, tendo a REFER ajuizado ação de execução de Dívida na 28ª Vara Civil da Comarca do Rio de Janeiro.

No dia 31/03/2004, foi celebrado o Aditivo N.º 01/04 ao Instrumento Particular de Direitos e Obrigações de 08/02/2001, e, no que se refere ao Instrumento N.º 30/2000, foi celebrado Acordo Judicial repactuando valores e datas, passando ter vencimentos mensais a partir de 31/01/2005.

As Leis Orçamentárias de 2006, 2007, 2008 e 2009 também não contemplaram recursos para honrar o compromisso, apesar de terem constado nas Proposta Orçamentárias da CBTU encaminhadas ao Ministério das Cidades.

No exercício de 2006, a CBTU pagou R\$ 79.700 mil da dívida do processo nº 2004.001.012106-3, com recursos de Restos a pagar de sentenças judiciais do exercício de 2005 e R\$ 2.845 mil do processo nº 2005.001.051793-3 com recursos de sentenças judiciais do exercício de 2006, processo este julgado extinto, com decisão transitada em julgado. Foi constituído o processo 2007.001.120653-9, para cobrança do saldo remanescente.

No exercício de 2007, a CBTU pagou R\$ 2.716 mil da dívida do processo nº 2004.001.012106-3 e R\$ 16.361 mil da dívida do processo 2007.001.120653-9, ambos com recursos de sentenças do exercício.

No exercício de 2008 a CBTU pagou R\$ 3.408 mil, através de penhora da receita do processo nº 2004.001.012.106-3.

No exercício de 2009 a CBTU pagou R\$ 3.219 mil, através de penhora da receita do processo nº 2004.001.012.106-3.

Os processos tramitam na 28ª e 25ª vara cível desta comarca respectivamente, sem alterações relevantes que possam impactar nas demonstrações contábeis da CBTU.

A composição dos créditos da REFER, registrados no passivo não circulante, pode ser demonstrada como segue:

	2009	2008
Diferença da taxa de contribuição e os Reflexos financeiros da Lei nº 8.020/90	214.220	246.395
Reserva a amortizar	9.514	13.147
	<u>223.734</u>	<u>259.542</u>

NOTA 11 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:

a) **Passivo circulante** - As demonstrações contábeis apresentam uma provisão para ações trabalhistas e cíveis em montante julgado suficiente para cobrir possíveis contingências referentes a causas, cujos valores envolvidos puderam ser estimados, e que possam afetar o exercício subsequente.

b) **Passivo não circulante** - Em razão dos levantamentos efetuados pela área jurídica da empresa, foi possível estimar os valores das ações cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento. Estes valores apesar de não apresentarem risco imediato podem impactar exercícios futuros. Por este motivo, de forma que o balanço da CBTU reflita a sua real situação patrimonial, e atendendo aos Princípios Fundamentais da Contabilidade, em particular o da Prudência, foram reconhecidos como Provisão no Passivo não circulante as estimativas concernentes às contingências cíveis, trabalhistas e tributárias.

Os valores estão demonstrados a seguir:

Ações	2009		2008	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cíveis	101.510	102.000	98.763	100.000
Trabalhistas	101.600	160.000	98.532	165.000
Tributárias	84.310	150.000	85.000	150.000
	<u>287.420</u>	<u>412.000</u>	<u>282.295</u>	<u>415.000</u>

NOTA 12 – RECEITA DIFERIDA

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O presente contrato vigera pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de dezembro de 1999, com a realização da receita, no montante de R\$15,9 mil mês.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Capital Social

O capital social totalmente integralizado está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuído:

	2009		2008	
	Quantidade de ações	% de participação	Quantidade de ações	% de participação
União	10.209.636.645.741	99,9999	9.496.675.788.075	99,9999
Outros	1.063	0,0001	1.063	0,0001
	<u>10.209.636.646.804</u>	<u>100,0000</u>	<u>9.496.675.789.138</u>	<u>100,0000</u>

Recursos para aumento de capital

Registra os recursos da União em investimentos para futuros aumentos de capital, bem como os Encargos Financeiros oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto 2.673 de 16 de julho de 1998.

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens em contrapartida a uma conta do resultado do exercício.

NOTA 14- REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS:

O Plano de Cargos e Salários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos dirigentes e empregados.

No exercício de 2009 a maior e a menor remuneração mensal paga aos empregados ocupantes de cargos permanentes foram de R\$ 14.620,52 e R\$ 621,58, respectivamente. Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal paga foi de R\$ 20.593,88 e 17.907,73 respectivamente.

ELIONALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES
Diretor-Presidente

DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
Diretor de Administração e Finanças

JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO
Técnico em Contabilidade CRC-RJ 053399-3

19.2 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES

CRC-RJ-0064

MATRIZ
RIO DE JANEIRO-RJ – AV. RIO BRANCO
147 - 8º ANDAR – CEP 20040-006
TELEFONE: (21) 2509-8658
FAX: (21) 2242-7212
secretaria@loudon.com.br

FILIAL
SÃO PAULO-SP – RUA SENADOR PAULO EGÍDIO
72 CONJ. 1311 – CEP 01008-000
TELEFONE: (11) 3104-8303/3101-7782
FAX: (11) 3104-3420
loudonsp@loudon.com.br

ESCRITÓRIO
BRASÍLIA-DF – EDIFÍCIO CARIÓCA
SCS – QUADRA 06 – BL. A CONJ. 402
CEP 70325-900
TELEFONE: (61) 3963-0705
projetos@loudon.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, levantado em 31 de dezembro de 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e de fluxo de caixa correspondente ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas usuais de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como, da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Conforme comentários constante das notas 2 e 2e, a Companhia optou por proceder ao cálculo, para revisão e ajustes, se necessário, do Valor Recuperável dos Ativos Imobilizado, consoante determinação da NBC T 19.1 e 19.10, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a partir do exercício de 2010.
4. Conforme comentado na Nota Explicativa 4b, a Companhia continua realizando trabalhos de levantamento dos processos judiciais que geraram depósitos judiciais, depósitos para recursos e penhoras judiciais, para fins de confronto com os registros contábeis, que totalizam R\$ 52.473 mil. Em consequência, o saldo dessas rubricas está sujeito a ajustes quando da identificação dos processos e conclusão dos trabalhos.
5. Conforme mencionado na Nota Explicativa 10, em 2003 a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER ajuizou contra a CBTU, Processo de Execução de Dívida na 28ª Vara Civil da Comarca do Rio de Janeiro sob o N.º 2004.001.012106-3. Em 31 de março de 2004, foi celebrado entre a REFER e a CBTU, o Aditivo N.º 01/04 ao instrumento Particular de Direitos e Obrigações de 08 de fevereiro de 2001, e, no que se refere ao Instrumento n.º 30/2000, foi celebrado Acordo Judicial repactuando valores e datas, passando o novo acordo, a ter vencimentos mensais a partir de 31 de janeiro de 2005. Em 2007 foi constituído novo processo N.º 2007.001.120653-9, para o restante da dívida.

A CBTU não obteve crédito orçamentário para cumprir o pactuado com a REFER para os exercícios de 2009, 2008, 2007 e 2006.



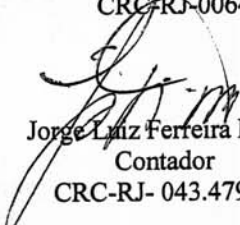
LOUDON BLOMQUIST - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-0064

Em 31 de dezembro de 2009, o total da dívida para com a REFER montava a R\$ 829.299 mil, sendo R\$ 605.565 mil de curto prazo e R\$ 223.734 mil não circulante.

As demonstrações contábeis da REFER, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não haviam sido concluídas até a emissão deste parecer.

6. Em nossa opinião, sujeitas a eventuais efeitos em decorrência das circunstâncias mencionadas nos parágrafos 3, 4 e 5, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e a demonstração do fluxo de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária, considerando as adequações de procedimentos comentado no parágrafo 6, abaixo, com as quais concordamos.
7. Anteriormente examinamos e emitimos parecer, datado de 12 de março de 2009, com as mesmas ressalvas constantes dos parágrafos 4 e 5 acima, sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins comparativos.

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-0064


Jorge Luiz Ferreira Moraes
Contador
CRC-RJ- 043.479/O-2

Rio de Janeiro,
03 de março de 2010

19.3 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO PAGA AOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - DA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS E ORGANIZACIONAIS - SUREH
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - DEGES
SETOR DE FOLHA DE PAGAMENTO

QUADRO DE ACOMPANHAMENTO DE REMUNERAÇÃO DE CONSELHO ANO: 2009

NOME		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
ILTON ILHOMAR DE CARVALHO	CONAD	1.731,09	1.731,09	1.731,09	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	21.496,59
ELCIONE DINIZ MACEDO	CONAD	1.731,09	1.731,09	1.731,09	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	21.496,59
MARCIO FORTES DE ALMEIDA	CONAD	1.731,09	1.731,09	1.731,09	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	21.496,59
ELIONALDO MAGALHÃES	CONAD	1.731,09	1.731,09	1.731,09	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	21.496,59
LUIZ CARLOS BUENO	CONAD	1.731,09	1.731,09	1.731,09	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	21.496,59
JOSÉ INNOCENCIO A ARAUJO	CONAD	1.731,09	1.731,09	1.731,09	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	21.496,59
HELOISA TEIXEIRA SAITO	CONFI	1.731,09	1.731,09	1.731,09	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	21.496,59
LUIZ CARLOS BERTOTTO	CONFI	1.731,09	1.731,09	1.731,09	1.811,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.004,75
MAGDA OLIVEIRA M. CARDOSO	CONFI	1.731,09	1.731,09	1.731,09	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	21.496,59
ALESSANDRA G. MARTINELLO	CONFI	0,00	0,00	0,00	0,00	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	1.811,48	0,00	12.680,36
JOSÉ JORGE DOS S. PEREIRA	CONFI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.811,48	1.811,48
CBTU		15.579,81	15.579,81	15.579,81	16.303,32	16.303,32	16.303,32	16.303,32	16.303,32	16.303,32	16.303,32	16.303,32	16.303,32	193.469,31

19.4 - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS ATAS DAS ASSEMBLÉIAS DO CONSELHO FISCAL E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU			56202
Eu, MANOEL FERNANDO MISSAGIA, Secretário dos Conselhos de Administração e Fiscal, declaro, para os devidos fins, que as atas das reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal estão à disposição dos órgãos de controle Interno e externo. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Rio de Janeiro	Data	19/FEV/2010
Responsável		CPF nº	034.975.427-68

ELIONALDO MAURÍCIO MAGALHÃES MORAES
Diretor Presidente

7 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA
- INFORMAÇÕES ADICIONAIS -

- 7.5 - Balanço Patrimonial**
- 7.6 – Parecer dos Auditores Independentes**
- 7.7 – Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**
- 7.8 – Relatório Anual – 2009**
- 7.9 – Política de Investimentos – 2009 a 2013**
- 7.10 - Conclusões do último estudo atuarial**
- 7.11 - Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício**

7.5 – BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de Reais)

	2009	2008
<u>DISPONÍVEL</u>	3.215	2.226
<u>REALIZÁVEL</u>	3.123.400	2.879.667
Programa Previdencial	753.960	588.733
Programa Administrativo	545	846
Programa de Investimentos	2.368.895	2.290.088
Renda Fixa	1.633.996	1.715.004
Renda Variável	409.889	274.955
Investimentos Imobiliários	294.576	268.613
Operações com Participantes	30.434	31.516
<u>PERMANENTE</u>	1.219	1.767
Imobilizado	689	894
Diferido	530	873
TOTAL DO ATIVO	3.127.834	2.883.660

Stenio Lindoso de Magalhães Filho
Contador CRC/RJ 70.351
CPF: 551.017.127-87

Carlos de Lima Moulin
Diretor Financeiro
CPF : 433.510.937-72

Marco André Marques Ferreira
Diretor-Presidente
CPF: 555.870.897-20

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de Reais)

P A S S I V O

	2009	2008
<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>	<u>28.261</u>	<u>26.879</u>
Programa Previdencial	26.216	24.870
Programa Administrativo	1.996	1.921
Programa de Investimentos	49	88
<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	<u>80.862</u>	<u>87.275</u>
Programa Previdencial	66.912	75.923
Programa Administrativo	5.564	5.089
Programa de Investimentos	8.386	6.263
<u>EXIGÍVEL ATUARIAL</u>	<u>3.639.745</u>	<u>3.251.830</u>
Provisões Matemáticas	3.639.745	3.251.830
Benefícios Concedidos	2.952.459	2.882.706
Benefícios a Conceder	1.055.800	992.073
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	<u>(368.514)</u>	<u>(622.949)</u>
(-) Serviço Passado	(285.233)	
(-) Déficit Técnico Equacionado	(83.281)	
<u>RESERVAS E FUNDOS</u>	<u>(621.034)</u>	<u>(482.324)</u>
Equilíbrio Técnico	(743.354)	(542.256)
Resultados Realizados	(743.354)	(542.256)
Déficit Técnico Acumulado	(743.354)	(542.256)
Fundos	122.320	59.932
Programa Previdencial	321	499
Programa Administrativo	119.244	57.207
Programa de Investimentos	2.755	2.226
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>3.127.834</u></u>	<u><u>2.883.660</u></u>

Stenio Lindoso de Magalhães Filho
Contador CRC/RJ 70.351
CPF: 551.017.127-87

Carlos de Lima Moulin
Diretor Financeiro
CPF : 433.510.937-72

Marco André Marques Ferreira
Diretor-Presidente
CPF: 555.870.897-20

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de Reais)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>PROGRAMA PREVIDENCIAL</u>	-	-
(+) Recursos Coletados	720.572	370.653
(-) Recursos Utilizados	(789.089)	(635.089)
(-/+) Constituições/Reversões de Contingências	(7.783)	(42.703)
(-) Custeio Administrativo	(61.571)	(33.165)
(+/-) Resultado dos Investimentos Previdenciais	324.509	133.214
(-/+) Constituições/Reversões de Provisões Atuariais	(387.915)	(169.405)
(-/+) Constituições/Reversões de Fundos	178	118.155
(=) Déficit Técnico do Exercício	(201.099)	(258.340)
<u>PROGRAMA ADMINISTRATIVO</u>	-	-
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	82.934	46.203
(+) Receitas	167	201
(-) Despesas	(20.516)	(21.509)
(-/+) Constituições/Reversões de Contingências	(546)	724
(=) Constituições (Reversões) de Fundos	(62.039)	(25.619)
<u>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</u>	-	-
(+/-) Renda Fixa	110.857	244.613
(+/-) Renda Variável	180.104	(184.194)
(+/-) Investimentos Imobiliários	55.052	77.531
(+/-) Operações com Participantes	4.419	4.921
(+/-) Relacionados com Tributos	(1.677)	(1.137)
(-/+) Constituições/Reversões de Contingências	(2.354)	5.004
(-) Custeio Administrativo	(21.363)	(13.038)
(+/-) Resultado Recebidos/Transferidos de Outros Programas	(324.509)	(133.214)
(=) Constituições (Reversões) de Fundos	(529)	(486)

Stenio Lindoso de Magalhães Filho
Contador CRC/RJ 70.351
CPF: 551.017.127-87

Carlos de Lima Moulin
Diretor Financeiro
CPF : 433.510.937-72

Marco André Marques Ferreira
Diretor-Presidente
CPF: 555.870.897-20

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

3

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO FINANCEIRO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÕES	2009	2008
(+/-) PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(+) ENTRADAS	555.876	417.377
(+) Recursos Coletados	720.572	370.653
(-) Recursos a Receber	(166.355)	29.165
(+) Outros Realizáveis/Exigibilidades	1.659	17.559
(-) SAÍDAS	(805.068)	(673.711)
(-) Recursos Utilizados	(789.089)	(635.089)
(+) Utilizações a Pagar	815	1.233
(-) Constituições/Reversões de Contingências	(16.794)	(39.855)
(+/-) PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+) ENTRADAS	203	237
(+) Receitas	167	201
(-) Receitas a Receber	-	10
(+) Outros Realizáveis/Exigibilidades	37	26
(-) SAÍDAS	(19.700)	(21.575)
(-) Despesas	(20.516)	(21.509)
(+) Despesas a Pagar	335	(105)
(-) Despesas Futuras	4	16
(-) Permanente	549	138
(-) Constituições/Reversões de Contingências	(72)	(115)
(+/-) PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+/-) RENDA FIXA	191.865	153.965
(+/-) RENDA VARIÁVEL	45.170	60.510
(+/-) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	29.082	65.172
(+/-) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5.499	(984)
(+/-) RELACIONADOS COM TRIBUTOS	(1.705)	(1.147)
(+/-) CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	(232)	(184)
(=) FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	269.678	277.332
(=) VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	989	(340)

Stenio Lindoso de Magalhães Filho
Contador CRC/RJ 70.351
CPF: 551.017.127-87

Carlos de Lima Moulin
Diretor Financeiro
CPF : 433.510.937-72

Marco André Marques Ferreira
Diretor-Presidente
CPF: 555.870.897-20

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

7.6 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À
DD. DIRETORIA DA
FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER
RIO DE JANEIRO - RJ

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos; o volume de transações, o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; (c) a obtenção dos pareceres do atuário responsável pelo cálculo das provisões matemáticas, datados de 09 de fevereiro de 2010; e (d) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto; revisão do plano de gestão dos recursos, através da indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da entidade, fruto de relatório circunstanciado especial.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as Notas Explicativas que as acompanham, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e as modificações em sua posição financeira, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 4.1, 4.2 e 4.4, os valores das contribuições normais, extraordinárias e contratadas não repassadas pelas Patrocinadoras RFFSA, CBTU, CENTRAL e METRÔ, nos prazos estipulados contratualmente, vem acarretando a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa, tendo sido registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o montante de R\$ 324.183 mil (R\$ 342.664 mil em 2008), contribuindo com os déficits dos respectivos planos e, consequentemente, para o desequilíbrio atuarial, em função disso, o déficit técnico apurado em 31 de dezembro de 2009 totalizou R\$ 743.354 mil (R\$ 542.256 mil em 2008). Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.2.b, a dívida do METRÔ – Em Liquidação foi repactuada em novembro de 2009, passando a ser responsabilidade da RIOTRILHOS. A Alta Administração da Fundação vem envidando todos os esforços junto às patrocinadoras e Órgão Supervisor, no sentido de equacionar as pendências existentes e normalizar o fluxo de recursos, cujas negociações para o recebimento das contribuições em atraso será importante para o equilíbrio atuarial e econômico-financeiro dos respectivos planos.
5. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalva, e com ênfase similar à contida no parágrafo 4 acima, datado de 05 de março de 2009.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2010.



UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S RJ
HERALDO S.S. DE BARCELLOS
Contador CRC RS 11609 S RJ
Responsável Técnico

7.7 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER é uma Entidade constituída em 01 de dezembro de 1978, como pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, que tem como missão oferecer produtos e serviços de seguridade com transparência e qualidade, visando o bem estar social e a satisfação dos participantes, patrocinadoras e instituidores. O seu funcionamento foi autorizado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Portaria 1.352 de 7 de fevereiro de 1979.

Os principais recursos de que a Fundação REFER dispõe para seu funcionamento são oriundos das contribuições dos patrocinadores, dos participantes ativos, assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As patrocinadoras da Fundação são as seguintes:

- Inventariança da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (*);
- Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU;
- Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM;
- Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL;
- Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - METRÔ - em liquidação (**);
- Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR;
- Companhia de Transportes de Salvador – CTS; e
- Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER.

(*) Em decorrência do disposto no artigo 18, da Lei nº 11.483 de 31/05/2007, a VALEC assumiu a responsabilidade de atuar como patrocinadora do Plano de Benefícios administrado pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, na condição de sucessora trabalhista da extinta RFFSA, em relação aos participantes ativos. No que concerne aos Participantes assistidos, consoante artigo 25, a UNIÃO foi autorizada a atuar como Patrocinadora do Plano de Benefícios da RFFSA, administrado pela REFER. Os processos de formalização dos Convênios de Adesão com a UNIÃO e a VALEC encontram-se em andamento.

(**) Em 16/11/2009, foi assinado Instrumento Particular de Direitos e Obrigações-I.P.D.O entre: a Fundação REFER e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS, com a interveniência da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - METRÔ em Liquidação e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, relativo à Adesão ao Plano de Contribuição Variável, no qual a RIOTRILHOS, sucedendo ao METRÔ em Liquidação, em pleno direito na sua condição

de Patrocinadora do mesmo Plano, que após aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, denominar-se-á Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS. Com a assinatura do I.P.D.O a RIOTRILHOS assumiu a responsabilidade integral pelos passivos do Plano e repactuou a dívida, decorrente do não pagamento do Termo Aditivo 02 ao Convênio de Adesão entre as Partes: REFER/METRÔ.

NOTA 2 - PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Fundação REFER possui 08 (oito) Planos de Benefícios, conforme segue:

- **Planos de Contribuição Variável:**

1. RFFSA;	CNPB: 19.990.042-56
2. CBTU;	CNPB: 20.000.036-56
3. CENTRAL;	CNPB: 20.000.039-74
4. METRÔ;	CNPB: 19.940.009-29
5. METROFOR;	CNPB: 20.020.010-65
6. CTS;	CNPB: 20.080.016-19
7. REFER.	CNPB: 20.000.037-29

- **Plano de Benefício Definido:**

1. **RFFSA/REFER :** CNPB: 19.790.002-47
(patrocinado pela CPTM)

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC e implementadas pela Secretaria da Previdência Complementar - SPC.

Mensalmente, são apresentados balancetes por Plano de Benefícios, além dos balancetes: Consolidado e Operações Comuns. Os registros contábeis são segregados em programas distintos, compreendendo programa-fim (previdencial) e programas-meio (administrativo e de investimentos).

Por determinação da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, através da Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05 de julho de 2002, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados e os Fluxos Financeiros do exercício, contemplam a comparabilidade com o exercício anterior e estão expressos em milhares de Reais.

As principais práticas adotadas pela Entidade são resumidas a seguir:

- a) Os saldos das contas do Balanço foram mantidos pelos seus montantes originais; a carteira de ações negociáveis em Bolsa de Valores e as cotas de fundos estão atualizadas pelo valor de mercado.
- b) Os componentes da Demonstração de Resultados são ajustados e complementados quanto aos encargos referentes à depreciação e amortização, que são apurados em registros auxiliares conforme a legislação em vigor.
- c) Os saldos do Fluxo Financeiro são derivados das variações ocorridas nos respectivos programas - Previdencial, Administrativo e de Investimentos. Nos programas Previdencial e Administrativo, as entradas e saídas são apresentadas separadamente, ao passo que no programa de Investimentos são apresentadas por subgrupos.
- d) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, exceto as receitas oriundas das contribuições de participantes autopatrocinados, do Plano de Contribuição Variável, que são escrituradas por ocasião dos seus efetivos recebimentos.
- e) Os títulos e valores mobiliários, com exceção das ações e dos títulos pré-fixados, são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.
- f) Os títulos pré-fixados são registrados por ocasião de sua aplicação pelo valor desembolsado, sendo os rendimentos apropriados "pro-rata temporis", em função dos dias decorridos no mês.
- g) Os ágios/deságios ocorridos na aquisição de títulos foram amortizados mensalmente pro-rata dia, pelo prazo decorrente da aquisição até o vencimento do título.
- h) As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das despesas de corretagem e outras taxas incidentes; sendo avaliadas pelo valor de mercado, que é determinado pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é reconhecida diretamente no resultado do exercício.
- i) Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa de 2% ao ano, ou pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos respectivos laudos de reavaliação.
- j) Os bens que constituem o imobilizado são depreciados pelo método linear às taxas de 10% ao ano, para: instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, e de 20% ao ano, para: hardware, veículos e software, ou estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixadas por espécie de bens.

- k) Os bens que constituem o diferido são amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano, ou estabelecida em função do tempo de vida útil do bem.
- l) As Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa de atuária, Mercer Human Resource Consulting e observam o regime financeiro de capitalização, representando compromissos acumulados ao encerramento de cada exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder.
- m) O resultado do Programa de Investimentos é transferido ao Programa Previdencial, à exceção das rendas/variações positivas, oriundas dos seguros por quitação por morte, descontados dos participantes/pensionistas na concessão dos empréstimos para formação de fundo do investimento.
- n) As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa foram contabilizadas com base na Resolução CGPC nº 05 de 30 de janeiro de 2002, como segue:
 - Atraso entre 61 e 120 dias, 25%;
 - Atraso entre 121 e 240 dias, 50%;
 - Atraso entre 241 e 360 dias, 75%, e
 - Atraso superior a 360 dias, 100%.
- o) A Fundação REFER mantém o Banco Bradesco como pessoa jurídica registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, contratada para exercer custódia de seus títulos e valores mobiliários e responsável pelo fluxo de pagamento e recebimento relativo às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e renda variável.

NOTA 4 - PROGRAMA PREVIDENCIAL

	2009	2008
Contribuições normais do mês		
.Patrocinadoras	867	789
.Participantes	902	814
.Autofinanciado	6	6
	<u>1.775</u>	<u>1.609</u>
Contribuições normais em atraso		
.Patrocinadoras	917	737
.Participantes	1.144	975
.(-)Prov p/ Cred. Liquidação Duvidosa	(2.027)	(1.696)
	<u>34</u>	<u>16</u>
Contribuições extraordinárias do mês	<u>25.434</u>	<u>12.489</u>
.Patrocinadoras	25.434	12.489
Contribuições extraordinárias em atraso		
.Patrocinadoras	615.573	312.741
.(-)Prov p/ Cred. Liquidação Duvidosa	(459.754)	(240.783)
	<u>155.819</u>	<u>71.958</u>
Contribuições s/ 13º salário		
.Patrocinadoras	492	475
.Participantes	197	216
	<u>689</u>	<u>691</u>
Contribuições contratadas		
.Contribuições em atraso contratadas	1.179.999	1.005.898
.(-)Prov p/ Cred. Liquidação Duvidosa	(610.691)	(505.810)
	<u>569.308</u>	<u>500.088</u>
Outros recursos a receber		
.Concessionárias	11.078	9.786
.(-)Prov p/ Cred. Liquidação Duvidosa	(11.078)	(9.770)
.Patrocinadora	3.509	3.161
.(-)Prov p/ Cred. Liquidação Duvidosa	(3.312)	(2.909)
Participantes Ativos	11	-
Participantes Assistidos	207	-
	<u>415</u>	<u>268</u>
Outros realizáveis	<u>486</u>	<u>1.613</u>
	<u>753.960</u>	<u>588.732</u>

4.1 Contribuições Normais em Atraso

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
CBTU - Patrocinadora (a)	37	4
CBTU - Participantes (a)	38	53
METRÔ - em liquidação - Patrocinadora (b)	235	193
METRÔ - em liquidação - Participantes (b)	306	253
CENTRAL - Patrocinadora (c)	646	540
CENTRAL - Participantes (c)	799	669
(-)Prov p/ Cred Liquidação Duvidosa (d)	(2.027)	(1.696)
	<u>34</u>	<u>16</u>

Refere-se ao não pagamento das contribuições de Patrocinadoras e ao não repasse das contribuições retidas dos participantes, nos respectivos vencimentos, que se encontram classificadas no Programa Previdencial – Contribuições Normais em Atraso, acrescidas de atualização monetária pela variação do INPC, juros de 1% ao mês e multa de 2%.

- a) Refere-se a contribuições normais em atraso, não repassadas dentro do prazo determinado no Regulamento do Plano.
- b) Refere-se aos encargos financeiros sobre contribuições normais em atraso, não repassados dentro do prazo determinado no Regulamento do Plano.
- c) Refere-se aos encargos financeiros sobre contribuições normais em atraso, não repassados dentro do prazo determinado no Regulamento do Plano.
- d) Refere-se às provisões para crédito de liquidação duvidosa, sobre encargos financeiros não pagos, provisionados com base na legislação em vigor.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
CBTU - Patrocinadora	(4)	(4)
CBTU - Participantes	(37)	(37)
METRÔ - em liquidação - Patrocinadora	(235)	(193)
METRÔ - em liquidação - Participantes	(306)	(253)
CENTRAL - Patrocinadora	(646)	(540)
CENTRAL - Participantes	(799)	(669)
	<u>(2.027)</u>	<u>(1.696)</u>

4.2 Contribuições Extraordinárias em Atraso

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Plano RFFSA (a)	598.655	243.600
Plano METRÔ (b)	-	59.555
Plano CBTU (c)	16.918	9.586
(-)Prov p/ Cred. Liquid. Duvidosa (d)	(459.754)	(240.783)
	<u>155.819</u>	<u>71.958</u>

- a) A extinta RFFSA, por meio do Termo Aditivo nº 03 ao Instrumento Particular de Direitos e Obrigações firmado entre as partes, em 31 de agosto de 2005, assumiu os deveres e responsabilidades das contribuições mensais, fixadas anualmente no Plano de Custeio, de acordo com o disposto no Regulamento do Plano. A dívida foi acordada, para início em 31/08/2005, em 65 (sessenta e cinco) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas mensalmente, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A Fundação REFER acionou judicialmente a extinta RFFSA, através do processo 2006.001.058.695-7, decorrente do não recolhimento das parcelas constantes do Termo Aditivo nº 03 ao Instrumento Particular de Direitos e Obrigações.

- b) Por meio do Instrumento Particular de Direitos e Obrigações- I.P.D.O, o Termo Aditivo nº 02 ao Convênio de Adesão firmado entre as partes, em 19 de fevereiro de 2002, entre a REFER e o METRÔ – em liquidação, foi repactuado em novembro 2009, passando esta dívida a ser responsabilidade da RIOTRILHOS.

O METRÔ – em liquidação, pagou até outubro 2009, mensalmente o valor de R\$ 1.000 mil. Em novembro 2009, em função da assinatura do I.P.D.O, a RIOTRILHOS repassou o valor de R\$ 10.000 mil, mais a 1ª parcela de R\$ 1.784 mil. Em dezembro 2009 foi repassado o valor de R\$ 1.790 referente, a 2ª parcela.

- c) A CBTU, por meio do Termo Aditivo nº 01 ao Instrumento Particular de Direitos e Obrigações, firmado entre as partes em 31 de março de 2004, assumiu os deveres e responsabilidades relativos à adesão ao Plano de Contribuição Definida, atualmente Contribuição Variável, e as contribuições mensais, fixadas anualmente no Plano de Custeio, de acordo com o disposto no Regulamento do Plano.

A Fundação REFER acionou judicialmente a CBTU, através do processo 2005.001.051793-3 em trâmite na 28ª Vara Civil da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, decorrente do não pagamento das parcelas constantes do Termo Aditivo nº 01.

- d) A provisão foi constituída sobre as contribuições não pagas e seus respectivos encargos, com base na legislação em vigor.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Plano RFFSA	(444.692)	(177.312)
Plano CBTU	(15.062)	(7.893)
Plano METRÔ (*)	-	(55.578)
	<u>(459.754)</u>	<u>(240.783)</u>

(*) A Provisão existente até outubro 2009, foi revertida por força da repactuação da dívida pelo I.P.D.O.

4.3 Contribuição sobre 13º Salário

Refere-se a contribuição sobre o 13º salários da patrocinadora CPTM e Concessionária América Latina Logística - ALL, recebidas no mês de janeiro 2010.

4.4 Contribuições Contratadas

	2009	2008
RFFSA - (extinta) (a)	199.011	171.870
CBTU (b)	797.131	700.042
CPTM (c)	5.408	6.457
CENTRAL (d)	16.354	19.625
METRÔ - em liquidação (e)	162.095	107.904
(-) Prov p/Cred Liquidação Duvidosa (f)	(610.691)	(505.810)
	569.308	500.088

a) RFFSA – (extinta)

1. Compromisso decorrente do Instrumento Particular de Direitos e Obrigações entre as partes, relativo a Adesão ao Plano de Contribuição Definida, firmado em 08/02/2001.

Compromisso relativo à transferência dos Participantes por ocasião da conversão do Plano de Benefícios Definidos para a modalidade de Contribuição Definida, atualmente Contribuição Variável, amortizado em 96 (noventa e seis) parcelas mensais a partir de 31/01/2003, calculadas considerando a taxa de juros atuariais de 6% ao ano, corrigidas a cada exercício fiscal pela variação acumulada do INPC.

2. Termo Aditivo 03/2005, firmado em 31/08/2005, ao Instrumento Particular de Direitos e Obrigações entre as partes, cabendo ressaltar as cláusulas 3.2 e 5.1, a seguir transcritas:

“Cláusula 3.2 - Compromisso da patrocinadora, conforme item 2, no valor de R\$ 475.648 mil, posicionada em 31/07/2005. Amortizada em 65 (sessenta e cinco) parcelas mensais a partir de 31/08/2005, com juros de 6% ao ano, acrescidas da respectiva contribuição para despesas administrativas.”

“Cláusula 5.1 – A extinta RFFSA reconheceu e se obrigou ao pagamento da dívida de R\$ 117.486 mil, posicionada em 31/07/2005, decorrente do não recolhimento das parcelas constantes no Instrumento Particular de Obrigações entre as partes. Pagamento em 65 (sessenta e cinco) parcelas mensais a partir de 31/08/2005, corrigidas com base no INPC do mês anterior. Considerando a taxa de juros de 6% ao ano”.

A Fundação REFER acionou judicialmente a extinta RFFSA por meio do processo 2006.001.058.695-7 decorrente do não pagamento das parcelas.

b) A CBTU reconheceu e se obrigou ao pagamento de dívidas face ao inadimplemento de contribuições previdenciárias devidas, conforme Instrumentos a seguir discriminados:

1. Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento para Liquidação de Dívida n.º 030/REFER/2000, firmado em 01/12/2000:

1.1. Diferença de contribuições previdenciárias no percentual de 2,13%;

1.2. Compromissos decorrentes do reflexo da Lei n.º 8.020 de 12/04/1990.

O pagamento da dívida foi acordado em 96 (noventa e seis) parcelas mensais a partir de 31/01/2003, calculadas pelo sistema Price de amortização, com juros remuneratórios de 6% ao ano, acrescidas de atualização monetária pela variação do INPC do mês anterior.

2. Instrumento Particular de Direitos e Obrigações entre as Partes, firmado em 28/11/2000:

2.1. Compromisso relativo à transferência dos Participantes por ocasião da conversão do Plano de Benefícios Definidos para a modalidade de Contribuição Definida, atualmente Contribuição Variável.

O pagamento da dívida foi acordado em 96 (noventa e seis) parcelas mensais a partir de 31/01/2003, calculadas considerando a taxa de juros atuariais de 6% ao ano, sendo o valor das parcelas apurado anualmente a cada reavaliação atuarial.

3. Termo Aditivo 01/04, firmado em 31/03/2004, relativo ao Instrumento Particular de Direitos e Obrigações entre as Partes:

3.1. Compromisso relativo à transferência dos Participantes por ocasião da conversão do Plano de Benefício Definido para a modalidade de Contribuição Definida, atualmente Contribuição Variável e também relativo à Reserva de Benefícios Concedidos.

O pagamento da dívida foi acordado em 96 (noventa e seis) parcelas mensais a partir de 31/05/2005, calculadas considerando a taxa de juros atuariais de 6% ao ano.

A Fundação REFER acionou judicialmente a CBTU por meio do processo 2004.001.12.106-3 decorrente do não pagamento das parcelas.

c) A CPTM reconheceu e se obrigou ao pagamento de dívidas face ao inadimplemento de contribuições previdenciárias devidas, conforme Instrumentos a seguir discriminados:

1. Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento para Liquidação de Dívida n.º 01/REFER/2004, firmado em 04/08/2004:

- 1.1.** Débito apurado referente Ação Judicial nº 2000.001.160821-2 em curso na 45ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro;
- 1.2.** Diferença de 2,13% das contribuições previdenciais, no período de abril de 2002 a fevereiro de 2004;
- 1.3.** Encargos por atraso no recolhimento de contribuições dos participantes referente ao mês de novembro de 1994.

A dívida foi acordada, para início de pagamento a partir de agosto de 2004, em 108 (cento e oito) parcelas mensais, calculadas pelo sistema Price de amortização, com juros remuneratórios de 6% ao ano, atualizadas com base na variação acumulada do INPC do mês anterior.

A CPTM vem realizando pontualmente o pagamento da dívida.

d) A CENTRAL reconheceu e se obrigou ao pagamento de dívidas face ao inadimplemento de contribuições previdenciárias devidas:

- 1.** Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento para Liquidação de Dívida n.º 01/REFER/98, firmado em 30/10/1998:
 - 1.1.** Reconhecimento e Parcelamento para Liquidação de Dívida, correspondentes às contribuições de sua responsabilidade, não repassadas a Fundação REFER, até setembro de 1998.
- 2.** Instrumento de Transação de 30/06/2004, relativo ao Processo 2003.001.079980:
 - 2.1.** Não recolhimento das parcelas constantes do Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento para Liquidação de Dívida n.º 01/REFER/98.

O pagamento da dívida foi acordado em 100 (cem) parcelas mensais a partir de 31/01/2005, calculadas pelo sistema Price de amortização, com juros remuneratórios de 6% ao ano, atualizadas com base na variação acumulada do INPC do mês anterior.

e) O METRÔ – em liquidação reconheceu e se obrigou ao pagamento de dívidas face ao inadimplemento de contribuições previdenciárias devidas:

- 1.** Termo Aditivo nº 01, firmado em 10/12/1998, ao Convênio de Adesão:
 - 1.1.** Compromisso, relativo à transferência dos Participantes por ocasião da conversão do Plano de Benefícios Definidos para a modalidade de Contribuição Definida, atualmente Contribuição Variável.
- 2.** Termo Aditivo nº 02, firmado em 19/02/2002:
 - 2.1.** Adesão ao Estatuto Social da Fundação REFER;

2.2. Compromisso referente ao item 1.1, do Termo Aditivo 01 de 10/12/1998.
O pagamento da dívida foi acordado em 120 (cento e vinte) parcelas mensais a partir de 31/03/2002, calculado pelo sistema Price, com juros remuneratórios de 6% ao ano e atualizadas com base na variação acumulada do INPC do mês anterior.

2.3. Não recolhimento das parcelas do Termo Aditivo 01/98.
O pagamento da dívida foi acordado em 60 (sessenta) parcelas mensais, a partir de 31/03/2002, calculado pelo sistema Price, com juros remuneratórios de 6% ao ano e atualizadas com base na variação acumulada do INPC do mês anterior.

3. Instrumento Particular de Direitos e Obrigações – IPDO, firmado em 16/11/2009:

3.1 A Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS, assinou adesão ao Plano de Contribuição Variável, sucedendo ao METRÔ- em liquidação, assumindo a responsabilidade integral pelos seus passivos, repactuando o Termo Aditivo 02 ao Convênio de Adesão entre as Partes REFER/METRÔ.

3.2 O pagamento da dívida foi acordado em 110 (cento e dez) parcelas, sendo duas fixas de R\$ 10.000 mil, a primeira com vencimento em 19/11/2009, já recebida e a segunda com vencimento em 30/06/2010. As restantes, com vencimento mensal no último dia de cada mês, com valor de R\$ 1.749 mil, posicionado em 31/12/2008, com atualização pelo INPC e juros remuneratório de 6% ao ano

f) A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída sobre as contribuições não pagas e seus respectivos encargos, com base na legislação em vigor.

	2009	2008
RFFSA - (Extinta)	(143.552)	(90.766)
CBTU	(467.139)	(307.520)
METRÔ - em liquidação (*)	-	(107.524)
	<u>(610.691)</u>	<u>(505.810)</u>

(*) A Provisão existente até outubro 2009, foi revertida por força da repactuação da dívida pelo I.P.D.O.

4.5 Outros Recursos a Receber

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Concessionárias (a)		
Ferrovia Novoeste S/A	3.128	2.759
Ferrovia Centro Atlântica S/A	4.357	3.842
Ferrovia Tereza Cristina S/A	38	38
América Latina Logística - ALL	3.555	3.146
Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN	-	1
(-) Prov. p/ Créd. Liquidação Duvidosa	(11.078)	(9.770)
Patrocinadora CENTRAL (b)	3.509	3.162
(-) Prov. p/ Créd. Liquidação Duvidosa	(3.312)	(2.909)
Seguro de Vida Participantes Ativos (c)	11	-
Seguro de Vida Participantes Assistidos (c)	207	-
	<u>415</u>	<u>269</u>

- a) Refere-se às contribuições não recebidas das empresas concessionárias oriundas da Patrocinadora RFFSA - extinta. Objetivando recuperar os créditos inadimplidos pelas concessionárias, a Fundação REFER ingressou com as respectivas ações de execução de título extrajudicial. Estas demandas encontram-se em trâmite junto ao Tribunal de Justiça. Foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa, conforme legislação em vigor.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ferrovia Novoeste S/A	(3.128)	(2.759)
América Latina Logística - ALL	(3.555)	(3.135)
Ferrovia Tereza Cristina S/A	(38)	(34)
Ferrovia Centro Atlântica S/A	(4.357)	(3.842)
	<u>(11.078)</u>	<u>(9.770)</u>

- b) Refere-se a insuficiências de recursos, para fazer frente às necessidades de custeio do programa administrativo do Plano CENTRAL.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Patrocinadora CENTRAL (b)	3.509	3.162
(-) Prov. p/ Créd. Liquidação Duvidosa	(3.312)	(2.909)
	<u>197</u>	<u>253</u>

- c) Refere-se ao seguro de vida de participantes ativos e assistidos que serão recebidos e remetidos à seguradora.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Participantes Ativos	11	-
Participantes Assistidos	207	-
	<u>218</u>	<u>-</u>

4.6 Outros Realizáveis

Valor referente principalmente aos depósitos judiciais realizados pela patrocinadora CBTU, que têm por objetivo amortizar parte das dívidas Contratadas e Extraordinárias em atraso. Remanescendo em 31/12/2009, o valor a ser levantado de R\$ 446 mil.

NOTA 5 - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Valor atualizado dos investimentos em 31/12/2009: R\$ 2.368.895 mil, conforme demonstração a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>RENDA FIXA</u>		
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal (a)	1.228.726	1.321.888
. Notas do Tesouro Nacional	965.895	1.069.939
Outros Títulos de Resp Governo Federal	262.831	251.949
. Certificados Financeiros do Tesouro	262.831	251.949
Aplicação em Instituição Financeira	369.992	393.099
. Certificados de depósitos bancários (b)	245.968	271.611
. Quotas de fundo de renda fixa (c)	83.043	121.488
. Fundo de aplic. quotas de fundo invest. renda fixa (d)	40.981	-
Titulos de Empresas	17	17
. Debêntures não conversíveis (e)	17	17
Outros Titulos de Empresas	35.261	-
. Cédulas de créditos imobiliários (f/g)	35.261	-
	<u>1.633.996</u>	<u>1.715.004</u>
<u>RENDA VARIÁVEL</u>		
Mercado à vista (i)	409.889	274.955
	<u>409.889</u>	<u>274.955</u>
<u>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS (j)</u>		
Terrenos	1.000	860
Edificações	52.971	46.714
. Uso Próprio	8.990	6.757
. Locadas a Terceiros	43.981	39.957
Participações	253.184	235.453
. Investimentos em shopping center	253.184	235.453
Direitos em Alienação de Invest. Imob.	227	210
(-) Provisão para Créd. Liquid. Duvidosas	(12.806)	(14.624)
	<u>294.576</u>	<u>268.613</u>
<u>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (l)</u>		
Empréstimos	30.434	31.516
	<u>30.434</u>	<u>31.516</u>
	<u>2.368.895</u>	<u>2.290.088</u>

RENDA FIXA

- a) A Fundação REFER efetuou estudos para Macro-Alocação, baseados no fluxo financeiro do passivo previdencial, optando em classificar seus Títulos Públicos na categoria títulos mantidos até o vencimento, ou seja, registrados pelo seu custo de aquisição acrescida dos rendimentos auferidos de acordo com a curva do papel e declara possuir capacidade financeira e a intenção de mantê-los até o vencimento em conformidade com o artigo 9º da Resolução CGPC nº 04 de 30/01/2002.

TÍTULOS	TIPO APLICAÇÃO	DATA COMPRA	DATA VENC.	APLICAÇÃO	% INDEXADOR	VALOR ATUAL
CFT-A	TIT. PUBLICO FED.	25/03/99	15/09/28	51.400	IGP-DI+6,00%AA	243.691
CFT-A	TIT. PUBLICO FED.	04/05/06	15/09/28	12.866	IGP-DI+6,00%AA	19.140
NTN-B (1)	TIT. PUBLICO FED.	25/04/07	15/05/11	30.552	IPCA+6,00% AA	34.954
NTN-B (2)	TIT. PUBLICO FED.	08/08/07	15/08/12	29.842	IPCA+6,00% AA	34.895
NTN-B (3)	TIT. PUBLICO FED.	03/10/07	15/05/17	19.799	IPCA+6,00% AA	22.927
NTN-B (4)	TIT. PUBLICO FED.	07/11/07	15/05/17	29.847	IPCA+6,00% AA	35.330
NTN-B (5)	TIT. PUBLICO FED.	28/11/07	15/05/17	29.765	IPCA+6,00% AA	36.740
NTN-B (6)	TIT. PUBLICO FED.	30/01/08	15/05/17	13.010	IPCA+6,00% AA	15.597
NTN-B (7)	TIT. PUBLICO FED.	14/05/08	15/05/11	9.912	IPCA+6,00% AA	11.088
NTN-B (8)	TIT. PUBLICO FED.	28/05/08	15/05/13	9.914	IPCA+6,00% AA	11.651
NTN-B (9)	TIT. PUBLICO FED.	26/11/08	15/05/13	39.628	IPCA+6,00% AA	47.639
NTN-C	TIT. PUBLICO FED.	30/12/02	01/03/11	461.643	IGP-M+6,00% AA	704.535
NTN-C	TIT. PUBLICO FED.	03/01/03	01/03/11	6.931	IGP-M+6,00% AA	10.538
TOTAL				745.108		1.228.726

- b) Os investimentos em Certificados de Depósitos Bancários – CDB estão sendo registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos de suas respectivas remunerações de acordo com as taxas previamente contratadas junto às instituições financeiras.

INSTITUIÇÃO	TIPO APLICAÇÃO	DATA COMPRA	DATA VENC.	APLICAÇÃO	% INDEXADOR	VALOR ATUAL
SAFRA	CDB - cdi	15/05/09	3/5/10	20.000	106,50	21.175
CREDIT SUISSE	CDB - cdi	15/05/09	1/4/10	20.000	105,50	21.164
VOTORANTIM	CDB - cdi	27/05/09	3/5/10	9.300	106,70	9.816
SAFRA	CDB - cdi	29/05/09	4/1/10	3.850	106,00	4.059
VOTORANTIM	CDB - cdi	02/06/09	4/1/10	7.200	106,00	7.584
VOTORANTIM	CDB - cdi	12/06/09	4/1/10	2.600	105,60	2.731
VOTORANTIM	CDB - cdi	15/06/09	4/1/10	3.940	105,70	4.136
VOTORANTIM	CDB - cdi	17/06/09	4/1/10	800	105,60	839
VOTORANTIM	CDB - cdi	01/07/09	1/2/10	3.000	105,70	3.136
VOTORANTIM	CDB - cdi	02/07/09	1/2/10	2.100	105,70	2.194
VOTORANTIM	CDB - cdi	06/07/09	1/2/10	2.500	105,70	2.610
VOTORANTIM	CDB - cdi	08/07/09	1/2/10	550	105,70	574
VOTORANTIM	CDB - cdi	14/07/09	1/7/10	20.187	103,00	21.011
VOTORANTIM	CDB - cdi	14/07/09	1/2/10	12.000	105,80	12.503
ABC BRASIL	CDB - cdi	15/07/09	4/1/10	3.500	107,00	3.647
ABC BRASIL	CDB - cdi	16/07/09	4/1/10	550	107,00	573
VOTORANTIM	CDB - cdi	03/08/09	1/6/10	3.550	106,00	3.681
VOTORANTIM	CDB - cdi	04/08/09	1/6/10	2.000	106,00	2.073
VOTORANTIM	CDB - cdi	05/08/09	1/6/10	400	106,00	414
VOTORANTIM	CDB - cdi	13/08/09	1/6/10	500	105,50	517
VOTORANTIM	CDB - cdi	14/08/09	1/6/10	1.950	106,00	2.016
VOTORANTIM	CDB - cdi	17/08/09	1/6/10	4.030	105,50	4.163
VOTORANTIM	CDB - cdi	26/08/09	1/6/10	350	105,50	361
VOTORANTIM	CDB - cdi	01/09/09	1/6/10	8.100	105,50	8.336
VOTORANTIM	CDB - cdi	15/09/09	2/8/10	2.067	102,50	2.119
BTG PACTUAL	CDB - cdi	01/10/09	2/8/10	13.200	106,50	13.488
BTG PACTUAL	CDB - cdi	02/10/09	2/8/10	1.300	105,00	1.328
BTG PACTUAL	CDB - cdi	15/10/09	1/10/10	3.050	106,00	3.107
VOTORANTIM	CDB - cdi	30/10/09	2/8/10	900	104,20	913
BTG PACTUAL	CDB - cdi	03/11/09	1/10/10	15.000	106,00	15.215
BTG PACTUAL	CDB - cdi	03/11/09	1/11/10	18.000	106,50	18.260
BTG PACTUAL	CDB - cdi	03/11/09	1/11/10	7.385	101,50	7.487
BTG PACTUAL	CDB - cdi	03/11/09	2/8/10	3.830	105,50	3.885
BMG	CDB - cdi	04/11/09	3/5/10	840	108,00	852
BMG	CDB - cdi	05/11/09	3/5/10	2.600	108,00	2.636
BMG	CDB - cdi	11/11/09	1/11/10	250	110,00	253
BMG	CDB - cdi	12/11/09	1/11/10	520	110,00	526
BICBANCO	CDB - cdi	16/11/09	1/11/10	7.800	110,00	7.891
BTG PACTUAL	CDB - cdi	17/11/09	1/12/10	900	106,00	910
BTG PACTUAL	CDB - cdi	25/11/09	1/12/10	9.900	106,00	9.986
BMG	CDB - cdi	01/12/09	1/12/10	8.600	112,00	8.667
BICBANCO	CDB - cdi	02/12/09	1/7/10	1.800	108,00	1.813
BANIF	CDB - cdi	03/12/09	1/7/10	900	108,00	906
BANIF	CDB - cdi	04/12/09	1/7/10	2.000	108,00	2.013
BICBANCO	CDB - cdi	10/12/09	1/7/10	200	107,00	201
BICBANCO	CDB - cdi	11/12/09	1/12/10	475	108,00	477
BICBANCO	CDB - cdi	15/12/09	1/7/10	3.100	108,00	3.112
BICBANCO	CDB - cdi	29/12/09	1/7/10	610	107,00	610
TOTAL				238.184		245.968

A Fundação REFER constituiu provisão de 100% para perda dos Certificados de Depósitos Bancários – CDB's do Banco Comercial Bancesa S.A., adquiridos em 01 e 02/12/1994, no valor de R\$ 18.465 mil, posicionado em 31/12/2009. A falência do banco

foi decretada em 21/02/2003, por meio de sentença declaratória do Juízo da 1ª Vara de Falências e Concordatas da Comarca de Fortaleza. Por meio da Carta Circular aos Correntistas, de 30/05/2003, o Síndico da Massa Falida reconheceu o crédito para a Fundação REFER no valor de R\$ 15.996.804,07, posicionado em 31/01/2003.

c) As aplicações em fundos de investimentos são valoradas diariamente ao valor de mercado.

GESTOR	TIPO APLICAÇÃO	DATA COMPRA	DATA VENCIMENTO	QUANTIDADE COTAS	% INDEXADOR	VALOR ATUAL
BANCO BRASIL	B.B. ATUARIAL	16/04/01		1.558.406,041	MISTO	9.809
TOTAL						9.809
CRED CAPITAL	BMG FIDC VI	24/01/07	15/01/11	1.200,000	108,00% DO CDI	22.966
BRAM	FIDC CESP IV	18/06/07	08/05/17	14,000	114,86% DO CDI	5.067
CRED CAPITAL	BMG FIDC VII	01/04/08	15/03/12	20.000,000	108,00% DO CDI	16.314
CRED CAPITAL	BVA FIDC - CFC	15/05/08	15/04/11	2.967,000	112,50% DO CDI	3.642
BNY MELLON	FIDC RURAL EC	28/07/08	25/07/13	20.000,000	CDI + 2,00% A.A.	23.891
TOTAIS						71.880

d) As aplicações em fundos de investimentos são valoradas diariamente ao valor de mercado.

PLANNER	MULTINER FIP	10/11/09	09/12/15	38,000	MISTO	40.981
TOTAL						40.981

e) As Debêntures não conversíveis são valoradas atualizadas pelo IGP-M.

INSTITUIÇÃO	TIPO DE APLICAÇÃO	DATA COMPRA	DATA VENC.	APLICAÇÃO	% INDEXADOR	VALOR ATUAL
VALE RIO DOCE	Deb. Não Conv.	22/07/03		12	IGP-M	17
TOTAL						17

f) A Fundação REFER constituiu provisão de 100% para perda referente a Empresa MaferSA S/A, no valor de R\$ 111.015 mil, posicionado em 31/12/2009.

g) As Cédulas de crédito imobiliário são valoradas diariamente ao valor de mercado.

GESTOR	TIPO APLICAÇÃO	DATA COMPRA	DATA VENC.	APLICAÇÃO	% INDEXADOR	Valor ATUAL
BANIF	CCI - SPE RENN	16/12/09	5/11/15	2.771	IGPM +10,00%	2.778
BANIF	CCI - SPE RENN	16/12/09	5/11/15	2.723	IGPM +10,00%	2.730
BANIF	CCI - SPE RENN	16/12/09	5/11/15	2.936	IGPM +10,00%	2.944
BANIF	CCI - SPE RENN	16/12/09	5/11/15	2.920	IGPM +10,00%	2.928
BANIF	CCI - SPE POTY	16/12/09	5/11/15	2.845	IGPM +10,00%	2.852
BANIF	CCI - SPE POTY	16/12/09	5/11/15	2.861	IGPM +10,00%	2.868
BANIF	CCI - SPE POTY	16/12/09	5/09/15	2.891	IGPM +10,00%	2.898
BVA	CCI - SPE ATAC	22/12/09	30/11/15	5.028	IPCA+9,50%	5.088
BVA	CCI - SPE ATAC	22/12/09	30/11/15	5.028	IPCA+9,50%	5.088
BVA	CCI - SPE ATAC	22/12/09	30/11/15	5.028	IPCA+9,50%	5.088
TOTAIS				35.030		35.261

- h) A Fundação REFER constituiu provisão de 100% para perda das Debêntures conversíveis em ações preferenciais nominativas não endossáveis da empresa Iderol S/A., adquiridas em 10/07/1990, no valor de R\$ 90.208 mil, posicionado em 31/12/2009.

RENTA VARIÁVEL

- i) As ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado.

PAPEL	TIPO	QUANTIDADE	VALOR MERCADO
AMBV3	ON	13.080	1.929
AMBV4	PN	90.000	15.705
BBDC4	PN	1.236.400	44.980
BRFS3	ON	148.199	6.724
CMIG4	PN	249.998	7.900
CPFE3	ON	78.800	2.782
ELET3	ON	100.000	3.634
ELET6	PNB	82.500	2.617
EMBR3	ON	291.908	2.776
FIBR3	ON	72.936	2.851
GGBR4	PN	1.010.000	29.431
ITSA4	PN	1.677.016	19.873
ITUB4	PN	920.309	35.607
PETR3	ON	1.335.000	55.603
PETR4	PN	1.840.756	67.537
TMAR5	PNA	52.500	3.266
TNLP4	PN	202.063	7.497
UGPA4	PN	86.679	6.944
USIM5	PNA	220.500	10.890
VALE3	ON	415.586	20.572
VALE5	PNA	1.401.578	59.147
TOTAL			408.265

A Fundação REFER possui dividendos e juros sobre capital próprio a receber em razão de direitos sobre sua carteira de ações. A soma destes direitos em 31/12/2009 perfazia um montante de R\$ 1.624 mil.

Do total dos investimentos em Renda Variável, existem ações e dividendos bloqueados, por determinações judiciais, visando a garantia do principal, juros, custas e honorários advocatícios, referentes ao exigível contingencial "Processo F.R.I." Fator de Reajuste Inicial, conforme descrito na nota 6 (a), cujo saldo atualizado em 31/12/2009, somava o montante de R\$ 22.045 mil, assim distribuídos: Ações, R\$ 21.551 mil e Dividendos a receber, R\$ 493 mil.

Os investimentos em ações das empresas: Mafersa S/A, Sano S/A e Moddata S/A, estão 100% provisionados para crédito de liquidação duvidosa, conforme legislação em vigor, no montante de R\$ 5.739 mil.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Mafersa S/A (insolvência patrimonial)	5.497	5.497
Sano S/A (falência)	135	135
Moddata S/A (falência)	107	107
	<u>5.739</u>	<u>5.739</u>

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

j) Os Investimentos Imobiliários da Fundação REFER, possuem a composição a seguir, sendo mantida cobertura de seguros para os investimentos sujeitos a riscos, em montantes suficientes.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Terrenos	1.000	860
Edificações para Uso Próprio	8.990	6.757
Edificações Locadas a Terceiros	43.981	39.957
Investimentos em Shopping Center	253.184	235.453
Direitos em Alienação	227	210
	<u>307.382</u>	<u>283.237</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída sobre os valores referentes aos aluguéis e outros realizáveis imobiliários, que apresentavam inadimplência até 31/12/2009, conforme legislação em vigor.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Edificações Locadas a Terceiros	(7.587)	(8.819)
Investimentos em Shopping Center	(5.219)	(5.805)
	<u>(12.806)</u>	<u>(14.624)</u>

Os direitos a receber referentes ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, estão 100% provisionados para crédito de liquidação duvidosa, conforme legislação em vigor, no montante de R\$ 119 mil.

No exercício de 2009, a Fundação REFER procedeu à reavaliação de parte de seus imóveis, uma vez, que os outros imóveis foram reavaliados no exercício de 2008, realizada pela empresa Equity Engenharia e Avaliações Ltda; tendo seus laudos como base julho/2009.

- Terreno (Rua Henrique Sheid, 61 – Engenho de Dentro – RJ)
- Edifício Centro Empresarial Quitanda;
- Edifício Brasilinterpart, (8º andar);
- Edifício Palácio dos Transportes;
- Edifício IASA II;
- Edifício Vital Brazil;
- Edifício Jurubatuba;

- Shopping ITAIM;
- Shopping Barra;
- Shopping Iguatemi Maceió.

O resultado líquido das reavaliações foi de R\$ 26.025 mil, estando registrado no realizável de investimentos imobiliários em contrapartida ao resultado do Programa de Investimentos, conforme legislação em vigor .

Operações com participantes

- I) Refere-se aos empréstimos financeiros concedidos pela Fundação REFER aos seus participantes ativos e assistidos.

NOTA 6 – CONTINGENCIAL

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
. PROGRAMA PREVIDENCIAL		
- Provisão para processo F.R.I. (a)	23.577	21.695
- Contingência sobre benefícios (b)	43.335	54.228
	<u>66.912</u>	<u>75.923</u>
. PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
- Provisão para contingências trabalhistas (c)	794	319
- Provisão para IPTU Edifício Sede (d)	800	800
- Provisão para PIS/COFINS (e)	3.970	3.970
	<u>5.564</u>	<u>5.089</u>
. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
- Provisão para ITBI e outros (f)	1.449	1.039
- Provisão Contrib. Sobre Lucro Líquido (CSLL) (g)	6.937	5.224
	<u>8.386</u>	<u>6.263</u>
	<u>80.862</u>	<u>87.275</u>

- a) Os Processos FRI “Fator de Reajuste Inicial”, referem-se aos questionamentos, em relação a Superávits passados. Valor provisionado em 31/12/2009: R\$ 23.577 mil, já deduzido os depósitos judiciais de R\$ 7.639 mil.
- b) Contingências sobre Benefícios. Valor provisionado em 31/12/2009: R\$ 43.335 mil, já deduzidos os depósitos judiciais, recursais e bloqueios de R\$ 57.038 mil.
- c) As provisões para Contingências Trabalhistas, referem-se aos questionamentos judicial, promovido por ex-empregados. Valor provisionado em 31/12/2009: R\$ 1.500 mil, já deduzidos os depósitos judiciais e recursais de R\$ 706 mil.
- d) Cobranças do IPTU do Ed. Empresarial Quitanda (Sede), localizado na Rua da Quitanda nº 173 – Centro – Rio de Janeiro – RJ, períodos anteriores a 2000, alcançados pela Imunidade Tributária, resguardada por decisões de Tribunais Superiores. Valor provisionado em 31/12/2009: R\$ 800 mil.

- e) Cobrança de diferenças de PIS/COFINS pela Secretaria da Receita Federal. Questionada judicialmente através dos processos: 202510022170-6, 19740.000.440/2005/44 e 1974.000.441./2005/99. Valor provisionado em 31/12/2009: R\$ 3.970 mil, já deduzidos os depósitos judiciais de R\$ 4.548 mil.
- f) Mandado de Segurança pleiteando o direito à Imunidade Tributária com vistas ao não pagamento do ITBI na cota parte do imóvel denominado “Norte Shopping” e honorários de sucumbência referente à ação contra o ex-locatário Nextel. Valor provisionado em 31/12/2009: R\$ 1.449 mil, já deduzidos os depósitos judiciais de R\$ 351 mil.
- g) Auto de Infração da Secretaria da Receita Federal, relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, do ano calendário de 1997. Questionado administrativamente junto a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, do Ministério da Fazenda. Valor provisionado em 31/12/2009: R\$ 6.937 mil.

NOTA 7 – EXIGÍVEL ATUARIAL

O Exigível Atuarial demonstra o total do patrimônio constituído pelos Planos de Benefícios em função dos compromissos atuais e futuros com seus participantes.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Provisões Matemáticas (a)		
.Benefícios Concedidos	<u>2.952.459</u>	<u>2.882.706</u>
Benefícios do Plano	2.952.459	2.882.706
.Benefícios a Conceder		
Benefícios do Plano com a Geração Atual	1.102.011	1.043.709
(-) Outras Contribuições de Geração Atual	(46.211)	(51.636)
	<u>1.055.800</u>	<u>992.073</u>
Provisões Matemáticas a Constituir (b)	(368.514)	(622.948)
(-) Serviço Passado	(285.232)	(539.394)
(-) Déficit Equacionado (Plano CPTM)	(83.281)	(83.554)
	<u>3.639.745</u>	<u>3.251.831</u>

- a) As Provisões Matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais efetuados pela empresa de atuária – MERCER HUMAN RESOURCE CONSULTING e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício com relação aos participantes ativos, assistidos e pensionistas, de acordo com Parecer Atuarial sobre o Balanço de 31/12/2009. A composição das Provisões Matemáticas está demonstrada em consonância com a Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002.

1. A rubrica Benefícios concedidos registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano em relação aos atuais assistidos e pensionistas e o valor atual das contribuições que irão recolher ao Plano.

2. A rubrica Benefícios a Conceder registra:

- 2.1.** Plano de Contribuição Definida, atualmente Contribuição Variável - o valor atual dos compromissos com os participantes ativos, corresponde ao saldo das contas individuais.
- 2.2.** Plano de Benefício Definido - a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano para com os participantes ativos (geração atual) e o valor atual das contribuições que esses participantes e patrocinadoras irão recolher ao Plano.

A taxa de desconto no cálculo dos valores atuais das Reservas Matemáticas é de 6% ao ano, igual à taxa mínima esperada de retorno dos investimentos, descontados os efeitos da inflação.

- b)** As Provisões Matemáticas a Constituir registram o valor atual das contribuições especiais futuras, na data das demonstrações contábeis, de responsabilidade exclusiva das patrocinadoras, conforme a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Serviço Passado		
Plano METRÔ (1)	-	36.863
Plano RFFSA (2)	261.066	475.059
Plano CBTU (3)	11.887	14.663
Plano CPTM (Nota 4.3.c)	11.568	11.931
Plano METROFOR (4)	378	467
Plano CTS (5)	334	412
Déficit Equacionado (Plano CPTM) (6)	<u>83.281</u>	<u>83.554</u>
	<u>368.514</u>	<u>622.949</u>

- Os registros de Serviço passado do METRÔ em liquidação, foram revertidos no exercício de 2009, por força do Instrumento Particular de Direitos e Obrigações – IPDO, firmado pela Fundação REFER e Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS, com a interveniência do METRÔ em liquidação e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, repactuando as dívidas, tendo sido encaminhado a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, para apreciação.
- A extinta RFFSA, por meio do Instrumento Particular de Direitos e Obrigações, firmado em 08 de fevereiro de 2001, assumiu o compromisso relativo à transferência dos Participantes Ativos e Assistidos, por ocasião da transformação do Plano de Benefício Definido para a modalidade de Contribuição Definida.
- A CBTU, por meio do Instrumento Particular de Direitos e Obrigações, firmado em 08 de fevereiro de 2001, assumiu o compromisso relativo à transferência dos Participantes Ativos e Assistidos por ocasião da transformação do Plano de Benefício Definido para a modalidade de Contribuição Definida, atualmente Contribuição Variável.

4. A METROFOR, por meio do Instrumento Particular de Direitos e Obrigações entre as partes assumiu em 28 de junho de 2002, compromisso relativo à operação de cisão parcial promovida no âmbito do processo de estadualização da CBTU no Estado do Ceará, a partir de 29/06/2002.

Conforme Instrumento Particular de Direitos e Obrigações entre as Partes, à CBTU assume a responsabilidade pelos passivos relacionados aos Grupos Transferidos, preexistentes à data da referida cisão parcial.

5. A CTS, por meio do Instrumento Particular de Direitos e Obrigações entre as partes assumiu em 02 de janeiro de 2006, compromisso relativo à operação de cisão parcial promovida no âmbito do processo de municipalização da CBTU no Estado da Bahia, a partir de 01/12/2005.
6. Conforme previsto na Resolução CGPCnº 26 de 29/09/2008, o déficit apurado no exercício de 2009 para o Plano da Patrocinadora CPTM foi equacionado. Sendo registrada contribuição extraordinária para equacionamento de parte deste déficit, de forma proporcional às contribuições normais vertidas por participantes; assistidos e patrocinadora. O Déficit remanescente do Plano CPTM, refere-se às provisões para créditos de liquidação duvidosa registradas em razão da inadimplência da Patrocinadora CBTU.

NOTA 8 – RESERVAS E FUNDOS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Equilíbrio Técnico / Result. Realizados (a)		
Déficit Técnico		
Plano METRÔ	-	(112.110)
Plano CPTM	(137.984)	(89.978)
Plano CBTU	(118.841)	(85.647)
Plano METROFOR	(2.594)	(2.117)
Plano CENTRAL	(88.866)	(55.762)
Plano CTS	(3.578)	(2.613)
Plano RFFSA	(405.597)	(199.585)
Superávit Técnico		
Plano REFER	7.627	5.556
Plano METRÔ	6.479	-
	<u>(743.354)</u>	<u>(542.256)</u>
Fundos (b)		
Fundos Previdenciais	321	499
Fundos Administrativos	119.244	57.206
Fundos dos Investimentos	2.755	2.226
	<u>122.320</u>	<u>59.931</u>
	<u>(621.034)</u>	<u>(482.325)</u>

No item Equilíbrio Técnico, em 31 de dezembro de 2009, remanesceu um saldo acumulado de R\$ 621.034 mil. O Déficit Técnico registrado no exercício de 2009, deu-se principalmente em razão das inadimplências das Patrocinadoras: RFFSA e CBTU, que geraram provisões para crédito de liquidação duvidosa.

a) Fundos

1. Os Fundos Previdenciais dos Planos de Contribuição Variável: REFER, RFFSA, CBTU e METROFOR, foram constituídos pela parte correspondente das contribuições das suas respectivas patrocinadoras não utilizadas para os pagamentos de benefícios de Resgate, referentes aos participantes que se desligaram antes de se tornarem elegíveis aos benefícios programados, conforme o regulamento dos Planos. Estes fundos serão alimentados pelas contribuições específicas de risco dos participantes e patrocinadoras e poderão ser utilizados pelo Atuário para cobertura de eventuais oscilações de risco que venham a ocorrer nestes Planos no futuro.
2. O Fundo Administrativo é constituído com base na sobrecarga administrativa, sendo remunerado proporcionalmente pelo retorno dos investimentos.
3. O Fundo de Investimentos foi constituído pelos valores cobrados a título de seguro para quitação por morte, na concessão de empréstimos aos participantes/pensionistas, sendo remunerado proporcionalmente pelo retorno dos investimentos.

NOTA 9 - TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

A Fundação opera os seguintes programas: Previdencial, Administrativo e de Investimentos.

As transferências interprogramas foram efetuadas nas contas de resultados para registrar as cobranças e repasses de recursos entre os citados programas, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 05, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002.

NOTA 10 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

a) Custeio Administrativo

Receitas Administrativas	(167)
Contingências Administrativas	546
Desp. Administração Previdencial	12.593
Desp. Administração dos Investimentos	7.923
Despesas administrativas Líquidas	<u>20.895</u>
Custeio Administração Previdencial	61.571
Custeio Administração dos Investimentos	7.923
Remuneração do Fundo Administrativo	13.440
	<u>82.934</u>
Constituição Fundo Administrativo	<u>62.039</u>

As despesas relativas à administração do Programa Previdencial, foram cobertas com recursos do mesmo Programa, relativos a 15% das contribuições; as despesas com o Programa de Investimentos foram cobertas integralmente com recursos provenientes deste Programa; as Receitas administrativas são originárias, principalmente do ganho com administração de seguros e a remuneração deu-se em razão do retorno da rentabilidade média dos investimentos, ocasionando constituição no Fundo Administrativo de R\$ 62.039 mil no exercício.

O Plano Central vem apresentando insuficiências de recursos, para fazer frente as suas necessidades de custeio do programa administrativo. Em atendimento a Resolução CGPC nº 05/2002, essa insuficiência está registrada em contrapartida ao Programa Previdencial, na rubrica Outros Recursos a Receber, com sua devida provisão para crédito de liquidação duvidosa.

b) Rateio das Despesas Administrativas

Os critérios adotados pela Fundação REFER para rateio das despesas administrativas foram os seguintes:

1. Por Programa

- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades-fim foram registrados, integralmente, como sendo despesas diretas da administração previdencial e administração dos investimentos, respectivamente.
- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de suporte, foram registrados com base no perfil de cada atividade desenvolvida pelas áreas gestoras e ponderados, pelo seu grau de correlação com os respectivos programas.

2. Por Plano de Benefícios

- O rateio levou em consideração 2 (duas) perspectivas: o número de Participantes Ativos e de Assistidos de cada Plano de Benefícios. São avaliados os impactos desses fatores em cada macro-atividade de todas as áreas da REFER.

NOTA 11 – EVENTOS SUBSEQUENTES

11.1 Resolução CGPC n ° 028 /2009:

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, fez publicar sua Resolução de nº 028 em 09/02/2009, retificada pela IN 034 de 24/09/2009, que tem por objeto principal, dispor sobre os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Podemos destacar, nesta Resolução, que tem vigência a partir de 01/01/2010, alteração e aprovação os seguintes tópicos:

- a) ANEXO A - Planificação Contábil Padrão;
- b) ANEXO B - Modelos e Instruções de Preenchimento das Demonstrações Contábeis;
- c) ANEXO C - Normas Gerais dos procedimentos contábeis.

11.2 Resolução CGPC n ° 029 /2009:

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, fez publicar sua Resolução de nº 029 em 10/09/2009, que tem por objeto principal, dispor sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Nesta Resolução, que tem vigência a partir de 01/01/2010, destacamos os seguintes tópicos:

- a) Definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios operados pela EFPC, a saber:
- I – contribuição dos participantes e assistidos;
 - II – contribuição dos patrocinadores e instituidores;
 - III – reembolso dos patrocinadores e instituidores;
 - IV – resultado dos investimentos;
 - V – receitas administrativas;
 - VI – fundo administrativo;
 - VII – dotação inicial; e
 - VIII – doações.
- b) Atribuir ao Conselho Deliberativo, a fixação dos critérios quantitativos e qualitativos das despesas administrativas, bem como as metas para os indicadores de gestão para avaliação objetiva das despesas administrativas, inclusive os gastos com pessoal. Cabendo ao Conselho Fiscal da EFPC o acompanhamento e controle da execução orçamentária e dos indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto aos limites e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão.
- c) Criar os limites anuais de recursos destinados ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, observado o custeio pelo patrocinador, participantes e assistidos.

Stenio Lindoso de Magalhães Filho
Contador - CRC/RJ 70.351
CPF: 551.017.127-87

Carlos de Lima Moulin
Diretor Financeiro
CPF: 433.510.937-72

Marco André Marques Ferreira
Diretor-Presidente
CPF: 555.870.897-20

7.8 – RELATÓRIO ANUAL – 2009

Relatório Anual 2009

COMPANHIA BRASILEIRA
DE TRENS URBANOS – CBTU

Oferecer produtos e serviços de seguridade com transparência e qualidade, visando o bem-estar social e a satisfação dos participantes, patrocinadoras e instituidores.

MISSÃO

Ser referência no mercado de previdência complementar pela excelência na gestão multiplanos e solidez de seu patrimônio satisfazendo plenamente as expectativas de participantes, patrocinadoras e instituidores, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

VISÃO

- » **Ética**
- » **Equidade**
- » **Honestidade**
- » **Qualidade**
- » **Responsabilidade Social**
- » **Segurança Institucional**
- » **Transparência**

VALORES



SUMÁRIO



ÓRGÃOS DE GESTÃO	4
PATROCINADORAS	5
MENSAGEM DA DIRETORIA	6
DESTAQUES	7
PARTICIPANTES	12
BENEFÍCIOS	13
Benefícios de Renda Continuada	13
Benefícios de Pagamento Único	13
PATRIMÔNIO	14
DEMONSTRATIVO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS	15
INVESTIMENTOS	16
Política de Investimentos	16
Demonstrativo de Investimentos	21
PARECER ATUARIAL SOBRE O BALANÇO DE 31/12/2009	24
Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU	25
PARECER DO CONSELHO FISCAL	26
RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	27

CONSELHO DELIBERATIVO

Kennedy de Assis Martins – Presidente

Fábio Tepedino Junior

Flávio Rabello Pereira

Geraldo de Castro Filho

Ivete Machado Buosi

José Raimundo de Assis Oliveira

CONSELHO FISCAL

Vera Lúcia Bello da Cunha Sodré – Presidente

Antônio Gonçalves de Lima Filho

José Luiz Petrini

Roberto Souza

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR-PRESIDENTE: Marco André Marques Ferreira

DIRETOR FINANCEIRO: Carlos de Lima Moulin

DIRETORA DE SEGURIDADE: Tania Regina Ferreira

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU



COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS – METROFOR



COMPANHIA DE TRANSPORTE DE SALVADOR – CTS



COMPANHIA DO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO – METRÔ/RJ (em liquidação)



COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL



COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM



FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER



REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A – RFFSA (em inventariança)



A grande jornada acontece um passo após o outro. O resultado é gerado com muito trabalho, dia após dia. A história da REFER também se constrói ano a ano e 2009 foi um ano ímpar. Após várias tentativas de solucionar as questões pendentes com as Patrocinadoras que se encontram em débito, a REFER e a Riotrilhos, sucessora da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (Metrô/RJ – em liquidação), assinaram, em novembro, Convênio de Adesão em que a empresa assume todos os compromissos previdenciários e financeiros dos metroviários. O Convênio permite o equilíbrio atuarial do Plano de Benefícios e viabiliza a adesão de novos Participantes, tendo a Riotrilhos como nova Patrocinadora, após aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Compartilhamos esta conquista com nossas Patrocinadoras, Empregados, Conselheiros, Órgãos Governamentais e Representantes Sindicais, que contribuíram, sobremaneira, para que avançássemos nessa caminhada em prol da segurança das famílias ferroviárias e metroviárias que fazem parte da REFER.

Através deste Relatório, a REFER presta contas do que aconteceu durante o exercício de 2009. Procuramos apresentar os elementos fundamentais ao conhecimento e reflexão de todos, observada a legislação em vigor. Encerramos 2009 com um sólido resultado. Apesar das dificuldades encontradas, principalmente no que diz respeito à inadimplência de algumas Patrocinadoras, conseguimos manter a regularidade no pagamento dos benefícios dos Participantes sem quaisquer atrasos. Isto demonstra a qualificação e a seriedade de nossos profissionais, comprometidos com a Visão, a Missão e os Valores da Fundação.

Seguimos de forma consistente nossa trajetória, o que nos dá a segurança e a certeza de que a responsabilidade e o profissionalismo com que a entidade vem sendo administrada propiciarão a todos o sucesso almejado também no decorrer de 2010.

Boa leitura!

DÍVIDA DAS PATROCINADORAS

Situação da Patrocinadora CBTU

O Plano de Contribuição Variável da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) encontra-se com *déficit* em suas provisões matemáticas pelo fato da inadimplência da Patrocinadora, mesmo esta procedendo a inclusão dos compromissos da dívida contratada em seu orçamento. No entanto, o Governo Federal tem deixado de prever os recursos no compromisso orçamentário da União. É importante ressaltar que a ausência da regularização desta dívida implica, diretamente, o equacionamento dos Planos de Benefícios das Patrocinadoras CPTM, Central, Metrofor, CTS e da própria CBTU.

Situação singular é agravada com relação à Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), quanto à transformação do atual Plano de Benefício Definido (BD) para Plano de Contribuição Variável (CV), ansiosamente aguardada pelos Participantes Ativos da Patrocinadora e, ainda, por significativo número de empregados que aguardam a possibilidade de desfrutar do Plano de Previdência Complementar oferecido pela REFER.

Por sua vez, o Governo Federal, em janeiro de 2009, criou Grupo de Trabalho Interministerial, constituído por representantes da REFER, CBTU e ministérios do Planejamento, Fazenda e Cidades, com objetivo de identificar a origem e o exato valor da dívida. No desenvolver de suas ações, o Grupo de Trabalho efetuou consultas a então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e a Controladoria Geral da União (CGU), que responderam com pareceres favoráveis ao pagamento da dívida.

Instrumento nº 30/REFER/2000 e Termo Aditivo 01/02 de 20/12/2002

(Refinanciado em 31/03/04 por meio da Petição de Acordo do Processo 2004001.012106-03)

Origem da Dívida: Diferença de 2,13% das contribuições de Jan/85 a Dez/96 + reflexos da Lei 8020/90

Condições de Pagamento: 96 parcelas a partir de 31/01/05

Rateio		Parcelas em atraso (*)	Valor da parcela de dez 2009	Montante a vencer	Em Reais (R\$)
Plano	%				Total
CBTU	31,96	164.071.241	2.670.511	87.990.545	254.732.297
CPTM	31,68	162.653.904	2.647.434	87.230.191	252.531.529
CENTRAL	34,51	177.175.698	2.883.801	95.018.234	275.077.733
METROFOR	1,11	5.720.763	93.105	3.067.736	8.881.604
CTS	0,74	3.805.081	61.931	2.040.575	5.907.587
Total	100,00	513.426.687	8.356.782	275.347.281	797.130.750

(*) Apesar do ajuizamento de ação, a Patrocinadora permanece inadimplente.

Instrumento Particular de Direitos e Obrigações de 08/02/2001

(Refinanciado em 31/03/04 pelo Termo Aditivo nº 01/04)

Origem da Dívida: Mudança de Plano de Benefícios – Reserva a Amortizar

Condições de Pagamento: A partir de 31/01/2005, 96 parcelas para a Cláusula 1.1 do Termo Aditivo 01/04

Rateio		Parcelas em atraso (*)	Valor da parcela de dez 2009	Montante a vencer	Em Reais (R\$)
Plano	%				Total
CBTU	94,35	15.962.024	403.872	13.985.156	30.351.052
METROFOR	3,00	507.892	12.851	444.990	965.733
CTS	2,65	448.220	11.341	392.709	852.270
Total	100,00	16.918.136,00	428.064	14.822.855	32.169.055

(*) Apesar do ajuizamento de ação, a Patrocinadora permanece inadimplente.

Situação da Patrocinadora RFFSA (em inventariança)

Em relação à continuada inadimplência da dívida contratada pela Patrocinadora RFFSA (em inventariança), está configurado, também, *déficit* em suas provisões matemáticas. As ações desenvolvidas pela diretoria da REFER situaram-se, desde 2009, junto à Controladoria Geral da União (CGU) a fim de dar andamento ao processo, até então, aguardando parecer. Esta, no entanto, após ações desenvolvidas, pessoalmente, pela diretoria da REFER, reconheceu a existência da dívida da extinta RFFSA, mas condicionou ao reexame do cálculo atuarial, através de empresa de atuária independente a ser contratada pela Patrocinadora RFFSA.

Por sua vez, a diretoria da REFER permanece com ações pró-ativas no sentido

de, no menor prazo possível, viabilizar o recebimento pela Fundação. Para tanto, vem mobilizando e conscientizando as Entidades de Classe, com as quais realizou três encontros, oportunidade em que se posicionou sobre o andamento das ações.

As Entidades de Classe têm mobilizado parlamentares e representantes do Poder Executivo, no sentido de conseguir apoio junto ao Governo Federal para solução do impasse, através de requerimentos de parlamentares aos ministros envolvidos.

No mesmo sentido, está em andamento solicitação de audiência pública junto ao Congresso Nacional, envolvendo a REFER, Patrocinadoras, Órgãos de Classe, Parlamentares e representantes do Ministério das Cidades, Ministério do Planejamento e Controladoria Geral da União (CGU).

Termo Aditivo nº 01/2004 e 03/2005 ao Instrumento Particular de Direitos e Obrigações entre as Partes de 31/05/2004

Origem da Dívida: Mudança de Plano de Benefícios – Reserva a Amortizar

Condições de Pagamento: 65 parcelas a partir de 31/08/2005, sendo: 05 de R\$ 1,5 milhões em 2005; 12 de R\$ 3 milhões em 2006; 12 de R\$ 8 milhões em 2007; 12 de R\$ 12 milhões em 2008; 24 de R\$ 23,1 milhões de 2008 até 2010

Plano	Parcelas em atraso (*)	Valor da parcela de dez 2009	Montante a vencer	Em Reais (R\$)
				Total
RFFSA	758.949.450	27.398.039	343.185.602	1.129.533.091

(*) Apesar do ajuizamento de ação, a Patrocinadora permanece inadimplente.

Situação da Patrocinadora Metrô/RJ (em liquidação)

Após contínuos esforços realizados pela REFER e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com as Entidades de Classe ferroviária e metroviária, foi assinado, em 16 de novembro, Instrumento Particular de Direitos e Obrigações. O documento é um Convênio de Adesão em que a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (Riotrilhos), sucessora da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (Metrô/RJ – em liquidação), assumiu todos os compromissos referentes ao Plano dos metroviários, que se encontrava desequilibrado em face da inadimplência das dívidas contratadas. Em razão deste fato, o programa previdenciário dos metroviários será mantido, bem como estendido aos demais funcionários da Riotrilhos, que sucederá o Metrô/RJ na sua condição de Patrocinadora.

O Governo do Estado aportou, para tanto, R\$ 10 milhões de reais à Fundação e aumentou de R\$ 1 milhão para R\$ 1,8 milhão o repasse mensal que vem fazendo desde 2003. Após a aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), a Riotrilhos tornar-se-á nova Patrocinadora da REFER, culminando, assim com o equilíbrio atuarial do Plano.

A assinatura do Instrumento evitou que o Plano dos metroviários sofresse intervenção e fosse liquidado, o que

proporciona tranquilidade quanto à capitalização dos investimentos e à manutenção do pagamento dos benefícios aos 404 aposentados e 134 beneficiários, garantindo, ainda, a aposentadoria dos 428 metroviários que se encontram em atividade, com a viabilização de uma cota de aposentadoria mais adequada.

Encontros com Entidades de Classe

No intuito de buscar a união e estreitar o relacionamento com os ferroviários e metroviários, a REFER realizou em 2009 três encontros com os representantes das Federações e Associações de Classe e Sindicatos dos trabalhadores em empresas ferroviárias do país. O objetivo foi apresentar a situação dos Planos de Benefícios de cada Patrocinadora, em especial as que se encontram em débito com a Fundação, para que as entidades possam atuar como multiplicadoras e parceiras na iniciativa de buscar receber as dívidas oriundas da

transformação do Plano de Benefício Definido (BD) para Contribuição Definida (CD), realizada em 1998. A questão vem sendo prolongada desde 2000, quando a REFER moveu ação judicial contra as Patrocinadoras, conforme recomenda a legislação previdenciária.

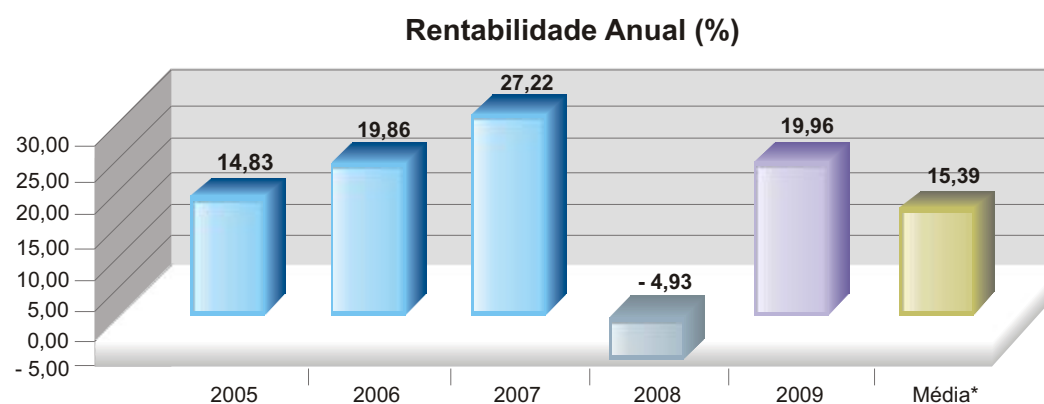
O principal objetivo da Diretoria em reunir os representantes das entidades foi apresentar de forma transparente a real situação dos Planos e unir todos os participantes em prol da causa REFER. Os representantes receberam informações detalhadas a respeito da Fundação, sobre o déficit atuarial, evolução da situação e negociações em andamento.

Os encontros intensificaram o debate a respeito da importância da previdência complementar, discutiram medidas a serem tomadas diante da situação e destacaram os avanços obtidos.

RENTABILIDADE

Primando sempre pela segurança e transparência na gestão dos Recursos Garantidores, a Fundação chegou ao final de 2009 com ganhos em todas as categorias de investimentos. Como instituição que busca maximizar resultados, com níveis elevados de segurança, o patrimônio total teve rentabilidade de 19,96%, o equivalente a 192,66% da Meta Atuarial de 10,36% (INPC + 6% ao ano), ou seja, um ganho real de 8,70% ao ano.

A rentabilidade de seu Plano de Benefícios encontra-se discriminada na página 15 deste Relatório.



(*) Percentual referente à média das rentabilidades dos Recursos Garantidores nos últimos cinco anos.

Algumas alterações importantes na legislação em 2009 estabeleceram novas diretrizes de investimentos para os Fundos de Pensão através da Resolução CMN 3.792, de 24/09/2009, que substituiu a Resolução CMN 3.456, de 01/06/2007. Com isso, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) tiveram que adequar suas Políticas de Investimentos.

A REFER aprovou sua nova Política de Investimentos para 2010 na 376ª reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 20/10/2009.

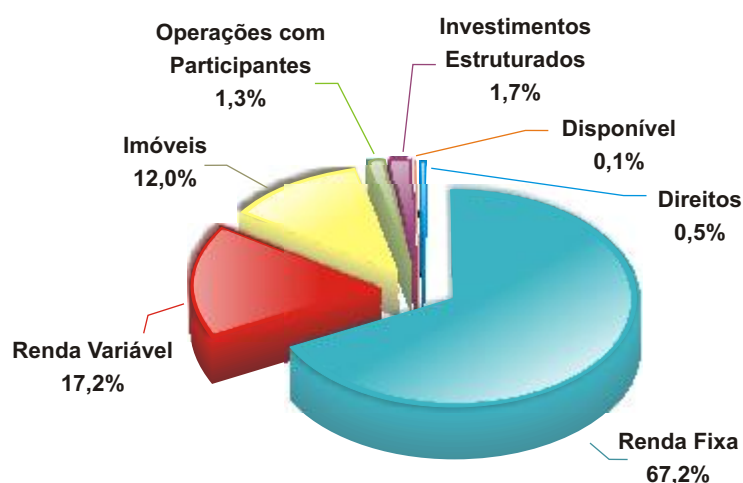
A principal mudança instituída pela Resolução CMN 3.792 / 2009 foi a criação de novos segmentos de investimentos e limites de aplicação:

Segmento	Limites Gerais por Plano de Previdência	
	Antiga Res. 3.456	Nova Res. 3.792
Renda Fixa	100%	100%
Renda Variável	50%	70%
Investimentos Estruturados	N/A	20%
Investimentos no Exterior	N/A	10%
Imóveis	8%	8%
Operações com Participantes	15%	15%

Como pode-se verificar no quadro acima, foram criados dois novos segmentos de aplicação: Investimentos Estruturados e Investimentos no Exterior.

O gráfico a seguir demonstra a composição da Carteira de Investimentos da Fundação segundo a nova Resolução CMN 3.792 / 2009 por segmentos:

Composição da Carteira de Investimentos



■ Renda Fixa
 ■ Renda Variável
 ■ Imóveis
 ■ Operações com Participantes
 ■ Investimentos Estruturados
 ■ Disponível
 ■ Direitos

Todas as categorias de investimento, se analisadas separadamente, apresentaram rentabilidades positivas em 2009.

Renda Fixa

Os investimentos em Renda Fixa são os Títulos do Tesouro Nacional, Títulos dos Tesouros Estaduais e Municipais, Instituições autorizadas pelo Banco Central, as Companhias Abertas, Organismos Multilaterais, Companhias Securitizadas, entre outros.

A totalidade dos recursos deste segmento foi alocada para ativos considerados de baixo risco de crédito. Visando a remuneração com segurança, a maior parte das alocações da Fundação estão na Renda Fixa, o que representa cerca de 67% do patrimônio total.

Renda Variável

Os investimentos em Renda Variável são as Ações de Companhias Abertas, Cotas de Fundos de Índice, Títulos e Valores Mobiliários de Emissão de Sociedades de Propósito Específico (SPE), Debêntures com participações em lucros, entre outros.

A Carteira de Ações, para a qual estão destinados aproximadamente 17% dos Recursos Garantidores da Fundação, apesar de envolver mais riscos, apresentou a maior rentabilidade dentro do conjunto de investimentos, alcançando um crescimento de 69,27% entre janeiro e dezembro de 2009. Ressalta-se que a gestão da Carteira de Investimentos é realizada internamente, não havendo custos como taxas de administração e performance.

Investimentos Estruturados

Consiste em Investimentos Estruturados os Fundos de Investimento em Participações (FIP e FIC-FIP), os Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, o Fundo de Investimento Imobiliário e o Fundo de Investimento Multimercado (FI e FIC).

O segmento de Investimentos Estruturados, iniciado em novembro de 2009, representa 1,7% da Carteira de Investimentos da Fundação. Cabe frisar que o projeto que compõe a Carteira do Fundo encontra-se em fase de implementação.

Investimentos no Exterior

Consiste em Investimentos no Exterior os Ativos de Fundos de Investimento, Fundos de Investimento em Dívida Externa (FIDE e FIC-FIDE), Fundo de Índice no Exterior, *Brazilian Depositary Receipts* (BDR) e Ações de

companhias sediadas no MERCOSUL.

Na Política de Investimentos da Fundação está vedada a aplicação neste segmento.

Imóveis

Os investimentos no seguimento de Imóveis, correspondentes a aproximadamente 12% do total dos Recursos Garantidores da Fundação, obtiveram em 2009 um fluxo de R\$ 29 milhões em Receita Líquida, sendo 90% correspondente às receitas dos *Shoppings Centers*, superando as expectativas.

O reflexo da receita crescente da Carteira de Imóveis deve-se, também, à redução gradativa da vacância dos imóveis comerciais, que atingiu 53% em março de 2006 e 3% em dezembro de 2009.

Outro ponto que merece destaque foi a reavaliação dos imóveis, que gerou uma valorização de R\$ 22 milhões para a Carteira, ou seja, crescimento de 32% diante da última avaliação em 2006.

Dentro deste cenário, a rentabilidade no exercício de 2009 foi de 21%, muito acima do estipulado na Meta Atuarial, que foi de 10,36% ao ano.

Operação com Participantes – Empréstimo

Em 2009, foram concedidos 3.502 empréstimos no valor total de R\$ 23 milhões. A Rentabilidade apresentada pelo segmento foi de 14,53%, acima da Meta Atuarial de 10,36% (INPC + 6% a. a.).

REDUÇÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Engajada em reduzir despesas sem perder qualidade nas atividades prestadas pela REFER, a Diretoria criou um planejamento para redução das despesas administrativas, que contempla itens como consumo de material de escritório e informática, serviços terceirizados, medidas de economia para contas de luz, gás, telefone e água, bem como encargos sociais e de pessoal. Com o apoio e empenho de todos os empregados, o ano de 2009, em comparação a 2008, possibilitou uma economia de aproximadamente R\$ 2 milhões e meio, o equivalente a 11,55% das despesas do ano anterior. A economia representou cerca de

11,07% a menos em encargos sociais e de pessoal, 7,20% com serviços terceirizados, 31,76% com materiais, e 17,32% com outros gastos.

ELEIÇÕES PARA CONSELHEIROS

Foi realizado processo eleitoral para escolha dos novos representantes aos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Ao todo concorreram 22 candidatos, sendo 15 ao Conselho Deliberativo e 7 ao Conselho Fiscal.

O andamento das eleições foi disponibilizado no *site* da Fundação, possibilitando aos candidatos imprimir os formulários de inscrição, incluir informações adicionais sobre sua candidatura e acompanhar o andamento das etapas realizadas, bem como os resultados parciais da apuração diariamente.

O processo foi integralmente conduzido pela Comissão Eleitoral, composta por oito integrantes da Fundação indicados pela Diretoria Executiva, que fez cumprir o Regimento Eleitoral – documento que define regras e procedimentos sobre o processo eleitoral. A apuração foi realizada no auditório da REFER com a presença dos candidatos, fiscais por eles designados e Comissão Eleitoral. A contagem dos votos foi realizada por meio de leitura ótica de código de barras. Foram computados 12.170 votos, incluindo nulos e em branco.

O sucesso das eleições da REFER é resultado do aprimoramento constante da equipe técnica, que conta com regras bem definidas e mecanismos que estabeleceram espaços democráticos disponibilizados aos candidatos nos principais meios de comunicação da Fundação, que garantiram, além de transparência e segurança, maior agilidade nos resultados.

I WORKSHOP INTEGRAÇÃO DE CONSELHEIROS

Com a premissa de buscar sempre a excelência em sua gestão, a REFER promoveu o *I Workshop Integração de Conselheiros*. O evento fez parte do programa de atualização e informação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, que tomaram posse em setembro, incluindo os atuais integrantes. Organizado e conduzido pela Fundação, o evento foi ao encontro da Resolução CGPC / MPS nº 13, de 01/10/2004, que estabelece parâmetros e práticas a serem desenvolvidas pelos Conselhos, com a finalidade de conferir

maior capacitação nas deliberações e fiscalizações nos exercícios das suas atividades. Foram debatidas várias questões legais e administrativas relacionadas ao segmento previdenciário, como: Governança Corporativa, Aparato Regulatório, Instrumentos de Gestão e Referenciais Normativos, Aspectos Contábeis, Instrumentos de Comunicação, Tecnologia da Informação, Controles Internos, Investimentos, Segurança e Desafios da Fundação. A iniciativa diferenciada da REFER foi destaque na mídia do sistema de previdência complementar.

POSSE DO NOVO DIRETOR FINANCEIRO

Em 1º de julho de 2009, foi empossado o Diretor Financeiro, Carlos de Lima Moulin. Oriundo da Patrocinadora Rede Ferroviária Federal (RFFSA), formado em Engenharia e Direito e pós-graduado em Direito e Auditoria, exerceu, entre diversas funções, as chefias das Auditorias da RFFSA e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Na REFER, presidiu o Conselho Fiscal de 1995 a 1999 e, posteriormente, entre 2001 e 2003, o Conselho Deliberativo, quando participou da transformação da segregação dos Planos de Benefícios e da adaptação das novas regras instituídas pelas Leis Complementares 108 e 109/2001.

30 ANOS REFER

Em 7 de fevereiro de 2009, a REFER comemorou 30 anos. A data registra a grande conquista social na história dos ferroviários e metroviários pela luta de construir um futuro mais sólido e tranquilo através da previdência complementar. Instituída em 1979 como uma das Fundações pioneiras do sistema previdenciário complementar fechado, a instituição sempre foi respeitada com singular carinho e amplo sentido de preservação, caracterizando-se por sua importância no atual momento para os ferroviários de todo o país e metroviários do Rio de Janeiro.

A REFER mantém-se viva e atuante, com a importante representatividade que congrega as classes ferroviária e metroviária, por trazer viva a história e a memória daqueles que contribuíram para o crescimento e a modernização do Brasil através das ferrovias.

Inicialmente criada para administrar o fundo de pensão dos funcionários da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), extinta em

2007 pela Medida Provisória 353, tendo seus empregados ativos absorvidos pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, a REFER atualmente conta com as Patrocinadoras: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor), Companhia de Transportes de Salvador (CTS), Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (Metrô/RJ – em liquidação), Companhia Estadual de Transportes e Logística (Central), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), além de patrocinar seus próprios empregados, caracterizando-se, portanto, como entidade multipatrocinada.

Com representatividade em todas as regiões do país, a REFER possui cerca de 30 mil Participantes Assistidos e Beneficiários e 5 mil Participantes Ativos.

Nesses 30 anos de existência, com planejamento, aprimoramento e transparência, a REFER conseguiu desenvolver-se e consolidar-se com importantes conquistas sociais, incluindo as modernas ações gerenciais que possibilitam sua posição entre os 30 maiores fundos de pensão do país.

ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA

Em março de 2009, foi atualizado o Código de Ética da REFER. O documento, criado em 2003, renovou o comprometimento da empresa através de diretrizes claras sobre as condutas, os valores e os princípios morais que são seguidos pela Fundação diante de uma organização social e ecologicamente responsável. O Código não inova as atitudes da REFER diante de seus negócios, mas apresenta maior amadurecimento profissional diante de programas eficazes na motivação de pessoas e implementação de um ambiente empresarial no qual os profissionais permanecem comprometidos com o destino da empresa e com a sua razão de ser – a suplementação da aposentadoria dos ferroviários brasileiros e metroviários do Rio de Janeiro.

REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA JURÍDICA

A Coordenadoria Jurídica da REFER foi reestruturada e implementou diversas modificações positivas em 2009. Entre as mudanças destacam-se a redução de custos administrativos, como a renegociação de

contratos com escritórios terceirizados, a recuperação de crédito dos depósitos judiciais, que gerou um ressarcimento de R\$ 17 milhões à REFER, a reorganização da equipe e o aprimoramento dos processos de trabalho, com a adequação do sistema informatizado de suporte, ferramenta *on-line* para acompanhamento dos processos judiciais.

MODERNIZAÇÃO DO SITE

Em comemoração aos 30 anos da REFER, foi lançado o novo *site* da Fundação. A nova página na *Internet* modernizou o visual, incluiu conteúdos, reformulou editoriais e criou novas áreas. O objetivo foi levar ainda mais informações e aproximar-se dos Participantes através de ferramentas de interatividade, como enquetes, fóruns, mural de recados, simulação de empréstimo e aposentadoria, entre outros temas de interesse dos ferroviários e metroviários.

Entre as principais novidades estão o novo *design*, mais moderno e dinâmico, e conteúdo melhor estruturado, com objetivo de dirimir dúvidas sobre os Planos e informar as características centrais dos Regulamentos dos Planos de Benefícios administrados pela REFER.

Além do *Espaço do Participante*, que através de senha pessoal há a possibilidade de consultar informações particulares sobre os Planos, como contracheque, datas de pagamentos e extratos, há novas áreas, como o histórico de cada Patrocinadora, com indicação do número de Participantes; explicações sobre todos os benefícios concedidos pela REFER, bem como documentos necessários para requerê-los; legislação da previdência complementar brasileira e notícias sobre as Patrocinadoras, o setor ferroviário e metroviário e o sistema de previdência como um todo.

O *site* também traz um Mural de Recados, em que os internautas Participantes ou não da REFER podem enviar mensagens. Outra implementação que gerou resultados positivos foram as enquetes, em que são identificadas as preferências de assuntos apontadas pelos Participantes, o perfil de quem acessa, entre outros.

Com o lançamento do novo *site* o número de acesso aumentou de 3 mil visitas por mês para 6 mil acessos, chegando a 8 mil no período das Eleições de Conselhos, o que demonstra o interesse dos Participantes em obter informações sobre a REFER também por meio eletrônico.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

Foi lançado, em julho, no novo *site* da REFER, o programa de educação financeira e previdenciária *Vida Positiva*, que tem como objetivo informar e conscientizar os Participantes sobre seus direitos e deveres em relação à previdência social oficial e, em especial, à previdência complementar, bem como auxiliar no planejamento de um futuro tranquilo, através da educação financeira.

O programa *Vida Positiva* é um desdobramento da coluna *Planejar Sem Desperdiçar*, criada em 2008 no jornal **Expresso REFER** com dicas sobre como realizar melhor o planejamento financeiro familiar e individual. Além das dicas disponibilizadas no *site*, o programa criou uma Comissão Permanente para planejar de que forma educar os Participantes sobre o assunto, com propostas de campanhas de incentivo e realização de palestras. Em outubro, foi realizada palestra em Recife (PE) junto ao programa *REFER na sua Cidade*.

REFER NA SUA CIDADE

O programa *REFER na sua Cidade* completou seis anos em 2009. Com o intuito de ministrar palestras sobre Planos de Benefícios e esclarecer dúvidas dos Participantes ou dos novos funcionários das Patrocinadoras que ainda não possuem informações e pretendem aderir aos Planos da Fundação, foram realizados encontros em vários estados. O principal destaque de 2009 voltou-se à parceria com as Entidades de Classe, que receberam documentações que podem auxiliar na solicitação de benefícios, bem como integrar e orientar sobre questões financeiras e previdenciárias. Os Órgãos de Classe são importantes aliados da Fundação no esclarecimento e agilização dos processos de aposentadoria.

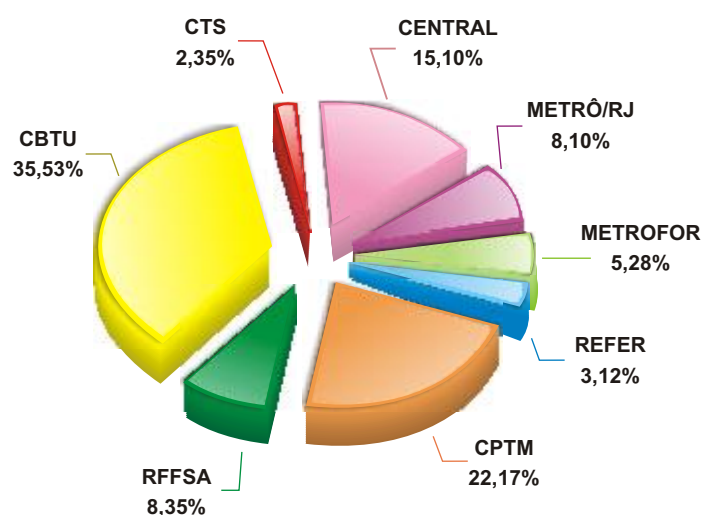
CENTRAL DE RELACIONAMENTO

Na permanente busca de aperfeiçoar o atendimento prestado aos Participantes, foram mapeadas todas as atividades realizadas pela Central de Atendimento. Foi modernizado o espaço físico do atendimento pessoal, proporcionando mais agilidade e conforto. Entre as mudanças, a Central de Atendimento passou a se chamar Central de Relacionamento.

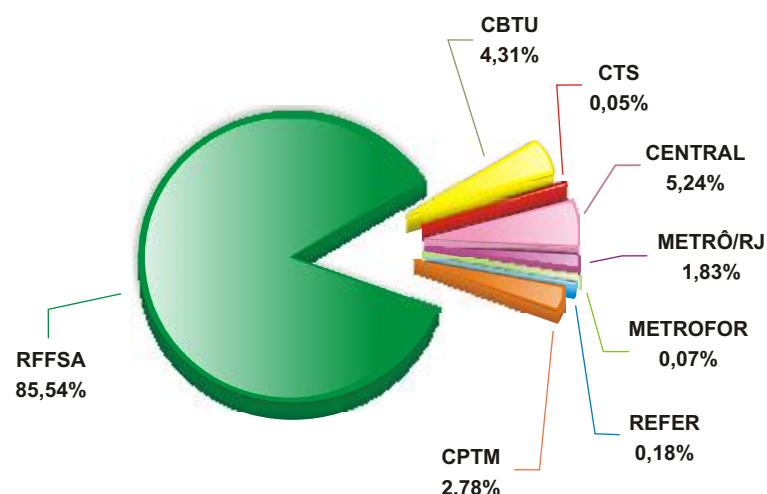
A REFER encerrou o exercício de 2009 com 35.085 Participantes distribuídos conforme o quadro abaixo:

Plano	Participantes Ativos	Participantes Assistidos	Total de Participantes
RFFSA	437	25.537	25.974
CBTU	1.859	1.286	3.145
CTS	123	15	138
CENTRAL	790	1.564	2.354
METRÔ/RJ	424	546	970
METROFOR	276	22	298
REFER	163	53	216
CPTM	1.160	830	1.990
TOTAL GERAL	5.232	29.853	35.085

Participantes Ativos



Participantes Assistidos



Benefícios de Renda Continuada

A REFER pagou aos seus Participantes Assistidos, em 2009, a importância total de **R\$ 276,4 milhões** que equivale a uma média mensal de **R\$ 23 milhões**. A seguir, demonstramos as respectivas concessões de benefícios por Patrocinadora que compuseram este montante:

DESCRIÇÃO	Plano RFFSA	Plano CBTU	Plano CTS	Plano CENTRAL	Plano METRÔ/RJ	Plano METROFOR	Plano REFER	Plano CPTM	TOTAL GERAL
Aposentadorias	14.749	902	9	1.244	409	17	46	630	18.006
Pensões	10.786	357	2	315	137	4	6	171	11.778
Auxílios	2	27	4	5	-	1	1	29	69
TOTAL GERAL	25.537	1.286	15	1.564	546	22	53	830	29.853

Obs.: As Concessionárias encontram-se consignadas no plano RFFSA.

Benefícios de Pagamento Único

A REFER, em 2009, concedeu benefícios de pagamento único no montante de **R\$ 20,9 milhões**, referentes a pecúlios e a benefícios por desligamentos de Participantes. A seguir, o demonstrativo por Patrocinadora dessas concessões:

DESCRIÇÃO	Plano RFFSA	Plano CBTU	Plano CTS	Plano CENTRAL	Plano METRÔ/RJ	Plano METROFOR	Plano REFER	Plano CPTM	TOTAL GERAL
Aposentadorias e Pensões (*)	8	71	-	21	4	1	4	-	109
Pecúlio	390	10	-	18	6	-	-	12	436
Desligamento	8	49	-	80	2	-	13	8	160
TOTAL GERAL	406	130	-	119	12	1	17	20	705

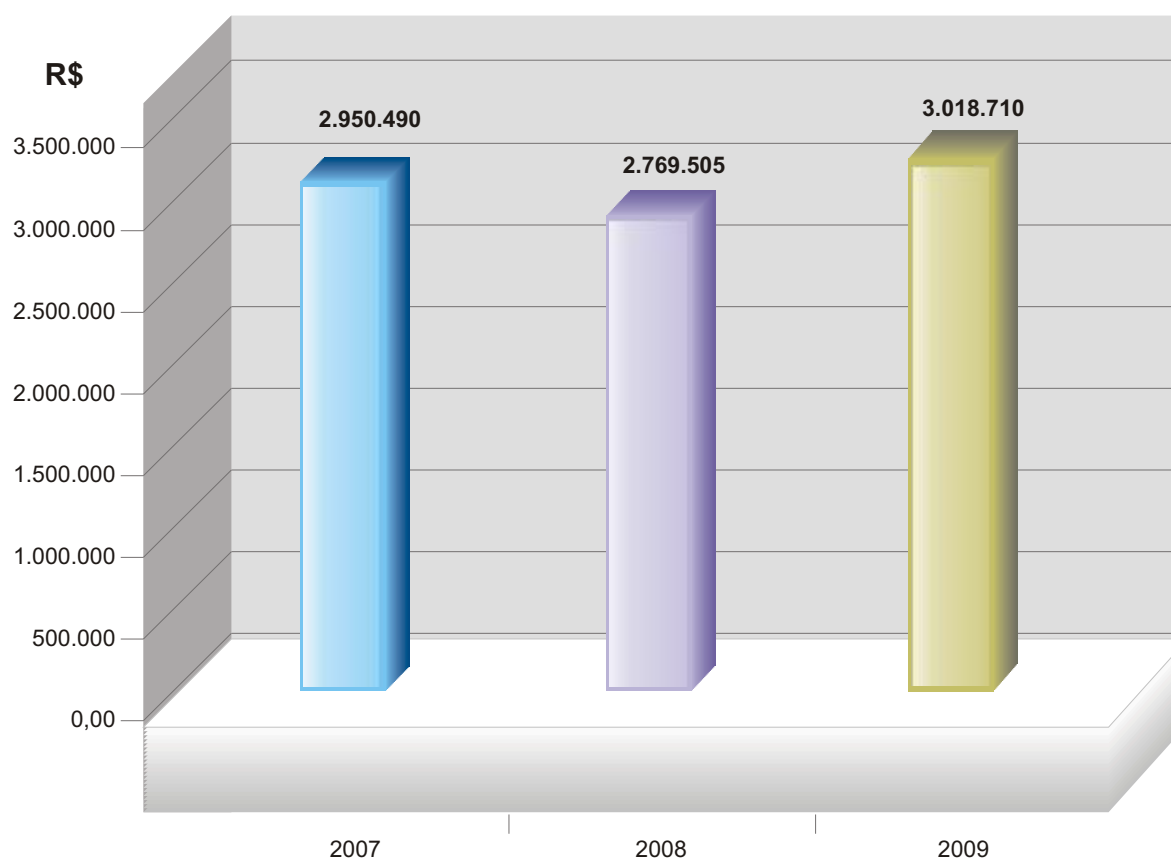
(*) Valor referente à antecipação do pagamento de até 25% do benefício que é pago de uma só vez ao Participante ou Beneficiário, na concessão de aposentadoria ou pensão por morte, respectivamente, sendo o restante do referido valor transformado em renda certa ou vitalícia, conforme Regulamentos dos Planos de Contribuição Variável – CV.

Obs.: As Concessionárias encontram-se consignadas no plano RFFSA.

Em 2009, o patrimônio líquido da Fundação atingiu a importância total de **R\$ 3.018.710 mil**, representando um acréscimo de 4,7% em relação ao exercício anterior.

DESCRIÇÃO	Plano RFFSA	Plano CBTU	Plano CTS	Plano CENTRAL	Plano METRÔ/RJ	Plano METROFOR	Plano REFER	Plano CPTM	Em Mil R\$
									TOTAL GERAL
I - Prov. Matemáticas	2.147.190	404.789	11.617	321.859	176.718	20.929	25.422	531.220	3.639.744
Benefícios Concedidos	2.147.822	239.500	2.180	248.722	108.106	2.796	12.408	190.924	2.952.458
Benefícios a Conceder	260.434	177.176	9.771	73.137	68.612	18.511	13.014	435.145	1.055.800
Prov. Mat. a Constituir	(261.066)	(11.887)	(334)	-	-	(378)	-	(94.849)	(368.514)
II - Equilíbrio Técnico	(405.595)	(118.842)	(3.578)	(88.867)	6.478	(2.594)	7.627	(137.984)	(743.355)
III - Fundos	75.358	8.708	306	297	26.279	554	942	9.877	122.321
Fundos Previdenciais	204	54	-	-	-	25	38	-	321
Fundos Administrativos	73.671	7.992	264	101	26.277	422	768	9.750	119.245
Fundos de Investimentos	1.483	662	42	196	2	107	136	127	2.755
IV - Patrimônio Líquido	1.816.953	294.655	8.345	233.289	209.475	18.889	33.991	403.113	3.018.710

Evolução do Patrimônio



PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL CBTU (EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	2009	2008	PASSIVO	2009	2008
ATIVO	300.391.813,97	313.562.853,29	PASSIVO	300.391.813,97	313.562.853,29
DISPONÍVEL	720.898,04	106.256,67	CONTAS A PAGAR	2.165.873,53	1.624.629,70
CONTAS A RECEBER	103.420.901,93	125.536.122,53	VALORES EM LITÍGIO	3.570.825,84	3.237.621,91
APLICAÇÕES	<u>196.153.690,88</u>	<u>187.698.788,21</u>	COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	404.788.703,55	388.273.072,36
Renda fixa	132.833.613,90	136.709.269,42	FUNDOS	8.707.277,86	6.074.343,94
Renda variável	34.182.860,15	21.917.658,71	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-118.840.866,81	-85.646.814,62
Imóveis	24.660.066,27	21.412.117,48	Resultados Realizados	-118.840.866,81	-85.646.814,62
Empréstimos / Financiamentos	4.477.150,56	7.659.742,60	(-) Déficit técnico	-118.840.866,81	-85.646.814,62
BENS DE USO PRÓPRIO	96.323,12	221.685,88			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

DESCRIÇÃO	2009	2008
(+) CONTRIBUIÇÕES	47.429.978,10	45.112.599,75
(-) BENEFÍCIOS	-87.035.272,84	-70.689.745,71
(+/-) RENDIMENTO DAS APLICAÇÕES	27.307.179,53	12.216.283,98
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	-12.298.115,21	-13.360.861,98
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	-1.289.528,66	-1.291.140,61
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	-457.843,21	-2.491.588,31
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	-16.515.631,19	-34.279.717,36
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	-2.632.933,92	9.153.517,62
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	-	-8.275.598,48
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-33.194.052,19	-50.545.389,12

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano

Rentabilidade dos Investimentos do Plano:

Exercício de 2009	Exercício de 2008
19,72%	- 4,93%

A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2009, frente à Meta Atuarial (10,36%), foi resultado dos investimentos realizados pela Fundação e, principalmente, pela evolução da Renda Variável, refletindo a retomada do crescimento econômico-financeiro global.

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano

O custeio administrativo do Plano é de 15% sobre as contribuições dos Participantes e Patrocinadora.

Stenio Lindoso de Magalhães Filho

Contador CRC/RJ 70.351

CPF: 551.017.127-87

Carlos de Lima Moulin

Diretor Financeiro

CPF: 433.510.937-72

Informações detalhadas das Demonstrações Contábeis e respectivas
Notas Explicativas encontram-se disponíveis no site da Fundação
www.refer.com.br

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2010

Entidade Fechada de Previdência Complementar: REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL. Código SPC: 00881

Exercício: Vigência a partir de 01/11/2009 a 2014.

Ata do Conselho Deliberativo: 376ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 20 de Outubro de 2009.

Plano de Benefício: CBTU.

Meta Atuarial do Plano de Benefício: INPC + 6% a.a.

AETQ – Administrador Estatutário

Tecnicamente Qualificado: Carlos de Lima Moulin (Diretor Financeiro).

ARPB – Administrador Responsável

pelo Plano de Benefícios: Tania Regina Ferreira (Diretora de Seguridade).

1. Objetivos da Política de Investimentos

O objetivo da Fundação é administrar os recursos dos Planos de Benefícios de forma eficiente e econômica, gerindo riscos e buscando taxas de retorno consistentes que igualem, ao menos, ao piso Atuarial dos Planos de Benefícios.

2. Alocação de Recursos e Limites por Segmento de Aplicação

A tabela a seguir mostra os limites e os índices de referência (*benchmarks*) dos mandatos que se enquadram nos segmentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009:

Tabela 1

Segmento/Mandato	Benchmark	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
				Inferior	Superior
Renda Fixa	INPC + 6% ao ano	100%	60,19%	36%	95%
Renda Variável	IBr-X 50	70%	24,30%	5%	35%
Investimentos Estruturados	INPC + 6% ao ano	20%	3,01%	0%	6%
Investimentos no Exterior	-	10%	0,00%	0%	0%
Imóveis	INPC + 6% ao ano	8%	8,00%	0%	8%
Operações com Participantes	INPC + 6% ao ano	15%	4,50%	0%	15%

3. Operações com Derivativos

As aplicações em cotas de Fundos de Investimentos Multimercado que se enquadram no segmento de Investimentos Estruturados não estão sujeitos às vedações apresentadas ao lado.

Veículo	Pode operar derivativos?	Vedações
Carteira própria	Sim	Operações a descoberto
Fundos e carteiras exclusivos		Short de ações
Fundos condominiais		Operações que gerem exposição superior a uma vez o patrimônio líquido do veículo

4. Meta de Rentabilidade por Segmento

As metas de retorno foram definidas para um horizonte de 60 meses. É possível, portanto, que, dentro de um mesmo ano-calendário, a rentabilidade dos investimentos fique abaixo da meta.

Cabe registrar que as metas de retorno apresentadas ao lado foram utilizadas como projeção para elaboração do estudo de *Asset Liability Management* (ALM), que gerou os limites de alocação de recursos por segmento de aplicação na Tabela 1.

Segmento	Meta de Retorno
Renda Fixa	INPC + 6,70% ao ano
Renda Variável	INPC + 11,78% ao ano
Investimentos estruturados	INPC + 7,05% ao ano
Investimentos no exterior	-
Imóveis	INPC + 6% ao ano
Operações com participantes	INPC + 6% ao ano

5. Metodologia para Apreçamento dos Ativos

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, exclusivos ou não, nos quais o plano aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (ANBID).

Isso não exclui a possibilidade, porém, de o plano contabilizar os títulos que pretende carregar até o vencimento pela taxa do papel, método chamado de marcação na curva.

O método e as fontes de referência adotadas para apreçamento dos ativos adotados pela entidade são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de Apreçamento do Custodiante.

O controle da marcação dos papéis é feito por meio de relatórios gerados mensalmente por consultores contratados.

6. Política de Riscos – Metodologia e Critérios

Os procedimentos descritos a seguir buscam estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, controlar e monitorar os diversos riscos aos quais os recursos do Plano estão expostos, entre eles os Riscos de Mercado, de Crédito, de Liquidez, Operacional e Legal.

6.1 Risco de Mercado

Segundo o Art. 13 da Resolução CMN nº 3.792/2009, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do Risco de Mercado será feito através do *Benchmark Value-at-Risk (B-VaR)*, modelo que aponta, com um grau de confiança e para um horizonte de tempo pré-definido, qual a perda esperada em relação à carteira teórica do índice de referência.

Cabe apontar que os modelos de controle apresentados nos tópicos a seguir foram definidos com diligência, mas estão sujeitos a imprecisões típicas de modelos estatísticos frente a situações anormais de mercado.

6.1.1 Benchmark-VaR

O *B-VaR* é um modelo adequado para avaliar a aderência da gestão a um determinado mandato. Ele pode ser entendido como uma medida da diferença entre o retorno esperado do fundo ou carteira em relação ao retorno esperado para o *benchmark* definido.

O cálculo do *B-VaR* considerará:

- » O modelo não paramétrico;
- » Intervalo de confiança de 95%.

O monitoramento dos investimentos será feito separadamente para os diferentes mandatos, de acordo com os seguintes limites:

Mandato	Benchmark	Limite	Horizonte de Tempo
Bolsa ativa	IBr-X 50	30%	21 dias

Caso algum dos mandatos exceda o limite de *B-VaR*, cabe ao administrador do Plano notificar seus gestores sobre o ocorrido e avaliar, de acordo com as condições de mercado, a medida mais adequada a ser tomada.

6.1.2 Análise de Stress – Cenário

A avaliação dos investimentos em análises de *stress* passa, necessariamente, pela definição de cenários de *stress* que podem considerar mudanças bruscas em variáveis importantes para o apreçamento dos ativos, como taxas de juros e preços de determinados ativos.

Embora as projeções considerem as variações históricas dos indicadores, os cenários de *stress* não precisam apresentar necessariamente relação com o passado, uma vez que buscam simular variações futuras adversas.

6.1.3 Controle

Para o monitoramento do valor de *stress* da Carteira, serão utilizados os seguintes parâmetros:

Cenário: BM&F

O controle das análises de *stress* não obedecerá a nenhum limite, uma vez que a metodologia considerada pode apresentar variações que não implicam, necessariamente, possibilidade de perda. O acompanhamento terá como finalidade avaliar o comportamento da Carteira em cenários adversos para que os administradores possam, dessa forma, balancear melhor as exposições.

6.2 Risco de Crédito

O Risco de Crédito dos investimentos do Plano será avaliado com base nos *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco atuante no Brasil. Para fins de monitoramento da exposição, serão considerados os Títulos de emissão Privada presentes tanto em veículos exclusivos quanto em fundos condominiais. Os ativos serão enquadrados em duas categorias:

- » Grau de Investimento;
- » Grau Especulativo.

Para checagem do enquadramento, os Títulos Privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características. Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir:

Setor / Prazo	S&P		Moody's		Fitch Ratings		SR Rating		LF Rating	
Crédito bancário	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo
DPGEs	brBBB-	brA-3	Baa1.br	BR-3	BBB-(bra)	F3(bra)	BBB-	A	brBBB-	srA
Até 1 ano	N/A	brA-3	N/A	BR-3	N/A	F3(bra)	N/A	A	N/A	srA
De 1 a 3 anos	brA-	N/A	A3.br	N/A	A-(bra)	N/A	A-	N/A	brA-	N/A
Mais de 3 anos	brA-	N/A	A3.br	N/A	A-(bra)	N/A	A-	N/A	brA-	N/A
Crédito não bancário	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo
Até 1 ano	brA-	brA-3	A3.br	BR-3	A-(bra)	F3(bra)	A-	A	brA-	srA
De 1 a 3 anos	brA-	N/A	A3.br	N/A	A-(bra)	N/A	A-	N/A	brA-	N/A
Mais de 3 anos	brA-	N/A	A3.br	N/A	A-(bra)	N/A	A-	N/A	brA-	N/A

Os investimentos que possuem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento, desde que observadas as seguintes condições:

» No caso de emissões bancárias, para fins de enquadramento, a avaliação deve considerar o *rating* do emissor; nos demais casos, deve-se considerar o *rating* da emissão;

» O prazo utilizado corresponde ao período de tempo entre a data do enquadramento e o vencimento do papel;

» Os títulos com prazo inferior a um ano devem ser enquadrados com base no *rating* de curto prazo, exceto no caso de Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGEs);

» Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria Grau Especulativo;

» Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será

considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;

» O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à Política de Investimentos.

6.2.1 Limites

O monitoramento da exposição a Crédito Privado através do controle do percentual de Recursos Garantidores alocados em Títulos Privados, considerada a categoria de risco. Os limites são:

Categoria de Risco	Limite
Grau de Investimento + Grau especulativo	25%
Grau especulativo	5%

6.2.2 Eventos

O risco das aplicações em Crédito Privado está diretamente relacionado à saúde financeira das empresas investidas, que pode mudar em função do cenário macroeconômico, das condições de mercado ou de situações específicas.

Para refletir essas mudanças, é comum que as agências de classificação de risco revejam periodicamente os *ratings* atribuídos. Como nada impede que esses *ratings* sejam revistos para pior, é possível que um título presente na carteira do plano sofra um rebaixamento de *rating* e passe a ser classificado na categoria Grau Especulativo.

Da mesma forma, existe a possibilidade de que a empresa emissora de um título integrante da Carteira do Plano tenha falência decretada ou anuncie que não terá condições de arcar com suas dívidas (*default*). Nesse caso, a recuperação de parte dos recursos depende de trâmites legais.

Como os eventos acima mencionados fogem do controle dos investidores, os tópicos a seguir estabelecem as medidas a serem adotadas pelos administradores do Plano em eventuais casos de rebaixamento de *rating* ou *default*.

6.2.3 Rebaixamento de *Rating*

Caso ocorra rebaixamento de *rating* de um título presente da Carteira de Investimentos do Plano, os administradores podem tomar as seguintes medidas:

No caso de veículos sob gestão externa	No caso de veículos sob gestão interna
» Verificar se a marcação a mercado do título foi ajustada; » Verificar a existência de outros títulos na Carteira do Fundo de Investimento que possam sofrer rebaixamento de <i>rating</i> pelo mesmo motivo; » Analisar o impacto do rebaixamento na qualidade do crédito do Fundo de Investimento, de acordo com os parâmetros desta Política; » Avaliar se a mudança justifica resgate dos recursos.	» Verificar se a marcação a mercado do título foi ajustada; » Verificar o enquadramento do título nos parâmetros de análise estabelecidos por esta Política; » Verificar a existência de outros títulos na Carteira que possam sofrer rebaixamento de <i>rating</i> pelo mesmo motivo; » Analisar o impacto do rebaixamento na qualidade de crédito da Carteira do Plano, de acordo com os parâmetros desta Política; » Caso seja considerada a possibilidade de venda do título, verificar a existência de mercado secundário e de fontes de referência para apreçamento.

6.2.4 *Default*

Caso ocupe algum *default* na Carteira do Plano, os administradores podem adotar as mesmas medidas recomendadas para os casos de rebaixamento de *rating* e, adicionalmente, no caso de veículos sob gestão discricionária, verificar se o gestor agiu com diligência.

6.3 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez pode ser dividido em duas classes:

- » possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações;
- » possibilidade de redução da demanda de mercado.

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como os administradores do Plano vão geri-los.

6.3.1 Indisponibilidade de Recursos para Pagamento de Obrigações

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do Plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do Plano podem gerar um descasamento.

O controle desse risco é feito por meio da elaboração do estudo de *Asset Liability Management* (ALM), que projeta, com base nas características do passivo e em dados específicos, o fluxo de caixa do Plano para os próximos anos e recomenda uma Carteira de Ativos adequada para atender a essas demandas futuras demonstrado na Tabela 1 (pág. 16).

6.3.2 Redução de Demanda de Mercado

A segunda classe de Risco de Liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira do Plano.

A gestão deste risco será feita através do monitoramento da liquidez dos ativos do Plano. Essa análise, que será baseada no volume de títulos e valores mobiliários negociados, deve considerar indicadores como:

- » Percentual da Carteira que pode ser negociada no prazo de:

1 (um) dia útil;
7 (sete) dias úteis; e
21 (vinte e um) dias úteis.

- » Participação do Plano no patrimônio líquido de fundos abertos.

Este último indicador busca reduzir o risco de o Plano se tornar um dos últimos cotistas do fundo e eventualmente ter que arcar com prejuízos financeiros decorrentes da negociação de ativos com baixa liquidez.

É importante registrar que os instrumentos de controle utilizados estão baseados em modelos estatísticos, que, por definição, estão sujeitos a desvios decorrentes de aproximações, ruídos de informações ou de condições anormais de mercado.

6.3.3 Limites

O controle do Risco de Liquidez de demanda de mercado será feito por meio do monitoramento percentual dos Recursos Garantidores que, em condições adversas (20% do volume médio de negócios), pode ser negociado nos prazos de:

Horizonte	Percentual da Carteira
1 (um) dia útil	10%
7 (sete) dias úteis	20%
21 (vinte e um) dias úteis	30%

Para fins de controle, os indicadores acima mencionados ainda serão avaliados sob condições de *stress* de mercado, de forma semelhante ao que é realizado para avaliação do Risco de Mercado, com o uso de cenários de *stress*.

6.4 Risco Legal

O Risco Legal está relacionado a autuações, processos ou mesmo a eventuais perdas financeiras decorrentes de questionamentos jurídicos, da não execução de contratos e do não cumprimento das normas. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos que envolvam a elaboração de contratos específicos, será feito por meio:

- » da realização periódica de relatórios de *compliance* que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimentos;
- » da revisão periódica dos regulamentos dos veículos de investimentos, exclusivos ou não;
- » da utilização de pareceres jurídicos para contratos, nos casos em que a Diretoria Executiva julgar necessário.

6.4.1 Compliance Legal

O monitoramento da aderência dos investimentos às diretrizes estabelecidas pela legislação aplicável e pela Política de Investimentos será feito por meio:

- » da verificação mensal do enquadramento dos investimentos em relação aos principais limites e restrições aplicáveis à Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC);
- » da elaboração de relatórios semestrais sobre a aderência da gestão dos recursos às normas vigentes, à Política de Investimentos, às premissas Atuariais e à execução orçamentária;
- » da realização de reuniões periódicas com consultores e gestores.

6.5 Risco da Exposição em Derivativos

O controle da exposição em derivativos será feito em conformidade com o que determina a legislação, por meio do monitoramento:

- » dos níveis de margem depositada como garantia de operações com derivativos;
- » das despesas com a compra de opções.

6.5.1 Limites

Os controles são aplicáveis aos fundos de investimentos e à Carteira consolidada do Plano. Os limites devem ser medidos em relação às alocações em:

- » Títulos da Dívida Pública Federal;
- » Títulos de emissão de Instituições Financeiras, tais como: Certificado de Depósito Bancário (CDB), Recibos de Depósito Bancário (RDB), DPGE, etc;
- » Ações integrantes do Índice Bovespa.

A soma dos investimentos nesses ativos deve ser considerada como denominador na conta da exposição, que devem respeitar os seguintes limites:

- » Até 15% (quinze por cento) de depósito de margem para operações com derivativos;
- » Até 5% (cinco por cento) de despesas com compra de opções.

6.6 Risco Operacional

A gestão do Risco Operacional será feita de forma preventiva, por meio da adoção de normas e procedimentos de controles internos, em linha com o que estabelece a legislação aplicável. Entre os procedimentos podem ser destacados:

- » A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- » O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- » A adoção de um manual para contratação de gestores e prestadores de serviço.

Além disso, em linha com o que sugere a Resolução MPS/CGPC nº 29 de 31 de Agosto de 2009 - DOU de 10/09/2009, o Plano estuda a contratação de um agente fiduciário, que será o representante legal do Plano nas ocasiões cabíveis.

6.7 Risco Sistêmico

O Risco Sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. É, portanto, um risco que, por concepção, não se controla.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores.

7. Princípios de Responsabilidade Sócio-ambiental

Os princípios sócio-ambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade sócio-ambiental.

A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

A observância dos princípios sócio-ambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável.

Como a entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta Política, os princípios sócio-ambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS: PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL DA PATROCINADORA CBTU

Senhores Participantes,

A Fundação REFER, cumprindo disposições legais aplicadas aos Fundos Fechados de Previdência Complementar, apresenta aos seus participantes o Demonstrativo de Investimentos (DI), relativo ao exercício de 2009, contendo a composição de sua Carteira de Investimentos e seu desempenho financeiro verificado no período.

Total dos Investimentos

Posição em 31/12/2009, comparada à posição de 31/12/2008, e com sua composição por segmento:

Distribuição dos Investimentos	Montante em 31/12/2009		Montante em 31/12/2008	
	Em Mil R\$	%	Em Mil R\$	%
Renda Fixa	129.502,10	65,78	136.709,27	72,79
Renda Variável	34.047,38	17,29	21.552,10	11,47
Imóveis	23.752,79	12,07	20.468,27	10,90
Operações com Participantes	5.724,79	2,90	7.659,74	4,08
Investimentos Estruturados	3.331,51	1,69	0,00	0,00
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponível	720,90	0,37	106,26	0,06
A receber	(204,88)	- 0,10	1.309,41	0,70
A pagar	(8,25)	0,00	(6,74)	0,00
Total	196.866,33	100,00	187.798,31	100,00

Alocação dos Investimentos

Investimentos definidos para cada segmento, constante da Resolução CMN nº 3.792/2009, em relação aos limites da Política de Investimentos e à sua composição efetiva:

Segmento	Limites 3.792 (em relação ao total dos RGRT)	Limites Política Investimentos (em relação aos RGRT)	Composição efetiva
Renda Fixa	100%	95%	66%
Renda Variável	70%	35%	17%
Imóveis	8%	8%	12%
Operação com Participantes	15%	15%	3%
Investimentos Estruturados	20%	6%	2%
Investimentos no Exterior	10%	0%	0%
Disponível	-	-	0,37%

Listagem dos Investimentos

Listagem de todos os investimentos, contendo cada ativo e os valores aplicados:

Veículo de Investimento	Valor Financeiro (em Mil R\$)	% Sobre o Total	% Provisionado de Crédito
Fundos de Investimento	6.750,86	3,43%	0,00%
BB ATUARIAL FI RENDA FIXA	797,44	0,40%	
Fundos de Invest. Direitos Creditórios (FIDCs)	5.843,39	2,97%	0,00%
Referenciado DI PREMIUM	110,02	0,06%	0,00%
Conta Corrente	720,90	0,37%	0,00%
Títulos Privados em Carteira	22.863,47	11,61%	0,00%
Certificado de Depósito Bancário	19.995,68	10,15%	0,00%
Debêntures	1,33	0,00%	0,00%
Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)	2.866,46	1,46%	0,00%
Títulos Públicos em Carteira	99.887,78	50,74%	0,00%
Certificado Financeiro do Tesouro	21.366,52	10,85%	0,00%
Nota do Tesouro Nacional - B	20.390,37	10,36%	0,00%
Nota do Tesouro Nacional - C	58.130,89	29,53%	0,00%
Ações em Carteira	34.047,38	17,29%	0,00%
Imóveis	23.752,79	12,07%	0,00%
Operação com Participantes	5.724,79	2,90%	0,00%
Investimentos Estruturados	3.331,51	1,69%	0,00%
FIP Multiner	3.331,51	1,69%	0,00%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	0,00%
Valores a Receber	(204,88)	- 0,10%	0,00%
Imóveis	907,28	0,46%	0,00%
Renda Variável	135,48	0,07%	0,00%
Operação com Participantes	(1.247,64)	- 0,63%	0,00%
Valores a Pagar	(8,25)	0,00%	0,00%
Imóveis	(0,58)	0,00%	0,00%
Operação com Participantes	(1,92)	0,00%	0,00%
Renda Fixa	(5,76)	0,00%	0,00%
Total	196.866,33	100,00%	0,00%

Distribuição dos Investimentos com Gestão Externa

Montante dos investimentos com gestão externa e sua distribuição:

Gestão Externa de Investimentos	Valor Financeiro (em Mil R\$)	% Sobre o Total	% Sobre os Gestores
BB DTVM S/A	797,44	0,40%	11,81%
Fundos de Invest. Direitos Creditórios (FIDCs)	5.843,39	2,97%	86,56%
Referenciado DI PREMIUM	110,02	0,06%	1,63%
Total	6.750,86	3,43%	Não Cabível

Custos

Custos incorridos com cada uma das atividades relacionadas com a administração do Plano:

Custos com a Administração dos Recursos Garantidores (Em Mil R\$)	
Despesas Administrativas	638,53
Pessoal e Encargos	482,80
Serviços de Terceiros	80,22
Agente Custodiante	19,51
Assessoria Atuarial	22,71
Auditor Contábil	3,47
Consultorias	4,87
Custos com Avaliação de Riscos e PI	7,25
Outras	22,43
Despesas Gerais	55,79
Material	6,28
Encargos Diversos	49,51
Depreciação / Amortizações	19,72
Despesas com Corretagem	41,78

Resultado dos Investimentos comparado à sua Política de Investimentos

A Fundação REFER, quando da elaboração de sua Política de Investimentos para o exercício de 2009, tomou como base a manutenção de uma rentabilidade mínima, equivalente à variação do INPC + 6%. Neste contexto, a rentabilidade total dos investimentos no ano de 2009 foi de 19,96%, superior em 8,70% das Metas da Política de Investimentos e do Mínimo Atuarial.

Rentabilidade

No quadro ao lado, a rentabilidade, no ano de 2009, de cada um dos segmentos de aplicação, em tabela comparativa com os *benchmarks* de mercado e com a Meta Atuarial:

Segmento	Benchmark	Variação (Δ) Benchmark	Rentabilidade Segmento
Renda Fixa	INPC + 6%	10,36%	6,86%
Renda Variável	ΔIBrX - 50	72,41%	69,27%
Imóveis	INPC + 6%	10,36%	21,23%
Operação com Participantes	INPC + 6%	10,36%	14,53%
Investimentos Estruturados	INPC + 6%	10,36%	(*) 7,58%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	0,00%

(*) Referente a rentabilidade anualizada do FIP Multiner

Rentabilidade Total

(Todos os Segmentos de Aplicação)

Rentabilidade Total (Todos os segmentos) Exercício de 2009	Meta Atuarial (INPC + 6%)	Rentabilidade do Plano	Resultado em Relação à Meta Atuarial
	10,36%	19,72%	8,48%

Desenquadramentos e/ou Observações Necessárias

O desenquadramento legal do segmento de Imóveis, em relação à alocação dos Recursos Garantidores, se dá em decorrência da reavaliação contabilizada no mês de dezembro. Cabe ressaltar que, de acordo com a Resolução CMN nº 3.792/2009, a Fundação dispõe de um prazo de 720 dias para se ajustar.

Observação: A Rentabilidade Total dos investimentos superior à Meta Atuarial é justificada pela evolução da Renda Variável, refletindo a retomada do crescimento econômico-financeiro global.

Administrador Qualificado da Entidade

O responsável pelas aplicações dos recursos da entidade, conforme o parágrafo 5º do Art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, é o Diretor Financeiro: Carlos de Lima Moulin.

COMPARATIVO DAS RENTABILIDADES DOS PLANOS

Planos	Meta Atuarial (INPC + 6%)	Rentabilidade do Plano	Resultado em Relação à Meta Atuarial
RFFSA	10,36%	19,63%	8,40%
CPTM	10,36%	19,52%	8,30%
CBTU	10,36%	19,72%	8,48%
CENTRAL	10,36%	19,50%	8,28%
REFER	10,36%	19,42%	8,21%
METRÔ/RJ	10,36%	16,37%	5,44%
METROFOR	10,36%	19,18%	8,00%
CTS	10,36%	19,10%	7,92%

OBSERVAÇÕES

As variações de rentabilidade entre os Planos de Benefícios foram em função do montante dos Recursos Garantidores de cada Plano e de sua necessidade de liquidez, conforme os estudos de *Asset Liability Management* (ALM) e dispostos na Política de Investimentos.

PARECER ATUARIAL SOBRE O BALANÇO DE 31/12/2009

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial dos Planos administrados pela **Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER**, apresentamos o nosso parecer atuarial sobre a posição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos da Fundação, em 31/12/2009, segregados entre o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METRÔ/RJ (em liquidação), o Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR e o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS.

Os valores apresentados a seguir foram obtidos considerando-se:

- » Os Regulamentos do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METRÔ/RJ (em liquidação), do Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR e do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS, Planos estes que se encontram em manutenção;
- » Os dados individuais, posicionados em 31/07/2009, dos Participantes e Beneficiários dos Planos, fornecidos pela REFER à Mercer, que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Fundação, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial;
- » Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela REFER à Mercer, bem como o valor dos Fundos Administrativo e de Investimentos e a inexistência do Fundo Assistencial;
- » A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de Participantes e o Regulamento dos Planos;
- » Os valores totais dos saldos de conta relativos aos Planos de Contribuição Variável informados pela REFER, posicionados em 31/12/2009.

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU encontra-se com um *déficit* correspondente a 29% do Total das Provisões Matemáticas, *déficit* este decorrente do não pagamento da dívida da Patrocinadora. Para que este *déficit* não evolua, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras, incluindo a contribuição mensal extraordinária da Patrocinadora calculada em 31/12/2009 de R\$ 424.449,13, já acrescida do carregamento para despesas administrativas, que deverá ser efetuada a partir de janeiro de 2010 e destinada à amortização da Provisão a Constituir - subconta Serviço Passado, referente à cobertura da reserva de transferência e da provisão de benefícios concedidos não integralizadas na data efetiva de transformação do Plano, por um período de 3 anos a contar daquela data. Essas contribuições serão redefinidas anualmente, de acordo com a avaliação atuarial, e constarão do respectivo Plano de Custeio.

Registramos que, em atendimento à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, as parcelas de amortizações de dívidas devidas e ainda não pagas pela Patrocinadora deverão ser integralizadas para regularização do equilíbrio do Plano. ■

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU

NOME	R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	404.788.703,55
PROVISÕES MATEMÁTICAS	404.788.703,55
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	239.499.970,13
Benefícios do Plano	239.499.970,13
Contribuição Definida	3.111.448,31
Benefício Definido	236.388.521,82
BENEFÍCIOS A CONCEDER	177.176.116,18
Benefícios do Plano com a Geração Atual	185.699.730,25
Contribuição Definida	164.426.813,53
Benefício Definido	21.272.916,72
Outras Contribuições da Geração Atual (-)	8.523.614,07
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	(11.887.382,76)
Serviço Passado (-)	(11.887.382,76)
Déficit Equacionado (-)	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
RESERVAS E FUNDOS	(110.133.588,95)
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(118.840.866,81)
RESULTADOS REALIZADOS	(118.840.866,81)
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para Revisão do Plano	0,00
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)	(118.840.866,81)
FUNDOS	8.707.277,86
Programa Previdencial	53.784,59
Programa Assistencial	0,00
Programa Administrativo	7.991.602,54
Programa de Investimentos	661.890,73

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2010.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.
 Maria da Fé da Costa Pinto
 M.I.B.A. nº 746

PARECER DO CONSELHO FISCAL DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA FUNDAÇÃO REFER EXERCÍCIO DE 2009

O Conselho Fiscal da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, no uso de suas atribuições regulamentares, cumprindo o que determina o item II do artigo 40 do Estatuto Social da Fundação REFER, examinou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo Financeiro do Exercício e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Na análise das Demonstrações Contábeis foram considerados também os seguintes documentos: (i) balancetes e relatórios gerenciais fornecidos pela Diretoria Executiva; (ii) Parecer Atuarial sobre a posição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação REFER, emitido em 09 de fevereiro de 2010, pela Empresa MERCER MARSH MERCER KROLL GUY CARPENTER OLIVER WYMAN; (iii) Parecer dos Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Contábeis, posição em 31 de dezembro de 2009, emitido em 09 de março de 2010, pela Empresa UHY Moreira-Auditores; (iv) Parecer da Auditoria Interna, de 10 de março de 2010; e (v) Atas do Conselho Fiscal emitidas no exercício de 2009.

O Conselho Fiscal ressalta a importância da continuidade de medidas destinadas ao equacionamento das dívidas das Patrocinadoras e dos atrasos dos pagamentos de suas contribuições, uma vez que o prolongamento da situação de inadimplemento está acarretando crescente desequilíbrio técnico dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação REFER, com exceção dos planos REFER e METRÔ, conforme mencionado no item 4 do Parecer dos Auditores Independentes e nos itens 4 e 5 do Parecer da Auditoria Interna da Fundação REFER.

O Conselho Fiscal destaca a celebração do Instrumento Particular de Direitos e Obrigações relativos à adesão ao Plano de Contribuição Variável, entre a Fundação REFER, a Riotrilhos e o Metrô/RJ (em liquidação), citada no item 4 do Parecer dos Auditores Independentes e no item 6 do Parecer da Auditoria Interna da Fundação REFER.

Com base nos documentos supracitados, enfatizando as considerações acima relatadas, o Conselho Fiscal é de opinião de que as Demonstrações Contábeis representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER em 31 de dezembro de 2009.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2010.

VERA LÚCIA BELLO DA CUNHA SODRÉ
Presidente

AILDO JOSÉ NASCIMENTO DE PAIVA
Membro Suplente

JOSÉ LUIZ PETRINI
Membro Efetivo

ANTONIO GONÇALVES DE LIMA FILHO
Membro Efetivo

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO
Nº 005/10, DE 25 DE MARÇO DE 2010

Assunto: Demonstrações Contábeis do Exercício de 2009

O Conselho Deliberativo da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, em sua 381ª Reunião realizada nos dias 24 e 25 de março de 2010, no uso de suas atribuições estatutárias e regulamentares,

Considerando o artigo 34, inciso IX, do Estatuto Social, que define a competência do Conselho Deliberativo para apreciação da prestação de contas do exercício, após o exame do Conselho Fiscal;

Considerando o encerramento do exercício contábil do ano de 2009;

Considerando que as demonstrações contábeis da Fundação foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e implementadas pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) às Entidades Fechadas de Previdência Privada, de acordo com a legislação vigente; e

Considerando que foram submetidas e aprovadas pelo Conselho Fiscal,

RESOLVE:

APROVAR as demonstrações contábeis do exercício de 2009, composta de:

- » Balanço Patrimonial
- » Demonstração do Resultado do Exercício
- » Demonstração de Fluxos Financeiros do Exercício
- » Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

FABIO TEPEDINO JUNIOR

Presidente do Conselho Deliberativo



FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Rua da Quitanda, 173 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – 20091-005

www.refer.com.br

7.9 – POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – 2009 A 2013

Política de Investimentos 2009 a 2013



REFER
*Fundação Rede Ferroviária
de Seguridade Social*



Índice

1.	Objetivos e vigência da política de investimentos	3
2.	Princípios de governança	3
3.	Estrutura organizacional para tomada de decisões e competências	5
4.	Planos de benefícios	7
5.	Alocação estratégica	8
5.1.	Estrutura atual dos investimentos	8
5.2.	Avaliação do cenário macroeconômico	8
5.3.	Passivo atuarial	9
5.4.	Estratégia de alocação de ativos	10
5.5.	Limites de alocação por segmento e carteiras	12
6.	Alocação tática (objetivos específicos da gestão)	12
6.1.	Ativos elegíveis e restrições	13
6.2.	Plano de reenquadramento	15
6.3.	Índices de referência (benchmarks)	15
7.	Limites de investimento em uma mesma pessoa jurídica	15
8.	Operações com derivativos	16
9.	Critérios para a contratação de agentes fiduciários	16
10.	Apreçamento de ativos e estratégia de formação de preço ótimo	17
10.1.	Estratégia de apreçamento de ativos	17
10.2.	Estratégia de formação de preço ótimo	17
11.	Controle e monitoramento de riscos	18
11.1.	Risco de crédito	18
11.2.	Risco de mercado	19
11.3.	Risco de liquidez	20
12.	Critérios para participação em assembléias de acionistas	20



1. Objetivos e vigência da política de investimentos

Esta política de investimentos foi desenvolvida com o objetivo de estabelecer um plano de gestão dos recursos confiados à REFER – Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social. Dessa forma, esse documento traça as diretrizes que devem reger os investimentos da entidade de forma a garantir a segurança, a liquidez e a rentabilidade necessárias para garantir os benefícios dos participantes e assistidos. Portanto, esta política de investimento busca assegurar:

- O claro entendimento por parte dos gestores, participantes, beneficiários, provedores externos de serviços e órgãos reguladores quanto aos objetivos e restrições relativas ao investimento dos ativos da entidade.
- A existência de um instrumento de planejamento que obrigue a entidade a identificar e definir claramente suas necessidades e seus requisitos por meio de objetivos de retorno, tolerâncias a risco e restrições de investimento. Com isso, a aplicação de recursos da entidade objetiva a maximização da rentabilidade dos seus ativos para constituir reservas suficientes para pagamento do seu passivo atuarial, considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez.
- A existência de critérios objetivos e racionais para a avaliação de classes de ativos, de gestores e de estratégias de investimentos empregados no processo de investimento da entidade.
- O estabelecimento de diretrizes aos gestores para que conduzam o processo de investimento em conformidade com os objetivos e restrições de investimento.
- Independência ao processo de investimento com relação a um gestor específico, isto é, qualquer gestor que venha a conduzir o processo de investimento, tem diretrizes bem definidas que devem ser seguidas na construção e no gerenciamento das carteiras.

A presente política de investimentos, que estará em vigor ao longo de 2009, contempla todos os itens obrigatórios previstos no Art. 5º do regulamento anexo à Resolução CMN nº 3.456, de 1º de junho de 2007, e foi elaborada tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 7, de 4 de dezembro de 2003.

2. Princípios de governança

A REFER adota as normas e procedimentos de controles internos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 13, entre as quais podem ser destacadas:

- A adoção de um Código de Ética que promove, entre os conselheiros, diretores e empregados da EFPC, uma conduta permanentemente pautada por padrões éticos e de integridade, orientada à defesa dos direitos dos participantes e assistidos;
- O fornecimento aos seus patrocinadores e instituidores dos seus planos de benefícios, além do seu público de participantes e da SPC, um exemplar da sua Política de Investimentos.
- A realização de reuniões periódicas com consultores e gestores com o objetivo de acompanhar a saúde financeira e atuarial dos planos de benefícios;
- O monitoramento dos diversos tipos de riscos financeiros e não-financeiros;
- A elaboração de relatórios de Acompanhamento da Política de Investimentos, com o objetivo de averiguar a consonância dos investimentos com as diretrizes desta política; e



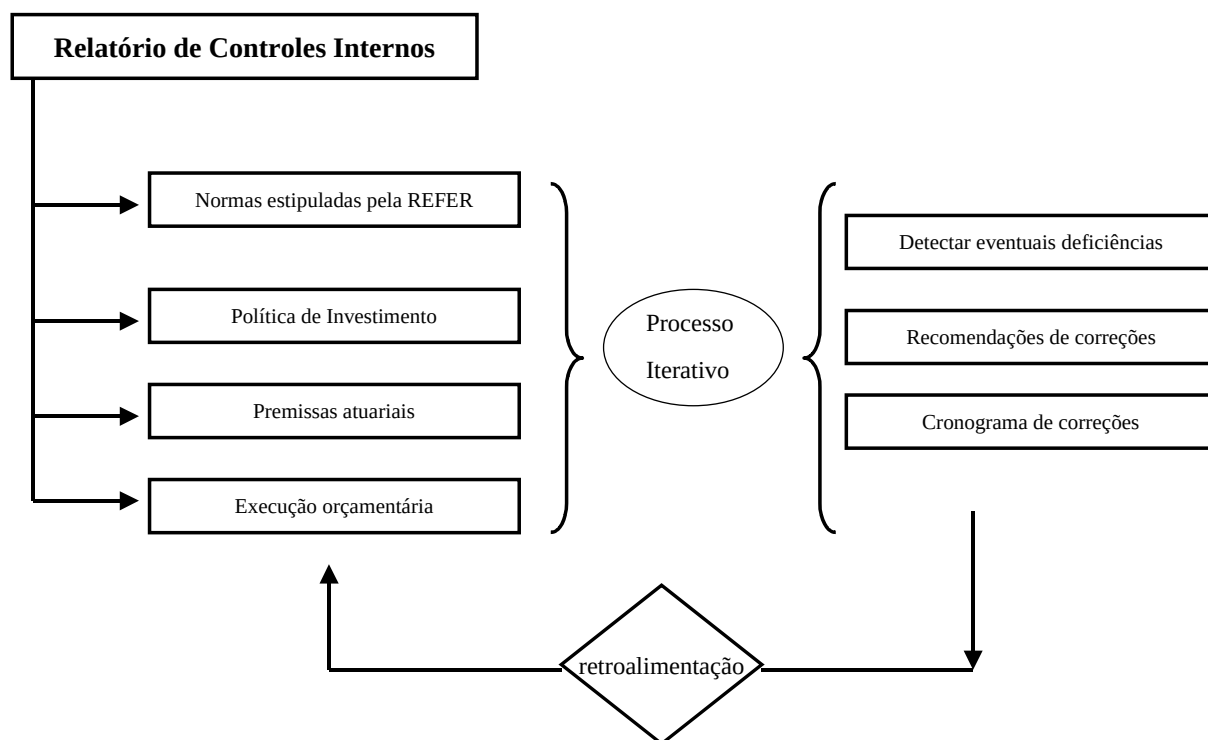
- A elaboração de relatórios semestrais de controles internos, aprovados pelo Conselho Fiscal, com vistas a atestar a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor, à política de investimentos, às premissas e hipóteses atuariais e à execução orçamentária.

2.1. Relatório de controles internos

Os relatórios de controles internos emitidos pelo Conselho Fiscal verificam a aderência dos investimentos da REFER em relação:

- às normas em vigor estipuladas pela REFER.
- à política de investimentos da REFER.
- à aderência das premissas e hipóteses atuariais.
- à execução orçamentária.
- a respeito das operações do segmento de renda fixa presentes na carteira própria que vierem a ser realizadas em mercado de balcão e que apresentem o preço efetivamente negociado, em operações de compra, superior, ou, em operações de venda, inferior ao valor de mercado ou intervalo referencial de preços, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 21, de 25 de setembro de 2006.

Como forma de se entender a dinâmica do processo que norteia a visão da REFER no que diz respeito ao auto-controle dos seus processos internos, abaixo apresentamos uma breve esquematização dos mesmos.



2.2. Plano de adequação

Na Resolução DIPRE nº 056/2004, de 14/12/2004, a REFER analisou as exigências da Resolução CGPC nº 13 em cada um dos seus pontos e, como consequência, criou um grupo de ação para estruturar um plano



de adequação que acabou por ser aprovado pela Diretoria. Esse plano se baseia num enfoque da REFER sob a ótica de governança, gestão e controles internos.

O plano abrange toda a Entidade e é composto por 28 ações, sendo estas desenvolvidas internamente. Entre os planos de ação, são elencadas as seguintes ações:

- Desenvolvimento de um manual de alçada e competência;
- Revisão do Estatuto Social;
- Manual de Organização;
- Revisão das Instruções Normativas;
- Adequação da Tecnologia da Informação;
- Revisão do Código de Ética da Entidade;
- Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal Semestral.

Dentro do ambiente de boas práticas de governança, a REFER criou um Comitê de Controles Internos, cuja responsabilidade será o monitoramento dos controles internos que estão em implementação.

Durante todo ano de 2007 e 2008, até o mês de outubro, em continuidade ao Plano de Adequação, a Fundação revisou e aprovou documentos normativos, tais como:

- Manual de Normas e Procedimentos relativos a Auditoria Interna e Externa.
- Manual de Normas e Procedimentos relativos a Controle de Ativo Fixo.
- Manual de Normas e Procedimentos relativos à administração de Materiais do Almoxarifado.
- Manual de Normas e Procedimentos relativos à administração de Serviços Gerais.
- Manual de Normas e Procedimentos relativos à administração do Fundo Rotativo.
- Manual de Normas e Procedimentos relativos a Recadastramento de Participantes e Beneficiários.
- Revisou o Manual de Normas e Procedimentos relativos a Contratação de Serviços e Aquisição de Bens – 2ª versão.
- Revisou o Manual de Organização – 2ª versão.
- Revisou a Política de Controles Internos - 2ª versão.
- Manual de Governança Corporativa.

3. Estrutura organizacional para tomada de decisões e competências

A estrutura organizacional da REFER compreende os seguintes órgãos para tomada de decisões de investimento:

- Conselho Deliberativo (CODEL): É o órgão máximo da estrutura organizacional da REFER.
- Diretoria Executiva (DIREX): é o órgão responsável pela administração da REFER.
- Comitê Diretor de Investimentos (CDI): Trata-se de uma estrutura auxiliar de caráter gerencial, cuja finalidade é prover auxílio à gestão da alocação do patrimônio da REFER.
- Comitê Executivo de Investimentos Mobiliários (CEINV): É uma estrutura funcional auxiliar de caráter técnico-operacional para deliberar e acompanhar as operações mobiliárias em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Diretor de Investimento - CDI.



- **Comitê Executivo de Investimentos Imobiliários (CEIMO):** É uma estrutura funcional auxiliar de caráter técnico-operacional para deliberar e acompanhar as operações imobiliárias em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Diretor de Investimento - CDI.

3.1. Conselho Deliberativo

Responsável pela definição da Política Geral da Gestão de Investimentos e do Plano de Aplicação de Recursos.

3.2. Diretoria Executiva

Responsável pela execução das diretrizes visando cumprir os objetivos gerais definidos pelo Conselho Deliberativo.

3.3. Comitê Diretor de Investimentos

Definição das Diretrizes para Gestão dos Investimentos (DGI), por meio de registro através de Atas de Reunião, com base na legislação vigente, na Política Anual de Investimentos (PAI) e nas diretrizes estabelecidas pela DIREX.

3.4. Comitê Executivo de Investimentos Mobiliários

Cabe ao CEINV decidir sobre aspectos diretamente ligados à realização efetiva de operações de investimento, a partir de análises gerenciais e técnicas, de acordo com as políticas e diretrizes gerais referentes às Diretrizes para Gestão dos Investimentos (DGI), firmadas em Ata de Reunião. As alternativas e oportunidades definidas devem ser registradas no formulário Documento de Investimentos Mobiliários (DOINV).

3.5. Comitê Executivo de Investimentos Imobiliários

Decidir sobre aspectos diretamente ligados à realização efetiva de compra, venda e locação, a partir de análises gerenciais e técnicas, de acordo com as políticas e diretrizes gerais referentes às Diretrizes para Gestão dos Investimentos (DGI), firmadas em Ata de Reunião, definindo alternativas e oportunidades e registrando-as no formulário, Documento de Investimentos Imobiliários (DOIMO).

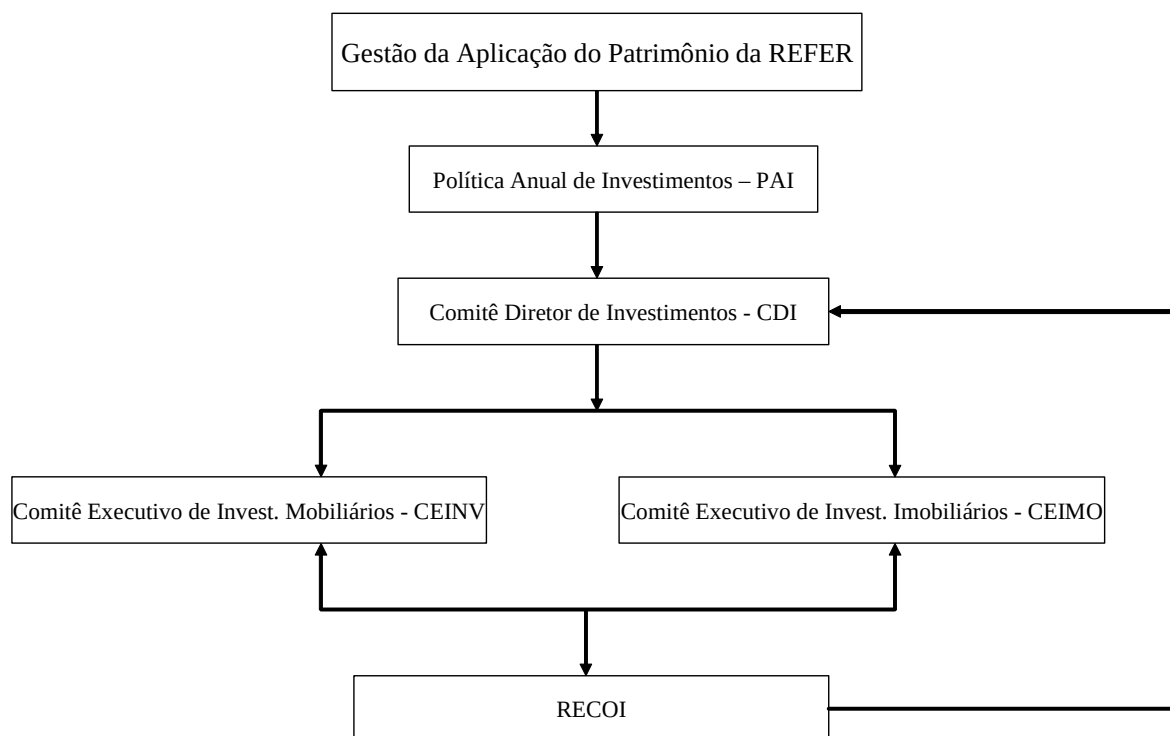
3.6. Documentos técnicos

Os órgãos estatutários da REFER, responsáveis pela alocação dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, utilizam os seguintes materiais técnicos-acadêmicos, dentre outros, com a finalidade de servirem de apoio à tomada de decisão e/ou escolha de ativos financeiros, no que tange aos enfoques: quantitativo e qualitativo.

- Política Anual de Investimentos (PAI);
- Relatório de Consolidação das Operações de Investimentos (RECOI);
- Documento de Investimento Imobiliários (DOINV); e
- Documento de Investimentos Mobiliários (DOIMO).

3.7. Normas e procedimentos

A figura abaixo mostra a estrutura decisória para a tomada de decisão de investimentos.



4. Planos de benefícios

Os quadros a seguir mostram os dados referentes aos planos de benefícios administrados pela REFER.

Entidade	REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social
AETQ ²	Tania Regina Ferreira (Diretora de Seguridade)
ARPB ³	Paulo da Silva Leite (Diretor Administrativo e Financeiro)

² Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

³ Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios

Nome do Plano	CPTM - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
CNPB ¹	1979000247
Modalidade	Benefício Definido (BD)
Meta atuarial	INPC + 6% ao ano

¹ Cadastro Nacional de Planos de Benefícios

Nome do Plano	CBTU
CNPB ¹	2000003656
Modalidade	Contribuição Variável (CV)
Meta atuarial	INPC + 6% ao ano

Nome do Plano	CENTRAL
CNPB ¹	2000003974
Modalidade	Contribuição Variável (CV)
Meta atuarial	INPC + 6% ao ano



Nome do Plano	METROFOR
CNPB ¹	2002001065
Modalidade	Contribuição Variável (CV)
Meta atuarial	INPC + 6% ao ano

Nome do Plano	METRO
CNPB ¹	1994000929
Modalidade	Contribuição Variável (CV)
Meta atuarial	INPC + 6% ao ano

Nome do Plano	REFER
CNPB ¹	2000003729
Modalidade	Contribuição Variável (CV)
Meta atuarial	INPC + 6% ao ano

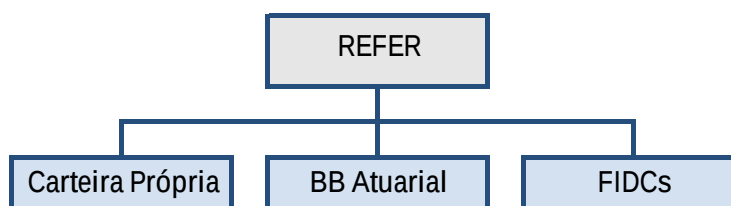
Nome do Plano	RFFSA
CNPB ¹	1999004256
Modalidade	Contribuição Variável (CV)
Meta atuarial	INPC + 6% ao ano

Nome do Plano	CTS
CNPB ¹	2008001619
Modalidade	Contribuição Variável (CV)
Meta atuarial	INPC + 6% ao ano

5. Alocação estratégica

5.1. Estrutura atual dos investimentos

A REFER investe seus recursos prioritariamente por meio de carteira própria, mas também aplica parte do patrimônio em outros veículos, como mostra o organograma abaixo.



5.2. Avaliação do cenário macroeconômico

A análise do cenário macroeconômico é fundamental para a definição da estratégia de investimento dos recursos confiados à entidade. Dessa forma, o objetivo e os limites de alocação estabelecidos nesta política de investimentos foram elaborados tendo em vista as expectativas de inflação, de juros, de crescimento do PIB e de câmbio, entre outras variáveis.

O cenário adotado pela REFER foi o do Relatório Focus de 07/11/2008, divulgado pelo Banco Central



Para o Ibovespa, foi utilizado um prêmio de 6,5% ao ano (sobre a taxa livre de risco). O prêmio da bolsa nos EUA é da ordem de 5,5% ao ano (sobre a taxa livre de risco americana). Ao somarmos 1%, admitimos o risco Brasil na casa dos 100 pontos, o que é bastante conservador.

Economia	2009	2010	2011	2012	2013
PIB	3,00%	4,00%	4,25%	4,30%	4,30%
Juros	2009	2010	2011	2012	2013
Selic	13,25%	12,00%	11,00%	10,13%	10,13%
Câmbio	2009	2010	2011	2012	2013
Dólar	R\$ 2,01	R\$ 2,05	R\$ 2,10	R\$ 2,16	R\$ 2,16
Bolsa	2009	2010	2011	2012	2013
Ibovespa	20,61%	19,28%	18,22%	17,29%	17,29%
Inflação	2009	2010	2011	2012	2013
IPCA	5,20%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
INPC	4,94%	4,50%	4,50%	4,33%	4,33%
IGP-M	5,85%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
IGP-DI	5,80%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Principais metas atuariais	2009	2010	2011	2012	2013
INPC + 5% ao ano	10,19%	9,73%	9,73%	9,55%	9,55%
INPC + 6% ao ano	11,24%	10,77%	10,77%	10,59%	10,59%
IGP-DI + 5% ao ano	11,09%	9,73%	9,73%	9,73%	9,73%

Boletim FOCUS - Banco Central (data base: 07/11/2008)

5.3. Passivo atuarial

Além do cenário econômico, a definição da estrutura do passivo atuarial é de fundamental importância para estabelecer a estratégia e os limites de alocação dos recursos garantidores. Dessa forma, a identificação do passivo é imprescindível para determinar os investimentos adequados para assegurar o cumprimento dos compromissos futuros sem expor a entidade a um risco maior que o necessário.

5.3.1. Hipóteses sobre a geração do fluxo do passivo previdencial

O Estudo do Passivo Atuarial teve como objetivo projetar um “fluxo de caixa” no sentido de confrontar as despesas e as receitas dos planos de benefícios. Todos os cálculos atuariais consideram as particularidades de cada participante, através do processamento individual, além da regras contidas nos planos de benefícios mantidos pela Fundação, de acordo com a avaliação atuarial.

Os resultados apresentados envolvem projeções futuras, baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como: política de crescimento salarial, rotatividade, juros, inflação, mortalidade, segregação contábil, dentre outras. Portanto, estes resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento destas hipóteses e parâmetros.

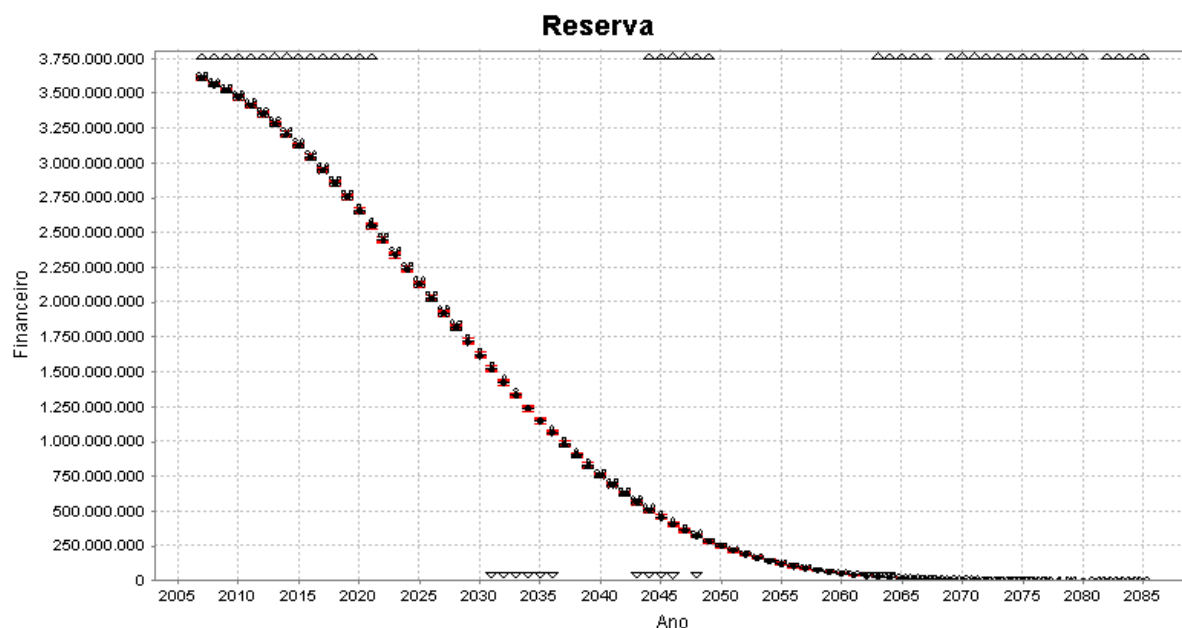


5.3.2. Características do passivo

Plano	Tábua de Mortalidade Geral	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Taxa de Juros Real (por ano)	Projeção crescimento salarial	Indexador
CPTM	UP-84 / AT-83	IAPB-57	Mercer Disability	6%	2%	INPC
CBTU	UP-94 / AT-83	IAPB-57	Mercer Disability	6%	2%	INPC
CENTRAL	AT-83	IAPB-57	Mercer Disability	6%	2%	INPC
METROFOR	UP-94 / AT-83	IAPB-57	Mercer Disability	6%	2%	INPC
METRO	UP-84 / AT-83	IAPB-57	Mercer Disability	6%	2%	INPC
REFER	AT-83	IAPB-57	Mercer Disability	6%	2%	INPC
RFFSA	AT-83	IAPB-57	Mercer Disability	6%	2%	INPC
CTS	AT-83	IAPB-57	Mercer Disability	6%	2%	INPC

5.3.3. Estrutura do passivo

O gráfico abaixo demonstra a evolução do Passivo Atuarial (Reserva) consolidado entre os planos da REFER (Reserva = valor presente dos Benefícios Concedidos, Benefícios a Conceder e Contribuições dos planos de benefícios), com dados relativos a agosto de 2007. Cabe ressaltar que a projeção não considera os valores definidos como “Reserva a Amortizar”.



5.4. Estratégia de alocação de ativos

Na estratégia de macroalocação dos recursos da entidade, os valores a serem aplicados nos diversos segmentos foram definidos por modelo de alocação de ativos que toma como base o passivo previdenciário. Esse procedimento, que considera o fluxo previdenciário e as diversas hipóteses sobre os retornos esperados dos ativos, da liquidez e das perspectivas de realização no tempo, determina a macroalocação ótima.

A macroalocação servirá de critério para os limites de cada alocação a ser realizada pela REFER. Os parâmetros utilizados e os resultados sugeridos pelo modelo deverão ser referendados pelo Comitê Diretor de



Investimentos. Cabe frisar que os parâmetros da macroalocação só poderão ser alterados com a aprovação do Conselho Deliberativo e mediante justificativa baseada em relatório tecnicamente fundamentado.

5.4.1. Modelo de macroalocação

5.4.1.1. ALM por processo estocástico

A idéia central do método é tratar os eventos relevantes para a determinação do fluxo de caixa como variáveis cuja evolução temporal será modelada separadamente. O efeito conjunto da interação dessas variáveis é que determinará “os fluxos de caixa prováveis”.

Depois de simular todos os direitos de todos os contratos, agregam-se os resultados e obtém-se uma simulação completa para o fluxo de caixa do plano como um todo.

Repete-se o processo por diversas vezes para se obter um número “n” de fluxos de caixa do plano. O número “n” será tão grande quanto necessário para estabilizar o valor esperado e a sua volatilidade.

Caso haja mais de um indexador ou moeda nas obrigações da carteira, os fluxos serão gerados separadamente, de modo a viabilizar a montagem de uma carteira hedge segmentada por indexador ou moeda. Para cada indexador ou moeda será simulada uma série de curvas, respeitando-se as correlações entre os mesmos.

5.4.1.2. Cálculo do ativo

Calculados os “n” cenários para o passivo, pode-se então montar uma carteira de ativos de mínimo custo e que atenda adequadamente ao fluxo de caixa do passivo.

Por “atender adequadamente” entenda-se: prover cobertura patrimonial e fluxo de caixa tais que a probabilidade, tanto de ter-se um déficit, como de haver falta de liquidez, sejam minimizadas de forma racional ao longo do tempo futuro.

Assim, pode-se estabelecer *a priori* a restrição de que a carteira de ativos precisará ser suficiente para, por exemplo, cobrir as obrigações futuras com um nível de confiança mínimo de 99% nos três primeiros anos, 95% do quarto ao décimo e não inferior a 90% daí em diante.

Determinados esses parâmetros, procede-se a otimização computacional para obter a carteira de menor custo que atenda a essas restrições.

5.4.1.3. Projeções de resultados

De posse da carteira de ativos otimizada, calculam-se diversos fluxos de caixa e valores a mercado (ou na curva) para a mesma, diante dos diversos cenários de juros futuros.

Os resultados da carteira dependem das taxas de juros futuras e a evolução do fluxo de caixa do passivo depende da dinâmica de ocorrência de eventos de natureza atuarial e da inflação (indexador do passivo).

Considerando esses eventos como não correlacionados com as taxas de juros, calculam-se então os resultados do processo por meio de sorteio simples (por amostragem dentro dos fluxos de caixa simulados) de pares de cenários do Ativo versus Passivo e de sua evolução conjunta. Por esse processo projeta-se a probabilidade de déficit e o risco de liquidez (probabilidade de ter caixa negativo) ao longo do tempo futuro. Assim, pode ser ajustada a composição da carteira de modo a evitar níveis de risco de liquidez e de déficit acima de patamares previamente determinados.



5.5. Limites de alocação por segmento e carteiras

Segmento de Aplicação	Alocação objetivo	Limite Legal	Política de investimento	
			Limite Inferior	Limite Superior
Renda Fixa	70,54%	100,00%	50,00%	95,00%
Baixo risco de crédito	-	100,00%	34,00%	95,00%
Médio e alto risco de crédito	-	20,00%	0,00%	16,00%
Renda Variável	20,94%	50,00%	5,00%	50,00%
Ações em mercado	-	50,00%	0,00%	50,00%
Participações	-	20,00%	0,00%	20,00%
Outros ativos	-	3,00%	0,00%	3,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	0,00%	8,00%
Desenvolvimento	-	8,00%	0,00%	8,00%
Aluguéis e renda	-	8,00%	0,00%	8,00%
Fundos Imobiliários	-	8,00%	0,00%	8,00%
Outros investimentos imobiliários	-	8,00%	0,00%	8,00%
Empréstimos e Financiamentos	0,52%	15,00%	0,00%	10,00%
Empréstimos a participantes	-	15,00%	0,00%	10,00%
Financiamentos imobiliários	-	10,00%	0,00%	10,00%

6. Alocação tática (objetivos específicos da gestão)

Os tópicos a seguir descrevem os objetivos específicos da gestão de cada segmento de aplicação. Cabe frisar que os limites, critérios e condições aqui definidos foram elaborados com base no regulamento anexo à Resolução CMN nº 3.456, legislação que estabelecia, quando da aprovação desta política de investimentos, as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar.

Dessa forma, nos trechos em que a presente política de investimentos estabelece a adoção dos mesmos limites estabelecidos pela legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, entende-se que se trata da legislação vigente quando da verificação da aderência dos investimentos a esta política.

Portanto, caso haja mudanças na legislação, os investimentos devem ser adequados gradativamente à nova regulamentação. Se houver necessidade de negociação de ativos, a entidade estabelecerá um plano com critérios e prazos para a realização dessas operações, de forma a garantir a preservação dos recursos, sem prejuízos à rentabilidade dos investimentos.

Da mesma forma, a entidade abrirá mão de monitorar limites e restrições que eventualmente venham a ser revogados pela legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar.



6.1. Ativos elegíveis e restrições

6.1.1. Ativos elegíveis

Para os segmentos de renda fixa e renda variável, são considerados elegíveis todos os títulos e valores mobiliários cuja aquisição está prevista na legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, desde que observados os limites e restrições estabelecidos no tópico a seguir.

Ainda é facultada a realização de operações de empréstimos de títulos e valores mobiliários de renda fixa, bem como o empréstimo de ações, desde que estas operações estejam em conformidade com a legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar e com as normas estabelecidas pela CVM.

No segmento de imóveis, são elegíveis todos os investimentos imobiliários previstos na legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, desde que observados os limites e restrições estabelecidos no tópico a seguir.

Cabe ressaltar, porém, que a REFER não pretende aumentar o volume investido em imóveis e que a entidade iniciou os processos de desmobilização e de reestruturação dos investimentos imobiliários, para adequação aos limites legais.

No segmento de empréstimos e financiamentos, a entidade considera elegíveis todas as operações de empréstimos e financiamentos mobiliários a participantes previstas na legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, desde que observados os limites e restrições estabelecidos no tópico a seguir.

6.1.2. Restrições

6.1.2.1. Novas modalidades de investimento

A Fundação poderá estipular, ao longo do ano, novos ativos elegíveis para sua gestão interna, de acordo com o contexto do mercado financeiro, e sujeito à aprovação do Conselho Deliberativo.

Os CCBs não são permitidos por esta Política de Investimentos uma vez que para estes títulos não há uma regulamentação pela CVM. Além disto, no atual cenário de falta de liquidez nos mercados, a alocação em créditos privados deve ser mais restritiva com o intuito de se preservar o patrimônio da fundação, e se deve dar preferência àquelas empresas que possuem divulgação ampla de informação, o que não acontece na maioria das emissões de CCBs, pois são feitas majoritariamente por empresas de capital fechado e, portanto, têm divulgação limitada de informação.

Entretanto, qualquer nova modalidade de investimento financeiro que não faça parte do atual portfolio de Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, considerada a data base de 31 de outubro de 2008, deverá ser submetidas à apreciação do Comitê Diretor de Investimentos (CDI) para aprovação. Para que qualquer proposta de investimento seja passível de análise, é condição necessária a pré-existência de embasamento técnico e análise de risco adequada, para que posteriormente tal proposta seja enviada para a aprovação do Conselho Deliberativo da REFER, exceto para os ativos a seguir:

6.1.2.2. FIDCs

Abaixo estão listadas as restrições para aplicação em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs).

- É vedada a aplicação em FIDCs considerados como de médio e alto risco de crédito, segundo os critérios estabelecidos nesta política de investimentos;



- O investimento em FIDCs está limitado a 20% do patrimônio líquido do segmento de renda fixa da REFER;
- É vedada a aplicação em FIDCs não-padronizados (não são constituídos conforme a Instrução CVM nº 444, de 8 de dezembro de 2006);
- Somente serão avaliados os FIDCs cuja taxa de retorno apresentem uma taxa de rentabilidade acima da meta atuarial e comparativamente superior à dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e das aplicações em CDBs indexados ao CDI.
- Para novas aplicações em FIDCs será utilizado o limite de 15% do patrimônio líquido do Fundo, e prazo de até 3 anos para vencimento do Fundo.

6.1.2.3. *Debêntures*

Abaixo estão listadas as restrições para aplicação em debêntures.

- É vedada a aplicação em debêntures consideradas como de médio e alto risco de crédito, segundo os critérios estabelecidos nesta política de investimentos;
- As aplicações em debêntures estão limitadas a 20% do patrimônio líquido alocado no segmento de renda fixa;
- As aplicações em debêntures estão limitadas a 10% de uma mesma emissão e;
- O emissor da operação deve ter *rating* igual ou superior ao atribuído à debêntures;
- Somente serão avaliadas debêntures com rentabilidade acima da meta atuarial e comparativamente superior aos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e das aplicações em CDBs indexados ao CDI.
- Para novas aplicações em Debêntures, apenas serão consideradas para avaliação as emissões com prazo de vencimento de até 3 anos.

6.1.2.4. *CDBs*

Abaixo estão listadas as restrições para aplicação em Certificados de Depósito Bancário (CDBs).

- É vedada a aplicação em CDBs consideradas como de médio e alto risco de crédito, segundo os critérios estabelecidos nesta política de investimentos.

6.1.2.5. *Carteira própria de renda variável*

O giro mensal da carteira de ações não poderá ultrapassar a 25% do patrimônio do segmento de renda variável do fechamento do mês anterior. Entende-se por giro o somatório dos valores absolutos das compras e vendas realizadas no mês envolvendo ações dentre as mais líquidas do mercado.

As operações de giro devem constar na boleta e ter registro no Sistema CM, de forma a possibilitar a avaliação ao final de cada mês. Além disso, devem estar respaldadas em pareceres técnicos as operações de compra e venda que não caracterizem giro — como, por exemplo, compras envolvendo novos recursos; compra de ações de empresas que não façam parte da carteira; e venda parcial ou integral de ações que passem a ter recomendação negativa.



6.1.2.6. *Hedge da carteira de ações*

A venda de índice futuro de Ibovespa para hedge do *portfólio* está limitada a 20% da carteira de ações. A negociação de contratos com valor superior a esse limite está sujeita à aprovação prévia do Comitê Diretor de Investimentos e do Conselho Deliberativo.

6.1.2.7. *Imóveis*

A venda de qualquer imóvel está sujeita à aprovação do Comitê Diretor de Investimento e do Conselho Deliberativo

É vedada, em qualquer hipótese, a substituição de imóveis.

6.2. *Plano de reenquadramento*

A REFER tem em execução um plano para se reenquadrar em relação à legislação vigente no que se refere às suas aplicações em terrenos.

6.3. *Índices de referência (benchmarks)*

Os índices de referência apresentados na tabela a seguir foram definidos tendo em vista o conjunto de investimentos em cada segmento de aplicação. Vale ressaltar que a entidade pode, a seu critério, estabelecer *benchmarks* específicos para fundos de investimento, a fim de atingir os objetivos de rentabilidade previstos na estratégia de alocação.

REFER	<i>Benchmark</i>
Renda Fixa	INPC + 6% ao ano
Renda Variável	IBr-X 50
Imóveis	INPC + 6% ao ano
Empréstimos e Financiamentos	INPC + 6% ao ano

7. Limites de investimento em uma mesma pessoa jurídica

A REFER adotará os limites de concentração de investimentos em ativos e valores mobiliários e emissão ou coobrigação de um mesmo emissor definidos pela legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar.

Característica do emissor (contraparte)	Percentual dos recursos garantidores
Instituição Financeira	20%
Pessoa Jurídica Não Financeira (PJNF)	10%
Patrocinadora e coligadas	10%



Ativos de Renda Fixa				
Característica do emissor (contraparte)	Percentual dos recursos garantidores			
Nível de risco	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco	PL do fundo
Instituição Financeira	20%	20%	20%	
Pessoa Jurídica Não Financeira (PJNF)	10%	10%	10%	
Em FIDC ¹	20%	10%	10%	25%

¹ Ver limite para novas aplicações (item 6.1.2.2)

Alocação por nível de governança corporativa	
Novo Mercado e Nível 2	50% dos recursos garantidores
Nível 1	45% dos recursos garantidores
Bovespa Mais	40% dos recursos garantidores
Demais ações	35% dos recursos garantidores

Companhias abertas	
Participação no capital votante	20%
Participação no capital social	20%
Percentual dos recursos garantidores	10% ²

² Percentual válido para as ações com pelo menos 2% de participação nos índices Ibovespa, IBr-X, IBr-X 50, IGC, ISE ou FGV-100. Nos demais casos, o limite superior é de 5% dos recursos garantidores

Sociedades de Propósito Específico (SPE)	
Investimento máximo por projeto	25% do projeto ou fundo
Investimento máximo em parceria com a patrocinadora	40% do projeto ou fundo

Imóveis	
Alocação máxima em um único imóvel	4% dos recursos garantidores
Alocação em projetos da carteira de desenvolvimento	25% de um mesmo empreendimento
Alocação em fundos de investimento imobiliário	25% do PL de um mesmo fundo

8. Operações com derivativos

A REFER adotará os limites de aplicação em derivativos definidos pela legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar.

9. Critérios para a contratação de agentes fiduciários

A contratação de pessoas jurídicas especializadas nos serviços de consultoria e gestão financeira é uma ferramenta importante para permitir que os recursos confiados à entidade sejam administrados com vistas à otimização dos resultados.

Dessa forma, conforme determina a legislação aplicável às EFPC, a REFER define nesta política de investimentos quais devem ser as atribuições dos consultores e gestores contratados, bem como os critérios de seleção e de avaliação dos serviços prestados.



Qualquer gestor externo contratado deve comunicar à entidade, por escrito, num prazo máximo de cinco dias úteis, qualquer intenção de ação que possa causar impacto às carteiras do plano. Exemplos dessas intenções de ações incluem, mas não se limitam a:

- Perda de um ou mais funcionários chave para a gestão de recursos.
- Designação de um novo gestor para a carteira da entidade.
- Alteração na estrutura societária do gestor de recursos.
- Qualquer ocorrência que possa potencialmente impactar a *expertise* dos gestores, o profissionalismo, a integridade ou a situação financeira da empresa de gestão de recursos.

9.1. Processos de seleção e avaliação

O processo de seleção deverá ter critérios específicos para cada agente fiduciário. Qualquer que seja a especificidade, os agentes fiduciários selecionados devem atender e ou representar instituições que atendam ao requisito de reconhecida idoneidade, experiência e capacidade técnica, nas respectivas áreas de atuação.

Os agentes fiduciários serão selecionados e avaliados de acordo com as “Diretrizes para Seleção e Avaliação de Agentes Fiduciários”, constante no anexo a esta política de investimentos.

10. Apreçamento de ativos e estratégia de formação de preço ótimo

10.1. Estratégia de apreçamento de ativos

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, exclusivos ou não, nos quais a entidade aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM e pela ANBID.

Isso não exclui a possibilidade, entretanto, de a entidade contabilizar os títulos que pretende carregar até o vencimento pela taxa do papel, método usualmente chamado de marcação na curva. Essa medida, prevista pela Resolução CGPC nº 4 e pela Resolução 3.086 do Banco Central, evita que o patrimônio da entidade seja avaliado sob uma perspectiva que não é real, dado que esses papéis não serão negociados e, portanto, não estão expostos a riscos de mercado ou de liquidez.

Adicionalmente, nenhum título que já esteja sendo contabilizado pelo seu valor de curva poderá passar a ser marcado a mercado sem aprovação do Comitê Diretor de Investimentos e do Conselho Deliberativo, e sem a devida comunicação à SPC.

Caso a entidade decida terceirizar a gestão, caberá aos gestores determinar a estratégia de apreçamento dos papéis, sempre buscando se adequar às práticas de mercado e às recomendações da ANBID. Cabe à entidade, por sua vez, acompanhar as operações da gestão externa por meio:

- Do recebimento das carteiras da custódia;
- Da assessoria no gerenciamento de risco de mercado da carteira; e
- Do acompanhamento da Política de Investimento.

10.2. Estratégia de formação de preço ótimo

A estratégia de formação do preço ótimo no carregamento de posições em investimentos e desinvestimentos será definida pelos gestores externos de investimento.



A entidade incentiva os gestores a realizarem operações de títulos de renda fixa no mercado secundário por meio de plataformas eletrônicas de negociação, o que facilita a obtenção do preço de mercado do ativo e confere maior transparência às transações.

De acordo com a Resolução CGPC nº 21, a entidade observará ainda o valor de mercado ou o intervalo de máximo e de mínimo dos preços dos ativos financeiros de renda fixa que forem negociados em mercado de balcão, por meio de carteira própria ou via fundos de investimentos exclusivos.

Caso alguma operação no mercado de balcão seja efetuada fora do preço de mercado, o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) irá elaborar um relatório contendo:

- A demonstração da discrepância dos preços ou taxas aplicadas;
- A indicação da instituição, do sistema eletrônico ou das fontes secundárias que serviram de base para obtenção do valor de mercado ou intervalo referencial de preços;
- A identificação dos intermediários da operação;
- A justificativa técnica para a efetivação da operação.

Este relatório será entregue ao Conselho Fiscal da entidade num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, que se manifestará semestralmente através do relatório de controles internos.

A elaboração deste relatório será dispensada caso a negociação seja efetuada por meio de plataformas eletrônicas de negociação.

11. Controle e monitoramento de riscos

11.1. Risco de crédito

O risco de crédito se caracteriza pela possibilidade de inadimplência por parte da contraparte tomadora de recursos. No caso específico das entidades fechadas de previdência complementar, essas contrapartes são os emissores dos títulos e valores mobiliários que a EFPC adquire em sua carteira própria ou por meio dos veículos de investimentos em que aplica, como fundos e carteiras administradas.

A REFER define no quadro a seguir as agências elegíveis para avaliação de crédito da contraparte e os ratings considerados como de baixo risco de crédito.

Agência	Standard & Poors		Moody's		Fitch Ratings	
Prazo	Longo	Curto	Longo	Curto	Longo	Curto
Ratings considerados de baixo risco de crédito	brAAA	brA-1	Aaa.br	BR-1	AAA(bra)	F1(bra)
	brAA+	brA-2	Aa1.br	BR-2	AA+(bra)	F2(bra)
	brAA	brA-3	Aa2.br		AA(bra)	F3(bra)
	brAA-		Aa3.br		AA-(bra)	
	brA+		A1.br		A+(bra)	
	brA		A2.br		A(bra)	
	brA-		A3.br		A-(bra)	

A classificação dos títulos nas carteiras de baixo e de médio e alto risco de crédito levará em conta os seguintes critérios:



- Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis ou que tenham recebido uma classificação que não consta na tabela devem ser automaticamente classificados como de médio e alto risco de crédito;
- Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, a entidade adotará, para fins de classificação, o *rating* que considera a maior probabilidade de *default*;
- Para fins de verificação do enquadramento dos títulos no grupo de ratings de baixo risco, deve ser levada em consideração, obrigatoriamente, a perspectiva de mudança de nota. Ou seja, a expectativa de *upgrade* (“+”) ou de *downgrade* (“-”);
- A classificação dos títulos será feita com base no rating vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimentos.

11.1.1. Risco de degradação da qualidade de crédito

Para o caso de contrapartes que tenham sido adquiridas em conformidade com a política de crédito, mas que, eventualmente, após sua aquisição tenham sofrido redução da sua nota de classificação para médio e alto risco de crédito, cabe ao gestor notificar o Comitê Executivo de Investimentos Mobiliários da REFER. O ativo em questão deve ser avaliado pelo Comitê Diretor de Investimentos que decidirá sobre a manutenção ou não do título em carteira.

11.2. Risco de mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por meio do acompanhamento do *Value-at-Risk* (VaR), que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda esperada.

Dessa forma, para o cálculo do VaR, a REFER utilizará o modelo não paramétrico e um intervalo de confiança de 95%.

Cabe ressaltar que, para fins da verificação dos limites de risco de mercado estabelecidos nesta política de investimentos, não serão considerados os papéis que a entidade pretende carregar até o vencimento. Isso porque os títulos “marcados na curva” não estão disponíveis para negociação e, portanto, não estão expostos aos riscos de mercado.

O monitoramento do risco de mercado será feito mensalmente, de acordo com os seguintes limites:

REFER	Limite de VaR	Horizonte de tempo
Renda Fixa	2,00%	21 dias
Renda Variável	150% do VaR do IBr-X 50	21 dias

A REFER tem o poder para alterar esses limites, desde que haja mudanças bruscas nos mercados de juros e bolsa. A alteração, no entanto, deve ser sugerida mediante relatório técnico que deve conter os novos limites para os segmentos de renda fixa e de renda variável. A alteração do VaR deve ser submetida ao Conselho Deliberativo para aprovação e deliberação.

11.2.1. Divergência não planejada

A REFER ainda vai monitorar os riscos de mercado por meio da divergência não planejada, conforme estabelece a legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar.



11.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez se caracteriza pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. Nesse caso, o gestor pode encontrar dificuldades para negociar esses papéis pelo preço e no prazo desejado. O custodiante, conseqüentemente, terá dificuldades para liquidar suas posições.

Dessa forma, o gerenciamento do risco de liquidez deve ser preocupação constante e, como prudência, a entidade deverá manter um percentual mínimo dos recursos em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, elimina-se a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos previdenciais no curto prazo.

12. Critérios para participação em assembléias de acionistas

A REFER participará de assembléias de acionista das companhias das quais possua, no conjunto de seus investimentos, no mínimo:

- 10% do capital votante da companhia aplicado em ações ordinárias;
- 10% do capital total da companhia aplicado em ações ordinárias;
- 5% dos recursos garantidores investidos em ações ordinárias da companhia.

Anexo à Política de Investimentos 2009 a 2013



*Diretrizes para Seleção e Avaliação
de Agentes Fiduciários*



Índice

1.	Consultores externos de investimentos.....	3
2.	Gestores externos de investimento	3
3.	Investimentos alternativos	5
3.1.	Fundos Multimercados institucionais e não institucionais.....	5
3.2.	Fundos de Participações (FIP) e Fundo de Empresas Emergentes (FMIEE).....	7
3.3.	Fundos imobiliários.....	9
3.4.	PPP (Parceria Público-Privada).....	10
3.5.	Fundos de crédito	10
3.6.	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs).....	11
4.	Agente custodiante	11
5.	Corretoras	12
6.	Auditores externos de gestão	14



Este documento possui a descrição do processo de seleção e de avaliação dos agentes fiduciários da REFER. Conforme definido na política de investimentos, cada especialidade possui um processo de seleção com critérios específicos.

1. Consultores externos de investimentos

1.1. Composição

A REFER contratou a empresa de consultoria financeira *RiskOffice* (responsável pelo controle de risco de mercado da REFER) para gerenciar o risco de mercado da entidade.

A REFER contratou também a empresa de consultoria Fitch Ratings para assessorar a Fundação no controle do risco de crédito bancário e, na área de mercado de capitais, a Lopes Filho & Associados.

1.2. Atribuições

As atribuições do consultor externo são:

- Trabalhar com a Diretoria orientando a condução do processo de investimento.
- Executar reuniões regulares com a Diretoria para apresentar uma perspectiva independente acerca das questões que se apresentam a REFER.
- Executar reuniões regulares com a Diretoria para apresentar, para os planos de benefícios, uma perspectiva independente acerca: (1) dos seus objetivos; (2) das suas estruturas de investimento; (3) do desempenho dos seus investimentos; (4) do desempenho dos seus gestores.
- Analisar criticamente a alocação dos ativos e a *performance* dos investimentos em conjunto com a Diretoria e os empregados da área financeira da REFER, fazendo recomendações a Diretoria conforme apropriado.
- Auxiliar na preparação de relatórios de *performance* de investimentos e de avaliação de todos os gestores de investimento.
- Auxiliar no processo de seleção de gestores externos, notificando prontamente a Diretoria e os funcionários apropriados de fatos relevantes referentes aos gestores, bem como o impacto destes fatos na gestão dos recursos.

1.3. Processo de seleção

A contratação do consultor externo de investimento é feita de acordo com a MP 5.2.1 - Contratação de Serviços, norma que também é objeto de análise dentro do plano de adequação da REFER.

1.4. Processo de avaliação

Os consultores externos de investimento contratados são avaliados continuamente, verificando a qualidade do trabalho e os custos incorridos.

2. Gestores externos de investimento

2.1. Atribuições

Os gestores externos de investimento devem possuir excelência em classes de ativos específicas ou em estilos de gestão específicos. Eles receberão os regulamentos e/ou mandatos aplicáveis aos fundos sob sua



responsabilidade com diretrizes detalhadas para suas ações. As carteiras de investimento montadas e administradas por estes gestores deverão atender à filosofia de investimento e aos requisitos definidos nos regulamentos e/ou mandatos, que consideram, no mínimo, os seguintes pontos:

- Ativos elegíveis;
- Estilo de gestão;
- Diversificação;
- Custos de administração; e
- Objetivos de performance.

2.2. Processo de seleção

Os gestores externos de investimento deverão ser selecionados pelo Comitê Diretor de Investimentos e Diretoria Executiva por meio de um processo de seleção e desempenharão atividades por eles determinadas. Além disso, a contratação dos gestores está sujeita à aprovação do Conselho Deliberativo.

O processo de escolha dos gestores de investimentos deverá ser feito em quatro fases, sendo uma de pré-qualificação, duas quantitativas e uma qualitativa.

2.2.1. Fase de Pré-Qualificação

- Definição do agrupamento dos fundos por nível de risco;
- Pré-qualificação dos fundos a serem analisados (patrimônio líquido mínimo, patrimônio total administrado pelo gestor e histórico mínimo de cotas).

2.2.2. Fase Quantitativa I

- Escolha do período de análise dos fundos e dos sub-períodos, caso o período de análise seja extenso;
- Definição dos pesos de cada sub-período, para fins de atribuição de nota;
- Definição dos indicadores utilizados para a análise de desempenho segundo as peculiaridades de cada categoria: série temporal contra o *benchmark*; índice de Sharpe; erro quadrático médio; entre outros;
- Atribuição de notas em cada sub-período e ponderação das notas pelos respectivos pesos de cada sub-período;
- Classificação dos fundos de acordo com a nota obtida.

2.2.3. Fase Quantitativa II

Para os gestores de melhor desempenho na Fase Quantitativa I, são abertas as carteiras dos fundos classificados na análise de desempenho de cotas, segundo um formato padrão e com periodicidade estabelecida para recebimento das informações das carteiras.

Os fundos selecionados são avaliados novamente, com mais detalhe, mas agora com base nos critérios estabelecidos para a carteira aberta. São observados aspectos como percentual de crédito privado, valor em risco (*VaR*), alavancagem e critérios de marcação a mercado dos ativos, entre outros.



2.2.4. Fase Qualitativa

Os gestores de fundos considerados satisfatórios nas duas etapas quantitativas são submetidos a uma análise qualitativa, constituída de resposta a um questionário que permita avaliar aspectos importantes na condução dos fundos de investimento.

No caso da seleção de gestores para administração de fundos não-discrecionários ou de gestão compartilhada a REFER deverá ponderar internamente alguns fatores, como:

- Se o gestor pode trazer conhecimento e *expertise* para a REFER;
- Se o gestor oferece bons serviços e se existe troca de informações que podem levar a REFER a apropriar ganhos com isso;
- Se o gestor é, também, custodiante;
- Se o custo está dentro dos níveis atuais de taxas praticadas pelo mercado financeiro;
- Se o gestor tem *expertise* nesta tarefa.

2.3. Avaliação dos resultados

O processo de avaliação de gestores externos de investimento discrecionários leva obrigatoriamente em consideração, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Desempenho frente ao *benchmark* e a concorrência relevante;
- Custos e qualidade dos serviços prestados perante a concorrência relevante;

O Comitê Diretor de Investimentos recomendará periodicamente à Diretoria Executiva, e esta o Conselho Deliberativo, a continuação ou o término das atividades dos gestores externos.

Quando a gestão das carteiras da REFER é compartilhada ou não-discrecionária, os seguintes critérios são considerados na avaliação do desempenho dos gestores:

- Presteza dos serviços;
- Sucesso das estratégias propostas;
- Valor agregado aos investimentos da REFER.

3. Investimentos alternativos

Esse capítulo apresenta alternativas de investimentos que podem ser feitos pela entidade ao longo da vigência dessa Política de Investimentos. Cabe ressaltar que, para cada novo tipo de investimento sugerido, devem-se levar em conta o risco desse investimento e seus efeitos quando se considera a estrutura do passivo da Fundação, ou seja, estes investimentos deverão atender as necessidades do fluxo de caixa da REFER.

Além disso, devem ser realizados estudos de viabilidade e os novos investimentos devem ser aprovados necessariamente pelo Conselho Deliberativo.

3.1. Fundos Multimercados institucionais e não institucionais

Consideram-se fundos multimercados institucionais aqueles que seguem as restrições de investimentos impostas pela legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar.



Considera-se fundo multimercado não institucional os fundos cujas estratégias podem conter *long-short* de títulos, alavancagem, *day trade*, investimentos no exterior.

3.1.1. Processo de seleção

Os mandatos multimercados possuem uma flexibilidade legal maior no tocante às opções de investimento e seleção de ativos. Por conta disto, tais mandatos assumem riscos financeiros maiores, que devem ser monitorados continuamente.

Os investimentos tradicionais apresentam estratégias padronizadas, *benchmarks* bem definidos, em alguns casos alta liquidez, e maior transparência. Já os fundos multimercados e *hedge funds* apresentam estratégias altamente diferenciadas, busca por retornos absolutos, estruturas reduzidas, baixa liquidez de forma geral e gestão fundamentada na filosofia dos gestores. Dentre as diferenças mencionadas, uma das mais importantes é o fato de os investimentos tradicionais possuírem *benchmarks* bem definidos, permitindo que sua análise quantitativa seja feita mais facilmente.

Portanto, todas essas diferenças necessitam de um processo de seleção específico. A natureza deste tipo de mandato requer, então, uma análise mais qualitativa do que quantitativa e, como esse mercado também é dinâmico, o monitoramento dos gestores deve ser contínuo.

Neste contexto, o processo de escolha de gestores para mandatos multimercados deverá atribuir um peso maior para aspectos qualitativos. Como se trata de mandatos especializados, entender o processo de investimentos do gestor é um aspecto chave (*Research*). Entender onde está o diferencial do gestor (*Edge*) e como é composta a equipe (é importante saber quem são, seu passado e o que fizeram) também é fundamental. Portanto, a fase de *Due Diligence* é a etapa mais importante desse processo.

Em suma, o processo de escolha terá três fases, a saber:

- Etapa Quantitativa (de caráter não eliminatório): análise de desempenho e de carteira.
- Análise Qualitativa (caráter eliminatório).
- *Due Diligence* (caráter eliminatório): visita à sede do gestor para se conhecer a estrutura física e equipe de gestão.

O processo de escolha será composto inicialmente por uma etapa quantitativa (que não terá um caráter eliminatório), onde será feita uma análise da indústria dos fundos multimercados considerando, dentre outros aspectos, indicadores de desempenho. No caso da seleção de gestores para FIC (Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento), serão analisados os fundos da categoria “Fundos de Fundos” do *RiskOffice*. Nesta etapa serão analisadas:

- Participação do gestor na indústria em questão (tradição e representatividade do gestor em relação ao tamanho do Patrimônio Líquido da indústria de fundos de fundos), quantidade de fundos geridos, tamanho dos fundos geridos, características gerais dos fundos, quem são os principais Clientes do gestor.
- Análise quantitativa dos fundos levando em conta indicadores de rentabilidade, volatilidade e variação do patrimônio líquido.
- Verificação da performance do gestor nos momentos de crise.
- Análise das estratégias de escolha dos FIs que estão por baixo dos FICs.

A segunda etapa consiste em uma avaliação qualitativa do gestor, e terá caráter eliminatório. Como já mencionado, os fundos multimercados, fundos de fundos multimercados e *hedge funds* apresentam algumas



características peculiares que os diferenciam dos investimentos tradicionais. Essas características denotam a importância de se ter um processo de seleção diferenciado.

- Inicialmente, deverá ser encaminhado um questionário que deverá ser respondido pelos candidatos a gestores.
- Após o recebimento destes questionários, serão discutidos e avaliadas quais foram as melhores respostas.
- Por último, serão agendadas *Due Diligences* nos candidatos a gestores, para que eventuais dúvidas nos questionários sejam respondidas e, principalmente, para se conhecer a estrutura física e a equipe de gestão.
- O questionário tem, por objetivo, avaliar a estrutura, processos e as estratégias de gestão de um gestor, por exemplo:
- Análise da estrutura e dos processos da instituição (por exemplo, questões acerca de processos e controles de riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, questões relacionadas a Sistemas / Segurança da Informação, questões relacionadas a *compliance*, mitigação de fraudes, informações acerca dos envolvidos na gestão e nos controles, políticas de contingência etc).
- Análise dos processos de seleção e de rebalanceamento de estratégias dentro dos FICs.

Outra questão importante, e que deverá ser analisada, é em relação à transparência e agilidade nas informações. Este fato pode ser decisivo na escolha do gestor (o *disclosure* total das informações é importante neste caso).

O teor deste questionário, assim como a parametrização das respostas a serem apresentadas pelos gestores poderá ser discutido com a REFER.

Por último, a terceira etapa consiste na *Due Diligence*, que também tem caráter eliminatório. Trata-se de uma visita à sede do gestor para se conhecer a estrutura física (infra-estrutura e organização da instituição) e equipe de gestão (até para conhecer a qualidade, preparação e experiência dos profissionais), e discussão de eventuais pontos pendentes que não foram devidamente esclarecidos na Etapa anterior.

Deverá ser observado quem são os responsáveis pela gestão das carteiras dos fundos e se houve alteração na equipe que possa potencialmente impactar a qualidade da gestão, o profissionalismo, a integridade ou a situação financeira do gestor.

3.1.2. Avaliação dos resultados

Os fundos multimercados alocados pela REFER poderão ser mensurados em relação aos seus *benchmarks* específicos divulgados pelo RiskOffice, o IFM, IFM-I e ILS.

3.2. Fundos de Participações (FIP) e Fundo de Empresas Emergentes (FMIEE)

O total de recursos destinados para estes investimentos será determinado pelo processo de macroalocação e respeitará os limites estabelecidos pela legislação aplicável as EFPC, em especial o Artigo 21 inciso III da Resolução CMN 3.456. A Fundação somente poderá adquirir cotas desses fundos que atenderem, cumulativamente, às seguintes condições:

- A elaboração de estudos de viabilidade por pelo menos duas instituições financeiras não relacionadas com a que estiver oferecendo o ativo e por técnico ou analista da Diretoria Financeira, comprovando a viabilidade econômico-financeira do empreendimento, devendo, necessariamente, ser apreciado pelo Conselho Deliberativo.



- A elaboração de diagnóstico de oportunidade por técnico ou analista da Diretoria Financeira deverá demonstrar a compatibilidade da alternativa de investimento com a natureza do fluxo de benefícios da Fundação e o correspondente valor apurado no cálculo do duration, assim como a adequação técnica e suficiência da estrutura jurídica e societária proposta.
- A demonstração da compatibilidade entre as premissas de liquidez e da busca de retornos esperados e as necessidades atuariais, inclusive quanto ao custeio do plano e ao custo de oportunidade, no momento da realização do investimento.
- A empresa deverá possuir ainda, histórico comprovado de rentabilidade nos 3 (três) últimos exercícios, comprovado em demonstrações financeiras auditadas nos últimos 3 (três) exercícios por lista de auditorias determinada pela Fundação.
- O Conselho de Administração da empresa deverá ser composto por pessoas com notórios conhecimentos em boas práticas em Governança Corporativa e preferencialmente experiência no setor, e por representantes dos acionistas ou cotistas, não podendo ter a predominância de proprietários ou empregados dos proprietários, ou de familiares daqueles que estejam no seu controle e/ou administração e, também, de EFPC em que o administrador do fundo possa ter influência e/ou capacidade de decidir o voto da Fundação.
- O gestor do fundo deverá possuir equipe com experiência e a capacidade técnica nesta categoria de fundos de investimento.
- Para as participações que integravam a carteira da Fundação na data de início de vigência desta Política de Investimentos, deverão ser feitas reavaliações anuais para o valor dos papéis, sob a forma de relatório que contemple estudo comparativo entre o que foi previsto nas últimas reavaliações e o que foi efetivamente realizado, e, ainda, parecer do analista responsável pelo acompanhamento da participação, que deverá propor a conduta administrativa a ser tomada, conforme a necessidade, a alienação, o reforço ou a simples manutenção do ativo correspondente.
- Competirá ao Comitê Diretor de Investimentos e Diretoria Executiva apreciar acerca dos estudos previstos nos subitens anteriores, decidindo a respeito das medidas a serem adotadas em cada caso e submetidas ao Conselho Deliberativo, para autorização.
- A compra de participações que se caracterizem como abrangidas pelo segmento de participações deverá ser feita observando, no que couber, os critérios de private equities apresentados abaixo e vice-versa, em especial quanto ao estabelecimento de instrumentos que viabilizem a realização dos investimentos, tendo em vista a compatibilização das premissas de liquidez e da busca de retornos esperados, compatíveis com o piso atuarial mais o custo de oportunidade, acrescido do custeio do plano da Fundação.
- As taxas de administração e de performance deverão estar compatíveis com as mesmas praticadas pelo mercado.
- Os serviços de gestão, administração e custódia desses fundos serão prestados por pessoas jurídicas autorizadas pela CVM.
- A carteira do fundo somente poderá comprar títulos emitidos por sociedades que atendam as exigências previstas na legislação aplicável às EFPC.
- Caso o gestor/administrador não garanta a política de investimento do fundo, poderá ocorrer a substituição do gestor/administrador, sendo vedada a participação na respectiva deliberação de qualquer pessoa, física ou jurídica, sob a qual o gestor/administrador possa ter influência, por relação de parentesco, trabalho, prestação de serviços ou patrocínio, direito ou indireto.



- A prorrogação da vida do fundo somente poderá ser decidida por Assembléia de Cotistas.
- Os eventuais títulos de renda fixa que compuserem a carteira do fundo deverão ter como emissores o Banco Central do Brasil ou o Tesouro Nacional ou instituições com baixo risco de crédito privado.
- A REFER deverá necessariamente analisar outros fundos geridos pelo proponente, verificando seus históricos de rentabilidade e sua aderência à Política de Investimentos do referido fundo.
- A REFER poderá investir no máximo 25% do PL do fundo.

3.3. Fundos imobiliários

O total de recursos destinados a fundos conhecidos como Fundos Imobiliários será determinado pela macro-alocação.

A Fundação só poderá adquirir cotas de fundos imobiliários se forem atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

- A maior parte dos ganhos do administrador deverá advir de sua performance, sendo que as taxas de administração deverão ser equivalentes ao piso de mercado e as de performance, cobradas sob o conceito de *new watermark*, isto é, a performance só será paga como uma porcentagem do que exceder o maior valor entre o *benchmark* do fundo e IBOVESPA ou o piso atuarial da Fundação, não podendo superar 10% dos rendimentos auferidos pelo fundo do empreendimento imobiliário objeto do mesmo.
- Todos os agentes envolvidos na gestão, administração, custódia ou qualquer outro tipo de serviço prestado ao fundo deverão ter sede no Brasil.
- Caso seja exclusivo, o fundo deverá ter um Comitê Diretor de Investimentos, ou órgão com atribuições semelhantes explicitado no regulamento do fundo, composto por 3 (três) membros indicados pela Fundação e 2 (dois) membros indicados pelo administrador do fundo, estabelecendo-se que os representantes da Fundação terão veto amplo nas deliberações, especialmente naquelas que possam resultar em desrespeito a limites normativos a que se sujeite a Fundação.
- Caso a Fundação não consiga se retirar do Fundo, a Fundação terá o direito de exigir que o Fundo entre em processo de liquidação, nomeando-se um liquidante eleito em Assembléia de Cotistas, ou que ocorra a troca do administrador.
- A Fundação deverá ter o direito de no último dia útil de cada triênio retirar-se, sem qualquer motivação, do fundo, situação em que os preços atribuídos aos ativos deverão ser o maior entre o preço de mercado e o preço correspondente à evolução do piso atuarial da Fundação.
- Os eventuais títulos de renda fixa que compuserem a carteira do fundo deverão ter como emissores o Banco Central do Brasil ou o Tesouro Nacional e não poderão ter duration superior a um ano, sendo vedados títulos securitizados pelo Tesouro.
- O regulamento do Fundo deverá conter cláusula que assegure que o administrador do empreendimento imobiliário não poderá possuir ligação com o administrador/gestor cotistas do fundo (parentesco ou sociedade com a administradora, as empresas ligadas economicamente à administradora). Qualquer caso que caracterize interesse do administrador/gestor ou mesmo de outros cotistas no empreendimento imobiliário em questão, os mesmos devem se declarar conflitados, não podendo ter o direito a voto.
- Verificada a impossibilidade da recuperação dos valores envolvidos pela insuficiência ou pouca qualidade das garantias exigidas pelo administrador do fundo, este deverá restituir à Fundação



quaisquer taxas de administração ou performance que tenha recebido tendo por fundamento o correspondente empreendimento.

3.4. PPP (Parceria Público-Privada)

É obrigatória a existência de *rating* mínimo para aplicação de recursos em quaisquer novos títulos e valores mobiliários de emissão privada, inclusive novos investimentos em PPP.

Os investimentos em PPP (Parceria Público Privada) poderão ser realizados quando estudo tecnicamente fundamentado, indicar necessidade e oportunidade da sua inclusão na carteira da REFER e, ainda, o montante a ser investido estará sujeito aos valores recomendados pelo referido estudo.

3.5. Fundos de crédito

O fundo de crédito é uma modalidade dos fundos de Renda Fixa que adota em sua Política de Investimentos a aplicação de seus recursos em títulos de emissão de instituições não financeiras, tais como, debêntures, certificados de recebíveis imobiliários (CRIs), notas promissórias (NP), fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) e outros. Portanto, trata-se de fundo que aplica seus recursos majoritariamente em títulos privados, buscando auferir performance superior a taxa de juros da economia ou de parâmetro de referência (benchmark) estabelecido pela REFER.

Diferentemente dos títulos públicos, os títulos privados estão expostos ao risco de crédito.

Neste contexto, no processo de seleção dos fundos de crédito alguns critérios devem ser necessariamente atendidos:

- A REFER deverá pré-selecionar, primeiramente, os fundos de crédito dos gestores que atendem as regulamentações aplicáveis às EFPC. A performance dos fundos de crédito, neste caso, não é tão relevante no processo de seleção, pois os fundos de crédito pré-selecionados podem possuir mandatos totalmente distintos (em CDI, em INPC etc).
- Pré-selecionados tais fundos, deve-se analisar as carteiras abertas dos mesmos, observando no mínimo:
- A natureza dos créditos privados (por exemplo, se o regulamento só permite crédito não bancário etc).
- A limitação por contraparte. É importante observar a pulverização dos emissores, pois desta forma o risco de contraparte é mitigado.
- A qualidade do crédito da contraparte (ratings dos ativos de crédito, se o fundo compra papéis sem ratings etc).
- A alocação em títulos públicos utilizada pelo fundo.
- A alocação em Caixa utilizada pelo fundo.
- A fase de abertura de carteiras é fundamental e eliminatória. Os gestores dos fundos classificados na fase de abertura de carteiras deverão ser submetidos a uma Due Diligence, onde a REFER deverá encaminhar um questionário específico para fundo de crédito. Portanto, a fase de Due Diligence é a última etapa do processo de seleção. Os administradores de recursos são submetidos a uma análise qualitativa, a qual consiste do envio de um questionário técnico e uma visita ao administrador que permita avaliar aspectos importantes na condução de sua gestão (por exemplo, sobre como se dá a seleção de crédito e acompanhamento da carteira).

A REFER entende que a gestão do fundo de crédito deve ser ativa e seu objetivo é superar a variação do CDI, sendo que este objetivo de retorno deverá ser superior à meta atuarial da REFER.



O limite máximo de aplicação em fundos de crédito deve ser 20% do total de recursos aplicados no segmento de renda fixa.

3.6. Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs)

Para seleção de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, é importante atentar a alguns critérios de relevância na tomada de decisão de escolha, entre eles:

- Características das classes de cotas que dividem os FIDCs e suas respectivas séries;
- Metodologia utilizada para avaliação de ativos;
- Prazo de carência e prazo de duração do fundo;
- Política de investimento do fundo;
- Forma de divulgação das informações relacionadas ao fundos;
- Agente custodiante do fundo, quando houver.

4. Agente custodiante

4.1. Atribuições

As atividades do agente custodiante incluem, mas não se limitam a:

Controlar e movimentar os títulos, valores mobiliários e demais operações integrantes das carteiras da REFER.

- Executar a liquidação física e financeira das operações;
- Gerenciar a documentação e informações referentes aos eventos associados aos títulos e valores mobiliários;
- Receber e exercer direitos, resgates, amortizações e/ou reembolsos devidos os títulos e valores imobiliários;
- Valorizar a carteira e emitir o fluxo de caixa;
- Gerar relatórios de estoque da carteira; e
- Controlar os preços dos ativos custodiados.

Além disso, as atividades do agente custodiante também incluem aquelas definidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar, de acordo com a Resolução CMN nº 3.456.

O agente consolidador é responsável pela consolidação e pelo efetivo acompanhamento das movimentações dos títulos e valores mobiliários integrantes das diversas carteiras que compõem os segmentos de renda fixa e renda variável.

4.2. Processo de seleção

A contratação do agente custodiante é feita de acordo com as normas relativas ao Processo de Aquisição de Bens e de Contratação de Serviços.

O agente custodiante é selecionado pelo Comitê Diretor de Investimentos e pela Diretoria Executiva, por meio de um procedimento de seleção com critérios bem definidos e submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo.



4.3. Avaliação dos resultados

Os agentes custodiantes contratados são avaliados continuamente, verificando-se a qualidade do trabalho executado e os custos incorridos.

São observadas informações sobre a qualidade e conteúdo dos serviços prestados pelo agente custodiante vis-à-vis a concorrência relevante, sendo que as informações sobre a concorrência devem ser obtidas através de outras Entidades Fechadas de Previdência Complementar ou por empresas de consultoria financeira. A decisão sobre a continuidade desses serviços cabe à Diretoria Executiva da REFER.

5. Corretoras

5.1. Atribuições

As atribuições e obrigações das Sociedades Corretoras compreendem, pelo menos:

- Atuar no melhor interesse da REFER e na manutenção da integridade do mercado, fazendo prevalecer elevados padrões éticos de negociação e comportamento nas suas relações com as Bolsas de Valores, com outras sociedades corretoras, com os emissores de títulos e Valores Mobiliários e com a entidade;
- Cumprir fielmente as regras e parâmetros que estabelecer, relativos ao recebimento, registro, prazo de validade, prioridade, execução, distribuição e cancelamento das ordens recebidas da REFER;
- Implantar normas e métodos de controle interno que proporcionem plena garantia à entidade relativamente às importâncias recebidas, pagas, bem como aos títulos e valores mobiliários entregues à sua guarda;
- Não contribuir para a veiculação ou circulação de notícias ou de informações imprecisas sobre os títulos e valores mobiliários negociáveis e respectivos emissores, tampouco sobre as operações realizadas pela REFER;
- Não contribuir para a criação de condições artificiais de demanda, oferta ou preço, ou para o uso de práticas não equitativas, conforme definidas na regulamentação em vigor;
- Apresentar à REFER informações sobre o funcionamento e características do mercado de títulos e valores mobiliários, bem como dos riscos envolvidos em operações realizadas em bolsa de valores;
- Providenciar o envio à entidade, em tempo hábil, de toda a documentação relativa aos negócios realizados;
- Respeitar os limites operacionais fixados pelas bolsas de valores e pela Comissão de Valores Mobiliários;
- Evitar ocorrências de conflitos de interesse e, em casos onde não exista a possibilidade de serem evitados, assegurar à REFER tratamento justo e equitativo;
- Manter sigilo sobre as operações realizadas;
- Manter os registros e documentos relativos à comprovação do recebimento, transmissão e execução das ordens recebidas;
- Cumprir fielmente os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis aos negócios realizados em bolsas de valores;
- Informar o horário de realização das operações prontamente, assim que solicitado pela REFER.



5.2. Processo de seleção

As corretoras serão divididas em dois tipos: corretoras de *research* (pesquisa) e corretoras de execução.

Das 10 corretoras habilitadas para operarem com a REFER, seis serão corretoras de *research* (pesquisa) e quatro de execução. A utilização destas corretoras será feita de forma a não caracterizar a concentração de volume com nenhuma.

As corretoras de *research* (pesquisa) são aquelas que, além de executar as ordens de compra e venda, também são responsáveis pelo fornecimento de materiais de pesquisa sobre empresas e fornecimento de cenários macroeconômicos. Já as corretoras de execução só executam as ordens de compra e venda de títulos e valores mobiliários.

Durante o processo de seleção de corretoras, será observada a aderência da corretora aos processos de Controles Internos estabelecidos pela Resolução BACEN 3.380 de 29/06/2006.

5.3. Avaliação dos resultados

Pelo menos a cada semestre as corretoras serão avaliadas e serão utilizados pesos para os atributos que constam na proposta, com notas de um a três.

Com base nos resultados das avaliações, o Comitê Diretor de Investimentos poderá optar pela troca das corretoras que não obtenham boa classificação.

A REFER manterá um cadastro de corretoras que contenha as seguintes informações cadastrais:

- Prestadas pela própria corretora.
- Coletadas junto à CVM e ao BACEN.
- Obtidas nos sistemas de informações SISBACEN, SERASA, CADIN, SINAD e SICAD.
- Histórico sobre composição acionária, direção e atuação no mercado.

A REFER poderá utilizar corretoras não incluídas no *ranking* somente nos seguintes casos:

- Operações de *block trades*, ofertas do BNDES, lançamento de ações e privatizações, caso esses ativos sejam elegíveis.
- Venda de papéis de baixa liquidez (isto é, de ações que não fazem parte do conjunto que, em ordem decrescente de peso no Ibovespa, somem 80% do peso relativo do Ibovespa).
- Operações envolvendo títulos e valores mobiliários de renda fixa.

Os critérios para a avaliação das corretoras estão resumidos na tabela a seguir:



Atributos		Pesquisa			Desconto		
		Peso	Nota	Total	Peso	Nota	Total
1	Desconto Praticado	1			9		
2	Fornecimento de material de pesquisa de ações	7			1		
3	Fornecimento de cenários macroeconômicos e setoriais	8			2		
4	Qualidade do material de pesquisa sobre empresas e dos cenários macroeconômicos e setoriais fornecidos	9			3		
5	Patrimônio	2			4		
6	Volume de operação	3			5		
7	Não possuir Carteira Própria	6			8		
8	Eficiência e presteza na execução de ordens	5			7		
9	Eficiência do back-office	4			6		
10	Aderência à Resolução BACEN 3.380	5			5		

6. Auditores externos de gestão

Conforme o Art. 1º da Instrução Normativa da SPC nº 03, de 3 de outubro de 2004, a Auditoria de Gestão deverá ser realizada pela mesma pessoa jurídica que fizer a auditoria contábil.

O auditor independente contratado pela REFER deverá ser alterado depois de decorrido o prazo máximo de 4 (quatro) exercícios sociais auditados. A reconstrução desse auditor independente somente poderá ocorrer após decorridos 3 (três) exercícios sociais completos, desde a sua substituição. Isto com base na Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002.

7.10 - Conclusões do último estudo atuarial

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Maria da Fé da Costa Pinto

Senior Associate

Av. Rio Branco, 128, 13º andar

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

CEP: 20040-002

+55 21 3806 1108

Fax +55 21 3806 1148

maria.da.fe.pinto@mercer.com

www.mercer.com.br

Sr. Diego Rotermund Moreira

Sócio

UHY Moreira - Auditores

Rua Visconde de Inhaúma, 50 - 5º andar - sala 511 - Centro

Rio de Janeiro, RJ

20091-007

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2010

Assunto: Parecer Atuarial sobre o Balanço de 31/12/2009

Prezado Diego,

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial dos Planos administrados pela **Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER**, apresentamos o nosso parecer atuarial sobre a posição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos da Fundação, em 31/12/2009, segregados entre o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METRÔ em liquidação, o Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR e o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS.

Os valores apresentados a seguir foram obtidos considerando-se:

- Os Regulamentos do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METRÔ em liquidação, do Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR e do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS, Planos estes que se encontram em manutenção;
- Os dados individuais, posicionados em 31/07/2009, dos Participantes e beneficiários dos Planos, fornecidos pela REFER à Mercer, que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Fundação, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial;

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Página 2

9 de fevereiro de 2010

Sr. Diego Rotermund Moreira

UHY Moreira - Auditores

- Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela REFER à Mercer, bem como o valor dos Fundos Administrativo e de Investimentos e a inexistência do Fundo Assistencial;
- A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de Participantes e o Regulamento dos Planos;
- Os valores totais dos saldos de conta relativos aos planos de contribuição variável informados pela REFER, posicionados em 31/12/2009.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'W. J. R.', located below the list of items.



Página 3
9 de fevereiro de 2010
Sr. Diego Rotermund Moreira
UHY Moreira - Auditores

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METRÔ em liquidação

NOME	R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	176.717.844,67
PROVISÕES MATEMÁTICAS	176.717.844,67
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	108.106.070,06
Benefícios do Plano	108.106.070,06
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido	108.106.070,06
BENEFÍCIOS A CONCEDER	68.611.774,61
Benefícios do Plano com a Geração Atual	68.611.774,61
– Contribuição Definida	62.600.992,35
– Benefício Definido	6.010.782,26
Outras Contribuições da Geração Atual (-)	0,00
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	0,00
Serviço Passado (-)	0,00
Déficit Equacionado (-)	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
RESERVAS E FUNDOS	32.757.441,78
EQUILÍBRIO TÉCNICO	6.478.675,04
RESULTADOS REALIZADOS	6.478.675,04
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	6.478.675,04
Reserva de Contingência	6.478.675,04
Reserva para Revisão do Plano	0,00
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)	0,00
FUNDOS	26.278.766,74
Programa Previdencial	0,00
Programa Assistencial	0,00
Programa Administrativo	26.276.615,27
Programa de Investimentos	2.151,47

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Página 4

9 de fevereiro de 2010

Sr. Diego Rotermund Moreira

UHY Moreira - Auditores

Após a formalização do "INSTRUMENTO PARTICULAR DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES RELATIVOS À ADESÃO AO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL" formalizado entre a REFER, a RIOTRILHOS e o METRÔ em liquidação, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METRÔ em liquidação está superavitário, sendo que para manter este equilíbrio deve-se efetuar o pagamento das contribuições normais definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras, incluindo o pagamento, pela Patrocinadora, do débito reconhecido no citado instrumento e que deverá ser efetuado mensalmente, por um período de 9 anos a contar de 31/12/2009.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'C. S. J.', is located below the main text block.



Página 5

9 de fevereiro de 2010

Sr. Diego Rotermund Moreira

UHY Moreira - Auditores

Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

NOME	R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	531.221.169,99
PROVISÕES MATEMÁTICAS	531.221.169,99
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	190.924.464,43
Benefícios do Plano	190.924.464,43
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido	190.924.464,43
BENEFÍCIOS A CONCEDER	435.145.402,09
Benefícios do Plano com a Geração Atual	469.995.084,96
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido	469.995.084,96
Outras Contribuições da Geração Atual (-)	34.849.682,87
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	(94.848.696,53)
Serviço Passado (-)	(11.567.544,93)
Déficit Equacionado (-)	(83.281.151,60)
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
RESERVAS E FUNDOS	(128.108.209,14)
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(137.984.770,70)
RESULTADOS REALIZADOS	(137.984.770,70)
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para Revisão do Plano	0,00
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)	(137.984.770,70)
FUNDOS	9.876.561,56
Programa Previdencial	0,00
Programa Assistencial	0,00
Programa Administrativo	9.749.921,40
Programa de Investimentos	126.640,16

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Página 6

9 de fevereiro de 2010

Sr. Diego Rotermond Moreira

UHY Moreira - Auditores

O Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM encontra-se com um déficit correspondente a 26% do Total das Provisões Matemáticas, que corresponde ao total de parcelas vencidas e não pagas já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU em 31/12/2009. Em atendimento à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, a regularização dos pagamentos devidos (vencidos e à vencer) é crucial para, junto com o ajuste no Plano de Custeio, levar o plano a desejada situação de equilíbrio.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'C. Moreira', is located below the main text block.



Página 7
9 de fevereiro de 2010
Sr. Diego Rotermund Moreira
UHY Moreira - Auditores

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER

NOME	R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	25.422.157,40
PROVISÕES MATEMÁTICAS	25.422.157,40
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	12.408.206,35
Benefícios do Plano	12.408.206,35
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido	12.408.206,35
BENEFÍCIOS A CONCEDER	13.013.951,05
Benefícios do Plano com a Geração Atual	13.401.236,16
– Contribuição Definida	12.117.456,82
– Benefício Definido	1.283.779,34
Outras Contribuições da Geração Atual (-)	387.285,11
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	0,00
Serviço Passado (-)	0,00
Déficit Equacionado (-)	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
RESERVAS E FUNDOS	8.569.037,95
EQUILÍBRIO TÉCNICO	7.627.275,10
RESULTADOS REALIZADOS	7.627.275,10
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	7.627.275,10
Reserva de Contingência	3.326.175,15
Reserva para Revisão do Plano	4.301.099,95
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)	0,00
FUNDOS	941.762,85
Programa Previdencial	38.063,86
Programa Assistencial	0,00
Programa Administrativo	767.645,48
Programa de Investimentos	136.053,51

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Página 8
9 de fevereiro de 2010
Sr. Diego Rotermund Moreira
UHY Moreira - Auditores

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER está superavitário, dependendo do pagamento das contribuições normais definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras para manter esta situação.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'Diego', is located to the right of the main text block.

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Página 9

9 de fevereiro de 2010

Sr. Diego Rotermund Moreira

UHY Moreira - Auditores

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL

NOME	R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	321.858.694,29
PROVISÕES MATEMÁTICAS	321.858.694,29
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	248.722.123,28
Benefícios do Plano	248.722.123,28
– Contribuição Definida	580.428,15
– Benefício Definido	248.141.695,13
BENEFÍCIOS A CONCEDER	73.136.571,01
Benefícios do Plano com a Geração Atual	73.205.236,96
– Contribuição Definida	62.788.624,69
– Benefício Definido	10.416.612,27
Outras Contribuições da Geração Atual (-)	68.665,95
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	0,00
Serviço Passado (-)	0,00
Déficit Equacionado (-)	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
RESERVAS E FUNDOS	(88.569.231,32)
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(88.865.770,80)
RESULTADOS REALIZADOS	(88.865.770,80)
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para Revisão do Plano	0,00
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)	(88.865.770,80)
FUNDOS	296.539,48
Programa Previdencial	0,00
Programa Assistencial	0,00
Programa Administrativo	100.889,65
Programa de Investimentos	195.649,83

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Página 10

9 de fevereiro de 2010

Sr. Diego Rotermond Moreira

UHY Moreira - Auditores

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL encontra-se com um déficit correspondente a 28% do Total das Provisões Matemáticas, déficit este decorrente do não pagamento da dívida da Patrocinadora CBTU para com o Plano da Patrocinadora CENTRAL. Em atendimento à Resolução CGPC nº26, de 29/09/2008, tais pagamentos deverão ser integralizados para regularização do equilíbrio atuarial do Plano. Além disso, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'C. Rotermond'.

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Página 11
9 de fevereiro de 2010
Sr. Diego Rotermund Moreira
UHY Moreira - Auditores

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU

NOME	R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	404.788.703,55
PROVISÕES MATEMÁTICAS	404.788.703,55
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	239.499.970,13
Benefícios do Plano	239.499.970,13
– Contribuição Definida	3.111.448,31
– Benefício Definido	236.388.521,82
BENEFÍCIOS A CONCEDER	177.176.116,18
Benefícios do Plano com a Geração Atual	185.699.730,25
– Contribuição Definida	164.426.813,53
– Benefício Definido	21.272.916,72
Outras Contribuições da Geração Atual (-)	8.523.614,07
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	(11.887.382,76)
Serviço Passado (-)	(11.887.382,76)
Déficit Equacionado (-)	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
RESERVAS E FUNDOS	(110.133.588,95)
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(118.840.866,81)
RESULTADOS REALIZADOS	(118.840.866,81)
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para Revisão do Plano	0,00
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)	(118.840.866,81)
FUNDOS	8.707.277,86
Programa Previdencial	53.784,59
Programa Assistencial	0,00
Programa Administrativo	7.991.602,54
Programa de Investimentos	661.890,73

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Página 12

9 de fevereiro de 2010

Sr. Diego Rotermund Moreira

UHY Moreira - Auditores

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU encontra-se com um déficit correspondente a 29% do Total das Provisões Matemáticas, déficit este decorrente do não pagamento da dívida da Patrocinadora. Para que este déficit não evolua, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras, incluindo a contribuição mensal extraordinária da Patrocinadora calculada em 31/12/2009 de R\$ 424.449,13, já acrescida do carregamento para despesas administrativas, que deverá ser efetuada a partir de janeiro de 2010 e destinada à amortização da Provisão a Constituir - subconta Serviço Passado, referente à cobertura da reserva de transferência e da provisão de benefícios concedidos não integralizadas na data efetiva de transformação do Plano, por um período de 3 anos a contar daquela data. Essas contribuições serão redefinidas anualmente, de acordo com a avaliação atuarial, e constarão do respectivo Plano de Custeio.

Registramos que, em atendimento à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, as parcelas de amortizações de dívidas devidas e ainda não pagas pela Patrocinadora deverão ser integralizadas para regularização do equilíbrio do Plano.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. J. J.', is located at the bottom right of the page.

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Página 13
9 de fevereiro de 2010
Sr. Diego Rotermund Moreira
UHY Moreira - Auditores

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA

NOME	R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	2.147.190.816,58
PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.147.190.816,58
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.147.822.066,67
Benefícios do Plano	2.147.822.066,67
– Contribuição Definida	347.091,30
– Benefício Definido	2.147.474.975,37
BENEFÍCIOS A CONCEDER	260.434.426,86
Benefícios do Plano com a Geração Atual	260.996.568,20
– Contribuição Definida	123.162.906,29
– Benefício Definido	137.833.661,91
Outras Contribuições da Geração Atual (-)	562.141,34
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	(261.065.676,95)
Serviço Passado (-)	(261.065.676,95)
Déficit Equacionado (-)	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
RESERVAS E FUNDOS	(330.237.951,95)
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(405.596.554,09)
RESULTADOS REALIZADOS	(405.596.554,09)
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para Revisão do Plano	0,00
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)	(405.596.554,09)
FUNDOS	75.358.602,14
Programa Previdencial	204.087,77
Programa Assistencial	0,00
Programa Administrativo	73.671.163,48
Programa de Investimentos	1.483.350,89

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Página 14
9 de fevereiro de 2010
Sr. Diego Rotermond Moreira
UHY Moreira - Auditores

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA encontra-se com um déficit correspondente a 19% do Total das Provisões Matemáticas, déficit este decorrente do não pagamento da dívida da Patrocinadora. Para que este déficit não evolua, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras, incluindo, a partir de janeiro de 2010, a contribuição mensal extraordinária da Patrocinadora destinada à cobertura da reserva de transferência e da provisão de benefícios concedidos não integralizadas na data efetiva de transformação do Plano, cujas parcelas mensais foram definidas em 31/12/2009 em R\$ 26.411.674,64, por um período de 1 ano, já acrescida do carregamento para despesas administrativas. Essa contribuição, se necessária, será redefinida anualmente, de acordo com a avaliação atuarial, e constarão do respectivo Plano de Custeio.

Registramos que, em atendimento à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, as parcelas de amortizações de dívidas devidas e ainda não pagas pela Patrocinadora deverão ser integralizadas para regularização do equilíbrio do Plano.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'UHY' followed by a stylized flourish.

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Página 15
9 de fevereiro de 2010
Sr. Diego Rotermund Moreira
UHY Moreira - Auditores

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR

NOME	R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	20.928.477,17
PROVISÕES MATEMÁTICAS	20.928.477,17
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.796.133,50
Benefícios do Plano	2.796.133,50
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido	2.796.133,50
BENEFÍCIOS A CONCEDER	18.510.585,30
Benefícios do Plano com a Geração Atual	20.040.918,16
– Contribuição Definida	17.288.931,62
– Benefício Definido	2.751.986,54
Outras Contribuições da Geração Atual (-)	1.530.332,86
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	(378.241,63)
Serviço Passado (-)	(378.241,63)
Déficit Equacionado (-)	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
RESERVAS E FUNDOS	(2.039.585,71)
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(2.594.048,86)
RESULTADOS REALIZADOS	(2.594.048,86)
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para Revisão do Plano	0,00
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)	(2.594.048,86)
FUNDOS	554.463,15
Programa Previdencial	24.931,60
Programa Assistencial	0,00
Programa Administrativo	422.073,84
Programa de Investimentos	107.457,71

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Página 16
9 de fevereiro de 2010
Sr. Diego Rotermund Moreira
UHY Moreira - Auditores

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR encontra-se com um déficit correspondente a 12% do Total das Provisões Matemáticas, que deve ser acompanhado no decorrer do exercício de 2010. Para que este déficit não evolua, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras. Além dessas contribuições, a Patrocinadora CBTU, ex-empregadora do grupo que originou esse compromisso, efetuará uma contribuição extraordinária mensal calculada em 31/12/2009 de R\$ 13.505,44, já acrescida do carregamento para despesas administrativas. Esses pagamentos deverão ser efetuados a partir de janeiro de 2010, por um período de 3 anos a contar daquela data, e serão destinados à cobertura da reserva de transferência na data efetiva de transformação do Plano. Essas contribuições serão redefinidas anualmente, de acordo com a avaliação atuarial, e constarão do respectivo Plano de Custeio.

Registramos que, em atendimento à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, as parcelas de amortizações de dívidas devidas e ainda não pagas pela Patrocinadora CBTU deverão ser integralizadas para regularização do equilíbrio do Plano.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'W. S. J.', is located below the text.



Página 17
9 de fevereiro de 2010
Sr. Diego Rotermund Moreira
UHY Moreira - Auditores

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS

NOME	R\$
EXIGÍVEL ATUARIAL	11.617.484,05
PROVISÕES MATEMÁTICAS	11.617.484,05
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.179.981,24
Benefícios do Plano	2.179.981,24
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido	2.179.981,24
BENEFÍCIOS A CONCEDER	9.771.305,77
Benefícios do Plano com a Geração Atual	10.060.642,72
– Contribuição Definida	9.344.726,30
– Benefício Definido	715.916,42
Outras Contribuições da Geração Atual (-)	289.336,95
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	(333.802,96)
Serviço Passado (-)	(333.802,96)
Déficit Equacionado (-)	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
RESERVAS E FUNDOS	(3.272.249,20)
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(3.578.760,00)
RESULTADOS REALIZADOS	(3.578.760,00)
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para Revisão do Plano	0,00
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)	(3.578.760,00)
FUNDOS	306.510,80
Programa Previdencial	0,00
Programa Assistencial	0,00
Programa Administrativo	264.453,84
Programa de Investimentos	42.056,96

MERCER



MARSH MERCER KROLL
GUY CARPENTER OLIVER WYMAN

Página 18
9 de fevereiro de 2010
Sr. Diego Rotermund Moreira
UHY Moreira - Auditores

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS encontra-se com um déficit correspondente a 31% do Total das Provisões Matemáticas, que deve ser acompanhado no decorrer do exercício de 2010. Para que este déficit não evolua, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras. Além dessas contribuições, a Patrocinadora CBTU, ex-empregadora do grupo que originou esse compromisso, efetuará uma contribuição extraordinária mensal calculada em 31/12/2009 de R\$ 11.918,72, já acrescida do carregamento para despesas administrativas. Esses pagamentos deverão ser efetuados a partir de janeiro de 2010, por um período de 3 anos a contar daquela data, e serão destinados à cobertura da reserva de transferência na data efetiva de transformação do Plano. Essas contribuições serão redefinidas anualmente, de acordo com a avaliação atuarial, e constarão do respectivo Plano de Custeio.

Registramos que, em atendimento à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, as parcelas de amortizações de dívidas devidas e ainda não pagas pela Patrocinadora CBTU deverão ser integralizadas para regularização do equilíbrio do Plano.

* * *

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2010.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Maria da Fé da Costa Pinto
M.I.B.A. nº 746

Revisado por: LMS

**7.11 - Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no
exercício**

Em cumprimento ao que determina o Artigo 25, da Lei Complementar nº 108/2001, a CBTU efetuou ação de fiscalização na REFER no período de 03/11 a 18/12/2009, cujas principais constatações e providências adotadas para saneamento estão listadas a seguir:

Relatório de Auditoria: 21/2009

Unidade Administrativa: REFER

Programa: Auditoria de Gestão da Refer

Não-Conformidade Pendente de Regularização

Item 1.1 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS/CUSTEIO

A Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social vem trabalhando com o percentual máximo admissível pela Legislação vigente para fazer frente às necessidades de custeio das despesas administrativas, ou seja, 15% das receitas de contribuições mensais de Patrocinadoras e Participantes, previstas para o exercício, conforme demonstrado no Relatório de Execução Orçamentária – posição setembro/2009.

Como se observa, o orçamento de custeio da administração previdencial do exercício de 2009 projeta as receitas das contribuições correntes em R\$ 312.817.909 e os gastos líquidos no importe de R\$ 14.428.998, obtendo-se na relação $14.428.998/312.817.909$ o percentual de 4,61%, confirmados por um desempenho positivo na execução orçamentária, cujo percentual de gastos com despesas com a administração previdencial totalizou em setembro/2009, 3,34% do total das receitas de contribuição, portanto, em conformidade com os limites estabelecidos no art. 42 Resolução CPC 01 de 09/10/1978.

Ocorre que, embora a nível orçamentário o percentual máximo de 15% das contribuições correntes apresente conformidade com Resolução CPC nº 1, de 9 de outubro de 1978, adotando-se o mesmo critério de apuração, constata-se que a relação entre as receitas e despesas apropriadas contabilmente no corrente exercício – posição setembro/2009, superou o percentual de 15% (quadro 1), não ficando claro o critério de apuração dos valores e percentuais efetivamente apropriados a título de sobrecarga administrativa das contribuições mensais dos participantes ativos e das patrocinadoras, inclusive em relação ao Plano CBTU.

Cabe o registro da contabilização de outras Contribuições Normais que, embora componham as receitas correntes mensais, possuem apuração específica da taxa de administração, não submetidas à regra geral.

RECOMENDAÇÃO:

AO DIRETOR-PRESIDENTE DA CBTU:

Determinar aos Conselheiros indicados pela CBTU na Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social que:

- ✓ Manifestem a necessidade de que sejam estabelecidas condições de redução da sobrecarga administrativa, no sentido da REFER trabalhar com Taxas mais próximas à média de mercado.
- ✓ Estudem a viabilidade de obtenção de Parecer conclusivo, emitido por consultoria especializada, quanto a adequação da forma atual de apuração da

sobrecarga administrativa incidente sobre os valores das contribuições correntes mensais de Patrocinadoras e Participantes ativos.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 1.2 - RECURSOS HUMANOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (AUTÔNOMOS)

Além daqueles empregados que compõem o quadro funcional da Fundação, a REFER utiliza-se, também, de mão-de-obra terceirizada, através de contratações diretas e temporárias, formalizadas através de contratos firmados entre as partes, cujo pagamento destes serviços são efetuados por intermédio de Recibo de Pagamento de Autônomos – RPA.

Destacamos, a seguir, as atividades realizadas por estes prestadores de serviços:

Thiago de Souza Macedo: Serviços profissionais na elaboração de planilhas de revisão de Reserva de Poupança (Contrato 043/REFER/09 – Custo mensal de R\$ 3.500,00 + 333,00 Ticket/Refeição).

Rodrigo da Conceição Barboza: Serviços profissionais na elaboração de planilhas de revisão de Reserva de Poupança (Contrato 050/REFER/09 – Custo mensal de R\$ 3.500,00 + 333,00 Ticket/Refeição).

Auxiliadora do Rego Borges: Serviços de assessoria, visando prestar apoio nos trâmites de processos de recebimento das dívidas das patrocinadoras junto aos Órgãos Governamentais, inclusive à Casa Civil, o Senado Federal, Câmara de Deputados e os Ministérios envolvidos e atividades correlacionadas ao desenvolvimento de serviço, com finalidade específica de atender a necessidade, de caráter transitório e eventual da REFER. (Contrato 038/REFER/09 – Custo mensal de R\$ 4.000,00)

Em nosso entendimento, os serviços de elaboração de planilhas poderiam ser executados pelos próprios empregados da REFER, os quais poderiam ser submetidos a treinamento específico, no caso do serviço a ser executado apresentar um grau de dificuldade significativa, o que a princípio não transparece ser.

Cabe registrar que, o autônomo Rodrigo da Conceição Barboza, ex-estagiário da Fundação é filho do empregado matrícula 882, lotado na GECAP/REFER.

No que tange ao objeto do Contrato nº 038/REFER/09, em razão da importância e complexidade do assunto a ser tratado em Brasília, é de nossa opinião que a Diretoria da Fundação deveria conduzir a matéria de outra forma, haja vista que a referida contratação não há como garantir, e nem poderia, que a REFER logrará êxito no recebimento das dívidas das patrocinadoras.

Desta forma, entendemos que este tipo de contratação deveria ser reavaliado pelo DIPRE, a fim de reduzir os custos da Fundação, visando atender a orientação do CODEL quanto à austeridade administrativa.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Diretor-Presidente que reavalie este tipo de contratação, em razão dos serviços prestados poderem ser executados por profissionais da Fundação, como também visando reduzir custos administrativos, dando continuidade a implementação de medidas neste sentido, conforme informado na CRT/096-09/DIPRE, de 06/07/2009, encaminhada ao Diretor-Presidente da CBTU.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 1.2.2 - AUXÍLIO MORADIA

Por intermédio da Carta CRT/002-09/CODEL, de 28/04/09, o Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação REFER comunicou ao senhor Carlos de Lima Moulin que, conforme deliberado na 369ª Reunião Extraordinária, realizada naquela data, ele havia sido, por unanimidade, nomeado para o cargo de Diretor Financeiro da REFER.

Em resposta à referida Carta, o senhor Moulin manifestou sua concordância em ocupar o cargo, registrando que era do conhecimento daquele Conselho que seu domicílio e residência, era em Brasília e que exercia suas atividades laborais junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Desta forma, a transferência para a Cidade do Rio de Janeiro ensejaria a locação de imóvel mobiliado, tipo flat ou apart-hotel, em razão de não possuir imóvel habitável nesta cidade e também, por sua família permanecer em Brasília.

Com o objetivo de viabilizar sua transferência, solicitou ao CODEL que fosse aprovado o pagamento de auxílio moradia no valor equivalente a 25% da remuneração do cargo a ser ocupado.

Na 370ª Reunião Ordinária do CODEL, realizada nos dias 27 e 28/05/09, a referida solicitação foi analisada por aquele Colegiado que, por maioria, com voto contrário do Conselheiro Geraldo de Castro Filho, deliberou acatar a solicitação, observadas as disposições concernentes da CLT, fixando o prazo final para recebimento do aludido auxílio em 31/03/2010. (g.n).

De acordo com as Autorizações de Pagamento nºs 49646, 50178, 50743 e 51311, cujos valores individuais são da ordem de R\$ 3.690,75, o montante já pago, referente ao período de Julho a Outubro de 2009, foi de R\$14.763,00.

Importante salientar que tal pagamento é realizado através da Rubrica Diária de Viagem, com emissão, inclusive, de Prestação de Contas de Viagem assinada pelo favorecido e pelo DIPRE, embora não esteja previsto dentro dos critérios estabelecidos no Manual de Normas e Procedimentos da REFER na Macrofunção 5.3.6 – Administração de Diárias e Hospedagem.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Reavaliar a continuidade do pagamento de Auxílio Moradia em favor do Diretor Financeiro, tendo em vista que a situação do DIFIN não se enquadrar no disposto no Parágrafo 3º do Art. 469 da Consolidação das Leis Trabalhistas e caso seja entendimento do CODEL a suspensão do referido pagamento, que determine a apuração dos valores pagos e conseqüentemente o seu ressarcimento aos cofres da Fundação.

AO CONSELHO FISCAL DA REFER:

Analisar a luz da legislação vigente, a reavaliação do CODEL, quanto a continuidade ou suspensão do pagamento de Auxílio Moradia ao DIFIN, manifestando seu entendimento a respeito da matéria, a fim de resguardar a Fundação de questionamentos dos órgãos de controle interno e externo.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 1.2.3 - VIAGEM / DIRETORES DA FUNDAÇÃO

Exames realizados na documentação que compõem as prestações de contas de viagem (PCV) dos Diretores da Fundação, revelaram as seguintes situações:

Não evidenciado comprovante de faturamento de hospedagem

Conforme informado pelo empregado matrícula 796, lotado na AUDIN/REFER, esta situação ocorre em razão do Diretor Financeiro possuir residência em Brasília/DF, não sendo, desta forma, necessário a utilização de hospedagem naquela localidade.

Não evidenciado comprovante de embarque

Esta situação, além de não comprovar efetivamente a realização das viagens, não guarda conformidade com o estabelecido no item 29 da alínea 5.3.6 - Administração de Diárias e Hospedagem do Manual de Normas e Procedimentos da REFER.

Mudança do local de retorno do Rio de Janeiro para Brasília;

De acordo com a documentação que compõe a PCV em nome do DIFIN, constatamos que o retorno da viagem para a participação no 30º Congresso da ABRAPP realizado na Cidade de Curitiba, no período de 29/09/09 (terça-feira) a 03/10/09 (sábado), procedeu-se para Brasília/DF, sem que fosse evidenciado qualquer justificativa para o fato.

Não evidenciado Relatório de Viagem, anexo à prestação de contas;

A emissão do Relatório de Viagem é um procedimento obrigatório que deverá acompanhar o Formulário Prestação de Contas de Viagem, conforme estabelecido no item 13 da alínea 5.3.6 - Administração de Diárias e Hospedagem do Manual de Normas e Procedimentos da REFER.

Mudança na data da viagem;

Embora não conste comprovação de embarque nas Prestações de Contas de Viagens – PCV's nºs 009/2009 e 019/2009, emitidas em nome do Diretor Financeiro, conforme já registrado na observação "B", sendo informado pela empregada matrícula 441, na PCV nº 019/2009, que houve o extravio do citado comprovante, verificamos junto à Companhia Aérea (WEBJET) a ocorrência de remarcação das datas originais das viagens RJ/DF (03/08/09 – Segunda-feira) e RJ/DF (03/11/09 – Segunda-Feira), respectivamente, para 06/08/09 – Quinta-Feira e 30/10/09 – Sexta-Feira.

Entretanto, além de não evidenciarmos nas referidas Prestações de Contas de Viagens justificativas que amparassem tais alterações, no caso da PCV 009/2009, as datas ali constantes (03/08/09 – Ida e 04/08/09 - Retorno) são conflitantes com aquelas informadas pela Companhia Aérea.

Em relação à viagem constante da ADV nº 009/2009, de 28/07/2009, cujo objetivo era a participação em reunião na Secretaria de Previdência Complementar - SPC, nas datas de 03 e 04/08/09, respectivamente, segunda e terça-feira, cuja ida foi antecipada para o dia 31/07/09 (Sexta-Feira), não houve justificativa para a citada remarcação, pois os dias 01 e 02/08/2009 foram, respectivamente, sábado e domingo.

A exemplo do procedimento adotado na viagem citada anteriormente, também ocorreu remarcação para o dia 30/10/09 (sexta-feira), da viagem constante da ADV nº 019/2009, cujo objetivo era tratar de assunto relativo à locação de Imóvel Centro Empresarial VARIG e participação em reunião no DEST/MPOG, que estava previamente marcada para o dia 03/11/09 (terça-feira), não sendo apresentada, novamente, justificativa para a citada remarcação, em razão dos dias 31/10/09, 01 e 02/11/09 serem, respectivamente, sábado, domingo e feriado.

Quanto à viagem constante da ADV nº 006/09, cujo objetivo era reunião sobre créditos a receber REFER, que estava prevista para o período de 08/07/09 (Quarta-Feira) a 10/07/09 (Sexta-Feira), e que da mesma forma teve seu trecho da volta remarcado para o dia 13/07/09 (Segunda-Feira), teve por consequência, a cobrança por parte da Companhia Aérea (WEBJET) de multa pela remarcação da ordem de R\$ 50,00.

Como o valor da tarifa original era de R\$ 205,00 e o valor da nova tarifa, em razão da alteração, foi de R\$ 151,00, o crédito gerado pela diferença foi utilizado para compensar o valor da multa.

Com objetivo de instruir o nosso procedimento de análise, emitimos a SA/099-2009/RCT, em 26/11/09, solicitando ao empregado matrícula 936 (GEPOL), Gestor do Contrato nº 017/REFER/08, firmado com a ITER Viagens e Turismo Ltda, empresa responsável pela emissão das passagens aéreas a favor dos colaboradores da REFER, que fosse mantido contato formal com a referida empresa visando disponibilizar o histórico dos localizadores das passagens aéreas referentes às supracitadas viagens.

Todavia, após inúmeras explicações ao gestor, ao empregado matrícula 796 (lotado na audin/refer) e ao chefe da auditoria interna da fundação, nos foi enviado em 04/12/09, documento subscrito pelo próprio chefe da audin/refer encaminhando, em anexo, email da Iter endereçado a empregada matrícula 769 informando que a Iter viagens não tem condições de informar maiores detalhes dos códigos solicitados.

O fato, além de não atender nossa solicitação e demonstrar o descaso com que a situação foi tratada, nos causou surpresa tanto por ter sido conduzido

diretamente pelo Chefe da Auditoria, como também por ser de nosso conhecimento que toda empresa de viagem, que trabalha com venda de passagens aéreas, recebe uma senha das respectivas Companhias Aéreas para que tenham acesso ao sistema e efetuem diversos procedimentos, inclusive aquele solicitado por esta equipe de Auditores.

Cabe ressaltar que conforme disposto no item 2.3.6 da cláusula segunda do Contrato 017/REFER/08, uma das obrigações da empresa contratada consiste em atender às solicitações de passagens e demais serviços, na medida das disponibilidades das empresas transportadoras, hoteleiras e outras que, efetivamente, irão prestar os serviços solicitados, cabendo-lhes, por isto, a total responsabilidade sobre a sua execução. [g.n]

Objetivo da viagem

De acordo com o registrado na ADV nº 014/09, o objetivo da viagem realizada em 08/09/09 (Terça-Feira), pelo Diretor Financeiro, era acompanhar o Diretor-Presidente à reunião em Brasília.

Entretanto, segundo consta no comprovante de embarque, anexo à PCV nº 014/09, a data de ida foi alterada para o dia 04/09/09 (Sexta-Feira).

Conforme descrito na PCV nº 018/09, emitida em nome do Diretor-Presidente, a citada reunião em Brasília ocorreu em 08/09/09 (Terça-Feira), não sendo evidenciada as razões para a antecipação para o dia 04/09/09 (Sexta-Feira) do embarque para Brasília, pelo Diretor Financeiro.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER

Determinar ao Diretor-Presidente que adote medidas visando o fiel cumprimento pelos colaboradores quanto ao disposto na macrofunção 5.3.6 do Manual de Normas e Procedimentos da REFER, relativo à Administração de Viagens e Hospedagens.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 1.2.4.1 - TREINAMENTOS / CURSOS / PALESTRAS / CONGRESSOS / DESPESAS GERAIS

No período de 01/01/09 a 04/11/09 a Fundação REFER contabilizou um montante de R\$ 46.135,08, a título de despesas com treinamentos, cursos, palestras, congressos e assemelhados, inclusive aquelas referentes a diárias, passagem e hospedagem, quando ocorridos fora da cidade do Rio de Janeiro.

Dentre os despesas citadas, destacamos o 30º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, realizado no período de 30/09/09 a 02/10/09, com a participação de 4 Membros do CODEL, 2 Membros do COFIS e do Diretor Financeiro, cuja despesa total foi de aproximadamente R\$ 29.000,00, ou seja, 63% do montante contabilizado.

Destacamos, ainda, as despesas com MBA Previdência Complementar – 2008, com previsão de término para junho/2010, em que dois empregados da

Fundação participam, tendo um custo total de R\$ 25.920,00, bem como MBA Executivo em Finanças – 2008, com previsão de término para dezembro/2009, tendo a participação de um empregado, de um Conselheiro e do Diretor-Presidente da REFER, com o custo total de R\$ 61.847,24.

Como podemos observar, o custo global com participações em MBA's que encontram-se em andamento, chega ao montante de R\$ 87.767,24.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Diretor-Presidente e ao Diretor Financeiro que se abstenham de autorizar pagamento em que conste despesas que não sejam de responsabilidade da Fundação.

Determinar ao Diretor-Presidente que adote medidas visando o ressarcimento, por parte dos citados empregados, aos cofres da Fundação, dos valores pagos referentes a despesas com respectivos acompanhantes.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 1.2.4.2 - AUXÍLIO POR PARTICIPAÇÃO EM TREINAMENTO, CONGRESSO, SEMINÁRIOS E PALESTRAS

Com base na relação de treinamentos iniciados em 2008 e ainda em andamento, fornecida pela GEREH/REFER, constatamos pagamento de auxílio por participação em treinamento – MBA, a fim de cobrir despesa com refeição e/ou transporte urbano, para o Diretor-Presidente e um Membro do Conselho Fiscal, referente à participação dos mesmos em MBA Executivo em Finanças – 2008, promovido pelo IBMEC, iniciado em 28/03/08, e sendo ministrado na Avenida Presidente Wilson, 118 - Centro da Cidade do Rio de Janeiro. (g.n)

Este benefício foi aprovado pela DIREX na 692ª Reunião Ordinária, realizada em 22/12/05, após análise da Proposição nº 030-05/DIPRE que, em seu item 3, indicava a concessão de auxílio por participação em Treinamento, Congresso, Seminários e Palestras, condicionado a estas despesas não estarem contempladas na programação dos eventos, visando atender o que teria sido solicitado pelo CODEL na 309ª Reunião Extraordinária.

Considerando o exposto na CRT/096-09/DIPRE, de 06/07/09, enviada ao Diretor-Presidente da CBTU, na qual o DIPRE em consonância com a orientação de austeridade transmitida pelo Conselho Deliberativo registra que foi iniciada a implementação de ações necessárias para reduzir os custos da Fundação, e considerando, ainda, a não evidencia na Ata da 309ª Reunião Extraordinária do CODEL, da solicitação de concessão de auxílio por participação em Treinamento, Congresso, Seminários e Palestras para os Membros da DIREX, CODEL e COFIS citada no item 3 da Proposição nº 030-05/DIPRE, entendemos que deva ser reavaliada pelo CODEL a continuidade desta concessão, quando os eventos forem realizados na

mesma cidade em que os referidos Membros residam e exerçam suas atividades profissionais.

O custo total do referido benefício no exercício de 2008 e 2009, até 23/11/09, foi da ordem de R\$ 9.154,56.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Diretor-Presidente e ao Diretor Financeiro que se abstenham de autorizar pagamento em que conste despesas que não sejam de responsabilidade da Fundação.

Determinar ao Diretor-Presidente que adote medidas visando o ressarcimento, por parte dos citados empregados, aos cofres da Fundação, dos valores pagos referentes a despesas com respectivos acompanhantes.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 1.2.4.3 - CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

A Fundação custeou mestrado (MBA Executivo em Finanças 2008) para o Conselheiro José Luiz Petrini e para o Diretor-Presidente Marco André Marques Ferreira, que totalizou R\$ 41.773,64.

Considerando que a indicação para ocupar o mandato de Conselheiro e o cargo de Direção requer que os mesmos estejam previamente habilitados e capacitados tecnicamente, para o exercício de tais funções, entende-se que as Patrocinadoras antes de indicarem seus representantes nos Conselhos e para ocuparem cargos de Direção, deveriam se certificar da habilitação e capacidade técnica de cada representante, devendo a Fundação não realizar o investimento na capacitação destes profissionais.

Cabe registrar que, a Fundação já custeou MBA's para outros Conselheiros, e que em razão do término dos respectivos mandatos, a capacitação adquirida não está mais disponível para aplicação na REFER, o que entendemos a realização de custos desnecessários à Fundação.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Diretor-Presidente e ao Diretor Financeiro que se abstenham de autorizar pagamento em que constem despesas que não sejam de responsabilidade da Fundação.

Determinar ao Diretor-Presidente que adote medidas visando o ressarcimento, por parte dos citados empregados, aos cofres da Fundação, dos valores pagos referentes a despesas com respectivos acompanhantes.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 1.2.4.4 - DESPESAS DE TERCEIROS CUSTEADAS PELA FUNDAÇÃO

No período de 27/08/09 a 30/08/09, foi realizado em Campos do Jordão/SP o 4º Congresso Internacional de Mercados Financeiro e de Capitais da BM&F BOVESPA que teve a participação dos empregados da Fundação matrículas 1030 e 1029.

A empresa Central de Eventos Viagens e Turismo Ltda., agência organizadora do referido congresso, foi responsável pela operação logística, incluindo parte aérea, hospedagem e transporte dos participantes do evento.

Desta forma, foi emitido em nome da Fundação REFER, a Fatura nº FT00001428, no valor de R\$ 3.248,59 referente às despesas com Passagem Aérea, Transfer e Hospedagem e a Fatura nº 2360692, no valor de R\$ 1.221,00, relativo à despesa com Hospedagem, estando incluso também, as despesas com acompanhantes dos referidos empregados.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Diretor-Presidente e ao Diretor Financeiro que se abstenham de autorizar pagamento em que constem despesas que não sejam de responsabilidade da Fundação.

Determinar ao Diretor-Presidente que adote medidas visando o ressarcimento, por parte dos citados empregados, aos cofres da Fundação, dos valores pagos referentes a despesas com respectivos acompanhantes.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 1.2.6 - FOLHA DE PAGAMENTO

Com base no Resumo da Folha de Pagamento e na relação de empregados encaminhada pela GEREH/COPAC/REFER, em 06/11/09, a Fundação REFER registra em sua FOPAG um total de 175 (cento e setenta e cinco) empregados, posição setembro/2009.

Destes empregados, 33 (trinta e três) são detentores de Cargo de Confiança, representando aproximadamente 19% do Quadro Funcional da Entidade.

Ao analisarmos o resumo da FOPAG de setembro/2009, que apresentou um valor bruto da ordem de R\$ 709.356,68, identificamos algumas rubricas que merecem destaque:

- Anuênios;
- Auxílio Ensino Fundamental;
- Auxílio 3º Grau e Pós Graduação;
- Gratificação de Férias 2/3 (dois terços);
- VPNI;
- Gratificação Súmula 372 - TST;

Embora as 4 (quatro) primeiras rubricas estejam amparadas pelo Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2010, firmado entre o Sindicato de Classe e a Fundação, em 31/07/2009, referente ao período de 01/06/2009 a 31/05/2010, em nossa opinião a manutenção destas rubricas deveria ser reavaliada quando da celebração do próximo ACT, em razão de proporcionarem um impacto de aproximadamente 13% na FOPAG e, conseqüentemente, um aumento nas despesas administrativas da Fundação.

No caso da rubrica Anuênio, entendemos que a mesma não é adotada habitualmente em empresa privada, sendo um tipo de vantagem concedida por entidades de governo a seus servidores.

Quanto à rubrica Gratificação de Férias (2/3), a mesma é paga ao término das férias dos empregados, sem que os mesmos tenham que reembolsar a Fundação, os valores recebidos

Cabe registrar que a citada rubrica não se refere à Gratificação de Férias (1/3) estabelecida no Inciso XVII do Artigo 7º da Constituição Federal.

Consta, ainda, na supracitada FOPAG o pagamento a título de VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável) o montante de R\$ 8.378,65 referente a 11 (onze) empregados. Esta rubrica é proveniente da implantação do Plano de Cargos e Salários e, conseqüentemente, dos Critérios para Enquadramento dos Empregados da Fundação, aprovado pela Resolução 002/2003/DIREX, de 15/04/03, que em seu item 4 (Enquadramento Salarial), ficou estabelecido o seguinte:

“O enquadramento salarial só deve ser realizado após o enquadramento funcional. Nesta etapa é acrescentada ao enquadramento funcional, a informação relativa ao valor do respectivo salário para enquadramento, obedecendo-se os seguintes critérios: [g.n]

- Considera-se como salário atual para enquadramento, o valor do salário base mais as Gratificações/Funções/Cargo de Confiança, não se considerando anuênio e horas extras. [g.n]
- O enquadramento do pessoal da REFER na nova tabela será posicionado de tal forma que o valor seja no mínimo igual ou superior ao salário atual considerado para enquadramento. [g.n]
- O empregado com salário atual para enquadramento de valor superior ao último nível na classe salarial do cargo em que será enquadrado, fica no último nível salarial e a parcela que exceder será considerada como VPNI e passará a fazer parte da remuneração total do empregado, devidamente destacada como tal.“

O objetivo a ser alcançado quando da realização do enquadramento funcional no novo PCS, observou a necessidade de não haver redução salarial, ou seja, prejuízo ao empregado, conforme estabelecido no artigo 468 da CLT.

Entretanto, o critério definido pela Fundação REFER como salário atual para enquadramento, considerou o valor do salário base mais as Gratificações/Funções/Cargo de Confiança, divergindo com o disposto no parágrafo único do citado artigo, de que não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

Tal procedimento, além de não encontrar amparo legal, onerou a FOPAG, a exemplo das rubricas citadas anteriormente.

Identificamos, também, na FOPAG de setembro/2009, registro de pagamento através da rubrica *Gratificação Súmula 372 – TST*, a um único empregado, da ordem de R\$ 3.325,89, com base no Inciso I da Súmula 372 – TST, a qual transcrevemos o texto a seguir:

“I - Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira. (ex-OJ nº 45 - Inserida em 25.11.1996);

II - Mantido o empregado no exercício da função comissionada, não pode o empregador reduzir o valor da gratificação. (ex-OJ nº 303 - DJ 11.08.2003).”

Cabe salientar que, o valor líquido da Folha de Pagamento em setembro do corrente ano foi do montante de R\$ 414.032,89.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Diretor-Presidente que quando das negociações de Acordo Coletivo de Trabalho – ACT da categoria, reavalie a manutenção das referidas rubricas tendo em vista o impacto que causa na folha de pagamento, assim como promova análise da continuidade ou não do pagamento de rubricas que não estão previstas em ACT e que as definições dos critérios utilizados para pagamento de vantagens, estejam em consonância com a Consolidação das Leis Trabalhistas.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 1.2.7 - BENEFÍCIOS

Com base no ACT 2009/2010, a REFER custeia integralmente o Plano de Saúde e Odontológico de seus empregados.

Ainda com base no citado Acordo, a Fundação concede a seus empregados Cartão Refeição e Cartão Alimentação, respectivamente, no valor de R\$ 418,00 e R\$ 270,00, totalizando R\$ 688,00 para este benefício.

Estas concessões, embora benéficas aos empregados da Fundação, não estão de acordo com o praticado no mercado, pois, no caso do Plano de Saúde e Odontológico, a maioria das empresas, inclusive a patrocinadora CBTU, custeiam

apenas parte do valor do Plano, tendo a coparticipação dos empregados na complementação do custo do Plano.

Quanto aos Cartões Refeição e Alimentação, além dos valores estarem acima do fornecido pela CBTU, é habitual o empregado receber apenas uma única modalidade de Cartão, devendo optar pelo Refeição ou Alimentação.

Desta forma, entendemos que quando da renovação do Acordo Coletivo, a cláusula referente a Plano de Saúde, deve ser reavaliada e adequada no sentido de haver participação financeira dos empregados, tendo vista atualmente estarem sendo custeados também com recursos provenientes do Tesouro Nacional, relativos a contribuição mensal da Patrocinadora CBTU.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Diretor-Presidente que quando das negociações de Acordo Coletivo de Trabalho – ACT da categoria, reavalie a condição da Fundação assumir 100 % (cem por cento) dos custos com despesas com Plano de Saúde e Odontológico.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 1.2.8 - VÍNCULO DE PARENTESCO

Em que pese a Fundação REFER não ser parte integrante da Administração Direta ou Indireta, a mesma recebe recursos financeiros provenientes do orçamento da União, por intermédio da patrocinadora CBTU, e assim sendo, deve observar os Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Transparência, Moralidade e Eficiência.

Considerando o disposto na Súmula Vinculante nº 13/2008 do STF, (NEPOTISMO) e, visando certificar a existência ou não de parentesco entre os empregados, diretores e membros dos conselhos da Fundação que estejam em desacordo com o estabelecido na Súmula em questão, selecionamos para testes de auditoria alguns desses profissionais e constatamos o que segue:

Maurício Luiz Laurentino de Lima – Sup. Adm. Org. Colegiados e Lenilda Laurentino de Lima – Aux. Ser. Gerais (Filho e Mãe)

Carlos de Lima Moulin – Diretor Financeiro e Gelson de Lima Moulin – Analista de Investimento II (Irmãos)

Nilo Sérgio Faria da Cunha – Analista Técnico e Bernadete do Carmo de A. Cunha – Gerente (Cônjuge)

Marco André Marques Ferreira – Diretor-Presidente e Rose Maire Ferreira Gomes – Analista de Infra Estrutura I (Irmãos)

Fernando João Abelha Salles – Chefe de Gabinete e Luiz Henrique Onida Salles – Ana. Sup. A Gestão I (Pai e Filho)

Francisco de Assis Pereira – Técnico de Informática e Christopher de Assis Pereira – Assistente Administrativo (Pai e Filho)

Flávio Rabello Pereira – Conselheiro e Mariza Helena da C. Rabello Pereira – Advogado II (Cônjuge).

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Diretor-Presidente que quando da efetivação de contratação ou da nomeação de empregados para cargos comissionados, que observe o disposto na Súmula Vinculante 13/2008 do STF, haja vista a Fundação receber repasse de recursos do Tesouro Nacional por parte da Patrocinadora CBTU, a fim de proporcionar maior impessoalidade, moralidade e transparência nos procedimentos de contratação e nomeação para cargos de confiança.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 2.2.3 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DA COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS - CVM

Conforme já abordado em nossos Relatórios de Auditoria Interna 21/2006, 17/2007 e 20/2008, as Operações de Renda Variável, no período de 01/09/2003 a 30/04/2004, sem justificativa prévia de análise técnica, originaram os Autos de Infração nºs 06/05-00 e 07/05-64, ambos lavrados pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, bem como o Processo Administrativo nº IA - 30/05 (Comissão de Valores Imobiliários – CVM).

Em resposta a nossa solicitação, a AUDIN/REFER informou em 01/12/09, que periodicamente faz consulta telefônica àquela Comissão, sendo que a última foi feita em 02/09/09, tendo sido informado pela Coordenadoria de Controle de Processos Administrativos que o mesmo encontra-se em instrução na área técnica (Gerência de Fiscalização Externa II).

RECOMENDAÇÃO:

AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER

Determinar a área competente que promova, periodicamente, consulta formal à Comissão de Valores Imobiliários, no sentido de acompanhar a tramitação do Processo Administrativo nº IA - 30/05, visando resguardar os interesses da Fundação REFER, além de dar ciência aos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 2.3.1 - RECURSOS ALOCADOS

O Artigo 30 da Resolução CMN 3.456/07(vigente em agosto/09), em seu inciso II, estabeleceu que o limite para aplicação no segmento imobiliário, a partir de janeiro de 2009, seria de 8% dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (RGRT) do plano de benefícios da entidade fechada de previdência complementar.

Assim sendo, de acordo com o registrado no Balancete Consolidado de agosto/2009, observamos que a Fundação não se encontra enquadrada dentro do limite legal, conforme demonstrado a seguir, haja vista que, com a edição da Resolução CMN nº 3.792/09, em 24/09/09, revogando a Resolução CMN 3.456/07, este limite foi mantido em 8% dos RGRT.

Importante salientar que esta situação foi objeto do item 2.3 do Relatório de Auditoria Interna nº 027-2009/AUDIN/REFER, emitido em 18/09/09.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Comitê de Investimentos que, promova medidas no sentido de a Fundação se enquadrar no limite legal estabelecido para alocação de recursos no segmento imobiliário.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 2.3.2.2 - CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA

Conforme consta do Relatório das Consolidações das Operações de Investimentos - RECOI, posição agosto/09, a receita líquida referente aos alugueis foi da ordem de R\$ 2.202.839, apresentando uma taxa de inadimplência de zero por cento.

Considerando o período de agosto/08 a agosto/09, identificamos uma variação significativa da taxa de vacância de Imóveis Comerciais e da Carteira Imobiliária.

A atual vacância dos imóveis comerciais constantes da carteira imobiliária da refer refere-se, em sua maior parte, aos seguintes imóveis:

- ½ andar do Centro Empresarial VARIG (Brasília)
- 18º pavimento do Edifício IASA II (Rio de Janeiro)

RECOMENDAÇÃO:

AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER

Determinar a área competente que continue implementando ações necessárias, visando obter uma taxa de vacância de zero por cento.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 2.3.2.3 - CARTEIRA DE OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Conforme abordado em nosso Relatório de Auditoria Interna nº 020/2008, a Fundação detém em sua Carteira Imobiliária um terreno localizado na cidade do Rio de Janeiro no Bairro do Engenho de Dentro, no valor total de R\$ 860.000,00 (posição agosto/09), representando aproximadamente 0,04% dos Recursos Garantidores, em desacordo com o disposto no item XIV do Artigo 53 da Resolução 3.792/09, de 24/09/09.

Este fato já foi questionado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC quando da realização de Ação Fiscal ocorrida no período de 28/01/08 a 14/03/2008.

Entretanto, em razão da existência do Processo Judicial nº 2002.208.011188-0, tramitando na 1ª Vara Cível do Fórum Regional do Meier, cujo autor requer a posse do referido terreno por usucapião, o que é contestado pela REFER, por entender que o requerente não possui legitimidade para isso, a Fundação encontra-se impedida de se desfazer do citado bem, até que haja decisão judicial a respeito do litígio existente.

Conforme informado pela GEATE/COJUR/REFER, em 04/12/09, o referido processo encontra-se em Cartório, após manifestação do Ministério Público (autos devolvidos em 03/12/09). A REFER aguarda intimação para tomar ciência do Parecer do MP. Ainda não há sentença de 1º grau.

RECOMENDAÇÃO:

AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER

Determinar a COJUR/REFER que proceda o acompanhamento do andamento do processo judicial, visando resguardar os interesses da Fundação e, tão logo haja a definição quanto ao litígio em questão, que seja comunicado a área competente para a adoção das providências cabíveis.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 3.1.1 - ESCRITÓRIO SOUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

A Fundação, por intermédio do Escritório Veirano Advogados Associados, ajuizou, em 2008, duas Ações contra o Escritório Souto Advogados Associados S/C, prestador de serviços advocatícios para a REFER, em razão de falhas processuais cometidas pelo referido Escritório, as quais foram registradas no relatório da Auditoria Interna da Fundação nº 034-2007/AUDIN e no item 8 do Relatório da empresa BKR –

Lopes, Machado Auditores e Consultores, o qual foi contratado, consubstanciado em deliberação do CODEL, para promover profundo exame nos processos patrocinados pelo Escritório Souto.

Conforme informado, em 25/11/09, pela GEATE/COJUR/REFER, a situação atual destas Ações é a seguinte:

➤ **Processo nº 10802029608**

Ação ordinária de cancelamento de protesto, ajuizada na 9ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Andamento: Recurso de Apelação distribuído para a 16ª Câmara Cível, em 24/09/09.

Aguardando julgamento do Recurso de Apelação.

➤ **Processo nº 2008.001.350417-9**

Ação ordinária de responsabilidade civil por desídia na condução de processos, ajuizada na 42ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Andamento: Em 04/11/09 foi determinada a vinda dos endereços do segundo e terceiro Réus para proceder à citação.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Diretor-Presidente que oriente a COJUR/REFER a promover acompanhamento dos processos judiciais em tramitação, visando resguardar os interesses da REFER, mantendo o Conselho Fiscal da Fundação a par das medidas adotadas.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE Aguardando a intimação.

Em contrapartida, o Escritório Souto ajuizou na 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – RS, Reclamação Trabalhista contra a REFER que se encontra na seguinte situação:

➤ **Processo nº 00479.2008.014.04.00-0**

Andamento: Em 16/10/09 os Autos foram remetidos ao TRT para apreciação do recurso Ordinário interposto pela Fundação REFER.

Aguardando julgamento do Recurso.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 3.1.2 - ESCRITÓRIO DANE FELTES ADVOGADOS ASSOCIADOS

De acordo com o contrato social, registrado sob o nº 1050, na Ordem dos Advogados do Brasil de Pernambuco, o Escritório Dane Feltes Advogados Associados foi constituído em 04/09/06, pelas Advogadas Dane Maria Oliveira Feltes e Marília Ferreira Silva Velozo.

Em 13/10/06, através de carta endereçada ao Diretor-Presidente da Fundação, o supracitado Escritório atendendo solicitação formulada pela Assessoria Jurídica da REFER, no sentido de que fosse apresentado por aquele Escritório proposta para prestação de serviços advocatícios, na defesa dos direitos e interesses da entidade, nos processos em andamento ou a serem instaurados até o limite máximo de 500 processos, nas Comarcas dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão e Piauí, apresentou suas condições e valores referentes aos citados serviços.

Conseqüentemente, em 16/11/06, foi firmado o Contrato nº 038/REFER/06 com o aludido Escritório, cuja vigência seria de 2 anos a contar de 16/12/06, sendo, posteriormente, celebrado os Termos 01/07 e 02/08 aditivos ao respectivo Contrato.

Todavia, constatamos que a Sra. Dane Maria de Oliveira Feltes, sócia do Escritório em questão, quando da assinatura do referido Contrato, era empregada da REFER desde 06/01/05 e que, por iniciativa própria e por motivos de ordem pessoal, em 16/11/06, solicitou que fosse rescindido seu contrato de trabalho, concedendo-lhe, em conformidade com o inciso II do artigo 487 da CLT, o prazo de 30 dias de aviso prévio, sendo desligada efetivamente em 15/12/06, conforme registrado no Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho homologado na mesma data.

Diante do exposto, observa-se que a Fundação iniciou e concluiu o processo de contratação do Escritório Dane Feltes, no período em que uma de suas sócias ainda era empregada do seu quadro efetivo.

Além dos fatos descritos anteriormente, não evidenciamos dentre a documentação constante do processo que originou o Contrato 038/REFER/06, consulta formal junto a outros escritórios, objetivando certificar se as condições e valores ofertados pelo referido Escritório estavam de acordo aqueles praticados no mercado, o que em nosso entendimento deveria ter sido realizado à época, tendo em vista a possibilidade de existir no ramo, escritório que pudesse oferecer condições técnicas e financeiras mais vantajosas para a Fundação.

Acrescenta-se, ainda, que tendo em sua composição societária uma empregada da Fundação, a REFER deveria ter observado o Princípio da Impessoalidade e da Transparência os quais devem circundar as contratações a serem custeadas por recursos públicos de forma direta ou indireta.

Registramos o fato que após o encerramento do Contrato 038/REFER/06, ocorrido em 15/01/2009, foi firmado, em 27/02/09, novamente com o Escritório Dane Feltes, o Contrato nº 005/REFER/2009, após aprovação da DIREX, registrado na Ata da 776ª Reunião, realizada em 16/02/09.

Importante salientar que conforme registrado no Relatório nº 039/AUDIN/2008 da Auditoria Interna da REFER, o Escritório em comento, administrava até junho/2008 a quantidade de 623 processos contando com apenas uma advogada e uma secretária, atuando nas áreas de direito civil e trabalhista, embora ter sido evidenciado até o referido mês, 596 ações de expurgo da área previdenciária.

Sendo registrado, ainda, que tais fatos demonstravam a necessidade de ampliação da estrutura do escritório ou diminuição da quantidade de processos sob sua responsabilidade, para que o controle e a gestão dos mesmos ocorra de forma a mitigar os riscos, bem como a comprovação de que o escritório possui experiência suficiente para representar a REFER nas questões previdenciárias.

Assim sendo, foi recomendado pela AUDIN/REFER, no item 1 do inciso VII, do Relatório da Auditoria Interna REFER nº 029/2009, que a COJUR/REFER promovesse imediata revisão da capacidade de gestão do Escritório Dane Feltes, em função da sua estrutura frente à quantidade de processos sob sua administração e sua experiência de representação em processos previdenciários, dado que apenas possui em sua carteira de clientes a Fundação REFER.

Com relação ao assunto, a COJUR/REFER informou a AUDIN/REFER que o Escritório contratou mais dois advogados e a quantidade de processos diminuiu, concentrando-se apenas em Recife.

Em que pese informado em 04/12/09 pelo empregado matrícula 796, lotado na AUDIN/REFER, que a COJUR/REFER tinha providenciado redistribuição do quantitativo de processo para os escritórios terceirizados, com a definição de limites quantitativos, não identificamos no Contrato 005/REFER/09 a definição destes limites.

Cabe ressaltar que a Fundação teve que rescindir contrato firmado com o Escritório Souto Advogados Associados S/C em razão dos interesses da REFER não terem sido zelados pelo referido Escritório, assunto registrado no Relatório de Auditoria Interna da CBTU nº 020/2008 e no subitem 3.1.1 deste Relatório.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Diretor-Presidente que avalie a manutenção do Instrumento Contratual firmado com o citado escritório tendo em vista as situações apontadas pela AUDIN/REFER, assim como os procedimentos que foram identificados pela AUDIT/CBTU quando da efetivação da contratação daquele escritório na gestão anterior.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 3.1.3 - ESCRITÓRIOS MARTINELLI E BARROCA LUCAS

Em 26/09/02 foi firmado o Contrato 012/REFER/02 com o Escritório Martinelli Advocacia Empresarial S/C, cujo objeto e honorários transcrevemos a seguir:

“Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços jurídicos na área de direito tributário, contemplando:

- a) Parecer sobre a Instrução Normativa SRF 170/02 a propósito dos critérios e definições relativos à apuração da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS;
- b) Ajuizamento e acompanhamento de ações judiciais (medida cautelar e ação principal) necessárias, até a última instância, sobre os critérios e definições constantes da IN SRF 170/02 para apuração da base de cálculo das contribuições alusivas ao PIS e COFINS, visando possibilitar à contratante optar pela anistia concedida pela Medida provisória nº 066/02 sem a necessidade de desistir de qualquer ação judicial e/ou que a efetiva adesão à anistia somente ocorra caso seja definido pelo Supremo Tribunal Federal a exigibilidade da COFINS e do PIS da referida, estando incluída no escopo desse trabalho a eventual participação em audiências e sustentação oral nos Tribunais Federal.”

“Cláusula Segunda – DOS HONORÁRIOS

2.1 – Pelo serviços ora contratados a contratante pagará à contratada a títulos de honorários, os valores abaixo discriminados, a saber:

- a) Pelo serviço de consultoria a quantia de R\$ 5.000,00 a ser paga até 15/12/02;
- b) Pela interposição das ações cautelar e ordinária a quantia de R\$15.000,00, descontando o valor dos honorários estabelecidos na alínea precedente;
- c) Pela atuação em 2ª Instância, a quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Com relação ao contemplado na letra “a” do item 1.1 destacamos as seguintes situações:

- O referido Parecer não foi emitido pelo Escritório Martinelli e sim por Humberto Theodoro Junior Advogados Associados, sem que houvesse previsão de subcontratação no respectivo Instrumento Contratual;
- Não consta dos arquivos da COJUR/REFER o original do aludido Parecer, sem que houvesse justificativa para o fato;
- A cópia disponibilizada para análise desta equipe de auditores não possui identificação de seu signatário, apresentando data de emissão rasurada e anterior a assinatura do contrato 012/REFER/02.

No que tange ao constante na cláusula segunda, constatamos o que segue:

- Realização de pagamento em 28/10/02, no valor de R\$ 15.000,00, de acordo com a Nota Fiscal 019615, relativo a prestação dos serviços previstos nas letras “a” e “b” do item 2.1 da cláusula segunda;

Portanto, identifica-se que o pagamento realizado em 28/10/02 ao Escritório Martinelli, contemplou a execução de serviço de consultoria (Parecer), em que pese, conforme relatado anteriormente, não ter sido emitido por este Escritório.

Registramos, ainda, que em 24/06/09 foi firmado com o Escritório Barroca e Lucas Advogados Associados o Contrato 020/REFER/09, cujo objeto consiste no ajuizamento de ações judiciais necessárias visando à recuperação das contribuições ao PIS e COFINS pagas a maior nos últimos cinco anos e o seu não recolhimento futuro, em razão da declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo atribuído pelo disposto no artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como o acompanhamento das ações judiciais e ingresso de eventuais recursos.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Diretor-Presidente que oriente aos gestores dos Instrumentos Contratuais, para o fiel cumprimento do disposto nas respectivas cláusulas, principalmente, quanto a não previsão de subcontratação do objeto a ser executado.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 3.2 - AÇÕES JUDICIAIS DE INTERESSE DA CBTU

Destacamos, a seguir, as Ações Judiciais em que a CBTU é chamada à lide no processo com base nas informações fornecidas pela GEATE/COJUR/REFER em 25/11/09, indicando a situação atual de cada processo:

PREVIDENCIÁRIO

➤ Processo nº 2002.208.011188-0

Ação ajuizada na 1ª Vara Cível - Fórum Regional do Méier
Autor: Renato Plata Bondim.

- ✓ **Objeto:** Usucapião.
- ✓ **Valor:** R\$ 100.000,00 (Causa)
- ✓ **Andamento:** Publicação 23/11/09: “1) Fls. 419 – O fato do autor não se manifestar sobre determinado documento não tem condão de confirmar abandono do processo. Contudo, pode ensejar que incorra o mesmo em uma situação de prejuízo. 2) Cumpra o Cartório fls. 398. Após, ao Ministério Público.”

➤ Processo nº 2004.001.012106-3

Ação ajuizada na 28ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro.
Réu: CBTU

- ✓ **Objeto:** Execução de Título Extrajudicial. Recebimento dos Valores relativos ao Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento para Liquidação de Dívida (Instrumento nº 030/2000).
- ✓ **Valor:** R\$ 564.024.989,57 (base novembro/2006).
- ✓ **Andamento:** Aguardando intimação para tomar ciência da manifestação da Executada acerca da petição elaborada pela REFER.

➤ Processo nº 2007.001.120653-9

Ação ajuizada na 22ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro.

Réu: CBTU

- ✓ **Objeto:** Execução de Título Extrajudicial Recebimento dos valores relativos ao Instrumento particular de Direitos e Obrigações - IPDO
- ✓ **Valor:** R\$ 16.360.583,54 (base agosto de 2007).
- ✓ **Andamento:** Aguardando intimação para se manifestar acerca da petição da Ré a respeito dos cálculos apresentados. O processo está na pilha para publicação.

TRABALHISTA

➤ **Processo nº 00580.2007.007.01.00-9**

Ação ajuizada na 7ª Vara do Trabalho / Rio de Janeiro.
Reclamante: Roberto Machado Gonçalves.

- ✓ **Objeto:** Restituição do antigo plano de previdência e jóia.
- ✓ **Valor:** R\$ 20.000,00.
- ✓ **Andamento:** Processo foi julgado improcedente, transitou em julgado em 24/07/08 e arquivado em 22/04/09

➤ **Processo nº RT 02745-1991-009-01-00-1**

Ação ajuizada na 9ª Vara do Trabalho / Rio de Janeiro.
Reclamante Djamery Lopes Baranna.
Réu: CBTU

- ✓ **Objeto:** Pedido de revisão do benefício c/c pedido de paridade.
- ✓ **Valor:** Cr\$ 150.000,00 (Causa) e R\$ 500.000,00 (Execução)
- ✓ **Andamento:** Aguardando atualização da contadoria.

➤ **Processo nº RT 00393.1995.035.01.00.0**

Ação ajuizada na 35ª Vara do Trabalho / Rio de Janeiro
Reclamante Espólio de Djanilson Azevedo Dorés
Réu: CBTU

- ✓ **Objeto:** Pedido de pagamento de pecúlio c/c revisão do benefício dos herdeiros.
- ✓ **Valor:** R\$ 1.500,00 (causa) e R\$ 1.500,00 (condenação para efeitos de alçada - base abril/2004)
- ✓ **Andamento:** Aguardando julgamento do agravo, marcado para o dia 1º de dezembro de 2009.

➤ **Processo nº 00016-1992-010-01-00-1**

Ação ajuizada na 10ª Vara do Trabalho / Rio de Janeiro.
Reclamante Ênio da Silva Rosas e outros.

- ✓ **Objeto:** Revisão da suplementação da aposentadoria.
- ✓ **Valor:** Cr\$ 600.000,00 (Causa) e R\$ 4.387.636,07 (Condenação) - Pago (dezembro/2006) em execução.
- ✓ **Andamento:** Petição do autor requerendo intimação do perito para fornecer planilha atualizada dos cálculos.

➤ **Processo nº 01106-1987-034-01-00-2**

Ação ajuizada na 34ª Vara do Trabalho / Rio de Janeiro.

Reclamante Milton Pelegrino, participante assistido e ex-funcionário da RFFSA e CBTU.

- ✓ **Objeto:** Pedido de férias em dobro 1983/1984, indenização por licença não concedida, metade dos depósitos no FGTS e complementação de aposentadoria.
- ✓ **Valor:** Cr\$ 500.000,00 (Causa) e R\$ 600.000,00 (Condenação) – Valor histórico
- ✓ **Andamento:** A sentença julgou procedente o pedido condenando a REFER solidariamente apenas na Complementação. Houve interposição de recurso da Reclamadas. O acórdão reformou apenas as férias em dobro. Recurso de Revista foi negado. O Agravo de Instrumento ao TST também Para Execução, o autor solicitou documentos das Patrocinadoras os quais não foram enviadas.

A União, como sucessora da RFFSA, opôs Embargos à Execução, os quais foram julgados improcedentes, recorrendo com Agravo de Petição desta decisão.

RECOMENDAÇÃO:

AO DIRETOR-PRESIDENTE DA CBTU:

Determinar à Superintendência Jurídica, que efetive acompanhamento paralelo com a REFER, dos processos judiciais que encontram-se em tramitação, onde a CBTU é chamada à lide, informando à Diretoria a respeito.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 3.3 - INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Exames realizados nos Instrumentos Contratuais, PIBGO036272007, PIBGO11032006, 015/REFER/96, 029/REFER/96, 015/REFER/99, 023/REFER/99, 020/REFER/00, 057/REFER/01, 012/REFER/02, 008/REFER/06, 010/REFER/07, 017/REFER/08, 005/REFER/09, 009/REFER/09 e 017/REFER/09 revelaram as seguintes não-conformidades:

Vigência Indeterminada;

Vigência de 2 anos, sendo prorrogada por prazo indeterminado se não houver manifestação contrária de ambas as partes;

Inobservância ao item 10 da Macrofunção 5.2.1(Manual de Normas e Procedimentos – REFER) contratação de serviços, em razão de não ter sido evidenciado no mínimo 3 propostas de prestadores de serviços a serem escolhidos.

d) Não evidenciado seguro de responsabilidade civil;

e) Vigência inicial de 5 anos sendo prorrogada automaticamente por períodos de 1 ano;

f) Não evidenciada autorização da DIREX para a contratação;

g) A contratação firmada com a mesma empresa que vem prestando os serviços desde 1997 (CTR 031/REFER/97), não sendo evidenciado se o valor contratado está de acordo com aquele praticado no mercado;

h) Inobservância ao disposto no item 8.1 da Macrofunção 5.2.1.3 Contratação de serviços técnico especializados, quanto à sistemática de rodízio buscando dar oportunidade a quem ainda não prestou serviços a REFER;

Valor Indeterminado

Vigência de 1 ano, sendo prorrogada automaticamente por igual período se não houver manifestação contrária de ambas as partes;

Como podemos observar, estão em vigor na Fundação contratos formalizados com prazo de vigência indeterminado e outros com prazo de encerramento previamente estabelecido, porém, depois de decorrido o prazo contratual fixado, a vigência desses Instrumentos Contratuais se torna, da mesma forma, indeterminada, existindo assim, contratos vigindo na REFER há mais de 13 anos.

Não obstante a Fundação ser uma entidade de direito privado e firmar contrato de característica privado, entendemos que em razão da REFER receber recursos financeiros provenientes do Tesouro Nacional, relativos à contribuição da Patrocinadora CBTU a mesma deveria observar, no que couber, os preceitos que balizam os contratos administrativos regidos com base na Lei de Licitações em vigor.

Destarte, os Contratos firmados antes da entrada em vigor do Manual de Normas e Procedimentos, aprovado pela Resolução 002-08/DIREX, em 14/02/08, e que possuem cláusula de vigência indeterminada ou aqueles com prorrogação de prazo automática não proporcionam à Fundação condições de avaliar se os valores contratados encontram-se em conformidade com aqueles praticados no mercado, haja vista não ser realizada ampla pesquisa de preços quando das sucessivas prorrogações.

Desta forma, entendemos que a REFER, norteadas pelo Princípio da Transparência e Impessoalidade e da Moralidade deveria adequar todos os Instrumentos Contratuais vigentes, seguindo os procedimentos para contratação estabelecidos no referido Manual e, no que couber, na legislação vigente relativo a procedimentos de contratação.

Quanto às demais não-conformidades apontadas, é de nossa opinião que a imediata regularização da situação se torna necessária, pois os interesses da Fundação devem ser resguardados.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Diretor-Presidente que promova a adequação de todos os Instrumentos Contratuais vigentes, seguindo os preceitos estabelecidos no Manual de Normas e Procedimentos da REFER, assim como no que couber que sejam norteados pelos princípios da Transparência e da Impessoalidade previstos na Lei de Licitações, face a Fundação receber por parte da Patrocinadora CBTU, recursos do Tesouro Nacional.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 3.4 - DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAL E RECURSAL

O Demonstrativo Consolidado dos Depósitos (Judiciais e Recursais) e Bloqueios (Judiciais) – Posição setembro/2009, disponibilizado pela COJUR/REFER, revela o saldo de R\$ 72.173.502,54.

A Fundação, através da área jurídica, toma ciência de que deve efetuar Depósito Judicial, por meio de consultas no Diário Oficial ou por intimação executada por Oficial de Justiça, além de receber, via e-mails, comunicação dos Escritórios Terceirizados relativo aos processos que estão sob sua custódia.

Após esta etapa, é lançado no Módulo PROCPREV, nos históricos dos respectivos processos, as datas em que foram efetuados os depósitos, porém, não existe no referido Módulo, tela própria para registrar as baixas dos mesmos, conforme registrado no Relatório de Auditoria Interna da REFER nº 039/AUDIN/2008.

A REFER realiza os citados depósitos no Banco do Brasil, Nossa Caixa, BESC e BANRISUL, sendo que o extrato atualizado, contendo os saldos por processos, somente são emitidos pelo Banco do Brasil. O extrato da Nossa Caixa demora em média 6 (seis) meses para ser emitido.

A maior dificuldade da Fundação é conseguir receber os extratos do BESC e BANRISUL, tendo sido, por diversas vezes, solicitado pela COJUR/REFER a emissão de tais extratos, sem que tenha obtido sucesso.

Desta forma, os controles gerenciais são efetuados através de planilhas de Excel, sendo, portanto, controles extra-sistêmicos, com maior possibilidade de ocorrerem erros.

Em face de muitos processos estarem arquivados, demandando, assim, tempo para desarquivá-los, a COJUR/REFER, conseqüentemente, realiza um trabalho lento de identificação, sendo a principal ferramenta utilizada por aquela Coordenadoria, a análise efetivada nos extratos bancários do Banco do Brasil e da Nossa Caixa.

Considerando a relevância dos valores envolvidos, é de suma importância que a Fundação tenha um controle gerencial eficaz e seguro, no sentido de evitar prejuízo pela falta deste controle, devendo, portanto, aprimorar seus controles de forma a minimizar os riscos, promovendo uma implementação adequada da estrutura administrativa/financeira, obtendo extratos bancários das instituições financeiras, realizando ajustes no sistema PROCPREV, visando possibilitar o registro dos depósitos

e de suas respectivas baixas, conciliando pendências do passado e adotando medidas objetivando receber documentação necessária para efetuar baixas dos valores.

De acordo com o Relatório de Auditoria Interna da REFER nº 029-2009/AUDIN, de 30/09/09, os controles gerencias realizados pela COJUR/REFER melhoraram, porém, continuam sendo realizados fora do Sistema PROCPREV, já tendo sido comunicado o fato à ASTEC/REFER para sanar o apontado, com implantação prevista para janeiro/2010.

RECOMENDAÇÃO:

AO CONSELHO DELIBERATIVO DA REFER:

Determinar ao Diretor-Presidente que oriente a COJUR/REFER a adotar medidas visando adequar o módulo do Sistema PROCPREV, a fim de possibilitar acompanhamento mais efetivo dos Depósitos e Bloqueios Judicial e Recursal;

Determinar ao Diretor-Presidente que oriente a COJUR/REFER a adotar medidas administrativas e/ou legais objetivando obter os extratos bancários das instituições financeiras em que ocorreram Depósitos e Bloqueios Judicial e Recursal.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 4.1 - CONSISTÊNCIA DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

A REFER realizou os dois últimos recadastramentos nos meses de Agosto/2006 e Setembro/2008, ou seja, com periodicidade bienal, a rigor em conformidade com a macroatividade 2.3.3 – Recadastramento de Participantes e Beneficiários do Manual de Normas e Procedimentos da REFER.

Referido recadastramento encontrava-se em fase de depuração pela GECAP – Gerência de Cadastro e Atendimento ao Participante, propiciando como resultado o cancelamento/retenção de 619 benefícios e o encerramento de 470, já tendo sido confirmadas as informações referentes a 33.822 Participantes, sendo 3.472 Ativos, 18.361 Assistidos e 11.989 Beneficiários – posição agosto/09. (Relatório 023/2009 – AUDIN)

Cabe o registro de que, para controle do quantitativo de Participantes, a REFER vem utilizando o Sistema TotalPrev – módulos Cadastro Previdenciário – CADASTROPREV e Central de Atendimento ao Público – CENTRALAP, o Sistema Brumon módulo SPRO – Sistema de Protocolo e o Sistema RECAD, desenvolvido pela própria Assessoria Técnica da Fundação. (Relatório 023/2009/AUDIN-Cadastro)

Além disso, realiza mensalmente o batimento entre o cadastro da REFER e o cadastro de óbitos fornecido pelo Sistema de óbitos do INSS – SISOB, procedendo aos correspondentes cancelamentos dos benefícios, mediante confirmação da informação de óbito do participante ou beneficiário.

Não obstante os controles exercidos, em nossos testes, constatamos, no período analisado, um contingente superior a três mil Participantes, ativos, assistidos e beneficiários, pendente de confirmação das informações cadastrais.

RECOMENDAÇÃO:

AO DIRETOR-PRESIDENTE DA CBTU:

Determinar aos Conselheiros indicados pela CBTU na Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social, que manifestem a necessidade de controle mais efetivo do contingente de Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários da REFER, se for o caso, viabilizando o procedimento de recadastramento com periodicidade anual.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item – 5.1.3.2 - REFLEXOS NA RENTABILIDADE DAS QUOTAS DOS PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

A metodologia do cálculo das quotas dos Planos de Contribuição Variável é referendada pela empresa de atuária MERCER HUMAN RESOURCE CONSULTING, que considerou a metodologia correta e adequada, conforme carta datada de 26/03/2003. Tal metodologia não se aplica ao Plano de Benefício Definido – BD da CPTM.

Todas as contribuições de fevereiro de 1979 – data da fundação da REFER – até novembro de 2000, não são afetadas pelas provisões para créditos de liquidação duvidosa e são atualizadas pelo INPC + 6% a.a. De dezembro de 2000 em diante, as contribuições sofrem reflexos negativos decorrentes das referidas provisões, que são constituídas, por obrigação legal.

A rentabilidade e as respectivas valorizações das quotas são determinantes para a atualização do saldo das contas dos participantes ativos.

De acordo com o demonstrativo das quotas dos planos de contribuição variável, a cota de participação almejada deveria atingir em setembro/2009 o número índice de 3,08984110 (INPC + 6%) que, como se observa, à exceção do Plano REFER, que atingiu 4,12163853, todos os demais Planos sob análise se encontravam abaixo do rendimento objetivo.

RECOMENDAÇÃO:

AO DIRETOR-PRESIDENTE DA CBTU:

Determinar aos Conselheiros indicados pela CBTU na Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social, que manifestem a necessidade de estruturação da Fundação, para a ocorrência de expressiva demanda de pedidos futuros de revisão de benefícios por parte dos participantes assistidos do Plano CBTU, quando do equacionamento e liquidação da dívida contratada, os quais podem se concretizar, inclusive, por via judicial.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 5.1.5 - PAGAMENTOS REALIZADOS

Identificamos os pagamentos realizados pela CBTU em favor da REFER no período de janeiro a setembro de 2009, referentes à retenção de 5% da renda mensal de transportes, Conta Contábil 416000302 – SERVIÇO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO, por força de decisão judicial de penhora – processo 2004.001.012106-03, os quais totalizaram R\$ 3.219.217,25.

As inconsistências observadas nos depósitos judiciais referente à retenção de 5% sobre as receitas de transportes nos meses de competência novembro e fevereiro de 2009, a princípio estão em desacordo com a sentença judicial do processo 2004.001.012106-03, devendo ser revistas.

RECOMENDAÇÃO:

AO DIRETOR-PRESIDENTE DA CBTU:

Determinar à SUFIN/DA proceder à revisão dos importes repassados pela CBTU à REFER, por força de Decisão Judicial (processo 2004.001.012106-03), relativos aos 5% da Renda Mensal dos Transportes, realizando as regularizações que se afigurarem cabíveis.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 6 - CERTIFICAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES REPASSADAS PELA CBTU

Procedemos à conciliação contábil, objetivando certificar a correspondência dos repasses das contribuições dos Participantes da CBTU com os valores registrados nos balancetes da REFER, no período de janeiro a setembro de 2009, constatando diversas diferenças.

Tais diferenças referem-se a valores residuais, não identificados na rotina de acertos posteriores implementada pela REFER, realizada mensalmente desde o ano de 2000, que acarretam cobranças retroativas aos participantes ativos da CBTU, mediante descontos retroativos comandados pela REFER para serem processados em Folha de Pagamento da CBTU, envolvendo valores que reputamos relevantes, em alguns casos a serem parcelados em até 05 (cinco) vezes.

Os controles da REFER registram ainda débitos individuais até R\$ 100,00 (cem reais) referentes a 145 pessoas que totalizaram R\$ 2.512,13 no período sob análise.

RECOMENDAÇÃO:

AO DIRETOR-PRESIDENTE DA CBTU:

Determinar ao Diretor de Administração e Finanças, maior interação dos órgãos da SUREH/DA com as áreas da REFER envolvidas nas transferências das contribuições da Patrocinadora CBTU e seus Participantes, visando eliminar as inconsistências verificadas nos repasses das contribuições mensais.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.

Item 7 - RECURSOS MANTIDOS NAS CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS

O balancete da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social de setembro/2009, registra saldos relevantes na Conta Bancos – Conta Movimento, denotando imobilização elevada de recursos financeiros da ordem de R\$ 3.037.683,61.

Apuramos os saldos diários das disponibilidades financeiras da REFER, mantidas nas referidas instituições bancárias, a partir dos correspondentes extratos bancários, no período de abril a setembro/2009.

Como se observa, o expressivo saldo da Conta Bancos, contabilizado nos fechamentos dos balancetes mensais não se confirmam no exame da movimentação diária, verificando-se, inclusive, a ocorrência de saldo de fechamento negativo no mês de competência junho/2009, apontando para a necessidade de menor concentração de demanda financeira nos últimos dias dos meses.

RECOMENDAÇÃO:

AO DIRETOR-PRESIDENTE DA REFER:

Determinar a Diretoria Financeira minimizar as disponibilidades mantidas em contas bancárias, avaliando a possibilidade de redistribuição das obrigações financeiras da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social ao longo do mês (atualmente concentradas no final de cada mês), visando inclusive, afastar riscos de bloqueios judiciais de valores relevantes.

RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Até a presente data, a AUDIT não recebeu manifestação da área auditada a respeito do item referenciado.

ANÁLISE AUDIT SOBRE A RESPOSTA DA ÁREA AUDITADA:

Sem comentários.